



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1893

Quinta-feira - 17 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Guaraciaba .....	426	Paulo Lopes .....	694
Água Doce .....	4	Guaramirim .....	427	Penha .....	699
Antônio Carlos .....	11	Guarujá do Sul .....	435	Peritiba .....	700
Arabutã .....	13	Herval d'Oeste .....	467	Petrolândia .....	701
Atalanta .....	14	Ibiam .....	479	Pinheiro Preto .....	702
Balneário Piçarras .....	15	Ilhota .....	480	Pomerode .....	703
Barra Velha .....	16	Imarui .....	483	Ponte Serrada .....	713
Benedito Novo .....	40	Imbituba .....	498	Porto Belo .....	727
Biguaçu .....	42	Indaial .....	512	Porto União .....	728
Blumenau .....	62	Ipumirim .....	516	Presidente Nereu .....	742
Bom Jesus do Oeste .....	70	Irineópolis .....	517	Rio do Sul .....	743
Bom Retiro .....	74	Itaiópolis .....	525	Salto Veloso .....	759
Botuvera .....	75	Itapema .....	526	Santa Rosa do Sul .....	760
Braço do Trombudo .....	77	Itapiranga .....	527	São Bento do Sul .....	761
Brusque .....	81	Itapoá .....	545	São Domingos .....	777
Caçador .....	95	Ituporanga .....	571	São João do Oeste .....	781
Camboriú .....	154	Joaçaba .....	572	São João do Sul .....	782
Campo Alegre .....	157	Lages .....	610	São Joaquim .....	790
Campo Erê .....	209	Laguna .....	615	São José .....	798
Canoinhas .....	210	Lauro Muller .....	616	São José do Cedro .....	817
Capinzal .....	298	Leoberto Leal .....	623	São Lourenço do Oeste .....	838
Catanduvas .....	303	Luzerna .....	625	São Miguel da Boa Vista .....	852
Caxambu do Sul .....	305	Mafra .....	626	São Pedro de Alcântara .....	853
Chapadão do Lageado .....	306	Maracajá .....	627	Schroeder .....	873
Cocal do Sul .....	307	Maravilha .....	628	Serra Alta .....	882
Concórdia .....	308	Marema .....	642	Siderópolis .....	885
Coronel Martins .....	326	Massaranduba .....	643	Tigrinhos .....	887
Correia Pinto .....	327	Mondaí .....	648	Timbó .....	890
Curitibanos .....	328	Monte Carlo .....	649	Três Barras .....	893
Dionísio Cerqueira .....	329	Morro da Fumaça .....	654	Trombudo Central .....	900
Ermo .....	330	Navegantes .....	663	Turvo .....	902
Eral Velho .....	331	Nova Trento .....	666	União do Oeste .....	903
Forquilha .....	333	Orleans .....	670	Urussanga .....	905
Fraiburgo .....	343	Ouro .....	671	Vargeão .....	906
Frei Rogério .....	350	Ouro Verde .....	672	Vargem Bonita .....	907
Galvão .....	358	Palhoça .....	683	Videira .....	910
Garopaba .....	359	Palmitos .....	686	Vitor Meireles .....	915
Garuva .....	375	Papanduva .....	687	Xanxerê .....	920
Gaspar .....	408	Passo de Torres .....	689	Xavantina .....	921
Grão Pará .....	415	Passos Maia .....	692	Xaxim .....	1041

### Associações

AMMVI .....	1064
-------------	------

### Consórcios

AGIR .....	1065	CIS/AMMVI .....	1074
ARIS .....	1071	CIS/AMURES .....	1075
CIM-AMAVI .....	1072	IBERE .....	1075
CIMVI .....	1074		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



## O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307  
Bairro Estreito, Florianópolis/SC

Rua General Liberato Bittencourt

Rua Olavo Bilac

Rua Humiatá

Rua Gercino Silva



Guaciara

Mac Shopping

Casas  
da  
Água

Rua Cel. Pedro Demoro



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015 PROCESSO 126/2015**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 126/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 15/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÕES URBANAS (RUAS E PASSEIOS) DO CENTRO DO MUNICIPIO DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 412.551-87/2013, Programa PRÓ-TRANSPORTE do Ministério das Cidades/ CAIXA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVO, CRONOGRAMAS FISICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 07 de janeiro de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 15 de dezembro de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 78/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA Nº. 78/2015 DE 16/12/2015

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 160.789.509-91 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, JOHN RR SEGURANÇA LTDA – ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 14.356.881/0001-92 com sede em Palma Sola- SC neste ato representado por seu procurador o Sr. DANIEL DE OLIVEIRA inscrito no CPF sob N.º 021.922.539-74 e portador da Carteira de Identidade N.º 6.427.761 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de segurança durante a Noite Natalina 2015 a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2015 na Praça João Macagnan, Centro de Água Doce.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAÇÃO NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2015 DURANTE A NOITE NATALINA 2015, NA PRAÇA JOÃO MACAGNAN, CENTRO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, COM NO MÍNIMO 10 SEGURANÇAS, SENDO NO MÍNIMO 2 DO SEXO FEMININO, DEVENDO ESTAR INCLUÍDO NO VALOR COTADO DESPESAS COM TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO DE EQUIPES, UNIFORMES DE IDENTIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, DETECTORES DE METAL, ENCARGOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	1	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
TOTAL				R\$ 1.700,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I – Os serviços serão prestados 22 de dezembro de 2015, na Praça João Macagnan, centro do Município de Água Doce, durante a NOITE NATALINA 2015.

II – Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015.

III – A contratada deverá utilizar profissionais devidamente treinados para as atividades, integrantes do quadro funcional e/ou contratados, sempre uniformizados e munidos dos equipamentos necessários.

a) Deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos, uniforme, transporte, alimentação, e o que mais se fizer necessário à realização dos serviços, sem qualquer encargo complementar para o Município;

b) Executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações do órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;

c) Prestará os serviços empregando a melhor técnica aplicável ao caso, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos serviços, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;

d) Substituirá imediatamente os funcionários, em decorrência de faltas e/ou sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

e) Considera-se também conduta prejudicial ao bom andamento dos serviços, tarefas que não sejam objeto deste instrumento, a ingestão de bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, pedir gratificações ou donativos de qualquer espécie;

f) A contratada responsabiliza-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo integralmente, por quaisquer



danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, ao pessoal, ao patrimônio do Município ou a terceiros, em face da execução dos serviços;

g) Os seguranças deverão apresentar-se uniformizados de acordo com os padrões estipulados pela contratante, com os equipamentos necessários para execução de cada atividade e devidamente asseada;

h) Os funcionários admitidos pela contratada deverão possuir capacidade física para executar os serviços inerentes ao objeto do presente contrato.

i) Os funcionários admitidos pela contratada deverão ter nacionalidade brasileira e idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

j) A empresa Contratada deverá dispor no mínimo 02 (dois) seguranças do sexo feminino;

k) A contratada deverá solicitar a presença imediata da fiscalização do Município, em caso de acidentes durante a execução dos serviços, ocasionando ou não, danos pessoais e materiais, a terceiros ao a Administração;

l) A Contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento das credenciais dos seus empregados que não mais executarão trabalhos nas dependências do Município;

m) A contratada deverá manter constante supervisão dos serviços contratados, facilitando de todas as formas o trabalho de fiscalização do Município;

n) A contratada deverá restituir ao Município todas as despesas que este tiver para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste contrato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seus empregados;

o) A contratada deverá entregar imediatamente à fiscalização do Município, os objetos particulares e de uso pessoais porventura esquecidos no interior das instalações, por seus empregados ou a terceiros com anotações dos respectivos locais e datas;

p) A contratada deverá realizar a prestação dos serviços utilizando profissionais especializados de seu próprio quadro funcional, em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade por todas as despesas e encargos de qualquer natureza, pelo integral atendimento de toda legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades. Com ênfase na Tributária, Cível, Previdenciária, Trabalhista e Acidentes de Trabalho, bem como assistência médica e/ou outros semelhantes, cedendo cópia de comprovação de quitação à fiscalização do Município, sempre que necessário.

q) A Contratada deverá operar com uma organização completa e sem qualquer vínculo com o Município, executando os serviços, objeto do contrato, exclusivamente com empregados de seu quadro funcional, devidamente qualificados e registrados no Ministério do Trabalho.

IV – Durante a prestação dos serviços deverão atentar para:

a) Observar movimentação das pessoas pela redondeza;

b) Remover pessoas em desacordo com as normas locais;

c) Inspecionar os veículos nos estacionamentos;

d) Prevenir incêndios;

e) Controlar o fluxo de pessoas;

f) Identificar as pessoas;

g) Revistar pessoas;

h) Controlar a movimentação de pessoas;

i) Demonstrar Competências pessoais, demonstrando educação, mantendo a postura, demonstrando paciência, prestatividade, atenção para com as pessoas;

j) Manter a ordem;

k) Em casos de emergência acionar polícia, corpo de bombeiros ou outros afins;

l) Não ser detentor de armas de fogo ou outros instrumentos a fins.

V – A empresa deverá dispor dos equipamentos adequados para a prestação dos serviços, incluindo equipamentos de comunicação e detectores de metais. Para os seguranças que atuarão no estacionamento, este deverão utilizar coletes refletivos e sinalizadores para orientação.

VI – A prestação dos serviços será realizada na Praça João Macagnan, centro do Município de Água Doce, durante a NOITE NATALINA 2015, no dia 22 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 1.700,00 (Um mil e setecentos reais).

O pagamento e liquidação da nota fiscal, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será em até 5 dias após a prestação dos serviços, através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal. Em sendo pessoa jurídica, deverá apresentar a folha de pagamento quitada dos empregados, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente, respeitando-se ainda a legislação vigente nos aspectos previdenciários.

II – A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste Edital, devidamente atestada pela

Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I – Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

II – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

2.033 – Promoção de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0000/213 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;

- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial n. 61/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 16 de dezembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal  
Contratante

DANIEL DE OLIVEIRA  
John RR Segurança LTDA - ME  
Procurador - Contratada

#### TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva  
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

### DECRETO Nº 165/2015

DECRETO Nº 165/2015 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.403, de 15 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC	
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC	
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC	
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO	
3.3.50.00.0.1.0000.0/3 - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
TOTAL .....	R\$ 2.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.1.91.00.0.10000.0/2 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00  
TOTAL .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de dezembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.402/2015

LEI Nº 2.402/2015 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, aos servidores públicos municipais ativos, subsídios dos agentes políticos, inativos e pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, aos Conselheiros Tutelares, às diárias, às funções gratificadas e funções de confiança.

Art. 2º. O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei será de 11,26% (onze virgula vinte e seis por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, durante o período de novembro de 2014 a novembro de 2015.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de dezembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.403/2015

LEI Nº 2.403/2015 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.3.50.00.0.1.0000.0/3 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00  
TOTAL ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC  
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC  
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-  
NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO  
3.1.91.00.0.10000.0/2 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.000,00  
TOTAL ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de dezembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 322/2015

PORTARIA Nº 322/2015 de 15 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JUSSARA APARECIDA DA SILVA inscrita sob CPF nº 732.315.339-53, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 15/12/2015 a 13/01/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de dezembro de 2015  
Novelli Sganzerla                      Camila Raquel Macagnan  
Prefeito                                      Diretora do Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 323/2015**

PORTARIA Nº 323/2015 de 15 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JULIANA TEREZINHA DA S ALVES DE MELLO inscrita sob CPF nº 055.701.099-35, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 15/12/2015 a 24/12/2015, período 14/15, restando 20 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 324/2015**

PORTARIA Nº 324/2015 de 15 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária EDNA DE FATIMA LEMOS VIEIRA BISSANI, inscrita sob CPF nº 570.410.679-04, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 15/12/2015 a 29/12/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 3º ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2015

3ª Ata de Reunião da Comissão de Licitações da Prefeitura de Antônio Carlos, SC, para julgamento da documentação de habilitação no Processo Licitatório nº 085/2015, Concorrência Pública 02/2015. Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, na sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, SC, reuniu-se a Comissão de Licitações, instituída pela Portaria nº 301/2015 de 25 de maio de 2015, para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas participantes do Processo Licitatório nº 085/2015, Concorrência Pública nº 02/2015. Após análise, a Comissão de Licitações profere julgamento nos seguintes termos:

A empresa PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.513.315/0001-03, apresenta proposta nos seguintes valores:

Trecho 3: R\$ 1.505.894,04 (um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos)

Total Global: Trecho 1: R\$ 1.505.894,04 (um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos); Estando a proposta de menor valor e de acordo com as exigências do instrumento convocatório, a comissão julga vencedor do presente processo a empresa PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Antônio Carlos, 16 de dezembro de 2015.

Eliane Nunes de Oliveira Folganes  
Presidente da Comissão de Licitação

### DECRETO N 118/2015

DECRETO Nº 000118/15 de 16 de Dezembro de 2015

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.289,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS  
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.289,45

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)

Convênio 8.289,45

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DOPREFEITOMUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015. PARTÍCIPIES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Antônio Carlos/SC. OBJETO: Cessão de uso pelo Cedente em favor do Cessionário, a título gratuito, de um terreno de área superficial de 504 m²(quinhetos e quatro metros quadrados), medindo 21 metros de frente por 24 de fundos, localizado na Rua 6 de novembro, área menor constante na matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Biguaçu sob o nº 11.168, Livro 2. Com uma construção de alvenaria medindo 91,45 (noventa e um virgula quarenta e cinco metros quadrados). Dito imóvel é aquele onde se encontrava a EPAGRI neste município. VIGÊNCIA: 20 (vinte) anos.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 530/2015

PORTARIA Nº 530/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA, do cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA – 40H, Educação Física, a partir de 18 de dezembro de 2015, pelo término do seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de dezembro de 2015.

**PORTARIA N 531/2015**

PORTARIA nº 531 em 17, dezembro de 2015.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.100016/15-1, nos assentos funcionais da servidora Aurea Helena Kremer Mannes, detentora da matrícula nº 190 e do cargo de provimento efetivo Professora com Pós Especialista 20 Horas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora AUREA HELENA KREMER MANNES, detentor da matrícula nº 190 e do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós Especialista 20 Horas, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00016/15-1, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, os períodos de 06/04/1987 a 30/10/1990 correspondentes a 03 anos, 6 meses e 25 dias – 1.300 dias, serem integralmente computados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 17 de dezembro de 2015.



# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 396/2015

PORTARIA Nº 396/2015

#### SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 16 de dezembro de 2015, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 388/2015, de 25 de novembro de 2015, da servidora DEISE KARIN MORCHE, inscrita no CPF-MF sob nº. 049.254.649-57, ocupante do cargo de Provimento Efetivo Auxiliar Administrativa, sendo que os 15 (quinze) dias remanescentes de férias ora suspensas será gozado em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

### PORTARIA Nº. 397/2015

PORTARIA Nº. 397/2015

#### ALTERAR PORTARIA DE SOBREAVISO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

#### RESOLVE:

Art.1º INCLUIR, na Portaria nº. 384/2015, de 20 de novembro de 2015, o dia 23 e 30 de dezembro de 2015, como ponto facultativo, conforme Decreto Municipal nº. 1809, de 14 de dezembro de 2015.

Art.3º Fica designado servidor Marcio André Driemeier para os atendimentos do programa de inseminação artificial em bovinos na data de 23 de dezembro de 2015, e o servidor Sidinei Gubert para o dia 30 de dezembro 2015.

Art.4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 15 de dezembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – BOLSA DE TRABALHO Nº. 007/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – BOLSA DE TRABALHO Nº. 007/2015

Primeiro termo aditivo ao termo de aceitação de estágio que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, BRUNA CARINE HEINRICHS, celebrado em 19 de março de 2015.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte a Senhorita BRUNA CARINE HEINRICHS, inscrita no CPF/MF sob o nº. 092.639.979-93, têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Terceira: da Vigência, fica aditada a vigência para mais um ano passando para a data final para o dia 30 de dezembro de 2016 conforme comunicado da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 16 de dezembro de 2015.

#### MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

Contratada

Instituição de Ensino

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella  
CPF/MF: 039.438.869-23

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

# Atalanta

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 31/2015**

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 1/2015

CONTRATO Nº 31/2015

CONTRATADA: JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

OBJETO: EXECUÇÃO DA DRENAGEM URBANA, PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DE ATALANTA, SENDO ELAS: ELIESER VIEIRA PAMPLONA, ALCIDES FRANCISCO PETRI, LAURO DRABZYNSKI, TEODORO CARDOSO FERNANDES E PORTO ALEGRE, DE ACORDO COM O CONVÊNIO 2015TR001391, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO FUNDAM.

VALOR TOTAL: R\$ 1.083.088,75 (Hum milhão oitenta e três mil oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Atalanta, em 11 de dezembro de 2015.

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM - Prefeito Municipal em Exercício.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### PORTARIA 409/2015

PORTARIA N.º 409/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 201/2013 de 10 de abril de 2013, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de SECRETÁRIO EXECUTIVO, o Senhor, JOÃO BENTO MORAES, brasileiro, maior, casado, CPF nº 384.054.079-87, CI nº 748358, lotado no Gabinete do Prefeito, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 09 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 09 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 410/2015

PORTARIA N.º 410/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de SECRETARIO EXECUTIVO, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, o Senhor IVO ALVARO FLEITH, brasileiro, maior, casado, portador do CPF 246.835.159-20, e inscrito na CI nº. 4/C - 123.714 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 09 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 09 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 411/2015

PORTARIA N.º 411/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor JOÃO BENTO MORAES, brasileiro, maior, casado, CPF nº 384.054.079-87, CI nº 748358, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 10 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 412/2015

PORTARIA N.º 412/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 15 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 15 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Barra Velha

## PREFEITURA

### DL 009/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 110/2015 - Dispensa de Licitação nº 009/2015

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DA RUA ANTONIO MANOEL DELMONEGO, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO. Segundo Lei Nº 1415 de Dezembro de 2014 e Credenciamento 001/2015.

Fund. Legal: Art. 24, Inciso I da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 16 de dezembro de 2015

CELSO FRANCISCO SCHIMITT

- Contratado

Claudemir Matias Francisco

- Prefeito

### L E I Nº 1499, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI Nº 1499, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

"Denomina de RUA DORICO MIGUEL DE GOES, a Rua 1803 (código 815), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA DORICO MIGUEL DE GOES, a Rua 1803 (código 815) localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1495 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI Nº 1495 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE BARRA VELHA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Barra Velha para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 88.248.897,49 (Oitenta e oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos) sendo R\$ 62.191.417,92 (Sessenta e dois milhões, cento e noventa e um mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e dois centavos) do Orçamento Fiscal, e R\$ 26.057.479,57 (vinte e seis milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Prefeitura Municipal de Barra Velha	1.020.065,33
Fundo Municipal de Saúde	17.383.695,80
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	585.000,00

Fundo Municipal da Assistência Social	1.452.318,44
Instituto de Previdência Social dos Serv. Públicos M.de Barra Velha	5.616.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.057.479,57</b>

## DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a despesa par a Administração Direta e Indireta em R\$ 88.248.897,49 (Oitenta e oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>87.086.491,94</b>
1.1. Receita Tributária	22.710.824,13
1.2. Receita de Contribuições	4.052.975,84
1.3. Receita Patrimonial	956.857,51
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.6. Receita de Serviços	1.000,00
1.7. Transferências Correntes	56.886.284,02
1.9. Outras Receitas Correntes	2.477.550,44
(-) Deduções da Receita Corrente	(6.730.994,44)
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.874.815,99</b>
2.3. Alienação de Bens	10.000,00
2.4. Transferência de Capital	3.916.815,99
<b>7.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.966.400,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>88.248.713,49</b>

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	3.300.000,00
02. Gabinete do Prefeito	891.399,27
03. Gabinete do Vice-Prefeito	192.422,96
04. Procuradoria Geral do Município	1.181.580,18
05. Controladoria Geral do Município	141.263,23
06. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	8.105.479,97
07. Secretaria Municipal de Assistência Social	1.007.065,33
08. Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desportos	26.049.744,26
09. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	14.828.215,82
10. Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio	692.055,18
11. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba	1.103.000,00
12. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	751.000,00
13. Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca	1.029.163,05
14. Instituto de Previdência Social dos Serv. Públicos M. de Barra Velha	5.616.400,00
15. Fundação Municipal do Meio Ambiente	664.110,00
17. Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura	2.866.680,00
18. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM	21.120,00
19. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	585.000,00
20. Fundo Municipal de Assistência Social	1.452.318,44
21. Fundo Municipal de Saúde	17.383.695,80
22. Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar	312.000,00
99. Reserva de Contingência	75.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>88.248.713,49</b>

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	3.300.000,00
04. Administração	11.842.959,81

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	893.420,00
08. Assistência Social	3.044.383,77
09. Previdência Social	4.000.000,00
10. Saúde	17.383.695,80
12. Educação	25.959.744,26
13. Cultura	318.000,00
15. Urbanismo	15.115.215,82
17. Saneamento	1.362.000,00
18. Gestão Ambiental	661.000,00
20. Agricultura	578.204,03
23. Comércio e Serviços	1.822.000,00
27. Desporto e Lazer	665.000,00
28. Encargos Especiais	611.690,00
99. Reserva de Contingência	75.000,00
99. Reserva do RPPS	616.400,00
TOTAL	88.248.713,49

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. Ação Legislativa	3.300.000,00
0002. Gestão Administrativa - GP	891.399,27
0003. Gestão Administrativa – GVP	192.422,96
0004. Gestão Administrativa – PGM	1.181.580,18
0005. Gestão Administrativa – CGM	141.263,23
0006. Gestão Administrativa – SEMAF	8.105.479,97
0007. Gestão Administrativa – SEMAS	1.007.065,33
0008. Gestão Administrativa – SEMEC	24.554.244,26
0009. Gestão Administrativa – SEMOSP	10.977.327,22
0010. Gestão Administrativa – SEPLAN	692.055,18
0011. Gestão Administrativa – SEDRI	102.000,00
0012. Gestão Administrativa – SEMUS	651.000,00
0013. Gestão Administrativa - SEMAP	1.029.163,05
0014. Gestão Administrativa – IPREVE	5.000.000,00
0015. Gestão Administrativa – FUNDEMA	664.110,00
0017. Gestão Administrativa – FUMTEC	2.732.680,00
0018. Gestão Administrativa – FUMMPOM	21.120,00
0019. Gestão Administrativa – FMCA	585.000,00
0020. Gestão Administrativa – FMAS	1.447.318,44
0021. Gestão Administrativa – FMS	16.352.895,80
0022. Gestão Administrativa – FUMREBOM	312.000,00
0201. Turismo Participativo e Sustentável	53.000,00
0202. Conheça Barra Velha	1.000,00
0203. Barra Velha Campeã	50.000,00
0204. Barra Velha Mais Cultura	30.000,00
0205. Vivendo com Saúde – Estratégia de Saúde da Família	481.000,00
0206. Vivendo com Saúde – Atenção Especializada	146.800,00
0207. Vivendo com Saúde – MAC Média e Alta Complexidade	203.000,00
0208. Vivendo com Saúde – Saúde Bucal	50.000,00
0209. Vivendo com Saúde – Ampliação da Frota de Saúde	150.000,00
0210. Barra Velha: Território Educador, Município Cidadão	1.495.500,00
0211. Investir, Agir e Transformar	5.000,00
0212. Construindo o Futuro	4.851.888,60
0215. Plano Municipal de Saneamento	100.000,00
9999. Reserva de Contingência	691.400,00
TOTAL	88.248.713,49

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	70.692.185,13
4.0.00.00 Despesas de Capital	16.865.128,36
SUB-TOTAL	84.116.008,09

Reserva do RPPS	616.400,00
Reserva de Contingência	75.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>88.248.713,49</b>

## DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 76.863.803,69 (Setenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e três reais e sessenta e nove centavos) e fixa a despesa em R\$ 56.068.509,25 (Cinquenta e seis milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e nove reais e vinte e cinco centavos) proporcionando um superávit de R\$ 20.795.294,44 (Vinte milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços, transferências e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, distribuída conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>80.336.982,14</b>
1.1. Receita Tributária	22.170.324,13
1.2. Receita de Contribuições	2.894.975,84
1.3. Receita Patrimonial	264.710,00
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.6. Receita de Serviços	1.000,00
1.7. Transferências Correntes	52.574.621,73
1.9. Outras Receitas Correntes	2.430.350,44
(-) Deduções da Receita Corrente	(6.730.994,44)
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.257.815,99</b>
2.3. Alienação de Bens	10.000,00
2.4. Transferências de Capital	3.247.815,99
<b>TOTAL</b>	<b>76.863.803,69</b>

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	891.399,27
03. Gabinete do Vice-Prefeito	192.422,96
04. Procuradoria Geral do Município	1.181.580,18
05. Controladoria Geral do Município	141.263,23
06. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	8.105.479,97
07. Secretaria Municipal de Assistência Social	1.007.065,33
08. Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desportos	26.049.744,26
09. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	14.828.215,82
10. Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio	692.055,18
11. Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba	1.103.000,00
12. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	751.000,00
13. Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca	1.029.163,05
18. Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM	21.120,00
99. Reserva de Contingência	75.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>56.068.509,25</b>

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	10.524.959,81
06. Segurança Pública	581.420,00
08. Assistência Social	1.007.065,33
12. Educação	25.959.744,26
13. Cultura	90.000,00
15. Urbanismo	15.115.215,82
17. Saneamento	1.362.000,00



ESPECIFICAÇÃO	VALOR
20. Agricultura	578.204,03
23. Comércio e Serviços	222.000,00
28. Encargos Especiais	552.900,00
99. Reserva de Contingência	75.000,00
TOTAL	56.068.509,25

### III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	42.862.418,93
4.0.00.00 – Despesas de Capital	13.131.090,32
SUB-TOTAL	55.993.509,25
Reserva de Contingência	75.000,00
TOTAL	56.068.509,25

§ 3º - Para a manutenção das demais entidades a Prefeitura Municipal irá conceder Transferências Financeiras, conforme quadro abaixo:

#### I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	
Câmara de Vereadores	3.300.000,00
Fundo Municipal de Saúde	12.635.376,00
Fundo Municipal da Assistência Social	1.020.128,44
Fundação Municipal de Turismo Esportes e Cultura	2.855.680,00
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	515.000,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	469.110,00
TOTAL	20.795.294,44

#### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2016 fixa a despesa orçamentária em R\$ 3.300.000,00 (Três milhões e trezentos mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

Parágrafo único - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	3.300.000,00
TOTAL	3.300.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.400.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	900.000,00
TOTAL	3.300.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 4.748.319,80 (Quatro milhões, setecentos e quarenta e oito mil trezentos e dezenove reais e oitenta centavos) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 17.383.695,80 (Dezessete milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos) proporcionando um déficit de R\$ 12.635.376,00 (Doze milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita tributária, patrimonial, de transferência da União, do Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	4.087.319,80
1.1. Receita Tributária	105.000,00



1.3. Receita Patrimonial	118.300,00
1.7. Transferências Correntes	3.863.519,80
2. RECEITAS DE CAPITAL	661.000,00
2.4. Transferência de Capital	661.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	12.635.376,00
TOTAL	17.383.695,80

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	17.383.695,80
TOTAL	17.383.695,80

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	15.387.023,76
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.996.672,04
TOTAL	17.383.695,80

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 432.190,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil, cento e noventa reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.452.318,44 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos), proporcionando um déficit de R\$ 1.020.128,44 (Um milhão, vinte mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de transferências correntes e de capital da União e Estado e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	427.190,00
1.3. Receita Patrimonial	9.847,51
1.7. Transferências Correntes	387.142,49
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00
2.4. Transferências de Capital	5.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	1.020.128,44
TOTAL	1.452.318,44

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	1.452.318,44
TOTAL	1.452.318,44

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.328.702,44
4.0.00.00 – Despesas de Capital	123.616,00
TOTAL	1.452.318,44

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 585.000,00 (Quinhentos e oitenta e cinco mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 515.000,00 (Quinhentos e quinze mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas patrimoniais, receita de transferências correntes e de capital e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	70.000,00
1.3. Receita Patrimonial	10.000,00
1.7. Transferências Correntes	60.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4. Transferências de Capital	0,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	515.000,00
TOTAL	585.000,00

§ 2º - A Despesa do FMCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	585.000,00
TOTAL	585.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	584.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.000,00
TOTAL	585.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar – FUMREBOM para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de taxas e transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	312.000,00
1.1. Receita Tributária	300.000,00
1.3. Receita Patrimonial	12.000,00
TOTAL	312.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	312.000,00
TOTAL	312.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	147.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	165.000,00
TOTAL	312.000,00

#### DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

Art. 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.866.680,00 (Dois milhões oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 2.855.680,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de transferência correntes e de capital e de transferência financeira da Prefeitura,

discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	8.000,00
1.3. Receita Patrimonial	2.000,00
1.7. Transferências Correntes	1.000,00
1.9. Outras receitas correntes	5.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00
2.4. Transferências de Capital	3.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	2.855.680,00
TOTAL	2.866.680,00

§ 2º - A Despesa da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	368.000,00
13. Cultura	228.000,00
23. Comércio e Serviços	1.600.000,00
27. Desporto e Lazer	665.000,00
28. Encargos Especiais	5.680,00
TOTAL	2.866.680,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.568.930,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	297.750,00
TOTAL	2.866.680,00

#### DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 10 - O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 664.110,00 (Seiscentos e sessenta e quatro mil e cento e dez reais), proporcionando um déficit de R\$ 469.110,00 (Quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e dez reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, outras receitas correntes e de transferência financeira da Prefeitura, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	195.000,00
1.1. Receita Tributária	135.000,00
1.3. Receita Patrimonial	60.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.4. Transferência de Capital	0,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA	469.110,00
TOTAL	664.110,00

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	661.000,00
28. Encargos Especiais	3.110,00
TOTAL	664.110,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	514.110,00

4.0.00.00 Despesas de Capital	150.000,00
TOTAL	664.110,00

**DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA**

Art. 11 - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 5.616.400,00 (Cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 5.616.400,00 (Cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil e quatrocentos reais).

§ 1º - O aporte financeiro ao RPPS, citado no caput deste artigo, será utilizado para suprir as despesas de Pessoal e Encargos Sociais que excederem o limite de 2% (dois por cento) estabelecido pela legislação para a Taxa de Administração do RPPS e sua finalidade é dotar o Instituto de equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.650.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.158.000,00
1.3. Receita Patrimonial	480.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	12.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	3.966.400,00
7.2 Receita de Contribuições – Intra-Orçamentárias	3.086.400,00
7.3 Outras Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	880.000,00
TOTAL	5.616.400,00

§ 3º - A Despesa do IPREVE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	950.000,00
09. Previdência Social	4.000.000,00
28. Encargos Especiais	50.000,00
99. Reserva de Contingência RPPS	616.400,00
TOTAL	5.616.400,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	4.900.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	100.000,00
SUB-TOTAL	5.000.000,00
Reserva do RPPS	616.400,00
TOTAL	5.616.400,00

§ 1º - A utilização dos recursos das Reservas será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos Fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos Fiscais", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 12 - Os recursos da Reserva da Unidade Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha - IPREVE, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 13 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 17.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a sub-função e o programa.

Art. 16 - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 17 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 18 - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 19 - Os recursos oriundos de convênios e outras receitas não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 20 - Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal esta autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 21 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, conforme especificado no artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Art. 22 - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, bem como com a EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMVALI, UNIVALI, UFSC, UDESC, FURB e demais Universidades e Faculdades.

Art. 23 - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Art. 24 - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2016, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

Barra Velha, (SC), 23 de Novembro de 2015.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

**LEI Nº 1489 - DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1489 - DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.042.100,00 (Quatro milhões e quarenta e dois mil e cem reais), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 2 – gabinete do Prefeito - GP  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0004.0122.0002  
Projeto/Atividade: 2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (363) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 4 – Procuradoria Geral do Município - PGM  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0004.0061.0004  
Projeto/Atividade: 2007 – Manutenção das Atividades do PROCON  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (319) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2009 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAF  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (359) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 42.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (304) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0004.0128.0006  
Projeto/Atividade: 2.011 – Manutenção das Atividades de Recursos Humanos  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (201) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0006.0181.0006  
Projeto/Atividade: 2.042 – Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito – Polícia Militar  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (305) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional: 0006.0451.0006  
Projeto/Atividade: 2.095 – Modernização da Sinalização de Trânsito  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (254) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças  
Funcional: 0004.0123.0006  
Projeto/Atividade: 2014 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Orçamento  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (224) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.000,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (235) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças  
Funcional: 0004.0129.0006  
Projeto/Atividade: 2015 - Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (245) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 7 – Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS  
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0008.0244.0007  
Projeto/Atividade: 2019 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAS  
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (314) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 90.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0361.0008  
Projeto/Atividade: 2.023 – Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (351) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 470.000,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (345) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha



Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0365.0008  
 Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção das Atividades de Ensino Infantil  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (281) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 620.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (347) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 85.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0452.0212  
 Projeto/Atividade: 1044 – Revitalização do Morro do Cristo  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (249) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 33.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0452.0009  
 Projeto/Atividade: 2038 - Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (218) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 420.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 10 – Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio – SEPLAN  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
 Funcional: 0004.0121.0010  
 Projeto/Atividade: 2.085 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEPLAN  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (288) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 11 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba – SEDRI  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Desenvolvimento Regional de Itajuba  
 Funcional: 0015.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1.023 – Fixação da Barrinha de Itajuba  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (390) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 199.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
 Funcional: 0004.0605.0013  
 Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAP  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (234) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Agricultura  
 Funcional: 20.0606.0013  
 Projeto/Atividade: 2.047 – Manutenção das Atividades de Agricultura  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (221) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (377) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Órgão: 15 – Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Funcional: 0018.0541.0015  
 Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção das Atividades do FUNDEMA  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (9) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 48.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Funcional: 0004.0813.0017  
 Projeto/Atividade: 2.084 – Manutenção das Atividades do FUMTEC  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (22) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 18.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
 Funcional: 0023.0695.0201  
 Projeto/Atividade: 1.008 – Construção de Calçada as Margens da Lagoa  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (19) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 30.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
 Funcional: 0023.0695.0017  
 Projeto/Atividade: 2.054 – Manutenção das Atividades do Turismo  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (24) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
 Funcional: 0023.0695.0017  
 Projeto/Atividade: 2.093 – Promoção e Eventos do Turismo  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (36) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 351.500,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC

Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC  
Funcional: 0027.0812.0017

Projeto/Atividade: 2055 - Manutenção das Atividades de Esportes

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (26) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (17) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 72.400,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (15) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 38.800,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Funcional: 0008.0244.0020

Projeto/Atividade: 2059 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (59) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Funcional: 0008.0243.0020

Projeto/Atividade: 2062 – Proteção Social Básica/PBT/Criança

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (43) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.070 – Manutenção das Atividades de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/110 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.071 – Média e Alta Complexidade - MAC

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/122 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.075 – Piso da Atenção Básica Variável - PACS

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/125 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 175.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.078 – Manutenção do Consórcio de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00/86 – Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ 4.800,00

Elemento: 3.3.93.00.00.00.00.00/121 – Aplicação Direta decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em Consórcio Público do qual o Ente Participe .....  
..... R\$ 56.100,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.079 – Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/124 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 400.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM

Órgão: 22 – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM

Funcional: 0006.0182.0022

Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do FUMREBOM

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/163 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art.2º - Fica, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.0500.0 – Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS

Elemento: 3.3.91.00.00.00.00.00(435) – Aplic. Direta Decorrente de Op. entre Órgãos, Fundos e Entidades .....  
..... R\$ 55.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0843.0006

Projeto/Atividade: 0.001 – Pagamento da Dívida Pública Municipal

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.2.91.00.00.00.00.00/436 – Aplic. Diretas–Oper. Intra-Orçamentária R\$ 12.000,00

Elemento: 4.6.91.00.00.00.00.00/438 – Aplic. Diretas–Oper. Intra-Orçamentária R\$ 82.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos



<p>- SEMEC Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação Funcional: 0012.0367.0008 Projeto/Atividade: Ação: 2.094 – Manutenção das Atividades da Educação Especial Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (479) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 115.000,00</p>	<p>Funcional: 0004.0124.0005 Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção da Controladoria Geral do Município Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (338) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 20.000,00 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (368) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 10.000,00</p>
<p>Art.3º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta da anulação parcial/total das dotações abaixo:</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração Funcional: 0004.0122.0006 Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (251) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 120.000,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 2 – gabinete do Prefeito - GP Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0122.0002 Projeto/Atividade: 2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 (357) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 46.800,00 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (267) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 25.000,00</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração Funcional: 0004.0128.0006 Projeto/Atividade: 2.011 – Manutenção das Atividades de Recursos Humanos Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (373) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 7.700,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 2 – gabinete do Prefeito - GP Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0122.0002 Projeto/Atividade: 2004 – Atuação da Defesa Civil Municipal Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (294) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 7.500,00</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração Funcional: 0004.0122.0006 Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção das Atividades de Compras, Contratos e Licitações Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (396) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 9.000,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 3 – gabinete do Vice-Prefeito - GVP Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0122.0003 Projeto/Atividade: 2005 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (284) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 22.000,00</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração Funcional: 0004.0122.0006 Projeto/Atividade: 2.013 – Manutenção das Atividades do Patrimônio Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (330) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 25.000,00 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (374) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 2.700,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 4 – Procuradoria Geral do Município - PGM Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0061.0004 Projeto/Atividade: 2006 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (340) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 4.500,00</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração Funcional: 0006.0181.0006 Projeto/Atividade: 2.040 – Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito - PMBV Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (299) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 10.000,00</p>
<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 4 – Procuradoria Geral do Município - PGM Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0062.0004 Projeto/Atividade: 2103 – Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (264) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 10.000,00 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (262) – Aplicações Diretas ..... ..... R\$ 10.000,00</p>	<p>Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF</p>

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
 Funcional: 0004.0123.0006  
 Projeto/Atividade: 1045 – Reforma/Ampliação e Modernização do Paço Municipal  
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (279) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Finanças  
 Funcional: 0004.0129.0006  
 Projeto/Atividade: 2.015 – Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização  
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (185) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 21.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças  
 Funcional: 0004.0123.0006  
 Projeto/Atividade: 2018 - Manutenção do Departamento de Finanças  
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (256) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 55.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0008  
 Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMEC  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (403) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 70.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0008  
 Projeto/Atividade: 2.021 – Aquisição de Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (346) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0008  
 Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção das Atividades de Transporte Escolar - Ensino Fundamental  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (327) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1011 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (293) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 300.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1013 – Construção de Unidades Escolares  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (402) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1014 – Aquisição de Ônibus para o Transporte de Alunos da Rede Municipal de Ensino  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (325) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.900,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1049 – Construção de Quadra Coberta  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (278) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 36.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1050 – Construção da Garagem da Secretaria de Educação  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (342) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0365.0008  
 Projeto/Atividade: 2022 – Aquisição de Merenda Escolar – Ensino Infantil  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (260) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos

- SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0365.0008  
Projeto/Atividade: 2032 – Manutenção das Atividades de Transporte Escolar – Ensino Infantil  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (290) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 8 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional: 0012.0365.0210  
Projeto/Atividade: 1015 – Construção CEI's  
Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (303) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0004.0451.0009  
Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMOSP  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (353) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0009  
Projeto/Atividade: 1003 – Pavimentação/Urbanização de Vias Públicas  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (298) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1019 – Recuperação e Manutenção de Vias Públicas  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (318) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 280.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1020 – Conclusão da Fixação da Barra do Rio Itapocu e Dragagem da Boca da Barra  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (244) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1021 – Obras de Contenção do Rio Cancela  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (404) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1022 – Construção de Molhes Praia da Península  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (192) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1042 – Revitalização da Praça São Cristovão  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (176) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 300.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1043 – Revitalização da Praça da Bíblia  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (286) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 123.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0017.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1046 – Desassoreamento da Lagora  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (257) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional: 0015.0451.0212  
Projeto/Atividade: 1048 – Revitalização do Calçadão da Praia do Tabuleiro  
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (335) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0452.0009  
 Projeto/Atividade: 2.038 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (177) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 900.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SE-MOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0752.0009  
 Projeto/Atividade: 2.039 – Manutenção das Atividades da COSIP  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (255) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 60.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 10 – Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio – SEPLAN  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Indústria e Comércio  
 Funcional: 0004.0121.0010  
 Projeto/Atividade: 2.086 – Manutenção das Atividades do Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Ind. E Com.  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (191) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 42.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 11 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba - SEDRI  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento SEDRI - Desenvolvimento Regional de Itajuba Funcional: 0015.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1010 – Revitalização da Praia do Grant e Praia do Cerro  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (259) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 250.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 11 – Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba - SEDRI  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento SEDRI - Desenvolvimento Regional de Itajuba Funcional: 0015.0452.0011  
 Projeto/Atividade: 2044 – Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Regional de Itajuba  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (344) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (371) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (173) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0017.0512.0012  
 Projeto/Atividade: 2045 – Manutenção das Atividades do Saneamento  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (317) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0017.0512.0215  
 Projeto/Atividade: 2102 – Plano Municipal de Saneamento  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (266) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo Funcional: 0004.0605.0013  
 Projeto/Atividade: 2046 – Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAP  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (320) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Agricultura Funcional: 0020.0606.0013  
 Projeto/Atividade: 2047 – Manutenção das Atividades de Agricultura  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (210) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 8.400,00

Entidade: Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Órgão: 15 – Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA  
 Funcional: 0018.0541.0015  
 Projeto/Atividade: 2052 – Manutenção das Atividades do FUNDEMA  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (7) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 40.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (8) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 87.100,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Funcional: 0004.0813.0017  
 Projeto/Atividade: 2.084 – Manutenção das Atividades do FUMTEC  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (38) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Cultura - FUMTEC Funcional: 0013.0392.0017  
 Projeto/Atividade: 2.056 – Manutenção das Atividades de Cultura  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (21) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 40.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Órgão: 20 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
 Funcional: 0008.0242.0020



Projeto/Atividade: 2.061 – Proteção Social Especial/PTMC/Deficiente  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 (67) – Transf. Inst. Privadas s/ fins Lucrativos ... R\$ 20.000,00  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 (68) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.071 – Média e Alta Complexidade - MAC  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/95 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.075 – Piso da Atenção Básica Variável - PACS  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/140 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.076 – Piso da Atenção Básica Variável – Saúde Bucal  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00(152) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(129) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.077 – Piso da Atenção Básica Variável - PSF  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/111 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 280.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.079 – Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(90) – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0208  
 Atividade: 1033 – Aquisição de Odontomóvel  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(120) – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 45.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Órgão: 22 – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Funcional: 0006.0182.0022  
 Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do FUMREBOM  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/164 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 20 de novembro de 2015.  
 Claudemir Matias Francisco  
 Prefeito

## LEI Nº 1502 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 1502 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre Autorização ao Poder Executivo a repassar Contribuição para a Associação dos Municípios do vale do Itapocu – AMVALI, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso I, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título de contribuição a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a Associação dos Municípios do vale do Itapocu – AMVALI.

Art. 2º O repasse do valor mencionado no caput deste artigo será efetuado em 01 (uma) única parcela, destinado para desenvolver o levantamento barimétrico e medição de correntes na desembocadura do Rio Itapocú.

Art. 3º A Associação dos Municípios do vale do Itapocú – AMVALI deverá prestar contas dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 4º Fica expressamente vedada a redistribuição dos recursos financeiros repassados a título de contribuição.

Art. 5º Para a execução das despesas previstas na presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, consoante preconiza o Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito - GP  
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
 Funcional: 0004.0122.0002  
 Projeto/Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/357 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
 Valor: R\$ 30.000,00

Art. 6º O recurso necessário para atendimento do presente crédito suplementar correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo:

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Técnico Administrativo  
Funcional: 0017.0512.0012

Projeto/Atividade: 2.045 – Manutenção das Atividades do Saneamento

Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/317 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 30.000,00

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de dezembro de 2015.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

### LEI Nº 1503, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 1503, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a denominar o Campeonato Municipal de Beach Soccer 2016 de TAÇA NILTON JOÃO BATISTA, e através da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, a realizar despesas com a premiação do campeonato.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de TAÇA NILTON JOÃO BATISTA o Campeonato Municipal de Beach Soccer 2016.

Art.2º Fica autorizado o Executivo a destinar recursos na ordem de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) em pecúnia para premiação das equipes do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH SOCCER 2016 – TAÇA NILTON JOÃO BATISTA".

Art.3º Os recursos das premiações do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH SOCCER 2016 – TAÇA NILTON JOÃO BATISTA" ficarão assim distribuídos, por categoria:

I - Categoria Livre:

- 1º Lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- 2ª Lugar – R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- 3º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

a) – Equipe Disciplina:

- R\$ 300,00 (trezentos reais).

II – Categoria Veterano:

- 1º Lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- 2ª Lugar – R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- 3º lugar – R\$ 500,00 (quinhentos reais);

a) Equipe Disciplina:

- R\$ 300,00 (trezentos reais).

III – Categoria Feminino

- 1º lugar – R\$. 300,00 (trezentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

IV – Handebol De Areia – Categoria Masculino

- 1º lugar – R\$. 300,00 (trezentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

IV – Handebol De Areia – Categoria Feminino

- 1º lugar – R\$. 300,00 (trezentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria da Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura de Barra Velha, para o exercício de 2016.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº. 1498, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI Nº. 1498, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA a receber em comodato FRAÇÃO IDEAL de imóvel de propriedade do espólio de VALMIR PEREIRA

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber em comodato, sem ônus, fração ideal de imóvel pertencente ao Espólio de Valmir Pereira, correspondente a 13,30% (treze inteiros e trinta centésimos por cento) de terreno matriculado sob o n. 17.317, do Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha - SC, descrito e caracterizado de acordo com o § único deste artigo, suas benfeitorias e instalações, localizado na comunidade de Medeiros, Município de Barra Velha – SC, conforme descrito no Anexo I, parte integrantes desta lei.

Parágrafo único: UM TERRENO, com benfeitorias, situada no Bairro Medeiros, zona urbana do município de Barra Velha-SC, com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do Vértice V-1 com coordenadas X= 725283,8409 e Y= 7042530,6615 até o Vértice V-2 com Coordenadas X= 725267,9880 e Y= 7042595,7590, com a distância de 67,00m, confronta pela frente com o Cemitério de Medeiros e Rua de Acesso, deste ponto segue com a distância de 126,50m até o Vértice V-3 com coordenadas X= 725145,7832 e Y= 7042563,0749, confrontando pelo lado direito de quem da frente olha o imóvel com terras dos proprietários (M-17.317); deste ponto segue com a distância de 67,00m até o Vértice V-4 com coordenadas X= 725163,0896 e Y= 7042498,3487, confrontando nos fundos com terras dos proprietários (M-17.317); deste ponto segue com a distância de 125,00m até o Vértice V-1 ponto de origem deste memorial confrontando pelo lado esquerdo com terras de João Tavares; contendo a Área de 8.424,18m². Relação das benfeitorias, Campo de Futebol, Vestiário e Lanchonete.

Art. 2º A área objeto do comodato é destinada exclusivamente a prática de esportes, notadamente do uso do campo de futebol já existente, de vestiários de uso comum, lanchonete e estacionamento que ficarão sob a responsabilidade do município, podendo o município ceder o uso do espaço a associação sem fins lucrativos, desde que tal entidade seja sediada no Bairro de Medeiros.

Parágrafo único - Fica assegurado a Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, ou outro órgão oficial do Município, o direito de uso da referida área sem ônus, sempre que requisitado

for, para competições oficiais ou de confraternizações, desde que respeitadas as condições climáticas e de uso do espaço.

Art. 3º As construções de novas benfeitorias, no local, deverão ser previamente aprovadas pela COMODANTE, na forma do Contrato de Comodato, a ser assinado pelas partes.

Art. 4º As benfeitorias eventualmente erigidas sob o imóvel, integrarão o mesmo ao término do prazo do contrato de comodato, sendo indenizadas parcialmente pelos COMODANTES, no caso de rescisão antecipada, nos termos do Contrato de Comodato.

Art. 5º Fica autorizado o município a construir no terreno mencionado no artigo 1º, suporte para caixa d'água em concreto e a instalar iluminação no Campo de Futebol, as suas expensas, a partir da assinatura do Contrato de Comodato.

Parágrafo único - Durante a vigência do COMODATO, o Município responderá pelo pagamento das taxas de energia elétrica.

Art. 6º O comodato autorizado pela presente Lei terá prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser revogados por iguais períodos através de aditivos, podendo ser revogado a qualquer momento na forma da cláusula V, do Contrato de Comodato.

Art. 7º O Comodato será regido conjuntamente por esta lei e pelas cláusulas e condições da Minuta de Contrato de Comodato, parte integrante desta lei.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 23 de novembro de 2015.  
Claudemir Matias Francisco  
Prefeito

## **LEI Nº 1494 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1494 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

"Altera disposições da Lei nº 1471, de 14 de agosto de 2015, que autoriza a permutar área de terras de propriedade do Município, e dá outras providências."

O PREFEITO DE BARRAVELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º O inciso I do artigo 1º da Lei nº 1471, de 14 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º ...

I – UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Av: Dos Açores, Bairro Quinta dos Açorianos, neste Município, constituído pelo Lote nº 1900, da Quadra 115, do Loteamento Quinta dos Açorianos, com área de 487,49 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.03.265.0149, sob a matrícula 16.695, do RI desta Comarca de Barra Velha, de propriedade da Municipalidade, no valor de R\$. 67.660,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais). "

Art. 2º O inciso I do artigo 2º da Lei nº 1471, de 14 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º ...

I - UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Rua Francisco Domingos da Silva, Bairro Itajuba, neste Município, constituído pelo

Lote nº 12, DA Quadra nº A, do Loteamento Jardim Elaine, com a área de 300,00 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.04.332.0120, com as demais características e confrontações constantes da Matrícula nº 12.846, do R.I. desta Comarca de Barra Velha – SC, no valor de R\$. 61.660,00 (sessenta e um mil seiscentos e sessenta reais)".

Art. 3º Permanecem inalterados os demais artigos e parágrafos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

## **LEI Nº 1492 – DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1492 – DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

SUBSTITUI A LEI Nº 1187, DE 18 DE ABRIL DE 2012 QUE INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL DE BARRA VELHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa Atleta Municipal de Barra Velha/SC, destinado a concessão de benefício aos atletas participantes do desporto educacional, esportes de rendimento ou não em modalidades Olímpicas ou não Olímpicas, Paraolímpicas ou não Paraolímpicas, com prioridade aquelas em que o município vem representando em eventos oficiais de âmbito Estadual, Nacional e Internacional.

§ 1º O Poder executivo Municipal fixará, anualmente, o valor destinado ao auxílio do Bolsa Atleta, constando esse valor, na dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha.

§ 2º A Bolsa Atleta garantirá aos atletas beneficiados valores mensais correspondentes aos que se estabelece no Anexo Único desta lei.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º desde artigo, ficam criados as seguintes categorias de Bolsa atletas:

- a. Categoria Bolsa Atleta Estudantil - Compreendendo atletas que participam de jogos escolares estaduais e nacionais;
- b. Categoria Bolsa Atleta Estadual - Compreendendo atletas que participam de competição em âmbito estadual;
- c. Categoria Bolsa Atleta Nacional - Compreendendo atletas que participam de competição em âmbito nacional;
- d. Categoria Bolsa Atleta Internacional - Compreendendo atletas que participam de competição fora do território brasileiro;
- e. Categoria Bolsa Atleta Olímpico e Paraolímpico - Compreendendo atletas que participam dos Jogos olímpicos e paraolímpicos;

Art. 2º A Bolsa Atleta será concedida pela Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, consistindo em apoio financeiro, destinado à sua manutenção pessoal, em função de sua prática esportiva, não implicando qualquer vínculo com a Administração municipal.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a. Possuir idade mínima de 17 (dezesete) anos completos para a obtenção da Bolsa Atleta categorias Estadual, Nacional, Internacional, Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima 12 (doze) anos completos para a obtenção da Bolsa Atleta categoria Estudantil;
- b. Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa Atleta categoria Estudantil;
- c. Estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privado, para os atletas que pleitearem a Bolsa Atleta categoria Estudantil;
- d. Não receber salário de entidade de prática desportiva;
- e. Estar em plena atividade esportiva;
- f. Representar o município de Barra Velha nas competições oficiais em nível municipal, estadual, nacional e internacional;
- g. Ter participado de competições oficiais na modalidade pleiteado no níveis estudantil, estadual, nacional, internacional, olímpico e paraolímpico no ano imediatamente anterior a ano que esta se pleiteando a Bolsa Atleta;
- h. Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por tribunal de Justiça Desportiva do Estado, Federação e/ou Confederação da modalidade correspondente;
- i. Não estar recebendo o benefício Bolsa Atleta Estadual, Nacional ou em outro município;

Art. 4º Atletas de reconhecido destaque nos níveis estadual, nacional ou internacional, mediante indicações das entidades nacionais ou dirigentes nacionais dos respectivos esportes, referendada por histórico de resultados e situação nos rankings estadual, nacional e/ou internacional da respectiva modalidade.

Art. 5º As concessões prevista nos Art. 1º, 2º e 4º serão submetidas a apreciação da "Comissão de análise do Programa Bolsa Atleta", observando as disponibilidades financeiras e de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A "Comissão de análise do Programa Bolsa Atleta" será nomeada através de decreto do Presidente da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, a qual será constituídas por 03 (três) representantes da sociedade civil com formação em Educação Física, registrada do Conselho Regional de Educação Física (CREF).

Art. 6º As Bolsas Atleta serão concedidas dentro do exercício fiscal com pagamento mensais, em 10 (dez) recebimentos no corrente ano de validade da bolsa.

§ 1º Através de Edital, serão afixadas as datas e demais condições e exigências de inscrição para obtenção do Bolsa Atleta.

§ 2º Os atletas que receberem o Bolsa Atleta e conquistarem primeira, segunda ou terceira colocação em competições oficiais na modalidade de sua inscrição, serão indicados automaticamente para a renovação de suas respectivas bolsas.

Art. 7º Se por qualquer razão os atletas beneficiados deixarem de preencher os requisitos estabelecidos nesta lei, que os credenciam a receber a Bolsa Atleta, o benefício será repassado a outro atleta, observando a listagem oficial da "Comissão de análise do Programa Bolsa Atleta".

Art. 8º O atleta beneficiado com a bolsa atleta oferecerá em contrapartida, a permissão de uso da sua imagem em mensagens anúncios oficiais do município, em seus uniformes e nos demais materiais de divulgação e marketing.

Art. 9º Esta lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo e implementada pela Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha.

Art. 10 Fica revogada a Lei Municipal nº 1187, de 18 de Abril de 2012.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANSISCO

Prefeito de Barra Velha

#### ANEXO ÚNICO

Descrição e valores mensais correspondentes as Categorias do Programa Bolsa Atleta Municipal de Barra Velha/SC:

##### a. Categoria Bolsa Atleta Estudantil:

- Descrição - Para atletas que tenham obtido até a 3ª Colocação nas modalidades individuais e coletivas em competições oficiais de nível estudantil no ano anterior a concessão do benefício e que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição;
- Valor do benefício - No máximo R\$ 2.000,00 (dois mil reais) sendo dividido em 10 (dez) pagamentos mensais;

##### b. Categoria Bolsa Atleta Estadual:

- Descrição - Para atletas que tenham obtido até a 3ª Colocação nas modalidades individuais e coletivas em competições oficiais de nível estadual no ano anterior a concessão do benefício e/ou integrem o ranking estadual da modalidade homologado pela entidade oficial da modalidade; E que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição;
- Valor do benefício - No máximo R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) sendo dividido em 10 (dez) pagamentos mensais;

##### c. Categoria Bolsa Atleta Nacional:

- Descrição - Para atletas que tenham obtido até a 3ª Colocação nas modalidades individuais e coletivas em competições oficiais de nível nacional no ano anterior a concessão do benefício e/ou integrem o ranking nacional da modalidade homologado pela entidade oficial da modalidade; E que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição;
- Valor do benefício - No máximo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) sendo dividido em 10 (dez) pagamentos mensais;

##### d. Categoria Bolsa Atleta Internacional:

- Descrição - Para atletas que tenham obtido até a 3ª Colocação nas modalidades individuais e coletivas em competições Sul-Americanas, Pan-Americanas ou Mundiais e/ou tenham integrado a seleção nacional da modalidade no ano anterior a concessão do benefício; E que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição;
- Valor do benefício - No máximo R\$ 6.500,00 (Seis mil quinhentos reais) sendo dividido em 10 (dez) pagamentos mensais;

##### e. Categoria Atleta Olímpico e Paraolímpico:

- Descrição - Para atletas que tenham integrado as delegações olímpica e paraolímpica brasileiras de sua modalidade e que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição para futuras competições internacionais;
- Valor do benefício - No máximo R\$ 8.000 (oito mil reais) sendo dividido em 10 (dez) pagamentos mensais;



**LEI Nº 1490, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1490, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

“Autoriza o Poder Executivo através da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha a realizar despesas com o “3º Concurso de Fotografia “OLHARES SOBRE BARRA VELHA, e dá outras providências”.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo, através da Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura de Barra Velha, autorizado a realizar despesas com o “3º Concurso de Fotografia, “Olhares Sobre Barra Velha”, que acontecerá no dia 6 de dezembro do corrente ano, sendo:

I – Premiação em pecúnia, considerando:

- a) 1º Lugar – R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- b) 2º Lugar – R\$ 500,00 (Quinhentos reais);
- c) 3º Lugar – R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, como segue:

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC

Programa de Trabalho: 23.695.0017

Atividade: 2054 – Manutenção das atividades de Turismo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0/12

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 23 de novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito de Barra Velha

**LEI Nº 1491, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1491, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui Área de Interesse Especial para fins de implantação de empreendimento habitacional de interesse social e dá outras providências

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituída a Área de Interesse Especial sobre o imóvel de propriedade das empresas LALU ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 08.296.247/0001-09; MRN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 19.570.409/0001-71; SANTOS E NEGÓCIOS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 18.406.841/0001-69, C e MB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 12.152.574/0001-64, situada no Bairro Itajuba, objeto da Matrícula nº 29.377, do Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca, denominado de “Loteamento Pedras Brancas”.

Art. 2º - O objeto do empreendimento deverá seguir integralmente

a quantidade, medidas e demais especificações constantes da Planta Topográfica anexa, que passa a fazer parte integrante da presente lei, e observará, ainda, aos seguintes requisitos:

I – Quadras com extensão máxima de 300,00 metros, com acesso através de ruas sem saída (cul-de-sac), as quais poderão ter comprimento máximo de 150,00 metros.

II - as vias públicas deverão ter largura mínima de 12,00m;

III - recuo frontal para construções residenciais, de mínimo de 4,00m;

IV - taxa de ocupação máxima de 60,00%;

V - as edificações deverão observar tipologia de habitação unifamiliar, que garantam a qualidade de vida e a moradia digna dos moradores;

VI – não serão permitidas construções do tipo “geminados” em lotes com área inferior a 240,00 m2 e em lotes com frente mínima de 12,00 metros;

VII - os demais parâmetros urbanísticos a serem adotados no loteamento serão os previstos na Legislação Municipal e Federal em vigor em vigor;

Art. 3º - Em caso de desistência de implantação do empreendimento, ou em decorrência de algum impedimento legal ou outro motivo que acarrete a sua não implantação, ficará extinta automaticamente a aplicação desta lei, voltando ao gravame territorial original, previsto nas normas municipais em vigor.

Art. 4º - Fica concedido isenção do pagamento de IPTU sobre o empreendimento, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da abertura da inscrição imobiliária junto ao Setor de Cadastro da Municipalidade.

§ único – como compensação pela isenção de que trata o caput deste artigo, as empresas empreendedoras realizarão obras de pavimentação asfáltica na Rua dos Amaros, no trecho compreendido entre a ligação com a Rod. BR 101, até onde essa se confronta com o imóvel objeto da presente lei.

Art. 5º - A aprovação do empreendimento e liberação para venda dos lotes se dará em partes distintas, uma vez obtidas todas as licenças ambientais e cumpridas as demais exigências legais, e desde que realizadas as obras de infraestrutura no setor objeto do pedido de liberação para venda, cuja comprovação se dará através de vistoria e certidão expedida pela SEPLAN.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**LEI Nº 1493, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1493, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a incorporar no Patrimônio do Município dois (02) Pluviômetros Semiautomático, recebidos da União por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a incorporar no patrimônio do Município dois (02) Pluviômetros Semiautomáticos, recebidos da União por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### **LEI Nº 1496 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1496 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Receber por Doação, um veículo de Propriedade da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação, um veículo de propriedade da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, conforme especificação abaixo:

I – 01 (um) automóvel, ano/modelo 2003/2004, gasolina, placa MCN 2276, marca GM/corsa, modelo classic, Renavam nº 811602583, chassi nº 9BGSB19N04B108569.

Art. 2º O referido bem passa a integrar definitivamente o patrimônio do Município de Barra Velha, ficando a disposição da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca.

Art. 3º Fica o Poder Executivo responsável pelas despesas decorrentes de licenciamento anual do veículo, bem como as decorrentes de transferências.

Art. 4º As despesas oriundas da execução da presente Lei correrão por conta de dotações específicas, previstas na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### **LEI Nº 1497, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1497, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a dar nome ao CEI – Centro de Educação Infantil, localizado no Bairro Itajuba."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a dar o nome de PROFª DANIELE RAMON ESCHHOLZ SCHUCH ao CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizado na Rua 1445, nº 111, Bairro Itajuba, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de novembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### **LEI Nº 1501 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1501 – de 04 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE BARRA VELHA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 04 de dezembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**LEI Nº 1504 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1504 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza firmar Contrato de Arrendamento de Área para exploração de Jazida para exploração de saibro/cascalho/macadame.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Arredamento de Área de Terras, de propriedade de VALDIR DE MOURA, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador da C.I. nº 3.428.149 e do CPF nº 771.017.159-15, residente e domiciliado à Estrada Geral Itinga II, neste Município, constituída por uma área de 49.400,00 metros quadrados, parte da Matrícula nº 15.239, do Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca, para fins de exploração de uma jazida para extração do material denominado de Saibro, Cascalho ou Macadame, licenciada em nome do Município de Barra Velha, conforme DECLARAÇÃO DE REGISTRO DE EXTRAÇÃO DNPM Nº 12 (Processo DNPM nº 815.505/15).

Art. 2º O prazo previsto para o presente Arrendamento é de 05 (cinco) anos, renovável por mais 05 (cinco), nos termos da Portaria DNPM nº 216/2010.

Art. 3º Pelo valor do Arrendamento, o Município pagará ao Arrendante o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, cujo pagamento se iniciará à partir no início efetivo da exploração a que se refere o artigo 1º.

Parágrafo único: Os reajustes a serem aplicados nos preços estipulados neste contrato serão os índices oficiais publicados pelo governo federal, aplicáveis para os contratos em geral firmados com a administração pública.

Art. 4º O material a ser extraído da jazida será utilizado exclusivamente em obras, estradas e ruas municipais, e não poderá sob qualquer hipótese, ter destinação diversa, ressalvada apenas a previsão contida no contrato firmado com o detentor dos direitos minerários.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 10 de dezembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**LEI Nº 1505 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1505 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

INSTITUI A "SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA" NO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA"

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana da Consciência Negra" no Município de Barra velha, que será constituída por atividades que acontecerão na semana que compreende o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) de todos os anos.

Art. 2º As atividades previstas no artigo 1º serão de caráter cultural, informativo e político, visando a cultura negra no pleno exercício de seus direitos e obrigações perante a sociedade.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 10 de dezembro de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA PP 77-2015

#### ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 77/2015

DATA: 16/12/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:00 horas

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012.

No dia e horário supramencionados, reuniram-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, todos nomeados pela Portaria nº 157/2015, para dirimirem a respeito do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 77/2015. Na sessão pública de abertura e julgamento da licitação ocorrida no dia 10/12/2015 o representante da licitante COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA manifestou interesse em interpor recurso, conforme relatado na referida ata. Por ocasião, abriu-se o prazo recursal legal de 3 (três) dias, iniciando no dia 10/12/2015 e terminando no dia 15/12/2015, conforme previsto no art. 4º, VXIII da Lei nº 10.520/2002. Ocorre que, decorrido o prazo recursal concedido, não houve qualquer manifestação por parte da licitante. Sendo assim, retoma-se os tramites da licitação com a ADJUDICAÇÃO dos itens do certame a empresa vencedora AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 25.032,00 (vinte e cinco mil e trinta e dois reais). Registra-se que a licitante vencedora já enviou sua proposta de preços readequando os itens ao valor global vencido, ficando a classificação final conforme anexo desta ata. Em seguida lavrou-se a presente Ata, que após lida foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a reunião, indo está assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio. Benedito Novo, 16/12/2015, às 9h20m.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PAS- QUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	---

### EXTRATO DO CONTRATO 163/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2015

Referente: Processo Licitatório nº 82/2015

Contratada: ANTONIO CARLINHO ODORIZZI

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM APROXIMADAMENTE 70M², EM PAVIMENTO TÉRREO, DE FRENTE PARA A AVENIDA, COM RAMPA DE ACESSO PARA DEFICIENTES, HALL DE ENTRADA, RECEPÇÃO, 02 SALAS PARA ATENDIMENTO, BWC SOCIAL E COZINHA, LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, Nº 163, APTO 101, CENTRO, BENEDITO NOVO, PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

Valor Total Contratado: R\$ 11.400,00

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 14/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 164/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2015

Referente: Processo Licitatório nº 83/2015

Contratada: ANTONIO CARLINHO ODORIZZI

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM APROXIMADAMENTE 70M², EM PAVIMENTO TÉRREO, FUNDOS DO PRÉDIO, COM HALL DE ENTRADA, RECEPÇÃO, 02 SALAS PARA ATENDIMENTO, BWC SOCIAL E COZINHA, LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, Nº 163, APTO 102, CENTRO, BENEDITO NOVO, PARA FUNCIONAMENTO DO CREAS.

Valor Total Contratado: R\$ 9.360,00

Vigência: 02/01/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 14/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 165/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2015

Referente: Processo Licitatório nº 69/2015

Contratada: RSUL LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Valor Total Contratado: R\$ 19.725,00

Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016

Data Assinatura: 15/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 166/2015

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2015

Referente: Processo Licitatório nº 69/2015

Contratada: DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Valor Total Contratado: R\$ 809,20

Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016

Data Assinatura: 15/12/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 167/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 69/2015  
Contratada: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
Valor Total Contratado: R\$ 7.546,05  
Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 170/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 69/2015  
Contratada: VALDEREZ MOREIRA GARCIA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
Valor Total Contratado: R\$ 21.921,47  
Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 168/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 69/2015  
Contratada: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
Valor Total Contratado: R\$ 2.905,70  
Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 171/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 69/2015  
Contratada: M MÓBILE EIRELI  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
Valor Total Contratado: R\$ 627,50  
Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 169/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2015  
Referente: Processo Licitatório nº 69/2015  
Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFESSORES E MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO A ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO  
Valor Total Contratado: R\$ 1.513,10  
Vigência: 15/12/2015 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 15/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2012**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2012  
Referente: Processo Licitatório nº 29/2012  
Contratada: IPM INFORMATICA LTDA  
Objeto: PRORROGA VIGENCIA  
Vigência: 02/01/2016 a 31/03/2016  
Data Assinatura: 04/12/2015  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.112/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 61/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.112/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 61/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO, PERFURADOR PNEUMÁTICO PARA CIRURGIA ORTOPÉDICA) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MICRODENT APARELHOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA EPP

Valor: R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)

Vigência: 08/12/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.182/2014 PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IL Nº 93/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.182/2014  
Processo: Inexigibilidade de Licitação - IL Nº 93/2014 – FMS

Objeto: CHAMADA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM E CARDIOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: TOP IMAGE DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA.

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 10.124/2014 – PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 72/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quinto Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Contrato nº 10.124/2014 – Processo: Pregão Presencial

- PP Nº 72/2014 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, POLICLÍNICA, CEO, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: AMA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Valor: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais) referente ao item 1.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2931/2015**

PORTARIA nº 2931 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alcioneia Souza Farias, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2975/2015**

PORTARIA nº 2975 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alciliete Anália Soares Abreu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.



Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2976/2015**

PORTARIA nº 2976 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Amarilda Manes da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2977/2015**

PORTARIA nº 2977 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ana Lucia da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2978/2015**

PORTARIA nº 2978 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ana Maria Ribeiro, detentor do

cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2979/2015**

PORTARIA nº 2979 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Angela Maria Valentim Marcelino, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2980/2015**

PORTARIA nº 2980 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ceoli Teresinha Vieira Caetano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2981/2015**

PORTARIA nº 2981 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Cintia Cristina Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2982/2015**

PORTARIA nº 2982 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Claudete Maria Pinheiro, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2983/2015**

PORTARIA nº 2983 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Conceição José Jacinto, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2984/2015**

PORTARIA nº 2984 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Dalva Maria de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2985/2015**

PORTARIA nº 2985 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Diana Gislene dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2986/2015**

PORTARIA nº 2986 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Diane Vieira Cardoso, detentor

do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2987/2015**

PORTARIA nº 2987 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fernanda de Souza Quint, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2988/2015**

PORTARIA nº 2988 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Franciely Isete Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2989/2015**

PORTARIA nº 2989 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Francisca Marly Amaral, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2990/2015**

PORTARIA nº 2990 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ivanir Kraczkinski, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2991/2015**

PORTARIA nº 2991 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Janaína de Fátima Gonçalves, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2992/2015**

PORTARIA nº 2992 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jandira Oliveira de Abreu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2993/2015**

PORTARIA nº 2993 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jane de Faria, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2994/2015**

PORTARIA nº 2994 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jaqueline da Rosa, detentor do

cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2995/2015**

PORTARIA nº 2995 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Julliana da Rosa de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2997/2015**

PORTARIA nº 2996 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Maria de Lourdes da Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2998/2015**

PORTARIA nº 2998 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marines da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3001/2015**

PORTARIA nº 3001 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Perpétua do Socorro Ribeiro Adriano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2999/2015**

PORTARIA nº 2999 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marlene dos Santos Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3002/2015**

PORTARIA nº 3002 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Raquel Orlando Vieira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3000/2015**

PORTARIA nº 3000 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Neosita Aparecida Campos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

**PORTARIA Nº 3003/2015**

PORTARIA nº 3003 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Renata Pereira Marafio, detentor



do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3004/2015**

PORTARIA nº 3004 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Roselene Maria Elias, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3005/2015**

PORTARIA nº 3005 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Roseli dos Santos Correia, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3006/2015**

PORTARIA nº 3006 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rosileia Kuchert, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3007/2015**

PORTARIA nº 3007 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Santa Maria Alves Sagais, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3008/2015**

PORTARIA nº 3008 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sayuri Aparecida Pereira de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.



Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3009/2015**

PORTARIA nº 3009 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Silvana Souza Arceno, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3010/2015**

PORTARIA nº 3010 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sirlei de Siqueira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3011/2015**

PORTARIA nº 3011 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Solange de Fátima Vieira da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3012/2015**

PORTARIA nº 3012 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sonia Teresinha de Melo Firmo, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3013/2015**

PORTARIA nº 3013 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Suelen Moreschi, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3014/2015**

PORTARIA nº 3014 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Terezinha do Nascimento, detentor

do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3015/2015**

PORTARIA nº 3015 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valmira Avila Gomes, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3016/2015**

PORTARIA nº 3016 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanda Valentim Moreira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3017/2015**

PORTARIA nº 3017 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanessa Catarina Amorim Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3018/2015**

PORTARIA nº 3018 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vanessa Maria Vieira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3019/2015**

PORTARIA nº 3019 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Zulmira Heerdt Doerner, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3020/2015**

PORTARIA nº 3020 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andre Jucelio Prazeres Cunha, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3021/2015**

PORTARIA nº 3021 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Isonaide Helena Waltrich da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3022/2015**

PORTARIA nº 3022 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sandro Cardoso, detentor do

cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3023/2015**

PORTARIA nº 3023 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Silvia Cristina Pereira de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3025/2015**

PORTARIA nº 3025 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Debora Alexandre, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3026/2015**

PORTARIA nº 3026 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilseia Aparecida Mota Gonçalves, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3029/2015**

PORTARIA nº 3029 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Adriana Menezes de Oliveira Galo, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3027/2015**

PORTARIA nº 3027 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jeane Keli Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3030/2015**

PORTARIA nº 3030 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Jaqueline de Souza Barbosa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3028/2015**

PORTARIA nº 3028 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marivane Aparecida Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

**PORTARIA Nº 3031/2015**

PORTARIA nº 3031 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Madelaine Guerra Koch, detentor

do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3033/2015**

PORTARIA nº 3033 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Maria Elizeth Rampa da Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3034/2015**

PORTARIA nº 3034 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Simone Longina da Cunha, detentor do cargo de provimento temporário de Professor I, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3035/2015**

PORTARIA nº 3035 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fabiana Martins Corrêa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3036/2015**

PORTARIA nº 3036 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Mônica Abreu dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3037/2015**

PORTARIA nº 3037 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alirio Pioner de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.



Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3038/2015**

PORTARIA nº 3038 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andreia Catarina de Amorim, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3039/2015**

PORTARIA nº 3039 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andreia Monica Mendes Fernandes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3040/2015**

PORTARIA nº 3040 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Carmem Lucia Richartz MANes,

detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3041/2015**

PORTARIA nº 3041 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Carmen Fatima de Pra Kolln, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3042/2015**

PORTARIA nº 3042 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Celia Regina da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 3043/2015**

PORTARIA nº 3043 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Dulce Erica Kloch Flores, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3046/2015**

PORTARIA nº 3046 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Leia Roselane Raup, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3044/2015**

PORTARIA nº 3044 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Eva Anilda da Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3047/2015**

PORTARIA nº 3047 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Lucimara dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3045/2015**

PORTARIA nº 3045 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Larissa Mara Vechi, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

**PORTARIA Nº 3048/2015**

PORTARIA nº 3048 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Malvina Costa Silva do Mar,

detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3049/2015**

PORTARIA nº 3049 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marilea Martins Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3050/2015**

PORTARIA nº 3050 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ronise Maria de Oliveira Mafra, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3051/2015**

PORTARIA nº 3051 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rosaria Judesia Adriano, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3052/2015**

PORTARIA nº 3052 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rute Pereira Capela, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3053/2015**

PORTARIA nº 3053 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Shirley Helena Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3054/2015**

PORTARIA nº 3054 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Silesia Francisco, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3055/2015**

PORTARIA nº 3055 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Suzana Elzita Sagas Stahlin, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3056/2015**

PORTARIA nº 3056 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valdete Andrade Manes, detentor

do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3057/2015**

PORTARIA nº 3057 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valéria Romancini Pacheco, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3058/2015**

PORTARIA nº 3058 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vilma Tavares dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3107/2015**

PORTARIA nº 3107 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Maria de Lourdes Ferreira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3110/2015**

PORTARIA nº 3110 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MArrubia Aparecida Ramos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3108/2015**

PORTARIA nº 3108 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marizete Maria Lofy Morganti, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3111/2015**

PORTARIA nº 3111 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Osnilda Kuhn Haskel, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3109/2015**

PORTARIA nº 3109 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marizete Maria Peres Nienkotter, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

**PORTARIA Nº 3112/2015**

PORTARIA nº 3112 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Patrícia Alexandre Souza da

Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3113/2015**

PORTARIA nº 3113 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rafaela Domingues de Azevedo, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3114/2015**

PORTARIA nº 3114 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ronita Rosina Kerich Klingelfus, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3115/2015**

PORTARIA nº 3115 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Roseli de Souza Corrêa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3116/2015**

PORTARIA nº 3116 de 04 de dezembro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILENY MARIA WEBER, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 19/12/2015 a 01/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 3117/2015**

PORTARIA nº 3117 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rosimar de Souza Segala, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a



partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3118/2015**

PORTARIA nº 3118 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rubia Mara Lemonie Jose, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3119/2015**

PORTARIA nº 3119 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Samara Vieira Laurentino, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3120/2015**

PORTARIA nº 3120 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sandra Mara de Andrade, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3121/2015**

PORTARIA nº 3121 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Simone Cristina Chaves Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3122/2015**

PORTARIA nº 3122 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Stefani de Miranda da Cruz, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3123/2015**

PORTARIA nº 3123 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Suellyn Westphal Valgas, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3124/2015**

PORTARIA nº 3124 de 04 de dezembro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vania Maria de Souza Dutra, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/12/2015.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 027/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 027/2015

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: serviço de impressão e tratamento de 29 (vinte e nove) fotos para galeria dos Vereadores Presidentes desta Casa Legislativa no período de 1947 até 2015, conforme solicitação encaminhada pela Secretária Administrativa, através do Memorando n. 080/2015/ADM.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL DA DISPENSA (menor preço): R\$123,25 (cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos).

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATADO: João Vitor Gonçalves Petry – CPF n. 077.690.619-46.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.93.00.00.00.00.00.0.01.00.0.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2015.

Biguaçu/SC, 17 de dezembro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.810/2015

DECRETO Nº 10.810, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUSPENDE OS PRAZOS DE APLICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DE CARÁTER PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "o" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos do dia 21 de dezembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016, período de férias coletivas, disciplinado pela Lei nº 8.188, de 05 de novembro de 2015, os prazos de aplicação e de prestação de contas dos recursos financeiros concedidos a título de contribuições, auxílios e subvenções às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

### DECRETO Nº 10.840/2015

DECRETO Nº 10.840, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE ESTÍMULO FISCAL À CLÍNICA HOSPITALAR "BAUM LTDA".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 2º, I, "a" da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, atendendo o que consta do Processo CMDES nº 007/2015 e do Memorando – CMDES nº 19/2015, de 15 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à Clínica Hospitalar "BAUM LTDA", pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, na Rua Doutor Pedro Zimmermann, nº 3.245, bairro Itoupavazinha, inscrita no CNPJ sob o nº 20.720.794/0001-75 e Cadastro Municipal de Contribuinte nº 110.099, estímulo fiscal consistente na isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN sobre mão de obra de construção civil de um imóvel de 23.000m² (vinte e três mil metros quadrados) até o limite de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), taxas e emolumentos sobre a mesma obra até o limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sem ressarcimento.

Parágrafo único. O incentivo de que trata este Decreto fica condicionado à reavaliação anual a ser feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, do cumprimento das metas

constantes da Carta Consulta subscrita para obtenção do benefício.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.324/2015

PORTARIA Nº 19.324, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PHILIPPE DAVID DE LIMA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal PHILIPPE DAVID DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de dezembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 7908/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.325/2015

PORTARIA Nº 19.325, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO DA CIDADE DE BLUMENAU – CONCIBLU, PARA O QUADRIÊNIO 2015/2019.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar 615, de 15 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 615, de 15 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, os cidadãos abaixo relacionados para comporem o Conselho da Cidade de Blumenau – CONCIBLU no quadriênio 2015/2019:

#### CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS

- REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTE DA SOCIEDADE ORGANIZADA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

ARLON TONOLLI e IVONE GNEWUCH, representantes titular e suplente, respectivamente, das Associações de Moradores da Região Administrativa 1 e 2;

JOSÉ DALCAMPO e ANTONIO NAILOR DE PAULA, representantes

titular e suplente, respectivamente, das Associações de Moradores da Região Administrativa 3 e 4;

LUCIA C. M. TAVARES, representante titular, das Associações de Moradores da Região Administrativa 3 e 4;

ADEMIR DE MELO e ALOÍSIO JOSÉ LANSER, representantes titular e suplente, respectivamente, das Associações de Moradores da Região Administrativa 3 e 4;

LEANDRO LUDWIG e LAURO EDUARDO BACCA, representantes, titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações Ambientalistas;

JOÃO BATISTA GONÇALVES e JAMES PEIXER, representantes, titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações Ambientalistas;

GIOVANI RAFAEL SEIBEL e ANDRÉ JENICHEN, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações ligadas à Área de Mobilidade Urbana;

VILMAR JOSÉ BALSAN e SELMA LUIZA BUSS, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações de Defesa às Pessoas Portadoras de Deficiência;

NIVEA MARIA KLEIN KEUNECKE e NILVA GORETTI FERMOLLEM, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações de Defesa às Pessoas Portadoras de Deficiência;

MAURO DORIGATTI e CHARLES SCHWANKE, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações dos Direitos Humanos;

SORAIA VASSELAI e CARLOS ALBERTO T. ROESENER representantes titular e suplentes, respectivamente, dos Movimentos de Defesa de Segurança Urbana;

MARIA LOURDES LANSER BLOEMER e SANDRA APARECIDA REGIS AMORIM, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ou Organizações ligadas à Saúde;

- REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTES DOS SINDICATOS, DOS PROFISSIONAIS DE CLASSE E DAS ENTIDADES FINANCIADORAS E PRODUTORAS DO ESPAÇO URBANO:

EMÍLIO ROSSMARK SCHRAMM e MÁRCIO SÉRGIO SALVADOR RODRIGUES, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato Patronal;

MARCO ANTÔNIO COELHO e GUSTAVO LUIZ MULLER, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato Patronal;

SONIA SUZETE ROESE e PRICILA WEBER, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores;

JULIO CESAR DE SOUZA e CLAUDIO CESAR DE OLIVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos Profissionais;

MARCELO MANNRICH e RAEI BELLI, representantes titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos Profissionais;

SÉRGIO LUIZ HAYASHI e TIAGO LUÍS PAMPLONA, representantes titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos Profissionais;

ROBERTO SERGIO CUNHA e ADILSON PETRY, representantes

titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos Profissionais;

CARLOS ALBERTO PINTARELLI e PAULO RENATO OLIVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades Financiadoras e Produtoras do Espaço Urbano;

CARLOS TAVARES D'AMARAL e PAULO HENRIQUE HERIOWG, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades Financiadoras e Produtoras do Espaço Urbano;

HELIO ROBERTO RONCAGLIO e PAULO CESAR LOPES, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades Financiadoras e Produtoras do Espaço Urbano;

SERGIO BELLICANTA e DAVI EDUARDO SCARENSE ZIMMERMANN, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades Financiadoras e Produtoras do Espaço Urbano;

DANIEL RODRIGUES DA SILVA e CAMILA DE OLIVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ligadas ao Planejamento Urbano;

LEONARDO DIONDIMO MOSER e MARCOS ZATA BORFES, representantes titular e suplente, respectivamente, das Entidades ligadas ao Planejamento Urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.326/2015**

PORTARIA Nº 19.326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA THAIS SCHARIANNE DA ROSA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ORÇAMENTO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

THAIS SCHARIANNE DA ROSA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Orçamento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 16 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 442/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 442/2015

CONTRIBUINTE : BLUPACK AIR CARGO SERVICE LTDA.  
ENDEREÇO: RUA ANTONIO TREIS, 409 - FUNDOS – VORSTADT.  
Nº INSCRIÇÃO: 59.482 CNPJ: 01.890.619/0001-81.  
Processo Fiscal : 2015/752  
Sócios: SILVIO FLORES / VANIA CINIRA PEREIRA.

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da Lei Complementar n. 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da Lei Complementar n. 632/2007); ou  
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da Lei Complementar n. 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS**

Base de Cálculo	R\$ 38.446,17	
Imposto a Recolher	R\$ 1.922,31	
Atualização Monetária	R\$ 43,48	
Juros de Mora	R\$ 205,65	
Multa p/ infração	R\$ 982,89	
Total Geral	R\$ 3.154,33	

**DESCRIÇÃO DOS FATOS.**

- 1) Período Fiscal: Julho/2014 a Abril/2015; Junho/2015 e Julho/2015
  - 2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas nº 87 a 120 (NOTABLU)
  - 3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:
    - 3.1) Presta serviços de coleta, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03, e prevista no Art. 276 da Lei Complementar n. 632/2007, item(ns): 26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondência, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
    - 3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal, Art. 295, § 1º da Lei Complementar n. 632/2007.
  - 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO.
    - 4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:
      - 1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas.
  - 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR.
    - 5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 5% (Art. 276 Lei Complementar n. 632/2007).
    - 5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:
      - a) Atualização monetária:
        - A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010;
        - A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011;
        - A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012;
        - A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013;
        - A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014;
      - b) Juros de Mora de 1% ao mês, Art. 82 da Lei Complementar n. 632/2007.
    - 5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da Lei Complementar n. 632/2007.
  - 6) Observações:
    - 6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da Lei Complementar n. 632/2007.
    - 6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.
    - 6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.
    - 6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).
- Evandro Assis Müller  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO  
Matrícula nº 21558-9

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

## MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:						442/2015		
Ano2014	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.aPagar	Imposto	Atualização	Jurosde	ValorTotal
Meses	FatBruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Julho	2.392,68	119,63	-	119,63	127,20	7,57	21,62	148,83
Agosto	2.077,50	103,88	-	103,88	110,45	6,57	17,67	128,12
Setembro	283,50	14,18	-	14,18	15,07	0,90	2,26	17,33
Outubro	820,00	41,00	-	41,00	43,59	2,59	6,10	49,70
Novembro	2.442,50	122,13	-	122,13	129,85	7,73	16,88	146,73
Dezembro	5.730,23	286,51	-	286,51	304,63	18,12	36,56	341,19
Total	13.746,41	687,32	-	687,32	730,80	43,48	101,10	831,89
Ano2015	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	ValorTotal
Meses	FatBruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	3.511,10	175,56	-	175,56	175,56	-	19,31	194,87
Fevereiro	6.043,22	302,16	-	302,16	302,16	-	30,22	332,38
Março	3.262,56	163,13	-	163,13	163,13	-	14,68	177,81
Abril	6.563,10	328,16	-	328,16	328,16	-	26,25	354,41
Julho	1.579,16	78,96	-	78,96	78,96	-	4,74	83,70
Total	24.699,76	1.234,99	-	1.234,99	1.234,99	-	104,55	1.339,54

Evandro Assis Müller  
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO  
Matrícula nº 21558-9

**INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 002/2015 - SEFAZ**

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 002/2015

## Reclamação

Reclamante: UNISESMT COOPERATIVA SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Assunto: Notificação Fiscal nº. 328/2014.

Processo no: 21.329/2014.

Nos termos da Lei Complementar no. 632, de 30 de março de 2007, intimamos à empresa UNISESMT COOPERATIVA SERVIÇOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO., para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente os seguintes documentos, conforme pedido de diligência em anexo.

- 1) Planilha com todos os valores mensais de serviços prestados em outros municípios, acompanhados de cópia das faturas emitidas;
- 2) Cópia do Alvará de localização de cada uma das filiais existentes nos municípios citados no item 1;
- 3) Planilha discriminando todas as faturas emitidas com os serviços prestados e indicando as alíquotas que a autora entende aplicável, acompanhadas das respectivas faturas que ocorra divergência de valores.

Por intermédio do presente, o reclamante acima identificado, atualmente em local incerto ou não sabido, fica intimado 15 dias após a data da efetiva circulação no boletim oficial, consoante Art. 153, 2º, inciso III, Lei Complementar n. 632/2007. E, para o conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido este edital e publicado 1 (uma) vez.

Blumenau, 16 de dezembro de 2015.



**INEXIGIBILIDADE Nº 02-2237/2015 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2237/2015 – Peças de reparo para bomba dosadora do pac e flúor.

Empresa: EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA (04.196.290/0001-41)

Valor Total: R\$ 5.555,94

BASE LEGAL: Artigo 25, I da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2259/15 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06-2259/2015 - Contratação de empresa especializada para impermeabilização das paredes e das calhas do filtro 1 da ETA II, numa área aproximada de 80m².

**HOMOLOGAÇÃO**

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa(s):

MACHADO & MILANI IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA - ME.

Valor Total R\$ 37.468,37

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial 2259/2015, obedecerão, integralmente, a Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 14 de Dezembro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2260/15 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06-2260/2015 - Registro de Preços para execução de recuperação da camada asfáltica em obras de implantação novas e substituições de redes e adutoras, novas ligações domiciliares, mudança de ligações, interligações e intervenções nas redes de abastecimento de água, do Sistema Rodoviário Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.

**HOMOLOGAÇÃO**

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa(s):

RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

Valor Total R\$ 1.620.240,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial 2260/2015, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria

Blumenau, 16 de Dezembro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/169**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/169

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CLUBE ATLÉTICO ITROUPAVA

OBJETO: Despesas com o projeto de revitalização da sede; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/170**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/170

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

ALVORADA ESPORTE CLUBE

OBJETO: Despesas com o projeto de instalação de tela de proteção no campo esportivo; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Dois mil e quinhentos reais (R\$ 2.500,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/167**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/167

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE

OBJETO: Despesas com o projeto com pagamento de folha e encargos; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Sessenta mil reais (R\$ 60.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/157**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/157

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO AN-TÔNIO

OBJETO: Despesas com o projeto com aquisição de cama hospita-lar; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Sessenta mil reais (R\$ 60.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/153**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/153

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO VALE DO ITAJAÍ - ACEVALI

OBJETO: Despesas com o projeto com pagamento da equipe técni-ca de apoio; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/160**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/160

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

GRUPO DE ESCOTEIROS DO AR PELICANOS – 108/SC

OBJETO: Despesas com o projeto para aquisição de utensílios peli-cano; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Quatro mil reais (R\$ 4.000,00) repassados em parcela úni-ca.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/173**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/173

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCA-ÇÃO INFANTIL OSVALDO DESCHAMPS

OBJETO: Despesas com o projeto para aquisição portão e sistema eletrônico de trava; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Dois mil e quinhentos reais (R\$ 2.500,00) repassados em parcela única, com aporte financeiro no valor de oitocentos e no-venta reais (R\$ 890,00).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/180**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/180

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA FRANZ VOLLES E TRANS-VERSAIS

OBJETO: Despesas com o projeto para revitalização da associação; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015 inciso XV e Lei nº. 8.226/2015 inciso VI.

VALOR: Onze mil reais (R\$ 11.000,00) repassados em parcela úni-ca, com aporte financeiro no valor de dois mil e oito reais e noventa e um centavos (R\$ 2.008,91).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/177**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/177

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AU-DITIVOS - ABADA

OBJETO: Despesas com o projeto pagamento de folha e encargos; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Doze mil reais (R\$ 12.000,00) repassados em parcela úni-ca, com aporte financeiro no valor de vinte e seis reais e trinta e três centavos (R\$ 26,33).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/186**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/186

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OBRA KOLPING ESTADUAL DE SANTA CATARINA – COMUNIDADE KOLPING GARCIA

OBJETO: Despesas com o projeto para aquisição de computador; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Três reais (R\$ 3.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/159**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/159

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS

OBJETO: Despesas com reestruturação da passarela, conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00), repassado em parcela única, com aporte financeiro da entidade no valor de quatrocentos reais (R\$ 400,00).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/162**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/162

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FRANCISCO VAHLDIECK - FORTALEZA

OBJETO: Despesas com o projeto de calçamento da associação; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/161**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/161

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS - ABLUDEF

OBJETO: Despesas com pagamento de 13º salário, conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00), repassados em parcela única, com contrapartida no valor de quatrocentos e trinta e dois reais (R\$ 432,00).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/154**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/154

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WILHELM THEODOR SCHÜRMANN

OBJETO: Despesas com o Projeto para aquisição de dicionários; materiais esportivos e brinquedos; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única, com aporte financeiro no valor de dez reais (R\$ 10,00).

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/155**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/155

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

UNIÃO CRISTÃ – ASSOCIAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL

OBJETO: Despesas com aquisição de equipamento para cozinha e material pedagógico (brinquedos), conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 15 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/158**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/158

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU

OBJETO: Despesas com a aquisição de ventilador, bebedouro e impressora; conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Três mil reais (R\$ 3.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de dezembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/172**

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/172

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

INSTITUTO ELO VITAL AÇÃO COMUNITÁRIA

OBJETO: Despesas com aquisição de tatame para o Projeto Jiu-jitsu, conforme plano de trabalho aprovado.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.226/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única, com aporte financeiro no valor de mil.

DATA: 15 de dezembro de 2015.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4786/2015

DECRETO Nº 4786/15 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO), 943/14 de 15.10.2014 (LOA) e Lei Municipal nº 1001/15 de 16 de dezembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividade do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01– Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral Municipal

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (60).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (66).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01– Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1575200312.034 – Manutenção da Iluminação Publica.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1188).

Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 04 – Secretária Municipal de Planejamento.

Unidade Orçamentária: 04.01– Planejamento, Orçamento e Gestão.

Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (267).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Atividades de Assistência Social.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (924).

Valor R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824100521.049 – Manutenção Ampliação do Centro de Convivência dos Idosos.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (828).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.03– Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Proj/Ativ.: 0824300252.025 – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal da

Criança e do Adolescente - CDCA.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1003).

Valor R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01– Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1118).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01– Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1302).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01– Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600371.035 – Distribuição de Sementes, Mudas, Adubo e Calcareo.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1308).

Valor R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.



Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 16 de dezembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 1001/2015**

LEI MUNICIPAL Nº1001/15 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

, AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nºs 942/14 de 15 de outubro de 2014 (LDO) e 943/14 de 15 de outubro de 2014 (LOA), FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte de Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01– Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral Municipal

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (60).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (66).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01– Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1575200312.034 – Manutenção da Iluminação Pública.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1188).

Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo

primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Órgão: 04 – Secretária Municipal de Planejamento.

Unidade Orçamentária: 04.01– Planejamento, Orçamento e Gestão.

Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (267).

Valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Atividades de Assistência Social.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (924).

Valor R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02– Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824100521.049 – Manutenção Ampliação do Centro de Convivência dos Idosos.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (828).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.03– Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Proj/Ativ.: 0824300252.025 – Manutenção das Atividades do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CDCA.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1003).

Valor R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01– Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1118).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01– Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1302).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01– Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600371.035 – Distribuição de Sementes, Mudanças, Adubo e Calcário.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1308).

Valor R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 16 de dezembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 1002/2015**

LEI MUNICIPAL Nº1002/15 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a criação dos Conselhos Escolares das escolas da rede pública municipal de Bom Jesus do Oeste.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, e estabelecida no Plano Nacional de Educação – PNE –, através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I – autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão pedagógica;

II – livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

III – participação dos segmentos das comunidades escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;

IV – transparências dos mecanismos administrativos e pedagógicos;

V – garantia da descentralização do processo educacional; e

VI – valorização e aplicação dos profissionais da educação.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão pedagógica, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação.

Art 3º A autonomia de gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I – pela escolha de representantes de segmentos da comunidade no conselho escolar;

II – pela garantia de participação dos segmentos da comunidade nas liberações do Conselho Escolar.

Parágrafo único. Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis pelos alunos, membros do Magistério e demais servidores públicos, em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 4º O Conselho Escolar mediante decisão fundamentada e documentada, pela maioria absoluta de seus membros, e a Secretaria Municipal de Educação, mediante despacho fundamentado, poderão propor ou determinar a instauração de procedimentos disciplinares, caso haja qualquer tipo de desvio de conduta que traga prejuízos pedagógicos aos educandos.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação poderá determinar o afastamento do indiciado durante a realização da sindicância, assegurado o retorno ao exercício das funções, caso a decisão final seja pela não destituição.

Art 5º Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação, terão funções mobilizadora, consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, garantindo o acompanhamento da aprendizagem de todos os alunos, auxiliando nos casos que interferem diretamente esse processo, como infrequência,

indisciplina e abandono da escola.

Art. 6º São atribuições do Conselho Escolar, dentre outras:

I – elaborar seu próprio regimento;

II – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar;

III – participar e aprovar alterações na proposta pedagógica;

IV – coordenar, em conjunto com a direção da escola, o processo de discussão, elaboração ou alteração do Conselho Escolar;

V – convocar assembleias-gerais dos segmentos da comunidade escolar;

VI – recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar aptos a decidir, e não previstas no regimento do Conselho Escolar;

VII – analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho.

Art 7º O Conselho Escolar será composto por número ímpar de conselheiros, não podendo ser inferior a 5(cinco), nem exceder a 11(once).

Art 8º A Direção da escola integrará o Conselho Escolar, representada pelo Diretor, como membro nato.

Art 9º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar.

Art 10º Da eleição será lavrado ata, que assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, ficará arquivada na escola.

Art 11º O Conselho Escolar tomará posse no prazo de até 30 (trinta) dias após sua eleição.

§ 1º A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela Direção da escola e, dos seguintes, pelo próprio Conselho Escolar.

§ 2º O Conselho Escolar elegerá seu presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art 12º O mandato de cada membro do Conselho Escolar terá a duração de 2 (dois) anos, permitidas reconduções.

Art 13º O Conselho Escolar deverá reunir-se bimestralmente e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação:

I – de seu Presidente;

II – do Diretor da escola;

III – da metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. A função de membro do Conselho Escolar não será remunerada.

Art 14º O Conselho Escolar funcionará somente com “quorum” mínimo de metade mais 1(um) de seus membros.

Parágrafo único. Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à reunião.

Art 15º Ocorrerá à vacância de membro do Conselho Escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º O não-comparecimento injustificado do membro do Conselho a 3(três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4(quatro) reuniões ordinária e/ou extraordinárias alternadas, também, implicará vacância da função de Conselheiro.

§ 2º O pedido de destituição de qualquer membro só poderá ser aceito pelo Conselho se aprovado em assembleia geral do segmento, cujo pedido de convocação venha acompanhado de assinatura de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus pares e de justificativa.

Art 16º Cabe ao suplente:

I – substituir o titular em caso de impedimento;

II – completar o mandato do titular em caso de vacância.

Parágrafo único. Caso algum segmento da comunidade escolar tenha a sua representação diminuída, o Conselho providenciará a eleição de novo representante com seu respectivo suplente, no prazo máximo de 30(trinta) dias após a vacância.

Art 17º Os estabelecimentos de ensino que forem criados a partir da data da publicação desta lei, deverão possuir um Conselho Escolar em funcionamento no prazo máximo de 1(um) ano, contado da data da publicação do ato de autorização do seu funcionamento.

Art 18º A autonomia da Gestão Pedagógica dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I – pela proposta pedagógica;  
II – pela formação inicial e continuada do Profissional da educação;  
III – pela valorização do profissional da educação;  
IV – pela participação da comunidade escolar; e  
V – pelo reconhecimento da função educativa dos trabalhadores do quadro auxiliar do magistério, e por sua contínua formação.

Art 19º O Conselho Escolar terá seu Regimento Interno criado em trinta dias, a partir da vigência desta lei.

Art 20º O Regimento do Conselho Escolar definirá detalhes de seu funcionamento.

Art 21º Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Bom Jesus do Oeste (SC), 16 de dezembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 956.12.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CELI A. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 956/15 de 16.12.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 14 de março de 2016, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de dezembro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### TERMO ADITIVO CONTRATO 09/2015 E RESCISÃO CONTRATO 152/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: JK Transportes e Turismo Ltda. ME

Objeto: Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede municipal e estadual dentro dos padrões exigidos por lei. Fica alterada a Cláusula Terceira (Do Preço), concedido reajuste de 5,25% na quilometragem referente aos lotes 01, 02 e 03, conforme faculta legislação vigente. Com o aditivo o contrato original terá um acréscimo no valor de 14.190,75 (quatorze mil cento e noventa reais e setenta e cinco centavos. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº09/2015, desde que não contrariem o que ficou convenicionado no presente Termo Aditivo.

Termo de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviço 152/2014 FMAS

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato 152/2014 entre a Prefeitura Municipal de Bom Retiro através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME, cujo objeto é a Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para Construção da Capela Mortuária Municipal, com recursos oriundos do Governo do Estado, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global. Fica rescindido a partir de 16/12/2015 o Contrato 152/2014, firmado entre o MUNICIPIO DE BOM RETIRO e a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 16 de dezembro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.860/2015

DECRETO Nº 1.860/2015

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.318/2015 de 16 de dezembro de 2015. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial até no valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme abaixo especificado:

10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
10.05	- Divisão de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
04-122-0170-2.54	-Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
3.3.7.1.00.00.00.00.00	-Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00(725)	Superávit recursos ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 16/12/2015.

Botuverá, 16 de dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.861/2015

DECRETO Nº 1.861/2015

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 1.412,54 (Mil quatrocentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos) conforme abaixo especificado:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-122-004-2.2	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(421)	Recursos Ordinários ..... .. R\$ 475,41
11.00	-Fundo Municipal de Saude
11.01	-Fundo Municipal de Saude
10-305-105-2.60	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família

4.4.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.2.38(597)	-Vigilância Epidemiológica FR 384 ..... ..... . \$ 937,13

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-122-004-2.2	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(420)	Recursos Ordinários ..... ..... . R\$ 475,41
11.00	-Fundo Municipal de Saude
11.01	-Fundo Municipal de Saude
10-305-105-2.60	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.2.38(595)	-Vigilância Epidemiológica FR 384 ..... ..... . \$ 937,13

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 16/12/2015.

Botuverá, 16 de dezembro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 26/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Triângulo Engenharia, Consultoria e Treinamento EIRELE ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 26/2015, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 23/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Sona Construtora LTDA ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 23/2015, de 01/01/2016 a 31/03/2016.



**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 27/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Provalle Comércio e Serviços LTDA ME

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 27/2015, de 30/12/2015 a 29/03/2015.

**LEI Nº 1.318/2015**

LEI Nº 1.318/2015

**"ABRE CRÉDITO ESPECIAL"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e eu sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial até no valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme abaixo especificado:

10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
10.05	- Divisão de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
04-122-0170-2.54	-Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura Esporte e Juventude
3.3.7.1.00.00.00.00.00	-Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00	Superávit recursos ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2014/2017, Lei 1.251/2013 nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2015, Lei nº 1282/2015, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo a 16/12/2015, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Botuverá, 16 de dezembro de 2014.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.319/2015**

LEI Nº 1.319/2015

**"DENOMINA VIA PÚBLICA".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "Samuel Paloschi", a via que tem início na Rua Gabiroba, do lado esquerdo do início da ponte próxima ao campo da Gabiroba (pontos: 27º12'19.63"S e 49º 5'58.32"O) e término em terras de Paloschi (pontos: 27º12'25.68"S e 49º 5'58.72"O).

Art. 2º - A referida via com 6,00 metros de largura e 1,50 metros de passeio de cada lado da via, possui extensão aproximada de 200,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 16 de Dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Localização da Rua Projetada "Samuel Paloschi"

Fonte: Google Earth

**PL69/2015-INEX-06/2015-CREDENCIAMENTO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo Licitatório Nº69/2015, Inexigibilidade nº06/2015, CREDENCIAMENTO, para prestação de serviços de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, destinados aos interessados no município de Botuverá. Recebimento da documentação a partir de 22/01/2016 às 15:00 Horas, aberto pelo período de vigência até 31/12/2016. Local: Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações: [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br), Fone/Fax:(47)-3359-1170,e-mail: [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br) .

Botuverá-SC, 17 de Dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0162/2015

DECRETO Nº 0162/2015.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de dezembro/2015 para 20.01.2016.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de dezembro/2015 para o dia 20.01.2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### DECRETO 0163/2015

DECRETO N º 0163/2015

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 37 da Lei Complementar nº 09/99, de 17.11.99 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos servidores: Loni Arndt de Souza, Deiziane de Souza Probst, Michelle Vermoehlen, Mauros Mueller e Soni Nair Koenig Trupell.

Art. 2º A Comissão será presidida pela servidora Loni Arndt de Souza e Secretariada por Deiziane de Souza Probst e tem como objetivo executar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º A Comissão ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 067/05, de 26.08.05 que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º Fica revogado o Decreto 0133/2014 de 17.11.2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado a ser conduzido pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, designada através do Decreto nº 0138/2015, de 29 de outubro de 2015, e regido pelas normas estabelecidas neste Edital, para o preenchimento de vagas de estágio de estudantes, no âmbito das Secretarias do Executivo Municipal, em nível de ensino médio regular, (séries finais), nível médio profissional e ensino superior, nos termos da Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 0841/2015, de 09/07/2015.

TORNA PÚBLICO :

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº 005/2015 fica DIVULGADO o gabarito preliminar do Processo Seletivo

nº 005/2015 que segue na tabela abaixo:

# 1 – ESTÁGIARIO

QUESTÃO 01	D	QUESTÃO 06	D	QUESTÃO 11	C
QUESTÃO 02	C	QUESTÃO 07	A	QUESTÃO 12	D
QUESTÃO 03	B	QUESTÃO 08	A	QUESTÃO 13	D
QUESTÃO 04	B	QUESTÃO 09	B	QUESTÃO 14	C
QUESTÃO 05	C	QUESTÃO 10	D	QUESTÃO 15	D

Braço do Trombudo em, 15 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

## GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

SÉRIES INICIAIS /EDUCAÇÃO INFANTIL

HABILITADO/NÃO HABILITADO

40 HORAS/20 HORAS

### GABARITO OFICIAL

01	A
02	B
03	C
04	C
05	A
06	B
07	C
08	C
09	A
10	B
11	A
12	A
13	B
14	D
15	C
16	D
17	B
18	D
19	C
20	C
21	A
22	D
23	D
24	B
25	A

Braço do Trombudo, 16 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITADO/NÃO HABILITADO

## GABARITO OFICIAL

01	A
02	B
03	C
04	C
05	A
06	B
07	C
08	C
09	A
10	B
11	A
12	A
13	B
14	D
15	C
16	D
17	C
18	D
19	B
20	B
21	D
22	B
23	C
24	B
25	D

Braço do Trombudo, 16 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

HABILITADO/NÃO HABILITADO

## GABARITO OFICIAL

01	A
02	B
03	C
04	C
05	A
06	B
07	C
08	C
09	A
10	B
11	A
12	A
13	B

14	D
15	C
16	D
17	D
18	C
19	D
20	B
21	D
22	D
23	D
24	D
25	C

Braço do Trombudo, 16 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº003/2015

PROFESSOR DE INGLÊS

HABILITADO/NÃO HABILITADO

#### GABARITO OFICIAL

01	A
02	B
03	C
04	C
05	A
06	B
07	C
08	C
09	A
10	B
11	A
12	A
13	B
14	D
15	C
16	C
17	B
18	C
19	A
20	D
21	D
22	C
23	D
24	D
25	D

Braço do Trombudo, 16 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal



# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2647/2015

PORTARIA Nº 2647/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. FERNANDA MACHADO DO NASCIMENTO KNIES, matrícula nº 922382-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28/10/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 2579/2015

PORTARIA Nº 2579/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLELIA SAPORITO DA SILVA, matrícula nº 507423-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 19/10/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 03/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 2636/2015

PORTARIA Nº 2636/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDETE ROSELI SAUERESSIG BORGES, matrícula nº 342491-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado do dia 27/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 11/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 2638/2015

PORTARIA Nº 2638/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MICHELE FERNANDA COSTA, matrícula nº 929166-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 27/10/2015 de 14 (quatorze) dias e do dia 09/11/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 11/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2646/2015**

PORTARIA Nº 2646/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. FERNANDA MACHADO DO NASCIMENTO KNIES, matrícula nº 922382-02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 28/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2649/2015**

PORTARIA Nº 2649/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ROSANGELA OLIVEIRA DA CUNHA, matrícula nº 1071874-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 28/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2718/2015**

PORTARIA Nº 2718/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ELENICE PEREIRA VELHO LIMA, matrícula nº 1003259-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 06/11/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2648/2015**

PORTARIA Nº 2648/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. FERNANDA MACHADO DO NASCIMENTO KNIES, matrícula nº 922382-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 25/02/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2546/2015**

PORTARIA Nº 2546/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. ARNO SCHMITT, matrícula nº 685194-3, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 14/10/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6114355249.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 10.419, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 10.419, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Constitui Comissão de avaliação e reforma administrativa no Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 111, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de avaliação e reforma administrativa no Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo do Município de Brusque, com os seguintes integrantes:

I – Sergio Bernardo Junior, Procurador-Geral do Município;

II – Joel Cesar Schwamberger, Diretor de Recursos Humanos;

III – Antonio Carlos Tillmann, Diretor da Controladoria Interna;

IV – Daniel Felício, Assistente Administrativo.

Art. 2º Referida comissão tem como atribuição, estudar e propor projeto de reforma administrativa, objetivando adequar a estrutura organizacional, verificar a necessidade de criação de novos cargos e a realização de concurso público.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 2587/2015**

PORTARIA Nº 2587/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. PATRICIA SILVA DOS ANJOS, matrícula nº 10000000481-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 20/10/2015 de 10 (dez) dias e do dia 29/10/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 04/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2607/2015**

PORTARIA Nº 2607/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARIA DE LOURDES RODRIGUES, matrícula nº 675075-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 22/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 06/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2627/2015**

PORTARIA Nº 2627/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. POLYANA GONZAGA KATZWINKEL, matrícula nº 666564-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 26/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2628/2015**

PORTARIA Nº 2628/2015

Considerando o Processo nº 156/2012 - Auxílio Doença - IBPREV; Considerando o relatório emitido em 15/10/2015 pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência;

Considerando o Ofício nº 133/2015 emitido pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, em 16/10/2015;

Considerando o Ofício nº 229/2015 emitido pelo Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque em 21/10/2015; Considerando o A.R. recebido pela servidora Sra. Daniela Domingos Oneda em 21/10/2015;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. DANIELA DOMINGOS ONEDA, matrícula nº 189305-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 26/10/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência do retorno da servidora às atividades laborais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2639/2015**

PORTARIA Nº 2639/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ANIVIA TEREZINHA OTTO RENGEL, matrícula nº 505315-03, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 27/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 11/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2668/2015**

PORTARIA Nº 2668/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ANDREZA FUSÃO, matrícula nº 678430-02, exercendo as funções de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 14/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos



**DECRETO Nº 7.720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**  
DECRETO nº 7.720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga para o dia 17 de dezembro de 2015 o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei Complementar nº 234, de 06 de maio de 2015 e alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso I, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o Decreto nº 7706/15, que estabeleceu a prorrogação do prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Tributos do Município de Brusque – REFIS até o dia 15 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO a queda de energia ocorrida nesta data, com reflexo no sistema tributário do município, impedindo a adesão de muitos contribuintes ao Programa REFIS, CONSIDERANDO o permissivo legal de prorrogação constante no artigo 1º, § 4º da Lei Complementar 234/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para o dia 17 de dezembro de 2015, o prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Tributos do Município de Brusque – REFIS, instituído pela Lei Complementar nº 234/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/12/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2015.

1.

2. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 2660/2014**

PORTARIA Nº 2660/2014

Considerando a decisão emitida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 21/09/2015;

Considerando o Ofício nº 123/2015 emitido pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 25/09/2015;

Considerando a decisão emitida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 28/10/2015;

Considerando o Ofício nº 138/2015 emitido IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 29/10/2015;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar, em parte, a Portaria nº 2332/2015 que concedeu Licença Maternidade, com fulcro no artigo nº 41 da LC 174/2011 do IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, à servidora Sra. KATLIN BAPTISTOTTI WANKA, matrícula nº 672726-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 14/09/2015.

ONDE SE LÊ: "... por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 14/09/2015..."

LEIA-SE: "... por 02 (duas) semanas, entre 15/09/2015 e 28/09/2015..."

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2512/2015**

PORTARIA Nº 2512/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. DAIANA DA PAIXAO GOLLER, matrícula nº 941484-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 08/10/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 23/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2536/2015**

PORTARIA Nº 2536/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. ROSANGELA OLIVEIRA DA CUNHA, matrícula nº 1071874-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada no Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 28/09/2015 de 25 (vinte e cinco) dias, ficando suspenso a contar de 13/10/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo suscitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 2598/2015**

PORTARIA Nº 2598/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CLAUDIA FERNANDES REIS DOS SANTOS, matrícula nº 4171500-01, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 21/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 05/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2618/2015**

PORTARIA Nº 2618/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. DAIANA DA PAIXAO GOLLER, matrícula nº 941484-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 08/10/2015 de 60 (sessenta) dias, ficando suspenso a contar de 23/10/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2630/2015**

PORTARIA Nº 2630/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JANDIRA ANTONIA DE SOUZA, matrícula

nº 15504-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, nos termos do processo nº 280/2015 IBPREV, conforme relatório emitido em 28/10/2015, sendo seu afastamento no dia 09/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2637/2015**

PORTARIA Nº 2637/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ANIVIA TEREZINHA OTTO RENGEL, matrícula nº 505315-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 27/10/2015 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 11/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2659/2015**

PORTARIA Nº 2659/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. GEAMI-MACHADO FLORIANO, matrícula nº 1058851-01, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR nº 248, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Estabelece o Calendário Fiscal para arrecadação dos tributos municipais, relativos ao exercício de 2016, reajustes e descontos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário Fiscal para arrecadação dos impostos municipais, cujos prazos para recolhimento são os estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 2º O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente exercício de 2016, poderá ser pago em cota única ou mediante parcelamento, conforme segue:

1ª Parcela ou Cota Única – 10/03/16

2ª Parcela – 10/04/16

3ª Parcela – 10/05/16

4ª Parcela – 10/06/16

5ª Parcela – 10/07/16

6ª Parcela – 10/08/16

7ª Parcela – 10/09/16

8ª Parcela – 10/10/16

9ª Parcela – 10/11/16

10ª Parcela – 10/12/16

§ 1º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em Cota Única no vencimento, terá desconto de 20% (vinte por cento) no valor devido.

§ 2º O contribuinte que efetuar o pagamento do I.P.T.U. em 3 (três) parcelas, vencíveis 10 de março, 10 de abril e 10 de maio de 2016, terá desconto de 10% no valor devido.

§ 3º O contribuinte poderá fazer o pagamento do I.P.T.U. em 10 (dez) parcelas mensais, conforme o calendário fiscal descrito no caput, sem qualquer acréscimo no valor devido.

§ 4º Fica estabelecido um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do I.P.T.U., referente ao exercício de 2016, do contribuinte que estiver em dia, até o dia 19 de dezembro de 2015, com o I.P.T.U. de 2015 e dos anos anteriores.

§ 5º O valor mínimo das parcelas do I.P.T.U. é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 3º O Imposto de Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN fixo, referente exercício de 2016, deverá ser pago respeitadas as seguintes datas:

1º parcela ou Cota única – 31/01/2016

2ª parcela – 28/02/2016

3ª parcela – 31/03/2016

4ª parcela – 30/04/2016

5ª parcela – 31/05/2016

6ª parcela – 30/06/2016

Parágrafo único. O valor mínimo das parcelas do ISSQN é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 4º O vencimento, em cota única da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - T.L.L.F., referente exercício de 2016, será em 31/01/2016.

Art. 5º Os valores dos tributos municipais serão reajustados em 9,90% (I.N.P.C. de outubro/2014 a setembro/2015).

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

## **LEI Nº 3.944, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI nº 3.944, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Altera o artigo 1º da Lei nº 3.336, de 20 de julho de 2010, a fim de complementar a denominação da Praça Sesquicentenário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3.336, de 20 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada como PRAÇA SESQUICENTENÁRIO SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA o espaço público delimitado pelas Ruas João Bauer, Humberto Mattioli e Eduardo von Buettner, no centro do município”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 2.995/2015**

PORTARIA Nº 2.995/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora ANA MARA GEVAERD RODE, matrícula nº 727946, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, terá vigência pelo prazo determinado, nos termos do convênio nº 169/2010 – celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e, o Município de Brusque, objetivando a disponibilização de servidores efetivos para a comarca – com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo Segundo: O controle e cumprimento da carga horária, ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/01/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Dezembro de 2015  
CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2.996/2015**

PORTARIA Nº 2.996/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º – Interromper a Cessão, a pedido, concedida pela portaria nº 1.258/2012, para o Fórum da Comarca de Brusque, da servidora BARBARA RAQUEL FERREIRA CHUCRE, matrícula nº 897612, efetivo no cargo de Agente Administrativo, cedida através do convênio 169/2010, celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, e o Município de Brusque.

Parágrafo 1º - A Servidora retorna à Municipalidade, para exercer as atribuições de seu cargo junto a Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/01/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Dezembro de 2015  
CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 2985/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2985/2015  
Concede benefício de Pensão por morte a  
Mirian Woitena

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 27/2015, benefício de pensão por morte a MIRIAN WOITENA, CPF 309.638.939-04, dependente do servidor falecido LUIZ FRANCISCO REIS CPF: 416.602.349-72.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de dezembro de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário de Orçamento e Gestão

#### **PORTARIA Nº. 270/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 270/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

##### **RESOLVE**

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de três meses à servidora JAQUELINE MAURICI MONTIBELLER TESTONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, relativo ao exercício no quinquênio de 12/11/2010 a 11/11/2015.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.11.2015.

Brusque, 03 de novembro de 2015.  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE

#### **PORTARIA Nº. 292/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 292/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

##### **RESOLVE**

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de dois meses, ao servidor RICARDO CESAR ESPÍNDOLA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, relativo ao exercício no quinquênio de 14.08.2010 a 13.08.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 10.12.2015.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.  
ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA Nº. 293/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 293/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de dois meses, ao servidor JAIR PADILHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Obras, relativo ao exercício no quinquênio de 08.03.2010 a 07.03.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.12.2015.

Brusque, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº. 294/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 294/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de dois meses, ao servidor SAMIR GONZATTI SALHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, relativo ao exercício no quinquênio de 14.08.2010 a 13.08.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 10.12.2015.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 2.997/2015**

PORTARIA Nº 2.997/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder retorno às atividades do cargo efetivo de Monitor Escolar e, iniciar a contagem do Estágio Probatório, à servidora ANA CLAUDIA DROSDOSKY, lotada na Secretaria de Educação, afastada através da Portaria nº 1.390/2014, para exercer o mandato de Conselheira Tutelar, retornando às atividades laborais a contar de 10/01/2016.

Parágrafo 1º – O início da contagem do estágio probatório do Art. 1º, se dará da data de início do exercício das atividades do cargo de Monitor Escolar, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 1.390/2014

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 10/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Dezembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2430/2015**

PORTARIA Nº 2430/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROSANGELA OLIVEIRA DA CuNHA, matrícula nº 1071874-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 28/09/2015 de 25 (vinte e cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 13/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2629/2015**

PORTARIA Nº 2629/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. JANDIRA ANTONIA DE SOUZA, matrícula nº 15504-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25/10/2015.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 2661/2015**

PORTARIA Nº 2661/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. REGINA MARIA PONTES OUTEIRO, matrícula nº 4152620-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 29/10/2015 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 13/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de outubro de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2667/2015**

PORTARIA Nº 2667/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. RENATO DE SOUZA, matrícula nº 676403-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, a contar de 30/10/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2720/2015**

PORTARIA Nº 2720/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. JUCELAINÉ DA SILVA GULARTE, matrícula nº 790605-01, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 06/11/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 2766/2015**

PORTARIA Nº 2766/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. EDER CARLOS BECKER, matrícula nº 743917-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, em decorrência do atestado do dia 13/11/2015 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 28/11/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de novembro de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 281/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 281/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

Art. 1º Fica criada a Comissão de Furto de água e cadastramento de economias, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Paulo Henrique Flores, Almir Roberto Pavesi, Reinaldo Melão, Evando Tito Sandri, Advilson Aparecido Pedroso, Rafael Barbosa do Amaral, Flóri Ramos de Moraes, Fabio Sutter, Marcio Zuqui, Manoel Gilmar Gomes Trindade, Leandro Silva dos Santos, Manoela Merizio, Elcio Schappo e José Luiz Tomasi

Parágrafo Único. Fica atribuída a comissão a responsabilidade por constatação, alteração e aplicação de penalidades no tocante a furto de água e cadastramento de economias.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 11/11/2015

Brusque, 20 de novembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 282/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 282/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público n.º 001/2013, Edital 007/2013, ainda restaram vagas que não foram preenchidas no respectivo certame;

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos municípios, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2014 homologado em 30/07/2014;

Considerando igualmente que o Edital do referido Processo Seletivo Simplificado admite a prorrogação dos contratos de trabalho através da disposição constante no item 1.8;

**RESOLVE**

Art. 1.º Prorrogar pelo período de 01/12/2015 a 30/11/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2014, conforme determinado pelo Diretor Presidente:

Para o cargo de Eletricista: JEAN GEVAERD DE OLIVEIRA

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊN- CIO NETO Prefeito Municipal		ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente do SAMAE
---	--	--

**PORTARIA Nº 283/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 283/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público n.º 001/2013, Edital 007/2013, ainda restaram vagas que não foram preenchidas no respectivo certame;

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos municípios, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014 homologado em 29/11/2014;

Considerando igualmente que o Edital do referido Processo Seletivo Simplificado admite a prorrogação dos contratos de trabalho através da disposição constante no item 1.8;

**RESOLVE**

Art. 1.º Prorrogar pelo período de 01/12/2015 a 30/11/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014, conforme determinado pelo Diretor Presidente:

Para o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água: PEDRO HOFFMANN

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊN- CIO NETO Prefeito Municipal		ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente do SAMAE
---	--	--

**PORTARIA Nº 284/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 284/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público n.º 001/2013, Edital 007/2013, ainda restaram vagas que não foram preenchidas no respectivo certame;

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014 homologado em 29/11/2014;

Considerando igualmente que o Edital do referido Processo Seletivo Simplificado admite a prorrogação dos contratos de trabalho através da disposição constante no item 1.8;

**RESOLVE**

Art. 1.º Prorrogar pelo período de 01/12/2015 a 30/11/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014, conforme determinado pelo Diretor Presidente:

Para o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água: CLÁUDIO CESAR BERTOLINI

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal		ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente do SAMAE
--	--	--

**PORTARIA Nº 285/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 285/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos

os aprovados no Concurso Público n.º 001/2013, Edital 007/2013, ainda restaram vagas que não foram preenchidas no respectivo certame;

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014 homologado em 29/11/2014;

Considerando igualmente que o Edital do referido Processo Seletivo Simplificado admite a prorrogação dos contratos de trabalho através da disposição constante no item 1.8;

**RESOLVE**

Art. 1.º Prorrogar pelo período de 01/12/2015 a 30/11/2016, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014, conforme determinado pelo Diretor Presidente:

Para o cargo de Agente de Obras: OSMAR DA SILVA

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal		ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente do SAMAE
--	--	--

**PORTARIA Nº 286/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 286/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Adriana Kosai Campello, matrícula 2518-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório;  
Almir Roberto Pavesi, matrícula 8338-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;  
Antônio Carlos Vieira, matrícula 8370-00, ocupante do cargo de Motorista;  
Carlos Eduardo Branco, matrícula 21121-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Carlos Eduardo Padoani, matrícula 28355-00, ocupante do cargo de Agente de Obras;  
Carlos Fernandes da Silva, matrícula 28860-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;  
Davi Fries, matrícula 28746-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;  
Ederson Manrich, matrícula 2780-01, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Evandro de Brito Cardoso, matrícula 26816-01, ocupante do cargo de Agente de Obras;  
Gilberto Cesar Albrecht, matrícula 21091-00, ocupante do cargo de Engenheiro Mecânico;

Jean Gevaerd de Oliveira, matrícula 24627-01, ocupante do cargo de Eletricista;  
José Carlos Padoani, matrícula 18198-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;  
Josiane Gili, matrícula 23310-01, ocupante do cargo de Engenheiro Ambiental;  
Maureci Zancanela, matrícula 28614-00, ocupante do cargo de Mecânico;  
Orlando Soares Filho, matrícula 8095-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE;  
Osmar da Silva, matrícula 18279-03, ocupante do cargo de Agente de Obras; e  
Samir Gonzatti Salha, matrícula 3182-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações.

Pelo período de 07/12/2015 até 26/12/2015.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 07/12/2015.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

Roberto Bolognini Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 287/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 287/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Fabricio Gonçalves, matrícula 25038-00, ocupante do cargo de Motorista; e  
Luiza Sarah Thomsen Pereira, matrícula 28533-00, ocupante do cargo de Engenheira Civil;

Pelo período de 07/12/2015 até 05/01/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 07/12/2015.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

Roberto Bolognini Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 289/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 289/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 157, Inc. II, da Lei Complementar N. 147/2009:

##### **RESOLVE**

1) Conceder Licença de 05 (cinco) dias ao servidor MAYCON

EDUARDO NICOLETTI, ocupante do cargo de Agente de ETA, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, Matrícula: 108928 01 55 2015 2 00057 029 0012943 91, de 24 de novembro de 2015.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 24/11/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de dezembro de 2014.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 290/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 290/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

##### **RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (três) dias ao servidor JAMES ANDREY DA LUZ, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, devido ao falecimento de seu irmão FABIANO RODRIGO LUZ no dia 30 de novembro de 2015, conforme Certidão de óbito, Nº 104810 01 55 2015 4 00154 215 0057204 40 EM SEU DOMICÍLIO À RUA Araranguá, 1516, Bairro Garcia, Blumenau-SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

#### **PORTARIA Nº 291/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 291/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

##### **RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor RAFAEL BARBOSA DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, devido ao falecimento de seu pai CARLOS ROBERTO DO AMARAL no dia 10 de dezembro de 2015, conforme Certidão de óbito, Nº 108514 01 55 2015 4 00011 041 0004310 09 EM SEU DOMICÍLIO à Rua Vereador Elson Renato Santos nº 898, casa nº 02, bairro Nossa Senhora das Graças, Navegantes-SC

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 10/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 15 de dezembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

**PORTARIA Nº. 288/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº. 288/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão de Responsabilidade Ambiental do SAMAE de Brusque: Maycon Eduardo Nicoletti, Davi Fries, Ricardo Bortolotto, Carlos Eduardo Branco e Arcioni Soares.

Art. 2º - Esta Comissão tem por função e objetivo planejar, executar e monitorar os resultados da gestão ambiental da Autarquia.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/12/2015.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.643

TABELA DE ATOS DE SAÚDE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ANEXO ÚNICO - TABELA II

TAXA POR ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

1 Alvará Sanitário

A) Estabelecimentos/Atividades (relacionado às atividades do código CNAE)

1.1 Grupo Produtos

1.1.1 Subgrupo Fábrica/Indústria

1.1.1.1 Indústria de Alimentos

1.1.1.2 Indústria de Embalagens

1.1.1.3 Indústria de Correlatos/Produtos para Saúde

1.1.1.4 Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

1.1.1.5 Indústria de Saneantes Domissanitários

1.1.1.6 Indústria de Medicamentos

1.1.1.7 Indústria de Produtos Químicos e Farmoquímicos

1.1.1.8 Indústria de Produtos e Preparados Químicos Diversos/Precursores

1.1.2 Subgrupo Distribuidor/Importador/Exportador

1.1.2.1 Comércio Atacadista de Alimentos

1.1.2.2 Comércio Atacadista de Correlatos/Produtos para Saúde

1.1.2.3 Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

1.1.2.4 Comércio Atacadista de Saneantes Domissanitários (Inseticidas, Raticidas, Desinfetantes e Detergentes)

1.1.2.5 Comércio Atacadista de Medicamentos

1.1.2.6 Comércio Atacadista de Diversas Classes de Produtos

1.1.3 Subgrupo Comércio Varejista

1.1.3.1 Comércio Varejista de Alimentos

1.1.3.2 Comércio Varejista de Medicamentos

1.1.3.3 Comércio Varejista de Cosméticos

1.1.3.4 Comércio Varejista de Artigos Médicos e Ortopédicos

1.1.3.5 Comércio Varejista de Artigos de Ótica

1.1.3.6 Comércio Varejista de Saneantes Domissanitários

1.1.3.7 Comércio Varejista de Diversas Classes de Mercadorias

1.1.4 Subgrupo Outros

1.1.4.1 Depósito de Produtos Relacionados à Saúde

1.1.4.2 Transporte de Produtos Relacionados à Saúde

1.1.4.3 Distribuição de Água por Caminhões

1.2 Grupo Serviços de Saúde

1.2.1 Subgrupo Serviços Assistenciais de Saúde

1.2.2 Subgrupo Serviços de Interesse da Saúde

1.2.2.1. Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica

1.2.2.2 Educação/Ensino

1.2.2.3 Entretenimento/Cultura

1.2.2.4 Veterinários

1.2.2.5 Estética

1.2.2.6 Atividades Físicas

1.2.2.7 Hospedagem/Acomodação

1.2.2.8 Esterilização, Sanitização, Limpeza e Controle de Pragas (Desinsetização e Desratização)

1.2.2.9 Saneamento

1.2.2.10 Outros Serviços Descritos no Código CNAE

B) Outros (Contempla o Alvará Sanitário de veículos, aparelhos ou locais de interesse da saúde, quando esses não estão inseridos na atividade do estabelecimento descrita no código CNAE)

1.3 Veículos de Transporte

1.4 Eventos em caráter não-permanente

1.5 Outros

2 VISTORIA SANITÁRIA EM EDIFICAÇÕES

2.1 Habite-se Sanitário

2.2 Laudo de Conformidade do PBA

3 ANÁLISE DE PROJETOS

3.1 Projeto Hidrossanitário

3.2 Projeto Básico de Arquitetura - PBA

4 SERVIÇOS DIVERSOS

4.1 Diversos



## 4.2 Livros

## 4.3 Solicitações/Pareceres Técnicos

## 1. Alvará Sanitário

## A) Estabelecimentos/Atividades (relacionado às atividades do código CNAE)

## 1.1 Grupo Produtos

1.1.1 Subgrupo Fábrica/Indústria				1.1.2	
1.1.1.1 Indústria de Alimentos					
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA		
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
0892-4/03	REFINO E OUTROS TRATAMENTOS DO SAL	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>Moagem, purificação, refino e outros tratamentos do sal.</li></ul>	1.1.1.1.1	1.74	
1031-7/00	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS	Contempla A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Conservas de frutas (frutas conservadas em álcool, secas, desidratadas, polpas conservadas, purês e semelhantes).</li><li>Frutas em calda (compotas).</li><li>Doces em massa ou pastas e geléias.</li><li>Concentrados de tomate (extratos, purês, polpas).</li><li>Leite de coco.</li></ul> Não Contempla A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Molhos de tomate preparados (1095-3/00).</li><li>Doces e geléias de outras matérias-primas exceto frutas (1099-6/99).</li><li>Frutas cristalizadas (1093-7/02).</li><li>Alimentos dietéticos e para crianças (1099-6/99).</li></ul>	1.1.1.1.2	1,74	
1032-5/01	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE PALMITO	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação de conservas de palmito.</li></ul>	1.1.1.1.3	1.74	
1032-5/99	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE LEGUMES E OUTROS VEGETAIS, EXCETO PALMITO	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A produção de conservas de legumes e outros vegetais, cogumelos comestíveis, mediante congelamento, cozimento, imersão em azeite e vinagre.</li></ul> A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Vegetais desidratados e liofilizados.</li><li>Farinha e sêmola de batata.</li><li>Batata frita e aperitivos à base de batata.</li></ul> Não Contempla A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Conservas de palmito (1032-5/01).</li><li>Pratos prontos, congelados, à base de legumes e de outros vegetais (1096-1/00).</li><li>Sopas de legumes e de outros vegetais (1099-6/99).</li><li>Amidos e féculas de outros vegetais (1065-1/01).</li></ul>	1.1.1.1.4	1,74	
1041-4/00	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO, EXCETO ÓLEO DE MILHO	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação de óleos vegetais em bruto comestíveis (óleo de soja, caroço de algodão, oliva, girassol, etc.).</li><li>A obtenção de tortas, farinhas e farelos de sementes oleaginosas e de subprodutos residuais da produção de Óleos (por exemplo: sementes de algodão).</li></ul> Não Contempla A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Óleos vegetais refinados (1042-2/00).</li><li>Óleos de milho em bruto (1065-1/02).</li></ul>	1.1.1.1.5	1,74	
1042-2/00	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS REFINADOS, EXCETO ÓLEO DE MILHO	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação de ceras de origem vegetal, para fins alimentícios.</li><li>Refino e/ou envasamento de óleos vegetais, comestíveis.</li><li>Outros beneficiamentos processados em óleos vegetais (sopragem, oxidação, polimerização, hidrogenação, etc.).</li></ul> Não Contempla A fabricação de: <ul style="list-style-type: none"><li>Óleo de milho refinado (1065-1/03).</li><li>Óleos vegetais em bruto (1041-4/00).</li><li>Óleos e gorduras essenciais para fins alimentícios (2029-1/00).</li></ul>	1.1.1.1.6	1.74	

1053-8/00	FABRICAÇÃO DE SORVETES E OUTROS GELADOS COMESTÍVEIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de gelados comestíveis, como sorvetes, picolés, bolos e tortas geladas.</li> <li>• A fabricação de bases líquidas ou pastosas para a elaboração de sorvetes.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de pós para a preparação de sorvetes, picolés (1099-6/02).</li> </ul>	1.1.1.1.7	1,74
1061-9/01	BENEFICIAMENTO DE ARROZ	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiamento do arroz (arroz descascado, moído, branqueado, polido, parbolizado, etc.).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Óleo de arroz em bruto (1041-4/00).</li> <li>• Óleo de arroz refinado (1042-2/00).</li> <li>• Farinhas, flocos e outros produtos de arroz (1061-9/02).</li> </ul>	1.1.1.1.8	1.74
1061-9/02	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO ARROZ	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Farinha de arroz.</li> <li>• Flocos e outros produtos de arroz.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O beneficiamento do arroz (1061-9/01).</li> </ul> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Óleo de arroz em bruto (1041-4/00).</li> <li>• Óleo de arroz refinado (1042-2/00).</li> <li>• Amidos e féculas de arroz (1065-1/01).</li> </ul>	1.1.1.1.9	11.74
1062-7/00	MOAGEM DE TRIGO E FABRICAÇÃO DE DERIVADOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Farinha de trigo, inclusive integral.</li> <li>• Sêmolas e farelo de trigo, etc.</li> <li>• Outros derivados de trigo.</li> <li>• A produção de farinhas e massas (em pó) mescladas e preparadas para a fabricação de pães, bolos, biscoitos.</li> </ul> <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de amidos e féculas de trigo (1065-1/01).</li> </ul>	1.1.1.1.10	1.74
1063-5/00	PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção de farinha de mandioca.</li> <li>• A fabricação de outros derivados da mandioca: raspa, farinha de raspa, etc.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de amidos e féculas de mandioca (1065-1/01).</li> </ul>	1.1.1.1.11	1.74
1064-3/00	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MILHO E DERIVADOS – EXCETO ÓLEO DE MILHO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Milho (fubá).</li> <li>• Farinhas cruas de milho (creme de milho, grito de milho, etc.), canjica, farelo de milho, etc.</li> <li>• Farinhas de milho, termicamente tratadas e alimentos a base de milho (pós, flocos, produtos pré-cozidos, etc.).</li> <li>• A preparação de milho para pipoca.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Amidos e féculas de milho (1065-1/01).</li> <li>• Óleo de milho em bruto (1065-1/02).</li> <li>• Óleo de milho refinado (1065-1/03).</li> </ul>	1.1.1.1.12	1.74
1065-1/01	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Amidos e féculas de vegetais: milho, arroz, trigo, mandioca, etc.</li> <li>• Dextrose (açúcar de milho).</li> <li>• Produtos elaborados a partir de amidos vegetais: açúcares (glicose, maltose e inulina), glúten, tapioca, etc.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de fubá e farinha de milho (1064-3/00).</li> </ul>	1.1.1.1.13	1.74
1065-1/02	FABRICAÇÃO DE ÓLEO DE MILHO EM BRUTO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de óleo de milho em bruto.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de óleo de milho refinado (1065-1/03).</li> </ul>	1.1.1.1.14	1.74
1065-1/03	FABRICAÇÃO DE ÓLEO DE MILHO REFINADO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de óleo de milho refinado.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de óleo de milho em bruto (1065-1/02).</li> </ul>	1.1.1.1.15	1.74

1069-4/00	MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Farinhas de araruta, centeio, cevada, aveia, legumes secos, etc.</li> <li>• Farinhas compostas, germens de cereais, etc.</li> <li>• Aperitivos e alimentos para o café da manhã à base destes produtos.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de farinhas e alimentos a base de batatas (1032-5/99).</li> </ul>	1.1.1.1.16	1.74
1071-6/00	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Açúcar em bruto (açúcar VHP – very high polarization - cristal, demerara e mascavo).</li> <li>• Derivados e subprodutos da fabricação de açúcar (rapadura, melado, melaço, etc.).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de açúcar de cana refinado e moído (1072-4/01).</li> </ul>	1.1.1.1.17	1.74
1072-4/01	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DE CANA REFINADO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Açúcar moído e triturado, refinado e líquido.</li> <li>• Glicose de cana-de-açúcar.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Glicose e outros açúcares a partir de amidos vegetais (1065-/01).</li> <li>• Açúcar natural (stévia) (1099-6/06).</li> <li>• Adoçantes (1099-6/06).</li> </ul>	1.1.1.1.18	1.74
1072-4/02	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR DE CEREAIS (DEXTROSE) E DE BETERRABA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba moído ou triturado, refinado e líquido.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Açúcar de cana, refinado e moído (1072-4/01).</li> <li>• Glicose e outros açúcares a partir de amidos vegetais (1065-/01).</li> <li>• Açúcar natural (stévia) (1099-6/06).</li> <li>• Adoçantes (1099-6/06).</li> </ul>	1.1.1.1.19	1.74
1081-3/01	BENEFICIAMENTO DE CAFÉ	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O beneficiamento do café em coco para café em grão, não associado ao cultivo.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Café torrado em grãos (1081-3/02).</li> <li>• Café solúvel (1082-1/00).</li> </ul>	1.1.1.1.20	1.74
1081-3/02	TORREFAÇÃO E MOAGEM DO CAFÉ	<p>Contempla</p> <p>A produção de café:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Torrado em grãos.</li> <li>• Torrado e moído.</li> <li>• Descafeinado.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção de café solúvel (1082-1/00).</li> </ul>	1.1.1.1.21	1.74
1082-1/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CAFÉ	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Café solúvel.</li> <li>• Extratos e concentrados de café e de outras preparações a base de café.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção de café torrado em grãos, moído e descafeinado (1081-3/02).</li> </ul>	1.1.1.1.22	1.74
1091-1/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos de panificação industrial: pães e roscas, bolos, tortas, etc.</li> <li>• Farinhas de rosca.</li> <li>• Produtos de panificação congelados.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Biscoitos e bolachas (1092-9/00).</li> <li>• Massas alimentícias (1094-5/00).</li> <li>• Massas preparadas e misturadas, em pó, para pães, bolos, etc.(1062-7/00).</li> </ul> <p>A padaria e confeitaria com venda direta ao público, com predominância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção própria (4721-1/01).</li> <li>• Revenda (4721-1/02).</li> </ul>	1.1.1.1.23	1.74
1092-9/00	FABRICAÇÃO DE BISCOITOS E BOLACHAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Biscoitos e bolachas.</li> <li>• Casquinhas para sorvetes e formas para recheios de doces e semelhantes.</li> </ul>	1.1.1.1.24	1.74

1093-7/01	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DO CACAU E DE CHOCOLATES	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pasta de cacau (massa) e, de outros derivados do beneficiamento do cacau (cacau em pó, manteiga de cacau, chocolate amargo para uso industrial, torta de cacau, etc.).</li> <li>• Bombons, chocolates e farinhas à base de chocolates.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de balas, confeitos, frutas cristalizadas e semelhantes (1093-7/02).</li> </ul>	1.1.1.1.25	1.74
1093-7/02	PRODUÇÃO DE FRUTAS CRISTALIZADAS, BALAS E SEMELHANTES	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Balas, confeitos, gomas de mascar e semelhantes.</li> <li>• Frutas cristalizadas.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de bombons, chocolates e farinhas à base de chocolates (1093-7/01).</li> </ul>	1.1.1.1.26	1.74
1094-5/00	FABRICAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Massas alimentícias (talharim, espagete, ravióli, etc.).</li> <li>• Massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas) para lasanha, canelone, etc., com ou sem recheio.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção de massas preparadas e misturadas em pó para pães, bolos e biscoitos (1062-7/00).</li> <li>• A fabricação de pratos prontos congelados à base de massas (lasanhas, pizzas, etc.) (1096-1/00).</li> <li>• A fabricação de pós para pudins, gelatinas, etc. (1099-6/02).</li> </ul>	1.1.1.1.27	1.74
1095-3/00	FABRICAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS	<p>Contempla</p> <p>A preparação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especiarias e condimentos (canela, baunilha, colorau, mostarda, sal preparado com alho, etc.).</li> <li>• Molhos de tomate, molhos em conservas, maionese, etc.</li> <li>• Bases para molhos.</li> <li>• Temperos diversos (desidratados, congelados, liofilizados, em conservas, etc.)</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produção de concentrados de tomate: extratos, purês, polpas (1031-7/00).</li> <li>• O sal refinado (0892-4/03).</li> </ul>	1.1.1.1.28	1.74
1096-1/00	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS	<p>Contempla</p> <p>A produção de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pratos prontos ou refeições – congelados à base de vegetais.</li> <li>• Pratos prontos congelados à base de massas (pizzas, lasanhas, etc.).</li> </ul> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobremesa pronta para consumo.</li> <li>• Salgadinhos congelados.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de alimentos perecíveis para revenda (1099-6/99).</li> <li>• A preparação de refeições para consumo em restaurantes, aviões, hospitais, etc. (5620-1/01).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Esta classe Contempla a produção de pratos prontos ou refeições preparadas, na forma congelada e embaladas.</p>	1.1.1.1.29	1.74
1099-6/02	FABRICAÇÃO DE PÓS ALIMENTÍCIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de pós para pudins, gelatinas, etc.</li> </ul>	1.1.1.1.30	1.74
1099-6/03	FABRICAÇÃO DE FERMENTOS E LEVEDURAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de fermentos e leveduras.</li> </ul>	1.1.1.1.31	1.74
1099-6/04	FABRICAÇÃO DE GELO COMUM	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de gelo para consumo humano ou o que entra em contato com alimentos.</li> </ul>	1.1.1.1.32	1.74
1099-6/05	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiamento de chá, mate e outras ervas para infusão.</li> </ul>	1.1.1.1.33	1.74
1099-6/06	FABRICAÇÃO DE ADOÇANTES NATURAIS E ARTIFICIAIS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Açúcar de stévia e outros adoçantes naturais.</li> <li>• Adoçantes artificiais.</li> </ul>	1.1.1.1.34	1.74
1099-6/07	FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS DIETÉTICOS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de alimentos dietéticos, complementos alimentares e semelhantes.</li> </ul>	1.1.1.1.35	1.74

1099-6/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparações salgadas para aperitivos.</li> <li>• Doces/produtos de confeitaria/xaropes alimentícios.</li> <li>• Produtos a base de soja.</li> <li>• Sopas em pó ou em tabletes ou líquido.</li> <li>• Doces de matéria-prima diferente de leite.</li> <li>• Alimentos adicionados de nutrientes essenciais.</li> <li>• Alimentos para fins especiais.</li> <li>• Alimentos com alegações de propriedades funcionais e ou de saúde.</li> <li>• Alimentos infantis.</li> <li>• Alimentos irradiados.</li> <li>• Alimentos novos.</li> <li>• Alimentos para gestantes e nutrízes.</li> <li>• Alimentos para idosos.</li> <li>• Dieta enteral.</li> <li>• Sal hipossódico e sucedâneo do sal.</li> <li>• Composto líquido pronto para o consumo, preparado líquido aromatizado, guaraná em pó ou bastão.</li> <li>• Bebidas não alcoólicas, sucos e outras.</li> <li>• A fabricação de alimentos perecíveis para revenda.</li> <li>• A produção de alimentos pré-preparados para restaurantes, lanchonetes e semelhantes.</li> <li>• Cozinha industrial/Concessionária de Alimentos.</li> <li>• A fabricação de salgadinhos empacotados.</li> <li>• Buffet (com fabricação própria).</li> <li>• Produtos alimentícios não especificados em outras classes.</li> </ul> <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de adoçantes naturais e artificiais (1099-6/06).</li> </ul>	1.1.1.1.36	1.74
1121-6/00	FABRICAÇÃO DE ÁGUAS ENVASADAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Engarrafamento na fonte de águas (mineral e natural).</li> <li>• Fabricação de águas adicionadas de sais.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricação de águas naturais, com adoçantes ou aromatizantes (1099-6/99).</li> </ul>	1.1.1.1.37	1.74

## 1.1.1.2 Indústria de Embalagens

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
1731-1/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagens de papel, impressas ou não, simples, plastificadas ou de acabamento especial (saco de papel Kraft, comuns e multifolhados; de papel impermeável, etc.), que entram em contato com alimento</li> </ul>	1.1.1.2.1 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagens de papel, impressas ou não, simples, plastificadas ou de acabamento especial (saco de papel Kraft, comuns e multifolhados; de papel impermeável, etc.), que não entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.1 - B	1.74
1732-0/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTOLINA E PAPEL CARTÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagem de cartolina e de papel-cartão, mesmo laminadas entre si, que entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.2 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagem de cartolina e de papel-cartão, mesmo laminadas entre si, que não entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.2 - B	1.74
2071-1/00	FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES, ESMALTES E LACAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verniz sanitário, utilizado para o revestimento interno de embalagens que entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.3 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Outras tintas, vernizes, esmaltes e lacas</li> </ul>	1.1.1.2.3 - B	1.74
2222-6/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGEM DE MATERIAL PLÁSTICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagens de material plástico que entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.4 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de embalagens de material plástico que não entram em contato com alimento.</li> </ul>	1.1.1.2.4 - B	1.74



2312-5/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE VIDRO	Contempla • A fabricação de embalagens de vidro que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.5 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de embalagens de vidro que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.5 - B	1.74
2341-9/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS REFRATÁRIOS	Contempla • A fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.6 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de produtos refratários utilizados como embalagem que não entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.6 - B	1.74
2349-4/99	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS CERÂMICOS NÃO REFRATÁRIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla • A fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que entram em contato com alimento.	1.1.1.2.7 - A	1.74
		Contempla • A fabricação de produtos cerâmicos não refratários utilizados como embalagem que não entram em contato com alimento.	1.1.1.2.7 - B	1.74
2591-8/00	FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METÁLICAS	Contempla A fabricação de: • Latas, tubos e bisnagas metálicas que entram em contato com alimento. • Tonéis, latões para transporte de leite, tambores, bujões e outros recipientes metálicos para transporte de alimentos. • Tampas metálicas para embalagens que entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.8 - A	1.74
		Contempla: • Embalagens metálicas que não entram em contato com alimentos.	1.1.1.2.8 - B	1.74

## 1.1.1.3 Indústria de Correlatos/Produtos para Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	Valor (VRM)
2219-6/00	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla A fabricação de: • Preservativos. • Luvas cirúrgicas e para procedimentos. • Bicos para mamadeiras, chupetas e protetores de mamilo. Não Contempla • A fabricação de artigos de uso médico, cirúrgico e odontológico (3250-7/05). Nota Para fabricação de correlatos o estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.	1.1.1.3.1	1.74
2660-4/00	FABRICAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETROTÉRAPEÚTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO	Contempla A fabricação de: • Aparelhos e tubos de irradiação (p.ex.: diagnóstico médico, médico-terapêutico, pesquisa, científico, etc.) • Aparelhos e equipamentos eletrônicos para instalações hospitalares, em consultórios médicos e odontológicos e para laboratórios (aparelhos eletrodentários, eletrocirúrgicos e para eletrodiagnóstico, para aplicação de raios ultravioleta e infravermelho, aparelhos de raios-X, eletrocardiógrafos, equipamentos oftalmológicos de ultra-som, etc.) • Marcapassos. • Aparelhos auditivos. • Aparelhos de tomografia computadorizada. • Aparelhos de ressonância magnética. • Equipamentos médicos a laser. • Aparelhos para endoscopia e aparelhos semelhantes.	1.1.1.3.2	1.74
3250-7/01	FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS NÃO-ELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO E DE LABORATÓRIO	Contempla • A fabricação de instrumentos não eletrônicos e utensílios de uso ou de aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (termômetros clínico-médicos, bisturis, pinças, tesouras, cânulas, sondas, seringas, agulhas, cateteres e outros). Não Contempla A fabricação de: • Ataduras, "catgut", fios para suturas, curativos, etc. (3250-7/05). • Esterilizadores (3250-7/02).	1.1.1.3.3	1.74

3250-7/02	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, ODONTOLÓGICO E DE LABORATÓRIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico e odontológico (mesas para operações cirúrgicas, equipamentos para mecanoterapia e massagens, cadeiras para dentistas com equipamento dental incorporado, etc).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadeiras de rodas (3092-0/00).</li> <li>• Aparelhos eletromédicos, eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação (2660-4/00).</li> <li>• Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, em escala industrial (3250-7/04).</li> <li>• Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda (4773-3/00).</li> </ul>	1.1.1.3.4	1.74
3250-7/04	FABRICAÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS FÍSICOS E APARELHOS ORTOPÉDICOS EM GERAL, EXCETO SOB ENCOMENDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exclusiva e unicamente a fabricação, em escala industrial, de artigos e aparelhos para correção de defeitos físicos, membros artificiais e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação, sob encomenda, de órteses e próteses prescritas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cirurgiões dentistas (3250-7/06).</li> <li>• Médicos (4773-3/00).</li> </ul> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Calçados ortopédicos sob medida (4773-3/00).</li> <li>• Marcapassos (2660-4/00).</li> <li>• Cadeiras de rodas (3092-0/00).</li> </ul>	1.1.1.3.5	1.74
3250-7/05	FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLÓGIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de materiais, artigos, produtos, partes e acessórios de uso ou de aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (Produtos: descartáveis, implantáveis, líquidos, sólidos, semi-sólidos, bolsas de sangue, dispositivos intra-uterino, produtos para diagnóstico de uso "in vitro" e outros).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de curativos, emplastos e materiais semelhantes impregnados com qualquer substância (2121-1/01).</li> </ul>	1.1.1.3.6	1.74
3250-7/07	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS ÓPTICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de artigos ópticos (óculos, lentes de contato, lentes para óculos, armações para óculos, óculos de sol e semelhantes).</p> <p>A fabricação de óculos para segurança e proteção.</p> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As óticas com montagem de lentes oftálmicas com grau sob prescrição médica (4774-1/00).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Para fabricação de lentes de contato (produto estéril) o estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.3.7	1.74
3250-7/08	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDO NÃO TECIDO PARA USO ODONTO-MÉDICO -HOSPITALAR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de artefatos de tecido não tecidos para uso odonto-médico-hospitalar (gorros, máscaras protetoras, aventais, outros).</li> </ul>	1.1.1.3.8	1.74

## 1.1.1.4 Indústria de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
1742-7/01	FABRICAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de fraldas descartáveis.</li> </ul>	1.1.1.4.1	1.74
1742-7/02	FABRICAÇÃO DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Absorventes e tampões higiênicos.</li> <li>• Lenços umedecidos e discos demaquilantes.</li> <li>• Hastes com extremidades envoltas em algodão.</li> <li>• Outros produtos para absorção de líquidos corporais.</li> </ul>	1.1.1.4.2	1.74

2063-1/00	FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal.</li> <li>• Odorizantes de ambientes.</li> <li>• Repelentes de uso tópico.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de sabonetes medicinais em barra, pedaços, etc. (2121-1/01).</li> <li>• Neutralizadores de odores (2062-2/00)</li> </ul> <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de óleos essenciais e de velas que não possuem a finalidade de odorizar o ambiente.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.4.3	1.74
3291-4/00	FABRICAÇÃO DE ESCOVAS, PINCÉIS E VASSOURAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de escova dental para uso humano, fio e fita dental para uso humano.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.4.4 - A	1.74
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de pincéis, vassouras e escovas que não sejam de uso dental humano.</li> </ul>	1.1.1.4.4 - B	1.74
1.1.1.5 Indústria de Saneantes Domissanitários				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
2052-5/00	FABRICAÇÃO DE DESINFESTANTES DOMISSANITÁRIOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de desinfestantes domissanitários, formulações químicas com a finalidade de repelir animais indesejáveis (sinantrópicos):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Repelentes.</li> <li>• Inseticidas.</li> <li>• Rodenticidas.</li> <li>• Produtos para jardinagem amadora.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Repelentes de uso tópico (2063-1/00).</li> <li>• Produtos químicos e preparações com propriedades anti-sépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos (2121-1/01).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p> <p>Não compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de defensivos agrícolas (inseticidas, fungicidas, herbicidas e demais defensivos agrícolas) sob regulamentação do Ministério da Agricultura.</li> </ul>	1.1.1.5.1	1.74
2061-4/00	FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES SINTÉTICOS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sabões e detergentes, para uso doméstico, institucional e profissional.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de:</li> <li>• Saponáceos (2062-2/00).</li> <li>• Suavizantes/amaciantes de tecidos (2062-2/00).</li> <li>• Sabonetes (2063-1/00).</li> <li>• Sabonetes medicinais, em barras, pedaços (2121-1/01).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>O estabelecimento necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.1.5.2	1.74

2062-2/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E POLIMENTO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para limpeza geral e afins, como: alvejantes, branqueadores, desincrustantes, saponáceos, finalizadores (amaciantes, lustradores, ceras para pisos, facilitadores de passagem de roupas, polidores, engomadores de roupas, acidulantes, neutralizadores para lavagem de roupas), limpadores, polidores de metais, produtos para pré e pós-lavagem e removedores.</li> <li>• Neutralizadores de odores.</li> <li>• Com ação antimicrobiana como hipoclorito de sódio, potabilizadores de águas, desinfetantes, desodorizantes e algicidas.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de preparados para perfumarem ambientes ou odorizantes de ambiente (2063-1/00).</li> <li>• A produção de ceras de origem vegetal (1042-2/00).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feito eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agencia e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário</p>	1.1.1.5.3	1.74
-----------	---	---	-----------	------

## 1.1.1.6 Indústria de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
2014-2/00	FABRICAÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gases industriais ou médicos, líquidos ou comprimidos para fim terapêutico ou para esterilização de produtos: gases elementares (oxigênio, nitrogênio, hidrogênio);</li> <li>• Óxido de etileno.</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O óxido de etileno é um saneante domissanitário sujeito a registro e o estabelecimento fabricante, assim como o prestador de serviço que utiliza este produto estão sujeitos a autorização de funcionamento junto ao órgão federal competente.</li> <li>2. Os gases com finalidade terapêutica são considerados medicamentos sujeitos ao registro e o estabelecimento fabricante está sujeito a autorização de funcionamento junto ao órgão federal competente.</li> <li>3. A Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agencia é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</li> </ol>	1.1.1.6.1	1.74

2121-1/01	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especialidades farmacêuticas alopáticas compreendidas nas classes terapêuticas.</li> <li>• Medicamentos de controle especial (ver nota 2).</li> <li>• Soros e vacinas.</li> <li>• Derivados do sangue.</li> <li>• Medicamentos opoterápicos.</li> <li>• Soluções parenterais de grande volume (SPGV).</li> <li>• Soluções parenterais de pequeno volume (SPPV).</li> <li>• Medicamentos oftálmicos.</li> <li>• Produtos e preparações com propriedades anti-sépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos.</li> <li>• Curativos, bandagens, algodão em rama, gases, hastes com extremidades envoltas em algodão, etc. impregnados com qualquer substância.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>A fabricação de medicamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Homeopáticos para uso humano (2121-1/02).</li> <li>• Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03).</li> <li>• Farmacopeicos ou oficinais, tais como: água oxigenada, tintura de iodo, etc. (2123-8/00).</li> </ul> <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 3)</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário Inicial.</li> <li>2. A fabricação de produtos de controle especial deverá requerer também, através de peticionamento eletrônico, a Autorização Especial de Funcionamento – AE, conforme legislação vigente.</li> <li>3. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e, contrariam a legislação sanitária vigente.</li> <li>4. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal.</li> </ol>	1.1.1.6.2	1.74
2121-1/02	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de especialidades farmacêuticas homeopáticas para uso humano.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de medicamentos:</li> <li>• Alopáticos para uso humano (2121-1/01).</li> <li>• Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03).</li> </ul> <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 2)</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário</li> <li>2. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente.</li> <li>3. A fabricação de produtos de controle especial deverá requerer também através de peticionamento eletrônico a Autorização Especial de Funcionamento – AE, conforme legislação vigente.</li> <li>4. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal.</li> </ol>	1.1.1.6.3	1.74



2121-1/03	FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS PARA USO HUMANO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de medicamentos:</li> <li>• Alopáticos para uso humano (2121-1/01).</li> <li>• Homeopáticos para uso humano (2121-1/02).</li> </ul> <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 2).</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feito eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário.</li> <li>2. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e, contrariam a legislação sanitária vigente.</li> <li>3. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal.</li> </ol>	1.1.1.6.4	1.74
2123-8/00	FABRICAÇÃO DE PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS	<p>Contempla</p> <p>A fabricação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medicamentos farmacopeicos ou oficiais, tais como: água oxigenada 10V, tintura de iodo, etc.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de medicamentos:</li> <li>• Alopáticos para uso humano (2121-1/01).</li> <li>• Homeopáticos para uso humano (2121-1/02).</li> <li>• Fitoterápicos para uso humano (2121-1/03).</li> <li>• Produtos e preparações com propriedades antisépticas, bactericidas ou germicidas, com fins terapêuticos ou profiláticos. (2121-1/01).</li> <li>• Curativos, bandagens, algodão em rama, gases, hastes com extremidades envoltas em algodão, etc. impregnados com qualquer substância. (2121-1/01).</li> <li>• A fabricação de kits e preparações para diagnósticos médicos (3250-7/05).</li> </ul> <p>Não Compete</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centrais de manipulação de produtos farmacêuticos (ver nota 3).</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário</li> <li>2. Este CNAE aplica-se exclusivamente a empresas fabricantes de medicamentos oficiais e/ou farmacopeicos, conforme acima descrito.</li> <li>3. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente.</li> <li>4. A fabricação de produtos de controle especial está sujeita a autorização especial.</li> <li>5. Para empresas fabricantes de diferentes tipos de medicamentos (alopáticos, fitoterápicos, homeopáticos ou preparações farmacêuticas), adotar o código CNAE correspondente à atividade fabril principal.</li> </ol>	1.1.1.6.5	1.74

## 1.1.1.7 Indústria de Produtos Químicos e Farmoquímicos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
2019-3/99	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS INORGÂNICOS, NÃO ESPECIFICADOS	1.1.1.7.1 - A	1.74
	Contempla Outros produtos químicos inorgânicos.	1.1.1.7.1 - B	1.74

2029-1/00	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS NÃO ESPECIFICADOS	Contempla A fabricação de: • Ácidos graxos para fins alimentícios. • Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance do produto final alimentício, como: corantes, aromatizantes, conservadores espessantes e outros. • Corantes, pigmentos, ácidos graxos, óleos essenciais, compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance e outros produtos orgânicos para fins alimentícios que utilizam precursores (ver nota) no processo de síntese química (fabricação) destes compostos. • Corantes e pigmentos orgânicos de origem animal, vegetal ou sintética em forma básica ou concentrada para fins alimentícios. • Óleos essenciais para fins alimentícios. • Outros compostos orgânicos para fins alimentícios. Nota O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.	1.1.1.7.2 - A	1.74
		Contempla A fabricação de outros produtos químicos orgânicos.	1.1.1.7.2 - B	1.74
2110-6/00	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS	Contempla A fabricação de insumos farmacêuticos como: • Substâncias químicas ativas utilizadas nas preparações de medicamentos como: antibióticos, vitaminas, sulfas, alcalóides, e outros. • Excipientes e adjuvantes, essências, aromas com ou sem utilização de precursores (ver notas 2 e 3). A fabricação de: • Insumo de controle especial, ou seja, substâncias ativas de entorpecentes e /ou psicotrópicos ou outras substâncias de controle especial prevista na legislação vigente. • Precursores (ver notas 2 e 3). • Intermediários para a produção de farmoquímicos que se enquadram em uma das definições acima (insumos farmacêuticos, insumos de controle especial ou precursores). Notas 1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário 2. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol. 3. O estabelecimento que utiliza ou importa para uso próprio precursores, está sujeito a licença de funcionamento e autorização especial, conforme legislação vigente. Não Contempla • As especialidades farmacêuticas (2121-1/01, 2121-1/02 e 2121-1/03). • A fabricação de Aditivos para uso industrial (2093-2/00).	1.1.1.7.3 - A	1.74
		Contempla • A transformação do sangue e a fabricação de seus derivados • O processamento de glândulas e a fabricação de extratos de glândulas. • A fabricação de açúcares quimicamente puros. Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário. Não Contempla • Açúcares sintéticos, mesmo modificados – adoçantes (1099-6/99). • A coleta de sangue humano (8640-2/12).	1.1.1.7.3 - B	1.74
1.1.1.8 Indústria de Produtos e Preparados Químicos Diversos/Precursores				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	

2091-6/00	FABRICAÇÃO DE ADESIVOS E SELANTES	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação de adesivos, colas, decalques e selantes para uso industrial e doméstico, de origem animal, vegetal e sintética, que utiliza precursores (ver notas 1 e 2) na síntese química destes compostos.</li></ul> Notas <ul style="list-style-type: none"><li>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</li><li>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</li></ul>	1.1.1.8.1	1.74
2093-2/00	FABRICAÇÃO DE ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: insumos e componentes destinados à fabricação dos produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.</li></ul>	1.1.1.8.2 - A	1.74
		Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins alimentícios.</li></ul>	1.1.1.8.2 - B	1.74
		Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação dos compostos utilizados na produção de insumos para fins diversos, tais como: produtos para saúde/correlatos, que utilizam precursores (ver notas 1 e 2) no seu processo de síntese química.</li><li>Corantes e pigmentos.</li><li>Essências e ácidos graxos.</li><li>Óleos essenciais.</li><li>Compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance como: conservadores e espessantes.</li><li>Outros compostos.</li></ul> Notas <ul style="list-style-type: none"><li>1. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como, por exemplo, ácido fenil acético, piperonal, safrol.</li><li>2. O estabelecimento que utiliza ou importa precursores para uso próprio necessita de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE e Autorização Especial de Funcionamento – AE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário, conforme legislação vigente.</li></ul>	1.1.1.8.2 - C	1.74
		Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>A fabricação de compostos químicos utilizados como auxiliares de processo ou de performance do produto final nos diversos segmentos de mercado, como: suco-álcool, papel e celulose, construção civil, couro, têxtil, lubrificantes, etc.</li><li>A fabricação de lubrificantes sintéticos não derivados do petróleo.</li><li>Outros tipos de utilização.</li></ul>	1.1.1.8.2 - D	1.74
1.1.2 Subgrupo Distribuidor/Importador/Exportador				
1.1.2.1 Comércio Atacadista de Alimentos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4621-4/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ EM GRÃO	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>O comércio atacadista que armazena café em grão, em coco ou verde.</li></ul>	1.1.2.1.1	0,60
4622-2/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE SOJA	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>O comércio atacadista que armazena soja.</li></ul>	1.1.2.1.2	0,60
4623-1/05	COMÉRCIO ATACADISTA DE CACAU	Contempla <ul style="list-style-type: none"><li>O comércio atacadista que armazena cacau em amêndoas.</li></ul>	1.1.2.1.3	0,60

4631-1/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE LEITE E LATICÍNIOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista que armazena:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leite resfriado, pasteurizado, aromatizado e em pó.</li> <li>• Derivados do leite, tais como: manteigas, iogurtes, queijos, requeijões e similares.</li> <li>• Margarinas.</li> </ul>	1.1.2.1.4	0,60
4632-0/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena cereais beneficiados (arroz, feijão, milho, trigo, centeio, sorgo).</li> </ul>	1.1.2.1.5	0,60
4632-0/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE FARINHAS, AMIDOS E FÉCULAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena farinhas, amidos e féculas.</li> </ul>	1.1.2.1.6	0,60
4632-0/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS, FARINHAS, AMIDOS E FÉCULAS COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista que armazena e/ou fraciona:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais e leguminosas.</li> <li>• Farinhas, amidos e féculas.</li> </ul>	1.1.2.1.7	0,60
4633-8/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HORTALIÇAS E LEGUMES FRESCOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista que armazena:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos.</li> <li>• Frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos, submetidos a processos iniciais como descascamento, desconchamento, remoção das partes não comestíveis, fracionamento, procedimentos de higienização e embalagem, entre outros.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os comércios atacadistas de frutas e legumes em conservas e congelados (4639-7/01).</li> </ul>	1.1.2.1.8	0,60
4633-8/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AVES VIVAS E OVOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena ovos</li> </ul>	1.1.2.1.9	0,60
4634-6/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES BOVINAS, SUÍNAS E DERIVADOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista que armazena:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carne fresca, frigorificada ou congelada de bovinos e suínos.</li> <li>• Carne preparada de bovinos e suínos, seca e salgada e produtos de salsicharia.</li> </ul>	1.1.2.1.10	0,60
4634-6/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AVES ABATIDAS E DERIVADOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena aves abatidas frescas e seus derivados, frigorificados e congelados.</li> </ul>	1.1.2.1.11	0,60
4634-6/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena peixes e outros frutos do mar, frescos, frigorificados ou congelados.</li> </ul>	1.1.2.1.12	0,60
4634-6/99	COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES E DERIVADOS DE OUTROS ANIMAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena carnes e derivados de caprinos, ovinos, eqüídeos, coelhos e outros animais, frescas, frigorificadas ou congeladas.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carne fresca, frigorificada ou congelada de bovinos e suínos (4634-6/01).</li> <li>• Aves abatidas frescas, frigorificadas ou congeladas (4634-6/02).</li> <li>• Peixes e outros frutos do mar, frescos, frigorificados ou congelados (4634-6/03).</li> </ul>	1.1.2.1.13	0,60
4635-4/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena água mineral.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O engarrafamento na fonte, de águas minerais e água adicionada de sais (1121-6/00).</li> </ul>	1.1.2.1.14	0,60
4635-4/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena cerveja, chope, refrigerante e outras bebidas não alcoólicas.</li> </ul>	1.1.2.1.15	0,60
4635-4/99	COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista que armazena outras bebidas alcoólicas (vinho, cachaça, bebidas destiladas e etc.) e não alcoólicas.</li> </ul>	1.1.2.1.16	0,60

4637-1/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE CAFÉ TORRADO, MOÍDO E SOLÚVEL	Contempla • O comércio atacadista que armazena café torrado, moído e solúvel.	1.1.2.1.17	0,60
4637-1/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE AÇÚCAR	Contempla • O comércio atacadista que armazena açúcar.	1.1.2.1.18	0,60
4637-1/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE ÓLEOS E GORDURAS	Contempla • O comércio atacadista que armazena óleos refinados e gorduras de origem animal e vegetal.	1.1.2.1.19	0,60
4637-1/04	COMÉRCIO ATACADISTA DE PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES	Contempla • O comércio atacadista que armazena pães, bolos, biscoitos e similares. Não Contempla • O comércio atacadista de massas alimentícias (4637-1/05).	1.1.2.1.20	0,60
4637-1/05	COMÉRCIO ATACADISTA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	Contempla • O comércio atacadista que armazena massas alimentícias em geral. Não Contempla • O comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares (4637-1/04).	1.1.2.1.21	0,60
4637-1/06	COMÉRCIO ATACADISTA DE SORVETES	Contempla • O comércio atacadista que armazena sorvetes, picolés, tortas geladas e similares.	1.1.2.1.22	0,60
4637-1/07	COMÉRCIO ATACADISTA DE CHOCOLATES, CONFEITOS, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	Contempla • O comércio atacadista que armazena chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes. Não Contempla • O comércio atacadista de produtos de padaria: pães, bolos, biscoitos e similares (4637-1/04).	1.1.2.1.23	0,60
4637-1/99	COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Contempla O comércio atacadista que armazena: • Chás, mel, sucos e conservas de frutas e legumes, frutas secas, produtos de coco, etc. • Condimentos e vinagres. • Alimentos preparados em frituras (batata frita e similares). • Alimentos congelados para preparo em microondas. • Complementos e suplementos alimentícios.	1.1.2.1.24	0,60
4639-7/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL	Contempla • O comércio atacadista que armazena outros produtos alimentícios em geral.	1.1.2.1.25	0,60
4639-7/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA	Contempla • O comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada.	1.1.2.1.26	0,60

## 1.1.2.2 Comércio Atacadista de Correlatos/Produtos para Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)



4645-1/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, as importadoras e exportadoras de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumentos, utensílios, materiais, artigos, produtos, partes e acessórios de uso ou aplicação médica, hospitalar ou laboratorial destinados ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética (Produtos: descartáveis, implantáveis, líquidos, sólidos, semi-sólidos, bolsas de sangue, dispositivo intra-uterino, produtos para diagnósticos de uso "in vitro" e outros).</li> <li>• Preservativo.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos odonto-médico-hospitalares e laboratoriais (4664-8/00).</li> <li>• Produtos odontológicos (4645-1/03).</li> <li>• Próteses e artigos de ortopedia (4645-1/02).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.2.1	1,17
4645-1/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de próteses e artigos de ortopedia, aprovados/registrados pela ANVISA/MS.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.2.2	0,60
4645-1/03	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de material, artigo, instrumento odontológico para o cirurgião-dentista e para as clínicas odontológicas.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O estabelecimento que comercializa produtos odontológicos e outras classes de produtos, tais como: sabonetes anti-sépticos, desinfetantes, esterilizantes, medicamentos com anestésicos e outros, enquadra-se no CNAE 4693-1/00.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.2.3	0,60
4664-8/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de equipamentos, aparelhos, partes, acessórios e mobiliários (ver nota), de uso ou aplicação médica, hospitalar, odontológica ou laboratorial, destinadas ao diagnóstico, prevenção, apoio, tratamento ou reabilitação da saúde, inclusive os de educação física, embelezamento e correção estética.</li> </ul> <p>Notas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</li> <li>2. Entende-se por mobiliário de uso médico, hospitalar e odontológico, todo móvel destinado a fornecer suporte a procedimento diagnóstico, terapêutico ou cirúrgico.</li> </ol> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista de instrumentos e materiais medicocirúrgico-hospitalares (4645-1/01).</li> </ul>	1.1.2.2.4	0,60

## 1.1.2.3 Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Higiene e Perfumaria

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)

4646-0/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cosméticos e perfumes.</li> <li>• Produtos de higiene pessoal.</li> <li>• Odorizantes de ambientes.</li> <li>• Repelentes de uso tópico.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos de higiene bucal, produtos para absorção de líquidos corporais, lenços umedecidos e discos demaquilantes e hastes com extremidades envoltas em algodão (4646-0/02).</li> <li>• Produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (4649-4/08).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.3.1	1,17
4646-0/02	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de artigos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Higiene bucal (fio / fita / escova dental).</li> <li>• Produtos para absorção de líquidos corporais (fraldas /absorventes e outros).</li> <li>• Lenços umedecidos e discos demaquilantes.</li> <li>• Hastes com extremidades envoltas em algodão.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <p>O comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos de cosméticos e produtos de perfumaria (4646-0/01).</li> <li>• Produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar (4646-4/08).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.3.2	0,60

## 1.1.2.4 Comércio Atacadista de Saneantes Domissanitários (Inseticidas, Raticidas, Desinfetantes e Detergentes)

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4649-4/08	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene e saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes).</p> <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene pessoal (4646-0/02).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.4.1	0,60
4649-4/09	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras de produtos de higiene e saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes) com atividade de fracionamento e acondicionamento associada.</p> <p>Nota</p> <p>Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p>	1.1.2.4.2	0,60

## 1.1.2.5 Comércio Atacadista de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)

4644-3/01	COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO	<p>Contempla</p> <p>O comércio atacadista, importadoras e exportadoras exclusivamente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos farmacêuticos de uso humano (medicamento e medicamento de controle especial).</li> <li>• Empresas que distribuem medicamentos para suas filiais.</li> </ul> <p>Insumos Farmacêuticos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Substâncias químicas ativas utilizadas nas preparações de medicamentos como: antibióticos, vitaminas, sulfas, alcalóides, e outros (ver nota 1).</li> <li>• Excipientes e adjuvantes, essências, aromas (ver nota 1).</li> </ul> <p>Insumos de Controle Especiais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Substâncias ativas de entorpecentes e ou psicotrópicos (ver notas 1, 2 e 3).</li> <li>• Outras substâncias de controle especial previstas na legislação vigente (ver notas 1, 2 e 3).</li> <li>• Precursores (ver notas 1, 2 e 3).</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. O fracionamento somente está previsto para o comércio atacadista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Insumos farmacêuticos (princípios ativos e excipientes).</li> <li>• Insumos farmacêuticos de controle especial (substâncias ativas de entorpecentes e/ou psicotrópicos ou outras substâncias de controle especial prevista na legislação vigente).</li> <li>• Precursores.</li> </ul> <p>2. Entende-se por precursores, as substâncias utilizadas para a obtenção de entorpecentes ou psicotrópicos e constantes das listas aprovadas pela Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, relacionadas na lista D1 da Portaria SVS/MS 344/98 e suas atualizações, como exemplo ácido fenil acético, piperonal, safrol.</p> <p>3. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência e é pré-requisito para a concessão do Alvará Sanitário.</p> <p>4. O comércio atacadista de produtos e substâncias de controle deverá requerer também, através de peticionamento eletrônico, a Autorização Especial de Funcionamento – AE.</p>	1.1.2.5.1	1,74
-----------	--	---	-----------	------

## 1.1.2.6 Comércio Atacadista de Diversas Classes de Produtos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4691-5/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	<p>Contempla</p> <p>• O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de produtos alimentícios, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01).</p> <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Federal 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.1	0,34
4692-3/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	<p>Contempla</p> <p>• O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de insumos agropecuários, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01).</p> <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Federal 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.2	0,60
4693-1/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, SEM PREDOMINÂNCIA DE ALIMENTOS OU DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	<p>Contempla</p> <p>• O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, exceto os produtos abrangidos pela Lei Federal 5991/73 (medicamentos, drogas), para os quais deve ser solicitado alvará sanitário exclusivo (4644-3/01).</p> <p>Nota</p> <p>O comércio atacadista de produtos abrangidos pela Lei Fed. 6360/76 (medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, prod. de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética) necessita de prévia Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA.</p>	1.1.2.6.3	0,60

4683-4/00	COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVO	Compreende: -O comércio atacadista de defensivos agrícolas -inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos agrícolas -O comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo -O comércio atacadista de produtos químicos para agricultura Não compreende: O comércio atacadista de produtos farmacêuticos para usos veterinário (4644-3/02)	1.1.2.6.4	0,60
1.1.3 Subgrupo Comércio Varejista				
1.1.3.1 Comércio Varejista de Alimentos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4711-3/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – HIPERMERCADOS	Contempla • As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que também oferecem uma gama variada de outras mercadorias, tais como: utensílios domésticos, roupas, ferragens, etc. com área de venda superior a 5.000 metros quadrados. Nota Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.	1.1.3.1.1	0,43 + TAXAS
4711-3/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – SUPERMERCADOS	Contempla • As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios variados e que também oferecem uma gama variada de outras mercadorias, tais como: utensílios domésticos, roupas, ferragens, etc. com área de venda entre 300 a 5.000 metros quadrados. Nota Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.	1.1.3.1.2	0,26 + TAXAS
4712-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS	Contempla: • As atividades dos estabelecimentos comerciais sem auto-atendimento e com venda predominante de produtos alimentícios variados, em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, com área de venda inferior a 300 metros quadrados. Nota Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras. Não Contempla Estabelecimentos comerciais com venda: • Predominante de produtos alimentícios industrializados (lojas de conveniência), além de outros produtos não alimentícios (4729-6/99). • De produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen) (4729-6/99).	1.1.3.1.3	0,26 + TAXAS
4721-1/01	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA	Contempla • O comércio varejista de pães e roscas, bolos, tortas e outros produtos de padaria com venda predominante de produtos produzidos no próprio estabelecimento. Não Contempla • As panificadoras industriais (1091-1/00).	1.1.3.1.4	0,43
4721-1/02	PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	Contempla • O comércio varejista de pães e roscas, bolos, tortas e outros produtos de padaria quando a revenda de outros produtos é predominante. Não Contempla • As panificadoras industriais (1091-1/00).	1.1.3.1.5	0,34
4721-1/03	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS	Contempla O comércio varejista de: • Leite e derivados, tais como: manteiga, creme de leite, iogurte e coalhadas. • Frios e carnes conservadas.	1.1.3.1.6	0,43
4721-1/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES	Contempla • O comércio varejista de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes.	1.1.3.1.7	0,34

4722-9/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES – AÇOUGUES	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carnes de bovino, suíno, caprino, ovino e eqüídeo – frescas, frigorificadas ou congeladas.</li> <li>• Aves abatidas – frescas, frigorificadas ou congeladas.</li> <li>• Pequenos animais abatidos – coelhos, patos, perus, galinhas e similares.</li> </ul>	1.1.3.1.8	0,60
4722-9/02	PEIXARIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de pescados, crustáceos e moluscos frescos, congelados, conservados ou frigorificados.</li> </ul>	1.1.3.1.9	0,43
4723-7/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de bebidas, alcoólicas e não alcoólicas; não consumidas no local de venda.</li> <li>• Tele entrega de água mineral e outras bebidas.</li> </ul>	1.1.3.1.10	0,34
4724-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTI-GRANJEIROS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de hortifrutigranjeiros.</li> </ul>	1.1.3.1.11	0,26
4729-6/01	TABACARIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista cigarros, charutos e fumos em geral.</li> </ul>	1.1.3.1.12	0,26
4729-6/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIAS	<p>Contempla</p> <p>As atividades dos estabelecimentos comerciais com venda predominante de produtos alimentícios industrializados além de outros não alimentícios, usualmente associado a outra atividade, com horário de funcionamento de 24 horas por dia.</p>	1.1.3.1.13	0,34
4729-6/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comércio varejista em lojas especializadas de produtos alimentícios em geral não especificados anteriormente, tais como: produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, mel, café moído, sorvetes embalados.</li> <li>• Estabelecimentos comerciais com venda de produtos alimentícios variados (lojas de delicatessen).</li> <li>• Estabelecimentos comerciais com venda de suplementos alimentares, produtos naturais e/ou dietéticos.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercarias, armazéns e mini mercados (4712-1/00).</li> <li>• Lojas de conveniência (4729-6/02).</li> </ul>	1.1.3.1.14	0,34
5611-2/01	RESTAURANTES E SIMILARES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de manipular, preparar, vender e servir comida preparada, com ou sem bebida alcoólica ao público em geral, com serviço completo (ex: pizzarias, churrascarias, entre outros).</li> <li>• Os restaurantes "self-services" ou de comida a quilo.</li> <li>• As atividades de restaurantes e bares em embarcações exploradas por terceiros.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cozinha industrial (5620-1/01).</li> <li>• Rotisseries (5620-1/04).</li> <li>• As atividades de preparação de refeição ou prato cozido, inclusive congelado, entregue ou servido em domicílio (5620-1/04).</li> </ul>	1.1.3.1.15	0,60
5611-2/02	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebida alcoólica ao público em geral, com serviço completo (5611-2/01).</li> </ul>	1.1.3.1.16	0,26
5611-2/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	<p>Contempla</p> <p>O serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas em estabelecimento comercial varejista que não oferece serviço completo, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lanchonetes.</li> <li>• "Fast-food".</li> <li>• Pastelarias.</li> <li>• Casas de chá.</li> <li>• Casas de sucos.</li> <li>• Botequins e similares.</li> <li>• Sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços ambulantes de alimentação (5612-1/00).</li> <li>• Fabricação de sorvetes (1053-8/00).</li> <li>• Cantinas privativas (5620-1/03).</li> </ul>	1.1.3.1.17	0,34



5612-1/00	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	Contempla • Os serviços de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, em pontos fixos, tais como: Trailers fixos, Quiosques, etc. • A venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.	1.1.3.1.18 - A	0,37
		Contempla • Os serviços móveis de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, tais como: Carrocinhas e outras modalidades de venda ambulante.	1.1.3.1.18 - B	0,26
		Contempla Feiras-livres.	1.1.3.1.18 - C	0,60
5620-1/01	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS	Contempla • A preparação de refeições em cozinha central (cozinha industrial), por conta de terceiros, para fornecimento a empresas de linhas aéreas e outras empresas de transporte, cantinas, restaurantes de empresas e outros serviços de alimentação privativos e sob contrato.	1.1.3.1.19	1,74
5620-1/02	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFFET	Contempla • Os serviços de alimentação fornecidos por bufê para banquetes, coquetéis, recepções, etc.	1.1.3.1.20	0,60
5620-1/03	CANTINA – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVO	Contempla • O serviço de alimentação e a venda de bebidas em caráter privativo (exploração por terceiros ou própria), para grupos de pessoas em fábricas, universidades, colégios, associações, casernas, outros públicos, etc.	1.1.3.1.21	0,34
5620-1/04	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR	Contempla • Preparação de refeições ou pratos cozidos, inclusive congelados, entregues ou servidos em domicílio. • Rotisseries. • Preparação de pizzas, lanches e similares para entrega em domicílio.	1.1.3.1.22	0,34

## 1.1.3.2 Comércio Varejista de Medicamentos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4771-7/01	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SEM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	Contempla • Drogarias incluindo as que também realizam atendimento delivery e Ervanarias. • Associações que compram e dispensam medicamentos. • Empresas que forneçam kits para aeronaves. • Drogarias com fracionamento de medicamentos. Não Contempla • As farmácias de manipulação (4771-7/02). O comércio varejista de: • Medicamentos homeopáticos (4771-7/03). • Produtos odontológicos: cera, compostos para restaurações dentárias e similares (4645-1/03). Nota Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente.	1.1.3.2.1	1,17
4771-7/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, COM MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS	Contempla Farmácias: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais. Notas 1. A farmácia também pode realizar o comércio varejista de produtos acabados e podem fracionar medicamentos, desde que estejam habilitadas. 2. Os estabelecimentos necessitam de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedido pela ANVISA, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente. 3. A manipulação de substância sujeita ao controle especial, depende além da AFE, de prévia Autorização Especial de Funcionamento – AE, cuja solicitação é feita eletronicamente (peticionamento eletrônico) no site da Agência, sendo o referido documento revalidado anualmente. 4. As centrais de manipulação de produtos farmacêuticos não estão previstas e contrariam a legislação sanitária vigente.	1.1.3.2.2	1,17

## 1.1.3.3 Comércio Varejista de Cosméticos

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4772-5/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de produtos de perfumaria e de higiene pessoal que realizam ou não atividade de fracionamento e embalagem (ver notas), com venda direta ao consumidor de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfumes e similares.</li> <li>• Sabonetes.</li> <li>• Sais para banho.</li> <li>• Xampus e condicionadores.</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. Os referidos produtos devem estar em sua forma definitiva, requerendo apenas serem fracionados e embalados antes de serem entregues ao consumo, bem como atenda a Resolução RDC n.º 108, de 27/04/2005 e suas atualizações. Os produtos devem estar devidamente regularizados no Órgão competente do Ministério da Saúde pelo fabricante/importador e especificados quanto a sua destinação: fracionamento com venda direta ao Consumidor.</p> <p>2. É vedado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A comercialização dos produtos em sistema de atendimento pelo próprio consumidor (self - service).</li> <li>• O reaproveitamento de embalagens.</li> <li>• O fracionamento de produtos de Grau de Risco II.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As empresas que realizam atividades de fracionamento e embalagem como prestadoras de serviços a fabricantes/importadores que não efetuem venda direta ao consumidor (8292-0/00).</li> </ul>	1.1.3.3.1	1,17
1.1.3.4 Comércio Varejista de Artigos Médicos e Ortopédicos				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4773-3/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos tais como: muletas, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, termômetros, kits diagnósticos, nebulizadores, vaporizadores, aparelhos de pressão e outros similares.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de cadeiras de rodas, próteses e calçados (32.50-7).</li> </ul>	1.1.3.4.1	0,60
1.1.3.5 Comércio Varejista de Artigos de Ótica				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4774-1/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ÓTICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de artigos de óptica.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fabricação de lentes de contato e lentes intra-oculares (3250-7/07).</li> <li>• Os serviços de laboratórios óticos (3250-7/09).</li> </ul>	1.1.3.5.1	0,60
1.1.3.6 Comércio Varejista de Saneantes Domissanitários				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
4789-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	<p>Contempla</p> <p>O comércio varejista de saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes, detergentes).</p>	1.1.3.6.1	1,17
1.1.3.7 Comércio Varejista de Diversas Classes de Mercadorias				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)

4713-0/01	LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista não especializado sem predominância de gêneros alimentícios em estabelecimentos organizados em departamentos, que oferecem variedades de linhas de mercadorias comercializadas (roupas, móveis, eletrodomésticos, ferragens, cosméticos, bijuterias, jogos, artigos de esporte, etc.).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>1. Além da atividade de venda de produtos, devem ser acrescentadas taxas para outras atividades desenvolvidas no estabelecimento, como: açougue, padaria, lanchonete, entre outras.</p>	1.1.3.7.1	0,60 + TAXAS ESPECÍFICAS
1.1.4 Subgrupo Outros				
1.1.4.1 Depósito de Produtos Relacionados à Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
5211-7/99	DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS – EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDA-MÓVEIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), por conta de terceiros.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Não existe depósito de medicamentos isolado, deverá estar atrelado à atividade principal, não sendo permitido nesse CNAE.</p>	1.1.4.1.1	0,60
1.1.4.2 Transporte de Produtos Relacionados à Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
5320-2/02	SERVIÇOS DE ENTREGA RÁPIDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços de entrega de mercadorias do comércio varejista e de serviços de alimentação no endereço do cliente.</li> <li>• Os serviços de entrega de encomendas por moto boy.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde, amostras biológicas, entre outros).</p>	1.1.4.2.1	0,26
4930-2/01	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS MUNICIPAIS – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A transportadora de cargas em geral, dentro do município.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A distribuição de água em carro pipa (3600-6/00).</li> <li>• A coleta e transporte de resíduos não-perigosos (lixo doméstico) (3811-4/00).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde).</p>	1.1.4.2.2	0,60
4930-2/02	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL – EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A transportadora de cargas em geral, fora do município.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A distribuição de água em carro pipa (3600-6/00).</li> <li>• A coleta e transporte de resíduos não-perigosos (lixo doméstico) (3811-4/00).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário, específico e exclusivo, por veículo transportador de produtos e substâncias de interesse da saúde (alimentos, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, embalagens de produtos de interesse da saúde).</p>	1.1.4.2.3	0,60

4930-2/03	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (segundo legislação específica), tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A coleta de resíduos perigosos (3812-2/00).</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário por veículo transportador.</p> <p>2. Para o transporte de cargas radioativas exige-se prévia autorização do CNEN – Conselho Nacional de Energia Nuclear.</p>	1.1.4.2.4	1,17
1.1.4.3 Distribuição de Água por Caminhões				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
3600-6/02	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A distribuição de água tratada (potável) através de caminhões.</li> <li>• O transporte de água potável para consumo humano por carro-pipa.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O tratamento e a distribuição de água por dutos urbanos (3600-6/01).</li> </ul> <p>Nota: Além do alvará sanitário para o estabelecimento, deve ser solicitado o alvará sanitário por veículo transportador.</p>	1.1.4.3.1	0,60

## 1.2. Grupo Serviços

1.2.1 Subgrupo Serviços de Saúde				
1.2.1.1 Assistências de Saúde				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
1,17 8610-1/01	Atividades de Atendimento Hospitalar (Exceto Pronto Socorro e Unidades para Atendimento e Urgências)	Estabelecimentos Hospitalares até 50 leitos - Pequeno Porte.	1.2.1.1.1 - A	1,17
		Estabelecimentos Hospitalares 51 até 150 leitos - Médio Porte.	1.2.1.1.1 - B	1,74
		Estabelecimentos Hospitalares - acima de 151 leitos - Grande Porte.	1.2.1.1.1 - C	4,15
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços de internação de curta ou longa duração prestados a pacientes realizados em hospitais gerais e especializados, hospitais universitários, maternidades, hospitais psiquiátricos, hospital-dia, navios-hospital, unidades mistas de saúde, centros de medicina preventiva, clínicas e centros médicos e outras instituições de saúde com internação, incluindo-se os hospitais militares e os hospitais de centros penitenciários.</li> </ul> <p>Neste código incluem-se as seguintes atividades/serviços: - serviço (unidades) de internação; - centro-cirúrgico; - centro obstétrico; - centro de parto normal; - central de material esterilizado; - serviço de nutrição e dietética; - serviço (unidades) de terapia intensiva e semi-intensiva; - necrotério; - centrais administrativas e de manutenção; - consultórios não inseridos em outros setores já licenciados; - outras atividades/serviços hospitalares sem código específico.</p> <p>Notas</p> <p>Nota 1: Em hospitais, outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento deverão constituir processo autônomo de concessão/renovação de alvará sanitário.</p> <p>Nota 2: Para os demais estabelecimentos, outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento deverão ser inseridas no mesmo processo.</p> <p>Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>		

8610-1/02	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades exercidas em unidades de hospitais preparadas para atendimento a urgências.</li> <li>• As atividades exercidas em prontos-socorros com assistência 24 horas e com leitos de observação.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços móveis de atendimento a urgências (86.21-6).</li> <li>• Os serviços de remoção de pacientes (8622-4/00).</li> </ul>	1.2.1.1.2	1,17
8621-6/01	UTI MÓVEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os estabelecimentos prestadores de serviços de atendimento/transporte de urgência e emergência de pacientes – unidades móveis terrestres, aéreas ou aquaviárias, quando classificadas como Ambulâncias de Suporte Avançado (tipos D, E ou F - Portaria GM/MS 2.048, de 5-11-2002).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambulâncias do tipo A, B e C.</li> </ul>	1.2.1.1.3	1,17
8621-6/02	SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS – EXCETO POR UTI MÓVEL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os estabelecimentos prestadores de serviços de atendimento/transporte de urgência de pacientes – unidades móveis terrestres, aéreas ou aquaviárias, classificadas como Ambulâncias dos tipos B, C, E ou F (Portaria GM/MS 2.048, de 5-11-2002).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de UTI móvel – ambulâncias do tipo D (8621-6/02).</li> <li>• Ambulâncias do tipo A (8622-4/00)</li> </ul>	1.2.1.1.4	0,60
8622-4/00	SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços de ambulância cuja função é unicamente a de remoção de enfermos, sem envolver atendimento ao paciente. A remoção de pacientes não é, em geral, acompanhada por médico, mas por profissional de saúde (técnico ou auxiliar de enfermagem).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de unidades móveis terrestres (ambulâncias), aéreas ou aquaviárias equipadas para atendimento a urgências, inclusive as UTI móvel (tipo B, C e D) (8621-6/01 e 8621-6/02).</li> </ul>	1.2.1.1.5	0,60
8630-5/01	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de consultas e tratamento médico prestado a pacientes que não estão sob regime de internação. Os locais de realização destas atividades são em consultórios ou ambulatorios, desde que sejam equipados para a realização de procedimentos cirúrgicos.</li> </ul>	1.2.1.1.6 - A	1,17
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de consultas e tratamento médico prestado a pacientes que não estão sob regime de internação. Os locais de realização destas atividades são em clínicas médicas especializadas ou não ou policlínicas, desde que sejam equipados para a realização de procedimentos cirúrgicos.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.</p>	1.2.1.1.6 - B	1,17



8630-5/02	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES	Contempla • As consultas prestadas em consultórios ou ambulatorios equipados para a realização de exames complementares.	1.2.1.1.7 - A	0,60
		Contempla • As consultas prestadas em clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares.	1.2.1.1.7 - B	0,60
		Contempla • Os postos de saúde pública.	1.2.1.1.7 - C	0,60
		Nota Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.		0,60
8630-5/03	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS	Contempla • Consultórios e ambulatorios médicos.	1.2.1.1.8 - A	0,60
		Contempla • Clínicas Médicas.	1.2.1.1.8 - B	1,17
		Nota: Deverão ser inseridas no processo outras atividades com código CNAE específico que são exercidas no estabelecimento. Ex.: Pronto socorro (8610-1/02), tomografia (8640-2/04), agência transfusional (8640-2/12), ultrassonografia, etc.		
8630-5/04	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA	Contempla • Consultório ou ambulatório odontológico.	1.2.1.1.9 - A	0,60
		Contempla • Clínica Odontológica.	1.2.1.1.9 - B	0,81
		Contempla • Atendimento prestado em unidades móveis ou atendimento domiciliar, com uso de equipamentos transportáveis / portáteis.	1.2.1.1.9 - C	0,60
		Não Contempla • Atividades exercidas em laboratórios de prótese dentária (3250-7/06). • Os institutos de radiologia odontológica e os institutos de documentação odontológica (8640-2/05).		0,60
8630-5/06	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA	Contempla • Serviços de vacinação e imunização humana (salas de vacina). Nota A concessão do primeiro Alvará Sanitário se dará após a atividades/serviço já estar "credenciada" pela Vigilância Epidemiológica.	1.2.1.1.10	0,60
8630-5/07	ATIVIDADES DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA	Contempla • As atividades de reprodução humana assistida, quando realizadas em unidades independentes de estabelecimentos hospitalares.	1.2.1.1.11	0,60
8640-2/03	SERVIÇOS DE DIÁLISE E NEFROLOGIA	Contempla: • Serviços de diálise e nefrologia. Nota Além da atividade de serviço de diálise, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de diálise; entre outros.	1.2.1.1.12	1,17
8640-2/10	SERVIÇOS DE QUIMIOTERAPIA	Contempla • Serviços de quimioterapia Nota Além da atividade de serviço de quimioterapia, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de quimioterapia; entre outros.	1.2.1.1.13	0,95

8640-2/11	SERVIÇOS DE RADIO-TERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de radioterapia.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de radiodiagnóstico (8640-2/05).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de radioterapia (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de radioterapia; entre outros.</p>	1.2.1.1.14	1,17
8650-0/01	ATIVIDADES DE EN-FERMAGEM	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades realizadas por enfermeiros.</li> </ul>	1.2.1.1.15	0,60
8650-0/02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultórios de Nutrição.</li> </ul>	1.2.1.1.16 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clínicas de Nutrição.</li> </ul>	1.2.1.1.16 - B	0,95
8650-0/03	ATIVIDADES DE PSI-COLOGIA E PSICANÁLISE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultórios de Psicologia/Psicanálise.</li> </ul>	1.2.1.1.17 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clínicas de Psicologia/Psicanálise.</li> </ul>	1.2.1.1.17 - B	0,95
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades dos centros de assistência psicossocial (8720-4/01).</li> </ul>		
8650-0/04	ATIVIDADES DE FISIO-TERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultórios de Fisioterapia.</li> </ul>	1.2.1.1.18 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clínicas de Fisioterapia.</li> </ul>	1.2.1.1.18 - B	0,95
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de hidroginástica e demais atividades de condicionamento físico (9313-1/00).</li> </ul>		
8650-0/05	ATIVIDADES DE TERA-PIA OCUPACIONAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de terapia ocupacional.</li> </ul>	1.2.1.1.19	0,60
8650-0/06	SERVIÇOS DE FONO-AUDIOLOGIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultórios de Fonoaudiologia.</li> </ul>	1.2.1.1.20 - A	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clínicas de Fonoaudiologia.</li> </ul>	1.2.1.1.20 - B	0,60
8650-0/07	ATIVIDADES DE TE-RAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PAREN-TERAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços de terapia de nutrição enteral e parenteral.</li> </ul>	1.2.1.1.21	1,17
8650-0/99	ATIVIDADES DE PRO-FISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades relacionadas com a saúde realizadas por profissionais legalmente habilitados, exceto as compreendidas nas subclasses anteriores, exercidas de forma independente: as atividades de optometristas, as atividades e quiropraxistas.</li> <li>Outras atividades de serviços profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente.</li> </ul>	1.2.1.1.22	0,34
8690-9/02	ATIVIDADES DE BAN-CO DE LEITE HUMANO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de bancos de leite humano.</li> </ul>	1.2.1.1.23	0,95
8690-9/03	ATIVIDADES DE ACU-PUNTURA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de acupuntura realizadas por profissionais legalmente habilitados, com especialização em acupuntura.</li> </ul>	1.2.1.1.24	0,60
8690-9/04	ATIVIDADES DE PO-DOLOGIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades de podologia e similares.</li> </ul>	1.2.1.1.25	0,60

8711-5/03	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES FÍSICOS, IMUNODEPRIMIDOS E CONVALESCENTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições de saúde com alojamento, alimentação, cuidados médicos e psicológicos, serviços de enfermagem e de acompanhantes, em regime de internação.</li> <li>• Instituições de saúde para o tratamento de pessoas convalescentes e imunodeprimidas, isoladas e independentes de outro estabelecimento.</li> <li>• Instituições de assistência médica e psicossocial para deficientes físicos, isoladas e independentes de outro estabelecimento.</li> <li>• Casas de apoio para portadores de enfermidades crônicas, sob responsabilidade médica.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS (8711-5/04).</li> <li>• Albergues assistenciais (8730-1/02).</li> </ul>	1.2.1.1.26	0,60
8711-5/04	CENTROS DE APOIO A PACIENTES COM CÂNCER E COM AIDS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de atenção à saúde humana, especializadas em apoio a pacientes portadores de câncer ou HIV/AIDS.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas (8711-5/03).</li> </ul>	1.2.1.1.27	0,60
8712-3/00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICÍLIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de atenção domiciliar (RDC ANVISA nº. 11/2006).</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de enfermagem prestadas por profissionais independentes (8650-0/01).</li> </ul>	1.2.1.1.28	0,60
8720-4/01	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de fornecimento de assistência médica e psicossocial em centros de assistência psicossocial. Estes locais atendem pessoas com deficiência ou doença mental, distúrbios psíquicos e/ou problemas causados pelo uso de drogas. A infra-estrutura oferecida por estes locais inclui alimentação, supervisão, acompanhamento e cuidados médicos, porém sem alojamento.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS (8711-5/04).</li> <li>• Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química, em instituições com alojamento/internação (8720-4/99).</li> </ul>	1.2.1.1.29	0,60
8690-9/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de outros profissionais de área de saúde, não especificadas anteriormente.</li> </ul>	1.2.1.1.30	0,60

## 1.2.1.2 Serviços de Interesse da Saúde

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
8640-2/01	LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLÓGICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O preparo de peças a serem examinadas.</li> <li>• A realização de exames morfológicos de materiais teciduais ou citológicos, obtidos por coleta a partir de biópsias ou necropsias.</li> <li>• A manutenção de documentação fotográfica científica, peças de anatomia humana e arquivo de lâminas.</li> <li>• As atividades realizadas em Laboratório de Anatomia Patológica do Instituto Médico Legal.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades dos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas (8640-2/02).</li> </ul>	1.2.1.2.1	1,17

8640-2/02	LABORATÓRIOS CLÍNICOS	<p>Contempla</p> <p>As atividades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Laboratórios de análises e pesquisas clínicas/patologias clínicas.</li> <li>• Diagnóstico utilizando métodos de medicina nuclear "in vitro" (Radiomunoensaio).</li> <li>• Os laboratórios de biologia molecular, saúde pública e toxicologia.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades dos laboratórios de anatomia patológica e citológica (8640-2/01).</li> <li>• Os Postos de Coleta (8690-9/99).</li> </ul>	1.2.1.2.2 - A	1,17
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades móveis terrestres equipadas apenas de laboratório de análises clínicas, com pessoal especializado, sem atividades de consultas médicas.</li> </ul>	1.2.1.2.2 - B	1,76 POR VEICULO
8640-2/04	SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços que realizam exames de tomografia e PET-CT (Tomografia por emissão de pósitrons).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de tomografia o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de tomografia; entre outros.</p>	1.2.1.2.3	0,95 POR EQUIPAMENTO
8640-2/05	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE – EXCETO TOMOGRAFIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Raios-X odontológico intraoral (periapical).</li> </ul>	1.2.1.2.4 - A	0,34 POR EQUIPAMENTO
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Raios-X odontológico extraoral.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - B	0,94 POR EQUIPAMENTO
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Raios-X médico convencional.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - C	0,94 POR EQUIPAMENTO
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Densitometria óssea.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - D	0,94POR EQUIPAMENTO
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Medicina Nuclear.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - E	1,17
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluoroscopia.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - F	0,43
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mamografia.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - G	0,94 POR EQUIPAMENTO
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hemodinâmica.</li> </ul>	1.2.1.2.4 - H	1,17
		<p>Nota</p> <p>Além da atividade de diagnóstico por imagem (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Consultório odontológico (8630-5/04-A) e Raios-X odontológico intraoral; Clínica médica com procedimentos cirúrgicos (8630-5/01-B); entre outros.</p> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os serviços que realizam exames de tomografia (8640-2/04).</li> <li>• Os serviços que realizam exames de ressonância magnética (8640-2/06).</li> </ul>		

8640-2/06	SERVIÇOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços que realizam exames de ressonância magnética.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Demais serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (8640-2/07)</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de ressonância magnética (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de ressonância magnética; entre outros.</p>	1.2.1.2.5	1,17 POR EQUIPAMENTO
8640-2/07	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE - EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços que realizam exames de ultrassonografia.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de ressonância magnética (8640-2/06).</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Além da atividade de serviço de ultrassonografia (taxa calculada por equipamento), o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de ultrassonografia; entre outros.</p>	1.2.1.2.6	1,17 POR EQUIPAMENTO
8640-2/08	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR REGISTRO GRÁFICO – ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de diagnóstico por registro gráfico, - ECG, EEG, polissonografia, audiometria e outros tipos de serviços de diagnóstico por registro gráfico.</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1: Além da atividade de serviço de diagnóstico por registro gráfico, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local.</p> <p>Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B) e serviço de diagnóstico por registro gráfico; entre outros.</p> <p>2: Para essa atividade, independente do número de equipamentos, será cobrada uma taxa máxima referente a 3 equipamentos.</p>	1.2.1.2.7	0,60 POR EQUIPAMENTO (MÁXIMO DE 3 EQUIPAMENTOS)
8640-2/09	SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS ÓPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços de diagnóstico por métodos ópticos, tais como, as endoscopias digestivas, respiratórias e outras.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>Para essa atividade é obrigatório que o estabelecimento esteja licenciado também para as atividades 8610-1/01 ou 8630-5/01.</p>	1.2.1.2.8	0,60
8640-2/12	SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Hemocentro.</li> </ul>	1.2.1.2.9 - A	1,21
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Núcleo de Hemoterapia.</li> </ul>	1.2.1.2.9 - B	1,21
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Unidade de Coleta e Transfusão.</li> </ul>	1.2.1.2.9 - C	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Unidade de Coleta (inclusive unidade móvel).</li> </ul>	1.2.1.2.9 - D	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Agência transfusional.</li> </ul>	1.2.1.2.9 - E	0,60
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Transformação do sangue e a fabricação de seus derivados (2110-6/00).</li> <li>Banco de Células Progenitoras Hematopoiéticas (2640-2/14).</li> </ul>		



8640-2/13	SERVIÇOS DE LITO-TRIPSIA EXTRACORPÓREA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de LEOC (litotripsia extra corpórea), com ou sem raios X.</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. Além da atividade de serviço de LEOC, o estabelecimento deverá incluir, no mesmo processo, as taxas referentes às demais atividades porventura exercidas no local. Ex.: Clínica médica com exames complementares (8630-5/02-B); entre outros.</p> <p>2. Com raios-X deve ser incluída também a taxa para serviço de diagnóstico por imagem, com uso de radiação ionizante (8640-2/05).</p>	1.2.1.2.10	1,17
8640-2/14	SERVIÇOS DE BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS HUMANOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades dos bancos de células e tecidos humanos (pele, olhos, órgãos, ossos, etc.).</li> </ul>	1.2.1.2.11	0,34
8640-2/99	ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA – NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os exames de função pulmonar, tais como espirometria e oxigenoterapia.</li> <li>E outros serviços de complementação diagnóstica e terapêuticos não especificados anteriormente.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos (8640-2/08).</li> <li>As atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana (8690-9/01).</li> </ul>	1.2.1.2.12	0,60
3250-7/09	SERVIÇO DE LABORATÓRIO ÓPTICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços de laboratórios óticos (lapidação de lentes).</li> <li>Os serviços de sufassagem para atingir o grau de dioptria óptica.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A fabricação de artigos óticos (óculos, lentes de contato, lentes para óculos, armações para óculos, óculos de sol e semelhantes) (3250-7/07).</li> <li>A fabricação de óculos para segurança e proteção (3250-7/07).</li> </ul>	1.2.1.2.13	0,60
3250-7/06	SERVIÇOS DE PROTESE DENTÁRIA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A fabricação de dentes, dentaduras e os laboratórios de prótese dentária.</li> </ul>	1.2.1.2.14	0,60

## 1.2.1.3 Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
3250-7/03	FABRICAÇÃO DE APARELHOS E UTENSÍLIOS PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS FÍSICOS E APARELHOS ORTOPÉDICOS EM GERAL SOB ENCOMENDA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A fabricação de aparelhos e instrumentos para correção de defeitos físicos, membros artificiais e aparelhos ortopédicos em geral, sob encomenda (sob prescrição de profissional de saúde).</li> </ul>	1.2.1.3.1 - A	
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A fabricação de calçados ortopédicos de qualquer material, sob encomenda (sob prescrição de profissional de saúde).</li> </ul>	1.2.1.3.1 - B	
8730-1/01	ORFANATOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades de assistência social a crianças sem lar, em locais que fornecem alimentação e moradia e, em alguns casos, cuidados médicos e educação.</li> </ul>	1.2.1.3.2	ISENTO
8711-5/01	CLÍNICAS E RESIDÊNCIAS GERIÁTRICAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Clínicas Geriátricas – Clínicas médicas com especialidade geriátrica.</li> </ul>	1.2.1.3.3	0,60
8711-5/02	INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>ILPI (Instituição de longa permanência para Idosos) – instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania.</li> </ul>	1.2.1.3.4	0,60

8730-1/02	ALBERGUES ASSISTENCIAIS	<p>Contempla</p> <p>Atividades de assistência social a adultos desabrigados temporariamente e outras categorias especiais de pessoas com impedimentos para viverem por conta própria, exceto idosos e incapacitados físicos ou mentais. Essas atividades são prestadas, em geral, em locais que fornecem também alimentação e dormitórios coletivos e em alguns casos fornecem também cuidados médicos e educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrigos temporários para desabrigados.</li> <li>• Casas de apoio para crianças e adolescentes.</li> <li>• Casas de solidariedade.</li> <li>• Casas de triagem.</li> <li>• Casas transitórias.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades das instituições de longa permanência para idosos (8711-5/02).</li> <li>• Os orfanatos (8730-1/01).</li> </ul>	1.2.1.3.5	0,60
8730-1/99	ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADA EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Outros serviços sociais com alojamento não especificados anteriormente, como os centros correccionais para jovens e centro de reabilitação social.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de assistência a idosos em clínicas e residências geriátricas (8711-5/01).</li> <li>• Orfanatos (8730-1/01).</li> <li>• Albergues assistenciais (8730-1/02).</li> <li>• Atividades de assistência social a vítimas de catástrofes (8800-6/00).</li> <li>• Asilos para desabrigados (8730-1/02).</li> <li>• Casas: de apoio para crianças e adolescentes; de Solidariedade; de triagem e Transitórias (8730-1/02).</li> </ul>	1.2.1.3.6	0,60
7729-2/03	ALUGUEL DE MATERIAL MÉDICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O aluguel de material médico, como cadeiras de roda, camas hospitalares, muletas, inaladores, etc.</li> </ul>	1.2.1.3.7	0,60
7739-0/02	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de: equipamentos científicos, médicos e hospitalares, elétricos ou não, sem operador e equipamentos médico-cirúrgicos hospitalares.</li> </ul>	1.2.1.3.8	0,60

## 1.2.1.4 Educação/Ensino

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
8511-2/00	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de instituições de ensino que se destinam ao desenvolvimento integral da criança, em geral, de até 3 anos de idade.</li> <li>• Instituições assistenciais que abrigam crianças, normais ou com deficiências mentais / físicas, cujas mães trabalham fora do lar.</li> </ul>	1.2.1.4.1	0,60
8512-1/00	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade.</li> </ul>	1.2.1.4.2	0,60
8513-9/00	ENSINO FUNDAMENTAL	<p>Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de ensino fundamental de 1ª a 9ª séries regulares ou supletivos, educação especial em escola exclusivamente especializada e cursos de alfabetização de adultos.</li> </ul>	1.2.1.4.3	0,60
8520-1/00	ENSINO MÉDIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de ensino médio.</li> </ul>	1.2.1.4.4	0,60
8531-7/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de ensino superior.</li> </ul>	1.2.1.4.5	0,60
8532-5/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de ensino superior e pós-graduação.</li> </ul>	1.2.1.4.6	0,60
8533-3/00	EDUCAÇÃO SUPERIOR – PÓS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de ensino superior, pós-graduação e extensão.</li> </ul>	1.2.1.4.7	0,60

8541-4/00	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO	Contempla • As atividades de ensino técnico- nível profissional.	1.2.1.4.8	0,60
8542-2/00	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO	Contempla • As atividades de ensino técnico – nível tecnológico.	1.2.1.4.9	0,60
8592-9/01	ENSINO DE DANÇA	Contempla • Instituições, instrutores ou academias que oferecem cursos ligados ao ensino da dança.	1.2.1.4.10	0,60
8592-9/02	ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA	Contempla • As instituições ou instrutores independentes que oferecem cursos com atividades de ensino e aprimoramento dos recursos expressivos como a voz, o corpo, o movimento e o gesto.	1.2.1.4.11	0,60
8592-9/03	ENSINO DE MÚSICA	Contempla • as instituições ou instrutores que oferecem cursos independentes com atividades de ensino de instrumento musical ou canto.	1.2.1.4.12	0,60
8592-9/99	ENSINO DE ARTE E CULTURA NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE	Contempla • O ensino de outras atividades ligadas à arte e cultura, tais como artesanato, pintura, escultura, etc.	1.2.1.4.13	0,60
8593-7/00	ENSINO DE IDIOMAS	Contempla • As atividades de ensino de idiomas em cursos especializados.	1.2.1.4.14	0,60
8599-6/01	FORMAÇÃO DE CONDUCTORES	Contempla • Auto Escolas.	1.2.1.4.15	0,60
8599-6/03	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA	Contempla • As atividades dos cursos de informática.	1.2.1.4.16	0,60
8599-6/04	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	Contempla • As atividades de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.	1.2.1.4.17	0,60
8599-6/05	CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS	Contempla • As atividades dos cursos preparatórios para concursos em geral.	1.2.1.4.18	0,60
8599-6/99	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Contempla • Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente. • Atividades de Treinamento para Manipuladores de Alimentos. • Cursos livres (preparatórios para vestibulares, etc.). Não Contempla • Atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes (8591-1/00).	1.2.1.4.19	0,60

## 1.2.1.5 Entretenimento/Cultura

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
9312-3/00	CLUBES SOCIAIS, DESPORTIVOS E SIMILARES	Contempla • As atividades dos clubes sociais e esportivos que possibilitam a seus membros a oportunidade de participarem de atividades sociais e praticarem esportes, como: futebol, futebol de salão, voleibol, basquete, natação, equitação, golfe, tiro, etc. Não Contempla • Atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes (8591-1/00). Nota 1. Para os estabelecimentos que possuem piscina ou sauna, faz-se necessário a inclusão de taxa correspondente.	1.2.1.5.1	0,26
9321-2/00	PARQUES DE DIVERSÕES E PARQUES TEMÁTICOS	Contempla • As atividades que envolvem a exploração de diversas atrações, como as acionadas por meios mecânicos, as percorridas por cursos d'água, exposições temáticas, etc. Não Contempla • A produção de espetáculos circenses (9001-9/04).	1.2.1.5.2	0,26

5914-6/00	ATIVIDADES DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA	Contempla • Cinemas e similares.	1.2.1.5.3	0,26
9102-3/01	ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SIMILARES	Contempla • Museus em geral. • A gestão de lugares e prédios históricos e atrações similares.	1.2.1.5.4	0,26
9001-9/04	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES	Contempla • Circos e Teatros de Marionetes.	1.2.1.5.5	0,26
8230-0/02	CASAS DE FESTAS E EVENTOS	Contempla • As atividades de gestão de casas de festas e eventos.	1.2.1.5.6	0,26
9329-8/01	DISCOTECAS, DANÇETERIAS, SALÕES DE DANÇA E SIMILARES	Contempla • As atividades de exploração de discotecas, cabarés, dance-terias, salões de dança, de bailes e atividades similares.	1.2.1.5.7	0,60
9329-8/02	EXPLORAÇÃO DE BOLICHES	Contempla • As atividades de exploração dos estabelecimentos de boliche.	1.2.1.5.8	0,34
9329-8/03	EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE SINUCA, BILHAR E SIMILARES	Contempla • As atividades de exploração de estabelecimentos de jogos de sinuca, bilhar e similares.	1.2.1.5.9	
9329-8/04	EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS RECREATIVOS	Contempla • A exploração de estabelecimentos de jogos eletrônicos recreativos. Não Contempla • As salas de acesso à internet (8299-7/07).	1.2.1.5.10	0,34

## 1.2.1.6 Veterinários

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)	
7500-1/00	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	Contempla • Consultórios Veterinários.	1.2.1.6.1 - A	0,60
		Contempla • Clínicas, ambulatórios, hospitais (incluindo maternidades) e outros estabelecimentos veterinários.	1.2.1.6.1 - B	0,60
7500-1/00	ATIVIDADES VETERINÁRIAS	Esta subclasse compreende: - as atividades desenvolvidas por veterinários em clínicas, consultórios e laboratórios veterinários, bem como em visitas a fazendas, canis, domicílios ou a qualquer outro lugar para fornecimento de: - assistência veterinária a animais de estabelecimento agropecuário - assistência veterinária a animais de estimação - diagnóstico clínico patológico de animais - serviços de vacinação em animais - serviços de esterilização em animais - a realização de testes de espécies animais Esta subclasse compreende também:  -as atividades de ambulâncias para animais - as atividades de assistentes qualificados de veterinários ou de pessoal auxiliar em veterinária		
0159-8/02	CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	Contempla • A criação de animais de estimação: cães, gatos, hamsters, pássaros e outros animais de estimação (canil, gatil, etc.). Não Contempla • Os serviços de adestramento de cães de guarda (8011-1/02). • O alojamento e cuidado de animais de estimação (9609-2/03).	1.2.1.6.2	0,26
4771-7/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	Contempla • O comércio varejista de medicamentos para uso veterinário, inclusive vacinas.	1.2.1.6.3	1,17

4789-0/04	COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de animais de estimação vivos para criação doméstica - cães, gatos, pássaros, peixes ornamentais, etc.</li> <li>• O comércio varejista de artigos e acessórios para animais domésticos tais como: mordagens, focinheiras, coleiras, guias, artigos de montaria/selaria, casas e camas para cães e gatos, comedouros, bebedouros e outros produtos para pequenos animais (Pet Shop).</li> <li>• O comércio varejista de aquários e artigos para aquários, gaiolas, viveiros e acessórios.</li> <li>• O comércio varejista de ração e outros produtos alimentícios para animais de estimação.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O comércio varejista de medicamentos veterinários (4771-7/04).</li> </ul>	1.2.1.6.4	1,17
9609-2/03	ALOJAMENTO, HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de alojamento, incluindo hotel.</li> <li>• Higiene e embelezamento de animais domésticos (banho e tosa).</li> <li>• Os serviços de adestramento de animais domésticos, exceto cães de guarda.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades veterinárias (7500-1/00).</li> <li>• Os serviços de adestramento de cães de guarda (8011-1/02).</li> </ul>	1.2.1.6.5	0,34
1.2.1.7 Estética				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
9602-5/01	CABELEIREIROS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de: lavagem, corte, penteado, tingimento e outros tratamentos de cabelo.</li> <li>• Os serviços de barbearia.</li> <li>• As atividades de manicure e pedicure.</li> </ul> <p>Não Contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A atividade de podologia (8690-9/04).</li> <li>• As atividades de limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc. (9602-5/02).</li> <li>• A atividade de depilação (9602-5/02).</li> </ul>	1.2.1.7.1	0,26
9602-5/02	OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc.</li> <li>• Depilação.</li> <li>• Outras atividades de tratamento de beleza não especificadas anteriormente.</li> </ul> <p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de podólogos (8690-9/99).</li> <li>• Clínicas de emagrecimento e de massagem estética (9609-2/01).</li> </ul>	1.2.1.7.2	0,26
9609-2/05	ATIVIDADES DE SAUNA E BANHOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades de sauna, banhos turcos, banhos a vapor, massagens e relaxamento.</li> </ul>	1.2.1.7.3	0,60
9609-2/05	ATIVIDADE ESTÉTICA E OUTROS SERVIÇOS DECUIDADOS COM A BELEZA	<p>Esta Sub Classee compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- as atividades de limpeza de pele, massagem facial, maquiagem, etc.</li> <li>- a atividade de depilação</li> <li>- as atividades de massagem estética e para emagrecimento</li> <li>- as atividades de spas que não operam estabelecimentos hoteleiros</li> <li>- outras atividades de tratamento de beleza não especificadas anteriormente</li> </ul> <p>Esta subclasse não compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- as clínicas dermatológicas com recursos para a realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares (8630-5/01)</li> <li>- as atividades de manicure e pedicure(9602-5/01)</li> </ul>		



9609-2/06	SERVIÇOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING	Contempla • As atividades de tatuagem e colocação de piercing.	1.2.1.7.4	0,60
1.2.1.8 Atividades Físicas				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
9313-1/00	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO	Contempla • As atividades de condicionamento físico (fitness), tais como: ginástica, musculação, yoga, pilates, alongamento corporal, etc., realizadas em academias, centros de saúde física e outros locais especializados. • Hidroginástica. Não Contempla • Atividades de fisioterapeutas (8650-0/04). • Clínicas de emagrecimento e de massagem estética (9609-2/01). • Atividades realizadas por profissional legalmente habilitado, exercidas de forma independente. Nota Para os estabelecimentos que possuírem piscina, faz-se necessária a inclusão de taxa específica.	1.2.1.8.1	0,34
8591-1/00	ENSINO DE ESPORTES	Contempla • As atividades de ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes, tais como futebol, basquete, vôlei, tênis, natação, artes marciais, equitação, mergulho, etc. Não Contempla • Atividades de condicionamento físico e esportes recreacionais (9313-1/00). Nota Para os estabelecimentos que possuírem piscina, faz-se necessária a inclusão de taxa específica (8129-0/00).	1.2.1.8.2	0,34
1.2.1.9 Hospedagem/Acomodação				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
5510-8/01	HOTÉIS	Contempla • Hotéis e pousadas. • Hotel infantil.	1.2.1.9.1	0,08 POR CÔMODO
5510-8/02	APART-HOTÉIS	Contempla • As atividades dos apart-hotéis usados como hotéis.	1.2.1.9.2	0,08 POR CÔMODO
5510-8/03	MOTÉIS	Contempla • As atividades dos motéis.	1.2.1.9.3	0,26 POR CÔMODO
5590-6/01	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	Contempla • As atividades dos albergues não assistenciais. Não Contempla • As atividades dos albergues assistenciais (8730-1/02).	1.2.1.9.4	0,08 POR CÔMODO
5590-6/02	CAMPINGS	Contempla • As atividades de camping.	1.2.1.9.5	0,60
5590-6/03	PENSÕES (ALOJAMENTO)	Contempla • Pensões (alojamentos).	1.2.1.9.6	0,12 POR CÔMODO
1.2.1.10 Esterilização, Sanitização, Limpeza e Controle de Pragas (Desinsetização e Desratização)				
CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
8121-4/00	LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS	Contempla • Os serviços de sanitização/ limpeza geral (não especializada) de prédios de qualquer tipo: residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços. • As atividades de sanitização ou limpeza de janelas e de corredores externos.	1.2.1.10.1	1,74

8122-2/00	IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços de desinsetização e desratização, para fins de controle de praga urbana/animais sinantrópicos.</li> </ul>	1.2.1.10.2	1,17
8129-0/00	ATIVIDADES DE LIMPEZA/SANITIZAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades de sanitização ou limpeza e de tratamento de piscinas.</li> <li>A atividade de sanitização ou limpeza de caixas de água e caixas de gordura.</li> </ul>	1.2.1.10.3 - A	1,17
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A atividade de sanitização ou limpeza de garrafas e garrafas.</li> </ul>	1.2.1.10.3 - B	1,17
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades de sanitização ou limpeza especializada como a limpeza de chaminés, de fornos, incineradores, caldeiras, dutos de ventilação e de refrigeração de ar.</li> <li>A atividade de sanitização ou limpeza de máquinas industriais.</li> <li>A atividade de sanitização ou limpeza em trens, ônibus, embarcações, etc.</li> <li>A atividade de sanitização ou limpeza do interior de tanques marítimos.</li> <li>A atividade de sanitização ou limpeza de ruas.</li> <li>As outras atividades de sanitização ou limpezas não especificadas anteriormente.</li> </ul>	1.2.1.10.3 - C	0,60
		<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Esterilização de produtos de interesse da saúde.</li> <li>As atividades de esterilização efetuadas por empresas.</li> </ul>	1.2.1.10.3 - D	0,60
		<p>Não Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A atividade de limpeza de caixas de esgoto (3702-9/00).</li> <li>A lavagem de veículos (4520-0/05).</li> <li>A atividade de limpeza de interior de aeronaves (5240-1/99).</li> </ul>		

## 1.2.1.11 Saneamento

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA		
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
3701-1/00	GESTÃO DE REDES DE ESGOTO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A coleta e transporte de esgoto doméstico ou industrial e de águas pluviais por meio de redes.</li> <li>A operação das estações de tratamento de esgoto (ETE).</li> <li>O tratamento de águas residuais de indústrias para prevenção da poluição.</li> </ul>	1.2.1.11.1	1,17
3702-9/00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O esvaziamento e a limpeza de tanques de infiltração e fossas sépticas, sumidouros e poços de esgoto.</li> <li>A limpeza de caixas de esgoto, galerias de águas pluviais e tubulações.</li> <li>Os serviços de limpeza em sanitários químicos.</li> <li>A coleta e transporte de esgoto doméstico ou industrial e de águas pluviais por meio de veículos transportadores.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>1. Deverá ser solicitado alvará sanitário exclusivo para cada veículo transportador.</p>	1.2.1.11.2	0,60

3812-2/00	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.). Tais resíduos se caracterizam por conter substâncias ou formulações explosivas, oxidantes, inflamáveis, tóxicas, irritantes, cancerígenas, corrosivas, infecciosas ou de qualquer outro tipo que sejam prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.</li> <li>• A coleta de óleo usado de estaleiros e de postos de combustíveis.</li> <li>• A coleta de resíduos biológicos.</li> <li>• A coleta de resíduos radioativos.</li> <li>• A coleta de pilhas, baterias usadas e lâmpadas fluorescentes.</li> <li>• A operação de estações de transferência de resíduos.</li> </ul> <p>Incluem-se ainda, o transporte de todos os resíduos acima identificados.</p>	1.2.1.11.3	0,60
3811-4/00	COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A coleta de entulhos e refugos de obras e de demolições.</li> <li>• A operação de estações de transferência de resíduos não-perigosos, que são unidades responsáveis pelo armazenamento temporário e a transferência definitiva de resíduos não-perigosos para os aterros e lixões.</li> <li>• A coleta de resíduos não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc.</li> <li>• A coleta de materiais recuperáveis.</li> <li>• A coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas.</li> </ul>	1.2.1.11.4	0,60
3821-1/00	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A operação de depósitos de lixo e aterros sanitários para a disposição de resíduos não-perigosos.</li> <li>• A eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento.</li> <li>• A triagem e eliminação de resíduos não-perigosos por outros meios (p.ex., o despejo em locais de disposição controlada ou vazadouros).</li> </ul>	1.2.1.11.5	0,60
3822-0/00	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O tratamento e a disposição de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.).</li> <li>• O tratamento e a disposição de resíduos contaminados (p. ex. animais intoxicados vivos ou mortos).</li> <li>• A incineração e combustão de resíduos perigosos.</li> <li>• O tratamento, a disposição e a armazenagem de resíduos radioativos, compreendendo:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a) O tratamento e a disposição de resíduos de transição radioativos, isto é, aqueles que diminuem a sua radioatividade dentro do período de transporte.</li> <li>b) A encapsulação, a preparação e outros tratamentos de resíduos radioativos para armazenagem.</li> </ol> </li> </ul>	1.2.1.11.6	0,60
3831-9/01	RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A seleção de alumínio descartado.</li> <li>• A trituração mecânica de sucatas de alumínio com a subsequente classificação e separação.</li> <li>• A redução mecânica de peças de alumínio.</li> <li>• O corte, a prensagem ou outros métodos de tratamento mecânico para redução de volume de sucatas de alumínio.</li> </ul>	1.2.1.11.7	0,60

3831-9/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• A seleção de metais ferrosos e não-ferrosos descartados, exceto alumínio.</li> <li>• A trituração mecânica de sucatas de metais com a subsequente classificação e separação, exceto alumínio.</li> <li>• A redução mecânica de peças de ferro volumosas, p. ex., vagões ferroviários.</li> <li>• O corte, a prensagem ou outros métodos de tratamento mecânico para redução de volume de materiais metálicos, exceto alumínio.</li> <li>• A desmontagem de navios.</li> </ul>	1.2.1.11.8	0,60
3832-7/00	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS.	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• A recuperação de materiais plásticos descartados pela separação e a classificação através de esteiras de lixo.</li> <li>• A trituração mecânica de sucatas plásticas com a subsequente classificação e separação.</li> <li>• Outros métodos de tratamento mecânico como o corte e a prensagem para redução de volume de materiais plásticos.</li> <li>• A classificação e a compactação de plásticos para a produção de matéria-prima secundária.</li> <li>• O processamento (limpeza, derretimento, trituração) de sucata de plástico para granulagem.</li> </ul>	1.2.1.11.9	0,60
3839-4/99	RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• A trituração, a limpeza e a classificação de vidro.</li> <li>• A recuperação de aparas e desperdícios de papel e papelão, para a produção de matéria-prima secundária.</li> <li>• A recuperação de borracha, como pneus usados, para a produção de matéria-prima secundária.</li> <li>• A trituração, limpeza e triagem de outros desperdícios não especificados anteriormente, para a obtenção de matéria-prima secundária.</li> <li>• O processamento de outros resíduos de alimentos, bebidas e fumo e substâncias residuais em matérias-primas secundárias.</li> </ul>	1.2.1.11.10	0,60
3600-6/01	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• A captação de água de chuva, rios, lagos, fontes, do subsolo, etc..</li> <li>• O tratamento e purificação da água para fins de abastecimento, tais como: desinfecção, coagulação, floculação, decantação, filtração, correção do pH e fluoretação.</li> <li>• A armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos (instalações de infra-estrutura).</li> <li>• A operação de canais de irrigação.</li> </ul>	1.2.1.11.11	0,60
4399-1/05	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA.	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• A perfuração e construção de poços de água.</li> </ul>	1.2.1.11.12	0,60

## 1.2.1.12 Outros Serviços Descritos no Código CNAE

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO		TAXA	
			CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
8690-9/01	ATIVIDADES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE HUMANA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades relacionadas a terapias alternativas, como: cromoterapia, do-in, shiatsu, massoterapia e similares.</li> </ul>	1.2.1.12.1	0,60
9601-7/01	LAVANDERIA	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade Extra de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (no caso de serviços terceirizados).</li> </ul>	1.2.1.12.2 - A	0,26
		Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade Intra de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (no caso de serviço próprio).</li> </ul>	1.2.1.12.2 - B	0,26
		Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade de Processamento de Roupas Diversas (Lavanderias comuns).</li> </ul>	1.2.1.12.2 - C	0,26
4731-8/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	Contempla <ul style="list-style-type: none"> <li>• Postos de combustíveis.</li> </ul>	1.2.1.12.3	1,17

4784-9/00	COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	Contempla • O comércio varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP em botijões.	1.2.1.12.4	1,17
4789-0/02	COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS	Contempla • Floriculturas.	1.2.1.12.5	0,26
4789-0/06	COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS PIROTÉCNICOS	Contempla • O comércio varejista de fogos de artifício, artigos pirotécnicos e similares.	1.2.1.12.6	0,26
8299-7/07	SALAS DE ACESSO À INTERNET	Contempla • Lan house e similares. • Postos telefônicos.	1.2.1.12.7	0,26
9603-3/01	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS	Contempla • A gestão e manutenção de cemitérios.	1.2.1.12.8	0,60
9603-3/02	SERVIÇOS DE CREMAÇÃO	Contempla • Os serviços de cremação de cadáveres humanos ou de animais.	1.2.1.12.9	0,60
9603-3/05	SERVIÇO DE SOMATOCONSERVAÇÃO	Contempla: -Os serviços de somatoconservação -tanatopraxia	-	0,60
9603-3/04	SERVIÇOS DE FUNERÁRIAS	Compreende: - as atividades das funerárias Não compreende: -os planos de auxílio funeral (6511-1/02) -as cerimônias religiosas de honras fúnebres (9491-0/00) -os serviços de somatoconservação de cadáveres (9603-3/05) -a remoção e exumação de cadáveres (9603-3/99) -o aluguel para locais de velórios e a venda de tumbas (9603-3/99)	1.2.1.12.10	0,60
9603-3/99	ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	Compreende: -a remoção e exumação de cadáveres -o aluguel de locais para velórios e vendas de tumbas	1.2.1.12.11	0,60

B) Outros (Contempla o alvará sanitário de veículos, aparelhos ou locais de interesse da saúde, quando esses não estão inseridos na atividade do estabelecimento descrita no código CNAE).

1.3 Veículos de Transporte			
Nota: O Alvará Sanitário deverá ser exclusivo para cada meio de transporte e conter a identificação da placa do mesmo.			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS PERECÍVEIS	Contempla • Veículos transportadores de alimentos perecíveis e não perecíveis.	1.3.1	0,26
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS	Contempla • Exclusivamente os veículos transportadores de alimentos não perecíveis. Nota 1. Esses veículos também poderão transportar embalagens para alimentos.	1.3.2	0,17
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL	Contempla • Caminhões-pipa (transporte de água potável). Nota 1. O veículo deverá ser exclusivo para essa atividade, sendo vedado o transporte de quaisquer outras cargas.	1.3.3	0,26
MOTOCICLETAS DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS	Contempla • As motos utilizadas para entrega rápida, em domicílio, de alimentos prontos para o consumo, como lanches, marmitas e similares.	1.3.4	0,26

VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS DE SAÚDE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de produtos de saúde, exceto motos.</li> </ul> <p>Esses veículos poderão transportar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- medicamentos;</li> <li>- produtos de consumo laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico;</li> <li>- equipamentos de uso laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico;</li> <li>- materiais implantáveis, órteses e próteses;</li> <li>- cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e correlatos;</li> <li>- produtos saneantes domissanitários;</li> <li>- amostras laboratoriais para análises.</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. O transporte concomitante de produtos de natureza diferente deverá, necessariamente, ser separado por barreira física eficiente.</p> <p>2. O transporte de produtos de natureza diferente, em viagens diversas, deverá ser precedido de correta e eficiente higienização do veículo.</p>	1.3.5	0,60
MOTOCICLETAS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS DE SAÚDE.	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As motos utilizadas para entrega rápida de produtos de saúde.</li> </ul> <p>Esses veículos poderão transportar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- medicamentos;</li> <li>- produtos de consumo laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico;</li> <li>- equipamentos de uso laboratorial, médico-hospitalar, odontológico, radiológico;</li> <li>- materiais implantáveis, órteses e próteses;</li> <li>- amostras laboratoriais para análises.</li> </ul> <p>Notas</p> <p>1. O transporte concomitante de produtos de natureza diferente não é permitido.</p> <p>2. O transporte de produtos de natureza diferente, em viagens diversas, deverá ser precedido de correta e eficiente higienização do veículo.</p>	1.3.6	0,26
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS TÓXICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de produtos tóxicos.</li> </ul>	1.3.7	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de produtos saneantes domissanitários, exclusivamente.</li> </ul>	1.3.8	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de produtos de consumo veterinários.</li> </ul>	1.3.9	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de produtos químicos, não inseridos no código 12216.</li> </ul>	1.3.10	0.60
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ESGOTO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de esgoto doméstico, industrial e águas pluviais (Caminhões Limpa-fossa).</li> </ul>	1.3.11	0.60
VEÍCULO DE SEMENTES OU MUDAS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de sementes ou mudas.</li> </ul>	1.3.12	0,60
MEIOS DE TRANSPORTE COM PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE NÃO IDENTIFICADOS ANTERIORMENTE	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos transportadores de outros produtos de interesse da saúde não especificados anteriormente.</li> </ul>	1.3.13	0.60
1.4 Eventos em caráter não-permanente ( período inferior a 01 ano).			
Nota: A data de Validade do Alvará Sanitário deverá coincidir com a data do término do evento.			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
FEIRA/EXPOSIÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira/Exposição de pequenos animais em caráter não permanente.</li> </ul>	1.4.1	0,26



SHOWS EM AMBIENTES NÃO PERMANENTES	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Shows em caráter não permanente.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>1. Para os eventos que possuem stands, além do alvará para o evento, deverá ser solicitado o alvará por stand pela empresa/pessoa responsável por cada stand.</p>	1.4.2	0,26
EVENTOS DIVERSOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Eventos diversos em caráter não permanente.</li> </ul> <p>Nota</p> <p>1. Para os eventos que possuem stands, além do alvará para o evento, deverá ser solicitado o alvará por stand pela empresa/pessoa responsável por cada stand.</p>	1.4.3	0,26
STAND DE EVENTO OU SHOW	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os stands montados em shows e outros eventos públicos de caráter não permanente.</li> </ul>	1.4.4	0,26
1.5 Outros			
DESCRIÇÃO		TAXA	
		CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente; vinculado à atividade do local e que atenda somente este, sem fins comerciais.</li> </ul>	1.5.1	0,34
FARMÁCIA PRIVATIVA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Setor de atendimento privativo de unidade hospitalar ou qualquer equivalente, de assistência médica, integrante de órgão público ou particular, destinado ao atendimento exclusivo de determinado grupo de usuários, tendo como atividades a manipulação de formulas magistral e oficial e/ou dispensação de medicamentos, preparo de doses unitárias e unitarização de doses sob orientação de farmacêutico habilitado.</li> </ul>	1.5.2	1,17
POSTO DE COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimento que presta serviço vinculado a um laboratório clínico, que realiza atividade laboratorial, mas não executa a fase analítica dos processos operacionais, exceto os exames presenciais, cuja realização ocorre no ato da coleta (coleta de amostras).</li> </ul>	1.5.3	0,43
PISCINA COLETIVA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Piscinas de uso público/coletivo, localizadas em estabelecimentos onde o uso desta não seja intrínseco à atividade, como hotéis, motéis, clubes, condomínios, etc.</li> </ul>	1.5.4	0,60
SAUNA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Saunas de uso público/coletivo, localizadas em estabelecimentos onde o uso desta não seja intrínseco à atividade, como hotéis, motéis, clubes, condomínios, etc.</li> </ul>	1.5.5	0,60
CENTRAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÓRGÃO (CNCDO).	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Setor responsável pelo recebimento das inscrições e armazenamento de dados dos receptores, bem como pelo recebimento de informações sobre doadores, realizando a seleção de pacientes e distribuição de órgãos de doador cadáver.</li> </ul>	1.5.6	0,60
VACINAÇÃO EXTRAMURO ESPORÁDICA	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividade de vacinação, praticada fora do estabelecimento credenciado (sala de vacina), ofertada de forma esporádica (campanhas, sazonalidades e Programa de Controle de Saúde Médico Ocupacional-PCSMO).</li> </ul>	1.5.7	0,15
LABORATÓRIO ANALÍTICO	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades de coleta, transporte e análise físico-química e bacteriológica em águas superficiais e subterrâneas, efluentes industrial e doméstico, águas de abastecimento público, para atender as Portarias federais do CONAMA e Ministério da Saúde.</li> </ul>	1.5.8	0,60
Estabelecimento não especificado anteriormente	<p>Contempla</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os serviços/atividades que não estão contemplados anteriormente.</li> </ul>	1.5.9	0,60

## 2 VISTORIA SANITÁRIA EM EDIFICAÇÕES

### 2.1 Habite-se Sanitário

DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Apartamento/ residência- por m2	2.1.1	0,004
Estabelecimento de saúde - por m2	2.1.2	0,004
Estabelecimento de ensino - por m2	2.1.3	0,004
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar - por m2	2.1.4	0,008
Estabelecimentos e locais de trabalho - por m2	2.1.5	0,004
Maternal, creche, jardim de infância, asilo – por m2	2.1.6	0,004
Cemitérios e afins - por m2	2.1.7	0,004
Hotel, motel, cabanas - por m2	2.1.8	0,008
Hotel infantil - por m2	2.1.9	0,008
Salão de festa - por m2	2.1.10	0,004
Residência/ampliação - por m2	2.1.11	0,004
Sala comercial - por m2	2.1.12	0,008
Ginásio/estádio e similar - por m2	2.1.13	0,004
Galpão/depósito e similar - por m2	2.1.14	0,004
Garagem/estacionamento coberto - por m2	2.1.15	0,004
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	2.1.16	0,004
Lava rápido	2.1.17	0,008
ETE - até 20 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.19	0,004
ETE - de 21 a 50 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.20	0,004
ETE - de 51 a 100 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.21	0,008
ETE - de 101 a 500 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.22	0,008
ETE - acima de 500 unidades habitacionais (casa/apto)	2.1.23	0,008
ETE - hospital/escola - até 1.000 m2	2.1.24	0,008
ETE - hospital/escola - acima de 1.000 m2	2.1.25	0,008
Estação de tratamento de água - ETA	2.1.26	0,008
Residência - habitação popular até 40 m2	2.1.27	ISENTO
Posto de combustível – por m2	2.1.28	0,004
Estabelecimentos comerciais – mercado – supermercado por m2	2.1.29	0,008
Ampliação – utilizar taxa de origem – por m2	2.1.37	0,004
Segunda via de habite-se	2.1.38	0,08
Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	2.1.39	ISENTO
Estabelecimento não especificado anteriormente - por m2	2.1.40	0,004
2.2 Laudo de Conformidade do PBA		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	VALOR (VRM)
Estabelecimentos de assistência à saúde – até 100 m2	2.2.1	0,63
Estabelecimentos de assistência à saúde acima de 100 m2 – por m2	2.2.2	0,006
Estabelecimento de ensino, pré-escola, creche e similares – até 100 m2	2.2.3	0,49
Estabelecimentos de ensino, pré-escola, creche e similares acima de 100 m2 – por m2	2.2.4	0,004
Instituição de longa permanência de idosos/ ILPI – por m2	2.2.5	0,005
Estabelecimento não especificado anteriormente - por m2	2.2.6	0,006

## 3 ANÁLISE DE PROJETOS

3.1 Projeto Hidrossanitário		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	
Apartamento/residência até 100 m2	3.1.1	
Estabelecimento de saúde até 100 m2	3.1.2	
Estabelecimento de ensino até 100 m2	3.1.3	
Estabelecimento de ginástica/laser e similares até 100 m2	3.1.4	
Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m2	3.1.5	
Maternal, creche, jardim de infância, asilo até 100 m2	3.1.6	
Cemitérios e afins até 100 m2	3.1.7	
Hotel, motel, cabanas até 100 m2	3.1.8	
Hotel infantil até 100 m2	3.1.9	
Salão de festa até 100 m2	3.1.10	
Residência/ampliação até 100 m2	3.1.11	
Residência – habitação popular até 40 m2	3.1.12	
Congêneres até 100 m2	3.1.13	
Apartamento/ residência acima de 100 m2 - por m2	3.1.14	
Estabelecimento de saúde acima de 100 m2 - por m2	3.1.15	
Estabelecimento de ensino acima de 100 m2 - por m2	3.1.16	
Estabelecimento de ginástica/natação/lazer e similar acima de 100 m2 - por m2	3.1.17	
Estabelecimentos e locais de trabalho acima de 100 m2 - por m2	3.1.18	
Maternal, creche, jardim de infância, asilo acima de 100 m2 - por m2	3.1.19	
Cemitérios e afins acima de 100 m2 - por m2	3.1.20	
Hotel, motel, cabanas acima de 100 m2 - por m2	3.1.21	
Hotel infantil acima de 100 m2 - por m2	3.1.22	
Salão de festa acima de 100 m2 - por m2	3.1.23	
Residência/ampliação acima de 100 m2 - por m2	3.1.24	
Sala comercial – por m2	3.1.25	
Ginásio/estádio e similar - por m2	3.1.26	
Galpão/depósito e similar - por m2	3.1.27	
Garagem/estacionamento coberto - por m2	3.1.28	
Habitação coletiva/internato e similar - por m2	3.1.29	
Lava rápido	3.1.30	
3.2 Projeto Básico de Arquitetura - PBA		
DESCRIÇÃO	TAXA	
	CÓDIGO VISA	
Estabelecimentos de assistência à saúde – até 100 m2	3.2.1	
Estabelecimentos de assistência à saúde acima de 100 m2 – por m2	3.2.2	
Estabelecimento de ensino, pré-escola, creche e similares – até 100 m2	3.2.3	
Estabelecimentos de ensino, pré-escola, creche e similares acima de 100 m2 – por m2	3.2.4	
Instituição de longa permanência de idosos/ ILPI – por m2	3.2.5	
Reforma/ampliação – por m2 - usar taxa de origem	3.2.6	
Substituição de projeto – por m2 - usar taxa de origem	3.2.7	

Estabelecimento/atividade não especificada anteriormente - por m2		3.2.8	
<b>4 SERVIÇOS DIVERSOS</b>			
<b>4.1 Diversos</b>			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA		VALOR (VRM)
Segunda via do Alvará Sanitário	4.1.1		0,08
Segunda via do Habite-se Sanitário	4.1.2		0,08
Segunda via do Laudo de Análise	4.1.3		0,08
Baixa de Alvará Sanitário	4.1.4		0,08
Qualquer alteração do Alvará Sanitário (por item alterado)(exceto mudança de endereço)	4.1.5		0,17
Baixa de Responsabilidade Técnica	4.1.6		0,08
Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	4.1.8		0,43
Qualquer alteração de registro de produto (por item alterado)	4.1.9		0,87
Inclusão de Responsabilidade Técnica	4.1.10		0,08
Fornecimento de Blocos de Notificação de Receita (por bloco de folhas)-Portaria SVS 344/98 (produtos controlados).	4.1.17		ISENTO
Atividade não especificada anteriormente - do grupo 4.1	4.1.21		0.35
<b>4.2 Livros</b>			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA	VALOR (R\$)	VALOR (VRM)
Termo de Abertura de Livro, com autenticação de páginas (farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros) - (por folha)	4.2.1		0,0004
Transferência de Responsabilidade Técnica (por livro)	4.2.2		0,08
Termo de Encerramento de Livro (por livro)	4.2.3		0,08
Autenticação de Livro Digital	4.2.4		0,08
<b>4.3 Solicitações/Pareceres Técnicos</b>			
DESCRIÇÃO	TAXA		
	CÓDIGO VISA	VALOR (R\$)	VALOR (VRM)
Emissão de Edital	4.3.1		0,17
Fornecimento de cópia de legislação ou processo (por folha)	4.3.2		0,001
Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	4.3.3		0,87
Certidão (de qualquer natureza)	4.3.4		0,43
Requerimentos diversos	4.3.5		0,43
Certificado de livre comercialização de produtos	4.3.6		0,60
Laudo/Parecer Técnico	4.3.7		0,43

**DECRETO Nº 6.643**

DECRETO Nº 6.643, de 11 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Tabela de Atos da Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 683, de 18/03/1993,

DECRETA :

Art. 1º Fica instituída a Tabela de Atos de Saúde da Vigilância Sanitária, de que trata o art. 28, da Lei nº 683, de 18 de agosto de 1993, que dispõe sobre normas de saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades, e dá outras providências, conforme tabela anexa que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º A Tabela está relacionada às atividades do código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e os valores das taxas

nela constantes serão corrigidos automaticamente quando da correção monetária do Valor de Referência Municipal - VRM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.749, de 27 de janeiro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de dezembro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos,  
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

## **DECRETO Nº 6.647**

DECRETO Nº 6.647, de 16 de dezembro de 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPCD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.246, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPCD, elaborado pelos Conselheiros nomeados pelo Decreto nº 6.633, de 30 de novembro de 2015, em Reunião Ordinária realizada na data de 09 de dezembro de 2015, o qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA DE CAÇADOR – CMPCD

### **REGIMENTO INTERNO**

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Caçador – CMPCD, criado pela Lei Municipal nº 3.246, de 21 de setembro de 2015, de acordo com esta legislação e com o Decreto Municipal nº 6.633, de 30 de novembro de 2015, reunido na Reunião Ordinária de 09 de dezembro de 2015, aprovou o seu Regimento Interno, pela maioria qualificada de seus membros, nos seguintes termos:

#### **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS**

ARTIGO 1º – O CMPCD tem o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência, no âmbito do município de Caçador, o pleno exercício de seus direitos coletivo, individuais e sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O CMPCD, dentro de suas competências, deverá seguir rigorosamente todas as determinações deste Regimento Interno.

#### **CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS**

ARTIGO 2º – O CMPCD é um órgão deliberativo das políticas públicas voltadas a assegurar os direitos das pessoas com deficiência no município de Caçador.

ARTIGO 3º – Compete ao CMPCD:

I. elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter

legislativo;

II. zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III. acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV. acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V. zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI. propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII. propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII. acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX. manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e

condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social

de entidade particular ou pública quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da

entidade;

X. avaliar anualmente o desenvolvimento da política de ensino especial no Município de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

XI. elaborar o seu regimento interno;

XII. Convocar o Fórum Municipal dos Direitos da pessoa a cada dois anos;

XIII. Convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de dois em dois anos.

### CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

ARTIGO 4º – O CMPCD é composto por oito (08) membros titulares e respectivos suplentes, obedecendo a seguinte composição:

I. 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes indicados pelo Poder Público, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes.

II. 04(quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes indicados em Fórum Próprio.

§ 1º Cada membro titular terá um respectivo suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo no caso de vacância da titularidade, observado o limite previsto no artigo 5º deste Regimento Interno.

§ 2º A eleição das entidades titulares e suplentes da sociedade civil organizada e das organizações e entidades, dar-se-á em Fórum Próprio.

ARTIGO 5º – O mandato dos membros do CMPCD será de dois anos, permitida a recondução por mais um período de dois anos.

ARTIGO 6º – Os membros do CMPCD serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal por decreto, que os empossará em até trinta dias após a indicação.

ARTIGO 7º – Os membros, titulares ou suplentes, do CMPCD poderão ser substituídos mediante solicitação do órgão ou da instituição que representam dirigida ao Presidente do CMPCD, que oficiará ao Prefeito do Município para formulação da nova nomeação.

§ 1º Os membros titulares que não puderem comparecer aos eventos e reuniões do CMPCD, têm a obrigação de comunicar seus suplentes, bem como ao Segundo Secretário, em tempo hábil, para que este possa convocar os respectivos suplentes para substituição.

§ 2º Será substituído necessariamente o conselheiro titular que:

I. desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

II. faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa;

III. apresentar renúncia ao CMPCD, que será lida na sessão seguinte à sua recepção pela Mesa Diretora;

IV. apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V. for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

§ 3º A substituição necessária, dar-se-á por deliberação da maioria dos membros do CMPCD, em procedimento iniciado mediante provocação de membro do CMPCD, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

ARTIGO 8º – A representação de justificativa para as faltas às reuniões previstas no inciso II do §2º do artigo 7º deste Regimento Interno deverá ser dirigida ao Presidente do CMDPD no prazo de três dias úteis anteriores ao evento ou reunião, salvo motivo de força maior posteriormente justificado.

ARTIGO 9º – Perderá o mandato a entidade ou instituição que:



- I. extinguir a sua base de atuação no Município de Caçador;
- II. tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no CMPCD;
- III. sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

§ 1º A perda do mandato da entidade ou instituição dar-se-á por deliberação da maioria dos membros do CMPCD, em procedimento iniciado por provocação de membro do CMPCD, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

§ 2º A substituição decorrente da perda de mandato dar-se-á mediante a ascensão da entidade suplente, eleita em Fórum Próprio.

§ 3º Em caso de não haver entidade suplente, o cargo deverá ser considerado vacante e convocada eleição complementar.

ARTIGO 10 – A deliberação sobre aplicação de qualquer penalidade será precedida de parecer emitido por comissão especial, formada por 02 (dois) conselheiros titulares ou suplentes, escolhidos paritariamente entre seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para emissão do parecer, a comissão especial poderá instaurar procedimento adequado, garantida a ampla defesa, sendo ouvidos o conselheiro envolvido e as testemunhas, se houverem, e juntando os documentos, requisitando certidões às repartições públicas e tomando outras providências que se fizerem necessárias.

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

ARTIGO 11 – O CMPCD terá a seguinte organização:

- I. Plenário;
- II. Mesa Diretora;
- III. Comissões.

ARTIGO 12 – A composição do corpo diretivo da Presidência e Vice-Presidência, ambas deverão obedecer aos princípios da alternância governamental e não governamental.

##### Seção I Do Plenário

ARTIGO 13 – O Plenário, órgão soberano do CMPCD, é composto de todos seus membros titulares, em pleno exercício de seus mandatos, ou suplentes que os representem na sua ausência.

ARTIGO 14 – O Plenário só poderá funcionar em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus membros e após quinze minutos, em segunda convocação, com qualquer número de participantes, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos conselheiros presentes no momento da votação.

§ 1º As deliberações do Plenário serão decididas por maioria simples dos conselheiros presentes à sessão e tomadas por anotação explícita, com contagem de votos a favor, votos contra e abstenções, todas registradas em ata.

§ 2º Será exigido “quorum” mínimo de dois terços (2/3) dos membros, nas seguintes votações:

- I. Eleição e Destituição, parcial ou total, da Mesa Diretora;
- II. Aprovação de planos, programas e projetos da política municipal da pessoa com deficiência, incluída a Política Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência;
- III. Aprovação e alterações no Regimento Interno.

ARTIGO 15 – Para melhor desempenho do CMPCD poderão ser convidadas pessoas com notório conhecimento, com o objetivo de prestar assessoramento ao CMPCD em assuntos específicos.

ARTIGO 16 – Ao Plenário compete:

- I. examinar e aprovar soluções referentes às questões submetidas ao mesmo, conforme competências definidas neste Regimento Interno ou por solicitação expressa de qualquer conselheiro;
- II. criar e deliberar sobre a composição das comissões necessárias ao funcionamento do CMPCD;
- III. deliberar sobre matérias encaminhadas pelas comissões;
- IV. deliberar sobre divergências em matérias que envolvam mais de uma comissão.

ARTIGO 17 – O CMPCD reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

§1º As datas das reuniões ordinárias do CMPCD constarão em cronograma anual.

§2º Os temas para inclusão na pauta deverão ser encaminhados pelos membros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo mínimo de sete dias anteriores à reunião, salvo urgência do assunto.

ARTIGO 18 – As reuniões do Plenário serão:

- I. ordinárias, realizadas mensalmente, por convocação escrita e meio eletrônico do Presidente dirigida aos conselheiros titulares, ou a pedido da maioria simples de seus conselheiros titulares, sempre por escrito, com sete dias de antecedência;

II. extraordinárias, convocadas pelo Presidente ou a requerimento subscrito pela maioria simples de seus conselheiros titulares, com antecedência de setenta e duas horas.

§ 1º As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário do Plenário.

§ 2º Qualquer pessoa do público terá direito a voz, desde que autorizada pelo Plenário.

§ 3º As sessões plenárias terão início sempre com a leitura da ata da reunião anterior que, depois de aprovada, será assinada pelos conselheiros que estiveram presentes na respectiva reunião.

ARTIGO 19 – O CMPCD tomará as suas decisões nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, mediante votação por maioria simples, ressalvados os casos específicos previstos neste Regimento Interno.

§ 1º Durante a sessão plenária, cada membro titular do CMPCD terá direito a um único voto por matéria, podendo o titular ser substituído pelo seu respectivo suplente, em caso de ausência ou impedimento.

§ 2º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

- I. O Presidente dará a palavra ao relator da comissão respectiva, que apresentará seu parecer ou relatório, por escrito ou verbalmente;
- II. Apresentado o relatório ou terminada a exposição, a matéria será posta em discussão aberta para todo o Plenário e aos presentes à reunião, por ordem de inscrição;
- III. Encerrada a discussão, far-se-á a votação.

§ 3º O parecer do relator deverá constituir-se de relato fundamentado e elaborado na respectiva comissão.

ARTIGO 20 – As deliberações do Plenário poderão ser subsidiadas pelas comissões, que funcionarão como instância de natureza técnica.

ARTIGO 21 – O conselheiro titular ou o suplente que o substitua, que não se julgar suficientemente esclarecido, poderá pedir vista da matéria pelo prazo de trinta dias, mesmo que mais de um membro do CMPCD a solicite.

## Seção II

### Da Mesa Diretora

ARTIGO 22 – O CMPCD será administrado por uma Mesa Diretora eleita pelo Plenário, de forma paritária, e composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

ARTIGO 23 – O Presidente, o Vice-Presidente e os Secretários do CMPCD serão eleitos paritariamente entre seus membros titulares, na primeira reunião ordinária da gestão, para o mandato de dois anos.

§ 1º A eleição para a Mesa Diretora do CMPCD obedecerá à seguinte ordem:

- I. eleição do Presidente;
- II. eleição do Vice-Presidente;
- III. eleição do Primeiro e Segundo Secretários.

§ 2º Os candidatos para os cargos referidos no caput deste artigo terão um período de tempo pré-determinado para expor suas propostas para a gestão.

§ 3º Poderá haver a destituição parcial ou total da Mesa Diretora do CMPCD, através de votação por maioria de dois terços (2/3) dos membros do CMPCD, que em seguida, na mesma reunião, elegerão, de forma paritária, o(s) novo(s) membro(s) da Mesa Diretora.

## Subseção I

### Do Presidente e Vice-Presidente

ARTIGO 24 – Compete ao Presidente do CMPCD:

- I. convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. representar o CMPCD em todas as reuniões que participar, em juízo ou fora dele, podendo delegar a sua representação ad referendum do Plenário do CMPCD;
- III. cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionados com a sua área de atuação;
- IV. exercer voto nominal e de qualidade quando necessário;
- V. manter, sempre que necessário, o Chefe do Poder Executivo Municipal informado das atividades e decisões do CMPCD;
- VI. formalizar, após aprovação do CMPCD, os afastamentos e licenças aos seus membros;
- VII. instalar as comissões constituídas pelo CMPCD;
- VIII. declarar vago o cargo de membro do CMPCD;
- IX. cumprir e fazer cumprir as decisões do CMPCD;
- X. outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem aprovadas pelo Plenário do CMPCD.

§ 1º O Presidente do CMPCD, em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente, a quem competirá o exercício das atribuições de Presidente, além das atribuições de Vice-Presidente.

§ 2º Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, o Primeiro Secretário preside a reunião.

§ 3º Na ausência do Presidente, do Vice-Presidente e do Primeiro Secretário, o Plenário decidirá entre os membros titulares presentes, um

para presidir a reunião.

**ARTIGO 25 – Compete ao Vice-Presidente do CMPCD:**

- I. cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionados com a sua área de atuação;
- II. solicitar, por Ofício, dirigido ao Secretário da pasta correspondente, no que couber, a execução das deliberações emanadas do CMPCD;
- III. determinar a inclusão na pauta de trabalho, dos assuntos submetidos a exame do CMPCD, após a apreciação pela comissão ou comissões relacionadas com a matéria;
- IV. zelar pela observância dos prazos para a discussão e votação da matéria submetida à apreciação do CMPCD, bem como dos prazos concedidos às comissões;
- V. exercer outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem aprovadas pelo Plenário do CMPCD.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na falta ou impedimento do Vice-Presidente, o Primeiro Secretário assume as funções do Vice-Presidente, além das suas atribuições de Primeiro Secretário.

**Subseção II**

**Do Primeiro e Segundo Secretários**

**ARTIGO 26 – Compete ao Primeiro Secretário:**

- I. cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionados com a sua área de atuação;
- II. elaborar as resoluções e manter atualizada a documentação do CMPCD;
- III. expedir correspondências, juntamente com o Presidente, e arquivar documentos;
- IV. prestar contas dos seus atos ao Presidente, informando-o de todos os fatos que tenham ocorrido no CMPCD;
- V. informar os compromissos agendados para o Presidente;
- VI. apresentar, anualmente, relatório das atividades executadas pelo CMPCD;
- VII. providenciar a publicação dos atos do CMPCD no Diário Oficial dos Municípios;
- VIII. exercer outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem aprovadas pelo Plenário do CMPCD.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na falta ou impedimento do Primeiro Secretário, o Segundo Secretário assume as funções do Primeiro Secretário, além das suas atribuições de Segundo Secretário.

**ARTIGO 27 – Compete ao Segundo Secretário:**

- I. cientificar-se de todos os assuntos e ações de caráter técnico e administrativo relacionados com a sua área de atuação;
- II. manter os membros informados das reuniões e da pauta a ser discutida, inclusive no âmbito das comissões;
- III. convocar o respectivo conselheiro suplente para comparecer à reunião do CMPCD, no caso de ser informado pelo conselheiro titular de sua ausência;
- IV. lavrar as atas das reuniões, proceder à sua leitura e submetê-las à apreciação e aprovação do CMPCD, encaminhando-as aos membros;
- V. receber, previamente, relatórios e documentos a serem apresentados na reunião, para o fim de processamento e inclusão na pauta;
- VI. exercer outras atribuições definidas em lei ou que lhe forem aprovadas pelo Plenário do CMPCD.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na ausência do Segundo Secretário, o Plenário decidirá entre os membros presentes, um para secretariar a reunião.

**Seção III**

**Das Comissões**

**ARTIGO 28** – As Comissões Temporárias serão constituídas por deliberação do Plenário conforme a necessidade e as Comissões Permanentes serão constituídas por deliberação do Plenário, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- a) Legislação;
- b) Fiscalização e Finanças.

§ 1º O presidente e o relator das comissões serão escolhidos internamente por seus membros.

§ 2º As comissões serão compostas por membros representantes governamentais e não governamentais.

**ARTIGO 29** – Todas as matérias sujeitas à deliberação do CMPCD deverão ser apreciadas previamente no âmbito das comissões, a critério do Vice-Presidente, salvo as de caráter urgente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os estudos desenvolvidos pelas comissões serão apresentados em forma de parecer, minuta de resolução ou relatório e posteriormente serão submetidos à deliberação do CMPCD.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ARTIGO 30** – O CMPCD funcionará em local e instalações cedidas pelo Poder Executivo Municipal.

**ARTIGO 31** – O Poder Executivo Municipal assegurará a estrutura administrativa, financeira e de pessoal necessária para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O Poder Executivo Municipal garantirá, nas reuniões em qualquer atividade do CMPCD, a presença de um intérprete

de Libras, além da disponibilização de material impresso em Braille, digitalizado, texto de letras ampliadas e condições de acessibilidade.

ARTIGO 32 – Os membros integrantes do quadro de funcionários do Poder Executivo Municipal serão liberados para participar das atividades do CMPCD, quando estas se realizarem no horário do expediente.

ARTIGO 33 – Caberá ao Presidente do CMPCD convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência a cada dois anos e o Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no período de até trinta dias anterior à data para eleição dos membros do CMPCD, prevista no § 2º do artigo 4º deste Regimento Interno.

§ 1.º Para a organização e a realização da Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o CMPCD constituirá uma comissão organizadora, composta por conselheiros representantes das organizações governamentais e não governamentais.

§ 2.º A normatização do processo eleitoral de escolha dos representantes das entidades não governamentais será proposta pela comissão organizadora, observando a Lei Municipal Nº 3.246, de 21 de setembro de 2015.

ARTIGO 34 – Todos os membros, suas entidades e instituições têm livre acesso a toda documentação do CMPCD, às suas resoluções, aos atos de sua instituição e funcionamento e a outros existentes, mediante pedido formal ou consulta via eletrônica ao Diário Oficial dos Municípios.

ARTIGO 35 – As reuniões e convocações do CMPCD, da Conferência e do Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

ARTIGO 36 – Nenhum membro poderá agir em nome do CMPCD sem prévia delegação.

ARTIGO 37 – As dúvidas e os casos omissos nesse Regimento Interno serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observadas as disposições legais e terão força normativa.

Caçador, 09 de dezembro de 2015.

Maximino A. Da Silva  
Presidente

#### CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

##### DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Conselho de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Municipal nº 977, de 18 de dezembro de 1995. Resolve:

##### CAPÍTULO I

##### DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Caçador, instituído pela Lei nº 977, de 1995, e suas alterações posteriores, segundo a Resolução nº 26/FNDE, de 17 de junho de 2013, é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, tem como atribuições:

I – acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução nº38 de FNDE (princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE);

II – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III – zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à acessibilidade dos cardápios oferecidos;

IV – receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme o art.34 e emitir parecer conclusivo acerca de aprovação ou não da execução do PNAE.

V – comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VI – fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

VII – realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

VIII – elaborar o presente Regimento Interno, observando o disposto na Resolução nº38 do FNDE.

IX – orientar a aquisição de insumos para o Programa de Alimentação Escolar, dando prioridade aos produtos da região;

X – promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do PNAE quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da alimentação escolar;

XI – articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privadas, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais;

XII – realizar estudos e pesquisas de impacto da alimentação escolar, entre outros de interesse do PNAE;

XIII – Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação, higiene e saneamento básico e seus efeitos na alimentação;

XIV – articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do município, motivando-as na criação de hortas escolares, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

XV – acompanhar e avaliar o serviço da alimentação escolar nas escolas;

XVI – apresentar, à Prefeitura Municipal, proposta e recomendações sobre a prestação de serviços de alimentação escolar no município, adequada à realidade local e às diretrizes de atendimento do PNAE;

XVII – divulgar a atuação do CAE como organismo de controle social e de fiscalização do PNAE.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) será constituído por 07 (sete) membros, com a seguinte composição, conforme a resolução nº 38 do FNDE.

I – um representante indicado pelo Poder Executivo;

II – dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III – dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV – dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplente qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 2º Os membros terão mandato de 4 (quatro anos), podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 3º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§ 4º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§ 5º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por decreto ou portaria, de acordo com a Constituição dos Estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a Entidade Executora a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§ 6º Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora por meio do cadastro disponível no sítio do FNDE [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br) e, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos II, III e IV deste artigo e o decreto ou portaria de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

§ 7º Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – o CAE terá 1 (um) Presidente e Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente como o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II – o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá (ão) ser destituído (s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro (s) membro (s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III – a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo.

§ 8º O CAE elegerá, dentre os seus membros, um conselheiro para atuar como Secretário.

§ 9º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I – mediante renúncia expressa do conselheiro;

II – por deliberação do segmento representado;

III – pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno;

IV – pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 10 Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenário do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

§ 11 Nas situações previstas no § 9, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por decreto ou portaria emanado do poder competente, conforme incisos I, II, III e IV deste artigo.

Art. 3º O exercício de mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

## CAPÍTULO III

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 4º São atribuições do Presidente:

I - coordenar as atividades do Conselho;

II - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;

III - organizar a ordem do dia das reuniões;

IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;

V - determinar a verificação da presença

VI - determinar a leitura de ata e das comunicações;

VII - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

VIII - conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;

IX - colocar as matérias em discussão e votação;

X - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XI - proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

XII - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissão o Regimento;

XIII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - mandar anotar os procedimentos regimentais para solução de casos análogos;

XV - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XVI - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XVII - determinar o destino de expediente lido nas sessões;

XVIII - agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;

XIX - representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;

XX - conhecer das justificações de ausência dos membros do Conselho;



XXI - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;

XXII - propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias.

Art. 5º Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assume o conselheiro mais velho presente.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6º Compete aos membros do Conselho:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - apresentar proposições, requerimento, moções e questões de ordem;

IV - comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;

VII - obedecer as normas regimentais;

VIII - assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - justificar seu voto, quando for o caso, por escrito;

XI - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições;

XII - convocar o suplente em caso de seu impedimento;

XIII - analisar e emitir parecer conclusivo na prestação de contas do FNDE.

Art. 7º Será extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 03 (três) reuniões consecutivas do Conselho ou a 05 (cinco) alternadas por mandato.

Parágrafo único. O prazo para requerer justificação de ausência é de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou a falta.

#### CAPÍTULO V

##### DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art.8º Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Funcionário Público da Secretaria da Educação competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades:

Art. 28. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) disponibilidade de equipamento de informática;

c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e

d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade;

I - secretariar as reuniões do Conselho;

II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;

III - preparar a pauta das reuniões;

IV - providenciar os serviços de digitação e impressão;

V - providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;

VI - lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;

VII - recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;

VIII - registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

IX - anotar resultados das votações e das proposições apresentadas;

X - distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

XI - providenciar diárias, transportes, para quem tem direito por lei;

#### CAPÍTULO VI

##### DAS REUNIÕES

Art.9º As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar – CAE serão realizadas normalmente na sede do órgão de Educação, podendo, entretanto, por decisão do Plenário, realizar-se em outro local.

Art. 10. As reuniões serão:

I - Ordinárias, no mínimo mensalmente, em data a ser fixada pelo Presidente; em comum acordo pelos membros do CAE.

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 horas, pelo Presidente, mediante solicitação formal de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art.11. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros.

§ 1º- Se, à hora do início da reunião, não houver “quorum” suficiente, será aguardada durante 30(trinta) minutos a composição do número legal.

§ 2º- Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja “quorum”, o Presidente do Conselho iniciará com qualquer número de Conselheiros presentes.

Art.12. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões com direito à voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimento e informações.

#### CAPÍTULO VII



**DA ORDEM DOS TRABALHOS**

Art. 13. A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior

II - expediente

III - ordem do dia

IV - comunicações

Parágrafo Único. A leitura da ata poderá ser dispensada pelo Plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

Art. 14. O expediente se destina a leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art.15. A ordem do dia corresponderá à discussão, bem como à execução das atribuições do Conselho, conforme estabelecido em Lei e neste Regimento.

**CAPÍTULO VIII****DAS DISCUSSÕES**

Art.16. A discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

Art.17. As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

Parágrafo Único. Por deliberação do Plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vista da matéria em debate.

Art.18. Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe este Regimento ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Art.19. Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a dois membros do Conselho, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos, para encaminhamento da votação.

**CAPÍTULO IX****DAS VOTAÇÕES**

Art. 20. As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

§ 1º- A votação simbólica será feita por gestos diferentes dos membros do Conselho que aprovam ou desaprovam a proposição.

§ 2º A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários a proposição.

Art. 21. Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votam favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo Único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art.22. Ao Plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

Art.23. Não poderá haver voto por procuração.

**CAPÍTULO X****DAS DECISÕES**

Art.24. As decisões do CAE serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.

Art. 25. As decisões do Conselho serão registradas em ata e emitidas por Resoluções.

**CAPÍTULO XI****DAS ATAS**

Art. 26. A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

§ 1º A atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

Art. 27. As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião.

**CAPÍTULO XII****DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 28. Os casos omissos e as dúvidas com relação à execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho, ouvido a Plenária do Conselho.

Caçador, 17 de março de 2015.

Giselle Canalli Beher

Presidente do CAE

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 11 de dezembro de 2015.  
Convoca aprovadas em Processo Seletivo para o preenchimento de vagas dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

**CONVOCA:**

As cidadãs, a seguir relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Público para o preenchimento dos cargos existentes na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, de acordo com o Decreto nº 6.474, de 21 de julho de 2015, que ratificou a homologação do resultado final do Edital nº 001/2015 – Processo Seletivo Público para preenchimento de vagas para Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, conforme sequência de classificação:

ESF MARTELLO – Próximo CAIC:  
ROSANE ANTUNES

ESF BAIRRO ULYSSES GUIMARÃES:  
JENIFER DE LIMA DA SILVA

a) As Convocadas deverão apresentar-se junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perderem o direito ao Processo Seletivo.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 43, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 43, de 11 de dezembro de 2015.  
Convoca aprovada em Concurso Público para o preenchimento de cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

**CONVOCA:**

A cidadã, a seguir relacionada, aprovada em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04 de abril de 2012, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

**1) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DEBORA MACIEL

a) A Convocada deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Processo Seletivo.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.254**

PORTARIA Nº 26.254, de 30 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, abaixo nominadas, do Quadro de Servidores da Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoas da família, conforme atestados médicos apresentados, especificando código, nome, cargo, familiares, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de - A partir de:
92	Katia Denise Melek Prevedo	Profª Ensino Fundamental I	Familiar	15 dias	28/09/2015
92	Katia Denise Melek Prevedo	Profª Ensino Fundamental I	Familiar	15 dias	27/10/2015
10825	Kerolyn Cristina Coronado	Auxiliar de Creche e Berçário	Filho	15 dias	24/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.268**

PORTARIA Nº 26.268, de 07 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, incisos I e VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO, ocupante do cargo de Professor de Nível Médio, Matrícula 647, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 1.652 dias (um mil, seiscentos e cinquenta e dois dias), ou 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 12 (doze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00046/13-4, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, prestado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, no cargo de Professor, contratado em caráter temporário – ACT, da Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO, Matrícula 647, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 2.483 dias (dois mil, quatrocentos e oitenta e três dias), ou 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 0512/2013, expedida pelo IPREV, datada de 11 de junho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.273**

PORTARIA Nº 26.273, de 09 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão JOÃO DANIEL CORRÊA, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, do Grupo Ocupacional Técnico-Profissional, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, Referência 30, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação no dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Prorrogar, a pedido, de acordo com Protocolo nº 16804-2015, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para tomada de posse do Servidor Público Municipal JOÃO DANIEL CORRÊA, nomeado para o cargo de Técnico em Enfermagem, nos termos do art. 21, § 1º, da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, contados a partir do dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.276**

PORTARIA Nº 26.276, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para fins de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Servidor Público Municipal GELSON LUIZ SAVI, matrícula 4594, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, cargo de Fiscal de Obras e Posturas, 35 (trinta e cinco) horas semanais, correspondente a 7.156 dias (sete mil, cento e cinquenta e seis dias), ou 19 (dezenove) anos, 07 (sete) meses e 11 (onze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00056/15-6 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 09 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.277**

PORTARIA Nº 26.277, de 11 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre posse e início do exercício de Servidora Pública Municipal nomeada por Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 18 e ss, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. DAR POSSE à Servidora Pública Municipal MARIA LUÍSA ZARDO PEGORARO, nomeada pela Portaria nº 26.174, de 12 de dezembro de 2015, por Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, no cargo de Professor de Dança, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura - FMC, Referência 25, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de posse em 11 de dezembro de 2015 e início do exercício no cargo no dia 16 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Cessar os efeitos do art. 2º, da Portaria nº 26.174, de 12 de novembro de 2015, a contar de 11 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.281**

PORTARIA Nº 26.281, de 15 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, prestado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, no cargo de Professor, contratado em caráter temporário – ACT, da Servidora Pública Municipal NILVA CENDRON CZERNIAK, Matrícula 526, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 2.415 dias (dois mil, quatrocentos e quinze dias), ou 06 (seis) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 546/2009, expedida pelo IPREV/SC, datada de 17 de junho de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 26.283**

PORTARIA Nº 26.283, de 15 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã ANDRESSA QUINTINO DA SILVA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 14, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 16 de dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATOS 39 E 40-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : 40/2015 - Contrato Nº: 18/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA  
EPP Valor ..... : 8.590,00 (oito mil quinhentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 15/12/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo:  
484.920,55

Objeto ..... : 1º aditamento ao contrato administrativo 18/2015,  
cujo objeto é a prestação do serviço de publicidade institucional  
através de jornais, destinada a publicações legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015. Objeto do aditamento: acréscimo de 22,2222% ao valor do contrato principal.

Caçador, 16 de Dezembro de 2015

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

-----  
Aditivo Nº ..... : 39/2015 - Contrato Nº: 16/2013  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: LIDER SUPRIMENTOS P/INFORMATICA LTDA Valor  
..... : 1.749,00 (um mil setecentos e quarenta e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 15/12/2015 Término: 02/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2013  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo:  
159.714,39

Objeto ..... : 3º aditamento ao contrato administrativo 16/2013,  
cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias reprográficas e correlatos, com disponibilização de máquinas copiadoras a serem instaladas na Câmara Municipal de Caçador com fornecimento de todos os suprimentos necessários (exceto papel A4) e assistência técnica. Objeto do aditivo: acréscimo de 25% ao valor inicial atualizado do contrato principal

Caçador, 16 de Dezembro de 2015

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

**PORTARIA Nº 76, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA nº 76, de 15 de dezembro de 2015.

Retifica Portaria 74, de 03 de dezembro de 2015.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria 74, de 03 de dezembro de 2015, para RETIFICAR do artigo primeiro, ficando o texto do referido artigo conforme abaixo:

Onde se lê: "SELMA DO AMARAL"

Leia-se: "SELMA KAUL";

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro 2015.

Ricardo Pelegrinello,

PRESIDENTE

Fernando Scolaro,

VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira

1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira

2º SECRETÁRIO.

## Camboriú

## PREFEITURA

## DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2016 (LRF - ARTIGO 8º.)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE



Unidades Gestoras	Meses												TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Camãra Municipal de Vereadores	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	4.800.000,00
Fundo Municipal de Saúde	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	1.278.858,33	15.346.300,00
Fundo Municipal de Educação	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	761.416,67	9.137.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	306.625,00	3.679.500,00
Fundo da Criança e Adolescente	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	97.750,00	1.173.000,00
Fundo Municipal Agropecuario	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	123.666,67	1.484.000,00
Fundo de Melhoria da Policia Militar.	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	27.666,67	332.000,00
Fundação Municipal de Esportes	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	126.791,67	1.521.500,00
Fundação Municipal de Cultura	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	87.708,33	1.052.500,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	32.625,00	391.500,00
<b>TOTAL</b>	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	3.243.108,33	38.917.300,00

Prefeitura Municipal de Camboriú, 16 de Dezembro de 2015

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
Contadora  
CRC/SC 028070/O-6

**Sérgio Luiz Verâncio**  
Secretário da Fazenda

**Kaita Helen Testoni**  
Responsável Controle Interno



## DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2016 (LRF ART. 8º)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

## DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2016 (LRF ART. 8º)

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
<b>RECEITAS</b>	<b>9.788.744,03</b>	<b>16.708.773,30</b>	<b>12.770.624,11</b>	<b>12.827.666,27</b>	<b>14.150.501,37</b>	<b>11.987.081,22</b>	<b>12.258.505,34</b>
- Metas de Receita	9.788.744,03	16.708.773,30	12.770.624,11	12.827.666,27	14.150.501,37	11.987.081,22	12.258.505,34
<b>DESPESAS</b>	<b>9.782.742,35</b>	<b>16.698.528,81</b>	<b>12.762.794,17</b>	<b>12.819.801,36</b>	<b>14.141.825,41</b>	<b>11.979.731,69</b>	<b>12.250.989,40</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.782.585,98</b>	<b>14.991.324,49</b>	<b>11.457.966,81</b>	<b>11.509.145,77</b>	<b>12.696.010,29</b>	<b>10.754.962,14</b>	<b>10.998.487,33</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	5.277.933,54	9.009.102,16	6.885.715,37	6.916.471,59	7.629.723,03	6.463.241,63	6.609.589,16
- Juros e Encargos da Dívida	6.001,68	10.244,50	7.829,94	7.864,91	8.675,97	7.349,53	7.515,94
- Outras Despesas Correntes	3.498.650,76	5.971.977,84	4.564.421,50	4.584.809,27	5.057.611,30	4.284.370,98	4.381.382,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>757.928,47</b>	<b>1.293.736,45</b>	<b>988.811,18</b>	<b>993.227,87</b>	<b>1.095.653,11</b>	<b>928.142,57</b>	<b>949.158,56</b>
- Investimentos	715.916,69	1.222.024,97	934.001,64	938.173,51	1.034.921,34	876.695,87	896.546,95
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	42.011,78	71.711,47	54.809,55	55.054,36	60.731,77	51.446,70	52.611,61
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>242.227,90</b>	<b>413.467,87</b>	<b>316.016,18</b>	<b>317.427,72</b>	<b>350.162,01</b>	<b>296.626,98</b>	<b>303.343,52</b>
<b>Especificação</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	
<b>RECEITAS</b>	<b>12.639.448,30</b>	<b>12.799.516,02</b>	<b>13.438.735,52</b>	<b>14.448.990,97</b>	<b>19.281.413,54</b>	<b>163.100.000,00</b>	<b>163.100.000,00</b>
- Metas de Receita	12.639.448,30	12.799.516,02	13.438.735,52	14.448.990,97	19.281.413,54	163.100.000,00	163.100.000,00
<b>DESPESAS</b>	<b>12.631.698,79</b>	<b>12.791.668,38</b>	<b>13.430.495,96</b>	<b>14.440.132,00</b>	<b>19.269.591,70</b>	<b>163.000.000,00</b>	<b>163.000.000,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.340.274,20</b>	<b>11.483.889,01</b>	<b>12.057.404,90</b>	<b>12.963.818,97</b>	<b>17.299.530,12</b>	<b>146.335.400,00</b>	<b>146.335.400,00</b>
- Pessoal e Encargos Sociais	6.814.987,48	6.901.293,43	7.245.950,32	7.790.663,83	10.396.228,45	87.940.900,00	87.940.900,00
- Juros e Encargos da Dívida	7.749,51	7.847,65	8.239,57	8.858,98	11.821,84	100.000,00	100.000,00
- Outras Despesas Correntes	4.517.537,21	4.574.747,93	4.803.215,01	5.164.296,16	6.891.479,84	58.294.500,00	58.294.500,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>978.654,43</b>	<b>991.048,24</b>	<b>1.040.542,09</b>	<b>1.118.764,73</b>	<b>1.492.932,31</b>	<b>12.628.600,00</b>	<b>12.628.600,00</b>
- Investimentos	924.407,87	936.114,70	982.865,12	1.056.751,89	1.410.179,46	11.928.600,00	11.928.600,00
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	54.246,56	54.933,55	57.676,98	62.012,84	82.752,85	700.000,00	700.000,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>312.770,16</b>	<b>316.731,13</b>	<b>332.548,97</b>	<b>357.548,30</b>	<b>477.129,28</b>	<b>4.036.000,00</b>	<b>4.036.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Camboriú, 16 de Dezembro de 2015

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora  
 CRC/SC 028070/O-6

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda

**Kaita Helen Testoni**  
 Responsável Controle Interno

# METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - METAS DE ARRECADAÇÃO 2016

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE



DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2016 (LRF ART. 13)													
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
<b>REC. CORRENTES</b>	9.316.975,80	16.239.005,07	12.300.855,87	12.357.898,03	13.199.951,08	11.517.312,98	11.788.737,11	12.169.880,06	12.329.747,79	12.968.967,29	13.979.222,74	15.534.846,20	153.705.200,00
Receita Tributária	1.511.676,70	6.419.995,42	3.132.206,48	2.834.402,40	2.287.003,35	2.088.092,51	2.229.438,99	2.259.751,27	2.058.673,11	2.388.794,97	2.267.964,44	2.358.060,38	31.816.000,00
Rec. de Contribuição	425.776,98	362.618,54	310.175,42	353.998,80	298.336,45	342.776,57	402.844,45	396.146,43	416.271,67	411.258,79	409.581,27	534.914,62	4.664.700,00
Receita Patrimonial	97.998,12	54.191,08	94.812,44	148.249,61	105.198,18	120.269,04	134.012,36	104.695,24	119.485,16	133.380,38	120.957,01	150.752,36	1.384.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	864.058,88	779.890,33	908.743,90	925.967,38	1.004.740,94	246.855,04	1.054.516,64	1.009.525,14	968.344,55	1.040.796,85	1.022.585,00	1.074.974,35	10.901.000,00
Transf. Correntes	6.158.660,93	8.297.964,69	7.534.276,09	7.838.963,19	8.747.953,10	8.375.097,93	7.571.187,66	8.072.938,05	8.332.611,60	8.343.256,16	9.528.398,70	9.870.491,90	98.671.800,00
Outras Rec. Correntes	260.804,17	324.405,00	320.841,54	256.316,65	756.719,04	344.221,89	396.737,01	326.623,93	434.361,70	671.480,14	629.736,32	1.545.652,61	6.267.700,00
<b>REC. DE CAPITAL</b>	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	512.609,84	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	3.308.612,29	4.139.500,00
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Transf. de Capital	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	512.609,84	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	31.827,79	307.612,29	1.138.500,00
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REC. INTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.940,45	437.955,05	5.255.300,00
<b>TOTAL</b>	9.788.744,03	16.708.773,30	12.770.624,11	12.827.666,27	14.150.501,37	11.987.081,22	12.258.505,34	12.639.448,30	12.799.516,02	13.438.735,52	14.448.990,97	19.281.413,54	157.844.700,00
<b>BIMESTRE</b>	<b>26.497.517,34</b>	<b>25.598.290,37</b>	<b>25.598.290,37</b>	<b>25.598.290,37</b>	<b>26.137.582,59</b>	<b>24.897.953,64</b>	<b>24.897.953,64</b>	<b>26.238.251,55</b>	<b>26.238.251,55</b>	<b>33.730.404,51</b>	<b>163.100.000,00</b>	<b>163.100.000,00</b>	

Prefeitura Municipal de Camboriú, 16 de Dezembro de 2015

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
Contadora  
CRC/SC 028070/O-6

**Sérgio Luiz Venâncio**  
Secretário da Fazenda

**Kaita Helen Testoni**  
Responsável Controle Interno

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 115/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 115/2015.

Considerando o Ofício nº 086/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando prorrogação do prazo de vigência nº 73/2014; Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 73/2014 (originado do Processo Licitatório nº 56/2014, Tomada de Preços);

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 73/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.250.019/0001-38, com sede a Avenida 7 de Setembro, nº 1000, Centro, cidade de Tapejara-RS, representada por Márcio Parisotto, CPF nº 040.952.059-46, doravante denominado simplesmente CONTRATADA.

#### Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 73/2014 fica prorrogado por 150(cento e cinquenta) dias, até o dia 21 de março de 2016, contando a partir de 23 de outubro de 2015.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 73/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre – SC, 09 de outubro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MÁRCIO PARISOTTO PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME CONTRATADA
---	--

### ADITIVO CONTRATUAL 146/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 146/2015

Considerando que em 19 de dezembro de 2012 foi realizada licitação (nº 132/2012 TP), para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA e RURAL no Município de Campo Alegre e consequentemente firmado o contrato nº 89/2012;

Considerando que o objeto é caracterizado contínuo, e há previsão de prorrogação (tanto no edital do processo licitatório quanto no instrumento de contrato);

Considerando a previsão de reajustamento, após 12 (doze) meses de contrato;

Considerando ainda a Autorização da Autoridade Superior tanto pela prorrogação, quanto pelo reajuste, do Contrato nº 89/2012;

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo e reajustar o valor do Contrato nº 89/2012, conforme segue:

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.749/0001-77, COM SEDE A RUA CEL. BUENO FRANCO, 292, CENTRO, CIDADE DE CAMPO ALEGRE-SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SRA. LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, ESTABELECIDA NA RUA WILLIAM BOOTH, Nº 537, BAIRRO BOQUEIRÃO, CURITIBA-PR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 77.371.789/0001-11, ORA DENOMINADA CONTRATADA, REPRESENTADA NESTE

ATO PELO SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO, REPRESENTANTE LEGAL, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE NO 1.997.958/0PR E CPF SOB O Nº 838.543.208/68, TEM ENTRE SI CERTO E AJUSTADO QUE O CONTRATO Nº 89/2012, PASSARÁ A VIGORAR COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 89/2012 até 31 de dezembro de 2016.

#### Cláusula SEGUNDA – Dos Preços e forma de pagamento

Altera-se o item 5.1 da cláusula quinta do contrato nº 89/2012, reajustando pelo IGPM (período nov/2014 a out/2015, no percentual de 10,0985%) conforme segue:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços, os seguintes preços unitários propostos que são:

IT	Serviço	Unidade	Qtde Mensal	Valor Unitário	Valor Total mensal	Valor total para a vigência do contrato (jan./2016 a dez./2016)
1.1	Coleta Regular de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural (4 vezes por semana)	Equipe	0,5	40.779,45	20.389,72	244.676,64
1.2	Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural	Tonelada	120	54,56	6.547,78	78.573,36
1.3	Locação de Contêineres para Depósito dos Resíduos Sólidos	Unidade	20	32,80	655,97	7.871,64
1.4	Destinação Final	Tonelada	120	107,65	12.918,52	155.022,24
1.5	Coleta Seletiva e transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Áreas Urbana e Rural (1 vez por semana)	Equipe	0,3	26.023,81	7.807,14	93.685,68
VALOR MENSAL (PREVISÃO DE GASTOS)					48.319,13	-----
VALOR GLOBAL DO CONTRATO (12 MESES)						R\$ 579.829,56

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 89/2012, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 16 de dezembro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

ANGELO BRESEGHELLO FILHO  
Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda  
CONTRATADA

#### ADITIVO CONTRATUAL 33/2015 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2015

Considerando o Ofício nº 88/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 27/2015;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 27/2015 (originado do Processo Licitatório nº 21/2015, Convite);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 27/2015, conforme segue:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irmã Amália Gueller, nº 22, Centro, em Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Gestora Sra. Carolina Da Costa Telma, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.834.999/0001-28, Rua Iracema, nº. 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, cidade de São Bento do Sul - SC, representada por Lourival Negreli, CPF nº 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem

entre si certo e ajustado que o contrato nº 27/2015, passará a vigorar com as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 27/2015 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Item	Discriminação	UN	Qtde	Preço Unitário	Preço Total	Preço total c/ BDI
ACRÉSCIMO						
13	DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA					
	Extintor de incendio c/ carga de po quimico seco pqs 4kg	UN	3,00	135,00	R\$ 405,00	R\$ 488,03
		SUBTOTAL			R\$ 405,00	R\$ 488,03
		TOTAL ACRÉSCIMO			R\$ 405,00	R\$ 488,03
SUPRESSÃO						
12	COMUNICAÇÃO VISUAL					
12.1	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO "1" EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26 COM PINTURA AUTOMOTIVA PU, COM 2 POSTES RETO E MAÇOCOR NATURAL ENGASTADO NOS LOCAIS DE APLICAÇÃO DE ADESIVO VINIL MONOMÉRICO. DIMENSÃO 150X77CM	UN	1,00	364,33	R\$ 364,33	R\$ 439,02
12.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO "2" EM PVC ADESIVADO COM ADESIVO POLIMÉRICO RECORTADO ELETRONICAMENTE E FIXADO À PAREDE COM FITA DUPLA FACE. DIM 80X41CM	UN	2,00	31,24	R\$ 62,48	R\$ 75,29
12.3	PLACA DE SINALIZAÇÃO "3" EM PVC ADESIVADO COM ADESIVO POLIMÉRICO RECORTADO ELETRONICAMENTE E FIXADO AO TETO POR CABO DE AÇO 2MM. DIM 40X50CM	UN	3,00	31,24	R\$ 93,72	R\$ 112,93
12.4	PLACA DE SINALIZAÇÃO "5-FACHADA" EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 26 COM PINTURA AUTOMOTIVA PU, FIXADO À PAREDE COM PARAFUSOS. APLICAÇÃO DE ADESIVO VINIL MONOMÉRICO. DIM 150X60CM	UN	1,00	364,33	R\$ 364,33	R\$ 439,02
12.5	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO "6" EM PVC ADESIVADO COM ADESIVO POLIMÉRICO RECORTADO ELETRONICAMENTE E FIXADO À PAREDE COM FITA DUPLA FACE. DIM 20X10CM	UN	20,00	7,80	R\$ 156,00	R\$ 187,98
12.6	PLACA DE INDICAÇÃO "7" EM PVC ADESIVADO COM ADESIVO POLIMÉRICO RECORTADO ELETRONICAMENTE E FIXADO À PAREDE COM FITA DUPLA FACE. DIM 20X5CM-compressor e resíduos	UN	4,00	38,02	R\$ 152,08	R\$ 183,26
		SUBTOTAL			R\$ 1.192,94	R\$ 1.437,49
		TOTAL SUPRESSÃO			R\$ 1.192,94	R\$ 1.437,49
TOTAL ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO					- R\$ 787,94	-R\$ 949,47

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 488,03 (quatrocentos e oitenta e oito reais e três centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 1.437,49 (um mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos), SUPRIME-SE o valor de R\$ 949,47 (novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos) do Contrato 27/2015 FMS referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 27/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.



Campo Alegre, 16 de dezembro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

LOURIVAL NEGRELI  
LN Construções Ltda.  
CONTRATADA

### **CONVOCAÇÃO Nº 233/2015**

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014  
CONVOCAÇÃO Nº 233/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. KELLY SACHT, inscrita no CPF/MF sob nº 065.815.679-90, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação.

### **CONVOCAÇÃO Nº 234/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 234/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FRANCESCA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF/MF sob nº 056.682.849-99, aprovada em 21º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR III – ARTES, na Função de PROFESSOR III- ARTES, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### **CONVOCAÇÃO Nº 235/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012  
CONVOCAÇÃO Nº 235/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANGELA LUCIANA TEIXEIRA CARDOSO, inscrita no CPF/MF sob nº 788.525.799-15, aprovada em 52º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 22 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 17 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação



**DECRETO Nº 9.463 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.463 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenação de Cultura		
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria Municipal Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 200,00	
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra – Orçamentárias	R\$ 3.000,00	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 300,00	
	Total	R\$ 3.500,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenação de Cultura		
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria Municipal Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339046.00.896 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 3.200,00	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 300,00	
	Total	R\$ 3.500,00	

**GABINETE DO PREFEITO**

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.464 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.464 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.429 de 16 de Dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.010,40 (vinte mil e dez reais e quarenta centavos), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.139 -	Aplicações Diretas		
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 16.000,00	
319016.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 4.010,40	
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 20.010,40</b>	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319100.00.139 -	Aplicações Diretas		
319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 20.010,40	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.465 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.465 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.433 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00	
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.466 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.466 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTACÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.434 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

[illegible]

05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental									
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental									
300000.00.519 -	Despesas Correntes									
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes									
339000.00.519 -	Aplicações Diretas									
339030.00.519 -	GABINETE DO PREFEITO Material de Consumo	R\$ 30.000,00								
12.361.0010.1.004 -	Construção, Reforma e Adequação de Unid. Escolares de Ensino Fundamental									
400000.00.519 -	Despesas de Capital									
440000.00.519 -	Investimentos									
449000.00.519 -	Aplicações Diretas									
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00								
05.03 -	Serviço de Educação Infantil									
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil									
300000.00.519 -	Despesas Correntes									
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes									
339000.00.519 -	Aplicações Diretas									
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 30.000,00								
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras									
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota									
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal									
300000.00.896 -	Despesas Correntes									
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes									
339000.00.896 -	Aplicações Diretas									
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00								
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental									
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental									
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Saneamento Ambiental									
300000.00.766 -	Despesas Correntes									
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes									
339000.00.766 -	Aplicações Diretas									
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00								
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00								
	TOTAL	R\$ 170.000,00								

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração do Pessoal da Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.119 -	Aplicações Diretas		
319004.00.119 -	Contratação por tempo Determinado	R\$ 40.000,00	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 30.000,00	
319013.00.119 -	Obrigações Patronais	R\$ 20.000,00	
319016.00.119 -	Outras despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 50.000,00	
319113.00.119 -	Obrigações Patronais – Op. Intra – Orçamentárias	R\$ 30.000,00	
	TOTAL	R\$ 170.000,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal](http://www.diariomunicipal).

sc.gov.br em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. O ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, para o Cargo de Fiscal, na Função de “Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente”, passará a vigorar conforme o Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ANEXO IV - Plano de Cargos Efetivos e Funções  
Atribuições e Responsabilidades Categoria Funcional: ANI – Atividades de Nível Intermediário  
Nível: 5

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários;</li> <li>2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes;</li> <li>3. Fiscalizar a conduta dos municípios em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e autuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;</li> <li>4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo Federal sobre o meio ambiente;</li> <li>5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos;</li> <li>6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando-as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município;</li> <li>7. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;</li> <li>8. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;</li> <li>8. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;</li> <li>9. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc..</li> <li>10. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;</li> <li>11. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município;</li> <li>12. Fiscalizar a conduta dos Municípios conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;</li> <li>13. Executar outras atividades correlatas.</li> </ol>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de Nível Médio e Curso Técnico em Contabilidade;</li> <li>- Possuir Carteira de Habilitação Categoria A e B.</li> </ul> <p>b) Para Promoção à Referência "F" do Subnível 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso da carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>

**LEI Nº 4.422 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.422 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

"AUTORIZA O FIA FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência autorizado a conceder Contribuição, no valor de até R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais) à APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, a 1ª (primeira) parcela no valor de R\$ 9.050,00 (nove mil e cinquenta reais), no mês de Fevereiro de 2016, e as demais parcelas no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) repassadas nos meses de Março a Novembro de 2016.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, do Projeto "VIOLINO NA ESCOLA".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, de cada parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o CAPÍTULO XI DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EDITAL Nº 001/2015–CMDCA.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.



§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

#### GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – “Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes”.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da APP –

#### GABINETE DO PREFEITO

Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção e Coordenação das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. PELO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, portador do CPF/MF nº 379.515.489-87, pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência, com sede à Rua Jorge Lacerda, nº 168, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000 pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.610.999/0001-53, e a Gestora do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09.

CONVENIENTE: APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Presidente Srª. LUCIANI APARECIDA DE LIMA WOLLNER, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 808.384.059-91;

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.422 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto “VIOLINO NA ESCOLA”, alunos que frequentam a EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, do Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, a correta aplicação dos recursos para pagamento das seguintes despesas: aquisição de Violinos; Estantes para Partitura; Contratação de Profissional Habilitado para Ministrar as Aulas para os alunos da referida Escola que terão aulas do Contraturno Escolar.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva

prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.422 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei Municipal nº 4.422 de 16 de Dezembro de 2015.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 20.300,00 (vinte mil trezentos), em 10 (dez) parcelas, a 1ª Parcela no valor de R\$ 9.050,00 (nove mil, cinquenta reais), as demais parcelas no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais), repassadas nos meses de Fevereiro a Dezembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal  
concedente

CarOLINA DA COSTA TELMA PELO  
fia – fundo DA infânciA E ADOLESCÊNCIA  
CONVENENTE

app – associação de pais e professores DA EMEB  
"MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES"  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

## LEI Nº 4.423 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.423 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

"AUTORIZA O FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE – FECAMPO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência autorizado a conceder Contribuição, no valor de até R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos) à FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/00001-90, com sede na Rod. SC-418, nº 8.457, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais), repassadas nos meses de Fevereiro do ano de 2016 a Novembro do ano de 2016.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre, no Projeto "INCENTIVO À ARTE E ARTESANATO JUVENIL".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, de cada parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o CAPÍTULO XI DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EDITAL Nº 001/2015–CMDCA.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

### GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da "FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre".

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

### GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre".

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção e Coordenação das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. PELO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE”.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, portador do CPF/MF nº 379.515.489-87, pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência, com sede à Rua Jorge Lacerda, nº 168, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000 pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.610.999/0001-53, e a Gestora do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09.

CONVENIENTE: FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede a Rod. SC-418, nº 8.457, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. IVO KESTERING, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 093.003.509-78; Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.423 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto “INCENTIVO À ARTE E ARTESANATO JUVENIL”, oficinas de Dança; Cerâmica/ Marcenaria; Tecelagem e Pintura, para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos, atendendo 140 (cento e quarenta) alunos semanalmente.

#### Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da “FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE”, a correta aplicação dos recursos para pagamento de instrutores, encargos sociais e incidentes, e despesas com alimentação “merenda escolar” aos alunos participantes das oficinas ministradas.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENIENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.423 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei Municipal nº 4.423 de 16 de Dezembro de 2015.

Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 31.200,00 (trinta e um mil duzentos reais), em 10 (dez) parcelas de igual valor de R\$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais), repassadas nos meses de Fevereiro a Novembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal  
concedente

CarOLINA DA COSTA TELMA PELO

fia – fundo DA infância E ADOLESCÊNCIA  
CONVENIENTE

FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE  
CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

### LEI Nº 4.424 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.424 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

"AUTORIZA O FIA FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência autorizado a conceder Contribuição, no valor de até R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) à APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas de igual valor de R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais), nos meses de Fevereiro do ano de 2016 a Novembro do ano de 2016.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, do Projeto "DANÇA NA ESCOLA – MJ DANCE".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, de cada parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o CAPÍTULO XI DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EDITAL Nº 001/2015–CMDCA.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.  
GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – "Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes".

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;



III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

## GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da APP – Associação de Pais e Professores da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção e Coordenação das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

[diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. PELO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, portador do CPF/MF nº 379.515.489-87, pelo FIA – Fundo da Infância e Adolescência, com sede à Rua Jorge Lacerda, nº 168, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000 pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.610.999/0001-53, e a Gestora do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, Srª. CAROLINA DA COSTA TELMA, portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09.

CONVENIENTE: APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela sua Presidente Srª. LUCIANI APARECIDA DE LIMA WOLLNER, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 808.384.059-91; Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.424 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

## Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto “DANÇA NA ESCOLA – MJ DANCE”, alunos que frequentam a EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, do Município de Campo Alegre/SC.

## Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da APP – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, a correta aplicação dos recursos para pagamento das seguintes despesas: pagamento do profissional habilitada para ministrar aulas de dança aos alunos da referida Escola que terão aulas do Contraturno Escolar.

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.424 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei Municipal nº 4.424 de 16 de Dezembro de 2015.

**Cláusula Terceira – DO VALOR**

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil, oitocentos reais), em 10 (dez) parcelas repassadas nos meses de Fevereiro a Dezembro do ano de 2016.

**Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO**

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste

Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

**Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 93.01.8.243.0067.2.122 – Manutenção das Atividades, 335041.00 – Contribuições, do FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

**Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

**Cláusula NONA – FORO LEGAL**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

concedente

CarOLINA DA COSTA TELMA PELO

fia – fundo DA infância E ADOLESCÊNCIA

CONVENENTE

app – associação de pais e professores DA EMEB

“MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”

CONVENENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

## LEI Nº 4.425 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 4.425 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DA EMEF – PROF. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) a APP da EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco, inscrita no CNPJ/MF nº 83.536.953/0001-04, com sede á Rua Fernando Jung, snº, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos

reais) nos meses de Fevereiro a Novembro de 2016.

§2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Oficina Pedagógica Música, Coral e Dança na Escola".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece Decreto Municipal nº 9.280 de 10 de Setembro de 2015, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela no ano de 2016.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.02.12.361.0008.6.009.335043000 – Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "APP DA EMEF – ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.536.953/0001-04, com sede na Rua Fernando Jung, snº, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Sr. MARCIA GISLENE BIAOBOCK DALCAMPI, brasileira, portadora do CPF/MF nº 970.187.599-00.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.425 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira – OBJETO



O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da "APP DA EMEF – ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO", a prática de Oficinas de Dança, Coral e Música.

#### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.425 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor

do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), repassadas nos meses de Fevereiro de 2016 ao mês de Novembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.  
Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP DA EMEF JERÔNIMO FRANCISCO  
COELHO PACHECO  
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS  
Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

## LEI Nº 4.426 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 4.426 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Paulo Fuckner, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.454/0001-55 com sede à Rua Principal, snº Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mensais, sendo a primeira no mês de Fevereiro de 2016 e a ultima em Novembro do exercício de 2016.

§2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "A ARTE DA MÚSICA EM SINTONIA COM A DANÇA".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece Decreto Municipal nº 9.280 de 10 de Setembro de 2015, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.  
Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
---	-------------------------------------

II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela do ano de 2016.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.02.12.361.0008.6.009.335043000 – Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA EMEB – PAULO FUCKNER.

**CONCEDENTE:** Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

**CONVENENTE:** "APP DA EMEB PAULO FUCKNER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.454/0001-55, com sede na Estrada Principal, sn, na Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. SONIA KRUGER SCHIESSL, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 936.994.099-53. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.426 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da Escola Municipal de Educação Básica "Paulo Fuckner", oficina de dança e coral.

#### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;

XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
-----	---

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.426 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada parcela, nos meses de Fevereiro a Novembro de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por



manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP EMEB PAULO FUCKNER  
CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

### LEI Nº 4.427 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 4.427 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DO CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “CHAPEUZINHO VERMELHO”, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 15.796,50 (quinze mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) a APP – CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, inscrita no CNPJ/MF nº 02.071.529/0001-21 com sede à Rua Prof. Rufino Blaszkowsky de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no repassada no mês de Março de 2016 no valor de R\$ 3.088,50 (três mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) e as demais nos meses de Abril a Novembro de 2016 no valor de R\$ 1.588,50 (mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

§2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto “Musicalização na Idade Infantil”.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece Decreto Municipal nº 9.280 de 10 de Setembro de 2015, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta

individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela do ano de 2016.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.02.12.361.0008.6.009.335043000 – Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "APP DO CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.071.529/0001-21, com sede na Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 134, no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, brasileira, portadora do CPF/MF nº 022.922.039-70.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.427 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos a partir de 04 (zero quatro) anos do CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, oficinas de Musicalização.

#### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.427 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela do ano de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 15.796,50 (quinze mil setecentos e noventa e seis reais e

cinquenta centavos), em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no repassada no mês de Março de 2016 no valor de R\$ 3.088,50 (três mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) e as demais nos meses de Abril a Novembro de 2016 no valor de R\$ 1.588,50 (mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

### LEI Nº 4.428 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 4.428 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DA EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais) a APP da EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, inscrita no CNPJ/MF nº 01.498.979/0001-32 com sede á Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais) nos meses de Fevereiro a Novembro de 2016.

§2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto “ESPORTE COMUNITÁRIO – FUTSAL”.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece Decreto Municipal nº 9.280 de 10 de Setembro de 2015, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único – Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;



V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela do ano de 2016.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.02.12.361.0008.6.009.335043000 – Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. LUCIANI APARECIDA DE LIMA WOLLNER, brasileira, portadora do CPF/MF nº 808.384.059-91. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.428 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes a Prática de Esporte Regrado Futsal.

#### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.427 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela no ano de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

A CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais), repassadas nos meses de Fevereiro de 2016 ao mês Novembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de Dezembro de 2015.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE SILVA BERNARDES

APP DA EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:



**LEI Nº 4.429 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.429 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.010,40 (vinte mil e dez reais e quarenta centavos), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.139 -	Aplicações Diretas			
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 16.000,00		
319016.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 4.010,40		
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 20.010,40</b>		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.03 -	Serviço de Educação Infantil			
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319100.00.139 -	Aplicações Diretas			
319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 20.010,40		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.430 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 4.430 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., PRORROGAR CONVÊNIO E AUMENTAR O VALOR DE REPASSE AO INSTITUTO SANTÉ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., fica autorizado a prorrogar o Convênio com o INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30 e sua filial com sede neste Município, para viabilizar o funcionamento dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital São Luiz pelo período de 01 (um) ano, a partir de 01 de Janeiro de 2.016.

Art. 2º. Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., autorizado a repassar pela execução do objeto do Convênio, o valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por mês.

Art. 3º. As referidas alterações se darão mediante Termo Aditivo ao Termo de Convênio já aprovado na Lei Municipal nº 4.108 de 02 de Abril de 2.014.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Exercício de 2016.

Art. 5º. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do Convênio e de seu termo de aditamento

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 16 de Dezembro de 2.015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 4.431 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.431 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, a BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA, no valor total de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização do XIII FESTIVAL DE INVERNO DE CAMPO ALEGRE, o qual realizar-se-á no exercício de 2016em nosso Município.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e cruzados, individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA.

### **GABINETE DO PREFEITO**

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

#### GABINETE DO PREFEITO

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.01.13.392.0082.1006 – Festival de Inverno, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 – Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A “BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA”.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: “BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.166.384/0001-42, com sede a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GABRIEL ENGLER, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 092.292.629-86.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.431 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é para execução do Projeto “FESTIVAL DE INVERNO”, para promoção do XIII FESTIVAL DE INVERNO, em nosso Município os quais serão aplicados nas despesas correntes para a realização do evento.

#### Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

É de responsabilidade da “BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA”, a correta aplicação dos recursos para pagamento de despesas correntes do Profissional habilitado e ministrar as aulas de Dança.

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVENENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.431 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.431 de 16 de Dezembro de 2015.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em uma única parcela no mês de Julho do corrente ano.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.01.13.392.0082.1006 – Festival de Inverno, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 - Contribuições.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

**Cláusula NONA – FORO LEGAL**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo alegre/SC., de Dezembro de 2015.

Município de Campo Alegre  
concedente

BANDA MUSICAL DE CAMPO ALEGRE – BAMUCA  
CONVENENTE

**TESTEMUNHAS**

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

**LEI Nº 4.432 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 4.432 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, a ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA, no valor total de até R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização da XVIII EDIÇÃO DA FESTA ESTADUAL DA OVELHA, a qual realizar-se-á no mês de Março de 2016 em nosso Município.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e cruzados, individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;



IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Parágrafo Único: A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das seguintes Dotações do Orçamento Vigente: 11.02.20.606.83.1010 – FESTA ESTADUAL DA OVELHA, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 Contribuições e 02.01.2009.335041.00 – Contribuições, do Projeto Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### MINUTA DE CONVÊNIO

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA.

CONVENIENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº. 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.614.959/0001-70, com sede na Estrada Principal, snº, localidade Campinas dos Farias, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr. ANTONIO CARLOS KONOPIKA, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº. 715.575.639-34; Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal nº 4.432 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio é a parceria na realização da XVIII edição FESTA ESTADUAL DA OVELHA, a qual realizar-se-á no mês Março de 2016 no Calçadão da Cascatinha e nas seguintes vias públicas: Av. Dr. Getúlio Vargas, Rua Cel. Bento D' Amorim, Rua Cel. Raymundo Munhoz, Rua Cel. Bueno Franco, Rua José Gomes Munhoz e Rua Waldomiro Schroeder no Centro do Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A Comissão Organizadora fica responsável pela realização da XVIII FESTA ESTADUAL DA OVELHA, devendo para isso se reunir semanalmente.

2.2 Todas as decisões da Comissão constarão em ata a ser redigida no local da reunião;

2.3 O CONVENIADO ficará responsável pela comercialização das barracas a serem instaladas nos bens públicos municipais como o Calçadão da Cascatinha e nas vias públicas ao entorno, no Centro do Município.

2.4 O CONVENIADO deverá locar imóveis próximos ao local do evento para realização da Festa.

2.5 O CONVENIADO deverá contratar shows artísticos e culturais, devendo a programação ser feita em conjunto com a Comissão Organizadora.

2.6 O CONVENIADO deverá contratar toda a estrutura necessária tais como lonas, palco, barracas, banheiros químicos e segurança privada.  
2.7 O CONVENIENTE se responsabiliza pelo contato com o Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar para prestarem a segurança pública da festa.

2.8 Os CONVENIENTES ficam responsáveis pela divulgação da Festa, bem como contratação de material gráfico como cartazes folders e adesivos.

2.9 Todos os eventos a serem realizados durante a XVII FESTA ESTADUAL DA OVELHA terão caráter cultural e fomentarão o turismo local, visando à comemoração do 118º ano de emancipação política administrativa do Município de Campo Alegre/SC.

2.10 O CONVENIADO deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

2.10.1 A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

2.10.2 A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIADO.

2.11 É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

2.12 Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao CONVEVENTE.

2.13 Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao CONVEVENTE.

2.14 Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

2.15 O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.432 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

2.16 O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

2.17 São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIADO.

2.18 Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.432 de 16 de Dezembro de 2015.

2.19 O CONVENIADO fica obrigado a devolver aos cofres municipais os recursos advindos da exploração econômica do evento, sob pena de caracterização de lesão ao erário.

2.20 O CONVENIENTE disponibilizará servidores públicos para auxiliarem na organização da festa.

2.21 O CONVENIENTE colocará as Secretarias Municipais à disposição do CONVENIADO para auxiliar na organização da Festa.

2.22 Os CONVENIENTES conjuntamente buscarão apoio financeiro junto a instituições privadas.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONVENIENTE repassará ao CONVENIADO contribuição de até R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da prestação de contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.02.20.606.83.1010 – FESTA ESTADUAL DA OVELHA, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – 335041.00 Contribuições e 02.01.2009.335041.00 – Contribuições, do Projeto Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito.

**Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos membros da Comissão Organizadora da XVIII FESTA ESTADUAL DA OVELHA, nomeados pelo e a Agente do Controle Interno deste Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

7.1 O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

7.2 O presente Convênio poderá ser prorrogado por igual período, se houver a devida comprovação do interesse público.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

**Cláusula NONA – FORO LEGAL**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_ de Dezembro de 2015.

Município de Campo Alegre  
CONVENIENTE

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE OVINOS DO PARAÍSO DA SERRA  
CONVENIADO

**TESTEMUNHAS**

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

**LEI Nº 4.433 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO****LEI Nº 4.433 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas			
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$	5.000,00	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00	
	TOTAL	R\$	10.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			

339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$10.000,00			
-----------------	--	--------------	--	--	--

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.434 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.434 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito								
02.01 -	Chefia de Gabinete								
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais								
319000.00.896 -	Aplicações Diretas								
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil	R\$ 10.000,00							
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração								
03.01 -	Serviço de Administração								
04.122.0005.2.102 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00							
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças								
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário								
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00							
04.123.0007.2.011 -	Contribuição para a Formação do PASEP								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 30.000,00							
05.00 -	Secretaria Municipal De Educação								
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental								
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental								
300000.00.519 -	Despesas Correntes								
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.519 -	Aplicações Diretas								

[illegible]

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração do Pessoal da Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.119 -	Aplicações Diretas		
319004.00.119 -	Contratação por tempo Determinado	R\$ 40.000,00	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 30.000,00	
319013.00.119 -	Obrigações Patronais	R\$ 20.000,00	
319016.00.119 -	Outras despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 50.000,00	
319113.00.119 -	Obrigações Patronais – Op. Intra – Orçamentárias	R\$ 30.000,00	
	TOTAL	R\$ 170.000,00	

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**LEI Nº 4.435 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 4.435 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**I – Do Orçamento do Município**

Art.1º) O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 38.045.890,53 (trinta e oito milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 38.045.890,53 (trinta e oito milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e três centavos)) sendo R\$ 34.270.990,53 (trinta quatro milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 3.774.900,00 (três milhões, setecentos e setenta e quatro mil, e novecentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

**II – Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Poder Executivo e Câmara Municipal.**

Art.2º) O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$ 38.045.890,53 (trinta e oito milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais) e em R\$ 37.340.890,53 (trinta e sete milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) para as Unidades Gestoras e Prefeitura.

§1º) A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL****II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO****III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

01 - PROCESSO LEGISLATIVO	705.000,00
02 - PESSOAL DO GABINETE DO PREFEITO	956.887,02
03 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E CASA DA CIDADANIA	196.470,00
04 - PESSOAL DA SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	828.860,00
05 - COORDENAÇÃO E MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	724.000,00
06 - PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	426.816,51
07 - COORDENÇÃO E MANUT. DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	821.367,16
08 - APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	744.730,00
09 - TRANSPORTE ESCOLAR	1.554.780,62
10 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.372.454,61
11 - ENSINO INFANTIL	3.485.823,78
12 - MERENDA ESCOLAR	310.580,00
13 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	565.500,00
14 - NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO	3.000,00
23 - PESSOAL DO SERVIÇO DE BEM ESTAR SOCIAL	412.560,00
24 - CONSELHO TUTELAR	186.962,64
25 - PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	384.240,00
26 - DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONOMICO	96.200,00
28 – AGREGAÇÃO DE RENDA AO PRODUTOR RURAL	111.500,00
30 - PROFISSIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JOVEM RURAL	7.500,00
33 - PORTEIRA ADENTRO	100,00
36 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	47.000,00
38 - SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR	6.200,00
41 - INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS	38.228,00
43 - PESSOAL DA SEC. MUNIC. DE PLANEJAM., TRANSPORTE E OBRAS	1.743.270,95
44 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUNIC. DE PLANEJAM., TRANSP. E OBRAS	98.500,00
45 - MANUT. DE VIAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS	257.020,00
47 - FROTA MUNICIPAL	915.241,86

48 - SERVIÇOS PÚBLICOS	922.100,00
50 - CONVÊNIO COM POLÍCIA CIVIL E MILITAR	86.800,00
51 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	238.724,27
52 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE	5.005.952,69
53 - ESTRATÉGIA SAÚDE NA FAMÍLIA - ESF	179.500,00
54 - SAÚDE BUCAL	50.500,00
55 - ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR	1.319.787,92
56 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA	929.927,92
57 - ASSISTÊNCIA BÁSICA FARMACÊUTICA	342.110,76
58 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	71.799,14
59 - ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE	127.000,00
60 - SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN	11.100,00
61 - MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.110,00
63 - MANUTENÇÃO DA REDE SÓCIO-ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	41.341,18
66 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DO MUNIC. DE CAMPO ALEGRE	5.184.000,00
67 - ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	46.000,00
71 - FUNREBOM	198.037,83
75 - PESSOAL DA SEC MUN DE CULT, TURISMO, ESPORTE E LAZER	339.860,00
76 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	10.711,22
77 - ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE	1.560.253,01
78 - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	28.500,00
79 - INCREMENTO DA AGROPECUÁRIA	30.000,00
80 - INCENTIVO AO COMÉRCIO	9.200,00
81 - HABITAÇÃO: VIABILIZANDO MORADIA DIGNA	14.710,00
82 - CULTURA DESCENTRALIZADA E DEMOCRATIZADA	279.013,80
83 - DESTINO: CAMPO ALEGRE	317.602,21
84 - ESPORTE E LAZER - INTEGRAR PARA SOCIALIZAR	276.667,44
86 - PROGRAMA MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS	100,00
87 - PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTO ACOLHEDORAS	45.231,00
89 - APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	20.881,55
90 - CONTROLE DO BORRACHUDO (SIMULIUM PERTINAX)	18.100,00
93 - REINTEGRAÇÃO DE MENORES A SOCIEDADE	5.000,00
TOTAL	38.045.890,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	8.458.998,58
TOTAL GERAL	46.504.889,11

#### IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

#### III – Do Orçamento do Poder Executivo

Art.3º) O Orçamento da Entidade Poder Executivo = PREFEITURA para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$31.700.281,84 (trinta e um milhões, setecentos mil, duzentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 8.458.998,58 ( oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos) e fixa a Despesa em R\$ 23.241.283,26 (vinte e três milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos ).

§1º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade Poder Executivo = PREFEITURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

#### IV – Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL

Art.4º) O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$ 4.950.100,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil e cem reais vinte) e fixa a Despesa em R\$ 5.184.000,00 (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil ).

§1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

V – Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$ 1.223.501,65 (um milhão, duzentos e vinte três mil, quinhentos e um reais e sessenta e cinco centavos) e fixa a Despesa em R\$ 8.180.015,23 (oito milhões, cento e oitenta mil, quinze reais e vinte três centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VI – Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$ 131.507,04 (cento e trinta e um mil, quinhentos e sete reais, quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 689.592,04 (seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e quatro centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VII – Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência

Art.7º) O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA para o exercício de 2016 Estima a Receita em R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

VIII – Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art.8º) O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2016 fixa a Despesa em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor.

§2º) A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Art.9º) Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

§1º) A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º) Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º) Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.10) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar Dotações de um elemento de despesa para outro dentro de cada unidade orçamentária, projeto, atividade ou operações especiais.

Art.11) O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% ( cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.12) As despesas por conta das dotações vinculadas a Convênios, Operações de Créditos e outras Receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º) A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art's. 8º, Parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§2º) O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I da LRF.

Art.13) Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.14) Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art.15) Comprovado o interesse público municipal e mediante Convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.16) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.17) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.570 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.571 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000066, Registro no Sistema sob nº 104130, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Julho de 2014 a 30 de Junho de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 01 de Julho de 2014 a 30 de Junho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
15 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 16/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.571 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.571 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal ROSANE JOHANSON, Matrícula Funcional nº 000845, Registro no Sistema sob nº 955534, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 26 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 26 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro

de 2015 á 07 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.572 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.572 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de Julho de 2015 a 15 de Julho de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 16 de Julho de 2015 a 15 de Julho de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12.573 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.573 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.574 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.574 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro

de 2015 à 22 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.575 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.575 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, no Cargo Público e Professor exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.576 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.576 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2015 a 08 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de Fevereiro de 2015 a 08 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.577 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.577 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, Matrícula Funcional nº 000159, Registro no Sistema sob nº 299040, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.578 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.578 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 15 de Fevereiro de 2015 a 14 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de Fevereiro de 2015 a 14 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.579 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.579 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.580 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.580 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.581 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.581 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000790, Registro no Sistema sob nº 955453, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 10 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 10 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 21 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.582 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.582 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANGELA MARIA MILCHEVSKY, Matrícula Funcional nº 000823, Registro no Sistema sob nº 955495, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 16 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.583 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.583 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ARLETE SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000627, Registro no Sistema sob nº 955054, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.584 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.584 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HÜMMELGEN, Matrícula Funcional nº 000747, Registro no Sistema sob nº 955294, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12.585 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.585 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000690, Registro no Sistema sob nº 955129, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.586 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.586 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DANIELA DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema sob nº 955066, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.587 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.587 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DÉBORA MIRIAN BAGNHUCK, Matrícula Funcional nº 000637, Registro no Sistema sob nº 955066, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12.588 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.588 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DEONICE TERZINHA ODIA TELMA, Matrícula Funcional nº 000766, Registro no Sistema sob nº 955373, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.589 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.589 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal DILMA CAMARGO GODOIS DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000719, Registro no Sistema sob nº 955211, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.590 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.590 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal EDELA FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000719, Registro no Sistema sob nº 955211, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 03 de Fevereiro de 2015 a 02 de Fevereiro de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de Fevereiro de 2015 a 02 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.591 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.591 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, Matrícula Funcional nº 000578, Registro no Sistema sob nº 954762, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.592 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.592 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal EVANILDA TOMAZ CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema sob nº 292200, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 13 de Fevereiro de 2014 a 12 de Fevereiro de 2015 = 21 (vinte e um) dias; 13 de Fevereiro de 2015 a 12 de Fevereiro de 2016 = 12 (doze) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 13 de Fevereiro de 2015 a 12 de Fevereiro

de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 29 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.593 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.593 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal FERNANDA MICKUS DREVECK, Matrícula Funcional nº 000743, Registro no Sistema sob nº 955275, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.594 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.594 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema sob nº 955064, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.595 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.595 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal GISLENE MARIA UHLIG FUECKNER, Matrícula Funcional nº 000765, Registro no Sistema sob nº 955372, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.596 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.596 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal IVONE GORNIACK DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000754, Registro no Sistema sob nº 955346, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.597 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.597 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000179, Registro no Sistema sob nº 300310, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Abril de 2015 a 31 de Março de 2016.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Abril de 2015 a 31 de Março de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.598 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.598 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000725, Registro no Sistema sob nº 955232, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.599 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.599 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JUÇARA MARIA PESCHEL, Matrícula Funcional nº 000626, Registro no Sistema sob nº 955053, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12.600 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.600 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES, Matrícula Funcional nº 000730, Registro no Sistema sob nº 955247, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.601 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.601 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal LEIDIANE LINZMEYER STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000646, Registro no Sistema sob nº 955075, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
16 de Dezembro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 063/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA - ME, CNPJ 14.419.210/0001-23. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CASA LAR – ABRIGO DE MENORES com recursos provenientes do Convenio nº 2015TR1868, firmado junto ao Governo do Estado de Santa Catarina. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1769/2015, Tomada de Preços nº 07/2015. VALOR: R\$ 127.340,87. DOTAÇÃO: 06.01-1093-44905191-2153-100 e 2154-161 – Obras em Andamento. VIGÊNCIA: 180 dias a partir da assinatura, Campo Erê/SC, em 24/11/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Miguel Angelo Frey pela Contratada.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 064/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: ALDORI DE OLIVEIRA & CIA. LTDA - ME, CNPJ 16.929.685/0001-95. OBJETO: EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS DO BAIRRO PRIMAVERA”, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Projetos e anexos constantes da Tomada de Preços nº 08/2015, com recursos provenientes do Convenio nº 2015TR1869, firmado junto ao Governo do Estado de Santa Catarina. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1776/2015, Tomada de Preços nº 08/2015. VALOR: R\$ 94.435,83. DOTAÇÃO: 06.01-1092-44905191-2156-100 e 2157-131 – Obras em Andamento. VIGÊNCIA: 180 dias a partir da assinatura, Campo Erê/SC, em 24/11/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Aldori de Oliveira pela Contratada.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 330/2015

DECRETO Nº. 330/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 320,48m<sup>2</sup> (Trezentos e vinte metros e quarenta e oito décimos quadrados), procedido por JORGE LUIZ OSSAUFF DE SOUZA FILHO, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 32.864, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 08 com área de 250,48 m<sup>2</sup> e lote nº 31 com área de 70,00 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 1404, conforme requerimento protocolado sob nº. 7389/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 331/2015

DECRETO Nº. 331/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 971,46m<sup>2</sup> (Novecentos e setenta e um metros e quarenta e seis décimos quadrados), procedido por ADRIANA HAACK DE PAULA E JOÃO ORDILEI DE PAULA, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.003, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 31 com área de 509,47 m<sup>2</sup> e lote nº 32 com área de 461,99 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 1.298, conforme requerimento protocolado sob nº. 7933/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2015.

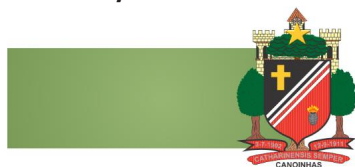
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 333/2015**

**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

**DECRETO Nº. 333/2015****“HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 07/SME/2015”**

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**HOMOLOGAR**

**Art. 1º** - Fica homologada a inscrição do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2016, no Edital nº 07/SME/2015, conforme relação dos candidatos em “anexo”.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2015.

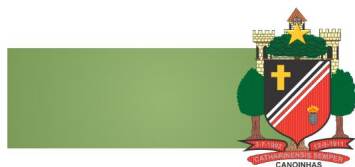
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

PROFESSOR DE ARTES		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
8	MARIA EDUARDA GUDAS	5859412
17	PATRICIA MARTINS PADILHA	4254802
39	TAIS VALEGURSKI AZEVEDO	5254493
183	ANGELA MARIA MAIORKI	1799268
196	JÉSSICA THAÍS SANTOS LIMA	5452898
233	ALLAN WILLIAM IANCOSKI	4156097
267	FABIOLA SCHIESSL DE OLIVEIRA	4156230
294	CAROLINE JUSTINO DE SOUZA	08721550040
309	CLAUDETE RODRIGUES GRAVI GONÇALVES	5.609.543
318	GISLAINE DE FÁTIMA KRIGINSKI	5859314
402	CARINE RODRIGUES FERREIRA MULLER	5609388
409	ANA MARTA FEGER	1794119
417	TALITA THAISE ARTNER	5036371
519	GIOVANA DA ROSA GEVIESKI	2 814945
533	CIRLEA MARIA BEGE	3.111277
610	JOANIR RODRIGO SILVA	5036151
639	JANAINA APARECIDA GODOY	5036847
691	SILVIA ELIANA LEITE SCHOLZ	3118759
696	ANDRÉIA KAUTZ	6048790
760	ELISANGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA	3753270
780	MARINA APARECIDA SCHPANSKI	5254916
795	EDIANE STREIT DE ALMEIDA	4967726

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



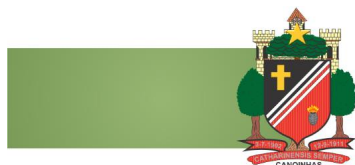
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

797	SIMONE DE FATIMA DE ALMEIDA FERREIRA	4455194
819	LUCIMARA ALVES MACHADO STUKOSKI	3113714
860	CINTIA SOKACHESKI DREHER	3956864
896	VIRLENE DE JESUS DOS SANTOS	3118567
910	DENISE KARPEN	3704619
935	ELIZANDRA CLAUDINEIA TELEGINSKI	4967258
1027	SOLANGE APARECIDA ZIEMANN	6547057
1041	MAIRON FELIPE PORTA	5609266
1057	CLEUNICE URBANEK CORDEIRO DE SOUZA	3117265
1074	SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN	3111469
1131	SILVIA T. MAGALHAES BUENO DE OLIVEIRA	3525645
1152	ADRIANA SCHUHMACHER	3525996
1326	PABLO TIAGO ZUCCO	4966016
1468	VIVIANE GUEDES DOS SANTOS NEPPEL	4242494
1491	JULIANE SCHEUER DRZEVIESKI	4966556
1540	FRANCIÉLI KUMINCK	5660710
1550	ANA CAROLINA RIBEIRO BATISTA	6953854
1576	CAINÃ GRESCZESCHEN	6.048.107
1606	SAMALIA IOLANDA BARCELOS KOSLOVSKI DE LARA	3874085
1726	ALINE MARCELA LOURENÇO	5.452.513-6
1751	DEBORA CRISTIANA RODRIGUES DA SILVA KRUGUER DE MATOS	5807666
1809	ADRIANO DE MATTOS CARDOSO MUNHOZ	49665529
1822	MIRELA GOGOLA	5452194
1885	MARIANE MORECHI MARCINICHEN	4.966.841

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1987	ANNIE CAROLINE MORANTT	5345150
2016	ESTEFANY MORANTT TERPAN	5979879
2020	TAMIRES DOS SANTOS PILATY	5924081
2086	ROSENILDA DE LIS	4.022981
2116	KATIA IANA RIBEIRO MARTINS	5699979
2146	GEISA IGLIKOWSKI HUNKA	3685546
2217	JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO	4871801
2226	MARIA SUELI ADAMSKI VOUK	5345136
2229	SONIA ADELIA WIESE PEREIRA	2814186
2240	LUANA PIRES DE LIMA	6110217
2270	LUIZA HELENA BRESOLIN DE SOUZA	4547904
2346	JULIANA JACK SIMÃO	5701885
2353	KELIN DE PAULA FARIAS	130805990

PEDAGOGO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
5	JIANE MARIA GELBEKE BERLANDE	5511146
9	VANIA MARIA WILLE DE SOUSA	3956123
16	JULIANA KRIGINSKI	5.496.898-4
21	ALEXANDRA APARECIDA DE CATRO	4871536
266	SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK	3.116.924
272	IDELCI KUIASKI SMEKATZ	3908205
286	LUCIANE SOARES WALTER	4.966345
305	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI	3.169.823

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

388	GISELLE DE ARAÚJO	4455701
461	ELIANE VALOMIN DURAU	7206488
474	MICHELE CRISTINA WOSIACK	4156113
512	VERA LUCIA RODRIGUES SOARES PIOTROWSKI	3110317
534	CIRLEA MARIA BEGE	3.111277
612	MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI	1795816
663	CRISTIANA ROMAO PEREIRA	4872222
758	MARIA ANGÉLICA BARBOSA	4769897
764	LUCIANA MALINOSKI ERHARDT	1798953
772	VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA	4073332
799	CLÁUDIA BOLZAN	1.913.558
803	NEUSELI POKRYVIECKI WALDMANN	1798158
826	LUCIANE MARA CORREA MACHADO	1.790.002-6
868	JULIANO WOICHIKOSKY	1091321
916	GIOVANNA CRISTINA RICKOWSKI	6664445
983	ROSECLER WENTLAND ERZINGER	4928722
997	LIZETE DIDEK	4522345
1006	LILIANE TELEGINSKI	5660292
1022	EDEVANE VOINARSKI	110253370
1025	FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALEKI	54477700
1050	ELIANE DE FÁTIMA BURDZIACK CARVALHO DO PRADO	3.874.155
1058	CLAUDIA REGINA DE LIMA OSTROVSKI	4156187
1101	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	3525562
1103	MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSÁRIO	2813774

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



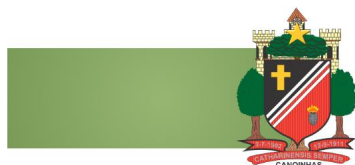
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1208	ANGELA MARIA IACHITZKI	5432219
1234	MARIEL HORSKY	3753503
1307	ALINE BÁRBARA VANIN	4.455657
1404	ADRIANE CLAUDIA MARCIA BARTNICK DE CARVALHO	2318820
1461	KARINA DE FATIMA GOMES	5588613
1476	PAOLA TREVISANI	4966426
1484	LUCI APARECIDA PANFIL	2738591
1487	LUCIANE URBANEK	5699706
1542	SOLANGE GRUBER MULLER DA SILVA	1797292
1700	ROSANE TOMCZYK	4046023
1775	CARINE GRACIELA DA SILVA	4966692
1821	ROBERTO HENNING	1795224
1839	ANA CLEIA TOKARSKI	3116266
1917	KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES NAISER	3814818
2151	ANGELA CARLOS	3661264
2177	IZOLDE VÂNIA DESIREE BARTNICK DE CARVALHO DE SOUZA SANTOS	8.100.815-9
2252	JUCIMARA SCHIESSL	5037495
2287	SUELEN APARECIDA WRUBLEVSKI	5345576

ORIENTADOR EDUCACIONAL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
153	ALISSON ARAMIS NEVES SCHOLZE	6110181
281	FERNANDA DE ALBUQUERQUE FERREIRA	54526167
290	LUIZ RODRIGO WAGNER	5886106

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

377	VANESSA PORTELA DA LUZ	4522348
405	PAULINE DA SILVEIRA DE LIMA	6110396
526	VALDETE SEMENTKOWSKI	3568414
673	MARIA TATIANE KOGE NOGATH	5886814
688	JÉSSICA APARECIDA HERBST	5.609761
702	ANGELA MARIA PONTAROLO HACKER	3568003
986	DEISE MARA MARTINS	4687666
1262	FRANCIS DE FÁTIMA BECKER	5254637
1457	SONIA DE JESUS BRAGA SAUER	0535836544
1470	GISLAINE LEITE SIEMS	5254565
1477	RITA DE CÁSSIA POSSAMAI GOMES DO VALLE	1195157
1496	CARLA CAVALHEIRO	4439709
1584	MARION GONÇALVES PADILHA PEREIRA	3116320
1600	JULIANA PIRES DE OLIVEIRA	56119019
1832	LOURECI DE FATIMA FUCK	1099559
2157	VILCE PAUL RODRIGUES BORGES	1 792 309
2170	CARMEN LUCIA DE BRITO KUMINEK	2735245
2250	JEAN CARLOS ABUDA SCHIMIDT	6110081

ADMINISTRADOR ESCOLAR		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
72	GIOVANE SCHULTZ PADILHA	5345167
79	FABIANE EMANUELE DO PRADO	4967344
115	IGOMAR NESPOLO	18762085

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

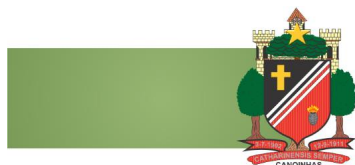
117	ELENICE APARECIDA KARVAT	1794532
224	ZENILDA DE LIMA	2737067
713	PATRICK TOBIAS BADAZ	5660283
1173	EMERSON GRANEMANN BONIN JUNIOR	5963222
1572	WISON DA SILVEIRA	5699812
1632	LILIAN HELOISA MIERS DA SILVA	5924655
1636	BRAYAN ANSELMO DA CRUZ	6110362
1643	MARIANA MOREIRA BECKERT	77465804
1694	SIMONE ALMEIDA DOS SANTOS WRUBLEVSKI	4455985
1697	PATRICIA STANSKI	10851484
1886	ALEX DOS ANJOS	6109314
2065	PRISCILA GOBBATO	50128230
2237	TATIANE MÜLLER	5792103
2289	ANDRIELLY LILLYAN SALVADOR	5376559
2290	JENIFER SCHROEDER	5701884
2312	INÊS SIMONE CAVALET RIBAS	1792705
2334	TATIANE BIRING ASCHIDAMINI	10408661-6
2344	JUSSARA DE OLIVEIRA	6442360

MONITOR EDUCAÇÃO INFANTIL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
1	KETLIN DA SILVA MIJESKI	5345720
7	KEROLAY KARPAVICIUS TORQUATO	6.109.275
13	MARINEUSA SOARES	3.568.750

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



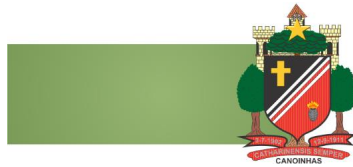


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

15	ANGELA DE OLIVEIRA	5727620
20	JAQUELINE JONKO	5496955
22	JUCIANE ZELLA AYRES	3.568.837
26	TALITA RAIANE DOS SANTOS SCHELBAUER	7281650
29	DAVID JOSÉ DA SILVA BORGES	95130372
30	FERNANDA DE ALBUQUERQUE FERREIRA	54526167
31	BRUNA MARIA DIAS FERREIRA	5588412
35	ELIANE DE GUADALUPE VAZ	80950845
36	JOCYLAINÉ JUBANSKI	6.168.841
37	CAROLINE NEVES	4769622
38	SUÉLEN DE JESUS PADILHA	5.036.063
42	VERA LÚCIA ARANTES MASSANEIRO	3956785
43	GILIAM MIRELE TODT POSONSKI	5886323
44	LETICIA MAGALHÃES	5701578
49	MAYARA GRACIANO VAZ	5496240
51	JAQUELINE ANDREA PACHECO DE MIRANDA LIMA	5254070
53	ANDREA LESNOSKI PORTA	4871016
55	JOSIANE CRISTINA VOITICOVSKI DA SILVEIRA	8.804.008-2
58	JOICE FIDENCIO DA COSTA GUZINSKI	6110230
59	KARIN SARAH BAUKART	5660362
60	ALESSANDRA MARIA PADILHA	5699971
62	ANA PAULA DAGA	5.699.274
69	MICHELLE APARECIDA LINO DE LIMA NOCKO	3116658
70	LUCILEIDE DE FATIMA ALEXANDRE LADANEVSKI	3525741

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

77	ROMULO ANDRE FERREIRA DOS SANTOS	5.452.483-0
83	MISAEI CARLOS DETRO	5609314
85	CAMILA APARECIDA SCHWITZKI PINTO	5.859.581
89	ANA PAULA GONÇALVES	6613735
90	JOCELI DE FATIMA ALVES DA ROCHA SUCHARA	3.111.556-0
91	HELICA FABIANA DEMBINSKI	6048774
100	CAROLINE HAUERBACH	5924680
103	SCHEILA MARIA CORDEIRO	6442650
107	CRISTIANE DE LIMA	5588121
109	ANA CAROLINE MEDEIROS FRANCO	6049171
120	SABRINA APARECIDA NOGUEIRA DE MATOS	6.109.671
125	ANDRIELLE CAETANO	6048509
126	FRANSUELI FERNANDA ULTHES	6109724
129	BRUNA DE BARROS	7.004.631
130	CÍNTIA LOHSE	54527260
143	CAROLAINE ROSA DE LIMA	6.782.412
145	VALDIRENE FRANTIESKA ROCHA	4.917.647-1
146	MARLI SCHRODI CAETANO	9°C3.115.265
160	CRISTIANE MASSANEIRO	4254264
181	KARINE HAUERBACH	5924681
197	ANDRESSA DE OLIVEIRA MARTINS	5432372
200	SIDNEI SCHVEICZVSKI PEREIRA	4156306
202	CRISTINA RODRIGUES PIRES PEREIRA	4967185
207	CLEDIANE APARECIDA RODRIGUES TAVARES	4254571

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

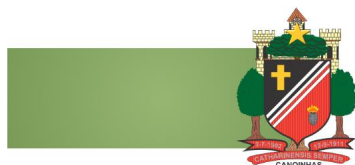


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

209	MARCIA REGINA CONCEIÇÃO VICENTE	2.738.046
211	DEBIANE VOLOCHEN PELEGRINO	10.699.778-0
236	JESSICA GERALDO ROSA	5701376
239	DANIELE DE ALMEIDA MUDRI	5254413
241	SILVANA DE FATIMA PEREIRA MIRANDA	4.966.033
256	SIRLENE RODRIGUES COLAÇO PINTO	5254955
274	RAFAELLI APARECIDA GELINSKI	6638019
279	RENILDA MAZUREK	3661427
288	PAULA TAINÉ BILESKE	5105038151
293	KARINE ELIZA NEPOMUCENO	5254177
300	DEISY CRUZ	4439198
301	JESSICA MONTEIRO	6109264
302	ANDREA SOARES FRAGOSO	5036313
303	MIRIAN ELISA LIMA DA SILVA	4967982
304	ROSALINA NEVES CORDEIRO DOS SANTOS	4455011
313	FRANCIELLE HENEQUIM MROSKOWSKI	87443825
316	KELLY PEREIRA	6801546
317	GISLAINE APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS	52824071
328	NEUSA WITT	1.196.155
330	LUCIMARI MEDEIROS DO NASCIMENTO	4046931
331	JAQUELINE LARISSA CRESTANI	6110177
333	ZILDA DE QUADROS	1799971
336	ELIETE NERES DR MEIRA BARBOSA	6.737.102
346	THAIS MOREIRA DE LIMA	5036799

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

351	ELENICE RIBEIRO DA SILVA KLOSS	3.874.516
357	DAIANE FRANCIWE WENDT	4522901
367	CARLA APARECIDA GOMES	5588689
370	CARINE CORREA	5660842
373	SANDY SILVEIRA CLAZER	10588988-7
374	ANDRESSA RIBEIRO BURZI	6109259
375	ELAINE SCHIESSL DE LIMA	4966179
386	VANESSA PORTELA DA LUZ	4522348
391	LARISSA SANTOS LIMA	6110330
397	MARI NOVAKOWSKI DA SILVA	132041660
401	VANIA PORTELA DA LUZ	6110769
404	JOSUEL KELCZESKI	6405302
406	ROSICLER DE FATIMA NOWACKI	3956158
410	JAQUELINE SOARES BOENO DE SOUZA	6701091
413	LUCIVANI LEMES VELOSO	5924819
414	NAYNE DOS SANTOS MONTEIRO	5886813
415	PATRICIA PIOTROWSKI PEREIRA	5859379
421	ANDRESSA CAVALHEIRO	5859959
425	ALESSANDRA SEMPEKOVSKI	6110735
426	MILENA APARECIDA CASTRO	5609662
435	MARINEIA APARECIDA VIEIRA DE LIMA ALEGRI	3.113.677
447	LARISSA JAMILE MAGALHAES	6919927
448	ALINE DRANKA OLESCOVICZ	5609813
451	SABRINA DE OLIVEIRA FERREIRA	5.259.830-6

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



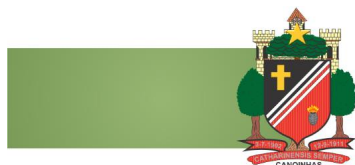
**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

456	JUCIMARA APARECIDA FERREIRA	6313007
462	LUZIA FRANCIANE FLORES NUNES	4 522900
467	ANA CAROLINA DO NASCIMENTO	5.699.567
469	TATIANE MUNIZ CORNELSEN MADL GONZALEZ	4455431
479	JOCILENE PRESTES	6699042
484	GISLAINE DE ARAUJO BUENO DE OLIVEIRA	4455702
486	LIZANDRA VANESSA LOPES ANDREKOVSKI	5701982
490	MAYARA LUIZA STRAUBE	5588812
494	FRANCIELE BONETE DE SOUZA CAMPINAS	5924157
499	MARIA DE LOURDES ALVES DOS SANTOS	3357469
501	BARBARA DUMKE	5.924.853
502	REGIANE APARECIDA RODRIGUES	3847459
509	CRISTIANE RISKE RODRIGUES	4254143
515	MILENA FUCK	5.609.939
524	YARA LEONOR BOJARSKI	605787
532	VILMA APARECIDA CORDEIRO BENTO MARIA	2735617
541	ELIANE APARECIDA RUCHINSKI DOS SANTOS	3.448.173
544	JESSICA CRISTINA GUDAS NUNES	6442753
550	CASSIA SOKACHESKI	6792671
554	DANIELI CHAGAS	4158690
559	KARINA BANACZEK DE LIMA	5.452.139-4
562	TATIANE CRISTINA CONCEIÇÃO SCHMIDT	4522669
563	ROSEMARI DA SILVA DE PAULA E SILVA	2813725
565	JOSIANE MARISE DA SILVA	4769759

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

566	MARIA DE LOURDES DA CRUS LOIKA	3.118.190
568	CAMILA HACKER	4206852
580	CATARINE RUDNIK	5.924.301
584	LUCIANE BOSSE SERINI WOEHL	4071985
587	GREICE ILONE LEITHOLD PORTES	6630296
588	RAQUEL GRACIA DE ALMEIDA	5807133
591	GÉDSON ROGÉRIO VICENTE	5660256
593	ANDRIELI APARECIDA WARDENSKI	5886100
594	JANAÍNA TACHEVSKI	4.721
599	FRANCIELE LEITHOLD PORTES	6630296
601	CAMILA JUSTINO DE SOUZA	54962285
613	ANGELICA NIEZELSKI	5660706
619	LUCIMARA APARECIDA FIGUEIREDO DE SOUZA GONÇALVES	3956625
621	ESTER MARIANE DA CRUZ	6797433
622	ZILMA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	2737528
625	JULIANA CRISTINA GODOY	5.196.665
627	TATIANA THEODOROVITZ	6110021
630	BRUNA MEDEIROS CARVALHO	5859065
635	ROSELI GORETE DA SILVA	3704765
636	ANTONIO MARCOS NUNES CORDEIRO	5609583
640	SABRINA APARECIDA HUDZINSKI	4522191'
641	JAINE RECK	6442167
646	MARISTELA CIPRIANI NIEDZIELSKI	4967374
647	MARIA EDUARDA FERREIRA DA SILVA	6749755

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

649	MAIARA RODRIGUES	7145169
653	ALINE APARECIDA GONÇALVES	6048488
659	AMANDA SOARES DOS SANTOS	6695311
660	VILMA SCHULKA	3.117.237
671	BRUNA REGINA RODRIGUES DUARTE	5.701.790
674	FRANCIELE OLIVEIRA	5807088
679	MARCELA TAVARES DE CAMARGO	89981980
680	ANTONIO MARCOS KURUTZ	9ªC 3118036
683	JOICE APARECIDA CORDEIRO	5609321
686	JORACI CORREA DE SIQUEIRA	1191417
689	TAINA LOPES DE MATOS	4.769.231
690	LUCAS MATEUS PIRES DE LIMA	5807353
694	SEBASTIAO MARCELO KURUTZ	4966758
705	BERNADETE CRISTINA FERREIRA CHAGAS TABORDA	3.111.532
706	PATRICIA ALINE DA MAIA	5859532
727	JAINE APARECIDA PALTRONIERI	6109840
730	ELISANGELA DURAU	5254526
732	JANAINE APARECIDA JURASZCK	4967771
738	ALEXANDRA OSTROSKI	4966088
746	ANELIZE DE FATIMA MARTINS	54962889
748	IVANESSA ROSA	5254764
759	JÉSSICA BARBOZA PACHECO	5496963
765	JOSIANE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA	4242607
769	MARELI LEITE	1795035

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

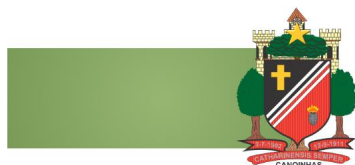


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

788	JOICE GONÇALVES DOS SANTOS	6834305
805	ROSELI DE FATIMA KRIGINSKI CASTRO	2315,802
807	JIANE MARIA GELBEKE BERLANDE	5511146
812	ALINE MOREIRA	5.699.189
823	JUCILÉIA CARLOS	3114170
824	DANIELA TODT	5.859.119
831	PÂMELA REGINA GROSSKOPF	5660583
837	DAINE MICHELE BITTENCOURT PEREIRA	5588710
848	ROSA MARIA TINFEL PIECHONTKOSKI	3111371
858	SIMONE DA APARECIDA GAVRONKI CAVALHEIRO	101293998
866	GISELE IETKA RIBEIRO	6442359
879	JÉSSICA MUNIQUE CARVALHO DO PRADO	6881223
880	JUCÉLIA APARECIDA CORDEIRO DE LIMA PRESTES	3661228
885	ANGELA MARIA FERREIRA DE BARROS FUCK	4871394
886	SOLANGE APARECIDA DE SOUZA PRESTES	3874495
892	GILAINE DE MIRANDA	6.109.929
899	ANA AMÉLIA KARPEN	4254150
912	FRANCIELE BUSKO	6252873
914	TUANA MILENA CORREA	5701875
917	JANAIR TEIXEIRA SPINELLI	2812923
919	ANA CLAUDIA APARECIDA KONDRAS FERREIRA	6744209
925	ELISA APARECIDA CORDEIRO HAUBRIGHT	5609595
931	JANAINA ORTIZ DOS SANTOS	5699209
932	VIRIDIANA DOS SANTOS	3704741

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

936	ELIZANDRA CLAUDINEIA TELEGINSKI	4967258
939	DAIANE MELO DE ARAUJO	5660458
941	DIORACI FRANCICA GREIN GONÇALVES	915006
945	FRANCIELLE SCHMITK GASPERIN	5731882
948	LUANA MICHELS	7032701
949	ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS	4254404
955	TANIA MARA MALACOSKI	5807955
964	ALESSANDRA APARECIDA BIGAS	5660104
967	CLEONICE PETERS	48101192
975	FABIANE RUCHINSKI	5254041
977	PATRICIA FERNANDES	5374517
992	TATIANE FERREIRA DOSSANTOS	5609304
993	JOCIANE HELENA LECIN	3.874.396
996	JESSICA MONTEIRO	54961882
999	ANA KARINA VIEIRA DE LIMA	5701807
1009	INES ALICE CZOUPYNSKI PEREIRA	2813955
1012	NAUDIEMI RIBEIRO DE MELO	6109695
1015	TATIANE ZIENTARA DE LIMA	5254296
1018	VIVIANE MACHADO	4439347
1021	SCHEILA ZIENTARA	5660882
1031	SUZANE LORENÇO DA SILVA	5.859.218
1038	JEAN EDUARDO RODRIGUES	6110514
1043	LUCIANA OLSEN PACHECO DE MIRANDA	4966271
1047	ANDRIELY THAIS NEPOMUCENO PINTO	6442414

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



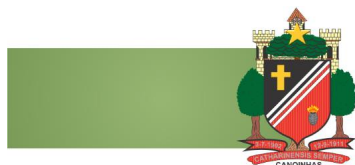
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1070	JAQUELINE RECK PRUS	5.609.550
1072	KEILA DE SOUZA STEILEIN	5345561
1075	SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN	3111469
1076	MAGALI LUBKE PAZDA	4242124
1081	MICHELE KARVAT	5859972
1082	SEBASTIANA MOREIRA	4871653
1088	MICHELE CALIXTO	4388574
1091	ELIANE KUCKICK	5374440
1096	PALOMA BUENO CARDOZO GRESCHEN	5609126
1097	EDUARDA DE OLIVEIRA GARCIA	5859437'
1100	SÔNIA MARIA GREIN	1794198
1115	MARIELEN CRISTINA WYPYCK	5588583
1118	FRANCIELI FERREIRA JANKOWSKI	5886388
1121	SCHARLIZE DE MOURA NASCIMENTO	5924317
1124	ALEXANDRA MENDES	3704821
1127	FRANCIELE GROSSKOPF	4967137
1130	SILVIA T. MAGALHAES BUENO DE OLIVEIRA	3525645
1132	CASSIANE ALVES RIBEIRO DE LIMA	5807024
1135	ADRIELI LUANA GROSSKLAUS	6628847
1139	ARACELI FARIAS ROSA OLISKOWISKI	5699272
1147	GEANNE PAULA GATSCHER	511974843
1148	JOSÉ MOACIR DA SILVA LIMA	1.456.994
1165	LUCIANA BUSKO	4433292
1169	SILVANE ALVES DOS SANTOS	5254632

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1175	ANA CAMILA MACHADO	5701069
1185	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	4480747
1186	ROZARIA BRANDENBURG MAIA	3114255
1190	ALINE MARISA BAZZANELLA	4966202
1197	ROSANE APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	5588699
1198	RAFAELA SILVEIRA PADILHA BONETTE	5254987
1207	JULIANA CATARINA DOS SANTOS	5496938
1211	ANGÉLICA CRISTINA VILLALOBOS	5778756
1224	JOSIELE MAIARA DA SILVEIRA	5609773
1225	VANESSA WALDMANN	6.442.240
1226	ROSANE APARECIDA LOPES DE MEDEIROS CORREA	4455777
1232	ANDRESSA CAROLINE PEREIRA	6109089
1240	ELAINE APARECIDA PADILHA VAZ	5460768
1249	DILVANA APARECIDA ZIEMANN BEYERSDORFF	2812214
1257	HAYRA HAYANE PUTTKAMMER	5859557
1269	CRISTIANE DE BARROS HACK	4967945
1273	DEBORA COLAÇO GUDAS	5701896
1278	LEONI NOGUEIRA	4769629
1281	DAIANE SUELEN DE PAULA	5979981
1284	DANIELE VOREL	5196926
1285	SIRLEI APARECIDA DE BARROS MELLO	3119880
1287	ANELISE JASCUF EMIDIO	5609637
1322	CAMILA ALCINDA DA SILVEIRA	588168
1335	CAROLINA DOS SANTOS MACHADO	5924080

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

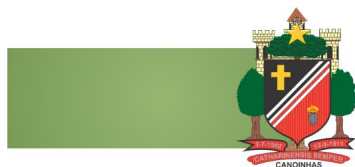


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1336	VALDEMIRO MARTINS JUNIOR	5345526
1338	ALINE CRISTINE ADUR DE OLIVEIRA	4073150
1340	PAMELA MARIA MAIA DIAS	7080559
1341	VALESKA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	6547001
1362	TATIANE DA SILVA	5859006
1364	GISLAINE ANTUNES DE LIMA	7770653
1367	DANIELE CRISTINA THOMASZECKI FELIPE	6626296
1371	ELAINE MARIA DE ALMEIDA	4967216
1377	MARILAINE DE ALMEIDA	4967217
1379	CACIA LITZKOSKI	3770959
1385	THUANY CRISTINE BORGES DE SOUZA	7067060
1405	NATASCHA DA SILVEIRA	7147079
1409	LEONI BARBOZA VIEIRA CHAGAS	2814750
1412	SILMARA REGINA KARVAT ARTNER	4455681
1414	RENATA CRISTIANE HATSCHBACH	5699926
1420	POLYANA DE PAULA CORDEIRO	4966975
1428	FERNADA LEITE	5699624
1429	ELISANGELA SCREPEC IZIDIO	4.254.319
1439	JULIANA DE FÁTIMA DA SILVA SCHULKA	4769056
1451	ANDRESSA COLAÇO DA SILVEIRA FERREIRA	5.345.871
1455	JULIANI DE FATIMA SCHIPITOSKI	5609078
1460	JOSÉLI DE FÁTIMA POPOVITZ	4254612
1465	KELI MARIANI FLORIANO	2918934
1471	GISLAINE LEITE SIEMS	5254565

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

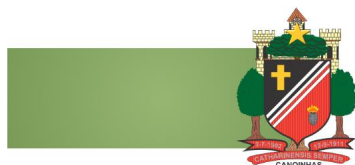


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1480	LUANA MASSANEIRO DOBRYCHTOP	5609991
1482	ROSANGELA MARIA SCHIESSL	1197452
1492	JULIANE SCHEUER DRZEVIESKI	4966556
1493	ELISANDRA ALVES DO PRADO DE LIMA	5.701.001
1501	ORLANDO NOGATZ	1796584
1504	ANA PAULA DOBRIKLOPE	5.609.943
1508	INDIANARA JANCOVSKI FURST	5859616
1513	AMANDA PRADO	5886414
1518	LUCIANE DE JESUS FERNANDES FERREIRA	4439937
1522	TATIANE DE FATIMA BEZERRA ALVES LOURENCO	6109934
1523	PATRÍCIA BRANDL PORTA	5609264
1524	ELIANE DE SOUZA	5.345.261
1525	SILVETE ENGEL BAUKAT	3874126
1528	SIOMARA APARECIDA FERNANDES DEMÉTRIO	5037440
1530	TATIANE BORGES	26250
1533	IDAIR DE FÁTIMA DOS SANTOS	3661227
1537	GISELE GONÇALVES PADILHA	30514
1546	ANA CAROLINA RIBEIRO BATISTA	6953854
1557	MARCIA APARECIDA GONCALVES	3113131
1567	DANIELE APARECIDA FERREIRA	4.871.504
1569	ANA MARIA GONÇALVES	4254055
1579	MARCELA DE PAULA PADILHA	4966502
1580	SUELIN MARIA AUGUSTINHO	4046382
1585	BRUNA NEUMANN	5.859.084

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1591	CRISTIANE MARIA REZENDE	6.834.375
1592	MONICA DAIANE PRUST	5660427
1598	BRUNA LETÍCIA FINTA	6.814.719
1603	ADELAIDE SCHIMITBERGER CORRÊA	3.704.100
1607	VILMASCHIESSL	3568291
1608	KELIN LISLAINE GLUCZKOWSKI	6660679
1618	ELIZANDRA NOGATH	6667179
1621	MARIA EDUARDA FIGURA PEREIRA DE SOUSA	6110295
1623	DAIANE DE FARIAS ROSA	6792014
1625	JUCÉLIA MASCHIO	3149388
1626	MARCIA JANE WUNSCH MATHIAS	3.111.433
1627	CATIA DA ROCHA	7239233
1634	JESSICA MARA DOS PASSOS TAVARES	6103613
1642	MARIANA MOREIRA BECKERT	77465804
1653	SONIA MARIA GROSSKOPF	3.704.452
1664	SIOMARA ALVES CASTRO	3169034
1669	IRIELY DA CRUZ	4093787
1671	ELISABETE LEANDRO DE SOUZA	5807977
1678	CACILDA WARDENSKI DE FREITAS	3661506
1685	ANA ANDRIELI DO PRADO PORTELLA PEREIRA	5886921
1691	MARIA LUCIA PEREIRA BONFIM	3.874.998
1703	MALENA CRISTINA VILICZINSKI DE AGUIAR	5.807.155
1707	LENI BASILIO PIECHONTCOSKI	2739180
1709	LEZIANE DE FATIMA SCHIESSL	5979068

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



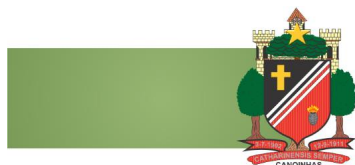
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1712	MIRIAM ARAUJO DA SILVA ALMEIDA	4455758
1714	FLÁVIA CRISTINA DE LIMA	5588538
1723	ANDRESA FERREIRA	5924770
1725	MARIA ROSÂNGELA TEMCHESZEN PENSIN	2.319.955
1727	LUZIA GULKA PANKIO	4916652
1729	JOSÉLIS LAATSCH DA SILVA	4966028
1737	ANGELA CRISTINA DOLLA GONCALVES PADILHA	3117618
1738	KETLIN RODRIGUES DA SILVA BATISTA	5701515
1740	RUTY LIMA DOS SANTOS	5859156
1761	SCHEILA DA SILVA	5.660.012
1766	JULIANA SCHIESSL	5699807
1767	FLAVIA STUSKI SCHICOLSKI	5609989
1769	JULIA RENATA KOSMALA POGOGELSKI	6110290
1772	MARIA DE JESUS ROCHA CORDEIRO	4522096
1777	SIMONE DE FATIMA HENING SCHICOLSKI	5036170
1779	CHAIANE VIEIRA FERRAZ	5254492
1782	JOSIELE SCHEPANSKI	5660846
1784	ROSICLER BEREZANISKI	4871332
1785	SIMONE SCHROEDER LEITE	4242069
1787	ROSANGELA DO PRADO DAMBROSKI	3525917
1798	ROSANE APARECIDA DE CASTRO	5699426
1804	ELIANE PAULO	59247596
1805	LUCILDA KONDRAS GREIN	2811174
1806	ALINE MULLER	5660657

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1815	JULIANA APARECIDA SOARES	5036796
1816	ALINE TELEGINSKI	5807984
1830	ANA CLEA FERNANDA GERALDO	5036858
1837	CAROLINE BECHEL	6930789
1848	JOSILENE VAZ	5254275
1853	CAMILA BOMFIM	6774458
1857	KATIUSCIA TANAKA	4966015
1859	MAIRA VIRGINIA GRACIANO VAZ CASTILHO	3113666
1861	EDILAINE DA SILVA MORAIS	124305080
1873	MONITOR INFANTIL	5.609.328
1877	FERNANDA BAPTISTA MOREIRA VOIGT	4.966.970
1880	GISLAINE GARRETT PAZDA	5609544
1884	LUCIANA APARECIDA OLIVEIRA DELLER	6.660.625
1888	KELLY SAMPAIO	6109750
1890	ANGELICA CRISTINA VILLALOBOS	5778756
1898	NILSA CORREIA DE SIQUEIRASCHWITZKI	2739227
1900	SILVANIRA CORDEIRO DE OLIVEIRA	3118218
1904	LUCY BEATRIZ SUCHEK	1093266
1905	JULIANA RIBEIRO	6048437
1911	MARIA APARECIDA PRUSSAKI	3525348
1912	SIMONE APARECIDA CARLOS KONDRAS	2.204.723
1918	BRUNA SANDINARA VIPICH	6628844
1921	PAULA HELOISA OLESKOVICZ	5452032
1929	EDENÉIA MARCIA CHUDZINSKI KASCHUK	4871773

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1931	INGRID HELENA SCHULKA	6536933
1933	LEANDRO STOCLOSKA QUILANTE	5196817
1950	JESSICA ARANTES MASSANEIRO	6442459
1953	JAINÉ TURECK	107822097
1957	SIRLETE DIAS MACHADO	5432870
1958	JAQUELINE MEYER	6109645
1959	LUCILENE DE CASSIA MARTINS ABUQUERQUE	5.609.300
1964	SIMONE APARECIDA FERREIRA CHAVES	5432029
1965	FABRICIO PEREIRA NUNES	6048031
1966	JESSICA FERREIRA DE SOUZA	6110405
1971	CATARINA DAS GRAÇAS CICHOWSKI	5036081
1975	ALINE DE FATIMA CARLOS DE CASTRO	5859116
1976	JOSIANE DE FAITA DRANCA	4967905
1978	TEREZINHA ANTUNES DE OLIVEIRA	2.736840
1985	ROSELIS APARECIDA CARVALHO	4046346
1986	GRAZIELE GISELE BATISTA LOPES	5660831
1990	GISELENE APARECIDA LORENA	5699162
1996	VIVIANE DOS SANTOS	5701632
1998	JOSIANE MARILZA CORREA	5701458
1999	ALINE OSTROSKI	5886999
2002	SABRINA OTTOMAYER PIMENTA	5 018 061
2005	JOCEMARI TORQUATO VESOLOVSKI	3114245
2006	ROSANGELA HANEMANN	3753881
2009	ANGELICA FERREIRA	5924780

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

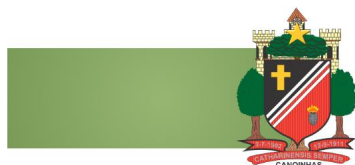


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

2010	MAUREN LAVINA GODOY	4120093
2011	TATIANE APARECIDA VIEIRA	5609820
2013	ROSANGELA LOPES SOARES	23118466
2018	NATANA MARA BUENO DA ROCHA	5701868
2022	MARIA CRISTIANE BONETI	6.92.455
2023	ADRIANA BORGES DA SILVA	54528348
2024	MARTA DE CAMARGO TEODORO SIDORAK	4522198
2026	SANDRA GONÇALVES PALHANO DOS SANTOS	2737250
2033	JOSIANE SIMÕES DA CRUZ LUBKE	4522217
2047	RENATA LEMOS DE JESUS	6405014
2056	SILVANE IRENE DE PAULA	2810141
2060	ELINES KUCHLER MENDES	4769047
2064	JAINE MARIA ALVES WEKLAK	5888944
2067	CARLA REGINA SCHULTZ	4769247
2069	ANA CLAUDIA GORCHINSKI GONTAREK	5432960
2070	ANA MARIA DOMINGOS PINTO MAIA	4156820
2072	JOSIANE CAETANO DA SILVA MATIOSKI	3874859
2078	LETÍCIA ROCHA SELEME	4522647
2082	ROSANE APARECIDA DA SILVA CHAGAS	2814354-0
2083	MARLENE APARECIDA DA SILVA AUERBACH	3118247
2084	ANA PAULA RIBEIRO	5701905
2098	KAISA RAUEN BEDRITCHUK	6660743
2099	GEOVANA ROBERTA KOSMALA	6110288
2107	MAGDIELE SOARES DOS SANTOS	8243423-2

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2109	FERNANDA DURAU	5859635
2110	PRISCILA EMANUELA TAVARES	4966545
2117	KELI SCHERMACH	5.701.997
2119	MARLI DE CAMARGO	4.439.230
2121	AMANDA MARIA CHAGAS	6872872
2127	JAQUELINE GONÇALVES DA ROCHA	5609575
2134	LINDAMAR DE OLIVEIRA DIAS	3525640
2140	JACIRA DA SILVEIRA	2585150
2155	MAIARA DA SILVA RIBEIRO	6442261
2156	KARINA CORREA DE SIQUEIRA	5609146
2164	EMERSON CESAR KUMINEK	2317140
2169	LUANA TREMEL BUZZI	5859133
2184	CRISTIANO BORGES FERREIRA	4073929
2185	ROSANE COSTA DOS SANTOS	387
2186	KELI IVANIA ARNOLD	5.660-634
2194	SOLANGE MARA HACKER PIOTROWSKI	1457589
2197	ANDRESSA MAZUR	7.572.593-0
2198	VALMOR GARCIA DE LIMA ALVES	412552152
2201	GRACIELE SCHELBAUER	4.961.953
2208	MAIARA SOARES FRAGOSO	6048601
2212	PATRICIA ANDRIELI CHAMPOWSKI	5807089
2215	LUCIMARA SCHROEDER	5979382
2222	PATRICIA ALINE MASSANEIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA	6861574
2224	ARIELE ANTUNES	5924691

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

2225	JAQUELINE BATISTA MOREIRA	54529417
2235	ROSANE APARECIDA CHAVES	0693001-8
2241	VALDECI DE ROSA KATH	1459703
2254	EURICO MATEUS PADIA	7.572.312-1
2263	JOSIANE PINTO	5345963
2269	ELISANGELA LEFFER FRANÇA	3661754
2275	BRUNA CAROLINA GÓES	6547240
2277	MARILSA LANGER	2737405
2281	ANDRIELE HELOUIZE FRANCISCO	6048491
2285	LILIANE DZIADO	5354468
2286	MARILIA FABIANE RIBEIRO	5432688
2291	GILSON VALDECIR WENDT	5.924.522
2298	CLAUDIA GRUBER	5924654
2300	JENIFER SCHROEDER	5701884
2301	ELISANDRA TERESA LORENTZ	5.373.997-3
2302	ADENILSON BREY	5660890
2303	RICARDO OLSEN RODRIGUES	5196079
2307	OLI TEREZINHA FRANCISCO DOS ANJOS	2313661
2313	ADRIELLY NIEDZIELSKI GOMES DO VALE	5.588.359
2314	TALITA HELEN DE MEIRA COLAÇO	5886328
2319	POLIANA BROZOSKI	6109491
2322	SANDRA APARECIDA DE CASTRO DE ANDRADE	2312186
2328	ELIANA SOARES DE SOUZA	5807575
2330	SIMONE NEUBURGER LANGER	3114886

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

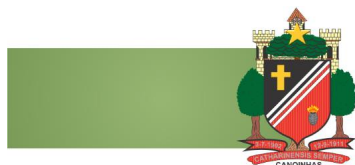
2332	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS	4073410
2337	ELIANA DE LIMA CHAGAS	5196606
2345	MARINILDA RUDNIK	81805385
2348	HADASSA MARCONDES AIRES ALVES	455008115
2354	MILENA KARINE KATH	6442047

MONITOR EDUCAÇÃO ESPECIAL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
10	FABIOLA MARCIANE MARCHINHAKI	5859508
12	MARILI PEREIRA DE MATOS	4967018
18	KELLY JAQUELINE SOBRINHO	4966034
19	GISLAINE FERREIRA GONÇALVES	6109417
32	JUSIMARA DA SILVEIRA	4455515
33	CAMILE BOJARSKI AGUIAR	4046404
34	VINICIOS TIAGO MEDEIROS	54525527
40	ELIZABETH CORDEIRO BERNARDES	4872701
47	FÁBIA MASSANEIRO ERZINGER	654342
50	ADRIANE JACK MOISSA	3.722.128
52	SILVANA DE FATIMA PEREIRA MIRANDA	4.966.033
54	PATRICIA GISELI ANTON	5496227
73	CARLA APARECIDA GOMES	5588689
74	AMABILE CAROLINE KRULL CALADO	5979868
87	AMANDA CORREIA DE FREITAS	5924219
113	ANDRESSA CAROLINE PORTES	5859041

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

127	BRUNA DE BARROS	7.004.631
136	TAÍS DA CRUZ SOARES	5609861
140	TAMIRES QUERINO DE LIMA	5.496.511-0
142	PAOLA MONIQUE TALLEVI	110520506
156	ANDRIELE PADILHA DEMIKOVSKI	6858111
172	MARILEI DE MELLO BELINSKI	5254635
174	IRENE JASCUF EMIDIO	780671
178	DANIELA LEANDRO	4966710
185	JUSSARA ALVES DAVID	4966260
210	JURACI GRITENS DOS SANTOS	4242639
219	SAMUEL FERNANDES VIDAL	108513071
242	MICHELE DAIANA PEREIRA	22R4966938
246	LUCIANO EICHINGER	5660932
260	DAVID JOSÉ DA SILVA BORGES	95130372
269	ANTONIO VALDERI LEITE	4455465
306	TAIS BILINSKI	6865308
311	CLAUDETE RODRIGUES GRAVI GONÇALVES	5.609.543
326	JULIANA DE LIZ SAMPAIO	5036426
364	DANIEL DE LIMA BROZOSKI	5979242
366	CAMILA MARQUES DOS ANJOS	6644088
371	JOSIELE CASTRO	5588018-5
379	JEANE CUSTODIO DOS SANTOS	4.871.391
381	MARIA TALITA TABORDA	4966931
408	ANA MARTA FEGER	1794119

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

427	MILENA APARECIDA CASTRO	5609662
428	ALESSANDRA SEMPEKOVSKI	6110735
432	ROSELI APARECIDA FERREIRA BECHEL	2810223
458	ANDREA APARECIDA BERTONSELILUDKA	4242843
488	SABRINA MOREIRA	4769327
498	GISELI FUCK	580719
500	MARIA EDUARDA COUTINHO	6621220
513	JAMILLE CRISTIANE PILOTTO MORANTT	6.110.796
525	ALINE DE MORAES DUBIELA	1253153
529	CAMILA CRISTINA DE CASTRO	4871537
536	SUZANE APARECIDA CORRÊA SILVA QUADROS	6048808
539	TACIANA PAZDA CORDEIRO	3169036
543	BRUNA CHAGAS	6.110.874
546	DIRCE MARIA CHUPEL REGODZINSKI	3852097
547	MÁRCIA DA SILVEIRA	5660036
574	SILVIA ROSANE SCHATZMANN	3525461
575	RAFAEL GROSSKOPF SOARES	5588542
586	GREICE ILONE LEITHOLD PORTES	6630296
595	LILIAN DOS SANTOS GONÇALVES	9046443934
600	FRANCIELE LEITHOLD PORTES	6630296
604	ANDRESSA	5699950
618	ESTER MARIANE DA CRUZ	6797433
638	JOANITA AP SCLASKI	4254519
645	MARLI DE FÁTIMA PISCOSKI	4046717

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

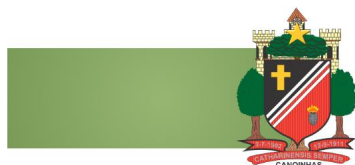


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

656	PATRÍCIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MIILLER	3.119.374
658	ROSELAINE MARIA DIEFENTHELER	3,110318
661	ALINE APARECIDA POLAK ALVES	5699073
666	JOSIANE ERZINGER	3874505
669	SANDRA REGINA BRUNO DA SILVA	1605105-0
675	JUSSARA CORDEIRO	2814944
678	ANDRÉIA KAUTZ	6048790
697	KARINA APARECIDA PEREIRA KURUTZ	6935979
709	ALEXANDRO DIAS RIBEIRO	6547287
718	JOLSIMARI ERZINGER	4073654
720	ADRIANA BAYEL	2311439
726	ERICA DAIANA MAXIMO	4871068
737	ALEXANDRA OSTROSKI	4966088
739	PATRÍCIA BRANDL PORTA	5609264
741	SANDRA MARA SCHWARTZ RIBEIRO DE OLIVEIRA	4455741
744	MARIA VANESSA GRESCHENCHEN	4156286
751	ROMULO ANDRE FERREIRA DOS SANTOS	5.452.483-0
755	ELISANGELA ANTUNES E SILVA FERREIRA	3753270
761	JÉSSICA THAÍS SANTOS LIMA	5452898
770	VALERIA BIANEK DAS CHAGAS	107094202
777	RENATA CRISTINA CARLIN WATZKO	4156690
793	ANGÉLICA RIBEIRO MAZUR	3525716
798	SIMONE DE FATIMA DE ALMEIDA FERREIRA	4455194
801	BRUNA DE PAULA	6.773.732

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

802	SOELI TEREZINHA ROCHA DE ALMEIDA	3874583
806	ERICA DA SILVA IDALENCIO	5660121
810	CLAUDETE MARIA DE SOUZA	4242945
816	MAYARA APARECIDA DA SILVA	6.048.804
817	JULIANE CORREA DE ALMEIDA BUENO DE OLIVEIRA CORDEIRO	4522785
828	FABIANE BARBOSA	5859923
847	WITÓRIA LUIZA FURTADO	4967361
853	LUÍS GUSTAVO MARTINS	09562205924
857	DENIS MARCELO ENNES	2813831
870	SUZANE APARECIDA OLESCOVICZ SZYDOLSKI	4.967.141
875	ALINE PATRICIA MASSANEIRO CARLIM	5036963
876	LEONIR SALES DOS SANTOS RISKE	2738200
882	SOLANGE APARECIDA DE SOUZA PRESTES	3874495
887	ANGELA MARIA FERREIRA DE BARROS FUCK	4871394
891	ROSANA DA SILVA	4.871.387
904	LUANA COELHO VEZARO	5691763
906	ENI TEREZINHA CORREA ROCHA DE ALMEIDA	4769999
907	ELIZIANA SUCHECKE	3956105
908	DENISE KARPEN	3704619
915	ROZINILDA GROSCOPP	3111942
937	GISLAINE JANISZEWSKI ALVES DAVID	5609742
953	ROSA MARIA DE SOUZA	5036103
957	LETICIA DA SILVA	5.432.818
960	CAROLINA MASSANEIRO	1790171

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

990	DAIANA RAFAELA ELLVANGER	5699235
998	RAFAELA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	5609851
1011	CLEBERSON FERREIRA	4455048
1016	LUCI CARLA MARKO	6048280
1033	CAMILA GONÇALVES	41561155
1046	MARIA CLAUDETE ZALEWSKI DE PAULA	9ª/C 2.929.961
1051	FERNANDA GOMES DO VALLE	4.156.842
1063	ELIANE CARLA ENGEL	4871018
1083	CLARISSE ANDREIA SUCHECKE FIGURA	3118899
1125	JÉSSICA ALMIRA DE SOUZA SANTOS	5699030
1141	DÉBORA MASSANEIRO	6313011
1142	LUCIMARA LIS	4967088
1144	MAIARA LEITE	5807630
1157	DANRLEI CORDEIRO	6835423
1168	RÉGIANE APARECIDA OSTROSKI	5660555
1171	SILVANE ALVES DOS SANTOS	5254632
1172	MARI ELI CORDEIRO	2318647
1180	MARISA LOIK DOS SANTOS GERALDO	4046967
1182	BRUNA MARIELLI SAMPAIO NEPOMUCENO	5701938
1192	PATRICIA APARECIDA BOLLMANN DA SILVA	4662606
1193	JOSLAINE COLAÇO	5795323
1196	RAFAELA SILVEIRA PADILHA BONETTE	5254987
1201	TAIS MARIA NOVACOSKI	5699207
1214	SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI	3732386

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



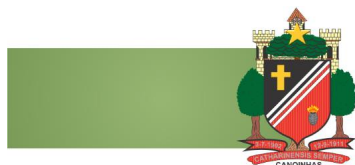
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1216	ROSANGELA HANEMANN	3753881
1218	SUELI TERESINHA BONFIM GUDAS	3.661.594
1231	ANTONIO CARLOS FERREIRA JUNIOR	4522888
1237	CASSIANE CONSULO	5609932
1245	NILZA SOARES RICARDO	4439834
1246	CAROLINE MARIA DUBIELA	5037277
1251	MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA FILHO	3.753.504
1260	MARIA GORETI BRITTO	2314713
1266	CLAUDETE KONDRAS FERREIRA	3.117.313
1272	CLEUDINÉIA FAGUNDES MUNHOZ	4522885
1277	ELENICE KOCHAN	277948733
1306	ALINE PEREIRA	5699781
1316	CÍNTIA CARLA LOPES HOPPE	5087188
1320	MARILZA STEIN BORGES	2316417
1330	JULIANA POGOGELSKI REALI	75516452
1333	ANDREIA KUBRACK GRUBER	3116566
1337	ALINE CRISTINE ADUR DE OLIVEIRA	4073150
1342	CAROLINA DOS SANTOS MACHADO	5924080
1348	PAMELA MARIA MAIA DIAS	7080559
1351	DEBORA MARIA DRANKA	5949452
1354	MILENA CAVALHEIRO LOPES	6797654
1368	DENILDA NUNES DA ROCHA CORRÊA	4455961
1373	GENI CORRÊA BUENO PEREIRA	4522830
1387	JOSIANE VAZ	4769260

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1415	LETICIA HALABURA	52412520
1416	WAGNER FERREIRA MIGUEL	65389495
1423	SILMARA LEME	5859375
1425	ELIANEAOARECIDA FERNANDES DA SILVA	5496357
1427	ARIADNE LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	14031493
1436	ANA CARLA FERREIRA DE SOUZA	5859656
1444	ANDRIELI SOARES	6109405
1446	JOSIMAR CARNEIRO	4967232
1447	FLAVIO SCHIESSL JUNIOR	5254511
1448	MAIARA CARVALHO DO PRADO VOIGT	5036140
1458	JOSÉLI DE FÁTIMA POPOVITZ	4254612
1459	THAÍS DA ROCHA CORDEIRO	6048576
1472	ALINE GOMES	5979873
1481	LUANA MASSANEIRO DOBRYCHTOP	5609991
1486	ANTONIO CARLOS FERREIRA JUNIOR	4522888
1489	LEANDRO NOGATH DOBRYCHTOP	5.660.755
1495	ROSELI TEREZINHA KASZSZUCK DA SILVA	6442268
1500	DAIANE CRISTINA MASSANEIRO RISKE	5859575
1506	PAULA CRISTIANE ZUCCO VALENTE	3.874.339
1521	MATHEUS EDUARDO DE LIMA	6442451
1531	IDAIR DE FÁTIMA DOS SANTOS	3661227
1532	TATIANE BORGES	26250
1548	ELAINE RUCHINSKI BOBROVICZ	5036545
1559	TATIANE GOMES DE CAMARGO	5.588.896

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1568	JOCELI SCHUELLER	3397178
1582	JANAINA MAIEWSKI	5609173
1588	CLEUZA DE FATIMA SCHWITZKI	3.118365
1594	ADRIANA BAZE	5609950
1605	KELIN LISLAINE GLUCZKOWSKI	6660679
1629	ADRIANA DE FÁTIMA TORQUATO	3704787
1649	KARINA APARECIDA DE SOUZA	4769010
1651	SONIA MARIA GROSSKOPF	3.704.452
1652	SANDRA NUNES MOREIRA VEIGA	4022930
1654	TERESA DURAU SAIDEL	3568894
1659	MARCIO DANIEL KARVAT	3704578
1670	LUCIA VALÉRIA ENGEL	4522309
1680	MARIA DE FATIMA CAMARGO PEREIRA	3.114.995
1684	CAROLINE MARIA PEREIRA	7084967
1690	MARIA LUCIA PEREIRA BONFIM	3.874.998
1692	LUCIMARA DA SILVA	3169625
1698	PATRICIA STANSKI	10851484
1716	MARLENE DE LIMA KOCHAN	4455995
1717	GABRIELE RODRIGUES PEREIRA GALDINO DA SILVA	6442625
1732	UESLEI MOSKWYN	4073265
1747	DÉBORA SARA CORDEIRO DE SOUZA	6109535
1750	JAÍNE APARECIDA CORRÊA DE PAULA	5807342
1792	FLAVIA NATANA GUESSER	5036476
1795	MIRIAN PAULA CARVALHO KLUTCHCOUSKI	5390321-8

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

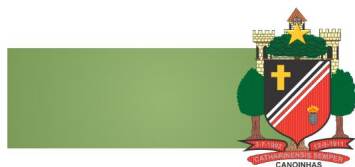


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1811	ELIANE PAULO	59247596
1831	PATRICIA SALES RIBEIRO	6442502
1845	IVETE TEREZINHA DA SILVA	2319324
1846	LARISSA SANTOS LIMA	6110330
1858	EVELINE GISELE STEILEIN	4.073.714
1866	JAQUELINE APARECIDA ALVES	4.769.131
1867	ELI ALVES NUNES	2814556
1892	JUSSIMARA DE FATIMA ALVES	5254515
1896	MARILAINE DE ALMEIDA	4967217
1923	JUCÉLIA BRANDL POPOVITZ	4254593
1937	FABIANE APARECIDA COLAÇO	5807749
1956	SUZE MERI MUHLMANN RADUNZ	4073119
1960	JOSELI DOS PRAZERES SANTOS	3640929
1962	DIEGO LUIZ DOS SANTOS	5345162
1988	GRAZIELE GISELE BATISTA LOPES	5660831
1992	SOLANGE SCHIESSL DOS PASSOS	3119329
1997	ALINE OSTROSKI	5886999
2001	PAMELA FAGUNDES DOS PASSOS	6764242
2004	JAQUELINE DOS SANTOS	6109746
2029	TISSIANA MARI KUSTER LUDKA	4871223
2041	CAROLINA FESKIU	5588835
2046	GUSTAVO ROBERTO KUCHLER	5254907
2048	LEONI MARIA MARSCHALK FESKIU	2310498
2053	LETICIA DOS REIS SILVA	5701959

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

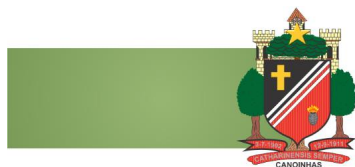


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2058	GENI SCHELBAUER	2310308
2073	ALESSANDRO HENING	5699805
2088	THAIS FERNANDA DO PRADO	3753972
2091	BRUNA DE SOUZA	4966259
2102	ROSELEI APARECIDA ANTUNES DE OLIVEIRA	91974877
2105	VILMA APARECIDA CORDEIRO BENTO MARIA	2735617
2136	STELA MARIS ARBIGAUS	4433539
2139	LIRIANGELA LEANDRO TECHAICA	4455639
2150	MARIA CLAUDINÉIA RANDIG	3753275
2153	ROSICLEIA KARVAT	5.886.130
2167	LUANA TREMEL BUZZI	5859133
2168	CLAUDETE URBANEK ALVES MASSANEIRO	3814216
2195	ANDRESSA MAZUR	7.572.593-0
2211	LUANA PAOLA DETONI CARVALHO	5699529
2213	ELISANGELA DURAU	5254526
2227	DANIELI BILITZKI	6720538
2232	ROSANE COSTA DOS SANTOS	387
2236	GIOVANA LESSAK	54326028
2239	VALDECI DE ROSA KATH	1459703
2246	RAQUEL TANANUSKA	3113401
2249	CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA	5588676
2259	MAIZA LOUISE PEREIRA	5701641
2267	LEILA DO ROCIO BUSKO	4254814
2278	ANDRIELE JOSELIS TISCHLER	6.772.705

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2282	CAROLINE HAUERBACH	5924680
2297	CLAUDIA GRUBER	5924654
2309	MARLI MARSCHNER	3.118.329-8
2311	MARLENE MARSCHNER	3.118.330
2323	SANDRA APARECIDA DE CASTRO DE ANDRADE	2312186
2324	JUCINEIA REGINA PRIM WOLTER	3113649
2325	ANDRIELI HOLLER	5886624
2326	ANDERSON MARQUES DOS SANTOS	5807152
2343	MAYLYS REGINA SIMÕES MENDES	45764298
2347	JULIANA JACK SIMÃO	5701885
2350	MAIRA NATIELE RODRIGUES	107369236

INSTRUTOR AGRÍCOLA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
41	JOSÉ RODRIGO PAITER	5560440
162	LUIZ CARLOS CASTRO	5432747
170	JOÃO MORVAN NETO	4522779
189	MAICON FUCK	5699197
245	EDSON GARGHETTI	5826324
340	JESSICA GALESKI	5660824
344	GEOVANE CARLOS BINDER	5189650
443	CAROLINE STEIN	5.036.462
518	ADEMIR PEREIRA DA SILVA	2813174
667	ANA PAULA PAIVA BITENCOURT DE LIMA CARVALHO	3661794

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



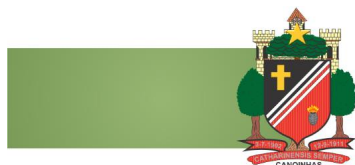
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

723	ANA PAULA DOMINIKOWSKI	5795773
1160	JACOB DAMIÃO DREHER	5859074
1255	EDER ALEXANDRE RODRIGUES	4156489
1298	OTÁVIO AUGUSTO PIETRASKO	87350240
1344	RONALDO BAY	5496145
1382	NIZIO JOSÉ ZIBETI	858333
1418	LEONARDO AKIRA TANAKA	6918454
1499	AMANDA FLAVIA ANTONOVICZ	5609251
1556	GILSILENE GENOVEVA KOWAL	6442017
1561	JOÃO PAULO GLEVINSKI	5196202
1574	WISON DA SILVEIRA	5699812
1620	EDMAR GONÇALVES PADILHA JR	5254455
1640	ROBSON NEPOMUCENO	5254244
1701	ROBSON SAMPAIO	54529484
1756	ECILDA APARECIDA GREIN	5660320
1765	ANA CLAUDIA GNOINSKY	5588544
1770	SARA VIANA GREIN SCHONOVEBER	5660311
1851	WELLINTON VIEIRA DOS SANTOS	5924067
1903	LUIZ FERNANDO STANSKI	13.0094.857-o
2027	CHARLES VIGANDO PRUST	5660312
2036	CRISTIANO FUCK NOVAK	5254824
2079	WALMIR GONTAREK	4455602
2085	RAFAEL PADILHA	5254498
2133	LINDAMAR DE OLIVEIRA DIAS	3525640

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

2141	ALTAIR JOSE DOMINIAK JUNIOR	5036695
2145	JAIMOR RODRIGUES BORGES JUNIOR	5588362
2189	DENISE RAMOS DE CAMARGO	5699847
2274	KEILA SAMARA DE OLIVEIRA DIAS	6.110.861
2296	MARCIO MARTINS DE CARVALHO	5037070
2299	JEAN MARCELO LUDKA	2810946
2310	JUCILIANE DA GRACA PRUSSAK	5609757
2316	ALERSON OLESCOVICZ	6442722
2356	RAUL CASTRO	5588395

SERVENTES		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
2	RAFAELA APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	5609851
56	RAQUEL GRACIA DE ALMEIDA	5807133
66	EZQUIEL PASDORA	3119949
67	RENILDA MAZUREK	3661427
68	JANAINA CORREA	5496048
71	RITA DE CASSIA KUCHAN	4377635
86	VANESSA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	44439018
92	IVANESSA ROSA	5254764
98	PATRICIA ALVES BUENO FIDELIS	5609334
110	VIVIANE COSTA	3.117.426
111	MARIA APARECIDA KEGLER PADILHA	3169747
154	ZENAIDE POLTRONIERI	1364637

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

167	PATRICIA CAMILO	126452209
198	LENI APARECIDA DA SILVA	3817898
227	ELEN JAINE CORDEIRO	55880819
232	FABIANA PAULA FERREIRA	5254012
321	MARA DO ROCIO GOMES DOS SANTOS	3.111.237
334	NADIRA PEREIRA DO NASCIMENTO GUESSER	2975383
335	MARIA DE FATIMA VICENTE	5345060
338	JOÃO CARLOS FERREIRA DE QUADROS	3568437
347	SILVANE OSTROSKI	4522894
359	JANETE DE CASSIA PEREIRA	4871732
362	MARLUCY PEREIRA DA ROSA DO NASCIMENTO	6880442
372	JOSIELE CASTRO	5588018-5
399	NATAN JUNIOR DE SOUZA LEITE	6774586
412	PATRICIA PIOTROWSKI PEREIRA	5859379
436	IZOLETE DE FÁTIMA PIERS	5432427
459	JESSICA REGINA MOREIRA	5887394
463	JANDIRA DE FATIMA MOREIRA	1793686
468	MARILEIA MASSANEIRO	4073944
471	JOSIELE SCHEPANSKI	5660846
487	MARLIAPARECIDAKURUTZ	4769271
493	FRANCIELE BONETE DE SOUZA CAMPINAS	5924157
521	ANTONIO VALDERI LEITE	4455465
537	JUSSARA CORDEIRO	2814944
542	TAINA ANDRESSA PIRES	4967260

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

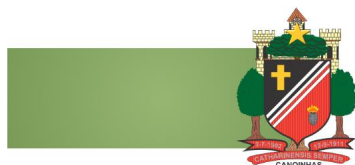


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

560	ANTONIO VALDERI LEITE	4455465
637	ANTONIO MARCOS NUNES CORDEIRO	5609583
676	LUCIANE MARIA VFLEGER VOSSGRAU	2814514
677	MARCELA TAVARES DE CAMARGO	89981980
684	JORACI CORREA DE SIQUEIRA	1191417
695	RUTE DO ROCIO SCHEUER PAZDA	2813487
762	JÉSSICA BARBOZA PACHECO	5496963
767	MARELI LEITE	1795035
774	DIORACI FRANCICA GREIN GONÇALVES	915006
775	ERONDINA DE LIMA	39560001
778	RENATA CRISTINA CARLIN WATZKO	4156690
813	ALINE MOREIRA	5.699.189
832	JOÃO ROGALSKI	3116616
836	GUIOMAR KUCHLER	2812.842
874	VALDENEIA APARECIDA GERALDO	4966031
913	FRANCIELE BUSKO	6252873
918	JANAIR TEIXEIRA SPINELLI	2812923
922	REGEANE DE OLIVEIRA	4.810.128-1
924	RICARDO DE OLIVEIRA BRAZ	3044781
928	JOSE WILSON PADILHA	3113920
930	SILVIA DE FÁTIMA HARTMANN	4967906
951	LAURA KÁTIA CHIMASKI	4769147
959	NILCÉA ALBIGAUS	4.967.797
987	ROSICLEIA ROMANHUK	4439163

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

994	EVA ROSILDA SCHIMBOSKI JANISZENSKI	2.317.951
1007	INES ALICE CZOUPYNSKI PEREIRA	2813955
1008	MARIA BERNADETE STAWAS	3.661.955
1013	TATIANE ZIENTARA DE LIMA	5254296
1014	LUCI CARLA MARKO	6048280
1030	RICARDO GONÇALVES	5452507
1040	ADRIANA FERRAZ	4455750
1085	SIMONE DCRUZ	5036875
1094	FÁBIA MASSANEIRO ERZINGER	654342
1116	MARIELEN CRISTINA WYPYCK	5588583
1149	JOSÉ MOACIR DA SILVA LIMA	1.456.994
1156	ALESSANDRA APARECIDA BIGAS	5660104
1158	SILVANA EDUVIGES PEREIRA	5432832
1162	ZENITA DE FATIMA SILVA	2318823
1188	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	4480747
1200	MARIA ISOLINA KURPIEL FERREIRA	3117815
1204	FERNANDA APARECIDA SIQUEIRA PAVARIN	5699032
1210	ANA RITA DA ROCHA SCHINDLER	2.736.470
1215	LEILA LUANA DE CASTRO	58590525
1235	CLEUNICE DE FATIMA RIBEIRO	4156613
1242	ELAINE APARECIDA PADILHA VAZ	5460768
1252	ETIANI MARIZA ELLWANGER	4046759
1253	MARIA MARIVALDA SAGAZ	5.036.860
1270	CRISTIANE DE BARROS HACK	4967945

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

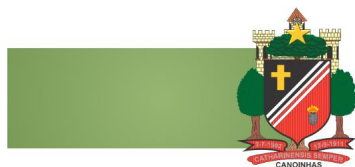


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1279	LEONI NOGUEIRA	4769629
1292	MARLENE DE FÁTIMA VIEIRA	3661855
1302	ROSALINA PEREIRA	54960991
1314	EDUARDO DE ASSIS PRESTES	4254800
1315	LUIZ DOS SANTOS FAGUNDES	3116938
1328	ROSILENE FERREIRA DE SOUZA	3661979
1357	FRANCIELE SABRINA OSTROSKI	5660522
1375	MATILDE SCHABLESKI	3112333
1376	TEREZINHA DE JESUS SCHABLESKI	1457992
1384	FATIMA DE JESUS RICARDO DE JESUS	3568132
1388	TATIANE DA LUZ CAMARGO	5.345.103
1394	JESSICA FRANCIELE PAZDA LAASTSCH	5609294
1397	CARLOS LAASTSCH	4156740
1408	WAGNER FERREIRA MIGUEL	65389495
1411	SILMARA REGINA KARVAT ARTNER	4455681
1413	MARIA VIVIANE FERREIRA DOS SANTOS	4073679
1424	VERIDIANA DOS SANTOS FRANCO DE LIMA	6109703
1426	ELIANEAOARECIDA FERNANDES DA SILVA	5496357
1432	SIMONE VICENTE	3112262
1434	FERNANDA VICENTE MUNHOZ	6760931
1443	JOCIMARA CARNEIRO TICHEVSKI	5036567
1467	DIEGO DE SOUZA RIBEIRO	5979863
1502	MARILEI CUNHA	4439970
1503	ORLANDO NOGATZ	1796584

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



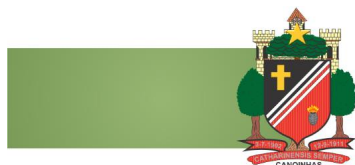
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1509	PAULA CRISTIANE ZUCCO VALENTE	3.874.339
1519	DULCENEIA APARECIDA FERREIRA	4769933
1547	ELAINE RUCHINSKI BOBROVICZ	5036545
1566	MARIA APARECIDA SOARES OLESKOVICZ	5432443
1602	ZÉLIA KRULL	2737432
1624	JUCÉLIA MASCHIO	3149388
1631	DANIELI APARECIDA NOGATH	5254229
1641	MARIA APARECIDA SILVA PADILHA	4046112
1648	KARINA APARECIDA DE SOUZA	4769010
1655	ELIZABETH DE FATIMA DA CRUS SOUZA	1793028
1713	MIRIAM ARAUJO DA SILVA ALMEIDA	4455758
1730	MARIA CHAMPOSKI FERNANDES	5.859.415
1742	RUTY LIMA DOS SANTOS	5859156
1749	JOSIANE DE QUADROS FERNANDES	5496202
1755	ANA CLAUDIA GNOINSKY	5588544
1762	LEONICE VOSSGRAU	54529166
1776	MARIA DE JESUS ROCHA CORDEIRO	4522096
1778	SARA VIANA GREIN SCHONOVEBER	5660311
1780	ALMIR ROGÉRIO SCHICOLSKI	4439530
1802	EZICLEIA COLAÇO.	3814268
1807	IVANILDA PIRES GONÇALVES DE OLIVEIRA.	3116968
1808	LUCILDA KONDRAS GREIN	2811174
1812	GISELI REGIANE PADILHA DE ALMEIDA	5036193
1820	MARIA LUCILA HILKO SCHIESSL	2317482

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1829	LAUDI TERESINHA CORREIA	2.318.312
1856	INÊS GRUCZKOWSKI	3114707
1864	VILMA GILSIANE CAVALHEIRO	4.156.383
1874	SILVIO JOSE TECHAIKA	734276
1875	ELIDIANA VIEIRA DOS SANTOS	5254728
1895	MARITA VIEIRA TOMAZ KEGLER	2.928.088
1899	NILSA CORREIA DE SIQUEIRASCHWITZKI	2739227
1901	TAYS LAINE DE MOURA	105447973
1924	JUCÉLIA BRANDL POPOVITZ	4254593
1977	ELIZABETE CALISTRO	4046462
1983	NEUZELI DA SILVEIRA PADILHA	4769951
1991	GISELENE APARECIDA LORENA	5699162
2015	ROSANGELA LOPES SOARES	23118466
2028	MARTA DE CAMARGO TEODORO SIDORAK	4522198
2057	ROSILDA LOPES DE MEDEIROS GROSSKOPF	2.812.402
2077	MAICON CRISTIANO FERREIRA DOS SANTOS	5452530
2080	DILSON MACIEL	3814006
2093	PATRICIA SOARES FRAGOSO	4.254.346
2165	ROSANGELA DO PRADO DAMBROSKI	3525917
2166	VILMA TEREZINHA PCHEBELA SARNOSKI	3113726
2196	ANDRIELI NUNES	5699598
2199	VALDECIR XAVIER	4046302
2202	SCHEILA APARECIDA ALVES	5807146
2206	JOAO CARLOS ALVES	1096846

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2234	LEILANE ANDRESSA TISCHLER	4871841
2248	REGINALDO DE JESUS RINCON	3874182
2258	MARIA IOLANDA RODRIGUE FERREIRA	231645
2273	ANTÔNIO WÜNSCH	75050909
2339	JOSICLEIA LUCAS DE MELLO	5036242

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
3	ANA LUCIA BROZOSKI	5699520
63	SUELIN CONRADO JONKO	4872416
223	ZENILDA DE LIMA	2737067
298	CRISTINA APARECIDA BECKER DOS SANTOS	3.661.901
446	CHARLES EDURADO DE PAULA ALMEIDA BRITO	6110899
548	MÁRCIA DA SILVEIRA	5660036
567	CAMILA HACKER	4206852
617	TAIS REGINA COLAÇO	5807761
704	ELENICE APARECIDA KARVAT	1794532
754	DANIELE PORTA	4455901
782	LEDIANE MAGALHAES	5036050
809	ANA MARIA CHIMANGOSEWSKI RINCON	2738966
815	CLAUDETE MARIA DE SOUZA	4242945
861	CINTIA SOKACHESKI DREHER	3956864
1055	LUIS CARLOS DE SOUZA	4439704
1062	DORIANE VIEIRA DOS SANTOS	55881157

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

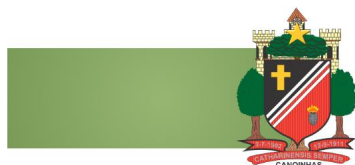


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1066	CARLA SOUZA DE OLIVEIRA	6405439
1087	ANDRIELE YASMIN DA SILVEIRA	6109653
1089	MICHELE CALIXTO	4388574
1151	ELIANE COLAÇO	3118451
1163	JACOB DAMIÃO DREHER	5859074
1187	LUANA MARIA GRAF	5886456
1247	CAROLINE MARIA DUBIELA	5037277
1393	GILMAR DOS ANJOS	6625072
1430	ADRIANA ANTONIA AZILIERO WENDT	7477151
1450	JONI VOIGT	3169482
1510	NEUCI ISABEL ALVES DO PRADO	4.967.132
1515	DAMARIS YARA TINFER ZACKO	7.151.834
1581	SUELIN MARIA AUGUSTINHO	4046382
1797	ELAINE REGINA GONÇALVES DE OLIVEIRA.	5699822
1813	THIAGO DE LIMA ROBLES	4046221
1827	CARINA PIETRUKA GUTTERVILL	4961386
1835	KARINA FRANCO FAGUNDES	5196089
1870	ALEX BATISTA	6405401
2008	MAUREN LAVINA GODOY	4120093
2025	MARIA CRISTIANE BONETI	6.92.455
2101	SUELEN SILVEIRA VALENTE	5979462
2207	MAIARA SOARES FRAGOSO	6048601
2251	RAQUEL APARECIDA PINTO BOCKOR	6723601
2293	SALETE APARECIDA FIGURA	63392154

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2320	POLIANA BROZOSKI	6109491
2331	SIMONE NEUBURGER LANGER	3114886
2358	HELTON LUIZ AIRES	279485748

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INGLÊS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
11	ALINE DE SOUZA RUCHINSKI	5.609.661
61	ELENICE PEREIRA	2735224
177	ANDRESSA DANIELI DE LIMA	4073011
280	FABIOLA SCHIESSL DE OLIVEIRA	4156230
356	EMANUELLE MOREIRA DE LIMA	5699409
390	ALISSON POKRYVIECKI BECHEL	4871934
444	CAMILA DEL'GOBO KRUGER MUNHOZ	54968526
449	MARINARA SOARES DE CARVALHO	5588128
570	JAQUELINE COSTA SERAFIM ANTUNES	6709995
579	JEFERSON RODRIGO FARIAS	99385120
687	BRUNA KRIZINSKI	6.800.841
729	JAINE APARECIDA PALTRONIERI	6109840
752	LUANY VEIGA	6442262
790	ADEMIR JOÃO TINFEL	3169522
808	ERICA DA SILVA IDALENCIO	5660121
854	LEONARDO DE LIMA	5452272
971	RICHARD NATHAN GONÇALVES	6110610
1053	CAROLINA FOULETTO MENDES DOS SANTOS	5114195191

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



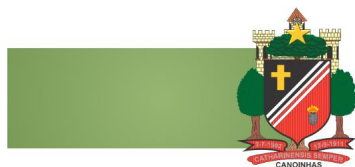
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1244	ADRIANA BUENO DE OLIVEIRA	2739454
1256	BRUNO MEYER TOKARSKI	6801948
1305	ROBERTA CAMILA DUBIELA	4872279
1323	SILVANA CHOPINSKI	5979791
1464	ANTONIO OVANDE MACIEL	5609977
1490	LEANDRO NOGATH DOBRYCHTOP	5.660.755
1597	MAURÍCIO DE FRANÇA	6442745
1695	CARLOS EDUARDO SANI	53119312
1731	GISELE PRUSSAK	5.609 - 917
1746	JAÍNE APARECIDA CORRÊA DE PAULA	5807342
1826	PATRICIA SALES RIBEIRO	6442502
1854	TACIANA MARIA GLABA	6109760
1938	WILLIAN RODRIGUES DE CARVALHO	4769280
1945	MAICON RODRIGUES	88905300
2061	JANAINA SOARES DA SILVA	6048110
2148	LUÍS FELIPE GOLANOVSKI	5979303

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
6	CEILA ROSA	5.452.481
25	JOSÉ MARCOS CARVALHO	6.767.443
45	RALINY MARA ANDRÉ	571783
48	EDUARDO DE CARVALHO	3270453
75	DICELDA SANTACATARINA	3682319

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



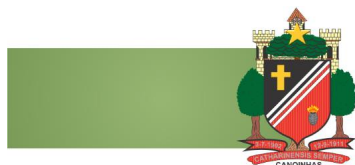
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

78	LUCAS ARI ARAÚJO PEDROSA	5.588.619
81	DEBIANE VOLOCHEN PELEGRINO	10.699.778-0
108	SIDNEI SCHVEICZVSKI PEREIRA	4156306
118	CIRLETE APARECIDA PRESTES DE ALBUQUERQUI DE MÉLO	4254004
157	SILVANE DE SOUZA LEITE	5.036.606
327	FELIPE GABRIEL KERSCHER	54523958
358	WEVERTON DANILO WENDT	54526744
438	CAMILA FARIAS	5599984
472	LUCAS FERNANDES DOS SANTOS BORGES	5905845
477	MILENA FERREIRA	5254631
516	JOCIMERI MARTINS PIRES	3.704.790
569	CARLOS ALBERTO FLEITH	4966053
648	LEANDRO DE OLIVEIRA IZIDIO	4.522.035
698	MARCOS JOSÉ AGNOLETTI MAZIERO	2813677
700	WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA	5.036.421
703	CASSIANA GUSO	4769825
707	ANDRIELI LILLER	5036198
712	DIEGO TOBIAS BADAZ	5924658
821	MAYARA APARECIDA DA SILVA	6.048.804
851	KELLY SAMPAIO	6109750
869	ANDERSON TIAGO DOS SANTOS	5254237
889	ALIENE MATIAS TIEPOLO	101091708
894	LEANDRO STOCLOSKA QUILANTE	5196817
905	LUANA COELHO VEZARO	5691763

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

926	NODARIO DE LIMA JUNIOR	3956746
934	CÉLIA KRIZINSKI	3169830
938	GISLAINE JANISZEWSKI ALVES DAVID	5609742
952	CRISTIAN REZENDE	6048626
968	MICHELY DAYANI TODT	5254080
970	MONICA GONÇALVES	2738988
1010	SUSAMAR PAGNONCELLI	78175141
1044	FABIO LUCAS CORRÊA	5.979.517
1068	KAUE ADUR DE OLIVEIRA PEREIRA DA COSTA	5.979.640
1073	JAISSON SCHIESSL	3568306
1104	RUBENS DOS SANTOS	4156777
1145	FLAVIANO VICENTE SOARES	47071837
1154	PATRÍCIA FERNANDES	4156936
1181	MAÍSA BATISTA	5.979.676
1258	CLEBERSON FERREIRA	4967011
1288	KARLA LUCIANE DRANCKA	5496715
1290	LUANA ERNESTINA DRANCKA	5496716
1293	ANA CAMILA MACHADO MASSANEIRO	5.196.226
1311	AYRTON TRINDADE	5924708
1334	CÍNTIA CARLA LOPES HOPPE	5087188
1352	RONALDO BAY	5496145
1366	ANA CAROLINA MACHADO MASSANEIRO	5.886.101
1445	FLAVIO SCHIESSL JUNIOR	5254511
1507	INDIANARA JANCovski FURST	5859616

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1527	HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA	6110601
1638	JADERSON FELICIO CASTRO	4522115
1666	TIAGO CRAUTCHYCHYN	5924713
1720	LAÉRCIO MANOEL DAVID	9C 928514
1781	JOSÉ AUGUSTO PIOTROWSKI	5979130
1796	RAFAEL GUSTAVO ARTNER	5452605
1801	JOÃO VITOR PIECHONTCOSKI	6.785.696
1834	DIEGO JOSE DRANKA	5496623
1849	ELISON TODT	5.924.875
1879	GISLAINE GARRETT PAZDA	5609544
1887	RODINEI ROQUE LOPES DE ALBUQUERQUE	3.753.924
1891	BRUNA BANACZEK	5452143-2
1941	TAISA MELINE BUDANT	4522241
1942	LETÍCIA CAMARGO DA CRUZ	5859599
1989	JOSI CARLA BODEKE	5560460
2000	FRANCIELI VIEIRA	54966175
2040	ALAN DE BARROS PEREIRA	CANOINHAS
2044	GRAZIELI CRISTIANE DE LIMA	5859659
2054	ERICSSON AUGUSTO HEMPEL	5859031
2055	MAGNUN SPAKA DE MORAES	5511340-0
2103	DAMIANE DRANKA	5701534
2122	ALEX DOS ANJOS	6109314
2175	TAIS AUGUSTA DAMASO DA SILVEIRA	5452836
2191	DANIELA IARROCHESKI	2319466

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



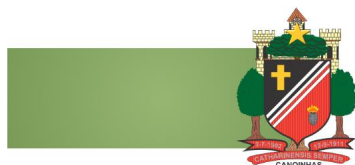
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2192	MARIAH DE MIRANDA STIEBLER	5432861
2193	TÂNIA DREHER	5699444
2204	HELENO PACHECO SCHOLZ	3117719
2228	EMANUEL GRITEN	4769609
2247	JEAN CARLOS ABUDA SCHIMIDT	6110081
2268	TAMIRES LAPCHINSKI	5.036.752
2294	ROBSON DREHER	6.110353
2327	TIAGO KUCHLER DE FARIA	4871083
2333	DAMARIS COCHARSKI	49174363
2349	SANDERSON PIRES DE LIMA	5886413
2355	LEANDRO PRUCHAKI	6110622

PROFESSOR DE CIÊNCIAS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
23	MARINA APARECIDA KOTOWSKI GONÇALVES	4917434
46	NOELI DE FATIMA SCHUPEL	2315084
80	DRYSIANE BAYESTORFF	6048296
84	LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO	3.680.519
106	ANDRIELE APARECIDA KOHLER SCHEUER	4966869
131	MARCELO HEINRICH	2222
176	ANGELA MARIA MAIORI	1799268
291	LUCIANE CAVALHEIRO MICHALOVSKI	4.073.448
348	EMMANUELLE FROEHNER PAMFIL	4.242.683
363	CASSIANO VICENTE DE LIMA	6048637

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

368	ALINE TEREZINHA HUDZINSKI	6476058
527	ADELINA VERENICE HUDZINSKI	6169589
725	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	50643983
753	JOÃO ADOILSO SCHIESSL	5609015
956	CRISTIAN REZENDE	6048626
1017	ITAMARA DE AGUIAR	6110258
1032	LETICIA MARA FERREIRA GONÇALVES	1459224
1060	DORIANE VIEIRA DOS SANTOS	55881157
1212	SUÉLEN CIECALESKI	5609223
1300	ROBERTA CAMILA DUBIELA	4872279
1407	MARIA APARECIDA FREITAS EICHNIGER	3569891
1431	SUELLEN CRISTINE KUSMA	103075289
1552	MARCIANA HINKE	3568235
1570	NATALIA HERBST DA SILVA	4662948
1611	LIGIA RENATA COCHASK	83216689
1673	JORGE LUÍS BECKERT MEDEIROS	4522815
1687	EMERSON LUIZ DOS SANTOS VEIGA	5.701.746
1705	LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI	99105798
1786	FRANCIELI WOITEXEM	5254205
1789	CRISLAINE GONSALVES FERNANDES	5037909
1860	NAIARA APARECIDA MARCINIAK	5317494
1882	ANDREI ELIAS DELLER	6547096
1968	MICHELI HANEMANN	4769893
1972	CAMILA ALVES LISBOA	4433702

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1973	ANA CLAUDIA BASTOS	4439369
2035	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	4662895
2125	SIMONE FERREIRA	4966751
2172	EDERSON RENGEL	4966948
2190	IONE THEREZA VICENTE DE SOUZA	5979221
2262	EDSON ESTRIZER	4517142
2306	ITA MÁRCIA DE LIMA	104969089

PROFESSOR DE MATEMÁTICA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
28	ZENILDA IACHITZKI	3704851
65	CLEBER WILLIAN ROCHA MORAES	5588984
88	VANESSA DE AGUIAR	54526248
114	MAIARA ENGEL	6109644
132	MARCELO HEINRICHS	2222
134	MARISA LOIK DOS SANTOS GERALDO	4046967
150	RICARDO ERZINGER	5432421
186	JOSÉ LUCAS ENGEL	5609610
199	OLGA CORREIA DA SILVA	16922420
249	JAISON RODRIGO DOBROSHINSKEI	3114980
276	JANE JAMILE MENDES FRAITAG	4522769 4522769
314	JORGE ANDRÉ ENGEL	5924292
339	JESSICA GALESKI	5660824
355	ANA PAULA DAGA	5.699.274

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



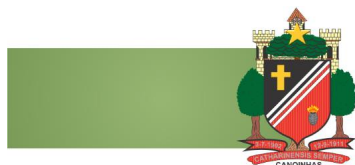
**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

369	ALINE TEREZINHA HUDZINSKI	6476058
393	DIANA APARECIDA SCHMIDT DE SOUZA ARTNER	4073413
394	MICHELI HANEMANN	4769893
400	VINICIUS FIAMONCINI	5496839
442	ANDRÉ DE CAMPOS	2739139
453	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	1798550
455	NADINE JANISZEWSKI	5609740
495	CARLA ADRIANA GAN STAFIN	4470970
535	CAMILA JUSTINO DE SOUZA	54962285
692	DÉBORA SARA CORDEIRO DE SOUZA	6109535
773	ODAIR ANTONIO KUJA	4254494
940	MAILTON JOSÉ DOS SANTOS	125392423
965	JANAINA WALTER MASSANEIRO	4153263
981	JONAS ANDRE HUDZINSKI	5.481.320
1220	GILBERTO ADRIANO BIALESKI	4254247
1238	FABIO STAFIM	4967309
1248	CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA	4073333
1294	DIEGO SORG JURGENSEN	5452586
1318	ANA CLAUDIA NOVAK	5.859175
1406	MARIA APARECIDA FREITAS EICHNIGER	3569891
1553	MARA GABRIELA SCHPANSKI	5609558
1555	GILSILENE GENOVEVA KOWAL	6442017
1639	ROBSON NEPOMUCENO	5254244
1647	FRANCIS DE FÁTIMA BECKER	5254637

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1656	ARLETE APARECIDA BONETES	3814097
1686	EMERSON LUIZ DOS SANTOS VEIGA	5.701.746
1793	CRISLAINE GONSALVES FERNANDES	5037909
1863	NAIARA APARECIDA MARCINIAK	5317494
1894	ELAINE MARIA DE ALMEIDA	4967216
1908	SILVIANE KASCHUK MARCHINHAKI	3791374
1969	JOELMA ZIELINSKI	4470273
1970	ANA CLAUDIA BASTOS	4439369
1982	GUILHERME BRANDÃO MOREIRA	7166922
2039	EVELIZE ROSCOCHE	98490221
2126	SIMONE FERREIRA	4966751
2130	CRISTINA FERREIRA SCHONTON	2737297
2152	ANDRESSA DE ANDRADE	6048855
2159	ANILDO DE AUGUSTINHO GONÇALVES SERENISKI	5731175
2317	FELIPE ALVES MACHADO	6109639
2318	JADERSON LUIZ MARQUES	107363734

PROFESSOR DE GEOGRAFIA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
112	DANIELE PORTA	4455901
124	MAURICIO SCHEID	97718199
420	GABRIELA SOARES BUENO	6110397
578	JEFERSON RODRIGO FARIAS	99385120
616	TAIS REGINA COLAÇO	5807761

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

800	ROSANA CLAUDIA DE LIMA	3044881
834	MARINA DA SILVEIRA	5699802
972	DEISI DENISE CIECALESKI	5609224
1042	MAIRON FELIPE PORTA	5609266
1128	ELIO CESAR GURALH	51894122
1221	GILBERTO ADRIANO BIALESKI	4254247
1369	YURI HENRIQUE JARSCHER SZCZYGIEL	6790447
1392	GILMAR DOS ANJOS	6625072
1437	CLAUDETE NEIVA SANDMANN CEMBRANEL	1.716.309
1466	CARINE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS	6048195
1590	ALICE DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS	4439986
1719	DJENIFER ONNIL DAVID SLABADACK	4242590
1754	MIRIAM APARECIDA RAABE	5345680
1818	JEAN CHARLES SEVERINO	5.408.614
1824	MARCELO JOSÉ PADILHA	4439397
1828	CARINA PIETRUKA GUTTERVILL	4961386
1993	JOSE PAULO BERNARDO PINTO	4343455
2068	IZOLDA BENJAMIM GONÇALVES	7017654
2138	ALESSANDRA KASBURG	96964277
2154	ANDRESSA DE ANDRADE	6048855
2174	VIVIANE MANEIRA	71328937
2182	VALERIA STEFANI ZAKALUZNE	5660643
2205	HELENO PACHECO SCHOLZ	3117719
2216	FRANCIELE JACIARA MENDES	5254974

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



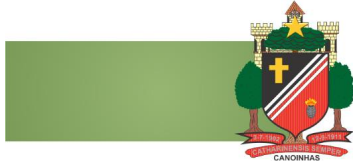
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2272	LUIZA HELENA BRESOLIN DE SOUZA	4547904
2321	JULIANA MARCHINHAKI	5.699.924

PROFESSOR DE HISTÓRIA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
14	MARCIO ALEXANDRE FROEHNER	5699206
520	FABIO ALVES MARTINS	4156220
552	VANESSA WAGNER D' OLIVEIRA	4.242.694
555	VÂNIA WAGNER TARTARI	5.254.348
571	CARLOS ALBERTO FLEITH	4966053
582	ALEXANDRE FELIPE BARRA	5609127
623	VINICIUS ALVES DA SILVA	1089354409
631	VERIDIANA WAGNER DE BARROS	2.739.034
791	MARIA DINACIR SILVA	3169019
852	LAURA MELNECHENKO IENDRAS	31697259
1028	SOLANGE APARECIDA ZIEMANN	6547057
1036	ANGELA NIEDZIELSKI ERHARDT	3874515
1150	ELIANE COLAÇO	3118451
1155	DANRLEI CORDEIRO	6835423
1164	JADELSON LUCAS DA PAZ BORGES	76696160
1228	ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS	4046279

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1254	JOSIAS TEIXEIRA	4966698
1681	CRISTIELEN DOS SANTOS	6333990
1682	LUANA PIRES DE LIMA	6110217
1704	LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI	99105798
1752	JUCIMARA PANSTEIN TODT	38744520
1763	JULIANA SCHIESSL	5699807
1893	BRUNA BRANDEL MELECK	5979241
1981	IVANA STEFFENS	4585147
2031	SUELEN SILVEIRA VALENTE	5979462
2097	DENISE APARECIDA CASTRO SERENISKI	5588805
2132	CRISTIANO TROMBETTA	3527707
2283	MAURÍCIO LUÍS TOMASELLI	24480576
2292	SALETE APARECIDA FIGURA	63392154

PROFESSOR DE PORTUGUES		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
137	TAÍS DA CRUZ SOARES	5609861
173	VERIDIANI APARECIDA COSTA	2814666
192	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	3525855
380	JEANE CUSTODIO DOS SANTOS	4.871.391
460	ALTAVIR DAMASO DA SILVEIRA FILHO	3874732
466	PATRÍCIA DROSDEK CORRÊA	4439708
731	ROSANA MARIA SANTANNA	77074007
735	FABIANA DIAS DA SILVA	3119931

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

784	KARINE KARVAT	5886713
863	ALDERLI CONCEIÇÃO DA SILVA TOBIAS	7045668
864	CRISTIANE VIEIRA DOS SANTOS FURST	4967273
1023	EDEVANE VOINARSKI	110253370
1079	TAINARA WYPYCK PADILHA DA SILVA	6109884
1194	JOSLAINE COLAÇO	5795323
1205	ELLEN TIBES ALVES MARTINS	5594420
1261	JULIANA KESSIN	142938430
1317	DENISE APARECIDA CASTRO SERENISKI	5588805
1350	DEBORA MARIA DRANKA	5949452
1374	LEDIANE CORRÊA VILCHER	142829177
1441	ANA LUCÉLIA PAZDA	2.736.332
1526	SILVETE ENGEL BAUKAT	3874126
1616	LEIDIANE ARTNER	4439462
1757	NEUSELI BEYERSDORFF OLSEN	1794182
1889	MARILI FATIMA DE MELO	4073802
2071	RICARDO OLSEN RODRIGUES	5196079
2112	TAMIRYS PEREIRA TABORDA	5496633
2144	MILENA CORRÊA	6169750
2342	ODIRLEI COCHARSKI	3791355

**PROFESSOR EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS E ADULTOS**

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
4	FERNANDA GELINSKI MARCOLINO	97361967

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



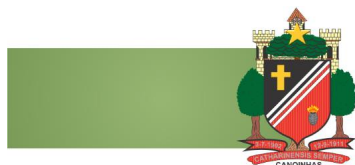
**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

24	PAULA HELOISA OLESKOVICZ	5452032
27	JAQUELINE FARIAS CARDOSO DE JESUS	4455372
57	CARMEN JOSELI PROTSKA TELLI	3115075
82	DANIELE ALINE GROSSKLAUS VIERA	6048555
128	MAURICIO SCHEID	97718199
182	VERIDIANI APARECIDA COSTA	2814666
194	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	3525855
325	FABIANA DA VEIGA	54528909
354	EMANUELLE MOREIRA DE LIMA	5699409
403	RAFAEL PALENSKE ANDRADE	78315580
424	JONI PAULO RODRIGUES RIBEIRO	4667992
431	AMANDA CRISTINA DA SILVA	5254763
454	TAIS VALEGURSKI AZEVEDO	5254493
492	MARISTELA GRESCHEN	6048439
496	CARLA ADRIANA GAN STAFIN	4470970
558	MARIA JOCELI PRESTES WRUBLEVSKI	5496017
624	VINICIUS ALVES DA SILVA	1089354409
634	RAQUELY BUENO	4073794
642	JAQUELINE RIBEIRO	5701703
699	SILVIA ELIANA LEITE SCHOLZ	3118759
740	ROSÂNGELA RODRIGUES DUARTE	3.874.801
750	LUCIA MARIA WOSIACK	316771
766	KAUANA HEMELI ALVES	6.634.782
785	EVA TATIANE LEONCIO	4073002

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

792	ADRIANA ALVES GODOY	5036986
811	ANA MARIA CHIMANGOSEWSKI RINCON	2738966
840	ANDRIELE YASMIN DA SILVEIRA	6109653
859	MAYARA PADILHA DA SILVA	6048558
865	CRISTIANE VIEIRA DOS SANTOS FURST	4967273
878	ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA	2810415
902	CRISTIAN CAVALHEIRO	130725430
911	NADIR CORREIA PADILHA DE LIMA	2812361
921	LILIANE ORTIZ DOS SANTOS	54960533
947	PRISCILA VANESSA DOS SANTOS	4242395
958	VIVIANE RENATA PADILHA SOARES FRAGOSO	2813180
969	MICHELY DAYANI TODT	5254080
1001	GISLAINE FRIEDRICH STREMLow	5.660.200
1056	LUIS CARLOS DE SOUZA	4439704
1090	ANA LUCIA BROZOSKI	5699520
1106	CAROLINE LEMES DE LIMA	6689262
1113	FABIO ALVES MARTINS	4156220
1117	ANGELA PATRICIA WAENARROVSKI	4966655
1138	ANA PAULA ARTNER	5979429
1209	ELLEN TIBES ALVES MARTINS	5594420
1276	ARRIETE FERNANDES DE OLIVEIRA	2314648
1295	DIEGO SORG JURGENSEN	5452586
1319	CLARICE DE FATIMA RODRIGUES SIEMS	918777
1325	CRISTIELEN DOS SANTOS	6333990

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1353	DJONATHAN CARLO WEBER	6153179
1356	MAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS	54960983
1396	ALEXANDRA DE BARROS PEREIRA	4455809
1399	ANGELINA CASTRO DE OLIVEIRA	1.795.505
1452	ANDRÉ GRANEMANN DAMAS	5452216
1512	SILVANA APARECIDA RISKE	4046965
1538	FRACIÉLI KUMINCK	5660710
1551	MARCIANA HINKE	3568235
1575	MIGUEL CARDOSO	1797105
1589	LEDIANE MAGALHAES	5036050
1609	LUCIANA BROZOSKI	4254507
1646	ANDREA APARECIDA SUCHARA DA SILVEIRA	4522441
1657	HELTON DOUDERA ZAVASKI	128664793
1721	GRACIANA NUNES PEREIRA	3347369
1753	DEBORA CRISTIANA RODRIGUES DA SILVA KRUGUER DE MATOS	5807666
1800	ELAINE REGINA GONÇALVES DE OLIVEIRA.	5699822
1843	JULIANA RIBEIRO BORGES	4769245
1844	KARINA FRANCO FAGUNDES	5196089
1871	SUZANA ZIELINSKI	5241424-8
1913	MARIA APARECIDA PRUSSAKI	3525348
1943	VANESSA GROSSKOPF	4769508
1947	MAICON RODRIGUES	88905300
2038	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	4662895
2042	EVELIZE ROSCOCHE	98490221

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

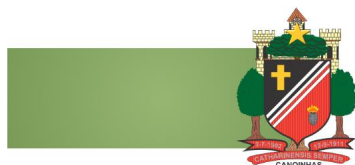
2050	HELOISA DE FÁTIMA ULTHES	6048375
2075	MICHELLE SEGÓBRIA FERREIRA	54417334
2106	IVANETE DE FATIMA GUIMARAES ULBRICH	42274771
2129	PATRICIA GREIN	5.579.939
2131	CRISTINA FERREIRA SCHONTON	2737297
2135	ALDERLI CONCEIÇÃO DA SILVA TOBIAS	7045668
2163	CASSIANA BAPTISTA PIRES	127579490
2171	ARLETE APARECIDA NUNES DE FIGUEREDO	1797542
2214	ANDREIA DIAS MIRANDA	98954880
2219	MARIA SUELI ADAMSKI VOUK	5345136
2230	SONIA ADELIA WIESE PEREIRA	2814186
2238	ANTONIO OVANDE MACIEL	5609977
2255	IRACY DE LOURDES CARNEIRO DOMINIAK	4839454
2256	FRANCIELE TIRIS SACHINSKI	52411788
2261	ALVINA ALVES	2.313.216
2266	LEILA DO ROCIO BUSKO	4254814
2271	WILLIAN RODRIGUES DE CARVALHO	4769280
2315	MARCOS ANDRÉ LISBOA ARRUDA	1.519.435
2340	MAGNO LOPES DE MEDEIROS	5924925

**PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (SALA AEE)**

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
76	JULIANO WOCHIKOSKY	1091321
95	MARIA DINACIR SILVA	3169019

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



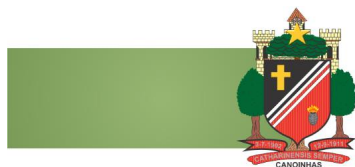
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

944	PRISCILA VANESSA DOS SANTOS	4242395
979	LORENA MACHADO	3.117.917-7
1105	MARIA ANGELITA DE LIMA HAENSCH GONÇALVES DO ROSÁRIO	2813774
1140	LUCIMARA LIS	4967088
1308	ALINE BÁRBARA VANIN	4.455657
1359	IVETE DE FATIMA BILESKI	3.525.506
1395	ALEXANDRA DE BARROS PEREIRA	4455809
1456	SONIA DE JESUS BRAGA SAUER	0535836544
1475	PAOLA TREVISANI	4966426
1514	MARCIANE ALVES RIBEIRO	5345788
1593	ADRIANA BAZE	5609950
1794	CÍNTIA LETÍCIA HAMES LIZ DE CAMPOS	35824050
1823	ROBERTO HENNING	1795224
1916	FABIOLA MARCIANE MARCHINHAKI	5859508
1961	JOSELI DOS PRAZERES SANTOS	3640929
2030	DERLI REGINA DE LIMA	4872804
2260	CELIA SCHIPITOSKI DO PRADO	4254226
2329	ANDREIA REGINA FURMAN	81447276

PROFESSOR ANOS INICIAIS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
97	IGOMAR NESPOLO	18762085
101	CARMEM APARECIDA BORGES	5.196.309
105	CRISTINA RODRIGUES PIRES PEREIRA	4967185

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

123	CIRLETE APARECIDA PRESTES DE ALBUQUERQUI DE MÉLO	4254004
147	GILIAM MIRELE TODT POSONSKI	5886323
151	DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS	1798637
163	ELIS MARINA NUNES	4522060
165	SILVANA APARECIDA TIBES	3119718
191	ZENILDA DE FATIMA DA SILVA FALKIEVICZ	2737071
203	ROSEMERI LEMOS LESSA	3111791
212	JURACI GRITENS DOS SANTOS	4242639
218	ANDREA VERBANEK	53581129
226	MARISTELA GRESCHENCHEN	6048439
229	IVETE TEREZINHA PACHECO CARVALHO ZUCCO	2813654
235	TERESINHA APARECIDA LEMOS	2311196
250	ELIZENE CASSIA CAPISTRANO SALVADOR	2123844
252	ALEXANDRA APARECIDA DE CATRO	4871536
257	RAQUEL GONÇALVES DOS SANTOS	3753557
263	FRANCIELE JACIARA MENDES	5254974
265	DINAZELI TISCHLER FERNANDES CORRÊA	4872147
268	SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK	3.116.924
275	DANIELE ALINE GROSSKLAUS VIERA	6048555
285	ELISANDRA ALVES DO PRADO DE LIMA	5.701.001
287	LUCIANE SOARES WALTER	4.966345
297	ROSE MARY KARPAVICIUS	1451441
299	NOELI DE FATIMA SCHUPEL	2315084
312	NISSIA CECILIA NUNES	3814898

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



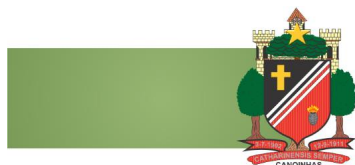
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

322	HELENA ZANCHETT	1,0720483
323	FABIANA DA VEIGA	54528909
343	PATRICIA MARTINS PADILHA	4254802
383	JOCIMARA DE AGOSTINHO DRZEVIECKI	3118749
387	ELIZABETE ROGALSKI SCHEUER	2311801
423	JONI PAULO RODRIGUES RIBEIRO	4667992
430	AMANDA CRISTINA DA SILVA	5254763
433	ADRIANA ALVES DA ROCHA	65416654
476	MICHELE CRISTINA WOSIACK	4156113
503	MARILENE ANTONOVICZ DOMININSKI	3118008
517	JOCIMERI MARTINS PIRES	3.704.790
540	JUSSARA ANTUNES TIBES	3850356
553	MARIA JOCELI PRESTES WRUBLEVSKI	5496017
561	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI	3.169.823
596	LORENA MOREIRA MAYER	5.979.135
598	LUZÍRIA DE BARROS PEREIRA CORDEIRO	975296
606	PATRICIA CAVALHEIRO	54527368
608	MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI	1795816
633	RAQUELY BUENO	4073794
650	LUCIANA BROZOSKI	4254507
655	PATRÍCIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MILLER	3.119.374
662	CRISTIANA ROMAO PEREIRA	4872222
664	LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO	3.680.519
672	MARIA TATIANE KOGE NOGATH	5886814

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

711	ANGELA MARIA PONTAROLO HACKER	3568003
715	JULIANA KRIGINSKI	5.496.898-4
719	KARINA CASAS	5859262
721	ADRIANA BAYEL	2311439
736	GABRIELLY MARSCHNER DE MATTOS	6.110.912
749	LUCIA MARIA WOSIACK	316771
787	EVA TATIANE LEONCIO	4073002
804	SOELI TEREZINHA ROCHA DE ALMEIDA	3874583
827	LUCIANE MARA CORREA MACHADO	1.790.002-6
830	LAURA MELNECHENKO IENDRAS	31697259
845	WITÓRIA LUIZA FURTADO	4967361
856	KARINA HELENA FERREIRA JACOBOWSKI	3.117.045
862	MAYARA PADILHA DA SILVA	6048558
871	KELLY LUCIANE LISBOA KUSS	3661475
877	ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA	2810415
909	NADIR CORREIA PADILHA DE LIMA	2812361
943	LAURECI FERREIRA	2248823
962	SABRINA CORNELSEN	4.455.376
985	DEISE MARA MARTINS	4687666
1005	LILIANE TELEGINSKI	5660292
1034	CAMILA GONÇALVES	41561155
1039	TANIA GARCIA DA SILVA TORRES	336160744
1059	CLAUDIA REGINA DE LIMA OSTROVSKI	4156187
1093	ROSANGELA MARIA SCHIESSL	1197452

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

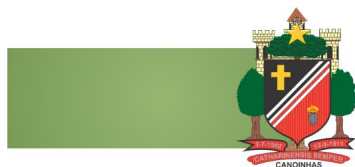


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1095	DIONICE DE FATIMA PEREIRA BURGARDT	2311391
1107	CAROLINE DE MIRANDA STIEBLER ALVES DOS SANTOS	4522416
1120	ANA PAULA ARTNER	5979429
1134	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	4769979
1137	DÉBORA MASSANEIRO	6313011
1146	FLAVIANO VICENTE SOARES	47071837
1153	THAÍSE CRISTINE DOS SANTOS	3956868
1166	ELIANE TEREZINHA DA SILVEIRA	4522959
1178	SIMONE APARECIDA CARLOS KONDRAS	2.204.723
1179	ELIZETE PADILHA COLAÇO PINTO	4522887
1199	DAIANA LEMOS DOS SANTOS	4086241
1202	ANA ATAIZ MULLER STOCKER	2311191
1206	ANGELA MARIA IACHITZKI	5432219
1223	VANESSA WALDMANN	6.442.240
1268	SIMONE PUTTKAMER CARVALHO	2314951
1271	CLEUDINÉIA FAGUNDES MUNHOZ	4522885
1286	VIVIELI DE CASTRO	5496674
1332	ANDREIA KUBRACK GRUBER	3116566
1347	ALEXANDRA MARIA TORQUATO	4455648
1358	CLÁUDIO JOSÉ ERHARDT	1363282
1365	DENILDA NUNES DA ROCHA CORRÊA	4455961
1372	GENI CORRÊA BUENO PEREIRA	4522830
1383	JOSIANE VAZ	4769260
1462	KARINA DE FATIMA GOMES	5588613

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

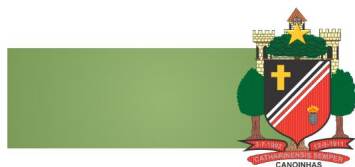


**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1483	JOSIANE DRANCKA	4872618
1505	ANA PAULA DOBRIKLOPE	5.609.943
1511	SILVANA APARECIDA RISKE	4046965
1516	MARIA IVONE PADILHA DA SILVA	1791200
1535	VIVIANE BAUER	5924873
1539	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN	2319897
1541	SOLANGE GRUBER MULLER DA SILVA	1797292
1562	ANDREA PINHEIRO DOS SANTOS	2738548
1571	NATALIA HERBST DA SILVA	4662948
1610	LIGIA RENATA COCHASK	83216689
1615	MARIA JOANA KRULL WORELL	2737433
1645	ANDREA APARECIDA SUCHARA DA SILVEIRA	4522441
1650	SANDRA NUNES MOREIRA VEIGA	4022930
1661	TATIANE DO CARMO DIAS MACHADO	6442034
1668	IRIELY DA CRUZ	4093787
1674	JORGE LUÍS BECKERT MEDEIROS	4522815
1688	MARIA VERÔNICA SCHUMOVSKI	23195819
1693	OTILIA DO PRADO LUDKA	1.106821
1699	ROSANE TOMCZYK	4046023
1706	ALICE THIETDKE	3661968
1735	ANGELA CRISTINA DOLLA GONCALVES PADILHA	3117618
1741	JUCIMARA MULLER NOVACK	2812177
1743	MARINA WALTER SAMPAIO TRAMONTIN	3117304
1748	JUCIMARA PANSTEIN TODT	38744520

**Prefeitura de Canoinhas**  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1764	LUCIANE ROSÉLIS WOLFF KOGI	2310045
1773	CARINE GRACIELA DA SILVA	4966692
1791	JACIEL SOARES DE LIMA	4872204
1817	ELIZETE DE FATIMA MACHADO DE SOUZA	1794552
1841	ROSÉLIS APARECIDA PACHECO DE MIRANDA LIMA	1198964
1852	NADINE CAVALHEIRO	6110379
1868	SUZANA ZIELINSKI	5241424-8
1878	CLAIR DE FATIMA FALKIEVECZ	18°R-1792111
1883	LUCIANA APARECIDA OLIVEIRA DELLER	6.660.625
1906	MARCIA ANDREA BECKER	3.956.109
1920	SILVIA COLAÇO SCHIESSL	5.037131
1925	BRUNA TAMIRES FERREIRA DE LIMA	6.442.286
1934	JESSIANE APARECIDA RIBEIRO	49410997
1935	PRISCILA DOS SANTOS PACHECO ODOVANE	5254250
1936	FABIANE APARECIDA COLAÇO	5807749
1939	MARCELO MARTINS DE CARVALHO	5037074
1946	DEISE FERREIRA CHAVES RINALDI	5176291
1952	CAMILA PICAZEVICZ DUBSTOP	5979024
1955	SUZE MERI MUHLMANN RADUNZ	4073119
2032	DERLI REGINA DE LIMA	4872804
2045	GRAZIELI CRISTIANE DE LIMA	5859659
2052	MARA LUCIANE LEAL GREIN	2.019.379
2087	MICHELLE SEGÓBRIA FERREIRA	54417334
2114	VERONI GAVASSO	3.112.932

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2118	KATIA IANA RIBEIRO MARTINS	5699979
2123	TAMARA OSTROSKE	6.4053.37
2137	MARCIA APARECIDA ADAMSKI SCHVITZKI	4872453
2209	TAMARA D' OLIVEIRA DA SILVA	5496231-5
2210	JUSSIMARA OLIVA	5254260
2233	GRAZIÉLI TATIANA WOLLMANN	96405448

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
64	LUCIANA GRABOWSKI VERGOPOLAN	99284439
93	ROSANA DA SILVA	4.871.387
94	JENIFFER MASSANEIRO PICHEBICHEVSKI	5.807.653
99	KELLI CRISTIANE VEIGA FONSECA	5345627
102	ADRIANA ALVES GODOY	5036986
104	MARILU BILESKE WARDENSKI	5.807.862
136	GREICE DAMANN DE SOUZA	5670454
148	MARIA EDUARDA GUDAS	5859412
180	DANIELA LEANDRO	4966710
188	JUSSARA ALVES DAVID	4966260
213	ADRIANA GARCIA DA SILVA DROZAK	4.522.143
214	MARIEL HORSKY	3753503
215	ANDREA VERBANEK	53581129
221	JAQUELINE JONKO	5496955
225	JULIANA CATARINA DOS SANTOS	5496938

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



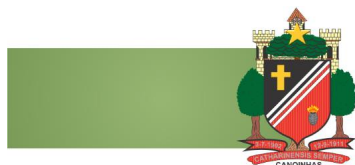
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

231	MIRNA KARPAVICIUS	1.451.621
234	JULIANA KRIGINSKI	3525331
254	JUSIMARA DA SILVEIRA	4455515
261	CLEUSA MARIA FERREIRA DIAS	4073360
270	KARIN SARAH BAUKART	5660362
271	IDELCI KUIASKI SMEKATZ	3908205
273	LUCAS ARI ARAÚJO PEDROSA	5.588.619
283	ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA	3956098
289	LUCIANE CAVALHEIRO MICHALOVSKI	4.073.448
329	ELIETE NERES DR MEIRA BARBOSA	6.737.102
352	ANDREA ROSICLER DOS SANTOS	2.810.099
360	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	5731984
384	MARINEUSA SOARES	3.568.750
389	ELIANE APARECIDA RUCHINSKI DOS SANTOS	3.448.173
395	JACIARA GONÇALVES DE LIMA	6048148
407	PAULINE DA SILVEIRA DE LIMA	6110396
419	ANDRIELI HOLLER	5886624
429	GIRLENE CORREIA	4.046.247
434	CLEUSA DE CASTRO	4522240
439	MARISTELA BAIL DE FAVERI	2736542
464	ELIANE VALOMIN DURAU	7206488
475	ELOINA MARIA MASSANEIRO	5.037.142
478	MARILI PEREIRA DE MATOS	4967018
481	RENATA CRISTIANE HATSCHBACH	5699926

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

508	JOICE FIDENCIO DA COSTA GUZINSKI	6110230
510	CRISTIANE RISKE RODRIGUES	4254143
511	VERA LUCIA RODRIGUES SOARES PIOTROWSKI	3110317
528	VALDETE SEMENTKOWSKI	3568414
531	CAMILA CRISTINA DE CASTRO	4871537
545	KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER	2737446
551	VANESSA WAGNER D' OLIVEIRA	4.242.694
556	VÂNIA WAGNER TARTARI	5.254.348
557	KARINA BANACZEK DE LIMA	5.452.139-4
573	SILVIA ROSANE SCHATZMANN	3525461
577	ANDRÉA ALVES FERREIRA DE FREITAS PADILHA	4254446
585	LUCIANE BOSSE SERINI WOHL	4071985
589	SIRLENE APARECIDA JANISZEWSKI DE SOUZA	3116918-0
590	FERNANDA BAPTISTA MOREIRA VOIGT	4.966.970
602	DANIELLI MARTINS PUSCA	5699491
609	LUCIANA MARIA SCHELBAUER	2773016
614	ANGELICA NIEZELSKI	5660706
620	LUCIMARA APARECIDA FIGUEIREDO DE SOUZA GONÇALVES	3956625
628	SANDRA VOIGT EBLING	2319954
629	ROSÉLIS ALVES ALBUQUERQUE SILVA	4046439
632	VERIDIANA WAGNER DE BARROS	2.739.034
644	MARLI DE FÁTIMA PISCOSKI	4046717
652	ADRIANA MACHADO CAMPOLIN	4.254400
657	ROSELAINE MARIA DIEFENTHELER	3,110318

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

665	JOSIANE ERZINGER	3874505
668	SUZANE APARECIDA OLESCOVICZ SZYDOLSKI	4.967.141
670	ZENILDA DE FATIMA DA SILVA FALKIEVICZ	2737071
681	SAMARA RODRIGUÊS WOLFF	107468439
682	JOICE APARECIDA CORDEIRO	5609321
717	JOLSIMARI ERZINGER	4073654
722	JOSIANE DOS SANTOS	5886569
724	ERICA DAIANA MAXIMO	4871068
745	MARIA VANESSA GRESCHENCHEN	4156286
756	MARIA ANGÉLICA BARBOSA	4769897
757	LARISSA ZIEMANN	6.547.066
763	LUCIANA MALINOSKI ERHARDT	1798953
771	VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA	4073332
781	LEDIANE MAGALHAES	5036050
789	MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA	3.753.618
818	JULIANE CORREA DE ALMEIDA BUENO DE OLIVEIRA CORDEIRO	4522785
820	LUCIMARA ALVES MACHADO STUKOSKI	3113714
822	MARGARETE FERREIRA DOS SANTOS	1791702
825	SALETE SOARES DE LIMA KALEMPA	1795518
829	VIRIDIANA DOS SANTOS	3704741
842	FERNANDA GELINSKI MARCOLINO	97361967
843	LUCIANA BUSKO	4433292
844	ROSA MARIA TINFEL PIECHONTKOSKI	3111371
849	MÁRCIA GORAL	3118207

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

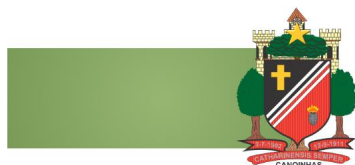


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

881	JOELMA MARIA MAIA BRAND	1795375
893	VIVIANE RENATA PADILHA SOARES FRAGOSO	2813180
895	ZORA IONARA GRANEMAN FERNANDES	2735426
898	CRISTIANA FLORISBELLA ADAM	4522732
901	TEREZINHA APARECIDA GROSCOPP	3111943
920	LILIANE ORTIZ DOS SANTOS	54960533
933	JANAINA ORTIZ DOS SANTOS	5699209
942	NOELI APARECIDA DE OLIVEIRA	5036516
954	LETICIA DA SILVA	5.432.818
976	FABIANE RUCHINSKI	5254041
982	CARINA DA SILVEIRA	3956023
1003	CARLA LETICIA HENDLER	5859240
1024	DÉBORA RODRIGUES DE MORAES	6100066
1026	FABIANI APARECIDA HITNER PONJALEKI	54477700
1035	PATRICIA CARLA DE SOUZA	3.113.024
1037	TAINE FERRAZ RODRIGUES RIBEIRO	5701889
1048	LILIAN DE SOUZA PRESTES	4.522.622
1049	ELIANE DE FÁTIMA BURDZIACK CARVALHO DO PRADO	3.874.155
1061	JANETE TEREZINHA MACHADO	1887190
1064	ELIANE CARLA ENGEL	4871018
1069	MARCELA DE FÁTIMA PIOTROWSKI	5432078
1071	KEILA DE SOUZA STEILEIN	5345561
1080	CLARISSE ANDREIA SUCHECKE FIGURA	3118899
1086	ROSELI QUERINO DA CRUZ	2776860

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

1099	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	3525562
1111	LETICIA CAMARGO	5254739
1112	ANGELA PATRICIA WAENARROVSKI	4966655
1122	SCHARLIZE DE MOURA NASCIMENTO	5924317
1126	FRANCIELE GROSSKOPF	4967137
1133	ELIANE CRISTINA BARBOSA DA SILVA	2738253
1143	MAIARA LEITE	5807630
1161	ELIANE TEREZINHA DA SILVEIRA	4522959
1174	ROSANE DA SILVA	1790911
1191	PATRICIA APARECIDA BOLLMANN DA SILVA	4662606
1213	SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI	3732386
1217	ELIANE APARECIDA SOARES ZANELLA	4046999
1229	ROSELI SCHMITBERGER DOS SANTOS	4046279
1233	JANAINE APARECIDA JURASZCK	4967771
1239	BIANCA DE CÁSSIA GRITEN PIRES	5588828
1241	VANIA MARIA WILLE DE SOUSA	3956123
1250	MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA FILHO	3.753.504
1265	CLAUDETE KONDRAS FERREIRA	3.117.313
1267	SIMONE PUTTKAMER CARVALHO	2314951
1275	ARRIETE FERNANDES DE OLIVEIRA	2314648
1280	JANETE APARECIDA GUDE	3118887
1282	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	5609460
1291	SILVANA MARA MARQUES DE LIMA	2735093
1296	MAIARA DAIANEROSA	5.588.650

**Prefeitura de Canoinhas**  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1299	ELENICE GONÇALVES DE JESUS	4667499
1312	SIMONE MAZUREKI SOARES DE LIMA	3753230
1327	CAMILA ALCINDA DA SILVEIRA	588168
1329	MARILEI ALVES	1798470
1346	ELIZIANA SUCHECKE	3956105
1355	CAROLINE DE MIRANDA STIEBLER ALVES DOS SANTOS	4522416
1361	MARIANE JURASZEK	4819448
1380	DIULE EMANUELE DE OLIVEIRA	5588733
1390	CRISTIANE DOMINGUES DE OLIVEIRA	5432592
1400	ROSANE DENK	52413934
1402	ELIZETE APARECIDA DE LIMA	3814709
1403	ADRIANE CLAUDIA MARCIA BARTNICK DE CARVALHO	2318820
1417	NATALI ARTNER	5699930
1435	ALICE THIETDKE	3661968
1438	JULIANA DE FÁTIMA DA SILVA SCHULKA	4769056
1463	MARI ELI CORDEIRO	2318647
1479	JAQUELINE MARIA PERTILE AUMONDI	3.816.857-0
1485	LUCI APARECIDA PANFIL	2738591
1494	CARLA CAVALHEIRO	4439709
1520	TATIANE DE FATIMA BEZERRA ALVES LOURENCO	6109934
1534	VIVIANE BAUER	5924873
1543	LEATRICE MARIAA GROSSKOPF HOFFMANN	4.769.774
1544	SABRINA CORNELSEN	4.455.376
1545	JULIANA CORREA NIZER	4254137

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



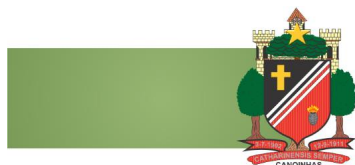
**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1554	DAIANA APARECIDA DE CAMARGO SCHIESSL	5345286
1558	ZELINDA MAZOROVICZ DOMINGOS PINTO	42422981
1560	ISABEL CRISTINA EUCLIDES	3956612
1563	MARIANA HENRIQUE	5701640
1565	JENIFER DA SILVA FERREIRA DE CASTRO	5979368
1573	JOCELI SCHUELLER	3397178
1577	KARLA HAUERBACH	4.254508
1583	BRUNA NEUMANN	5.859.084
1601	ANA ALVES NUNES	2.311.731
1612	SABRINE DAS CHAGAS PAULUK	6.900.438
1630	ADRIANA DE FÁTIMA TORQUATO	3704787
1635	JESSICA MARA DOS PASSOS TAVARES	6103613
1644	CLAUDIA SANTOS LIMA	4240846
1662	CINTIA MICHELE CORDEIRO	3956869
1675	ANDRIELE DA ROCHA	6109468
1679	ELVIRA FERREIRA	4156772
1710	MIRELE PEREIRA DA CRUZ BORGES	6109621
1715	FLÁVIA CRISTINA DE LIMA	5588538
1734	CASSIA DE FATIMA BOMFIM KARVAT	4254990
1744	THIANY CRISTINA DA SILVA NUNES	20280009
1758	JOCIANE WERNER KARPEN	5036959
1771	JULIA RENATA KOSMALA POGOGELSKI	6110290
1790	JAMILE LUDIANE DA ROSA MARTINS	8108847065
1799	MARIA VALDIRENE KRAUSE FRANCISCO	4254116

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br





**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

1803	VALDIRENE FRANTIESKA ROCHA	4.917.647-1
1814	JULIANA APARECIDA SOARES	5036796
1836	AURICIANE KMIECIK	2013370
1838	ANA CLEIA TOKARSKI	3116266
1842	JULIANA RIBEIRO BORGES	4769245
1847	JOSILENE VAZ	5254275
1855	CHAIANE VIEIRA FERRAZ	5254492
1862	ANGELITA APARECIDA DA SILVEIRA	3803380
1876	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN	2319897
1881	ISABELA WENDT FERREIRA	4967143
1897	CRISTINA APARECIDA BECKER DOS SANTOS	3.661.901
1902	DOUGLAS LEANDRO DIAS	7194527
1910	VALDIRENE TCHAICKA RIBEIRO NOGUEIRA	4156331
1915	KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES NAISER	3814818
1919	SÉRGIO ANTONIO FEGER	1363811
1926	PRISCILA DOS SANTOS PACHECO ODOVANE	5254250
1928	TATIANA APARECIDA FERNANDES CORRÊA KARVAT	4872552
1949	SILVETE WENDT ALVES PEREIRA	1799272
1951	AMARILDA DE JESUS LOPES BLANCK	1454610
1963	MARIA LUCIA MENDES	1096557
1967	ELIANE LEANDRO GONÇALVES JUNGLES	5254482
1980	LINDAMIR DARMORUS TEIXEIRA	3111322
2007	JOCEMARI TORQUATO VESOLOVSKI	3114245
2012	TATIANE APARECIDA VIEIRA	5609820

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

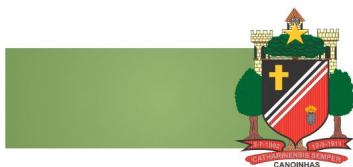


**Prefeitura de Canoinhas**  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
 FINANÇAS E ORÇAMENTO  
 Departamento de Leis e Decretos

2014	ANNIE CAROLINE MORANTT	5345150
2017	ESTEFANY MORANTT TERPAN	5979879
2019	NATANA MARA BUENO DA ROCHA	5701868
2021	SONIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	5.496.663-6
2034	JANETE KRAUSS	3118967
2043	NADINE CAVALHEIRO	6110379
2049	GRAZIELE RIBEIRO SCHULTZ	4967746
2051	ADENISE FERREIRA ROSA	5924653
2063	MICHELE KWITSCHAL	4966495
2066	JOCIANE MARIA GONÇALVES DE LIMA	4.242.096
2074	JOSIANE CAETANO DA SILVA MATIOSKI	3874859
2081	ROSANE APARECIDA DA SILVA CHAGAS	2814354-0
2089	EMANUELE DO PRADO BONETES DE OLIVEIRA	5588817
2090	ANA MARIA DOMINGOS PINTO MAIA	4156820
2094	KAISA RAUEN BEDRITCHUK	6660743
2100	GIOVANA LESSAK	54326028
2104	DANIELE DE PAULA LIMA ZUCCO	525445
2142	PRISCILA KONDRAS FERREIRA DOS SANTOS	5588820
2147	MARIA CLAUDINÉIA RANDIG	3753275
2158	ANA CLAUDIA GORCHINSKI GONTAREK	5432960
2161	CASSIANA BAPTISTA PIRES	127579490
2218	ELISANGELA DURAU	5254526
2221	PATRICIA ALINE MASSANEIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA	6861574
2223	DANIELI BILITZKI	6720538

Prefeitura de Canoinhas  
 NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
 Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br



**Prefeitura de Canoinhas**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E ORÇAMENTO  
Departamento de Leis e Decretos

2264	JOSIANE PINTO	5345963
2276	SANDRA GONÇALVES PALHANO DOS SANTOS	2737250
2279	MARILSA LANGER	2737405
2280	SUELEN APRARECIDA WRUBLEVSKI	5345576
2295	LUANA PAOLA DETONI CARVALHO	5699529
2304	LETÍCIA ROCHA SELEME	4522647

Prefeitura de Canoinhas  
NOSSA MISSÃO É CUIDAR DE VOCÊ

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, CEP 89460 000 - Santa Catarina  
Telefone 47 3621 7740 | E-mail - leis@pmc.sc.gov.br

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 139/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/15  
CONTRATADO: JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO G.E.M MENINO JESUS, AO G.E.M REINALDO KRYGUER E A E.B.M JOSÉ GROSSKOPF.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)  
DATA: 16/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/15  
CONTRATADO: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EP  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO G.E.M MENINO JESUS, AO G.E.M REINALDO KRYGUER E A E.B.M JOSÉ GROSSKOPF.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.437,00 (sessenta mil quatrocentos e trinta e sete reais)  
DATA: 16/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/15  
CONTRATADO: DANNA COMERCIAL EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO G.E.M MENINO JESUS, AO G.E.M REINALDO KRYGUER E A E.B.M JOSÉ GROSSKOPF.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.330,00 (quatro mil trezentos e trinta reais)  
DATA: 16/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/15  
CONTRATADO: FLEXFORMA COM. DE MOVEIS E EQUIPTO PARA ESCR. LTD  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO G.E.M MENINO JESUS, AO G.E.M REINALDO KRYGUER E A E.B.M JOSÉ GROSSKOPF.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.808,00 (dezessete mil oitocentos e oito reais)  
DATA: 16/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/15  
CONTRATADO: MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO G.E.M MENINO JESUS, AO G.E.M REINALDO KRYGUER E A E.B.M JOSÉ GROSSKOPF.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.916,60 (vinte e sete mil novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos)  
DATA: 16/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 142/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 231/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 142/2015 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 07/01/2016, ficando estipulado os seguintes horários: às 10h00min (entrega) e 10h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link governo/licitações  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº PMC 191/2015**

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 191/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 98/2015  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 20/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público a retificação da publicação do dia 15/12/2015, na edição nº 1891 da edição deste diário, onde lia-se: FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUG - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, leia-se: FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Informações (47) 3621-7705.  
Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 241/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 241/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 148/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/01/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 07/01/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº162-2015 SUPLEM FUNDO SCIAL

DECRETO No 162, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001.08.244.0195.2105	MANUT CENTRO REFER ESPEC DE AS.SOC.CRE	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-031	Aplicações Diretas	1052	00	R\$	5.000,00
	Total	1052	00	R\$	5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

1001.08.244.0195.2105	MANUT CENTRO REFER ESPEC DE AS.SOC.CRE	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-030	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	5.000,00
	Total	1000	00	R\$	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 14 de dezembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

### Lei Complementar nº 188/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedido aos servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que efetivamente trabalham em caráter permanente em atividades insalubres ou perigosas, o direito a percepção do respectivo adicional, previsto no art. 54, inciso II e art. 56 da Lei Complementar nº 006, de 1991.

Art. 2º São consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Parágrafo único. O adicional de insalubridade será calculado com base, respectivamente nos percentuais de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo nacional conforme graus máximo, médio e mínimo.

Art. 3º São consideradas atividades ou operações perigosas na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho impliquem em exposição de risco à saúde ou integridade física do servidor.

Parágrafo único. O adicional de periculosidade será calculado à base de 30% (trinta por cento) do vencimento base inicial do cargo efetivo ocupado pelo servidor.

Art. 4º A insalubridade ou periculosidade da atividade será apurada através de laudos e perícias técnicas específicas, realizadas pelo SIMAE,

por iniciativa da sua administração e ou a requerimento dos servidores interessados.

Art. 5º O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo e perícias técnicas específicas, determinados pela administração do SIMAE.

§ 1º A administração do SIMAE fará avaliações periódicas, não inferiores a 12 meses, para apuração da continuidade ou não das condições de insalubridade ou periculosidade.

§ 2º Caberá também a administração do SIMAE promover as medidas necessárias, recomendadas tecnicamente, que visem a reduzir ou eliminar os riscos de insalubridade e de periculosidade apurados.

Art. 6º O servidor que atuar em atividade que for considerada simultaneamente insalubre e perigosa deverá optar entre um ou outro dos adicionais, vedada a acumulação.

Art. 7º Os adicionais a que se refere esta Lei incluem-se na base de cálculo pela média mensal do período aquisitivo para efeitos de 13º salário e férias, vedada sua incorporação nos vencimentos fixos do servidor.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do SIMAE.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 16 de dezembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

### **Lei Complementar nº 189/2015**

LEI COMPLEMENTAR No 189, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Reduz percentual de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre a Planta Genérica de Valores.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a promover a redução de 16,70% (dezesesseis vírgula setenta por cento) para o exercício 2016 nos valores venais dos imóveis do perímetro urbano, que servirão de base de cálculo para lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), baseada na Planta Genérica de Valores aprovada pela Lei no 2.064, de 16 de dezembro de 1997.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Capinzal, em 16 de dezembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

### **Lei nº 3.201/2015**

LEI Nº 3.201, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza transferir recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros mensalmente no valor de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o exercício de 2016, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, com sede à Rua Agenor Trancoso, nº 378, Loteamento São Luiz, nesta cidade de Capinzal.

Art. 2º Os recursos financeiros de que trata a presente Lei tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnica, administrativa e financeira na execução das atividades e manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) buscando o melhor,



mais célere e eficiente atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, no acesso à educação e na defesa dos direitos e interesses dos portadores de necessidades especiais como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 3º A entidade beneficiada estará obrigada à prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na forma da lei, sob pena de suspensão das transferências.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 16 de dezembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

### **PORTARIA 1249/2015**

PORTARIA Nº 1249, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1249/2015, Bruna Dalpissol Wilbert, matrícula nº 327018/05, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### **PORTARIA 1257/2015**

PORTARIA Nº 1257, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 025/2013, que nomeou a srª. Tania Maria de Lima para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Imprensa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1298/2015**

PORTARIA Nº 1298, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1328/2015**

PORTARIA Nº 1328, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3627/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Ildo Ferrari, matrícula nº 310719/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Transporte Coletivo, nível 185, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 185, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 13 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1329/2015**

PORTARIA Nº 1329, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, Tatiane da Costa, matrícula nº 407510/01, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1358/2015**

PORTARIA Nº 1358, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 308/2015, Gitana Lise Klein, matrícula nº 410067/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 1368/2015**

PORTARIA Nº 1368, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 1034/2015, Scheyla Cristina Alves Schmidt de Vargas, matrícula nº 325163/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/44/2015**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/44/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 05.055.328/0001-29

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA E EMISSÃO DE ART DE EXECUÇÃO. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NO PRÉDIO DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

VALOR: R\$ 86.791,19 (OITENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS) PARA EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO.

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2015

VIGÊNCIA: 16/12/2015 A 15/03/2016

# Catanduvas

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0032/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0032/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0069/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PRECISA GESTAO EM TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão da assistência social, prestação de serviços técnicos especializados com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos, implantação, treinamento dos usuários, suporte técnico e demais serviços descritos no edital e em seu anexo I.

VALOR: R\$ 22.980,00 (vinte e dois mil novecentos e oitenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.076.3390.00 - 10150 - 15/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

2.076.3390.00 - 10152 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Catanduvas – SC, 14 de dezembro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Claudia Vieira

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA Nº 2208 – REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

Ata nº 2208 – reunião ordinária realizada em 29 de dezembro de 2014.

Ata nº. 2208 – Aos vinte e nove dias do mês dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dezenove horas, reuniram-se os senhores vereadores para mais uma reunião ordinária. Aberta a sessão pelo Presidente foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Expediente: leitura de correspondências expedidas e recebidas. Indicação n. 018/2014 será encaminhada ao Poder Executivo. Ordem do Dia: Procedeu-se à verificação da presença para deliberação na ordem do dia, registrando-se presentes os Vereadores Ademir, Cheila, Felipe, Leucir, Lucimar, Márcio, Monalisa, Salete, Odair e, da Assessora Jurídica Dra. Maria Alice Castagnaro. Em seguida, o Presidente v. Odair suspendeu a sessão por cinco minutos para que os partidos interessados apresentem suas indicações de chapa para composição da Mesa Diretora. Reaberta a sessão, o Presidente informou que foram apresentadas duas chapas para composição da Mesa Diretora e novamente, suspendeu a sessão para a elaboração das cédulas. A seguir, informou que a votação será secreta, de forma individual para cada cargo. Reaberta a sessão, foram apresentadas as duas chapas para concorrer aos cargos da Mesa Diretora biênio 2015 a 2016. Chapa n. 01: Presidente: Salete Ribeiro Chiarello. Vice-Presidente: Monalisa Ruaro. 1ª Secretária: Cheila Adriana Guerra Fabris. 2º Secretário: Odair José Gabrielli. Chapa n. 02: Presidente: Márcio Jucélio de Lucca. Vice-Presidente: Felipe Bortolon. 1º Secretário: Leucir Luiz Parisotto. 2º Secretário: Ademir José Spassini. Em seguida, foi aberto espaço para que os vereadores pudessem se manifestar. O v. Marcio solicitou registro na integra. Quero primeiro saudar todos os vereadores, presidente, advogada, nossos funcionários desta Casa, saudar todos os presentes. Hoje é um dia muito especial, pro município de Catanduvas, porque aqui, vai se votar e se eleger a pessoa que vai comandar esta Casa, segundo o Regimento, por dois anos. Meu Partido PP, juntamente com o Partido do PPS, PSD e Democrata, a gente teve um acordo que não seria dois anos, seria um ano de cada um. Eu como

sempre, pautei minha vida nos cinquenta anos, acordo é pra ser cumprido. Eu acabei lançando meu nome pra presidente, compus uma chapa, eu candidato presidente, Felipe vice-presidente, Leucir Parisotto, primeiro secretário, Ademir Spassini meu segundo secretário. Eu, sento de frente, ao mural que nos mostra todos os presidentes que passaram nesta Casa. Acredito que todos esses presidentes, eles chegaram lá, onde tá sua foto, com dignidade, cumprindo seus acordos, fazendo a coisa certa. Eu podia até ter tentado fazer acordos, maracutáias, mas eu não faço, eu faço o que eu acordei em dois mil e doze (2012) quando nós, em dezoito (18) candidatos da coligação elegemos seis. Fizemos acordo não só com os seis vereadores, mas com os seis suplentes, que cada um, assumira um mês durante cada mandato e subsequente, o que não ficasse de suplente também teria um acordo. Pautamos dois mil e treze (2013) perfeitamente, foi se cumprido todo o acordo, com os suplentes. Infelizmente esse ano, a gente não pode dar sequência de trabalho, porque algumas pessoas não cumpriram o acordo. Eu, talvez posso até errar, mas não consciente. Posso errar, posso falar algumas coisas inconscientemente, porque eu tenho um defeito muito grande, que meu pai tinha que era ser muito autêntico no que a gente diz. Não penso duas vezes pra falar, certo. E como eu coloquei, cheguei nos meus cinquenta anos, quero continuar, que meus filhos, meus amigos, sempre me encarem de cabeça erguida, porque a gente tendo dignidade, a gente pauta a vida da gente assim. Então, quero pedir voto a todos os vereadores, se possível, pra mim presidente e para meus colegas que compõem a chapa. Desde já agradecer essa oportunidade de ser candidato a presidente, dizer aos ouvintes do catanduvasonline que o trabalho da gente é esse trabalho da coisa certa. Independente, eu acho que cada um tem seu partido político, tem situação e tem oposição, mas eu acho que a verdade, dignidade nunca pode ser subjugada. Então, obrigado presidente pelos minutos, agradecer e desde já, se não tiver a palavra livre, teremos palavra livre depois, teremos, então depois eu coloco. Após a participação dos vereadores Felipe, Salete, Monalisa, Cheila e Odair, iniciou-se a votação, de forma individual, para cada cargo, conforme dispõe o Regimento Interno desta

Casa. Após a votação, o Presidente convidou um vereador de cada partido para procederem à apuração dos votos. Depois de apurada a votação, a chapa vencedora foi a Chapa n. 01 com 5 (cinco) votos favoráveis para todos os cargos que compõem a mesa. A Chapa n. 02 obteve quatro (4) votos favoráveis, também para todos os cargos que compõem a chapa. Conforme votação, a Mesa Diretora eleita para conduzir os trabalhos no Biênio dois mil e quinze (2015) a dois mil e dezesseis (2016) foi a Chapa n. 01, comporta da seguinte forma: Presidente: Salete Ribeiro Chiarello. Vice-Presidente: Monalisa Ruaro. 1ª Secretária: Cheila Adriana Guerra Fabris. 2º Secretário: Odair José Gabrielli. Em seguida, o Presidente v. Odair informou que a nova Mesa Diretora será empossada automaticamente a partir de primeiro (1º) de janeiro de dois mil e quinze (2015). A seguir, o Presidente registrou na íntegra seu comentário. Gostaria de agradecer os funcionários da Casa que me apoiaram em todas as situações, todas as circunstâncias, onde que eu consegui desenvolver meu trabalho aqui, da forma que foi desenvolvido. Os vereadores, já agradeço semana passada, retorno agradecer. Gostaria de Falar um pouco sobre "poder". Poder que algumas pessoas exercem. Sempre comento aqui em reuniões, várias reuniões já comentei, vocês devem de ter escutado, sou católico, mas pouco frequento a doutrina, mas hoje, tive a certeza que ainda faço parte dos planos de Deus e dos planos dos Anjos do céu. Tenho um anjo que sempre me ajuda e que hoje, me mostrou que me protege. Comecei analisar o mundo em que estamos e que hoje vivemos, rodeado de pessoas que confiei tanto, que admirei, que tinha certeza que eram seus amigos, mas que, me demonstraram uma personalidade, uma raiva, um sentimento, um ódio. A dor que senti hoje, só senti quando meu pai morreu. Foi forte, triste e calado, sem expressão. Pergunto então ao mundo: porque pessoas que tanto fiel fui, ajudei, que talvez, essas pessoas daqui a cinquenta, sessenta, algumas cheguem a oitenta, noventa anos, mas que vão morrer e, nada daqui, nada vão levar, a não ser, sua experiência de vida seus conhecimentos e o que deixaram nesta terra como benefícios. Por que tem que ser assim desta maneira? Quem tem poder, porque tem que ser dessa forma? Será que tem que ser a força? Será que tem que humilhar os outros? Será que quando você questiona, argumenta fatos, que não agrada mais alguns, será que tem que ser desta forma, humilhando, matando, prejudicando pessoas? Por que tem que ser assim? Será que é tão importante humilhar, desprezar os outros que se manifestam contra elas, essas pessoas? Talvez, eu não tenha dinheiro, não tenha status, poder, mas tenho certeza que eu tenho humildade, tenho coração e sentimento. Eu tenho o prazer de ser quem eu sou, muitos me odeiam, mas muitos me amam. Eu sou humano, nunca desejei o mal nem pra pior pessoa que me despreza, nem pra pessoa que mais me prejudica. Então, peço pra que as pessoas se avaliem, se analisem e vejam o que está acontecendo. Peço também, um presente, para o ano novo, não só no ano novo, mas pra minha vida e pro meu futuro. Peço que me deixem criar pelo menos meus dois filhos, só isso que eu quero, foi isso que pedi pra algumas pessoas que, no passado, me ajudaram muito. Hoje, eu senti que essas pessoas na minha vida foram especiais. Só que hoje, elas através de fofocas, conseguiram distanciar nossas amizades e formar uma opinião negativa sobre minha pessoa com elas. É uma pena, mas como eu falei, não tenho raiva e não desejo prejudicar ninguém. Então v. Salete, parabéns pela tua candidatura, talvez alguém vai dizer que você não cumpriu acordo, assim com fizeram comigo, mas se fosse hoje, eu não queria ser presidente. Logo a seguir, foi aberto o espaço para as Explicações Pessoais:- Fizeram uso da palavra os vereadores: Salete, Marcio, Monalisa, Ademir, Felipe, Leucir, Cheila, Lucimar, Odair e a assessora jurídica Dra. Maria Alice. Nada mais havendo para discutir, o Presidente encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e determinou-se que se lavrasse presente ata para que após lida e aprovada surta seus efeitos legais.

Presidente:

1ª Secretária:

## **PORTARIA Nº PL/81/2015 DE 16 DE DEZEMBRO 2015.**

PORTARIA Nº PL/81/2015 de 16 de dezembro 2015.

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO, NA FORMA QUE ESPECIFICA

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, a partir de 16/12/2015, o servidor LUAN RIBEIRO DA SILVA, do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvas/SC, nomeado através da Portaria n. 79/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, 16 de dezembro de 2015.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

Registrado e Publicado em Secretaria em 16.12.2015.

Monalisa Ruaro

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 114/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000114/15 de 9 de Dezembro de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001334/14 de 3 de Novembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Dezembro de 2015

VILMAR FOPPA

PREFEITO

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: LEANDRO PAGLIARI ME.

Número do Contrato: 07/2015.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, ETAPA 02, CUJO EDIFÍCIO SERÁ EM ALVENARIA, SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC, TOTALIZANDO UMA DE 617,50M2.

Data de Assinatura: 07/12/2015.

Validade do Contrato: 06/03/2015.

Valor do Contrato: R\$ 145.236,87 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos).



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**Portaria 415/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 415/2015

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços da Assessoria Jurídica;
- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 412, de 04/12/2015 e, convocar, a Servidora CHARLIANE MICHELS, por motivo de necessidade para atender os serviços de assessoria jurídica, devendo o período remanescente de 20(vinte) dias (16/12/2015 a 05/01/2016) ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativas e de interesse público.

Art. 2º Fica revogado os efeitos da Portaria nº 412, de 04/12/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2015.

**JOSÉ BRAULIO INÁCIO**

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**

### **EXTRATO DE CONTRATO 46/2015**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 46/2015 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 35/2014

DATA: 07/DEZEMBRO/2015

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA EM JUIZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR: R\$ R\$ 666,66 (SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS) MENSAIS.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.

DATA: 16/DEZEMBRO/2015

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 142/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa, durante o exercício de 2016, para prestação de serviços de horas máquinas, transporte de calcário/cascalho, guindaste com cesta aérea e guindaste com munck, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/01/2016

Abertura: dia 08/01/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

### **AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA (OUTORGA) Nº 3/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

Concorrência (Outorga) Nº 3/2015 - PMC

#### **AVISO DE SUSPENSÃO**

Objeto: Outorga de permissão para exploração, no Município de Concórdia, de 59 (cinquenta e nove) pontos de serviços de transporte individual de passageiros – serviços de táxi, incluídas as vagas reservadas aos portadores de deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015 e 01 (um) ponto de serviços de transporte individual de passageiros – serviços de táxi adaptado, com acessibilidade para transporte de portadores de necessidades especiais "usuários de cadeira de rodas".

Comunicamos às licitantes que o processo acima citado encontra-se SUSPENSO temporariamente em face à determinação judicial, conforme autos nº 0304288-90.2015.8.24.0019.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2015.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

### **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO, REVERSÃO DE INABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 – FMS

Objeto: Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" deste Edital.

#### **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO, REVERSÃO DE INABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, aos preceitos da Súmula 473, STF de 03 de dezembro de 1969, a Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público que na data de 16/12/2015 foi revertida a decisão de deferimento do pedido protocolado pelas licitantes CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA e SERVIOESTE SOLUÇÃO AMBIENTAIS LTDA, publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1883 do dia 03 de dezembro de 2015. Diante do indeferimento, mantém-se a habilitação da empresa ATITUDE AMBIENTAL LTDA, conforme julgamento proferido na sessão do dia 11 de novembro de 2015. De consequência, convocamos as empresas ATITUDE AMBIENTAL LTDA, CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA e SERVIOESTE SOLUÇÃO AMBIENTAIS LTDA, habilitadas no certame, para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 22 (vinte e dois) de dezembro de 2015, às 14h00min. Fica a disposição da licitante, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2015.

ANGELA MARLOVA SPERANDIO

Vice-Presidente da Comissão de Licitações

### **EXTRATO 17º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC**

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 17TA CT 230/14/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 11/12/2015 Término: 24/01/2017

Assinatura : 11/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

Dotação : 404 - 08.001.1009.344905198000000.03390002

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 149/2015 -PMC**

Contrato Nº : 149/2015

Aditivo Nº : 1TA Ctr/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para construção de edificação destinada a abrigar a área de convivência e arquivo geral da Prefeitura Municipal de Concórdia, na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, bairro Guilherme Reich.

Vigência : Início: 01/12/2015 Término: 20/05/2016

Execução : Término: 20/12/2015

Assinatura : 01/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 330 - 08.001.1009.344905198000000.03000001

Dotação : 405 - 08.001.1009.344905198000000.03070000

#### **EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 78/2015 -PMC**

Contrato Nº : 78/2015

Aditivo Nº : 1 TA Ctr 78/2015/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 14/2015

Objeto : Aquisição de passes escolares (ida e volta) para os alunos do Ensino Médio e Fundamental da rede Pública Municipal e Estadual de ensino, para durante o exercício de 2015, conforme concessões.

Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 05/02/2016

Assinatura : 07/12/2015

Valor R\$: 12.800,00 (Doze Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 56 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

#### **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 149/2015 -PMC**

Contrato Nº : 149/2015

Aditivo Nº : 2TA Ctr 149/2015/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em

regime de empreitada global (mão de obra e material), para construção de edificação destinada a abrigar a área de convivência e arquivo geral da Prefeitura Municipal de Concórdia, na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, bairro Guilherme Reich.

Vigência : Início: 11/12/2015 Término: 20/05/2016

Assinatura : 11/12/2015

Valor Acrescido R\$: 4.122,53 (Quatro Mil, Cento e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Valor Suprimido R\$: 15.022,01 (quinze mil e vinte e dois reais e um centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 330 - 08.001.1009.344905198000000.03000001

Dotação : 405 - 08.001.1009.344905198000000.03070000

#### **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 197/2015 -PMC**

Contrato Nº : 197/2015

Aditivo Nº : 2TA CT197/2015/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LAJE OESTE LTDA - ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a depósito para as Escolas de Samba, localizada no Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Município de Concórdia - SC, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 02/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 403 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

#### **EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 281/2015 -PMC**

Contrato Nº : 281/2015

Aditivo Nº : 1TA Ctr 281/2015/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 12/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática, escritório, comunicação e eletrodomésticos, todos novos, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 10/12/2015 Término: 19/04/2019

Assinatura : 10/12/2015

Valor R\$: 3.250,00 (Três Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 394 - 15.001.2203.344905235000000.03610003

#### **EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 150/2015 -PMC**

Contrato Nº : 150/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr150/2015/2015

Tipo Aditivo : ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAGEM KPB LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 13/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, em regime de empreitada

por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das ruas; Malásia (loteamento Santo Angelo); Waldomiro Colombo e João Zampronio (loteamento Zampronio); Rua A (loteamento Bom Jesus); e Rua Santa Adréia (loteamento Vittorio Veneto), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital  
Vigência : Início: 14/12/2015 Término: 06/02/2016

Assinatura : 14/12/2015

Valor Acrescido R\$: 67.691,67 (Sessenta e Sete Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Valor Suprimido R\$: R\$51.928,06(cinquenta e um mil e novecentos e vinte e oito reais e seis centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 404 - 08.001.1009.344905198000000.03390002

Dotação : 405 - 08.001.1009.344905198000000.03070000

#### **EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 144/2015 -PMC**

Contrato Nº : 144/2015

Aditivo Nº : 4TA Ctr 144/2015/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITTER RODOVIAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 30/01/2016

Assinatura : 07/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 129 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

#### **EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 123/2015 -PMC**

Contrato Nº : 123/2015

Aditivo Nº : 5TA Ct 123/2015/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : L B COMERCIO E SERVICOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015

Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 06/02/2016

Assinatura : 02/12/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 125 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2015 -PMC**

Contrato Nº : 333/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 7/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SC - BADESC.

Vigência : Início: 02/12/2015 Término: 29/07/2016

Assinatura : 02/12/2015

Valor R\$: 253.313,58 (Duzentos e Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Treze Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Dotação : 129 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 334/2015 -PMC**

Contrato Nº : 334/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM INFORMÁTICA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 39/2015

Objeto : Prestação de serviço de horas técnicas e deslocamento, para auxílio na geração do calculo do IPTU 2016, Encerramento Do Exercício Contábil de 2015, conferencia dos relatórios anuais obrigatórios e abertura do Exercício Contábil 2016 com analise de saldo e balanço.

Vigência : Início: 03/12/2015 Término: 02/03/2016

Assinatura : 03/12/2015

Valor R\$: 11.865,60 (Onze Mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903908000000.01000001

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2015 -PMC**

Contrato Nº : 335/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IRMAOS BALBINOT LTDA

Licitação : Pregão Presencial 126/2015

Objeto : Aquisição de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios para o coquetel de Natal dos servidores a ser realizado nos dias 22 e 23 de dezembro de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 04/02/2016

Assinatura : 04/12/2015

Valor R\$: 1.969,58 (Um Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Dotação : 24 - 04.001.2008.333903007000000.01000001

Dotação : 24 - 04.001.2008.333903021000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2015 -PMC**

Contrato Nº : 336/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LWART LUBRIFICANTES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 124/2015

Objeto : Seleção de empresa através da modalidade MAIOR OFERTA POR ITEM para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação legal de óleos lubrificantes minerais usados ou contaminados gerados nas atividades do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 07/12/2016

Assinatura : 07/12/2015

Valor R\$ : 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 174 - 11.001.2040.333903928000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2015 -PMC**

Contrato Nº : 337/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AEON COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 125/2015

Objeto : aquisição de materiais elétricos, a serem utilizados na manutenção das escolas da Rede Municipal de Ensino conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 06/01/2016

Assinatura : 07/12/2015

Valor R\$ : 1.447,50 (Um Mil, Quatrocentos e Quarenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903026000000.01190000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2015 -PMC**

Contrato Nº : 338/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JONAS FERNANDO RIFFEL 08555612977

Licitação : Pregão Presencial 125/2015

Objeto : aquisição de materiais elétricos, a serem utilizados na manutenção das escolas da Rede Municipal de Ensino conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 06/01/2016

Assinatura : 07/12/2015

Valor R\$ : 4.650,00 (Quatro Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2015.333903026000000.01190000

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2015 -PMC**

Contrato Nº : 339/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 15/2015

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para adequação das instalações elétricas das edificações do CMEI Natureza, EBM Irmão Miguel e GEM Nova Brasília, com convênio oriundo de salário Educação e contrapartida Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 09/12/2015 Término: 07/02/2016

Assinatura : 09/12/2015

Valor R\$ : R\$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais)

Dotação : 48 - 06.002.2013.344905198000000.01010000

Dotação : 69 - 06.004.2018.344905198000000.01360000



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 11.2015**

Pág 1 / 2

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>499.664,48</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		84.287,86	0,00	
Vinculada		415.376,62	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.532.300,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.532.300,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>382.432,33</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		219.810,93	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		162.621,40	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>845.508,28</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		845.508,28	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.259.905,09</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.732.247,32</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		1.464.139,52	0,00	
Vinculada		268.107,80	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>978.584,17</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		815.962,77	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		162.621,40	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>549.073,60</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		549.073,60	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.259.905,09</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-VMBJ-187952879 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

16/12/2015 09:08

Pag 2 / 2

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:08:03

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Ordenador de Despesa  
CPF: 210.578.850-53

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
Encarregada do Serviço

JOSE ALBERTO MAZOCCO  
Tesoureiro

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-VMBJ-187952879 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

16/12/2015 09:08

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 11.2015.**

Pág 1 / 2

**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
 Prestação de Contas  
 AN 13 - Balanço Financeiro  
 Período de Referência: Novembro / 2015



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>56.814,32</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		52.462,62	0,00	
Vinculada		4.351,70	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>889.160,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		889.160,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>204.040,60</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		107.938,70	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		85,00	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		96.016,90	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>421.905,32</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		421.905,32	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.571.920,24</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.078.040,98</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		939.040,98	0,00	
Vinculada		139.000,00	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>97.689,43</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.672,53	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		96.016,90	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>396.189,83</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		396.189,83	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.571.920,24</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-00FL-187952793 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

16/12/2015 09:06

**FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015

Pág 2 / 2

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:06:35

Notas:

LEVI ELÓI DOS SANTOS  
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-OOFL-187952793 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

16/12/2015 09:06

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 11.2015**

Pág 1 / 2

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>138.369,40</b>	<b>0,00</b>
Ordinária		138.369,40	0,00
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>5.001.100,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		5.001.100,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>529.145,67</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		311.812,27	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.500,00	0,00
Depósitos Resituiíveis e Valores Vinculados		214.833,40	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>85.591,60</b>	<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		85.591,60	0,00
Depósitos Resituiíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>5.754.206,67</b>	<b>0,00</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>5.436.795,06</b>	<b>0,00</b>
Ordinária		5.166.795,06	0,00
Vinculada		270.000,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>256.313,36</b>	<b>0,00</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		36.560,04	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		4.919,92	0,00
Depósitos Resituiíveis e Valores Vinculados		214.833,40	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>61.098,25</b>	<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		61.098,25	0,00
Depósitos Resituiíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>5.754.206,67</b>	<b>0,00</b>

**Notas Explicativas**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-QJRD-187952338 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEÇA

16/12/2015 09:08

Pag 2 / 2

**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:09:00  
Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ  
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-QJRD-187952938 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

16/12/2015 09:08



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 11.2015**

Pág 1 / 2

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
 Prestação de Contas  
 AN 13 - Balanço Financeiro  
 Período de Referência: Novembro / 2015



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>621.146,65</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		15.213,21	0,00	
Vinculada		605.933,44	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.330.000,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.330.000,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>443.670,32</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		406.458,36	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		15.219,88	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		21.992,08	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>507.667,01</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		507.667,01	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>2.902.483,98</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.276.064,95</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		1.550.295,04	0,00	
Vinculada		725.769,91	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>131.538,81</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		105.747,57	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		3.799,16	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		21.992,08	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>494.880,22</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		494.880,22	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>2.902.483,98</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1481102-6598-HMEU-187952991 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

16/12/2015 09:09

Pag 2 / 2

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:09:53  
Notas:

LAURI GARBOSSA  
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-HMEU-187952991 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

16/12/2015 09:09

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015

Pág 1 / 2



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 11.2015**

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>66.867,52</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		10.144,20	0,00	
Vinculada		56.723,32	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		195.000,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>39.713,14</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		32.130,46	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		6.615,00	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		967,68	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>142.556,31</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		142.556,31	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>444.136,97</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>246.332,41</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		176.204,14	0,00	
Vinculada		70.128,27	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>967,68</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		967,68	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>196.836,88</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		196.836,88	0,00	
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>444.136,97</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

16/12/2015 09:10

Identificador: WPR1491102-6598-DSLIN-187953036 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM - Informática Ltda

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015

Pág 2 / 2

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:10:38  
Notas:

LAURI GARBOSSA  
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-DSLN-187953036 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

16/12/2015 09:10

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 11.2015.**

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
 Prestação de Contas  
 AN 13 - Balanço Financeiro  
 Período de Referência: Novembro / 2015



Pág 1 / 2

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>37.973.168,76</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		382.707,01	0,00	
Vinculada		37.590.461,75	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>21.676.078,50</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		21.676.078,50	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>9.529.103,81</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		6.316.994,84	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		283,87	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		3.211.825,10	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>3.807.592,33</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.807.592,33	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>72.985.943,40</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>61.015.261,57</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		457.673,64	0,00	
Vinculada		60.557.587,93	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>4.853.997,27</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.642.172,17	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		3.211.825,10	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>7.116.684,56</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.116.684,56	0,00	
Depósitos Resitíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>72.985.943,40</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

Identificador: WPR1491102-6598-WJPB-187952627 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM - Informática Ltda

16/12/2015 09:03

Pag 2 / 2

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 16/12/2015, Hora emissão 09:03:50

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE  
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-WJPB-187952627 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

16/12/2015 09:03



**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 11.2015.**

Pag 1 / 2

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>				
<b>INGRESSOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>148.419.184,79</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		77.414.833,51	0,00	
Vinculada		71.004.351,28	0,00	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>33.352.045,07</b>	<b>0,00</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		19.371.070,66	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		368.304,66	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.612.669,75	0,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8.579,08	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>22.643.031,70</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.643.031,70	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>204.422.840,64</b>	<b>0,00</b>	
<b>DISPÊNDIOS</b>				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>119.970.294,60</b>	<b>0,00</b>	
Ordinária		56.752.654,69	0,00	
Vinculada		63.217.639,91	0,00	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>35.045.853,44</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		33.794.608,50	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>22.477.949,00</b>	<b>0,00</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		9.029.759,66	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		128.442,74	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.319.746,60	0,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>28.179.988,54</b>	<b>0,00</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		28.179.988,54	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>204.422.840,64</b>	<b>0,00</b>	

**Notas Explicativas**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-037-DOWJY-187523331 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

11/12/2015 09:48

Pag 2 / 2

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Novembro / 2015



FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 11/12/2015, Hora emissão 09:48:55  
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MARLON DE LAI DENEGA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPR1491102-037-DOWUY-187523331 - Emitido por: ELIZA TEBALDI BORSATTI

11/12/2015 09:48

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 246 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 246 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na seguinte Programação de despesa:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secretaria de Cultura Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	72	01.0000	3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 3.000,00 (três mil reais) da seguinte Programação de despesas:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secretaria de Cultura Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	70	01.0000	3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 01 de dezembro de 2015.  
JONES EMANUEL MARASCHIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## CÂMARA MUNICIPAL

### **LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO 08/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 08/2015, Tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL., que na sessão do último dia 16/12/2015, foi declarada DESERTA, em virtude dos motivos constantes nos autos. Maiores informações na sede da CÂMARA, situada na Av. Duque de Caxias, 1569, Centro, Município de Correia Pinto/SC ou pelo Fone: (049) 3243-1166.

Correia Pinto, 17 de dezembro de 2015.

Eloisa Beatriz Martins

Pregoeira

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 240/2015

#### REPUBLICAÇÃO

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 240/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 08:30 horas do dia 08/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Haverá Expediente exclusivo para protocolo no período das 08:00 horas às 08:30 horas do dia 08/01/2016.

A partir das 09:00 horas do dia 08/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 16 de Dezembro de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATO: 016/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Escola Técnica de Educação Profissional Local X Ltda.

Objeto Contratação de empresa para realização de cursos de formação profissional de limpeza de pele e cuidados de proteção para a Secretaria Municipal de Assistência Social Origem: Processo 024/2015 Modalidade: Pregão nº 024/2015 – Valor de R\$ 9.300,00. Vigência: 15/12/2015 à 30/06/2016 ..Dionísio Cerqueira 15/12/2015

Maria C. Wagner – Gestora do FMAS

### LICITAÇÕES 2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 024/2015 FMAS. Objeto Contratação de empresa para realização de cursos de formação profissional de limpeza de pele e cuidados de proteção para a Secretaria Municipal de Assistência Social.. Vencedor Escola Técnica de Educação Profissional Local X Ltda-EPP Valor R\$ 9.300,00 - -Dionísio Cerqueira 15/12/2015

Maria C. Wagner – Gestora do FMAS



# Ermo

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 059, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO N.º 059, de 09 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 5º da Lei municipal Nº 232, de 30 de setembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam Nomeados os Membros do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos do município de Ermo, conforme segue:

I - Representante do Executivo Municipal;

- Ana Paula Canella Cândido

II - Representantes do Poder Público, sendo:

- Departamento de Saúde: Maria Clarice Della Vechia Ré.

- Departamento de Assistência Social: Jerusa Alexandre.

III- Representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados de terceira idade.

- Terezinha Ferreira Leonardo;

- Dilma Costa Alves.

IV- Representante de entidade, sindicato ou associações que se dediquem aos trabalhos com idosos.

- Neusa Acordi Fernandes.

Art. 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado interesse público relevante e não remunerado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de dezembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA

### LEI 1411/2015

LEI Nº 1411, de 09 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

#### I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Erval Velho para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.212.000,00 (Dezessete milhões, duzentos e doze mil reais).

#### II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 17.212.000,00 (Dezessete milhões, duzentos e doze mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 545.000,00 (Quinhentos e quarenta e cinco mil reais) e R\$ 16.667.000,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal da Infância e da Adolescência integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 3.362.360,00 (Três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta reais) integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Observado o inciso I, § 8º, do artigo 120 da Constituição Estadual, é permitido ao Poder Executivo Municipal recompor dotações orçamentárias, em até o limite de um quarto do montante citado no caput deste artigo, mediante transposição, remanejamento ou transferências de valores entre Unidades Orçamentárias ou Gestoras, projetos, atividades, operações especiais, ou modalidades de aplicação.

§ 4º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.100.000,00
Receita Tributária	997.400,00
Receita de Contribuições	280.000,00
Receita Patrimonial	179.080,00
Receita de Serviços	101.360,00
Transferências Correntes	13.450.230,00
Outras Receitas Correntes	91.930,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.112.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.100.000,00
Operações de Crédito	700.000,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	12.000,00
Transferências de Capital	1.400.000,00
TOTAL	17.212.000,00

§ 5º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	13.849.640,00
Câmara de Vereadores	545.000,00
Gabinete do Prefeito	519.000,00
Secretaria de Administração e Finanças	2.160.690,00
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	3.936.790,00
Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos	3.427.120,00
Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental	2.322.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	837.800,00
Fundo Municipal de Habitação	71.240,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	15.000,00
Reserva de Contingência	15.000,00
Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde	3.362.360,00
Fundo Municipal de Saúde	3.362.360,00
TOTAL	17.212.000,00

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 26, parágrafo único da Lei nº 1.404/2015 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao

limite de 25% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

IV - Mediante autorização legal específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

V - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - Realizar Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de dezembro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 09 de dezembro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61B/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 168/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61B/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 168/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa JULIANA APARECIDA GERONIMO FOGAÇA, CNPJ/MF nº 14.942.162/0001-53, estabelecida na Rua Duque de Caxias, Armazém/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Juliana Aparecida Gerônimo Fogaça, brasileira, CI nº. 33981059, CPF nº. 324.431.848-70, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 168/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para locação de brinquedos, referente ao LOTE 01, para atividades da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 48 (quarenta) horas a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem



justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 168/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

JULIANA APARECIDA GERONIMO FOGAÇA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Juliana Aparecida Geronimo Fogaça

CPF: 324.431.848-70

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 176/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 176/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. GOLD COMPUTADORES LTDA, CNPJ/MF nº 02.537.692/0001-37, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, em Araranguá, neste ato representado pelo Sr. Sandro Pietsch, brasileiro, CI 2.390.820, CPF 675.131.079-04;

2. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representado pelo Sr. Charles Madeira Mello, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.807.588 e inscrito no CPF sob o nº 844.078.839-87;

3. INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ/MF nº 04.586.694/0001-41, estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, 111, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, neste ato representado pelo Sr. Filipe Berto da Silva, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.924.788-0 e inscrito no CPF sob o nº 054.963.149-5;

4. SUPRIMÓVEIS EIRELLI EPP, CNPJ/MF nº 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Coronel Buchelle, 646, Centro, Tijucas/SC, neste ato representado pelo Sr. Márcio Rodrigues Xavier, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.066.280.118 e inscrito no CPF sob o nº 954.044.650-34;

Doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 176/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de cartuchos e tonners para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de



acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma

estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de

pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 176/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal  
GOLD COMPUTADORES LTDA

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sandro Pietsch  
CPF: 675.131.079-04;  
ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Charles Madeira Mello  
CPF: 844.078.839-87;  
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Filipe Berto da Silva  
CPF: 054.963.149-95;

SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Márcio Rodrigues Xavier  
CPF: 954.044.650-34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 177/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 177/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1, e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA – ME, CNPJ/MF nº 08.985.825/0001-14 estabelecida na Rua Santa Terezinha, 87, Centro de Jaborá - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, CI 2136277, CPF 655.988.909-25;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 177/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de livros para bibliotecas escolares e livros de atividades para alunos da pré-escola das escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda – Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

**Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 06 (seis) meses sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos, sob qualquer defeito de fabricação.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um

período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela



que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 177/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 14 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA – ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vivaldino Pasqualotto

CPF: 655.988.909-25;

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 191/PMF/2015**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 191/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de lixeiras container de aço galvanizado para atender as necessidades da Secretaria de Educação, do Município de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de janeiro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 16 de dezembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/FMS/2015.**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 40/FMS/2015.

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública para a Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC para o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de dezembro 2015 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.

br.

Forquilha, 16 de dezembro de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI  
Pregoeira

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 182/PMF/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – FUCRI/UNESC – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA

OBJETO – Monitoramento ambiental do Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) do Lixão dos Municípios de Criciúma, Forquilha e Nova Veneza, na antiga área industrial Carboquímica Catarinense S.A. (ICC) – em Liquidação Extrajudicial, localizada no Município de Forquilha/SC, conforme acordo judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 5002926-84.2010.404.7204/SC.

VALOR – R\$ 12.824,00 (doze mil oitocentos e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA – 05 (cinco) anos.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa Nº 180/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 108/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 108/2015

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 05/2013  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RADAR SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação serviços de braçais na coleta de lixo no município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2015 para 31/12/2016 conforme prevê a cláusula quarta do contrato 05/PMF/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 119/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 119/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 236/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA

DO OBJETO – O presente Contrato tem por objetivo a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para subsidiar a fiscalização das obras da Rodovia SC-445, numa extensão de 2,5 Km, objeto do contrato nº. 131/PMF/2014.

DO PRAZO – A vigência do contrato 236/PMF/2014 será prorrogada de 27/12/2015 para 31/03/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de dezembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 123/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 123/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 242/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, e destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, do município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2015 para 31/12/2016 conforme prevê a cláusula sexta do contrato 242/PMF/2014 e artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de dezembro de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 17/FMS/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 17/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 38/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CENTRO DE REABILITAÇÃO HUMANA DO VALE DO ARARANGUÁ

DO OBJETO – Credenciamento para contratação de clínica especializada no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilhinha.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato nº. 38/FMS/2014 o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

ITEM	SERVIÇO
01	Serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência de substâncias químicas, em regime de internação, por determinação judicial e demanda espontânea para atender adolescentes do sexo masculino entre 12 e 18 anos (Alta complexidade).
03	Serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência de substâncias químicas, em regime de internação, por determinação judicial e demanda espontânea para atender adultos do sexo masculino entre 18 e 65 anos (Alta complexidade).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013\_2015-PMF -CIDASC1.**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0242/2015 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2015-PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARI-NENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, que tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa relativo ao Rateio Fixo das Despesas do “Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA”, para o exercício de 2016, na ação: Manutenção do Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental. Valor fixo: R\$ 2.204,00 (dois mil e duzentos e quatro reais), por mês, totalizando um valor de R\$ 26.448,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais). Vigência: Início no mês de janeiro de 2016 e término em dezembro de 2016. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014\_2015-PMF -CIMCATARINA**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0243/2015 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014/2015-PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARI-NENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, para o exercício de 2016, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas. Valor fixo: R\$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais), por mês, totalizando um valor de R\$ 55.680,00 (cinquenta e cinco mil, e seiscentos e oitenta reais). Vigência: Início no mês de janeiro de 2016 e término em dezembro de 2016. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011\_2015-FME RP 0009- DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0011/2015 – FME

Registro de Preços Nº 0009/2015 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição futura de troféus e medalhas para as competições de fevereiro a dezembro de 2016. Vigência da Ata: fevereiro a dezembro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 26.01.2016. Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) e e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito.

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0143\_2015-PMF RP 0102**

Aviso do Pregão Presencial nº 0143/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0102/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresas do ramo para prestação de serviço de lavagem da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Junho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 07.01.2016. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 15 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### **DECRETO Nº 273-2015**

DECRETO Nº 273, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

FIXA O VALOR DA UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes na Lei Complementar nº. 053/2003;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal do Município, para o exercício de 2016, em R\$ 2,00 (dois reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 275-2015**

DECRETO Nº 275, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (90)	R\$	30.000,00
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (90)	R\$	30.000,00
Total	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172101020100 – Cota-Parte do FPM	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 17.12.2015**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
11.12.2015	FNDE	Salário Educação	171.074,59
10.12.2015	FNS	IGD-PBF	4.756,69
10.12.2015	FNAS	SSCFV	35.625,00

Secretaria de Finanças

**RESOLUÇÃO CMS 015-2015**

DELIBERAÇÃO 015/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o edital para contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de exames laboratoriais a serem coletados na UPA24H para o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, nas situações de urgência e emergência, ficando definido que o valor fixo mensal para os serviços de coleta em regime de sobreaviso 24 horas será no montante de 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por mês, e o valor dos exames será com base na Tabela de Procedimentos do SUS, de acordo com Tabela de Exames Laboratoriais 2016, abaixo:

Item	Código SUS	Descrição do Exame	Quantidade Estimada/mês	Valor SUS Unitário R\$
------	------------	--------------------	-------------------------	------------------------

1	02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	35	2,25
2	02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	5	1,85
3	02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CÁLCIO	5	1,85
4	02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	1	2,80
5	02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA (BETA HCG)	10	7,85
6	02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	15	2,01
7	02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB (CK-MB)	30	4,12
8	02.02.04.003-8	EXAME COPROLÓGICO FUNCIONAL	5	3,04
9	02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	65	1,85
10	02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH	1	1,37
11	02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	5	2,01
12	02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	5	1,85
13	02.02.12.002-3	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1	1,37
14	02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	1	18,55
15	02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	200	4,11
16	02.02.02.013-4	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA)	10	5,77
17	02.02.01.037-6	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (LDH)	1	3,68
18	02.02.05.001-7	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	125	3,70
19	02.02.04.013-5	PESQUISA DE ROTAVÍRUS NAS FEZES	20	10,25
20	02.02.02.002-9	CONTAGEM DE PLAQUETAS	15	2,73
21	02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTÁSSIO	30	1,85
22	02.02.03.020-2	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	100	2,83
23	02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SÓDIO	30	1,85
24	02.02.02.007-0	DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE COAGULAÇÃO	1	2,73
25	02.02.02.014-2	DETERMINAÇÃO DO TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	10	2,73
26	02.02.02.009-6	DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	1	2,73
27	02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	25	2,01
28	02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRUVICA (TGP)	25	2,01
29	02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	30	1,85
30	02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANFERASE (GAMA GT)	5	3,51
31	02.02.03.120-9	DOSAGEM DE TROPONINA	30	9,00
32	02.02.02.015-0	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSÉDIMENTAÇÃO (VHS)	10	2,73
33	02.02.01.032-5	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	10	3,68

Fraiburgo (SC), 16 de dezembro de 2015.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

## RESOLUÇÃO CMS 016-2015

DELIBERAÇÃO 016/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, APROVOU, por unanimidade, o edital para contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de equitação, para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I de Fraiburgo, no âmbito do SUS, ficando definido o valor a ser pago pelo serviço na Tabela de Serviços de Equitação – 2016, abaixo:

Nº de participantes	Nº de seções por participante	Valor da seção por participante R\$	Valor Mensal Estimado R\$
60 pacientes	02/mês	35,00	4.200,00

Fraiburgo (SC), 16 de dezembro de 2015.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 274-2015****DECRETO Nº 274, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**FIXA VALORES PARA A COBRANÇA DE ISSQN, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 87 DA LEI COMPLEMENTAR N. 053/2003, RELATIVA À EXECUÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições legais constantes no Artigo 87 da Lei Complementar nº. 053/2003,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Ficam fixados os valores para a cobrança de ISSQN, relativa à execução de mão de obra na construção civil, constantes no ANEXO I, parte integrante do presente Decreto.

**Art. 2º** A base de cálculo da mão de obra empregada na reforma de benfeitorias terá um redutor de 50% (cinquenta por cento).

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

## ANEXO I - DO DECRETO Nº 274/2015

<b>MATERIAL DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VALORES EM UFM</b>	<b>VALORES EM REAIS</b>
Comercial em Alvenaria	Luxo	156,58	313,16
Comercial em Alvenaria	Alto	139,80	279,60
Comercial em Alvenaria	Normal	107,55	215,10
Comercial em Alvenaria	Popular	97,12	194,24
Comercial em Alvenaria	Baixo	86,89	173,78
Comercial Mista	Luxo	109,87	219,74
Comercial Mista	Alto	98,09	196,18
Comercial Mista	Normal	75,45	150,90
Comercial Mista	Popular	64,90	129,80
Comercial Mista	Baixo	59,38	118,76
Comercial em Madeira	Luxo	54,94	109,88
Comercial em Madeira	Alto	49,05	98,10
Comercial em Madeira	Normal	37,73	75,46
Comercial em Madeira	Popular	32,97	65,94
Comercial em Madeira	Baixo	29,71	59,42
Industrial em Alvenaria	Luxo	101,40	202,80
Industrial em Alvenaria	Alto	90,53	181,06
Industrial em Alvenaria	Normal	75,45	150,90
Industrial em Alvenaria	Popular	65,02	130,04
Industrial em Alvenaria	Baixo	59,38	118,76
Industrial Mista	Luxo	75,50	151,00
Industrial Mista	Alto	67,41	134,82
Industrial Mista	Normal	56,19	112,38
Industrial Mista	Popular	45,66	91,32
Industrial Mista	Baixo	43,34	86,68
Industrial em Madeira	Luxo	50,72	101,44
Industrial em Madeira	Alto	45,28	90,56
Industrial em Madeira	Normal	37,73	75,46
Industrial em Madeira	Popular	32,92	65,84
Industrial em Madeira	Baixo	29,71	59,42
Residencial em Alvenaria	Luxo	188,16	376,32
Residencial em Alvenaria	Alto	168,00	336,00
Residencial em Alvenaria	Normal	129,23	258,46
Residencial em Alvenaria	Popular	113,96	227,92
Residencial em Alvenaria	Baixo	103,54	207,08
Residencial Mista	Luxo	123,89	247,78



## ANEXO I - DO DECRETO Nº 274/2015

Residencial Mista	Alto	110,61	221,22
Residencial Mista	Normal	85,08	170,16
Residencial Mista	Popular	74,63	149,26
Residencial Mista	Baixo	65,02	130,04
Residencial em Madeira	Luxo	90,59	181,18
Residencial em Madeira	Alto	80,88	161,76
Residencial em Madeira	Normal	67,40	134,80
Residencial em Madeira	Popular	37,73	75,46
Residencial em Madeira	Baixo	32,92	65,84

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF, firmado em 02.12.2015, para auxiliar na aquisição e manutenção de instrumentos musicais, materiais didáticos e de expediente, higiene e limpeza, necessários ao desenvolvimento do projeto "Música para Todos", visando auxiliar na coordenação motora e no melhoramento escolar do aluno, incentivando o desenvolvimento da cultura no município, mediante a concessão no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em 12 (doze) parcelas mensais, de R\$ 1.125,00 (um mil, cento vinte e cinco reais), nos meses de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2016, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade	03 - CULTURA
Funcional	13.392.0008.2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento	3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
Recurso	1.0200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 16 de dezembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO, com o objetivo de auxiliar a entidade na manutenção e atendimento de crianças todas portadoras de necessidades especiais, (alunos da APAE e do CDV), na realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo as mesmas em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento as crianças, mediante a concessão no valor total de R\$ 25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 2.108,33 (dois mil, cento oito reais, trinta e três centavos), no período de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2016 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional	08.244.0022.2.048 - Manutenção do CREAS
Recurso	1.511
Elemento	3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 16 de dezembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E O CENTRO CULTURAL EGON FREY.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e o CENTRO CULTURAL EGON FREY, com o objetivo de auxiliar a entidade no custeio das aulas, ensaios, manutenção das oficinas de artes e música, bem como na manutenção dos instrumentos e equipamentos musicais, mediante a concessão no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.666,66 (hum mil, seiscentos sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos), no período de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2016 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade	03 – CULTURA
Funcional	13.392.0008.2.044 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento	3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos
Recurso	1200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 16 de dezembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAVE, para auxiliar na manutenção e no atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, no acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a sua criatividade e desenvolvimento, com o objetivo de ampliar os conhecimentos e possibilitar discussões a respeito de comportamentos na infância e adolescência, mediante a concessão no valor total de R\$ 121.000,00 (cento vinte e um mil reais), em 11 (onze) parcelas mensais, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), no período de fevereiro a dezembro de 2016.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente o exercício de 2016 nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	11.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade	11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional	08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS
Recurso	1.200
Elemento	3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 16 de dezembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE RECURSOS, ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS, REF. AO PROC. LIC. 27/2015, TP 03/2015**

ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE RECURSOS, E ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

TOMADA DE PREÇOS 03/2015

ASSUNTO: ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE RECURSOS, E ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, as nove horas, na sede da Prefeitura Municipal de Frei Rogério, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeadas através da Portaria n.º 010/2015, presidida por Marcos Ribeiro e secretariado por Genésio Rinaldi, e demais membro conforme abaixo discriminados, tendo por objetivo o recebimento e julgamento de recursos interpostos pela proponente RODRIGUES & DA SILVA LTDA – ME, uma vez que a mesma foi desclassificada na fase de habilitação por ter apresentado a documentação em desacordo com a exigida no edital. Aberto os trabalhos verificamos que a proponente RODRIGUES & DA SILVA LTDA – ME não apresentou recursos e tampouco enviou representantes para acompanhar a abertura do envelope da proposta de preços da empresa ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, única proponente habilitada para esta fase, e que também não enviou representante, fatos estes, que não impediram a abertura do envelope da proposta de preços que estava em poder da CPL. uma vez que o envio de representantes não era obrigatório. Feita a abertura do envelope da proposta de preços, verificamos que a mesma foi elaborada de acordo com o solicitado, inclusive com os valores dentro daqueles previstos pela administração, sendo desta forma declarada vencedora do referido certame a proponente ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, com o valor global de R\$ 732.441,23 (setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos). Nada mais, foi encerrada a presente reunião, eu Genésio Rinaldi, \_\_\_\_ na qualidade de secretário desta CPL, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinado por todos os presentes abaixo mencionados.

Frei Rogério, 24 de novembro de 2015

MARCOS RIBEIRO

Presidente CPL

GENÉSIO RINALDI

Secretário

OSNI ABREU

Membro

JANAINA FERREIRA

Membro

### **CONVÊNIO N 007/2015 CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.**

CONVÊNIO N 007/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Adolfo Soletti 750, inscrito no CNPJ sob nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. OSNY BATISTA ALBERTON, abaixo assinado, doravante denominado apenas MUNICÍPIO e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede na Rua Juracy de Melo Shmidt nº 274, Curitiba, inscrito no CNPJ nº 83.453.183/0001-28, neste ato representada por seu presidente Ricardo Stanguerlin, doravante denominada apenas de APAE, resolvem firmar convênio de Cooperação Financeira, em conformidade com a Lei Municipal n.º 839/2015 de 11 de dezembro de 2015 e de acordo com as seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A APAE se compromete em aceitar em suas dependências os Alunos que forem encaminhados pelo Município, e zelar deles com dedicação e dignidade.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO**

O Município repassará à APAE o valor anual de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), o qual será dividido em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 1.450,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta reais).

§ 1º - A APAE deverá prestar contas dos recursos, na forma da legislação em vigor, tendo um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados

do recebimento, para aplicar os recursos de acordo com o objeto do presente convênio.

§ 2º - Caso a entidade não preste contas dentro do prazo estabelecido, ficarão automaticamente suspensos os recursos ainda não liberados.

§ 3º - Os recursos de que trata este Convênio terão finalidade única e exclusiva na manutenção de atividades já existentes, devendo ser utilizados em despesas de custeio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO:

O Convênio passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente CONVÊNIO será rescindido, de pleno direito, por inadimplência a qualquer das obrigações aqui pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato que tome materialmente inexecutável, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso em ofício daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca Curitibanos, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões com fundamento no presente ajuste.

E assim, por estarem plenamente concordados na forma acima, assinam o presente convênio em 3 (três) vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Frei Rogério (SC), 14 de Dezembro 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

RICARDO STANGUERLIN  
Presidente da APAE

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG ou CPF

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG ou CPF

### **DECRETO Nº 778/2015 DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 778/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais, no período de 19/12/2015 a 03/01/2016, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Art. 2º - Os setores administrativo e contábil permanecerão em funcionamento até o dia 23 de dezembro de 2015.

Art. 3º - Os serviços essenciais que por sua natureza não podem ser interrompidos, tais como atendimentos de urgência e emergência no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, serão atendidos em regime de sobreaviso/plantão, sob a orientação e a responsabilidade do Secretário ou do Diretor da respectiva pasta.

§1º - A relação de escala dos servidores de sobreaviso/plantão, contendo o nome e o número de telefone do plantonista, deverá estar disponibilizada com antecedência razoável em local visível e de amplo acesso à população.

Art. 4º - Os serviços de emissão de bloco de notas e CIDASC, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, funcionarão única e exclusivamente nos dias 21,22,23,28,29 e 30 de dezembro, das 08:00h as 12:00h.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 15 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

# **DECRETO Nº 779/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

DECRETO Nº 779/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério e no art.12, inciso II, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014 e Lei Municipal nº 840/2015 de 16 de dezembro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	01	Camara de Vereadores	
Unidade:	02	Poder Legislativo	
Proj./ativ.	2.001	Manutenção das Atividades Legislativas	
6	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.400,00
	TOTAL		R\$ 6.400,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	01	Camara de Vereadores	
Unidade:	02	PODER LEGISLATIVO	
Proj./Ativ.	1.063	Construção de Estacionamentos/ Calçadas e Passeios	
4	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.400,00
	TOTAL		R\$ 6.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de dezembro 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

# **DECRETO Nº 780/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

DECRETO Nº 780/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério e no art.12, inciso II, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014 e Lei Municipal nº 841/2015 de 16 de dezembro de 2015.

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
14	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 52.000,00
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.007	Manutenção do Controle Interno	
18	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.020	Manutenção do Fundeb	
49	3.1.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.076	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
2	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	

Proj./Ativ.	2.082	Epidemiologia e Controle de Doenças	
34	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.109	Agentes Comunitários de Saúde - Acs	
22	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$149.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	01	Gabinete do Prefeito	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
1	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 58.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.015	Manutenção da Educação Básica	
41	3.1.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.108	Estratégia de Saúde da Família - ESF	
19	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.110	Contribuição – CIS Amures	
26	3.1.71.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 16.000,00
	TOTAL		R\$149.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2015 "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 18/2004 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, EXTINGUE A TAXA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS – TES, INSTUTUI A FIGURA DO PREÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 18/2004 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, EXTINGUE A TAXA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS – TES, INSTUTUI A FIGURA DO PREÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinta a Taxa para Execução de Serviços – TES, prevista no Capítulo X da Lei Complementar n. 18/2004 – Código Tributário Municipal, instituindo-se a figura do Preço Público para cessão onerosa de bens e prestação de serviços públicos não submetidos à disciplinar dos tributos.

Art. 2º - Fica, assim, renomeado o Título V da Lei Complementar n. 18/2004 – que passará ter a seguinte denominação:

**TÍTULO V**

**DAS TAXAS E DO PREÇO PÚBLICO**

Art. 3º - Fica alterado o artigo 291 da Lei Complementar n. 18/2004 – Código Tributário Municipal, que passará a ter seguinte redação:

Art. 291 – Integram o Sistema Tributário Municipal:

**IX – Preço Público**

Art. 4º - Fica renomeado o Capítulo X da Lei Complementar n. 18/2004 – Código Tributário Municipal, que passará a ter seguinte denominação:

**CAPÍTULO X**



## DO PREÇO PÚBLICO

Art. 5º - Fica alterado o artigo 325 da Lei Complementar n. 18/2004 – Código Tributário Municipal, que passará a ter seguinte redação:

Art. 325. Pela cessão onerosa de bens públicos e a prestação de serviços públicos não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, serão cobrados os preços públicos com base na Unidade Fiscal do Município - UFM, vigente no mês da cessão ou da prestação dos respectivos serviços, regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo, ou lei específica no caso de programas de incentivo, devendo ser observado, sempre que possível, o valor médio de mercado para o respectivo serviço.

Art. 6º - Fica alterado o artigo 327 da Lei Complementar n. 18/2004 – Código Tributário Municipal, que passará a ter seguinte redação:

Art. 327. O recolhimento do valor do preço público se dará exclusivamente mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal-DAM, previamente à cessão de bens ou prestação de serviços públicos.

Art. 7º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar n. 018/2004 – Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o artigo 326 da Lei Complementar n. 018/2004, bem como, o Parágrafo Único e tabela de serviços previstos no artigo 327 da Lei Complementar n. 018/2004 – Código Tributário Municipal, e a Lei Municipal n. 569/2009 e suas alterações.

Frei Rogério, 16 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº. 840/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

LEI MUNICIPAL Nº. 840/2015, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	01	Camara de Vereadores	
Unidade:	02	Poder Legislativo	
Proj./ativ.	2.001	Manutenção das Atividades Legislativas	
6	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.400,00
	TOTAL		R\$ 6.400,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	01	Camara de Vereadores	
Unidade:	02	PODER LEGISLATIVO	
Proj./Ativ.	1.063	Construção de Estacionamentos/ Calçadas e Passeios	
4	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.400,00
	TOTAL		R\$ 6.400,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de dezembro 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

# **LEI MUNICIPAL Nº. 841/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

LEI MUNICIPAL Nº. 841/2015, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
14	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 52.000,00
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.007	Manutenção do Controle Interno	
18	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.020	Manutenção do Fundeb	
49	3.1.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.076	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
2	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.082	Epidemiologia e Controle de Doenças	
34	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.109	Agentes Comunitários de Saúde - Acs	
22	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
	TOTAL		R\$149.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	01	Gabinete do Prefeito	
Proj./Ativ.	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
1	3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 58.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.015	Manutenção da Educação Básica	
41	3.1.90.00.00.00.00.00.0186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.108	Estratégia de Saúde da Família - ESF	
19	3.1.90.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.110	Contribuição – CIS Amures	
26	3.1.71.00.00.00.00.00.0153	Aplicações Diretas	R\$ 16.000,00
	TOTAL		R\$149.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 16 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO,31/2015 - INTERNET**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 09/2015, no dia 30 de dezembro de 2015, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de óleo diesel aditivado s10 e arla 32, para manutenção de máquinas e veículos do município de Frei Rogério.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 16 de dezembro 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2015 "CONVÊNIO DE SUBVENÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS"**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2015 , DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONVÊNIO DE SUBVENÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE frei rogerio E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS"

O Município de frei rogerio, ente federativo público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 01.616.039/0001-09, estabelecido na Rua Adolfo Soletti, 750, em Frei Rogério SC, por seu titular Sr. Osny Batista Alberton, brasileiro, Prefeito Municipal, residente e domiciliado em Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, autorizada pela Lei Municipal 792/2014 de 08 de julho de 2014, e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS – HOSPITAL HÉLIO ANJOS ORTIZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.991.113/0001-02, com sede na rua Altino Gonçalves de Farias, 1832, Curitiba/SC, representada por seu superintendente Sr. MARCELO ANTONIO PASOLINI, residente e domiciliado na cidade de Curitiba/SC, doravante designada, simplesmente Fundação Hospitalar, resolvem celebrar o presente convênio de Subvenção para repasse de verbas, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O presente convênio tem por finalidade o repasse de verbas pelo Município à Fundação Hospitalar, para manutenção e funcionamento dos serviços de saúde em apoio a atenção básica utilizados pela população de Frei Rogério.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Por este convênio, fundamentado e autorizado pela Lei Municipal nº 792/2014 de 08 de julho de 2014, o Município repassará à Fundação Hospitalar a importância de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a ser pago da seguinte forma:

a) 12 parcelas mensais no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) cada, a serem pagas no período de janeiro a dezembro de 2016, devendo ser repassado até o dia 12 de cada mês;

**Parágrafo primeiro:**

O atraso por mais de 60 (sessenta) dias no repasse acarretará a suspensão dos atendimentos descritos na cláusula terceira, salvo casos de urgência e emergência.

**Parágrafo segundo:**

Fica vedada a utilização dos recursos com despesas de salários, encargos trabalhistas e passivo imobilizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Fica estabelecido que a Fundação Hospitalar prestará os seguintes atendimentos:

a) atendimentos de suporte a atenção básica em finais de semana, feriados, horário noturnos e em demais dias e horários que houver encaminhamento;

b) atendimentos de Raio X;

c) atendimentos ambulatoriais e ortopédicos, assim entendidos:

c.1 - colocação e retirada de gesso ou tala gessada;

c.2 - retirada de pino ou fio;

c.3 - retirada de pontos;

c.4 - curativos.

**CLÁUSULA QUARTA:**

A Fundação Hospitalar se obriga a providenciar a abertura de conta especial em agência oficial bancária para recebimento dos recursos, encaminhando, mensalmente, ao Município a devida prestação de contas dos recursos recebidos.

**CLÁUSULA QUINTA:**

A vigência do presente convênio será de 01/01/2016, podendo ser prorrogado havendo interesse dos convenientes, na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Este convênio poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações aqui previstas, pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da Fundação Hospitalar durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado

a qualquer tempo por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, daquele que se desinteressar.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

As partes elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente convênio, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem de comum acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Frei Rogério (SC), 01 de dezembro de 2015.

MARCELO ANTONIO PASOLINI

Fundação Hospitalar de Curitiba

Superintendente

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Frei Rogério

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
CPF

2. \_\_\_\_\_  
CPF

# Galvão

## PREFEITURA

### LEI Nº 839

LEI 839/2015

AUTORIZA CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar Licitação de Concessão de Uso, na modalidade de Concorrência, dos Barracões Industriais, localizados no Parque Industrial I, nesta cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina, a seguir descritos:

a) Barracão Industrial I, situado na Rua José Gibrail Rebelatto nº 195, Parque Industrial I, edificado no Lote Urbano nº 07, Quadra nº 26, Matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos SC, sob o nº 7.335, com área edificada de 375m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros quadrados).

b) Barracão Industrial II, situado na Av. 7 de Setembro nº s/n, Parque Industrial I, edificado no Lote Urbano nº 07, Quadra nº 26, Matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos SC, sob o nº 7.335, com área edificada de 156,72<sup>2</sup> (cento e cinquenta e seis vírgula setenta e dois metros quadrados).

Art. 2º A Concessão de Uso, mencionada no artigo 1º, será precedida de Processo Licitatório, Modalidade Concorrência Pública, aberto a todos os interessados nos moldes da Lei 8.666/83 e suas alterações.

Parágrafo único. O processo, mencionado no caput, usará como principal critério de concessão de uso, o numero efetivo de postos de serviço oferecidos pelas empresas interessadas, as quais devem se submeter a controle mensal por parte da administração.

Artigo 3º A concessão do bem descrito no artigo anterior tem por finalidade a instalação de empresas já legalmente constituídas.

Art. 4º O prazo da concessão de que trata esta lei é de 10 (dez) anos, com termo inicial de vigência a partir da assinatura do respectivo Termo de Concessão de Uso, devendo a empresa vencedora do certame, ao encerrar suas atividades, entregar o imóvel no mesmo estado e condições que recebeu, excetuando-se as devidamente solicitadas e autorizadas pelo Município, as quais passam a integrar o patrimônio público, e só nos casos devidamente registrados e previstos por lei serão indenizadas.

Artigo 5º A concessão de que trata esta lei poderá ser rescindida ou alterada, a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Artigo 6º A empresa a que se outorga Concessão de Uso de que trata esta Lei, deverá, no prazo máximo de até 60 (dias) a contar da lavratura do Instrumento Público de Concessão de Uso, podendo este prazo ser prorrogado mediante requerimento devidamente fundamentado para dar início às suas atividades, sob pena de ser revogada a citada concessão e o imóvel ser imediatamente devolvido ao Município.

Artigo 7º Reverte-se a concessão de que trata esta Lei, antes de seu término, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumpra Cláusula Resolutória do ajuste, perdendo neste caso, em favor do Município, as benfeitorias de qualquer natureza, com a imediata devolução do imóvel objeto da concessão de uso.

Artigo 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de dezembro de 2015

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

# Garopaba

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA Nº 009/2015

CHAMADA PUBLICA Nº 009/2015

O município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna publico para conhecimento dos interessados que a partir de 17 de dezembro de 2015 estará realizando CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, para atendimento na REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, exclusivamente para pessoas jurídicas, visando a realização de plantões médicos no próprio do município, a serem executados conforme características do serviço e escala a ser estabelecida pela Coordenação da Unidade, com carga horária máxima semanal de 60h (sessenta horas) por profissional. Os pedidos de credenciamento deverão ser entregues no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, de segunda a sexta feira das 13:00 às 18:00 horas. O credenciamento ficará aberto durante toda vigência da contratação que será de 12 meses. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 16 de dezembro de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2015 - SAÚDE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2015

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que a municipalidade contratou a FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL para elaboração e execução do concurso público o n. 001/2009 sendo que até a presente data a mesma não finalizou o procedimento em relação ao Cargo de Técnico em Raio X, faltando a aplicação da entrevista prática, em decorrência de liminar concedida nos autos 167.10.000273-6;

Considerando, ainda, que desde a data do trânsito em julgado da decisão, não obstante os contatos feitos com a empresa contratada, empresa contratada não ultimou os procedimentos necessários para a finalização do concurso em relação ao cargo de Técnico em Raio X, especificamente a realização da prova prática;

Considerando a urgência e a necessidade do Município em contratar profissional para área sob pena de paralisação do serviço, até que seja finalizado o certame em relação ao Cargo de Técnico em Raio X;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando que o Município está realizando concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX – Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com fulcro, em especial, no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Complementar nº. 1.000/2005 e da Lei nº 993/2005, com redação dada pela Lei nº 1.773/2013, TORNA PÚBLICO a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado, para admissão de pessoal em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Garopaba, de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos;

#### 1. DO CRONOGRAMA

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Atividade	Período
1.	Período de inscrições por meio de formulário disponibilizado presencialmente e na rede mundial de computadores (art. 10, §3º, da LCm nº 1000/2015).	16/12/2015 a 30/12/2015 até as 18h00min



2.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem vaga para deficiente.	30/12/2015
2.	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas.	07/01/2016
3.	Prazo para recursos contra inscrições indeferidas	08/01/2016 a 11/01/2016 até as 18h00min
4.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	15/01/2016
5.	Divulgação do Local da Entrevista dos candidatos	15/01/2016
6.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	18/01/2016 até as 13h00min
7.	Divulgação da classificação preliminar	19/01/2016
8.	Recurso contra a classificação preliminar	20/01/2016 a 21/01/2016 até as 18h00min
9.	Classificação final	25/01/2016
10.	Homologação	Após 25/01/2016

1.1 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial do Processo Seletivo, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão Especial do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal, obedecidas as disposições deste Edital.

2.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, resultante da falta de servidores efetivos, com vistas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

2.3 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este Edital serão admitidos por meio de contrato temporário por tempo determinado, com prazo de vigência de 90(noventa dias), podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, observado o disposto no artigo 6º, da Lei nº 993/2005.

2.4 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Complementar nº 1.000/2015 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba.

2.5 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

2.6 No caso da desistência do candidato convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2.7 A contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação decrescente.

2.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.9 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

2.10 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.11 A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de editais no mural Oficial da Prefeitura Municipal e site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), e seus extratos serão publicados em órgão oficial de publicação.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

3.2 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo.

3.3 A participação no presente Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

3.4 A inscrição será efetuada mediante o preenchimento de formulário disponibilizado na rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), no período estabelecido no cronograma de atividades do capítulo I deste edital.

3.5 Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;

b) Acessar o endereço eletrônico [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), em “transparência” clicar em “Concursos/Processo Seletivos” e selecionar “Edital de Processo Seletivo – Saúde”;

c) Preencher o Requerimento de Inscrição;

d) Conferir atentamente os dados informados e entregá-lo juntamente com a documentação exigida:

d.1) presencialmente na Policlínica, sito Rua Antonio José Botelho, bairro Centro, Garopaba/SC, das 08:00 as 13:00 horas.

d.2) via postal (sedex), para o seguinte endereço:

	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Rua Antonio José Botelho, bairro Centro, Garopaba/SC, CEP 88495-000.	
--	---	--

e) A inscrição via postal (sedex) conta-se para todos os efeitos a partir da data da postagem.

f) A inscrição presencial ou via postal, poderá ser realizada por procurador com poderes especialmente, mediante apresentação de instrumento do mandato com firma reconhecida;

3.6 Demais disposições relacionadas às inscrições:

3.6.1 Por ocasião da protocolização ou envio do formulário de inscrição, o candidato deve apresentar os seguintes documentos e informações:

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade (RG);

b) Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do comprovante de residência;

e) Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais);

f) Registro no órgão de classe de Santa Catarina;

g) Diploma conforme formação exigida para o cargo;

h) Tempo de serviço comprovado (caso possua);

i) Curso técnico em Radiologia e registro no órgão competente;

j) Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau);

l) Comprovante de Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula;

m) Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos;

n) Comprovante de serviço prestado, para fins de comprovação de experiência no exercício de atividades inerentes a função concorrida.

3.6.2 Não se deferirá inscrição ao candidato que não apresentar os documentos e informações constantes nas alíneas “a” a “n”, do item 3.6.1.

3.6.3 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.6.4 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

3.6.5 A Comissão Especial do Processo Seletivo, a qualquer tempo, poderá anular a inscrição, as entrevistas, as avaliações e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

3.6.6 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, pelo candidato, até a data de realização da entrevista.

3.6.7 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

3.6.8 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações, bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a cerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

3.6.9 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.6.10 No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.6.11 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente seletivo.

3.6.12 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

3.6.13 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.6.14 Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição, reservando-se a Prefeitura Municipal de Garopaba o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.6.15 A Prefeitura Municipal de Garopaba não se responsabiliza por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, fechamento das agências de correios, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência e envio de dados e documentos.

3.6.16 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

3.6.17 A Prefeitura Municipal de Garopaba exime-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as entrevistas do Processo Seletivo.

3.6.18 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, entrevista ou nomeação do candidato, desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas entrevistas ou documentos.

### 3.7 Homologação das inscrições

3.7.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde estarão indicados o nome do candidato, o número da inscrição, o cargo para o qual está concorrendo e a data de nascimento. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

3.7.2 É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

## 4. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

4.1 Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Carga Horária	Remuneração	Nº Vagas
MÉDICO EMERGENCISTA	<p>Habilitação profissional: Portar diploma médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina; desejável tempo mínimo de exercício profissional comprovado de 2 (dois) anos; experiência comprovada em Serviços de Atendimentos de Emergência.</p> <p>Atribuições: Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico, atender os pacientes clínicos e vítimas de trauma no setor de emergência, priorizar o atendimento em função da gravidade/risco, estabilizar e encaminhar os pacientes para outras especialidades, prestar atendimento quando solicitado por outras especialidades diante de situações avaliadas como emergência, ser responsável pelo acompanhamento e prescrição dos pacientes adultos deixados em observação pela equipe, atender, avaliar, encaminhar e/ou liberar pacientes, prestar informações a familiares quando pertinente, responsabilizar-se pela transferência de pacientes, procedendo ao contato com o médico receptor e relatório de transferência, participar da coleta de dados que orientem a gestão assistencial (scores, indicadores de qualidade e complexidade), conhecer e cumprir as normas constantes do Estatuto dos Funcionários do Município de Garopaba, e outras tarefas afins e correlatas.</p>	30 horas	R\$ 11.316,12	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	<p>Habilitação profissional: Curso Técnico em Enfermagem; Registro no Conselho da Classe Profissional.</p> <p>Atribuições: Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.</p>	40 horas	R\$ 1.007,60	02

TÉCNICO DE RAO X	Habilitação profissional: Curso técnico em Radiologia e registro no órgão competente. Atribuições do cargo: atividades radiológicas, no setor de diagnose; executar atividades radioterápicas, no setor de terapia; fazer coleta de material para exames, quando indicado; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; fazer a previsão e vistoriar o equipamento de Raio-X; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Radiologia; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.	24 horas	R\$ 1.007,60	04
VIGILANTE	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula (Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos). Atribuições: Exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas.	40 horas	R\$ 907,10	01
ENFERMEIRO	Habilitação profissional: Curso superior completo e registro no Conselho de Classe. * Experiência mínima de 1 (um) ano em atendimento de serviços de emergência ou hospitalar. Atribuições do cargo: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.	40 horas	R\$ 1.788,57	01

ASSISTENTE SOCIAL - NASF	<p>Habilitação profissional: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Curso Superior em Medicina; Registro no órgão de Classe.</p> <p>Atribuições:</p> <p>Coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às equipes de ESF; Estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de caráter comunitário em conjunto com as equipes de ESF; Discutir e refletir permanentemente com as equipes de ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades; Discutir e realizar visitas domiciliares com as equipes de ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde; Identificar, articular e disponibilizar, junto às equipes de ESF, rede de proteção social; Estimular e acompanhar as ações de controle social em conjunto com as equipes de ESF; Identificar e buscar as condições necessárias para a atenção domiciliar; Realizar ações em grupos pertencentes às ESF com o intuito de promover conhecimento e sensibilização aos usuários; Participar de reuniões de equipe interdisciplinares, a fim de planejar, programar e avaliar ações, fluxos e modo de organizar o processo de trabalho.</p>	20 horas	R\$ 894,26	01
FONOAUDIÓLOGO - NASF	<p>Habilitação profissional: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Curso Superior com habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro; Registro no órgão de Classe.</p> <p>Atribuições:</p> <p>Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com às equipes de ESF, incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidado com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, controle do ruído, com vistas ao auto-cuidado; Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam riscos para alterações no desenvolvimento; acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimentos, acompanhamento, de acordo com necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF; Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; Realizar ações que facilitam a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.</p>	20 horas	R\$ 894,26	01

4.2. São requisitos básicos que o candidato deverá comprovar quando da contratação e investidura em cargo público junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, após classificação no processo seletivo:

- Ter nacionalidade brasileira;
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- Gozar de boa saúde condição que será comprovada, quando do processo de admissão através de atestado médico (médico ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo, entregue no ato da contratação;
- Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão;
- Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;
- Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;



- h) Apresentar fotocópia da carteira de identidade, CPF, título de eleitor;
- i) Apresentar fotocópia do diploma de graduação, histórico ou certificado de ensino médio e declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano;
- j) Apresentação da perícia médica, realizada por médico do trabalho sob responsabilidade do contratado, no ato da contratação;
- k) Carteira de trabalho compatível para o trabalho;
- l) O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Comprovante da última eleição;
- p) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- q) Documento de abertura da conta na agência da Caixa Econômica Federal;
- r) Número atualizado do PIS/PASEP – Caixa Econômica e Banco do Brasil;
- s) Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- t) Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não - cumuláveis;
- u) Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura em cargo público.

4.3 Caso não seja realizado a entrega correta dos documentos solicitados na admissão ocorrerá à suspensão imediata do contrato;

4.4 Ficará sob responsabilidade do candidato Atestado Médico Ocupacional, somente expedido por Médico do Trabalho, onde se submete a exame médico, no qual será emitido parecer APTO ou NÃO APTO para o exercício da função, sendo este de caráter eliminatório;

4.5 As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do cargo e neste Edital de Processo Seletivo.

4.6 O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e àqueles exigidos em lei, perderá o direito à investidura no referido cargo.

## 5. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, artigo 12, da Lei Complementar nº 1.000/2005, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

5.2 Nos casos onde a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) sobre as vagas de cada cargo resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 11% (onze por cento) para as vagas reservadas;

5.3 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função.

5.4 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações;

5.5 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar em campo específico do Formulário de Inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador;

5.6 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

5.7 O candidato portador de deficiência deverá entregar presencialmente ou enviar via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR), para:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Rua Antonio José Botelho, bairro Centro, Garopaba/SC, CEP 88495-000.
---

Os seguintes documentos:

- a) requerimento para concorrer às vagas reservadas (conforme formulário disponível no site anexo III);
- b) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência.
- c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.7.1 Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até a data prevista no cronograma do capítulo I deste edital.

5.8 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 5.7, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas;

5.9 Na realização da avaliação, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executora do Processo Seletivo, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições estabelecidas neste edital;

5.10 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das entrevistas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

5.11 O atendimento às condições solicitadas por candidato com deficiência ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.12 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função pretendida, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garopaba;

5.13 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada deste Edital, se dará da seguinte forma:

- a) Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades da função;
- b) Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;
- c) Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições da função a que concorre, ficando então o candidato excluído do Processo Seletivo em que se inscreveu.

5.14 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para a função, será nomeado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes é revertida para a classificação geral;

5.15 O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

## 6. DA AVALIAÇÃO

6.1. Da análise dos documentos apresentados: Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho do cargo ao qual é candidato.

6.2. Da Entrevista: A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais dos quadros da Prefeitura Municipal de Garopaba.

6.2.1 Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

6.2.2 A data, local e horário da entrevista serão divulgados na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)), conforme cronograma previsto no capítulo I deste Edital.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 São considerados aprovados neste processo seletivo, os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de 0,00 (zero pontos).

7.2 A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais

7.3. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

- a) Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) O candidato de maior idade;
- c) O candidato com maior grau de escolaridade

## 8. DOS RECURSOS

8.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

8.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, pessoalmente ou por procurador regularmente constituído.

8.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), em "transparência" clicar em "Concursos/Processo Seletivos" e selecionar "Edital de Processo Seletivo – Saúde", e "Formulário de Recurso".

b) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

c) Conferir atentamente os dados informados e entregá-lo juntamente com os documentos e informações que o instruem:

c.1) presencialmente na Policlínica, sito Rua Antonio José Botelho, bairro Centro, Garopaba/SC, das 08:00 as 13:00 horas.

c.2) via postal (sedex), para o seguinte endereço:

	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Rua Antonio José Botelho, bairro Centro, Garopaba/SC, CEP 88495-000.	
--	---	--

d) A interposição de recurso via postal (sedex) conta-se para todos os efeitos a partir da data da postagem.

f) A interposição de recurso presencial ou via postal, poderá ser realizada por procurador com poderes especialmente, mediante apresentação de instrumento do mandato com firma reconhecida;

8.3 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos que não atendam as disposições deste capítulo.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato digitar seu recurso corretamente, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), após encerrados os recursos e da análise da Comissão Especial do Processo Seletivo que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

8.5 A Prefeitura Municipal de Garopaba não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica, ou falhar no serviço de correios.

8.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número do processo seletivo.

8.7 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital até às 18h00min do último dia previsto no cronograma.

8.8 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

8.9 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

8.10 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima nas avaliações realizadas.

8.11 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Especial do Processo Seletivo é irrecorrível na esfera administrativa.

## 9. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E COMPROVAÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS

9.1 Os candidatos aprovados serão contratados em caráter temporário, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo;

9.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Garopaba. A contratação é de competência do Prefeito Municipal, e será realizada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde observada a ordem de classificação dos candidatos;

9.3 Após a homologação do certame, o candidato deverá comunicar à Prefeitura Municipal de Garopaba toda e qualquer alteração de seu endereço;

9.3.1 Para alterar o endereço constante do "Formulário de Inscrição", o candidato deverá encaminhar documento ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Garopaba através de correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou diretamente no Setor de Protocolo da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Garopaba situada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, indicando seu cargo, número de inscrição, novo endereço e fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo objeto deste Edital;

9.3.2 Em não havendo a comunicação do candidato de alteração de seu endereço, considerar-se-á perfeita e acabada a convocação prevista no item 9.3.

9.4. Os candidatos aprovados conforme ordem de classificação deverão apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Setor de Recursos Humanos, na data, horário e local indicado, os documentos constantes do capítulo IIII, item 4.2

9.5 O não atendimento ao item 9.4 ou a adulteração de qualquer elemento constante da relação de documentos ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo;

9.6 Os candidatos aprovados e classificados, quando contratados, terão prazo determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, para assumir suas atividades, apresentando toda a documentação solicitada no ato da contratação;

9.7 A não comprovação de quaisquer dos pré-requisitos definidos para a função, mediante documentação específica, acarretará na desclassificação e conseqüente eliminação do candidato;

9.8 Não serão aceitos recursos interpostos quanto aos resultados da comprovação de pré-requisitos proferidos pela comissão avaliadora.

10.1 Os (as) candidatas (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento – (ECT-AR).

10.2 Os candidatos serão contratados em regime administrativo especial, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

## 11. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

10.1 O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a) pelo término do prazo contratual;
- b) por iniciativa do contratado;
- c) por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d) pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

11.2 Os candidatos (as) aprovados (as) que virem a ser contratados (as) em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2. O (a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Garopaba, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo;

12.3 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

12.4 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis poderá ser anulada a inscrição ou a entrevista do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da avaliação;

12.5 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação.

12.6 Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das avaliações, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

12.7 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

12.8 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados.

12.9 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, entrevista e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

12.10 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as avaliações correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

12.11 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à sua apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

12.12 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Processo Seletivo.

12.13 É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros da Comissão Especial do Processo Seletivo.

12.14 Ao Prefeito Municipal de Garopaba caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) e na Imprensa Oficial;

12.15 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Garopaba o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

12.16 Todos os avisos e resultados do Processo Seletivo serão publicados no "site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)";

12.17 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

12.18 Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.

12.19 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 15 de dezembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### AVALIAÇÃO CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### AVALIAÇÃO CARGO: TÉCNICO EM RAIOS X

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### AVALIAÇÃO CARGO: VIGILANTE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	3 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: ENFERMEIRO**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL NASF**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: FONOAUDIÓLOGO NASF**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**ANEXO II****FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL N. 017/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 3. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela

**ANEXO III**

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 017/2015



## FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

## RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

☐ Curso de Especialização☐ Cursos de Capacitação

Experiência Profissional:

☐ ano(s)☐ mês(es)☐ dia(s)

\*Nota da Entrevista (Reservado a Comissão): \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

**ERRATA Nº 1: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 014/2015**

ERRATA N.º 1: Processo Seletivo Simplificado n.º 014/2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 014/2015.

No item 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no subitem 2.3, onde se lê:

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este Edital serão admitidos por meio de contrato temporário por tempo determinado, com prazo de vigência de 60(sessenta dias), podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, observado o disposto no artigo 6º, da Lei nº 993/2005.

Leiam-se:

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este Edital serão admitidos por meio de contrato temporário por tempo determinado, com prazo de vigência de 30(trinta dias), podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, observado o disposto no artigo 6º, da Lei nº 993/2005.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 16 de dezembro de 2015  
Cleide De Aguiar Pereira Rivoire  
Secretária de Administração Interina

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 17/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2015

PMG e FMS

Ata nº. 71/2015; Processo nº.128/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MARLI CARLSEN GONÇALVES ME. Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para suprir necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba e do CAPS da Secretária Municipal de Saúde, conforme quantitativos e especificações mínimas. Valor: R\$ 67.057,00; Data da Assinatura: 16/12/2015.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI Nº 1940 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1940 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

“Denomina Servidão no Bairro Capão do Município de Garopaba e dá outras providências”.

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua existente situada na localidade do Capão, que tem seu início na Estrada Geral da Ferrugem, possui 82,85 (oitenta e dois metros e oitenta e cinco centímetros) de comprimento por 6,00 (seis metros) de largura, finalizando no Caminho de acesso ao Morro do Capão, passa a ser denominada Servidão José da Silva, conforme levantamento topográfico e memorial descritivo anexo que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 16 de dezembro de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2015.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn  
Diretora de Redação, Legislação e  
Processo Legislativo

**LEI Nº 1941 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1941 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Denomina rua no bairro Siriú, Município de Garopaba e dá outras providências.

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A rua projetada existente no bairro Siriú, tem seu início na Rua Elias Clementino, com 36,00 (trinta e seis metros) de extensão, por 08,00 (oito metros) de largura, sentido sul a norte, após com 33,00 (trinta e três metros) de extensão, por 08,00 (oito metros) de largura, sentido oeste a leste, e após com 32,00 (trinta e dois metros) de extensão, por 08,00 (oito metros) de largura, sentido sul a norte, com término em terras de Pedro José da Silva. Totalizado 101,00 (cento e um metros) de extensão, que passa a ser denominada RUA MANOEL JOSÉ LINO. Conforme croqui anexo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 16 de dezembro de 2015.

Luiz Bernardo
---------------

Presidente
------------

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2015.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn  
Diretora de redação, Legislação e  
Processo Legislativo

## **RESOLUÇÃO Nº 20 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA AO SENHOR LISBERTINO ABREU”.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba, ao Senhor LISBERTINO ABREU, (conhecido como Beto), nascido em 04/03/1953, natural de Garopaba, filho de Quirino Inácio de Abreu e Dolores Fermina de Abreu, ambos agricultores, Beto era o filho caçula de sete irmãos, casou-se em 31/01/1976, com Valdira Bernadina de Abreu, com que construiu uma família tiveram três filhas, Estela, Andréia e Denise, sua carreira profissional iniciou-se na construção civil, sendo esta sua referencia na cidade devido a sua popularidade. No ano de 1992 entrou na vida política como Vice-Prefeito, no período de 01/01/1993 a 31/12/1996, assumindo também a Secretaria Municipal de Obras, em 2004 concorreu à eleição de vereador sendo eleito para o mandato de quatro anos que iniciou em 01/01/2005 a 31/12/2008, Beto como era conhecido foi um grande cidadão, fez o que estava ao seu alcance para o bem da cidade.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 16 de dezembro de 2015.

Luiz Bernardo
---------------

Presidente
------------

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 17/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn  
Diretora de Redação de Legislação e Processo Legislativo

# Garuva

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL Nº 10/2015

Estado de Santa Catarina					
Município de Garuva					
Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2015					
CLASSIFICAÇÃO FINAL - DATA: 16/12/2015					
Processo Seletivo n.º 010/2015					
Cargo: ENFERMEIRO					
Classificação	Inscrição	Candidato	Português	Conhecimentos Específicos	Resultado
1	1	MARIZA DE FÁTIMA OZÓRIO	4	14	APROVADO
2	16	JANUÁRIA LOPES PIRES	2	11	APROVADO
3	2	KATIA DROSCZCZAK DE LIMA	2	10	APROVADO
	3	KÁTIA REGINA GANZ	2	8	REPROVADO
	4	NILTON MACHADO DA SILVA	2	8	REPROVADO
	5	JOÃO HENRIQUE KRUGER CABRAL	0	4	REPROVADO
	6	LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO GONÇALVES	2	6	REPROVADO
	7	CLENILDO FELIPE RAMOS QUADRELLI	1	9	REPROVADO
	8	SILRLEI CRISTINA SANTOS	1	8	REPROVADO
	9	ANDRESSA BECKER MOTA	3	7	REPROVADO
	10	ERIVELTON OLIVEIRA MOTA	2	6	REPROVADO
	11	JEANA HECKE POLAK MACHADO	2	6	REPROVADO
	12	VÂNIA SUZEIDE VAGELESKI DE SOUZA	2	9	REPROVADO
	13	ARIADNE ALESSANDRA NASCIMENTO	1	7	REPROVADO
	14	JANAINA SANTIAGO COSTA LIMA	0	4	REPROVADO
	15	CINTIA SILVEIRA REINER	2	7	REPROVADO
	17	SILVANA APARECIDA BIALESKI RUJANOWSKI	-	-	DESCCLASSIFICADO

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM					
Classificação	Inscrição	Candidato	Português	Conhecimentos Específicos	Resultado
1	8	CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS	5	10	APROVADO
2	16	SUZANA MARIA FERMINO	2	12	APROVADO
3	21	LÍDIA MATILDE PEREIRA	5	9	APROVADO
4	9	LIDIANE PEREIRA	3	10	APROVADO
5	3	ARIANA JAQUER DA SILVA MARTINS	2	11	APROVADO
6	27	KÁTIA MIRANDA RIBEIRO TOSIN	2	10	APROVADO
7	30	MICHELI CRISTINA SOUZA DE AMORIM	1	11	APROVADO
	1	NATHALIA LEANDRO SIMMERMAM	2	8	REPROVADO
	2	GEOVANI SOZIN JELONSCHECK	0	7	REPROVADO
	4	ROSIMERI DO NASCIMENTO	1	7	REPROVADO
	5	ELENICE ROSA DE RAMOS	2	9	REPROVADO
	6	EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ	2	6	REPROVADO

	7	SONIA HELOISA RAMOS RODRIGUES	1	8	REPROVADO
	10	SEBASTIANA DE OLIVEIRA PSCHIEDT	1	8	REPROVADO
	11	RONALDO DE SOUZA	1	7	REPROVADO
	12	SELÉSIA THEOBALD	1	3	REPROVADO
	13	JANICE SIMÕES DE OLIVEIRA FELDHAUS	2	4	REPROVADO
	14	ROSIMERY GIRARDELLE	2	6	REPROVADO
	15	LUIS FERNANDO DIOGO GOMES	2	7	REPROVADO
	17	ANGELA DA SILVA MARIA	0	6	REPROVADO
	18	CAMILA KUBOSKI	2	8	REPROVADO
	19	VANESSA DE SOUZA CHAVES	0	10	REPROVADO
	23	PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA LAZZARETTI	1	8	REPROVADO
	24	ROSANA ROEDER CARDOZO	2	6	REPROVADO
	25	DÉBORA SOARES GOMES	0	8	REPROVADO
	26	SANDRA MARIA GOMES	3	3	REPROVADO
	28	KAUANY PAULA ADACHI ANASTACIO	0	8	REPROVADO
	29	CAMILA DA SILVA RIBEIRO	2	7	REPROVADO
	31	LUCIANE RICARDO SOUZA	0	6	REPROVADO
	32	JHENIFER ARRUDA	1	10	REPROVADO
	33	OZIANE NARDES DA SILVA	1	8	REPROVADO
	34	FLÁVIA IONE FERREIRA DE FRANÇA	1	7	REPROVADO
	35	CLAUDIA REGINA KURTZ CORRÊA	1	6	REPROVADO
	38	CLAUDIANIR DA SILVA DE FREITAS	1	7	REPROVADO
	39	ALEXSSANDRA DA SILVA BARBOSA	2	7	REPROVADO
	40	CLAUDINEI FABIAN WALENDOLF	0	8	REPROVADO
	41	MARIA EDUVIRGEM MIRANDA	1	7	REPROVADO
	44	ANGELITA DE JESUS PEREIRA	1	6	REPROVADO
	20	ANA PAULA GOMES DOS SANTOS KUCHASCKY	-	-	DESCLASSIFICADO
	22	GEANCARLO KERKHOVEN	-	-	DESCLASSIFICADO
	42	SIMONE PEREIRA VELOZO	-	-	DESCLASSIFICADO
	43	TALITA COSTA PEREIRA	-	-	DESCLASSIFICADO
	36	OLGA DAMARES MAIA	-	-	DESCLASSIFICADO
	37	LIDIANE SILVA CORDEIRO	-	-	DESCLASSIFICADO

Cargo:	MÉDICO			
Classificação	Inscrição	Candidato	Pontuação	Resultado
1	1	EMERSON MACHADO	18	APROVADO
2	2	FRANCISCO JOSÉ CARVALHO VIEIRA	16	APROVADO

**DISTRATO Nº 100/2015**

DISTRATO Nº 100/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILVANA FATIMA ESSER RIBAS, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.049.608-5, CPF: 067.938.779-94, residente e domiciliado na Rua Governador Celso Ramos, 3202 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 19/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 076/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 101/2015**

DISTRATO Nº 101/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILVANA NAGEL WASEN, brasileira, casada, professora, RG nº 2.717.955, CPF: 632.916.149-68, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 831 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 016/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 102/2015**

DISTRATO Nº 102/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILVIA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, RG nº 4.354.017, CPF: 059.750.279-00, residente e domiciliado na Rua Estrada São João Abaixo, 1083 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/20015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 069/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33



**DISTRATO Nº 103/2015**

DISTRATO Nº 103/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILVIA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, casada, professora, RG nº 4.354.017, CPF: 059.750.279-00, residente e domiciliado na Rua Estrada São João Abaixo, 1083 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/20015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 101/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 14 de abril de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 104/2015**

DISTRATO Nº 104/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE, brasileira, casada, professora, RG nº 6.216.405-0, CPF: 973.809.709-68, residente e domiciliado na Rua Estrada Mina Velha, S/N – Mina Velha, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 030/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 23 de janeiro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 105/2015**

DISTRATO Nº 105/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SUELEN PAOLA CASA-GRANDE, brasileira, união estável, professora, RG nº 4.294.355, CPF: 082.492.899-78, residente e domiciliada na Rua Padre José Novack, 1365 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 051/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 106/2015**

DISTRATO Nº 106/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante

denominado Distratante, e do outro, a Sra. TANIA MARA ZANELLA DE ANDRADE, brasileira, casada, professora, RG nº 7.099.364, CPF: 020.473.609-94, residente e domiciliado na Rua Remi de Lima Meirelles, 69 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 063/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### DISTRATO Nº 107/2015

DISTRATO Nº 107/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. TEREZINHA NASCIMENTO ORLOVSKI, brasileira, solteira, professora, RG nº 13.647.005-1, CPF: 620.347.749-49, residente e domiciliada na Rua ARNO KRELLING, 79 – Pirabeiraba, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 048/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### DISTRATO Nº 108/2015

DISTRATO Nº 108/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. TEREZINHA NASCIMENTO ORLOVSKI, brasileira, solteira, professora, RG nº 13.647.005-1, CPF: 620.347.749-49, residente e domiciliada na Rua ARNO KRELLING, 79 – Pirabeiraba, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/10/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 128/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

#### DISTRATO Nº 109/2015

DISTRATO Nº 109/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. THAIS REGINA SCHMIDT, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.606.617, CPF: 086.894.359-21, residente e domiciliada na Rua Remi de Lima Meirelles, 490, Cx. 02 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 26/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 082/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 110/2015**

DISTRATO Nº 110/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. THAYNA DAYANE RAZINI, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.683.881, CPF: 098.812.819-54, residente e domiciliado na Rua Arapongas, 122 – São João Abaixo, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 27/04/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 106/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 111/2015**

DISTRATO Nº 111/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. VANUSA MARQUES WIELGOSZ, brasileira, casada, professora, RG nº 2.224.208-2, CPF: 763.332.219-53, residente e domiciliado na Rua Uirapuru, 168 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 17/09/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 124/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 112/2015**

DISTRATO Nº 112/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. VERONICA JAGIELSKI VALIATTI, brasileira, casada, professora, RG nº 2/R 927.015, CPF: 785.369.879-87, residente e domiciliado na Rua Reni de Lima Meireles, 284 – Jardim Garuva, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 010/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 113/2015

DISTRATO Nº 113/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. REGIANE SARAMEN-TO DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, RG nº 2.600.683, CPF: 026.089.639-00, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Frolhich, 638 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 26/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 080/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Marcelo Eduardo Person Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 114/2015

DISTRATO Nº 114/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JOELMA STONOGA XAVIER, brasileira, casada, professora, RG nº 2.849.601, CPF: 812.428.089-49, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 593 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 059/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 18 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Vanessa M.B. Nagel Cpf: 799.896.329-87	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 115/2015

DISTRATO Nº 115/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. REGINA SARAMENTO, brasileira, casada, professora, RG nº 2.600.682, CPF: 021.038.199-88, residente e domiciliada na Avenida Paraná, 307 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



060/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Vanessa M.B. Nagel Cpf: 799.896.329-87	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 116/2015

DISTRATO Nº 116/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. REGINA GERCKER VAGELSKI, brasileira, casada, nutricionista, RG nº 3.344.766-7, CPF: 919.981.669-53, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 961 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Nutricionista, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 26/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 084/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 18 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 117/2015

DISTRATO Nº 117/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ROSANE KOMINKIEWICZ, brasileira, solteira, professora, RG nº 2.656.369, CPF: 753.600.479-68, residente e domiciliado na Rua Antonio Ladislau de Araujo, 247 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Nutricionista, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 005/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 36/2015

DISTRATO Nº 036/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ALINE STREY DE AMORIM, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.716.233, CPF: 042.169.199-95, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 800 Apto. 06 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 27/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

039/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 37/2015**

DISTRATO Nº 037/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ANDREIA PEREIRA, brasileira, solteira, professora, RG nº 6.670.831-4, CPF: 025.959.029-03, residente e domiciliada na Rua São Francisco, 08 CX. 01 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 053/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 38/2015**

DISTRATO Nº 038/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ANDREIA PEREIRA, brasileira, solteira, professora, RG nº 6.670.831-4, CPF: 025.959.029-03, residente e domiciliada na Rua São Francisco, 08 CX. 01 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 054/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 39/2015**

DISTRATO Nº 039/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ANGELA ALBRECHT WIESNER, brasileira, casada, professora, RG nº 2.275.669, CPF: 026.190.039-03, residente e domiciliada na Estrada Colonial Otto Roeder, 583 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/03/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



085/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 40/2015**

DISTRATO Nº 040/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. BARBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN, brasileira, casada, professora, RG nº 4.295.184, CPF: 059.151.579-20, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 217 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 018/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 41/2015**

DISTRATO Nº 041/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.904.372, CPF: 055.806.749-29, residente e domiciliada na Avenida Celso Ramos, 442, Cx. 4 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 061/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 42/2015**

DISTRATO Nº 042/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CELIA MARTINS DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, professora, RG nº 303.150, CPF: 222.318.899-00, residente e domiciliado na Rua Ladislau Ostrowski, 418 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

024/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 43/2015

DISTRATO Nº 043/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CLAUDIA LUCI DOS SANTOS MACHADO, brasileira, casada, professora, RG nº 28.947.806-6, CPF: 276.857.448-13, residente e domiciliado na Rua Randolpho Bastos, 022 – Centro, Guaratuba/PR., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 015/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 44/2015

DISTRATO Nº 044/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CLAUDINEIA BOEGER-SHAUSEN, brasileira, solteira, professora, RG nº 6.785.117, CPF: 895.454.609-97, residente e domiciliado na Rua Remi de Lima Meirelles, 577 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 034/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 45/2015

DISTRATO Nº 045/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. DAIANE DE MELO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.802.780, CPF: 074.923.949-26, residente e domiciliado na Rua Papa João XXIII, 1016 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 19/03/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

093/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 46/2015**

DISTRATO Nº 046/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. DAIANI JARECKI FERREIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 5.556.439, CPF: 063.155.459-86, residente e domiciliado na Rua Deodoro de Carvalho, 571 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 044/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 47/2015**

DISTRATO Nº 047/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. DENISE APARECIDA CECCATTO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.454.266-9, CPF: 067.409.079-94, residente e domiciliado na Rua Henrique Kuster, 280 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 014/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 48/2015**

DISTRATO Nº 048/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. DEUSILEI PLANTES DE MEIRA, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 5.822.229, CPF: 083.241.329-10, residente e domiciliado na Rua Alfredo Elmmmer, s/n, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 12/08/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

118/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 49/2015**

DISTRATO Nº 049/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. DEUSILEI PLANTES DE MEIRA, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 5.822.229, CPF: 083.241.329-10, residente e domiciliada na Rua Alfredo Elmmer, s/n, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/10/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 129/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 50/2015**

DISTRATO Nº 050/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. DIRCELIA APARECIDA BUENO, brasileira, divorciada, professora, RG nº 5.049.607, CPF: 053.128.679-77, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, 111 – Rio da Onça, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 067/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 51/2015**

DISTRATO Nº 051/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. DOROTEIA NAGEL CARNEIRO, brasileira, casada, professora, RG nº 3.258.746, CPF: 920.736.039-04, residente e domiciliado na Rua Casemiro de Abreu, 885 – Jardim Garuva, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



021/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 52/2015

DISTRATO Nº 052/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ELAINE CRISTINA ZIETZ, brasileira, união estável, professora, RG nº 4.751.541, CPF: 067.117.629-32, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 846 – Georgia Paula, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 019/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 53/2015

DISTRATO Nº 053/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. EVERTON TETU ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.285.379, CPF: 054.718.709-21, residente e domiciliado na Rua São Francisco, 123 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 04/03/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 091/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 54/2015

DISTRATO Nº 054/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. EVERTON TETU ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 4.285.379, CPF: 054.718.709-21, residente e domiciliado na Rua São Francisco, 123 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/05/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

109/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 55/2015

DISTRATO Nº 055/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.285.366, CPF: 008.922.959-29, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 1316 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 027/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 56/2015

DISTRATO Nº 056/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. FERNANDA DA VEIGA MAIA, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.130.025, CPF: 037.670.349-05, residente e domiciliada na Rua João Reni de Lima Meirelles, 323 – Jardim Garuva, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 19/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 079/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 57/2015

DISTRATO Nº 057/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. FERNANDA MENDES MOTA, brasileira, casada, professora, RG nº 5.347.883-5, CPF: 033.367.079-51, residente e domiciliado na Rodovia SC 415, KM 9 – Mina Velha, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



002/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 58/2015**

DISTRATO Nº 058/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. FRANCIELE LEITE CARNEIRO, brasileira, solteira, professora, RG nº 10.533.846-5, CPF: 076.479.629-14, residente e domiciliada na Rua Papa João XXIII, 969 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/03/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 086/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 59/2015**

DISTRATO Nº 059/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. GISELY VIEIRA DA CUNHA, brasileira, casada, professora, RG nº 4.285.364, CPF: 008.520.389-09, residente e domiciliada na Rua Deodoro de Carvalho, s/n – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 09/04/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 099/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 60/2015**

DISTRATO Nº 060/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. HIULE DANIELLE DE LIZ NETO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.529.874, CPF: 056.212.049-13, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 668 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 07/05/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

108/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 61/2015

DISTRATO Nº 061/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, JESSICA BUENO DA ROSA, brasileira, solteira, professora, RG nº 6.195.730, CPF: 085.358.309-95, residente e domiciliada na Rua Raulino Foester, 854 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 09/04/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 098/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 62/2015

DISTRATO Nº 062/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JESSICA EVARISTO, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.974.905-6, CPF: 060.293.989-54, residente e domiciliado na Rua Bertha Buhemann, 250 – Pirabeiraba, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 003/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 63/2015

DISTRATO Nº 063/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JOICE ALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, professora, RG nº 12.831.906-9, CPF: 088.236.169-48, residente e domiciliado na Rua Uirapuru, 136 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

068/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 64/2015**

DISTRATO Nº 064/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JOYCE DELANE DE MELO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.405.011-1, CPF: 093.536.329-78, residente e domiciliado na Rua Travessa Brasília, 32 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 11/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 070/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 65/2015**

DISTRATO Nº 065/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JULIANA CORDEIRO DA SILVA, brasileira, casada, professora, RG nº 8.189.612-7, CPF: 033.515.759-98, residente e domiciliada na Rua Saturnino B. Valim, s/n – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 058/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 66/2015**

DISTRATO Nº 066/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JULIANA DE VARGAS DE ARAUJO, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.251.384, CPF: 048.152.699-47, residente e domiciliado na Rua Cardeal, 144 – Centro, Itapoá/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

047/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 67/2015

DISTRATO Nº 067/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. JULIANE FRANCINE UMLAUF, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.750.264, CPF: 066.291.249-79, residente e domiciliado na Rua Maria Clara Froelich, 1648 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 24/09/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 127/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 68/2015

DISTRATO Nº 068/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. JÚLIO CÉSAR ALVES, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 30.100.519, CPF: 214.769.218-22, residente e domiciliado na Rua Carlos Boegenhausen, 1336 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 032/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### DISTRATO Nº 69/2015

DISTRATO Nº 069/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. KAUANE KAROLINE NASS, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.763.435, CPF: 086.217.659-00, residente e domiciliado na Rua Guilherme Holz, 215 – Bom Retiro, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



029/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 70/2015

DISTRATO Nº 070/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. LARISSA MEDEIROS, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.557.270, CPF: 056.944.989-84, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 5699 – Morro do Meio, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 049/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 71/2015

DISTRATO Nº 071/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. LEONARDO MEDEIROS, brasileiro, casado, professor, RG nº 4.557.273-9, CPF: 008.705.939-86, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 5699 P135 – Morro do Meio, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 031/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 72/2015

DISTRATO Nº 072/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. LEONI APARECIDA VALIATTI STONOGA, brasileira, casada, professora, RG nº 2.716.096-3, CPF: 728.440.519-87, residente e domiciliado na Rua João Remi de Lima Meireles, 195 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

042/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 73/2015**

DISTRATO Nº 073/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. LUCIA AMORIM, brasileira, casada, professora, RG nº 2/C 718.641, CPF: 920.885.119-20, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, 69 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 064/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 74/2015**

DISTRATO Nº 074/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO, brasileira, casada, professora, RG nº 3.671.303, CPF: 036.999.899-50, residente e domiciliado na Rua Padre José Novack, 1381 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 17/04/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 103/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 75/2015**

DISTRATO Nº 075/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO, brasileira, casada, professora, RG nº 9.688.224-6, CPF: 052.490.389-13, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 177 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 17/04/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



092/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 76/2015

DISTRATO Nº 076/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI, brasileira, solteira, professora, RG nº 3.531.953, CPF: 019.560.419-90, residente e domiciliado na Rua Elias Nicolau Saad, 497 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/02/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 041/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 77/2015

DISTRATO Nº 077/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA CRISTINA SOARES, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.576.148-5, CPF: 046.860.299-29, residente e domiciliado na Rua Esther Girardi, 540 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 004/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 78/2015

DISTRATO Nº 078/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO, brasileira, solteira, professora, RG nº 12.469.221-0, CPF: 089.231.289-2, residente e domiciliada na Rua Tocantins, 1181, Guaratuba/PR, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 18/08/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

121/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 79/2015**

DISTRATO Nº 079/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA GLOTILDE GERCKER, brasileira, casada, professora, RG nº 687642, CPF: 312.707.869-20, residente e domiciliado na Rua Papa João XXIII, S/N – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 007/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 80/2015**

DISTRATO Nº 080/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA LUIZA LEANDRO XAVIER, brasileira, casada, professora, RG nº 4.353.175-0, CPF: 037.387.769-23, residente e domiciliado na Rua Castro Alves, 102 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 06/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 065/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 81/2015**

DISTRATO Nº 081/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIANE LARA CORREA PEREIRA SIMMERMAN, brasileira, casada, professora, RG nº 4.308.069, CPF: 051.606.629-36, residente e domiciliado na Rua Papa João XXIII, 998 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 18/06/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

111/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 82/2015

DISTRATO Nº 082/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA RITA DA SILVA, brasileira, casada, professora, RG nº 6.440.448, CPF: 088.035.009-10, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 1648 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 24/09/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 126/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 83/2015

DISTRATO Nº 083/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARIA ROSIANE SANTOS, brasileira, casada, professora, RG nº 4.285.990, CPF: 006.005.369-22, residente e domiciliado na Rua Elias Nicolau Saad, 564 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 023/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

## DISTRATO Nº 84/2015

DISTRATO Nº 084/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARILDA MARTINS BUDAL, brasileira, casada, professora, RG nº 595.075-9, CPF: 202.065.269-20, residente e domiciliado na Rua Vereador Reginaldo Mews, 311 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

023/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 85/2015**

DISTRATO Nº 085/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARILENE GOMES FERREIRA, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.694.118-5, CPF: 038.250.699-58, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 659 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 096/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 86/2015**

DISTRATO Nº 086/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARÍLIA LUCIA MENDES, brasileira, casada, professora, RG nº 4.353.586-0, CPF: 059.750.259-58, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, 222 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 24/09/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 125/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 87/2015**

DISTRATO Nº 087/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARINILDA DA SILVA MARIAN, brasileira, casada, professora, RG nº 4.088.444, CPF: 796.311.349-20, residente e domiciliada na Rua Governador Celso Ramos, 854 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



052/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 88/2015**

DISTRATO Nº 088/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARISA MENDES CARDOSO CECCATTO, brasileira, casada, professora, RG nº 9.766.659-8, CPF: 063.721.119-77, residente e domiciliado na Rodovia SC 415, KM 11 – Mina Velha, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 036/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 89/2015**

DISTRATO Nº 089/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. MARQUEDIANE BRU-SAMARELLO, brasileira, solteira, professora, RG nº 55.320.880-9, CPF: 065.174.139-44, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 50 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 028/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 90/2015**

DISTRATO Nº 090/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ODETTE CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.857.334, CPF: 074.490.869-80, residente e domiciliada na Rua Governador Celso Ramos, 268 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 09/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

076/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 91/2015**

DISTRATO Nº 091/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. OLGA DA SILVA FRANCO, brasileira, casada, professora, RG nº 2.055.131, CPF: 005.713.789-78, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 239 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 02/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 043/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 92/2015**

DISTRATO Nº 092/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. PATRÍCIA SILVA GERKER, brasileira, casada, professora, RG nº 4.664.264, CPF: 061.398.139-13, residente e domiciliada na Rua Pio S. Santana, 428 Ap. 102, Joinville/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 18/08/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 120/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 93/2015**

DISTRATO Nº 093/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. RENATA VANESSA DE SANTANA, brasileira, solteira, professora, RG nº 3.518.098, CPF: 003.445.779-88, residente e domiciliada na Rua Maria Clara Froelich, 67 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 09/04/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº



100/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 94/2015**

DISTRATO Nº 094/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. RICARDO CAMPOS DA COSTA, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 5.171.670-4, CPF: 070.919.819-10, residente e domiciliado na Rua Annes Gualberto, 359 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 001/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 95/2015**

DISTRATO Nº 095/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.595.029-5, CPF: 057.003.589-99, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 672 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 11/02/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 072/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**DISTRATO Nº 96/2015**

DISTRATO Nº 096/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ROSENETE LANGE GONÇALVES, brasileira, casada, professora, RG nº 2.051.797, CPF: 586.318.529-53, residente e domiciliado na Rua Antonio Ladislau de Araujo, 1424 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

009/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 97/2015**

DISTRATO Nº 097/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SANDRA MARA DA SILVA, brasileira, casada, professora, RG nº 4.449.618-8, CPF: 051.543.669-05, residente e domiciliada na Rua Urubuquara, P. 302 – Urubuquara, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 03/02/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 055/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 98/2015**

DISTRATO Nº 098/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI, brasileira, casada, professora, RG nº 1.770.719-6, CPF: 496.627.089-87, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, 36 – Vila Trevo, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 017/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **DISTRATO Nº 99/2015**

DISTRATO Nº 099/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. SILMARA FRANCIELI ZOCCHETTO, brasileira, casada, professora, RG nº 6.162.868, CPF: 090.658.009-99, residente e domiciliado na Rua Carlos Boerghausen, 1313 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº

076/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 11 de dezembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Jucilene Furlan Cpf: 001.228.959-08	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

### **PORTARIA Nº 192/2015**

PORTARIA Nº. 192, de 14 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 2965/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ANA PAULA MANES JOAQUIM.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência “A”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir de 1º de Janeiro de 2016.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 14 de dezembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 194/2015**

PORTARIA Nº. 194 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ANDREIA LUZIA BARROSO PARA O CARGO DE ENFERMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, ANDREIA LUZIA BARROSO, portadora do RG nº. 6.163.457-6 e CPF nº. 005.107.869-44,

para o cargo de ENFERMEIRA, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 195/2015**

PORTARIA Nº. 195 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA CHARLENE NEBEL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, CHARLENE NEBEL, portadora do RG nº. 4.285.344-3 e CPF nº. 037.196.719-84, para o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 196/2015**

PORTARIA Nº. 196 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA CLEIDE FERREIRA DO VALE FALCÃO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, CLEIDE FERREIRA DO VALE FALCÃO, portadora do RG nº. 3.006.359-0 e CPF nº. 834.435.689-04, para o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 197/2015**

PORTARIA Nº. 197 de 15 de dezembro de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA DEJANIRA SOARES DE FARIAS PARA O CARGO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, DEJANIRA SOARES DE FARIAS, portadora do RG nº. 2.842.378-0 e CPF nº. 791.371.059-49, para o cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 198/2015**

PORTARIA Nº. 198 de 15 de dezembro de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ELIZANGELA VEDOLIN DA SILVA SOARES, PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, ELIZANGELA VEDOLIN DA SILVA SOARES, portadora do RG nº. 3.296.452-8 e CPF nº. 034.836.839-92, para o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 199/2015**

PORTARIA Nº. 199 de 15 de dezembro de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA FRANCISCA ALRILEIDE MESQUITA GUERRA PARA O CARGO DE ENFERMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, FRANCISCA ALRILEIDE MESQUITA GUERRA, portadora do RG nº. 6.477.835 e CPF nº. 351.876.033-53, para o cargo de ENFERMEIRA, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 200/2015**

PORTARIA Nº. 200 de 15 de dezembro de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA GABRIELA SOARES WESTRUP PARA O CARGO DE ODONTÓLOGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

**RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, GABRIELA SOARES WESTRUP, portadora do RG nº. 9.772.387-7 e CPF nº. 056.634.119-09, para o cargo de ODONTÓLOGA, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 201/2015**

PORTARIA Nº. 201 de 15 de dezembro de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA GISELE CAROLINE LENADRO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009;



CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, GISELE CAROLINE LE-NADRO, portadora do RG nº. 4.295.739-7 e CPF nº. 007.564.299-94, para o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 202/2015**

PORTARIA Nº. 202 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA HELOISA STEFFENS FERNANDES PARA O CARGO DE ODONTÓLOGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, HELOISA STEFFENS FERNANDES, portadora do RG nº. 3.066.888 e CPF nº. 009.738.469-09, para o cargo de ODONTÓLOGA, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 203/2015**

PORTARIA Nº. 203 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR HUGO LUIS GOMES CAMPEZATO PARA O CARGO DE MÉDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2012; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, HUGO LUIS

GOMES CAMPEZATO, portadora do RG nº. 8.227.453-7 e CPF nº. 035.808.939-55, para o cargo de MÉDICO, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 204/2015**

PORTARIA Nº. 204 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA JOCIANE HEIN PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, JOCIANE HEIN, portadora do RG nº. 7.999.749-8 e CPF nº. 031.067.689-40, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 205/2015**

PORTARIA Nº. 205 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA JOSEANE BORTOLOMEOTE FERREIRA PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015;

CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

RESOLVE:

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, JOSEANE BORTOLOMEOTE FERREIRA, portadora do RG nº. 3.433.075-5 e CPF nº. 974.372.479-68, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 206/2015**

PORTARIA Nº. 206 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA KARINE HELOUISA EBERHARDT ZEHNPFENN PARA O CARGO DE ODONTÓLOGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

#### **RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, KARINE HELOUISA EBERHARDT ZEHNPFENN, portadora do RG nº. 4.789.297-8 e CPF nº. 050.129.489-98, para o cargo de ODONTÓLOGA, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 207/2015**

PORTARIA Nº. 207 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA MARA LUCIA DE FREITAS, PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

#### **RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, MARA LUCIA DE FREITAS, portadora do RG nº. 7.310.566-8 e CPF nº. 032.870.579-95, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 208/2015**

PORTARIA Nº. 208 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA MOHANA REGINA GROSS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SAUDE BUCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

#### **RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, MOHANA REGINA GROSS, portadora do RG nº. 4.251.838 e CPF nº. 040.830.859-16, para o cargo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 209/2015**

PORTARIA Nº. 209 de 15 de dezembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA NOELI DA SILVA LIMA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE GARUVA, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 001/98 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 91/2015.

CONSIDERANDO, a realização do Concurso Publico Nº 001/2009; CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do Art. 8º da Lei Complementar Municipal 91/2015; CONSIDERANDO, o Termo De Opção De Transposição De Regime, firmado pelo empossado.

#### **RESOLVE:**

ART. 1o. – Nomear por reenquadramento, NOELI DA SILVA LIMA, portadora do RG nº. 2.511.011-0 e CPF nº. 705.324.949-20, para o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, percebendo vencimento conforme Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2o – Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.659, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.659, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 6.604, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OU AQUISIÇÃO, ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE EVARISTO FRANCISCO SPENGLER E GUIDO JOSÉ SPENGLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II, III e IV do artigo 1º, do Decreto nº 6.604, de 23 de outubro de 2015, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º [...]

#### I - ÁREA JÁ DESMEMBRADA PARA RUA MARIA EVELINA SPENGLER

“Uma área já desmembrada para a Rua Maria Evelina Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler esquina com a Rodovia Jorge Lacerda, contendo a área de 4.195,10m<sup>2</sup>. Partindo-se do Ponto 1, seguindo com azimute 207°17'20" e distância 8,02m chega-se ao Ponto 2, confrontando com lado par da Rodovia Jorge Lacerda. Deste com azimute de 269°54'07" e distância 385,11m chega-se ao Ponto 3, confrontando com Leito da Rua Maria Evelina Spengler. Deste com azimute de 270°06'27" e distância 701,14m chega-se ao Ponto 4, confrontando em 310,19m com o Leito da Rua Maria Evelina Spengler, 324,91m com terras de Rosa Bernadete Schmalz e Edeltrudes Spengler Schramm (M. 14.702 – Comarca de Gaspar), 13,91m com o Leito da Rua Ambrosio Spengler e 52,13m com terras de Rosa Bernadete Schmalz e Edeltrudes Spengler Schramm (M. 14.702 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 334°51'49" e distância 4,26 chega-se ao Ponto 5, confrontando com Margem Esquerda do Ribeirão Poço Grande. Deste com azimute de 90°06'27" e distância 702,94m chega-se ao Ponto 6, confrontando em 51,71m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 13,94m com o leito da Rua Ambrosio Spengler, 327,11m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 15,17m com a Área a desmembrar para o virador da Rua Maria Evelina Spengler (Parcela 04), 148,70m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar), 24,00m com a Área a desmembrar para rua “A” (Parcela 03) e 122,31m com terras de Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 89°54'07" e distância 383,45m chega-se ao Ponto 7, confrontando em 13,00m com Ilson Daniel (M. 25.498 – Parc. 19), 17,00m com José Cesar Spengler (M. 21.448 - Parc. 18), 16,00m com José Cesar Spengler (M.21.447 – Parc. 17), 16,00m com Fabrício dos Santos Bittencourt (M. 20.656 – Parcela 16), 13,00m com Adolfo Hang (M. 23.095 – Parc. 15), 15,00m com Guilherme Darós (M. 21.486 – Parcela 14), 16,00m Clecio Frare (M. 20.246 – Parc. 13), 16,00m com Odirlei Frare (M. 20.378 – Parc. 12), 16,00m com Mario Xavier Deschamps (M. 20.035 – Parc. 11), 13,00m com Mario Xavier Deschamps (M. 20.034 – Parc. 10), 13,00m com Pedro João Nogueira (M. 19.689 – Parc. 09), 14,00m com Fabio Postai (M. 19.691- Parc. 08), 62,00m com Roseméri Garcia Zimmermann (M. 20.534 – Parc. 07), 31,00m com Luiz Fernando Ehlers Villela (M.

19.241 – Parc. 06), 15,00m com Hercílio Vieira Neto (M. 19.245 – Parc. 05), 40,00m com Pedro Giovane Mondini (M. 17.698 – Parc. 04), 21,50m com Pedro Mondini (M. 18.792 – Parc. 03) e 35,95m com Sérgio Scottini (M. 18.287 – Parc. 02). Deste segue em curva de concordância com raio de 6,00, ângulo central 62°55'37" e distância 6.59m ao Ponto 1, ponto origem deste memorial, confrontando com Sérgio Scottini (M. 18.287 – Parc. 02). Perfazendo o perímetro um total de 2.191,51m; terreno este sem benfeitorias.” O imóvel descrito com a área de 4.195,10 m<sup>2</sup> (quatro mil cento e noventa e cinco metros e dez decímetros quadrados), foi avaliado em R\$ 50.341,20 (cinquenta mil trezentos e quarenta e um reais e vinte centavos), conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

#### II - ÁREA A DESMEMBRAS PARA RUA AMBROSIO SPENGLER.

“Uma área designada para a Rua Ambrosio Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Ambrosio Spengler, contendo a área de 386,63m<sup>2</sup>. Partindo-se do Ponto 18, seguindo com azimute 329°31'26" e distância 32,07m chega-se ao Ponto 19, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 89°04'34" e distância de 13,80m chega-se ao Ponto 20, confrontando com Leito da Rua Ambrosio Spengler. Deste com azimute de 149°32'24" e distância 32,35m chega-se ao ponto 21, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 270°06'27" e distância 13,94m chega-se ao Ponto 18, ponto origem deste memorial, confrontando com leito da Rua Ambrosio Spengler (02). Perfazendo o perímetro um total de 92,16m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 1.086,39m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda.” O imóvel descrito com a área de 386,63 m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e seis metros e sessenta e três decímetros quadrados), foi avaliado em R\$ 46.395,60 (quarenta e seis mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos), conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

#### III – ÁREA A DESMEMBRAR PARA A RUA “A”

“Uma área designada sob rua “A”; situada no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 346,48m<sup>2</sup>. Partindo-se do Ponto 11, seguindo com azimute 90°00'00" e distância 12,0m chega-se ao Ponto 12, confrontando com Iracema Spengler Moser (M. 10.369 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 180°06'27" e distância 21,60m chega-se ao Ponto 13. Deste seguem curva de concordância, com raio de 6,00, ângulo central 90°0'0" e distância 9,42m chega-se ao Ponto 8, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Deste com azimute de 207°06'27" e distância 24,00m chega-se ao Ponto 9, confrontando com Lado Par da Rua Maria Evelina Spengler. Deste segue em curva de concordância com raio de 6,00, ângulo central 90°0'0" e distância 9,42m chega-se ao Ponto 10. Deste com azimute de 0°06'27" e distância 21,57m chega-se ao Ponto 11, ponto origem deste memorial, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16.777 – Comarca de Gaspar). Perfazendo o perímetro um total de 98,01m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 505,76m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda.” O imóvel descrito com a área de 346,48 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta

e seis metros e quarenta e oito décímetros quadrados), foi avaliado em R\$ 41.577,60 (quarenta e um mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

## IV – ÁREA A DESMEMBRAR PARA O VIRADOR DA RUA MARIA EVELINA SPENGLER

“Uma área designada ao viradouro da Rua Maria Evelina Spengler situado no Município de Gaspar, no bairro Poço Grande, na Rua Maria Evelina Spengler, contendo a área de 226,23m<sup>2</sup>. Partindo-se do Ponto 14, seguindo com azimute 270°06'27” e distância 15,17m chega-se ao Ponto 15, confrontando com Lado Par da Rua Maria Evelina Spengler. Deste com azimute de 0°06'27” e distância 15,00m chega-se ao Ponto 16. Deste com azimute de 90°06'27” e distância 15,00m chega-se ao Ponto 17. Deste com azimute de 179°28'25” e distância 15,00m chega-se ao Ponto 14, ponto origem deste memorial, confrontando com Evaristo Francisco Spengler e Guido José Spengler (M. 16777 - Comarca de Gaspar). Perfazendo o perímetro um total de 60,17m; terreno este sem benfeitorias, distando a partir do lado esquerdo em 678,46m da esquina formada pela Rua Maria Evelina Spengler com a Rodovia Jorge Lacerda.” O imóvel descrito com a área de 226,23 m<sup>2</sup> (duzentos e vinte e seis metros e vinte e três decímetros quadrados), foi avaliado em R\$ 27.147,60 (vinte e sete mil cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos), conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.”

Art. 2º este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**DECRETO Nº 6.660 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.660 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA O SERVIDOR PAULO EDSON COLARES PAIVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor PAULO EDSON COLARES PAIVA, CPF nº 003.583.840-01, do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados I, nomeado pelo decreto 6327/2015, a partir de 15/12/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.661, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.661, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA FundACão Municipal de ESPORTES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor

indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na FundAÇÃO Municipal de ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr	
Dotação: 20 3.3.91.00.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Inteira	R\$ 10.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**DECRETO Nº 6656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 6656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

FIXA O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 11, inciso III, 72, incisos IV e XX da Lei Orgânica do Município e o art. 30, inciso V, da Constituição Federal e com fundamento na Lei Complementar nº 4, de 25 de fevereiro de 2002 e na Lei nº 2.205, de 24 de abril de 2002,

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos contratos,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a tarifa comum para o transporte coletivo no Município de Gaspar, na forma de crédito em cartão eletrônico, no valor de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 1º do Decreto nº 6177, de 22 de janeiro de 2015.

Art. 2º Fica fixada a tarifa embarcada para o transporte coletivo no Município de Gaspar, na forma de pagamento em dinheiro no momento do acesso ao serviço pelo usuário, no valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), a partir da 00h00min do dia 04 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 257/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 257/2015

**OBJETO:** Contratação de prestação de serviço de suporte técnico em hardware e software da central telefônica Digitro NGC Corporate, por um período de 12 (doze) meses. **CONTRATADO:** DIGITRO TECNOLOGIA LTDA. (83.472.803/0001-76). **Valor Total Julgado:** R\$ 11.965,68 (onze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). **BASE LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de dezembro de 2015.

PFEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

**PORTARIA Nº 3.867, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.867, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data de Posse	Término do Estágio Probatório
Cristiani Muller	9794	Servente/ Merendeira	19/09/2012	10/10/2015
Silvio Cleffi	9641	Médico Cardiologista	23/04/2012	23/04/2015

Art. 2º O servidor que obteve aprovação fica por este ato declarado ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA RH 119/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 119/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) JOSIANE TONOLI FERRARI, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 09/02/2004 a 19/02/2009, devendo folgar a partir de 12/01/2016 a 10/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO TERMO DO ADITIVO 005/2015 - ADITIVO 001 AO CONTRATO CM-012/2014.**

Extrato do termo do Aditivo 005/2015.

Aditivo 001 ao Contrato CM-012/2014.

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, representadas pelos signatários abaixo, CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública; e, por último, CONSIDERANDO o princípio da economicidade, resolvem prorrogar o CONTRATO CM-012/2014 nos seguintes termos: Cláusula 1ª – Fica prorrogado o Contrato CM-012/2014 para vigor de 18 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2016. Cláusula 2ª – O Contrato CM 012/2014 não sofrerá alteração em seu valor inicial e não será reajustado, conforme ajuste entre as partes. Cláusula 3ª – Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais. E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma. Gaspar (SC), em 17 de dezembro de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES - José Hilário Melato – Presidente  
PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA- Giovani de Bortoli

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 19/2015 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2015

Número do contrato: 19/2015 – Número do Aditivo: 1º (RENOVAÇÃO)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 5/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: FREITAG LABORATÓRIOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 10.743.183/0001-99.

Objeto: Prestação de serviços de análises de água laboratoriais.

Valor: R\$ 89.999,40 (oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Gaspar (SC), em 27 de novembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 23/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2015

Número do contrato: 23/2013 - Credenciamento nº 38/2013 – aditivo 02 (Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ/CPF do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor estimado: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)

Gaspar (SC), em 08 de dezembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

Número do contrato: 24/2013 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Credenciamento : 38/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.

Valor acrescido: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Gaspar (SC), em 09 de dezembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 25/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
25/2013 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2015  
Data vencimento: 31/12/2016  
Credenciamento nº 38/2013  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ do contratado: 00.000.000/0996-27  
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 08 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
27/2013 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo Renovação e Reajuste)

Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Credenciamento nº 38/2013  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERV. PÚBLICOS MUNIC. DO VALE ITAJAÍ - CNPJ do contratado: 03.960.819/0001-99  
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor acrescido: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
3/2012 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Prorrogação)

Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Número da Licitação: 58/2011 - Modalidade: Concorrência  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA. - CNPJ do contratado: 06.977.356/0001-66.  
Objeto: Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação do SAMAE de Gaspar na atividade Institucional.  
Valor acrescido: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Gaspar (SC), em 15 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2015 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
3/2015 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Número da Licitação: 12/2015 - Modalidade: Dispensa  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: ANTÔNIO AUGUSTO GRACIOLA - CNPJ do contratado: 485.372.099-53  
Objeto: Locação de imóvel com área de 4.222,68m2, objetivando a utilização da referida área para lavra a céu aberto por escavação para retirada de macadame (saibro), de acordo com as necessidades da Autarquia.  
Valor acrescido: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

=====

Gaspar (SC), em 01 de dezembro de 2015  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 36/2012 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
36/2012 - Número do Aditivo: 5 (Aditivo de Renovação)  
Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - CNPJ  
do contratado: 83.719.963/0001-77  
Objeto: Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.  
Valor acrescido: R\$ 3.942,60 (três mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos).

=====

Gaspar (SC), em 27 de novembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2015 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
37/2014 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de renovação)  
Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/01/2016  
Número da Licitação: 50/2014 - Modalidade: Dispensa  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: SÊNIOR SISTEMAS LTDA.CNPJ do contratado:  
80.680.093/0001-81  
Objeto: Locação, manutenção, atualização e suporte técnico de software destinado ao gerenciamento do Departamento Pessoal do SAMAE.  
Valor acrescido: R\$ 458,15 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).

=====

Gaspar (SC), em 11 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 6/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Número do contrato:  
6/2014 - Número do Aditivo: 2 (Aditivo de Prorrogação e Reajuste)  
Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Credenciamento: 38/2013  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL - CNPJ do contratado: 92.702.067/0001-96  
Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.  
Valor acrescido: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 09 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 62/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

## • EXTRATO CONTRATOS / 2014

=====

Número do contrato: 62/2014 – Número do Aditivo: 1 (Renovação)  
Data vigência: 01/01/2016  
Data vencimento: 31/12/2016  
Licitação: 65/2014 - Modalidade: PREGÃO  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.  
Objeto: Aquisição de software de faturamento em água, esgoto e resíduos, incluindo o fornecimento de licenças perpétuas.  
Valor: R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais)

=====

Gaspar (SC), em 03 de dezembro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2015 - SAMAE**  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2015

=====

Número do contrato: 67/2015

Data vigência: 01/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: NOTA CERTA BOLETINS JURÍDICOS LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 06.143.076/0001-52

Objeto: Serviços especializados através de sistema de gerenciamento de notas de expediente para acompanhamento, busca, leitura e comunicação de informações judiciais (intimações) publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST e STF) e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com entrega por meio eletrônico, onde o Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar (SAMUSA) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar (SAMAE) figurem como parte, ativa ou passiva,

Valor: R\$ 716,40 (setecentos e dezesseis reais e quarenta centavos).

=====

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 095/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 095, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0058 -	Aplicações Diretas	R\$	20.020,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0058	Salário Educação	R\$ 20.020,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
16 de Dezembro de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 16 de Dezembro de 2015.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 38/2015 ESTATUTO FAMGP

DECRETO Nº 38/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO- PARÁ – FAMGP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 93, V, da Lei Orgânica Municipal e considerando a criação da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, por meio da Lei Municipal nº 1.803, de 29 de novembro de 2011 e Lei Municipal Complementar nº 26/2015, de 16 de setembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado, por meio deste Decreto e na forma de seu anexo único, o Estatuto da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
16 de dezembro de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

## ANEXO ÚNICO

## FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ – FAMGP

## ESTATUTO

## CAPÍTULO I

## Da Denominação, Sede e Duração

Art. 1º. A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, entidade dotada de personalidade de direito público, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Grão-Pará e jurisdição em todo o seu território, com tempo indeterminado de duração, criada pela Lei Municipal nº 1.803, de 29 de novembro de 2011 e Lei Municipal Complementar nº 26/2015, de 16 de setembro de 2015, reger-se-á pelas seguintes normas e objetivos:

I. Executar a Política Municipal do Meio Ambiente de Grão-Pará, conforme as diretrizes previstas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 398/1984, que fixa normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos do Município de Grão-Pará.

II. Articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando à obtenção de recursos financeiros e tecnológicos, para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente.

III. Regular a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município.

IV. Celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas, entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando a desenvolver a política de recursos da FAMGP.

V. Promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental.

VI. Fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, autuando e aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória.

VII. Implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei existentes em todo o seu território, tais como: matas nativas, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental.

VIII. Assessorar a Administração Pública Municipal em todos os seus aspectos relativos à formulação, coordenação, execução e fazer executar a Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle da fauna e flora, e fomento dos recursos naturais renováveis.

IX. Colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os proprietários das áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, para evitar o mau uso da área, fiscalizar o uso de agrotóxicos nas propriedades rurais ou de preservação e, ou, quaisquer outros produtos químicos que sejam nocivos ao meio ambiente, incentivar o desenvolvimento de jardins nas propriedades, o plantio de plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos.

X. Controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento das águas.

XI. Propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios, regulamentação e fiscalização na colocação de propaganda em logradouros públicos ou particulares, prédios ou terrenos.

XII. Implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município.

XIII. Exercer a proteção dos animais selvagens e domésticos existentes no território municipal, ensejando obedecer à efetiva fiscalização das atividades ilegais como: pesca, caça e aprisionamento de animais silvestres no Município.

XIV. Promover campanhas para tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, a fim de que sejam imunes ao corte, por ser consideradas patrimônio histórico natural do Município de Grão-Pará.

XV. Propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município.

XVI. Estimular a implantação e normalizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município.

XVII. Fiscalizar as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva de lixo, à reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento.

XVIII. Participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em

suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas.

XIX. Executar projetos específicos de coleta seletiva de pilhas, baterias, carregadores de celulares, lâmpadas fluorescentes, óleo de cozinha e aparelhos eletrônicos em geral, a fim de evitar a contaminação do meio natural e social.

XX. Promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente, em crianças e adolescentes.

XXI. Operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

XXII. Executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental.

XXIII. Apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como, para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município.

XXIV. Promover campanhas, eventos, shows, seminários, congressos, workshops, oficinas ecológicas, por meio de iniciativas próprias, tendo a liberdade e autonomia de elaborar projetos, captar recursos financeiros, listar os convidados e gerenciar todas as atividades relativas às promoções que busquem a conscientização pública.

XXV. Analisar os projetos hidrossanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Grão-Pará, emitindo parecer técnico a respeito, tendo a autoridade para vetar ou aprovar o projeto em questão.

XXVI. Licenciar, por delegação de poderes, mediante convênio, com os órgãos integrantes do SISNAMA, as atividades consideradas, potencialmente, poluidoras no âmbito do Município, conforme Resoluções do CONSEMA.

XXVII. Analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica com repercussão ambiental.

Parágrafo único. A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP atuará na execução da Política Municipal de Meio Ambiente e o prazo de duração da FAMGP é indeterminado.

## CAPÍTULO II

### Do Patrimônio e Dos Recursos Financeiros

Art. 2º. O patrimônio e os recursos financeiros da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP serão constituídos de:

I. Bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras.

II. Bens móveis e imóveis, bem como os que forem sendo constituídos, doados, adquiridos ou transferidos em caráter definitivo.

III. Doações, contribuições, heranças ou legados de qualquer natureza.

Art. 3º. Os recursos financeiros da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP serão provenientes de:

I. Dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará e vinculados à FAMGP.

II. Auxílios e subvenções da União, do Estado de Santa Catarina ou de quaisquer organismos públicos ou entidades privadas.

III. Receitas eventuais.

IV. Recursos financeiros resultantes:

a) Das rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;

b) Das contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;

c) Dos produtos de operação de crédito;

d) Das ajudas financeiras de qualquer natureza;

e) Do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade promocional da FAMGP;

f) De depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que converterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;

g) Das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privada ou pública, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações, restituições e compensações financeiros por danos e impactos negativos causados ao meio ambiente;

h) De quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;

i) Do saldo do exercício financeiro encerrado;

j) Do produto da cobrança de entrada para visitação de parques municipais, APA's - Área de Preservação Ambiental, trilhas ecológicas e outras atividades afins.

k) Da renda dos bens patrimoniais;

l) De fundos perdidos da União, do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

Art. 4º. Os bens imóveis transferidos à Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP só poderão ser alienados com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Na venda ou permuta de seus imóveis, doados à FAMGP, sem cláusula de inalienabilidade, será sempre ouvida a Câmara Municipal de Grão-Pará.

Art. 6º. É vedada à Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a dirigentes, membros do Conselho ou a servidores, a título de lucro ou de participação nos resultados de exercício ou de atividade.

Art. 7º. Os bens e direitos que forem adquiridos no decorrer de suas atividades, quer seja por meio de projetos, doações, permutas, empréstimo e outros, deverão ser de uso exclusivo da FAMGP.

§ 1º. Os bens e direitos serão inventariados, mediante controle de patrimônio, devidamente, catalogados e etiquetados.

§ 2º. Extinguindo-se a FAMGP, os bens e direitos serão utilizados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos e programas de trabalho.

Art. 8º. O patrimônio e a renda gerada pela FAMGP gozarão de imunidade tributária.

### CAPÍTULO III

#### Da Estrutura Organizacional Básica

Art. 9º. A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I. Conselho Deliberativo;

II. Diretoria Executiva;

III. Conselho Fiscal.

#### SEÇÃO I

##### Do Conselho Deliberativo

Art. 10. O Conselho Deliberativo será constituído por 07(sete) membros efetivos e 07(sete) membros suplentes, sendo um representante da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, um representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, um representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL de Grão-Pará, um representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, um representante do Escritório Municipal da EPAGRI e um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º. A Presidência do Conselho Deliberativo será exercida impreterivelmente pelo Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.

§ 2º. Os demais membros do Conselho Deliberativo serão indicados pelas respectivas instituições públicas e organizações não governamentais, em lista tripla, para que seja submetida à apreciação e aprovação do Prefeito Municipal, a fim de que sejam homologadas as indicações.

Art. 11. O mandato do Conselho Deliberativo será de 02 (dois) anos, facultada a recondução por igual período.

Art. 12. Compete ao Conselho Deliberativo:

I. Examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da FAMGP, o estado do caixa e os valores em depósito, a fim de aprovar ou não as contas.

II. Manifestar-se sobre a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos.

III. Pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pela Diretoria da FAMGP.

IV. Lavrar os resultados dos exames a que proceder nos livros de atas e pareceres do próprio Conselho.

V. Apresentar à Diretoria, no máximo em 15(quinze) dias após o recebimento, o parecer sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral da FAMGP do exercício anterior.

VI. Propor à Diretoria da FAMGP medidas que julgar necessárias ao bom desempenho da mesma.

VII. Denunciar ao Ministério Público os erros, fraudes ou crimes que porventura constatar.

VIII. Manifestar-se sobre a programação de trabalho da FAMGP, sobre o plano de aplicação dos recursos e dotação orçamentária.

IX. Contribuir para reformulação, ajustes e alterações do Regimento Interno da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, sempre que se fizer necessário.

Art. 13. O Conselho Deliberativo para apreciar e deliberar sobre a matéria de sua competência reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando for convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta dos conselheiros.

§ 1º. As reuniões do Conselho Deliberativo serão realizadas com a presença de maioria dos seus membros, elaborando-se ata que será lavrada em livro próprio de atas de reuniões.

§ 2º. As decisões do Conselho Deliberativo serão formalmente estabelecidas por meio de Resoluções Internas aprovadas por maioria absoluta dos votos dos conselheiros, cabendo ao Superintendente o voto de qualidade no caso de empate.

§ 3º. Os Diretores da FAMGP e outras pessoas convidadas poderão participar das reuniões e debate, sem direito a voto e sem direito a manifestar-se, a não ser quando for convidado pelo Presidente da Reunião.

## SEÇÃO II

### Da Diretoria Executiva

Art. 14. A Diretoria é composta pelo Superintendente, por um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Técnico e de Educação Ambiental.

Art. 15. Compete à Diretoria Executiva:

I. Elaborar e executar:

- a) O Plano Anual de Trabalho da FAMGP;
- b) O Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos;
- c) O Plano de Contas.

II. Aprovar convênios, contratos, acordos e termos de cooperação de que participe a Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP.

III. Elaborar o Relatório Anual das Atividades, a Prestação de Contas e o Balanço Geral.

IV. Submeter à apreciação do Conselho Deliberativo:

- a) Os livros contábeis e papéis de escrituração da FAMGP, o estado do caixa e os valores em depósito;
- b) A alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;
- c) O relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do exercício anterior.

V. Estabelecer a política de prioridades da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, submetendo à consideração e à apreciação do Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente, que terá a liberdade para analisar e apresentar sugestões, sem, contudo, ter o direito de vetar ou recusar as medidas políticas, previamente, estabelecidas pela Diretoria da FAMGP.

VI. Propor alterações no Quadro de Pessoal e Plano de Cargos, Salários e Carreiras, submetendo-as à aprovação do Prefeito Municipal.

VII. Deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da FAMGP, respeitadas as suas finalidades previstas em seus Estatutos.

VIII. Propor as reformas regimentais que se fizerem necessárias, ouvindo os demais membros que compõem a Estrutura Organizacional



Básica da FAMGP e solicitando aos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente que apresentem sugestões específicas sobre as reformas em questão, que serão submetidas à apreciação final do Prefeito Municipal.

IX. Solicitar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional, com anuência de dois membros da Diretoria.

X. Apreciar as operações de créditos a serem realizadas, submetendo as propostas à aprovação do Prefeito Municipal.

XI. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais e regulamentares previstos no Estatuto e no Regimento Interno da FAMGP, bem como as decisões do Conselho Deliberativo, levando em consideração as recomendações e indicações encaminhadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

#### SUBSEÇÃO I

Da Superintendência

Art. 16. São atribuições do Superintendente da FAMGP:

I. Distribuir os servidores da FAMGP, bem como praticar os demais atos administrativos necessários para o perfeito andamento dos trabalhos.

II. Movimentar as contas bancárias da FAMGP em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, ou na falta deste, com outro Diretor nomeado pelo Prefeito Municipal.

III. Representar a FAMGP, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações interinstitucionais, nas relações sociais, enfim, em todas as áreas que se fizerem necessárias à presença da autoridade representativa da instituição.

IV. Firmar acordos, contratos e convênios ou termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, obedecidas às formalidades previstas em leis específicas.

V. Praticar atos administrativos relativos aos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP, de acordo com os dispositivos legais da Lei Orgânica do Município de Grão-Pará e leis complementares.

VI. Delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação, dando-se publicação regimental e legal, nos autos dos boletins internos, resoluções, instruções normativas e ou publicações em veículo de comunicação.

VII. Dar apoio dentro da Política Municipal do Meio Ambiente ao funcionamento e ao processo logístico autônomo e independente, necessário ao funcionamento do COMDEMA.

VIII. Encaminhar ao Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Grão-Pará os processos de inscrição de Dívida Ativa e os processos relativos aos recursos de Notificação de Multas impostas pela Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP.

IX. Guardar e supervisionar os bens móveis e imóveis, bem como todo o patrimônio da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP.

X. Exercer a direção das atividades gerais da FAMGP, com orientação, controle e supervisão e análise de projetos.

XI. Presidir as reuniões do Conselho Deliberativo.

XII. A abertura de créditos adicionais e a transferência de verbas ou dotações orçamentárias.

XIII. Encaminhar ao Conselho Deliberativo, a cada ano, a proposta orçamentária da FAMGP.

XIV. Julgar em grau de recurso os processos administrativos interpostos.

XV. Submeter, anualmente, ao Conselho Deliberativo, os balancetes acompanhados de relatórios dos trabalhos e atividades da FAMGP e, após aprovação, ao Prefeito Municipal.

XVI. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno e demais competências previstas na Constituição Federal, Constituinte Estadual e Lei Orgânica Municipal de Grão-Pará.

XVII. Exercer a função de Analista Ambiental, devendo, portanto, ser ou Engenheiro Ambiental, ou Engenheiro Agrônomo, ou Engenheiro Sanitarista e Ambiental, ou Engenheiro Florestal e/ou Biólogo.

#### SUBSEÇÃO II

Do Departamento Administrativo e Financeiro

Art. 17. São atribuições e competências do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da FAMGP:

I. Assinar, em conjunto com o Superintendente, cheques e demais movimentações financeiras que se tornarem necessárias.

II. Administrar e supervisionar a área administrativo-financeira.

III. Coordenar a elaboração da proposta orçamentária e do plano de contas da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.

IV. Coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades realizado em conjunto com os demais setores da Fundação.

V. Programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.

VI. Estudar e implantar, em conjunto com as respectivas áreas, sistemas e métodos administrativos que visem ao aperfeiçoamento e à racionalidade das atividades da Fundação.

VII. Articular-se com os demais órgãos de planejamento e orçamentário do Município, com vistas ao cumprimento e execução de atos e construções normativas.

VIII. Elaborar, com apoio logístico das demais áreas da Fundação, manuais, regulamentos e demais documentos normativos de utilização interna da Fundação, mantendo-os atualizados.

IX. Promover o recrutamento, seleção e acompanhamento laboral de recursos humanos.

X. Diagnosticar e minimizar as deficiências de desempenho e carência de recursos humanos na Fundação, visando a aumentar o nível de satisfação dos servidores e à melhoria do desempenho organizacional, na busca da qualidade total.

XI. Qualificar os funcionários objetivando a formação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos servidores da Fundação.

XII. Possibilitar o aumento da conscientização dos servidores em relação a si mesmos e no contexto onde estão inseridos, valorizando sua capacidade técnico-administrativa, bem como desenvolvendo atividades culturais, artísticas e desportivas que visem a demonstrar sua capacidade criativa na Fundação e na sociedade.

XIII. Propiciar ao servidor o conhecimento das normas legais e orientações referentes aos benefícios e deveres sociais, garantidos no regime jurídico adotado e nas normas previstas em lei.

XIV. Zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob a sua coordenação hierárquica e estrutural.

XV. Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados.

XVI. Elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais.

XVII. Outras atribuições pertinentes ao pleno exercício do Departamento Administrativo e Financeiro e/ou aquelas delegadas excepcionalmente pelo Superintendente da FAMGP.

#### SUBSEÇÃO IV

Do Departamento Técnico e Educação Ambiental

Art. 18. São atribuições e competências do Diretor do Departamento Técnico e Educação Ambiental da FAMGP:

I. planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades de fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e a utilização dos recursos naturais renováveis, da flora e da fauna.

II. Supervisionar e promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais e da degradação ambiental do Município.

III. Elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com a totalidade dos demais setores da Fundação e da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

IV. Zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação.

V. Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados.

VI. Elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais.

VII. Dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre, com vistas à manutenção da biodiversidade.

VIII. Promover uma política municipal de meio ambiente, que tenha como fundamentação, um modelo: ecologicamente - sustentável, economicamente - viável e socialmente - justo.

IX. Demais atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas.

X. Promover a Educação Ambiental no Município de Grão-Pará, em todos os seus níveis de ensino formal, bem como por meio da educação popular não-formal.

XI. Promover palestras, cursos, treinamentos, campanhas, caminhadas ecológicas, produzir folhetos e publicações diversas, cartazes, cartilhas, vídeos e outros meios educativos, necessários para desenvolver o processo de Educação Ambiental.

XII. Coordenar e executar programas e ações educativas orientadas para promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis.

XIII. Apoiar as ações de Educação Ambiental no âmbito do SISNAMA.

XIV. Articular, colaborar e dar suporte de Educação Ambiental aos projetos técnicos desenvolvidos na Rede Municipal de Ensino, por meio das Escolas Municipais e Estaduais e na Rede Particular de Ensino, bem como nos demais órgãos públicos e organizações não governamentais.

XV. Elaborar planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação, buscando promover a conscientização pública.

XVI. Compilar e reproduzir recursos didáticos, científicos e técnicos, e aperfeiçoar continuamente os métodos de educação ambiental empregados.

XVII. Manter atualizados os dados e informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e mundiais, elaborando e divulgando conteúdos informações.

XVIII. Organizar um acervo de recursos materiais, possibilitando consultas e pesquisas.

XIX. Elaborar e coordenar a implantação de políticas de minimização de resíduos norteadas por diretrizes de redução (na fonte), reutilização e reciclagem de materiais, incluindo ações de caráter educativo no âmbito do Município de Grão-Pará.

XX. Pesquisar e desenvolver métodos para coleta seletiva e reciclagem de óleo de cozinha, aparelhos eletrônicos em geral, lâmpadas, resíduos, materiais radioativos, pilhas, baterias de celular, que incluam a participação ativa da comunidade, desde a geração dos mesmos até a sua disposição final ou reincorporação ao sistema produtivo.

XXI. Promover ações convergentes como oportunidade de trabalho de autodesenvolvimento, na busca para soluções de problemas ambientais nas Comunidades.

XXII. Promover estudos e debates sobre a problemática ambiental sob a perspectiva multi, inter e transdisciplinar, visando ao desenvolvimento eficiente e eficaz de programas e projetos de Educação Ambiental.

XXIII. Buscar a incorporação dos meios de comunicação de massa na implementação de ações educativas, que facilitem a divulgação das informações dirigidas à Comunidade.

XXIV. Apoiar iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material instrucional, de modo a servir de subsídios ao processo educativo ambiental.

XXV. Capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários, formadores de opinião e outros) de órgãos governamentais ou não, por meio de cursos, seminários, fórum, workshop, oficinas ecológicas e treinamentos etc.

XXVI. Estimular e apoiar a criação de Núcleos de Educação Ambiental - NEA, em sua área de abrangência, multiplicando suas ações em âmbito local, de forma organizada e integrada.

XXVII. Desenvolver outras atividades relacionadas, especificamente, ao processo pedagógico da Educação Ambiental.

XXVIII. Outras atribuições pertinentes ao pleno exercício do Departamento Técnico e de Educação Ambiental e/ou aquelas delegadas excepcionalmente pelo Superintendente da FAMGP.

## SUBSEÇÃO V

Do Departamento De Fiscalização Ambiental

Art. 19. São atribuições do Departamento de Fiscalização Ambiental da FAMGP:

I. Planejar, programar e organizar as atividades relacionadas com o controle ambiental, das atividades que impliquem na produção, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos oriundos da flora e da fauna, das jazidas minerais e outras formas de recursos naturais renováveis.

- II. Elaborar critérios para visitação periódica às Unidades de Conservação, bem como às áreas declaradas de preservação permanente.
- III. Coibir a prática de qualquer ato de caça, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento ou abate de exemplares da fauna nas Unidades de Conservação, no território do Município de Grão-Pará.
- IV. Coibir o corte, coleta e transporte de vegetação sem a autorização do Departamento Técnico da Fundação, de acordo com as normas federais e estaduais que regulamentam esta atividade.
- V. Elaborar normas e padrões relativos à produção, estocagem, transporte, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como promover a sua aplicação.
- VI. Controlar a instalação de placas, tapumes, avisos ou sinais nos limites do território municipal.
- VII. Coibir a destruição, exploração e explosão dos afloramentos rochosos e formações geológicas de qualquer tipo, bem como escavações, aterros ou alterações do solo, sem que a pessoa responsável realize a recuperação ambiental da área degradada, de acordo com as recomendações técnicas exigidas na legislação sobre o meio ambiente.
- VIII. Coibir retificações de cursos d'água, assim como outras atividades que possam modificar as condições hídricas naturais, realizadas sem a aprovação da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP.
- IX. Emitir notificações, comunicados, embargos, autos de infração, termos de apreensão e termos de doação de produtos apreendidos, multa administrativa, conforme o caso, nas atividades que contrariem as disposições legais que regulamentam as questões sobre o meio ambiente.
- X. Instruir processos com recursos de multas administrativas aplicadas ao infrator, bem como montar processos por crime ecológico para serem encaminhados ao Ministério Público.
- XI. Apreciar e supervisionar os projetos contratados a terceiros na área de suas atribuições, emitindo pronunciamento técnico a respeito da temática, obra ou prestação de serviços.
- XII. Propor medidas punitivas, valores de multas administrativas, aplicação de penalidades e medidas de compensação, sempre que se tornar necessário lavrar o competente auto de infração.
- XIII. Articular-se com entidades afins, públicas ou privadas, objetivando o pleno desempenho de suas atribuições.
- XIV. Promover o acompanhamento da qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo, da fauna e da flora.
- XV. Executar ou fazer executar atividades de monitoramento da qualidade ambiental e do estado dos recursos da fauna e da flora.
- XVI. Promover a realização e atualização do Diagnóstico e Relatório sobre a qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Município de Grão-Pará.
- XVII. Executar ou fazer executar programas nacionais e regionais relativos às substâncias perigosas e outros resíduos.
- XVIII. Executar ou fazer executar programas nacionais, regionais e municipais de qualidade do ar, da água e dos solos.
- XIX. Executar ou fazer executar medidas de prevenção e controle de incêndios florestais.
- XX. Desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas.
- XXI. Repassar aos Fiscais Ambientais as diretrizes necessárias ao desempenho das fiscalizações e ao controle de atividades e serviços degradadores ou poluidores e fazendo o acompanhamento do desempenho dos Fiscais Ambientais da FAMGP.
- XXII. Outras atribuições pertinentes ao pleno exercício do Departamento de Fiscalização Ambiental e/ou aquelas delegadas excepcionalmente pelo Superintendente da FAMGP.

### SEÇÃO III

#### Do Conselho Fiscal

Art. 20. O Conselho Fiscal é o órgão de acompanhamento, controle e fiscalização da gestão financeira da Fundação e será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, sendo:

- I. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que será o seu presidente.
- II. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- III. 01 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

§ 1º. Todos os membros são de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo, não podendo receber qualquer remuneração pelo desempenho destas funções.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 21. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Emitir parecer sobre os balancetes, o balanço e a prestação anual de contas.

II. Emitir parecer sobre a contabilidade e a gestão financeira.

III. Emitir parecer sobre empréstimos a serem contraídos.

IV. Requisitar e examinar documentos relacionados com as finanças da FAMGP e requerer informações, se necessárias, ao desempenho de suas atribuições.

Art. 22. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre, devendo ser convocado por seu presidente com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, mediante edital fixado em local visível na Sede da FAMGP, bem como com a notificação pessoal de cada um de seus membros.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Substituições de Pessoal

Art. 23. Serão substituídos nas faltas injustificadas e/ou impedimentos eventuais:

I. O Superintendente pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

II. O Diretor Administrativo e Financeiro substituído pelo Diretor Técnico e Educação Ambiental.

III. Se, ainda, estiver ausente de forma injustificada o Diretor Técnico e Educação Ambiental, este será substituído por qualquer um dos diretores da FAMGP disponíveis no ato.

#### CAPÍTULO V

##### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 24. O exercício financeiro da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP coincidirá com o ano civil, dentro do exercício fiscal.

Art. 25. A estrutura administrativa da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP entrará em funcionamento, gradualmente, na medida em que os Órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades dos recursos.

Art. 26. O quadro de cargo e salários da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP será aquele previsto na Legislação Municipal.

Art. 27. A Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará - FAMGP poderá dispor, para o exercício de suas competências, de mecanismos de natureza transitória, tais como Comissões, Grupos de Trabalho e outros similares, a serem constituídos pelo Superintendente, com prazo determinado de funcionamento.

Art. 28. Poderá ser criado Regimento Interno, bem como Instruções Normativas para regular os casos omissos no presente Estatuto.

Art. 29. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará/SC, 16 de dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração  
e Fazenda

ALEXANDRE BONIN BAGGIO  
Superintendente da Fundação Ambiental  
Municipal de Grão-Pará - FAMGP

**DECRETO DF 094/2015 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000094/15 de 16 de Dezembro de 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
<b>10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
(148)3.1.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>8.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
<b>10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS</b>	
(149)3.3.90.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
<b>Total Anulação:</b>	<b>8.000,00</b>

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Dezembro de 2015.**

---

**AMILTON ASCARI**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 16 de Dezembro de 2015.

---

**DIONE HEINZEN**  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 94.15 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto CAMINHÃO PLACA MID 7226**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº94/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 121/15, Edital de Pregão Presencial Nº 94/15, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do diferencial do caminhão Mercedes Placa MID 7226; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/01/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de dezembro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 95.15 NITROGENIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº95/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 122/15, Edital de Pregão Presencial Nº 95/15. Objeto: Aquisição de Nitrogênio e materiais para inseminação Artificial; recebimento de propostas até às 10 horas do dia 06/01/16; a abertura do Edital será às 10 horas do dia 06/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de dezembro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### CONVENIO Nº 025/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 025/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 025/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

CONTRATADO: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

OBJETO: Projeto Aquisição de 01 Micro Ônibus.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais),

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 01.03.2016.

DATA: 16.12.2015

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e Rogério Vonk pela contratada.

### CONVENIO Nº 026/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 26/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

CONTRATADO: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim

OBJETO: Projeto Auxílios Bombeiros.

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais),

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 01.03.2016.

DATA: 16.12.2015

SIGNATÁRIOS: Ezequiel Ramalho Bezerra De Souza pelo Município de Guaramirim e Dieter Helmuth Gaedtke pela contratada.

### DECRETO Nº. 591/2015

DECRETO Nº. 591/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 809.000,00 (oitocentos e nove mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, de acordo com a Lei nº. 4278/2015, no valor de R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

6 - Secretaria Municipal de Educação

6.2 - Educação Infantil

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério ..... R\$ 319.000,00

8 - Secretaria de Infraestrutura

8.1 - Secretaria de Infraestrutura

0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundas de anulações na importância de R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

6 - Câmara Municipal de Vereadores  
01.1 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores  
3319000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 11.150,00  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 50.850,00  
3339100000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 3.000,00  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

6 - Câmara Municipal de Vereadores  
01.1 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

6 - Secretaria Municipal de Educação  
6.2 - Educação Infantil  
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund  
3319000000000000 - Aplicações Diretas  
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério) ..... R\$ 100.000,00  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino) ..... R\$ 50.000,00

6 - Secretaria Municipal de Educação  
6.1 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino) ..... R\$ 169.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, até o valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), na dotação do orçamento vigente abaixo discriminada:

8 - Secretaria de Infraestrutura  
8.2 - Águas de Guaramirim  
0015.0452.0003.2090 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01080000 - Contrib Custeio Serv.illum.públ.-cosip ..... R\$ 70.000,00

8 - Secretaria de Infraestrutura  
8.2 - Águas de Guaramirim  
0017.0512.0007.2048 - Manutencao dos Servicos de Captacao e Distribuicao  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 350.000,00

Art. 4º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundas do excesso de arrecadação do orçamento vigente, apurado segundo a tendência do presente exercício financeiro, nas seguintes fontes de recursos:

01080000 - Contrib Custeio Serv.illum.públ.-cosip ..... R\$ 70.000,00  
01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 350.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 12/SMS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS nº. 12/SMS

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, visando evitar o cancelamento de agendamento de consultas para os pacientes assistidos pelo SUS, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina	EMP. 2020/2015	17/11/2015	35.344,51	17/12/2015
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina	EMP. 2026/2015	27/11/2015	10.489,77	28/12/2015

Guaramirim, 27 de novembro de 2015

Jair Tomelin

Secretário Municipal da Saúde

**LEI Nº. 4278/2015**

LEI Nº. 4278/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 809.000,00 (oitocentos e nove mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

6 - Secretaria Municipal de Educação

6.2 - Educação Infantil

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério) ..... R\$ 319.000,00

8 - Secretaria de Infraestrutura

8.1 - Secretaria de Infraestrutura

0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundas de anulações na importância de R\$ 389.000,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais), nas dotações do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

6 - Câmara Municipal de Vereadores

01.1 - Câmara Municipal de Vereadores

0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 11.150,00

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 50.850,00

3339100000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 3.000,00

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

6 - Câmara Municipal de Vereadores

01.1 - Câmara Municipal de Vereadores

0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.000,00

6 - Secretaria Municipal de Educação

6.2 - Educação Infantil

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund

3319000000000000 - Aplicações Diretas

01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério) ..... R\$ 100.000,00

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino) ..... R\$ 50.000,00

6 - Secretaria Municipal de Educação

6.1 - Ensino Fundamental

0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino) ..... R\$ 169.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, até o valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), na dotação do orçamento vigente abaixo discriminada:

8 - Secretaria de Infraestrutura

8.2 - Águas de Guaramirim

0015.0452.0003.2090 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01080000 - Contrib Custeio Serv.illum.públ.-cosip ..... R\$ 70.000,00

8 - Secretaria de Infraestrutura

8.2 - Águas de Guaramirim

0017.0512.0007.2048 - Manutencao dos Servicos de Captacao e Distribuicao

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 350.000,00

Art. 4º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior, são oriundas do excesso de arrecadação do orçamento vigente, apurado segundo a tendência do presente exercício financeiro, nas seguintes fontes de recursos:

01080000 - Contrib Custeio Serv.illum.públ.-cosip ..... R\$ 70.000,00

01000300 - Recursos Ordinários – Águas ..... R\$ 350.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 681/2015**

PORTARIA Nº. 681/2015

Retorna de licença saúde Midian Elly Persuhn Tomaselli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Midian Elly Persuhn Tomaselli, Professora I-C, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 10 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 682/2015**

PORTARIA Nº. 682/2015

Retorna de licença saúde Irineu Jose Veiga Junior.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Irineu Jose Veiga Junior, Diretor de Cadastro, vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 08 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 683/2015**

PORTARIA Nº. 683/2015

Retorna de licença saúde Mauricio Pianezzer.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Mauricio Pianezzer, Motorista de Caminhão, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 14 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 684/2015**

PORTARIA Nº. 684/2015

Retorna de licença saúde Maria Rosane Zermiani.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Maria Rosane Zermiani, Professora de Esportes II, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 685/2015**

PORTARIA Nº. 685/2015

Retorna de licença saúde Amarildo Lamin.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Amarildo Lamin, Motorista de Automóvel/Furgão, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 686/2015**

PORTARIA Nº. 686/2015

Retorna de licença saúde Charlene Deitos de Borba.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Charlene Deitos de Borba, Enfermeira PSF, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 25 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 687/2015**

PORTARIA Nº. 687/2015

Retorna de licença saúde Giselle Maria de Oliveira da Silveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Giselle Maria de Oliveira da Silveira, Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.



Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 688/2015**

PORTARIA Nº. 688/2015

Retorna de licença saúde Juciele Aparecida Possamai.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Retorna de licença saúde Juciele Aparecida Possamai, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 689/2015**

PORTARIA Nº. 689/2015

Concede licença saúde para Joaquina Machado dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde para Joaquina Machado dos Santos, Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 690/2015**

PORTARIA Nº. 690/2015

Concede licença saúde para Cacilda Guztazky Von Den Bylaardt.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde para Cacilda Guztazky Von Den Bylaardt, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 08 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 691/2015**

PORTARIA Nº. 691/2015

Designa o servidor Adriano Poglia para desempenhar suas funções na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o servidor efetivo, Adriano Poglia, motorista de automóvel/furgão, para desempenhar suas funções na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 692/2015**

PORTARIA Nº. 692/2015

Transfere Neusi de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Transferir Neusi de Souza, motorista de automóvel/furgão, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação à Secretaria de Saúde, a partir de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 693/2015**

PORTARIA Nº. 693/2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes do servidor A. P., levantadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, inciso IX e art. 50, inciso VII, da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuída ao servidor A. P., matrícula 374920, na função de Motorista de Automóvel/Furgão, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Franciele Campagnaro Rigon, Daniela Pereira da Silva e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 694/2015**

PORTARIA Nº. 694/2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora M. B., levantadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, incisos I, II, III e IX, da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuída ao servidor M. B., matrícula 404209, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Daniela Pereira da Silva, Franciele Campagnaro Rigon e Rosária Maria Gonçalves

Leonardo, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 695/2015**

PORTARIA Nº. 695/2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a servidora C. C. A. dos R. não alcançou a pontuação mínima exigida em avaliação do Estágio Probatório;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa cometida pela servidora C. C. A. dos R., matrícula 424170, Merendeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, conforme dispõe o art. 7º, do Decreto nº. 82/2010.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Daniela Pereira da Silva, Franciele Campagnaro Rigon e Laura Odázia de Oliveira, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015****RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 155/2015 - PMG.

MODALIDADE: Pregão Presencial.

TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, DE NATUREZA CLÍNICA, CIRÚRGICA, HOSPITALAR, AMBULATORIAL E OUTROS SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICOS E DE TERAPIA(...),

Reportando-se a impugnação interposta pela empresa União Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº02.912.196/0001-05, ora Impugnante, referente ao Pregão Presencial em tela, este Pregoeiro expõe e no final delibera o que segue:

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

A impugnação foi apresentada nos moldes previstos pelo Edital, uma vez que foi apresentado no setor de Protocolo Geral, conforme previsão editalícia em 15/12/2015.

Assim, considerando que a data de abertura do certame será em 17/12/2015, a presente impugnação é tempestiva.

**2. DA ALEGAÇÃO**

Em síntese, a impugnante requer o seguinte:

A nulidade da exigência prevista no item 10.6.3 do edital, considerando que as Operadoras de Planos Privados de Assistência à saúde sujeitam-se aos critérios de saúde financeira estipulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**3. DA ANÁLISE**

Pela impugnação tratar integralmente sobre questões legais, este Pregoeiro manifesta-se da seguinte forma:

Considerando a Lei n.º 9.656 de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde no território brasileiro;

Considerando a Hierarquia das leis contemplada na constituição pátria, especialmente em relação à Instrução Normativa e Resolução Normativa;

Considerando a especialidade prevista nos artigos 1.º e seguintes do diploma legal acima;

Considerando que há regulamentação quanto à situação econômica financeira conforme Resolução Normativa n.º 209, de 22 de dezembro de 2009 - ANS;

Considerando também a Resolução Normativa n.º 274, de 20 de outubro de 2011 - ANS, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de provisões técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Por derradeiro, considerando a robustez dos fundamentos alegados e da pesquisa jurídica realizada;

**4. DA CONCLUSÃO**

EX POSITIS, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro decide por CONHECER da impugnação eis que tempestiva, e com base no parecer técnico exarado, no mérito, julgar-lhe PROCEDENTE, alterando as condições editalícias com base nos diplomas legais citados na análise.

Guaramirim (SC), 16 de dezembro de 2015.

Paulo Roberto dos Santos Lima

Pregoeiro-Portaria661/2015

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

**TORNA PÚBLICO:**

1. A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 04 de Janeiro de 2016, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Operador de Máquinas e Equipamentos	JUCIMAR SCHUTZ	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 19 de DEZEMBRO de 2015. 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 86/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 63/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: SC ENGENHARIA E POÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de execução de rede de abastecimento de agua Loteamento Industrial Alcies Volkweis, constante na Clausula Nona, de 01 de janeiro de 2016 ate 31 de março de 2016.

Guarujá do Sul, 16 de dezembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

### LEI 2460/2015

LEI Nº 2.460/2015.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2015, a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), à APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 80.632.540/0001-27, com sede a Rua Dulce Schmidt Kuhn, nº 95, nesta cidade, destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias, especialmente àquelas voltadas à manutenção da Escola Especial “Caminho Aberto”.

Art. 2º Os recursos serão repassados de acordo com a disponibilidade financeira no exercício de 2016, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
15 de dezembro de 2015 - 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

## **LEI 2461/2015**

LEI Nº 2.461/2015.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros á Associação Beneficente Hospitalar Guarujá.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJÁ, com nº de inscrição 83.835.736/0001-07 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, IE sob o nº 250.287.579, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 270, neste, a importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados dentro do exercício de 2016, conforme a necessidade da Associação e a disponibilidade e fluxo em caixa do Município.

Parágrafo único. É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em instituição bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento de cada repasse, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto a Contadoria Geral do município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio ou cancelamento da parcela subsequente, bem como a devolução integral dos valores, atualizados monetariamente pelo IGPm.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesorero).

Art. 8º A prestação de conta dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV- fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas;

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação do recurso deverão

obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a cessar a transferência dos recursos a qualquer tempo.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
15 de dezembro de 2015 - 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSE CARLOS FOIATO  
Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR 26/2015**

Lei Complementar nº 026/2015.

CONCEDE ABONO NATALINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito do Município de Guarujá do Sul, autorizado a conceder ABONO NATALINO, incluso junto a folha de pagamento neste mês de Dezembro de 2015, na importância de R\$ 80,00(oitenta reais).

Art. 2º. Terão direito ao recebimento do Abono Natalino, aquele servidor que constar da folha de pagamento dos servidores referente ao mês de dezembro, de ambos os Poderes, sendo:

I – os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo;

II – os servidores detentores dos cargos de livre nomeação e exoneração;

III – os aposentados pagos pelo Município;

IV – os servidores contratados temporariamente por excepcional interesse público, na forma da lei, desde que não haja cálculo rescisório competência dezembro/2015.

§ 1º. Não receberá o Abono Natalino o servidor que tiver mais de 10 (dez) faltas não justificadas no ano do pagamento do benefício, servidores em gozo de licença para tratar de assunto particular, na forma da Lei.( Estatuto dos Servidores Públicos do Município), servidores que estejam suspensos, preventivamente ou não, em decorrência de processo administrativo ou sindicância, Servidores com aplicação de penalidades disciplinares no exercício de 2015, servidores em afastamento por motivo de doença ou de acidente de trabalho em serviço, recebendo auxílio doença pagos pela Previdência Social e, em Licença maternidade, no mês de dezembro.

§ 2º. Depois de efetuado o pagamento do Abono Natalino, se o Servidor deixar de comparecer ao serviço por período superior a 10(dez) dias, no mês de dezembro do ano do pagamento do Abono, desde que não justificadas, o Município descontará d do pagamento referente ao mês de janeiro de 2016, o valor integral do Abono.

§ 3º. O servidor detentor de dois cargos públicos, legalmente acumuláveis, receberá somente um pagamento em uma das folhas, a título do Abono Natalino., na importância fixada no Artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Não terá direito ao recebimento do Abono Natalino os agentes políticos, assim considerados o Prefeito Municipal, o Vice Prefeito, os Secretários Municipais, os Vereadores, os Conselheiros



Tutelares.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a suplementação, caso seja necessário.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
EM

15 de dezembro de 2015.

64º Ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2.462/2015

Lei nº 2.462/2015

Concede Revisão Geral Anual aos vencimentos dos cargos dos Servidores Públicos Municipal, dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e dos Secretários Municipais.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, com aplicação no mês de janeiro de 2016, será concedida num percentual de 10,6873, apurado pelo Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) aferido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no mês de dezembro de 2014 a novembro de 2015, sobre o vencimento dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, sobre os Subsídios dos cargos detentores de mandatos eletivos e dos cargos de Secretários Municipais, e do vencimento dos Aposentados do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Conforme Caput do § 1º, do Art. 38, Seção V, Capítulo IV, da Lei Municipal 2.255/2013 de 15 de março de 2013, fica estendido ao Subsídio dos Conselheiros Tutelares(detentores de mandato eletivo), o mesmo índice da Revisão Geral Anual de que trata o Art. 1º da presente Lei.

Art. 3º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em,

15 de Dezembro de 2015-

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2.463/2015

Lei Nº 2.463 /2015.

Concede Revisão Geral Anual no vencimento dos cargos de Servidores, dos Subsídios dos Cargos Eletivos e Secretários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, aplicação no mês de janeiro de 2016, será concedida num percentual de 10,6873, apurado pelo Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) aferido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no mês de dezembro de 2014 a novembro de 2015., com cálculo sobre o Vencimento dos cargos comissionados e efetivos, dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e dos subsídios dos Secretários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em,

15 de Dezembro de 2015-

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2.464/2015

Lei Municipal nº 2.464/2015

Dispõe sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Guarujá do Sul, SC (SIM/POA), e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M, com jurisdição em todo o território municipal.

Art. 2º É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 3º São sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I) os animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias primas;

II) o pescado e seus derivados;

III) o leite e seus derivados;

IV) o ovo e seus derivados;



V) o mel e cera de abelhas e seus derivados.

Art. 4º A fiscalização, de que trata esta lei, far-se-á:

I) nos estabelecimentos industriais especializados para a matança de animais e o seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;

II) nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e nas fábricas que industrializarem;

III) nas usinas de beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nos respectivos entrepostos;

IV) nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;

V) nos entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;

VI) nos estabelecimentos destinados a extração e manipulação de mel, cera e seus derivados.

Art. 5º É expressamente proibido, em todo o território municipal, a duplicidade de fiscalização industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal, que será exercida por um único órgão, conforme Lei Federal Nº 1283/50.

Art. 6º Todos os estabelecimentos com inspeção municipal, relacionados no Art. 4º desta Lei, e os municípios que atenderem os requisitos estabelecidos pelo Decreto Federal Nº 5741/06 e a Instrução Normativa Nº 19/06, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, poderão comercializar seus produtos em âmbito municipal, estadual e interestadual.

Art. 7º A inspeção sanitária e industrial, conforme Art. 1º desta Lei, será de responsabilidade exclusiva do Médico Veterinário.

Parágrafo único - O médico veterinário responsável, poderá ter equipe que lhe auxilie na realização das inspeções.

Art. 8º Nos estabelecimentos de abate de animais, é obrigatório a inspeção sanitária e industrial permanente, a fim de acompanhar a inspeção ante-mortem, pós-mortem e os procedimentos e critérios sanitários estabelecidos pela legislação federal.

Art. 9º Nos estabelecimentos de estocagem, manipulação e industrialização de produtos de origem animal, não é necessária a inspeção em caráter permanente, entretanto, estes deverão atender os procedimentos e critérios sanitários estabelecidos pela legislação federal.

Art. 10 Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal poderá funcionar no Município, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade, conforme Lei Nº 7.889/89.

Art. 11 O recebimento de documentação, aprovação de projeto e registro de estabelecimento será de competência de médico veterinário responsável pela Inspeção Municipal.

Art. 12 Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito a inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 13 O poder executivo municipal irá publicar, no prazo de até 60 dias, decreto regulamentando as exigências documentais para aprovação do projeto e registro do estabelecimento, bem como as condições higiênico-sanitárias do estabelecimento, procedimentos de abate, taxas, multas, exames laboratoriais, localização do estabelecimento e demais dispositivos necessários para a organização, estruturação e funcionamento da inspeção sanitária municipal.

Art. 14 As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 15 Fica revogada a Lei 1574, de 23 de Julho de 2002 e as demais disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC  
16 de Dezembro de 2015

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretaria da Administração e Fazenda.

## LEI MUNICIPAL Nº 2.465/2015

Lei Municipal nº 2.465/2015

Aprova Plano de Loteamento e Autorização para concessão de licença da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado "LOTEAMENTO DIEHL", a ser executado sobre a PARTE DA CHÁCARA n.º 02 com área de 60.000,0m<sup>2</sup> (Sessenta mil metros quadrados), da Matrícula 328, do Ofício de Registro de Imóveis, Comarca de São José do Cedro, situado no perímetro urbano de Guarujá do Sul, sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, com parte do lote rural 73; ao LESTE, com a chácara 03; ao SUDOESTE, com a antiga estrada geral e ao OESTE com a chácara nº 01 e novamente ao NORTE, com a chácara nº 01 e novamente ao OESTE, com a antiga estrada geral, fechando assim o perímetro.

§ 1º O loteamento possui área total de 60.000,0m<sup>2</sup> (Sessenta mil metros quadrados), dos quais 16.779,37m<sup>2</sup>, ou 27,97%, destinam-se para arruamentos; 4.022,15m<sup>2</sup>, ou 6,70%, para área verde; 1.034,38m<sup>2</sup>, ou 1,72%, para uso institucional, perfazendo um total de 21.835,90m<sup>2</sup> de área pública que corresponde a 36,39% da área total e o restante 38.164,10 para lotes edificáveis que corresponde a 63,61%.

§ 2º A subdivisão da área resultará em 10 quadras, num total de 86 lotes, numerados de 01 a 86, sendo 82 lotes vendáveis, 02 lotes destinados à área verde, 02 lotes de área institucional.

§ 3º A área loteada situa-se na ZR 6 (zona residencial 6) da cidade de Guarujá do Sul, e terá os usos previstos para aquela região, conforme o plano diretor do município.

Art. 2º O presente loteamento é interceptado pelo prolongamento da Rua Sabino Straub, Rua Professor Balduino Antônio Heck, Rua Professor Aluísio Albino Birck, Rua Darci Cavaglier e Rua João Panegaz com secção transversal de 15,0 metros que farão parte do referido loteamento. Além das presentes ruas oficiais, fica criada mais três com a seguinte denominação: Rua Adeliress Schwaab Wolfart, Rua Leide Daiane Rissi e Rua Renata Wikowski Pagno, que farão parte do referido loteamento com secção transversal de 12,0 metros.

Art. 3º Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

I – Memorial descritivo do Loteamento;

II – Termo de responsabilidade para Execução de Infraestrutura;

III – Termo de compromisso;

IV – Declaração;  
V – Certidão Atualizada do Imóvel;  
VI – Certidões Negativas;  
VII – Cronograma físico de execução do loteamento;  
VIII – A.R.T.s dos profissionais responsáveis pelo projeto do Loteamento;  
IX – Licenças Ambientais;  
X – Memorial descritivo dos lotes;  
XI – Prancha LC – contendo a planta de situação;  
XII – Prancha 01 – contendo a planta baixa;  
XIII – Prancha 02 – contendo as curvas de níveis;  
XIV – Prancha D1 – contendo a drenagem pluvial;  
XV – Prancha DR – contendo detalhes da drenagem pluvial e perfil das Ruas;  
XVI – Prancha TR – contendo detalhes do tratamento de efluentes sanitários;  
XVII – Prancha T1 e T2 – contendo a terraplanagem Das ruas;  
XVIII – Declaração de viabilidade para loteamento e ampliação da rede de água da CASAN S.A;  
XIX – Prancha 01 - contendo o projeto de rede elétrica da CELESC S.A.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC  
16 de Dezembro de 2015  
64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretaria da Administração e Fazenda.

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.467/2015**

Lei Municipal nº 2.467/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Guarujá do Sul/SC, Senhor José Carlos Foiatto.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de (especificar os objetos a serem financiados).

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC Cidades, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação

de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL-SC  
16 de dezembro de 2015.  
64º ano da Fundamentação e 53º ano da Instalação

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N. 06/2015**

RESOLUÇÃO n. 06/2015.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

**TÍTULO I****DA CÂMARA MUNICIPAL****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, constituída de Vereadores, representantes do povo, eleitos e empossados na forma da lei.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras e administrativas, além de outras permitidas em lei e reguladas neste Regimento Interno.

§ 1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§ 2º A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa, por meio de:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Leis Delegadas;

V - Decretos Legislativos;

VI - Resoluções.

§ 3º A função julgadora compreende o julgamento das Contas Anuais do Prefeito e das infrações político-administrativas imputadas ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

§ 4º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara Municipal e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercido pela Comissão de Orçamento e Finanças, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 5º A função administrativa é restrita à organização interna da Câmara Municipal, à regulamentação de seu funcionamento e à escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§ 6º A Câmara Municipal exercerá suas funções com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo Municipal, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§ 7º A Câmara Municipal exercerá e promoverá, ainda, a consolidação da sua função integrativa, exercida pela sua participação na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais, assim como proporcionar a participação popular por meio de audiências e consultas públicas, nas formas previstas em Lei e neste Regimento Interno.

§ 8º Para os fins previstos neste Regimento entende-se por:

I - maioria simples: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de metade mais um dos Vereadores, desde que presentes no Plenário a maioria absoluta dos membros da Câmara;

II - maioria absoluta: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de metade mais um do total dos membros da Câmara;

III - maioria qualificada: quorum de aprovação segundo o qual a proposição é considerada aprovada se obtiver votos favoráveis de dois terços do total dos membros da Câmara.

**CAPÍTULO II****DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na Rua Ceará, n. 605, Centro, Município de Guarujá do Sul, SC, onde serão realizadas as reuniões.

§ 1º Por iniciativa da Mesa e aprovação da maioria absoluta dos Vereadores, a Câmara Municipal poderá reunir-se em outro local do território municipal, devendo a Mesa Diretora adotar todas as providências necessárias para assegurar a publicidade da mudança, condições de funcionamento e segurança para a realização dos trabalhos.

§ 2º Em caso de mudança da sede da Câmara Municipal, será feita notificação às autoridades e ao povo em geral por imprensa escrita e falada.

§ 3º Serão consideradas nulas as reuniões da Câmara Municipal realizada sem o cumprimento dos requisitos exigidos pelo § 1º deste artigo.

§ 4º Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, de modo que não permita a sua utilização, a Mesa Diretora, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das reuniões enquanto perdurar a situação.

§ 5º Nos recintos da Câmara Municipal não poderão ser realizados atos estranhos às suas funções, exceto a cessão temporária para eventos da União, Estado ou Município, reuniões de partidos políticos, desde que agendados com antecedência mínima de 48 horas, ou velório de Ex-Prefeito, Ex-Vice-Prefeito e Ex-Vereador.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - esteja decentemente trajado;

II - não porte armas;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário, com exceção de aplausos;

V - não interpele os Vereadores, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância destes deveres poderá a Mesa Diretora determinar a retirada do recinto de todo e qualquer visitante, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 5º A segurança dos recintos da Câmara Municipal compete privativamente à Presidência e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

Art. 6º Durante as reuniões, as Bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina, do Município de Guarujá do Sul e do Poder Legislativo deverão estar hasteadas de forma visível no Plenário, ficando vedada a afixação de quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza, exceto quando se tratar de galeria de fotos de Legislaturas de Vereadores e fotos de Presidentes do Legislativo.

**CAPÍTULO III****DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 7º Os serviços administrativos da Câmara Municipal serão executados sob a direção e a orientação da Mesa Diretora.

Art. 8º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara Municipal competem ao Presidente, em conformidade com a legislação em vigor.

§ 1º A Câmara Municipal poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas escritas, ou provas escritas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções e a definição de suas remunerações, por meio de lei específica, com prévia inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja iniciativa cabe à Mesa Diretora.

§ 2º A Câmara Municipal, por seu Presidente, poderá nomear

servidores para ocuparem cargos em comissão, ou funções gratificadas, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração, para executarem funções de chefia, direção ou assessoramento.

§ 3º Os Vereadores podem indagar à Mesa Diretora sobre os serviços da secretaria ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões a esse respeito, em proposição encaminhada à Mesa Diretora, que deliberará a seu respeito no prazo máximo de dez dias.

Art. 9º A correspondência oficial da Câmara Municipal será feita por sua Secretaria, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Nas comunicações sobre a deliberação do Plenário da Câmara Municipal indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria simples dos presentes na sessão, maioria absoluta ou qualificada de seus membros.

#### CAPÍTULO IV

##### DA POSSE DOS VEREADORES

Art. 10. Para habilitar-se à posse, o Vereador diplomado apresentará à Mesa Diretora, até três dias úteis após a diplomação pela Justiça Eleitoral, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a declaração de bens e a fonte de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheiro, ou de pessoas jurídicas por eles direta e/ou indiretamente controladas.

Parágrafo único. Os Vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar cópia da mesma declaração de bens e rendimentos, devidamente assinada, apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda, com a respectiva atualização, até a data prevista no caput deste artigo, e anualmente, até dez dias, após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 11. A Câmara Municipal será instalada em Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura às dez horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, em sua sede, com qualquer número, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes.

Parágrafo único. Aberta a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, o Presidente adotará as seguintes providências:

I - constituirá, com autoridades convidadas, a mesa da solenidade;

II - convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - convidará um Vereador para atuar como Secretário;

IV - proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;

V - examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de Vereadores e ao objeto da sessão;

VI - tomará o compromisso solene dos empossados, assim:

a) de pé, diante de todos os Vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição da República, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica deste Município, desempenhando leal e fielmente o mandato a mim conferido, observando as leis e trabalhando em favor do povo Guarujense";

b) cada Vereador, de pé, após o chamado, declarará "assim o prometo" e assinará o termo de posse, que será lavrado em ata própria;

VII - após, o Presidente declarará solenemente empossados os Vereadores e instalada a legislatura;

VIII - a seguir, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto no inciso VI alínea "a", deste artigo;

IX - após, o Presidente concederá a palavra, pelo prazo de até dois minutos, a cada Vereador empossado, e ao Prefeito e ao Vice-Prefeito empossados, pelo prazo de até cinco minutos;

X - após, o Presidente suspenderá a sessão, pelo tempo necessário, a fim de ser procedida a eleição dos membros da Mesa Diretora;

XI - em seguida, declarados eleitos e empossados os membros da Mesa, estes assumirão os trabalhos, convidando os presentes para

a execução do Hino do Município de Guarujá do Sul;

XII - por fim, o Presidente eleito declarará encerrada a Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura, convocando os Vereadores presentes para a Sessão extraordinária, que será realizada na primeira segunda-feira subsequente à data da posse de cada ano da nova legislatura, para a constituição das Comissões Permanentes.

Art. 12. O Vereador que não tomar posse na reunião prevista no artigo anterior deste Regimento Interno deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias, a contar da Reunião Solene de Posse e Instalação da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 13. O Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso em sessão plenária ordinária, exceto durante o período de recesso, quando o fará perante o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Salvo as hipóteses de caso fortuito, força maior ou enfermidade comprovada, a posse se dará no prazo máximo de quinze dias, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira sessão preparatória para a instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se concedida a Vereador, após iniciada a legislatura; ou

III - da ocorrência do fato que a motivou, ou no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

§ 2º Tendo prestado compromisso anteriormente, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, bem como o Vereador que reassumir a vaga, sendo seu retorno ao exercício do mandato comunicado ao Plenário pelo Presidente.

§ 3º O Presidente fará publicar no mural oficial e no sítio oficial da Câmara Municipal a relação dos Vereadores investidos no mandato, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 14. Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

#### CAPÍTULO V

##### DA LEGISLATURA

Art. 15. Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar, de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro períodos legislativos anuais, um por ano.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS

Art. 16. As sessões legislativas ordinárias anuais são os períodos legislativos anuais de reuniões da Câmara Municipal, compreendendo o período de 01 de fevereiro a 15 de julho, e de 01 de agosto a 15 de dezembro de cada ano.

§ 1º No primeiro ano de cada legislatura, as sessões legislativas ordinárias serão iniciadas na primeira segunda-feira útil subsequente ao recesso.

§ 2º As sessões legislativas ordinárias anuais não serão interrompidas sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 3º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando caírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 4º É autorizado, a critério da Mesa Diretora, a realização de algumas sessões ordinárias fora da sede da Câmara de Vereadores, não necessitando da aprovação do plenário.

Art. 17. As sessões legislativas extraordinárias são os períodos de reuniões extraordinárias, realizadas no recesso da Câmara Municipal, e entre a sessão ordinária anual.

#### CAPÍTULO VII

##### DA INSTALAÇÃO DO PERÍODO LEGISLATIVO ANUAL

Art. 18. Na primeira segunda-feira útil após o recesso de cada ano, no horário regimental, a Câmara Municipal se reunirá para a realização da primeira sessão ordinária do período legislativo anual.



§ 1º No primeiro ano de cada legislatura, as sessões legislativas ordinárias serão iniciadas na forma do § 1º do art. 16 deste Regimento Interno.

§ 2º As sessões legislativas ordinárias marcadas para a data a que se refere o caput deste artigo serão transferidas para a primeira segunda-feira útil subsequente quando caírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 3º Na primeira parte da sessão, o Prefeito apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara Municipal.

Art. 19. A Câmara Municipal se reunirá ordinariamente de acordo com o art. 16 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. São caracterizados como de recesso parlamentar o período compreendido entre 15 de dezembro a 01 de fevereiro, e 15 de julho a 01 de agosto.

## TÍTULO II

### DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 20. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Parágrafo único. Os procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar serão definidos em Resolução específica.

Art. 21. Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar nas eleições:

a) da Mesa Diretora;

b) das Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias e de Inquéritos;

III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Legislativas;

IV - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;

V - apresentar proposições;

VI - cooperar com a Mesa Diretora para a ordem e eficiência dos trabalhos;

VII - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração municipal ou estadual, direta ou indireta e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas das comunidades representadas;

VIII - encaminhar, por intermédio da Mesa, pedidos escritos de informação ao Prefeito, aos Secretários Municipais e aos titulares de fundações, autarquias e empresas públicas municipais;

IX - integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada;

X - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato ou atender a obrigações político-partidárias decorrentes da representação;

XI - Realizar diligências a qualquer órgão da administração direta ou indireta

X - usar os recursos previstos neste Regimento Interno.

Art. 22. No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, legais e regimentais e à ética e ao decoro parlamentar, sujeitando-se às medidas disciplinares nelas previstas, sendo vedado ao vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo se o processo licitatório obedecer às cláusulas uniformes.

b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público, observando o disposto na Lei Orgânica Municipal.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo ou função declarado de livre nomeação e exoneração na Administração Pública Direta ou indireta dos entes da Federação, salvo se afastar dos exercícios da vereança;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor de corrente de contrato com pessoa jurídica de direito público no município ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I, deste artigo.

Parágrafo Único. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 23. É dever do Vereador:

I - apresentar declaração de bens, incluídos os do cônjuge, sessenta dias antes das eleições da legislatura seguinte, para transcrição em livro próprio, resume em ata e divulgação para conhecimento público.

II - apresentar-se decentemente trajado e comparecer com pontualidade às reuniões plenárias, nelas permanecendo até o seu término;

III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;

IV - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara Municipal, salvo quando tiver, ele próprio ou parente afim ou consanguíneo, até o terceiro grau inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo;

V - portar-se com respeito e decoro;

VI - conhecer e seguir as disposições da Lei Orgânica do Município de Guarujá do Sul, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição Federal, assim como deste Regimento Interno.

VII - residir no município;

VIII - comparecer às reuniões das comissões permanentes, parlamentares de inquérito, especiais e de representação, das quais seja integrante, prestando informações e emitindo pareceres nos projetos a ele distribuídos, com a observância dos prazos regimentais;

VIX - propor à Câmara Municipal todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do município e à segurança e bem estar da população, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público.

Art. 24. A ausência de Vereador ensejará um desconto em seu subsídio mensal:

I - nas sessões ordinárias e extraordinárias, o desconto será proporcional ao número total de sessões ocorridas no mês;

II - nas reuniões das Comissões Permanentes e das Comissões Especiais, para cada falta apurada, o desconto será de dois por cento do total do subsídio mensal.

§ 1º A verificação e o controle da presença dos Vereadores será feito:

I - nas Sessões Plenárias, pelo Primeiro Secretário no início e no final da Ordem do Dia;

II - nas Reuniões das Comissões Permanentes, pelo Presidente da referida comissão.

§ 2º Atribuir-se-á falta ao Vereador que não estiver nas duas chamadas referidas no parágrafo anterior.

§ 3º Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

I - doença devidamente comprovada mediante atestado médico;

II - participação em congressos, seminários e outros eventos oficiais;

III - representação da Câmara em eventos externos;

IV - atividade parlamentar externa;

V - ausência de convocação para a sessão extraordinária.

VI - luto, nos termos do inciso V do Art. 27.

VII - licença casamento, mediante apresentação da Certidão de Casamento

§ 4º A justificação será feita ao Presidente da Câmara, que a registrará.

Art. 25. Compete à Mesa Diretora da Câmara Municipal tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores,

decorrentes do exercício do mandato.

Parágrafo único. O Vereador estará sujeito à perda do mandato nos casos e na forma prevista na Lei Orgânica do Município de Guarujá do Sul e neste regimento interno.

Art. 26. A Câmara Municipal instituirá, por meio de Resolução específica, o seu Código de Ética Parlamentar.

## CAPÍTULO II

### DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 27. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido ao Presidente, para:

I - desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou equivalente, sendo considerado automaticamente licenciado, independente da autorização do Plenário;  
II - tratamento de saúde ou licença gestante.

III - tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por período legislativo anual;

IV - desempenhar missões temporárias de caráter cultural de interesse do Município.

V- luto por falecimento de cônjuge, ascendentes, descendentes e irmãos, até oito dias consecutivos.

VI – licença casamento, até oito dias consecutivos.

§ 1º O pedido de licença para tratar de assuntos de interesse particular será lido no expediente das sessões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria.

§ 2º No caso do inciso II, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independente de autorização do Plenário.

§ 3º A concessão de licença a Vereador para tratar de assuntos de interesse particular dependerá de autorização do Plenário.

§ 4º Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa Diretora, se abranger período de ano legislativo ordinário ou extraordinário.

§ 5º O Vereador regularmente licenciado não perderá o mandato.

§ 6º O Vereador licenciado nos termos dos incisos II e III não poderá reassumir a vereança enquanto esta não esteja vencida.

§ 7º O Vereador que se afastar do exercício do mandato, investido em cargos previstos na Lei Orgânica deste Município, deverá fazer comunicação escrita à Casa, bem como ao reassumir seu mandato.  
Art. 28. Na hipótese de o Vereador ser investido no Cargo de Secretário Municipal ou equivalente, poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 29. Para afastar-se do País, o Vereador deverá dar prévia ciência à Câmara, por intermédio da Presidência, indicando a natureza do afastamento e sua duração estimada.

## Seção Única

### Da Convocação de Suplente

Art. 30. A Mesa Diretora convocará, no prazo de quarenta e oito horas, o suplente de Vereador, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular nas funções definidas no inciso I do art. 27 deste Regimento;

III – licença para tratamento de saúde do titular ou assuntos de interesse particular, desde que o prazo original seja superior a trinta dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações; ou

IV – licença gestante.

§ 1º Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa no prazo de quarenta e oito horas, a qual convocará o suplente imediato.

§ 2º Passado o prazo descrito no §1º, a mesa diretora estará autorizada a chamar o próximo suplente, mesmo na ausência de documento escrito.

§ 3º O suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, situação em que não perderá a qualidade de suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os suplentes

subsequentes.

Art. 31. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de quarenta e oito horas, à Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais.

Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 32. O suplente de Vereador, quando convocado, somente poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora quando não seja possível preenchê-los de outro modo.

Art. 33. O Suplente será convocado pelo Vice-Presidente, nas licenças a que se refere o art. 27 deste Regimento Interno, quando o Presidente da Câmara estiver exercendo o cargo de Prefeito.

## CAPÍTULO III

### DA VAGA DE VEREADOR

Art. 34. As vagas de Vereadores serão verificadas por extinção do mandato em face de:

I – renúncia;

II - cassação do mandato; ou

III – falecimento.

§1º É considerado extinto o mandato do Vereador que não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento.

§2º A vacância será declarada em sessão pelo Presidente.

Art. 35. A extinção do mandato por cassação somente será efetivada pela declaração do ato, por Decreto Legislativo, emitido pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 36. A declaração de renúncia do Vereador ao mandato deverá ser dirigida por escrito à Mesa e independe de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e, irrevogável depois de lida no expediente e publicada no mural oficial e no sítio oficial da Câmara.

Art. 37. O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos e funções que ocupar em razão dela, exceto em relação aos cargos da Mesa.

Parágrafo Único. Consideram-se cargos e funções descritos no art. 37:

I - líder de bancada;

II – membro de comissão permanente

## CAPÍTULO IV

### DOS LÍDERES

Art. 38. Líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara Municipal, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediário autorizado entre os Vereadores e os órgãos da Câmara Municipal.

§ 1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

§ 2º A escolha do Líder e do Vice-Líder será comunicada à Mesa Diretora no início de cada legislatura ou após a criação do bloco parlamentar.

§ 3º Os Líderes serão substituídos em suas faltas, licenças ou impedimentos pelos Vice-Líderes.

§ 4º O Poder Executivo Municipal poderá constituir a liderança e a vice-liderança do Governo na Câmara Municipal mediante ofício dirigido à Mesa, sendo que o Líder e Vice-Líder gozarão de todas as prerrogativas concedidas aos Líderes e Vice-Líderes de bancada ou bloco partidário.

§ 5º Os partidos de oposição ao Prefeito poderão, em conjunto, independentemente de formação de bloco, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§ 6º O Presidente e o Vice-Presidente, quando do exercício da presidência, não poderão ser indicados para exercer a liderança de que trata o presente artigo.

§ 7º Aplicam-se aos Líderes do Prefeito e da Oposição, no que couberem, as prerrogativas pertinentes aos demais Líderes.

§ 8º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 9º Sempre que houver alteração na liderança, deverá ser feita a devida comunicação à Mesa.

Art. 39. Aos Líderes de bancada ou de blocos parlamentares compete:

I - inscrever membros de sua bancada para falar durante o



expediente;

II - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas e, a qualquer tempo, destitui-los;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos;

IV - usar da palavra em comunicações urgentes;

V - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno;

VI - indicação de oradores para as Sessões Solenes e Especiais;

VII - arquivamento e desarquivamento de proposições de Ex-Vereadores que pertençam ao seu partido ou bloco partidário.

Art. 40. As comunicações urgentes de Líderes poderão ser feitas durante a reunião, exceto na Ordem do Dia, sendo concedida a palavra a cada Líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião. Parágrafo único. A comunicação a que se refere o caput deste artigo é prerrogativa exclusiva do Líder, o qual poderá, cientificando previamente o Presidente da Câmara Municipal, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

#### CAPÍTULO V

##### DAS BANCADAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 41. As representações partidárias eleitas em cada legislatura se constituirão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar sob liderança comum.

§ 1º. O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento Interno às organizações partidárias com representação na Câmara Municipal.

§ 2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§ 3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa para registro e publicação.

§ 5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido, será revista a composição das Comissões Legislativas, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoantes o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro no mesmo período legislativo anual.

§ 7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§ 8º Entende-se por situação, para efeito deste Regimento Interno, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária alinhada ao Poder Executivo, e oposição, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária que se opõe a esse Poder.

#### CAPÍTULO VI

##### DOS SUBSÍDIOS

Art. 42. Os Vereadores farão jus a subsídio fixado em parcela única pela Câmara Municipal, por lei específica de sua iniciativa, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até cento e oitenta dias antes do término da legislatura, observados os critérios fixados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 43. A ausência de Vereadores em Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, bem como nas Reuniões das Comissões Permanentes ou Comissões Especiais de que sejam membros, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio, na forma do art. 24 deste Regimento Interno.

Art. 44. O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá seu valor revisado anualmente, observados os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º Exceção será feita no primeiro ano do mandato, quando os agentes políticos de que trata este Regimento não farão jus à

revisão geral que exceda de 1º de janeiro até a data da concessão.

§ 2º Os subsídios serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores e agentes políticos.

#### TÍTULO III

##### DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I

##### DA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL

##### Seção I

##### Da Composição

Art. 45. A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal eleito pelos Vereadores e é composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

##### Seção II

##### Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora

Art. 46. A eleição dos membros da Mesa Diretora, presente a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto secreto e nominal, realizando-se a escolha por cargos, individualmente, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que tenham assento na Câmara.

§ 1º As vagas de cada partido ou bloco parlamentar na composição da Mesa serão definidas com base no número de candidatos eleitos pela respectiva agremiação, conforme o resultado final das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral, desconsideradas as mudanças de filiação partidária posteriores a esse ato.

§ 2º A representação numérica das bancadas na Mesa será estabelecida com a divisão do número de membros do partido ou bloco parlamentar aferido na forma do § 1º deste artigo pelo quociente resultante da divisão do número de membros da Câmara pelo número de membros da Mesa; o inteiro do quociente assim obtido, denominado quociente partidário, representará o número de lugares a que o partido ou bloco parlamentar poderá concorrer na Mesa.

Art. 47. A eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio da legislatura será realizada na mesma data da sessão solene de posse e instalação da legislatura, em ato contínuo ao da posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, sob a presidência do Vereador mais idoso.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de número legal, o Vereador mais idoso entre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 48. A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio será realizada na última reunião ordinária da segunda sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único. Enquanto não for eleito o novo Presidente para o ano subsequente, dirigirá os trabalhos da Câmara a Mesa do período anterior.

Art. 49. Nos cargos em que não houver candidatos inscritos, a eleição para seu preenchimento deverá ocorrer nas sessões ordinárias subsequentes.

Art. 50. As inscrições individuais dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora deverão ser protocoladas junto à Secretaria da Câmara Municipal.

§ 1º Para o primeiro biênio, a inscrição individual deverá ser efetuada junto ao protocolo da Secretaria, logo após a solenidade de posse dos Vereadores, e para o segundo biênio, no último dia útil de expediente da Câmara anterior ao da sessão em que se realizará a eleição.

§ 2º A inscrição será individual para cada cargo, devendo o pedido conter o nome completo, a assinatura do candidato e o cargo da Mesa que disputará.

§ 3º No curso da eleição, caso o Vereador não seja eleito para o cargo em disputa, poderá inscrever-se imediatamente para disputar outro cargo, salvo se o partido ou bloco parlamentar a que pertencer já tenha assegurado o número de lugares que lhe são reservados em função da representação proporcional.

Art. 51. A eleição dos membros da Mesa Diretora será feita em quatro escrutínios, na seguinte ordem, para:

I - Presidente;

- II - Vice-Presidente;
- III - Primeiro Secretário;
- IV - Segundo Secretário.

Art. 52. A eleição dos membros da Mesa Diretora obedecerá aos seguintes procedimentos:

- I - os Vereadores receberão, em via impressa e rubricada pelo Presidente, a nominata dos candidatos ao cargo em disputa, sendo que a escolha será por ordem decrescente dos cargos da Mesa;
- II - a votação será nominal e secreta;
- III - o Presidente fará a leitura dos nomes votados, proclamando em voz alta o eleito para o cargo disputado;
- IV - encerrada a contagem, o Secretário preencherá o boletim com o resultado da eleição, o qual será lido pelo Presidente na ordem decrescente dos votados, repetindo-se o procedimento para os demais cargos;
- V - se qualquer dos candidatos não alcançar a maioria absoluta, proceder-se-á o segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio para o cargo em votação, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples;
- VI - em caso de empate no segundo escrutínio, será considerado eleito o candidato mais idoso;
- VII - a eleição se encerrará com a proclamação, pelo Presidente, do resultado final e dará posse aos eleitos, nos termos deste Regimento Interno.

§ 1º Fica vedada a continuidade da inscrição de candidato de partido ou bloco parlamentar que já tenha assegurado o número de lugares que lhe são reservados na Mesa Diretora em decorrência da representação proporcional.

§ 2º A eleição dos demais cargos da Mesa ocorrerá somente após a escolha do Presidente e assim sucessivamente, até completar a composição de todos os cargos da Mesa.

Art. 53. O suplente de Vereador não poderá ser eleito para cargo da Mesa Diretora, salvo se sua substituição ocorrer em caráter definitivo.

Art. 54. O mandato da Mesa Diretora da Câmara Municipal é de dois anos, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo no biênio subsequente.

Art. 55. Os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário.

Art. 56. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 57. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

- I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;
- II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora por decisão do Plenário ou vier a falecer;
- III - licenciar-se do mandato de Vereador por prazo superior a cento e vinte dias ou assumir cargo de confiança em outro poder;
- IV - houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.

§ 1º Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º No caso de renúncia de um membro serão chamados os demais ocupantes dos cargos desta, pela ordem de substituição, sendo realizadas eleições para os cargos que ficaram vagos.

Art. 58. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 59. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos mediante Resolução aprovada, em votação aberta e nominal, por dois terços dos membros da Câmara, sendo-lhes assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º O membro da Mesa é passível de destituição quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas funções regimentais ou quando exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

§ 2º A deliberação sobre o Projeto de Resolução que proponha a

destituição do acusado ou dos acusados será realizada em sessão extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 60. O processo de destituição terá início por representação subscrita necessariamente por um dos membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor em qualquer fase da Sessão, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 1º Oferecida à representação nos termos do presente artigo e recebida pelo Plenário, será transformada em projeto de Resolução pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, entrando para a Ordem do Dia na sessão subsequente àquela em que foi apresentada, dispondo sobre a Comissão de Investigação e Processante.

§ 2º Aprovado por maioria simples o projeto a que alude o parágrafo anterior, serão sorteados três Vereadores, entre os desimpedidos, para a Comissão de Investigação e Processante, que se reunirá dentro das quarenta e oito horas seguintes sob a presidência do mais votado de seus membros.

§ 3º Da Comissão não poderão fazer parte o acusado ou os acusados e o denunciante ou os denunciantes.

§ 4º Instalada a Comissão, o acusado ou os acusados serão notificados dentro de quarenta e oito horas e terão prazo de dez dias para apresentarem defesa prévia por escrito.

§ 5º Findo o prazo de defesa estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não de defesa prévia, procederá às diligências necessárias, emitindo seu parecer ao final.

§ 6º O acusado ou os acusados poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão, inclusive com a presença de seus advogados, se o desejarem.

§ 7º A Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de vinte dias para emitir e dar publicidade ao parecer a que alude o § 5º deste artigo, o qual deverá concluir pela improcedência das acusações se as julgar sem fundamento ou em caso contrário, por projeto de Resolução, propor a destituição do acusado ou dos acusados.

§ 8º O parecer da Comissão, quando concluir pela improcedência das acusações, será apreciado em discussão e votação únicas, na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente à publicação.

§ 9º Para a discussão do parecer terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o Relator e o acusado ou, os acusados, inclusive podendo representar-se por seus advogados.

§ 10 Se por qualquer motivo não se concluir a apreciação do parecer na fase da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária, as sessões ordinárias subsequentes ou as sessões extraordinárias para esse fim convocadas serão integral e exclusivamente destinadas ao prosseguimento do exame da matéria, até a sua definitiva deliberação pelo Plenário.

§ 11 O parecer da Comissão que concluir pela improcedência das acusações será votado por maioria simples, determinando-se:

- I - o arquivamento do processo, se aprovado o parecer;
- II - a remessa do processo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, se rejeitado.

§ 12 Ocorrendo à hipótese do inciso II do parágrafo anterior, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final elaborará dentro de três dias da deliberação do Plenário parecer que conclua por projeto de Resolução, propondo a destituição do acusado ou dos acusados.

§ 13 Sem prejuízo do afastamento, que será imediato, a Resolução respectiva será promulgada e enviada à publicação dentro de três dias da deliberação do Plenário pela Presidência ou seu substituto legal.

Art. 61. Os membros da Mesa envolvidos nas acusações não poderão presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo apreciado o parecer ou o projeto de Resolução da Comissão de Investigação e Processante ou da Comissão de Legislação, Justiça, e Redação Final conforme o caso, estando igualmente impedidos de participarem de sua votação.

Parágrafo único. O denunciante ou os denunciantes são impedidos de votar a denúncia, reduzindo-se consequentemente o quorum.

Art. 62. Para o preenchimento dos cargos vagos na Mesa Diretora haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte à da verificação de cargos vagos na Mesa, observadas as disposições regimentais.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no caput deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago o Vereador mais idoso entre os que não participam da Mesa Diretora.

### Seção III

Da Competência da Mesa Diretora

Art. 63. Compete à Mesa Diretora, além de outras atribuições estabelecidas neste Regimento e na Lei Orgânica:

I - a administração da Câmara Municipal;

II - a proposição privativa à Câmara Municipal de projetos de lei dispondo sobre sua organização, funcionamento, política, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração, assim como concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e obedecidos os preceitos constitucionais;

III - providenciar, mediante emenda, a suplementação de dotações do orçamento da Câmara Municipal, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

IV - apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, por meio de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

V - apresentar à Câmara Municipal, na última reunião ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

VI - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal;

VII - dirigir todos os serviços da Casa durante as sessões legislativas e nos seus recessos e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

VIII - propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou da Comissão Legislativa, desde que presentes os pressupostos legais para tal propositura;

IX - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e seus serviços;

X - elaborar e expedir, mediante ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los, quando necessário, na forma da lei, comunicando essas definições ao Poder Executivo;

XI - manter a segurança interna da Câmara Municipal;

XII - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;

XIII - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato, na forma deste Regimento Interno;

XIV - propor projeto de Decreto Legislativo que suspenda a execução de norma municipal julgada inconstitucional ou que exorbeite o poder regulamentador do Poder Executivo;

XV - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito;

XVI - elaborar a proposta orçamentária da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo até sessenta dias antes do prazo que lhe é conferido para remessa à Câmara do projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVII - promover a publicação da coletânea de leis e demais normas municipais;

XVIII - declarar a extinção de Comissão não instalada no prazo regimental ou quando expirado o prazo de seu funcionamento;

XIX - fixar, no início da primeira legislatura e na antepenúltima sessão ordinária do segundo ano da legislatura, o número de Vereadores por partido ou bloco parlamentar em cada Comissão Permanente;

XX - declarar a perda do mandato de Vereador, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal;

XXI - proceder à devolução do saldo financeiro de caixa existente na Câmara Municipal, ao final de cada exercício, à Tesouraria do Município;

XXII - conceder, durante o recesso parlamentar, licença ao Vereador, se abranger período de sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

§ 1º As decisões da Mesa sobre assuntos administrativos serão formalizadas por meio de Ato da Mesa, com numeração iniciando e terminando em cada ano civil, seguida da data.

§ 2º A Mesa se reunirá ordinariamente uma vez por quinzena, em dia e hora prefixados, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por dois de seus membros, com o intuito de deliberar, por maioria de votos, sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, dando conhecimento de suas decisões.

§ 3º Em caso de matéria inadiável, poderá o Presidente, ou quem o estiver substituindo, decidir, ad referendum da Mesa, sobre assunto de competência desta.

Art. 64. Compete à Mesa Diretora, juntamente com a Comissão Legislativa Permanente de Orçamentos e Finanças, elaborar e encaminhar até o prazo definido em Lei Complementar o Plano de Metas do Poder Legislativo para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, no intuito de serem incluídos nas propostas orçamentárias municipais.

### Seção IV

Do Presidente

Art. 65. O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades:

I - quanto às atividades legislativas, compete privativamente ao Presidente:

a) identificar os Vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias e sessões solenes e especiais;

b) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;

c) não aceitar substitutivo ou emenda que não seja pertinente à proposição inicial;

d) declarar prejudicados os projetos em face da aprovação de outro com o mesmo conteúdo e objetivo;

e) determinar o desarquivamento de proposições, a requerimento do autor;

f) encaminhar projetos às Comissões Legislativas competentes;

g) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como pelos concedidos às Comissões e ao Prefeito;

h) dar posse aos membros das Comissões Legislativas Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara Municipal, bem como das Comissões Legislativas de Representação, ouvidos os líderes de bancada, que indicarão os seus representantes;

i) designar os substitutos das Comissões Legislativas referidas na alínea "h", após consulta às lideranças partidárias;

j) declarar a exclusão dos membros das Comissões quando não comparecerem injustificadamente a três reuniões ordinárias consecutivas;

k) convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste Regimento Interno;

l) promulgar as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Emendas à Lei Orgânica, bem como as leis com sanção tácita e aquelas cujo veto rejeitado pelo Plenário não tenham sido promulgadas pelo Prefeito no prazo legal;

m) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

n) declarar extinto, por decreto legislativo, o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

II - quanto às sessões:

a) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos



e definir a Ordem do Dia;

b) dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara Municipal;

c) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;

d) determinar ao Secretário a leitura da Ata, quando necessário, e das comunicações que sejam de interesse da Câmara Municipal;

e) determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

f) declarar a hora destinada ao expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;

g) anunciar a Ordem do Dia, submeter a discussão e votação matéria dela constante e declarar os resultados das votações;

h) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento Interno, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;

i) interromper o orador que falar sem o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, e em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a reunião quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;

j) cronometrar a duração do expediente e da Ordem do Dia e o tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;

k) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

l) determinar ao Segundo Secretário a anotação da decisão do Plenário no processo competente;

m) manter a ordem do recinto da Câmara Municipal, advertir os presentes e mandar evacuar o recinto, podendo solicitar a força policial necessária para esses fins;

n) determinar na primeira reunião após sua entrada na Câmara Municipal a leitura das mensagens sob regime de urgência;

o) resolver sobre os requerimentos de sua alçada;

p) resolver qualquer questão de ordem, ou quando omisso o Regimento Interno, submetê-la ao Plenário;

III - quanto à Administração da Câmara Municipal, compete:

a) dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais relativos aos servidores da Câmara Municipal;

b) administrar o pessoal da Câmara Municipal, fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Poder Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa civil e criminal de servidores faltosos;

c) declarar destituído o membro da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente nos casos previstos neste Regimento Interno;

d) superintender os serviços da Câmara Municipal e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro;

e) mandar disponibilizar, mensalmente, nas dependências e no sítio oficial da Câmara Municipal, os balancetes relativos às verbas recebidas e às despesas dos três meses anteriores;

f) apresentar ao Plenário, até o quinto dia de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

g) mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara Municipal, quando exigidas pela legislação;

h) ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com seu Contador e Tesoureiro;

i) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara Municipal e da sua Secretaria;

j) publicar anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos do Poder Legislativo;

IV - quanto às relações externas da Câmara Municipal, compete ao Presidente:

a) realizar audiências públicas em dia e hora prefixados, garantida sua ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico;

b) conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados, dando a divulgação necessária;

c) representar a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, prestando informações se assim for solicitado pelo Poder Judiciário, em todas as medidas judiciais contra a Mesa Diretora ou o Plenário;

d) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formuladas pelos Vereadores ou Comissões sobre fato relacionado com matéria em trâmite ou sobre fatos sujeitos à ação fiscalizadora da Câmara Municipal;

e) encaminhar ao Prefeito a convocação dos titulares dos órgãos da administração direta e indireta municipal para prestar informações;

f) encaminhar ao Prefeito convite para prestar informações, pessoalmente ou por escrito, sempre que requeridas por qualquer dos Vereadores;

g) dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito horas, sempre que se tenham esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Poder Executivo sem deliberação da Câmara Municipal ou quando rejeitados na forma regimental;

h) requisitar ao Poder Executivo o repasse financeiro do duodécimo orçamentário à Câmara Municipal, o qual deverá ser atendido até o dia vinte de cada mês, sob pena de responsabilização, na forma da legislação federal em vigor;

i) exercer em substituição a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

j) representar a Câmara Municipal junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral, podendo delegar tal representação a outro Vereador;

k) credenciar agentes de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento e divulgação dos trabalhos legislativos;

l) fazer expedir convites para as Sessões Solenes e Especiais em nome da Câmara Municipal;

m) encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Câmara em cada exercício financeiro, no prazo máximo de até sessenta dias subsequentes ao encerramento do exercício;

n) representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal; e

o) solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Se o Poder Executivo não efetuar o repasse até a data prevista na alínea "h" do inciso IV deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal poderá propor mandado de segurança contra ato do Prefeito para resguardar tal direito.

Art. 66. Compete ainda ao Presidente da Câmara Municipal:

I - executar as deliberações do Plenário;

II - assinar portarias, editais, todo o expediente da Câmara Municipal e demais atos de sua competência e, juntamente com os demais Vereadores da Mesa Diretora, as atas das reuniões;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra os atos seus, da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal.

§ 1º O Presidente da Câmara Municipal exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

a) quando exigido o quorum de dois terços;

b) quando houver empate em qualquer votação no Plenário, exceto nos casos de votações secretas;

c) quando da eleição da Mesa;

d) quando se tratar de destituição de membro da Mesa;

e) quando se tratar de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes; e

f) nas votações secretas.

§ 2º O Presidente será sempre considerado para efeito de quorum para que se proceda à discussão e à votação das proposições em Plenário.

§ 3º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado, ficará impedido de votar.

§ 4º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

§ 5º Sempre que tiver necessidade de se ausentar do Município por mais de quinze dias, o Presidente solicitará permissão ao Plenário

e, sendo-lhe permitido, passará o cargo ao Vice-Presidente.

§ 6º Ausente ou impedido, o Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Vice-Presidente ou Secretários, segundo a ordem de eleição.

Art. 67. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e falará da tribuna destinada aos oradores.

Parágrafo único. Exceto quando no uso da tribuna, é vedado interromper ou apartear o Presidente quando este estiver com a palavra.

#### Seção V

##### Do Vice-Presidente

Art. 68. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e ainda:

I – promulgar e publicar resoluções, portarias e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar transcorrer o prazo para fazê-lo; e

II – promulgar e publicar as leis municipais quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo sem fazê-lo, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Primeiro Secretário, e na sua falta, pelo Segundo Secretário.

§ 2º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não é conferida competência para outras atribuições além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

§ 3º No caso de renúncia ou de licença do Presidente serão chamados os demais ocupantes dos cargos desta, pela ordem de substituição, para o exercício da Presidência da Mesa, até completar o mandato em curso.

#### Seção VI

##### Dos Secretários

Art. 69. Compete ao Primeiro Secretário:

I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara Municipal;

II - dar conhecimento à Câmara dos atos do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;

III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o livro de presença ao final da sessão;

IV - apurar as presenças no caso de votação ou verificação de quorum;

V - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião, lê-la e assiná-la juntamente com o Presidente depois de submetida à apreciação do Plenário e apanhar a assinatura de integrantes da Mesa Diretora;

VI - ler ao Plenário a matéria do expediente e ordem do dia, despachando o respectivo processo e anotando neste, por determinação do Presidente, as decisões do Plenário;

VII - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;

VIII - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento;

IX - distribuir as proposições às Comissões Legislativas e superintender os seus prazos;

X - assumir a direção dos trabalhos da sessão plenária na falta do Presidente e Vice-Presidente;

XI - tomar parte em todas as votações.

Art. 70. Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências, assumindo nestes casos as suas atribuições.

#### CAPÍTULO II

##### Seção Única

##### Da Ouvidoria Parlamentar

Art. 71. Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidades ou abuso de poder;

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;

II – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Câmara Municipal;

IV – propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Federal, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

VI – responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

VII – realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

Art. 72. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor-Geral designado dentre os membros da Casa pelo Presidente da Câmara Municipal a cada dois anos, no início do período legislativo, vedada a recondução no período subsequente.

Art. 73. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa.

#### CAPÍTULO III

##### DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS

##### Seção I

##### Disposições Preliminares

Art. 74. Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente e temporário, destinados a proceder a estudos, emitir pareceres especializados e realizar investigações sobre fatos determinados ou à representação da Câmara Municipal.

Art. 75. As Comissões da Câmara são classificadas em:

I – Permanentes: as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa participes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Município, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes, dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

§ 1º As Comissões Legislativas, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger o respectivo Presidente.

§ 2º As Comissões Legislativas temporárias terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação.

§ 3º O Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Legislativa Permanente.

§ 4º Perderá automaticamente o lugar na Comissão o Vereador que se desvincular de seu partido ou não comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas, salvo se licenciado ou em missão oficial, justificado antecipadamente por escrito à Comissão.

§ 5º O Vereador que perder o lugar em uma Comissão, a ela não poderá retornar no mesmo período legislativo.

§ 6º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Câmara Municipal no prazo de uma sessão ordinária, acolhendo a indicação feita pelo líder da bancada a que pertencia o titular.

§ 7º O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas Comissões para as quais tenha sido indicado pela liderança.

§ 8º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora presidir qualquer

tipo de Comissão Legislativa.

§ 9º Não sendo permanente a Comissão Legislativa e não sendo instalado no prazo de três sessões plenárias ordinárias, efetivamente realizadas, ou expirado o prazo de seu funcionamento sem a apresentação do relatório final, será declarada extinta por Ato do Presidente da Mesa Diretora.

#### Seção II

##### Das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 76. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de cinco ou três e com prazo de composição de dois anos, são as seguintes:

I - Legislação, Justiça e Redação Final;

II – Orçamento e Finanças

III – Obras e serviços públicos

IV - Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social;

V- Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 1º As Comissões Legislativas Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e; Orçamento e Finanças serão constituídos por cinco membros e as demais comissões permanentes por três membros.

§ 2º Os membros das Comissões Legislativas Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido eleitos.

#### Subseção I

##### Da Constituição das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 77. A constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fará:

I – em sessão extraordinária, que será realizada na primeira segunda-feira subsequente à data da posse de cada legislatura;

II - na última sessão ordinária realizada na segunda sessão legislativa da legislatura, logo após a eleição da Mesa Diretora.

§ 1º A sessão extraordinária marcada para a data do inciso I do caput deste artigo será transferida para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em feriados.

§ 2º A representação numérica das bancadas em cada Comissão será estabelecida com a divisão do número de membros do partido ou bloco parlamentar aferido na forma do § 1º do art. 46 deste Regimento pelo quociente resultante da divisão do número de membros da Câmara pelo número de membros da Comissão; o inteiro do quociente assim obtido, denominado quociente partidário, representará o número de lugares a que o partido ou bloco parlamentar poderá concorrer na Comissão.

§ 3º As vagas não ocupadas, aplicado esse critério, serão preenchidas tendo em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor fração.

§ 4º As alterações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos partidos ou blocos parlamentares decorrentes de mudanças de filiação partidária não importarão em modificação na composição das Comissões, cujo número de vagas de cada representação partidária será fixado pelo resultado final obtido nas eleições e permanecerá inalterado.

Art. 78. Se a constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fizer mediante acordo, cumprirá ao líder da bancada a indicação do nome do Vereador que a integrará, destinando-se a sessão ordinária apenas à sua proclamação.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo não se efetivar nessa mesma sessão a constituição de todas as Comissões Legislativas Permanentes, a fase da ordem do dia das sessões ordinárias subsequentes se destinará ao mesmo fim até a plena consecução desse objetivo.

Art. 79. Não havendo acordo, proceder-se-á à escolha dos membros das Comissões Legislativas Permanentes por eleição individual em Plenário para cada vaga existente, votando cada Vereador em um único nome dentre os concorrentes, considerando-se eleitos os mais votados.

§ 1º A votação para a constituição de cada uma das Comissões Legislativas Permanentes será feita mediante voto aberto e nominal, com a indicação do nome do votado.

§ 2º Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários

para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão Legislativa Permanente, respeitada sempre a representação proporcional partidária, ficando assim vedada a continuidade de Vereador na disputa quando o número de lugares a que o seu partido ou bloco parlamentar tiver direito já estiver preenchido na Comissão.

§ 3º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão Legislativa Permanente.

§ 4º Se os empatados encontrarem-se em igualdade de condições será considerado eleito dentre os presentes o Vereador mais idoso no pleito municipal dentre os concorrentes.

Art. 80. Constituídas as Comissões Legislativas Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do Vereador mais idoso no pleito municipal dentre os membros presentes, proceder à eleição do Presidente, vedada a reeleição.

§ 1º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão Legislativa Permanente será presidida interinamente pelo Vereador mais idoso dentre seus membros.

§ 2º Se vagar o cargo de Presidente, proceder-se-á nova eleição para a escolha do sucessor.

Art. 81. Os membros das Comissões Legislativas Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia e escrita justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas.

Parágrafo único. A destituição se dará de ofício pelo Presidente da Comissão ou por petição escrita de qualquer Vereador dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, o qual, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

Art. 82. No caso de vacância, licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Legislativas Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara Municipal a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença à vaga.

§ 1º O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício pleno da vereança, substituirá o titular também no cargo que este exercia nas Comissões Legislativas Permanentes, exceto cargo de Presidente e de Relator.

§ 2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§ 3º Se a licença ou o impedimento somente se referir à participação na Comissão, a agremiação política a que pertencer o membro impedido ou licenciado indicará o substituto.

Art. 83. Será dada ampla publicidade à composição e às atividades das Comissões Legislativas Permanentes, preferencialmente por meio eletrônico.

#### Subseção II

##### Das Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 84. Compete às Comissões Permanentes, entre outras previstas postas pela Lei Orgânica e por este Regimento Interno:

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e emitir-lhes parecer;

II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação;

III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;

IV - requerer ao Presidente da Câmara Municipal que outra Comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida;

V - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convocação dos Secretários Municipais ou representantes dos órgãos da administração direta ou indireta, autarquias e fundações para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

VI - fiscalizar os atos e o andamento dos programas de governo que envolva gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais ou prestadoras de serviços públicos;

VIII - encaminhar, por meio do Presidente, pedidos escritos de



informação ao Prefeito e a Secretários Municipais e demais autoridades municipais;

IX - solicitar, por meio do Presidente, depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

X - acompanhar e apreciar programas de obras e planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XI - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo e da administração indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

XII - propor a suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que viem a exorbitar do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

XIII - averiguar notícias, queixas ou denúncias sobre violação de normas legais, dando-lhes o encaminhamento regimental em todas as esferas;

XIV - acompanhar a aplicação das leis municipais pelo Poder Executivo e a eficácia no seu cumprimento;

XV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover em seu âmbito conferências, exposições, palestras ou seminários;

XVI - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta e da sociedade civil para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento;

XVII - solicitar à Mesa Diretora da Câmara Municipal, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exijam atuação de especialista, nos termos em discussão.

#### Subseção III

#### Das Competências Específicas das Comissões Legislativas

##### Permanentes

Art. 85. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de:

I - Legislação, Justiça e Redação Final:

a) opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e a técnica legislativa das proposições;

b) manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;

c) manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;

d) manifestar-se acerca de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe sejam submetidos em consultas realizadas pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recursos previstos neste Regimento;

e) manifestar-se acerca de alterações propostas ao Regimento Interno da Câmara Municipal e à Lei Orgânica do Município;

f) exarar parecer sobre todos os processos referentes à ecologia, controle da poluição ambiental e áreas consideradas de preservação ambiental;

g) emitir parecer sobre as proposições que digam respeito à organização da estrutura da administração pública municipal, criação e extinção ou transformação de cargo, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público;

h) exarar parecer sobre a declaração de utilidade pública de entidades civis sem fins lucrativos;

i) criação de entidade da Administração indireta ou de fundação;

j) aquisição e alienação de bens imóveis;

k) assinatura de consórcios;

l) alteração de denominação de próprios municipais e logradouros;

m) elaborar a redação final de todos os projetos aprovados, fiscalizando o encaminhamento a aprovação do Plenário, a remessa para sanção ou veto do Poder Executivo, assim como sua promulgação e publicação;

II – Orçamento e Finanças:

a) exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer sobre o Projeto do Plano Plurianual - PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como sobre as suas alterações;

b) exarar parecer sobre as contas do Município;

c) organizar, divulgar e presidir as audiências públicas quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei Orçamentária Anual, nos termos da legislação federal, quando o Executivo não realizar;

d) analisar assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre:

1) proposições referentes a matéria tributária, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal, ou seja, de interesse ao crédito público;

2) proposições que fixem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;

3) celebração de contratos, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;

4) proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

III - Obras e Serviços Públicos:

a) exarar parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e à execução de serviços pelo Município, suas autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal;

b) exarar parecer sobre as seguintes leis e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:

1) Plano Diretor e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

2) Código de Obras ou Edificações;

3) Código Ambiental;

4) Código de Posturas;

5) projetos relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da Cidade, cadastro territorial do Município e transporte coletivo;

IV – Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social:

a) projetos e assuntos referentes à educação, cultura e esportes;

b) projetos e assuntos de saúde e vigilância sanitária;

c) projetos e assuntos de promoção humana e assistência social;

d) projetos e assuntos referentes a turismo, folclore e patrimônio artístico, histórico e cultural;

e) projetos que versem sobre a concessão de títulos honoríficos e demais honrarias;

V- Agricultura, Indústria e Comércio:

a) exarar parecer sobre todos os assuntos relativos à agricultura, pecuária, indústria e comércio.

b) proposições e assuntos relativos a cooperativismo, sindicalismo e relações de trabalho;

c) proposições e assuntos que versem sobre relações de consumo e direitos do consumidor, bem como atividades privadas condicionadas à intervenção do poder público municipal;

Art. 86. Quando mais de uma Comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta lhe será distribuída conforme a ordem em que se encontram no artigo 76 deste Regimento.

#### Subseção IV

#### Da Presidência das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 87. Ao Presidente da Comissão Legislativa Permanente compete:

I – convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessárias, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno;

II – submeter à ata da reunião anterior a discussão em votação;

III - dar à Comissão conhecimento de toda matéria recebida, designar imediatamente seus respectivos Relatores, incluindo a Presidência e distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita a apreciação, independentemente da reunião da Comissão, ou avocá-la;

IV - conceder a palavra a membros da Comissão pelo tempo que julgar necessário e repreendê-los quando se exaltarem durante os debates, podendo interrompê-los quando estiverem falando sobre matéria vencida e retirar-lhes a palavra no caso de desobediência;

V - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;

VI - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

- VII - ser representante da Comissão junto à Mesa da Câmara Municipal;
- VIII - dirimir, de acordo com este Regimento Interno, todas as questões suscitadas perante a Comissão;
- IX - enviar à Mesa no fim do período legislativo, com subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão e mensalmente relatório de presença dos membros nas reuniões realizadas;
- X - votar em todas as deliberações da Comissão;
- XI - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as Sessões Plenárias;
- XII - convocar o membro suplente para ocupar o lugar do titular faltoso;
- XIII - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
- XIV - controlar a presença dos Vereadores, informando mensalmente à Contabilidade acerca das faltas apuradas.

#### Subseção V

##### Do Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 88. As Comissões Permanentes se reunirão ordinariamente uma vez por semana, nos seguintes dias e horários:

- I - Legislação, Justiça e Redação Final – às segundas-feiras, às 17h30min;
- II – Orçamento e Finanças – às segundas-feiras, às 18 horas;
- III – Obras e Serviços públicos - reunir-se-á somente quando houver matéria, sendo dia e horário definido pelo Presidente da Comissão.
- IV – Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social – reunir-se-á somente quando houver matéria, sendo dia e horário definido pelo Presidente da Comissão.
- V – Agricultura, Indústria e Comércio - reunir-se-á somente quando houver matéria, sendo dia e horário definido pelo Presidente da Comissão.

§ 1º As Comissões poderão realizar reuniões extraordinárias, desde que não concomitantes com as sessões plenárias ordinárias da Câmara.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela respectiva Presidência de ofício ou por requerimento de qualquer dos demais membros da Comissão Legislativa Permanente.

§ 3º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

§ 4º É facultado ao Presidente o cancelamento da realização de reuniões, desde que inexistam matérias na Comissão Permanente sujeitas à aprovação pelo Plenário da Câmara, pendentes de discussão e aprovação.

§ 5º O dia e horários das reuniões das comissões permanentes poderá ser alterado mediante projeto de resolução específico para esse fim.

Art. 89. As reuniões das Comissões serão públicas somente quando aprovadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 90. Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros e obedecerão à seguinte ordem:

- I - discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II - expediente:
  - a) sinopse da correspondência e outros documentos recebidos;
  - b) comunicação das matérias distribuídas aos Relatores;
- III - Ordem do Dia:
  - a) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;
  - b) discussão e votação dos pareceres sobre as matérias sujeitas à aprovação do Plenário da Câmara, respeitada a ordem de preferência.

§ 1º As Comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 2º O Presidente da Comissão não poderá ser Relator da sua comissão, no entanto poderá votar nas deliberações da Comissão.

§ 3º Em caso de empate, prevalecerá o voto do Relator.

§ 4º À hora regimental, não havendo quorum para o início da reunião, o Presidente da Comissão aguardará pelo prazo de quinze minutos para que se complete; findo o prazo, qualquer Vereador poderá solicitar o cancelamento da reunião, que deverá ser acatado

pelo Presidente, sendo computada a falta dos membros ausentes. § 5º O Vereador poderá participar sem direito a voto dos trabalhos e debates de Comissão de que não seja membro.

Art. 91. As Comissões a que for distribuída uma proposição poderão estudá-la em reunião conjunta, por acordo dos respectivos Presidentes e sob a Presidência do mais idoso, concluindo com relatório para cada Comissão.

Parágrafo único. Nas convocações extraordinárias, será obrigatória a reunião conjunta das Comissões Permanentes, para discussão e votação dos projetos sujeitos à aprovação do Plenário.

Art. 92. Cada Comissão, por meio de seu Presidente, e excetuados os casos em que este Regimento determine de forma diversa, observará e comunicará a seus membros os seguintes prazos para examinar as proposições e sobre elas decidir:

I - uma reunião ordinária, quando se tratar de matéria em regime de urgência, com a disponibilização dos autos por meio eletrônico a todos os seus membros;

II - duas reuniões ordinárias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária, com a disponibilização dos autos por meio eletrônico a todos os seus membros:

a) 1ª reunião: recebimento da matéria, designação do Relator, distribuição da proposição, abertura do prazo para a apresentação de emendas;

b) 2ª reunião: apresentação e votação do relatório;

III - uma reunião ordinária, para cada Comissão, quando se tratar de emenda apresentada durante a discussão em Plenário.

Parágrafo único. Quando se tratar de matéria em regime de urgência, os pedidos de vista serão coletivos, sendo facultada apresentação de emendas até quarenta e oito horas a contar do recebimento dos autos pela via eletrônica.

Art. 93. O prazo para apreciação de matéria em regime ordinário será prorrogado até o máximo de três reuniões, se houver pedido de vista, sendo:

I – 1ª reunião: recebimento dos votos de vista e concessão de novos pedidos se houver;

II – 2ª reunião: recebimento e votação dos votos de vista pedidos na reunião anterior e do parecer;

III – 3ª reunião: no caso de não acatamento do voto do Relator, redação do voto vencedor.

§ 1º O pedido de vista somente poderá ser feito após a leitura do parecer pelo Relator e antes de ser votado, ficando o original sob a guarda do Relator ou do Presidente da Comissão.

§ 2º O pedido de vista para matéria em regime de tramitação ordinária somente poderá ser feito na 2ª reunião da Comissão e na seguinte se houver prorrogação.

§ 3º O pedido de vista é direito assegurado ao Vereador e, desde que formulado em conformidade com as regras estipuladas neste artigo, não poderá deixar de ser concedido.

§ 4º O voto de vista será apresentado até a reunião ordinária seguinte.

Art. 94. Se esgotado o prazo destinado ao Relator sem a apresentação de relatório, o Presidente avocará a proposição ou designará novo Relator.

Art. 95. Os pedidos de diligência despachados pela Comissão, atendidos ou não, sobrestarão os prazos por no máximo:

I - três reuniões ordinárias, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária;

II - uma reunião ordinária, quando se tratar de matéria em regime de urgência.

Art. 96. Esgotado o prazo do trâmite da proposição na Comissão sem parecer, o Presidente da Mesa a encaminhará para a Comissão seguinte ou ao Plenário, conforme o caso, fazendo constar nos autos da proposição despacho informando sobre o esgotamento de todos os prazos e determinando a continuidade de sua tramitação.

Parágrafo único. Havendo matéria relevante e de grande complexidade, cada Comissão poderá solicitar a prorrogação dos prazos de matéria em regime de tramitação ordinária por no máximo trinta dias, devendo encaminhar ao Presidente requerimento fundamentado neste sentido.

Art. 97. O recesso da Câmara de Vereadores interrompe todos os prazos considerados na presente seção.

#### Subseção VI

Da Apreciação das Matérias pelas Comissões

Art. 98. Antes da deliberação do Plenário, as proposições, os requerimentos, as moções e os pedidos de informação serão submetidos à apreciação da Mesa Diretora, e se solicitado, a manifestação das Comissões, cabendo, nesta ordem:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o exame de sua admissibilidade, quando for o caso, e nos demais a análise dos aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e da técnica legislativa, e o pronunciamento sobre o mérito das matérias de seu campo temático ou área de atividade;

II - à Comissão de Orçamento e Finanças, quando a matéria depender de exame sob os aspectos financeiro e orçamentário, manifestar-se quanto a sua compatibilidade ou adequação ao plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual, e pronunciar-se sobre o mérito das matérias de seu campo temático ou área de atividade; e

III - à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares. Essa comissão legislará sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

IV - à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social deverá se manifestar em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais e artísticos inclusive patrimônio histórico, desportivos e relacionados com saúde, o saneamento e assistência social em geral.

V - A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio compete exarar parecer sobre todos os assuntos relativos à agricultura, pecuária, indústria, comércio.

Parágrafo único. A proposição, emendada na Comissão a que se refere os incisos III, IV e V deste artigo, retornará à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para o exame da constitucionalidade e legalidade e à Comissão de Orçamento e Finanças quando envolver aspectos financeiros ou orçamentários, as quais terão o prazo de uma reunião ordinária cada para apreciar as emendas, salvo se a matéria tramitar em regime de urgência, quando deverá ser feita reunião extraordinária em conjunto pelas referidas Comissões para o devido exame acerca das emendas propostas.

Art. 99. Serão terminativos os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela inconstitucionalidade da matéria e da Comissão de Orçamentos e Finanças no sentido da inadequação orçamentária da proposição.

§ 1º O autor da proposição poderá requerer, com o apoio da maioria absoluta dos membros da Casa, no prazo de uma sessão após sua comunicação, que seja o parecer submetido à apreciação do Plenário, caso em que a proposição será enviada à Mesa para inclusão na Ordem do Dia, em apreciação preliminar, devendo o autor fundamentar por escrito sua discordância com o parecer da Comissão.

§ 2º Se o Plenário rejeitar o parecer da Comissão e adotar o do autor, este constará dos autos da proposição como "parecer adotado pelo Plenário", e a proposição retornará à tramitação normal; caso contrário, ou não havendo interposição de requerimento no prazo estabelecido no § 1º, será arquivada por despacho do Presidente da Câmara.

§ 3º Antes do arquivamento da proposição, em face do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ofensa às reservas constitucionais de iniciativa, a matéria poderá, por solicitação do autor, ser convertida em anteprojeto de lei e encaminhada às Comissões a que estiver afeta para o exame do interesse público, sendo permitido a estas Comissões:

I - realizar audiências públicas para a discussão da matéria;

II - solicitar diligências e informações.

§ 4º Aprovado o anteprojeto de lei pelas Comissões, este será encaminhado por meio de indicação ao poder competente.

Art. 100. No desenvolvimento de seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

I - é vedado às Comissões Legislativas Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida a seu exame, opinar sobre aspectos que não seja de sua atribuição técnica específica;

II - ao apreciar a matéria, a Comissão poderá propor a sua adoção ou a sua rejeição, total ou parcial, sugerir o seu arquivamento, formular projeto dela decorrente, apresentar emenda ou subemenda;

III - lido o parecer, será imediatamente submetido à discussão;

IV - durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o autor do projeto, o Relator, demais membros e líderes, durante cinco minutos improrrogáveis, e os Vereadores que a ela não pertençam, por três minutos, sendo facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem todos os Vereadores presentes;

V - encerrada a discussão, será realizada a votação;

VI - se for aprovado o parecer em todos os seus termos, será tido como da Comissão e desde logo assinado pelo Presidente e demais membros presentes;

VII - para efeito da contagem dos votos relativos ao parecer, serão considerados:

a) favoráveis: os votos pelo parecer, mesmo com restrições; e

b) contrários: os votos divergentes do parecer;

VIII - se ao voto do Relator forem sugeridas alterações com as quais ele concorde, será concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto, exceto se matéria em regime de urgência, quando será feita na mesma reunião;

IX - se o voto do Relator não for adotado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita até a reunião ordinária seguinte, por novo Relator designado pelo Presidente da Comissão, exceto se matéria em regime de urgência, quando será feita na mesma reunião;

X - na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do voto do Relator, este constituirá voto em separado;

XI - sempre que adotar voto com restrições, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência, e não o fazendo, seu voto será considerado integralmente favorável; e

XII - quando algum membro de Comissão retiver em seu poder proposições ou papéis a ela pertencentes, será adotado o seguinte procedimento:

a) o Presidente da Comissão solicitará ao Vereador, por escrito, que os restitua;

b) frustrado o pedido, o fato será comunicado à Mesa, que determinará sua imediata devolução à Comissão, sujeitando o Vereador infrator a sanção prevista neste Regimento;

c) não cumprida esta disposição, o Presidente da Casa mandará reconstituir os autos da proposição por meio da utilização de sua publicação no Diário da Câmara.

Art. 101. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição será remetida à Mesa para ser incluída na pauta.

Art. 102. Das reuniões da Comissão será lavrada ata.

#### Subseção VII

Das Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes

Art. 103. Cada Comissão poderá realizar reuniões de audiências públicas com as entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão especificamente convocado para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que as comunicará e divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 104. Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes,



mantendo-as constantemente informadas sobre a realização dessas audiências, inclusive por meio eletrônico, contato telefônico ou outro meio mais eficiente.

§ 1º Na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá para tanto de trinta minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Art. 105. Da reunião de audiências públicas será lavrada ata, arquivando-se eletronicamente, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que a acompanharem.

Parágrafo único. Será admitida a qualquer tempo a disponibilização aos interessados, por meio eletrônico, das peças e documentos relativos à audiência pública.

### Seção III

#### Das Comissões Temporárias

Art. 106. As Comissões Temporárias são:

I - Parlamentares Especiais;

II - de Representação;

III - Parlamentares de Inquérito;

IV - de Investigação e Processante;

V - Representativas.

§ 1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§ 2º As Comissões Temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenham seus prazos expirados.

§ 3º Adotar-se-á na composição das Comissões Temporárias o critério da proporcionalidade partidária, exceto para aquela prevista no inciso IV.

#### Subseção I

##### Das Comissões Parlamentares Especiais

Art. 107. As Comissões Parlamentares Especiais, formadas por até cinco membros, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração deste Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais deverão estar subscritas por no mínimo um terço dos Vereadores da Câmara Municipal e indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§ 2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§ 3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa da Câmara, deverá ser instalada num prazo de três dias úteis de sua constituição para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar o Relator e definir a data da primeira reunião.

§ 4º A nomeação dos membros da Comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das Comissões Legislativas Permanentes.

§ 5º A Comissão terá prazo de noventa dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período a critério do Plenário.

#### Subseção II

##### Das Comissões de Representação

Art. 108. As Comissões de Representação destinadas a representar a Câmara em atos externos serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

#### Subseção III

##### Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 109. A Câmara Municipal de Vereadores, a requerimento de um terço dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até metade mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

3º O número de membros que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito não será superior a cinco e nem inferior a três Vereadores, devendo, no entanto, ser sempre em número ímpar.

§ 4º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente, por Resolução da Mesa, constituir a Comissão no prazo máximo de dez dias, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§ 5º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, no prazo máximo de três dias úteis, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, elegerá o presidente e o Relator.

§ 6º Caberá ao Relator à apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de dez dias, em que indicará a existência ou não de fato determinado.

§ 7º Decorrido este prazo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberará sobre o relatório preliminar nos dois dias úteis subsequentes.

§ 8º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa da Câmara Municipal os servidores públicos de seu quadro de pessoal necessários à realização de seus trabalhos investigatórios.

§ 9º A Câmara Municipal, por meio da Mesa Diretora, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto à Comissão Parlamentar de Inquérito no desempenho de suas atribuições.

§ 10 A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência à Mesa da Câmara Municipal de seus atos e requisições.

Art. 110. A Comissão poderá realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 111. Compete ao Presidente:

I - convocar e dirigir as reuniões;

II - qualificar e compromissar os depoentes;

III - requisitar servidores;

IV - convocar indiciados e testemunhas para depor;

V - superintender os trabalhos e assinar as correspondências expedidas;

VI - proferir voto de desempate;

VII - representar a Comissão;

VIII - requisitar documentos e informações e determinar quaisquer providências necessárias ao trabalho da Comissão.

Art. 112. Compete ao Relator:

I - elaborar o roteiro dos trabalhos;

II - conduzir a instrução processual, fixando prazos e diligências;

III - solicitar a convocação de indiciados e testemunhas;

IV - inquirir, por primeiro, os depoentes;

V - despachar os documentos de natureza processual; e  
VI - apresentar o relatório final.

Art. 113. As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros, prevalecendo o voto do Relator em caso de empate.

Art. 114. A requisição de informações e documentos aos órgãos da Administração Pública Municipal, por solicitação de qualquer dos membros da Comissão, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente, observado o prazo de oito dias para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento, exceto quanto da alçada da Autoridade Judiciária.

Art. 115. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados regularmente convocados pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidos em datas preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§ 1º A critério da Comissão Parlamentar de Inquérito poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara Municipal, devendo ser lavrado, também, o competente termo de depoimento.

§ 2º As Comissões Parlamentares de Inquérito se valerão, subsidiariamente, das normas contidas no Código Processual Penal.

Art. 116. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas pelo Presidente da Comissão, desde que relacionadas com o fato determinado e o objeto da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá de ofício sua decisão a nova decisão da Comissão, no prazo de vinte e quatro horas.

Art. 117. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo com suas conclusões, o qual será publicado no Diário da Câmara e encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de sua alçada ou do Plenário, oferecendo em duas sessões, conforme o caso Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução, que será incluído na Ordem do Dia dentro de duas sessões;

II - ao Ministério Público, com cópia autenticada e rubricada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo;

IV - à Comissão Permanente que tenha a maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento ao prescrito no inciso anterior.

§ 1º Nos casos dos incisos II e III, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco dias úteis.

§ 2º Do relatório constará a constituição e a finalidade da Comissão, sua composição, prazos observados e roteiro dos trabalhos realizados, com destaque para:

I - transcrição dos depoimentos ouvidos;

II - depoimentos arrolados, mas não viabilizados;

III - eventuais viagens realizadas;

IV - documentação recebida e anexada;

V - parecer do Relator;

VI - conclusões da Comissão.

§ 3º Se a Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, será automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, por meio de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§ 4º As Comissões Parlamentares de Inquérito não paralisarão suas atividades durante os períodos de recesso parlamentar.

#### Subseção IV

Da Comissão de Investigação e Processante

Art. 118. Constituem infrações político-administrativas do Prefeito sujeitas a julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por Comissão de Investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender sem motivo justo as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar a defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município ou do País por tempo superior à quinze dias sem autorização legislativa.

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Art. 119. A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador quando:

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - fixar residência fora do Município;

III - o seu procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

IV - infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 27 da Lei Orgânica Municipal;

V - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

VI - perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos em lei;

VIII - sofrer condenação criminal em sentença definitiva irrecorrível;

IX - deixar de tomar posse no prazo legal.

§ 1º Nos casos dos incisos I, II, III, IV e VIII, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Vereadores, por voto secreto de dois terços de seus membros, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa, assegurada a ampla defesa, na forma do art. 120 deste Regimento Interno.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos V a VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ao denunciado a ampla defesa, mediante apresentação de defesa escrita.

Art. 120. O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara em razão das infrações definidas no art. 118 obedecerá ao seguinte rito:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor do Município em pleno exercício dos direitos políticos, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal para os atos do processo e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão desde logo o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos dentro em cinco dias, notificando o denunciado com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem para

que apresente defesa prévia escrita no prazo de dez dias, indique as provas que pretenda produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação será feita por edital, publicado duas vezes no órgão oficial, com intervalo de três dias pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo o início da instrução e determinará os atos, as diligências e as audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e a inquirição das testemunhas;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de pelo menos vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para razões escritas no prazo de cinco dias, e após a Comissão processante emitirá parecer final pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e ao final o denunciado ou seu procurador terá o prazo máximo de duas horas para produzir sua defesa oral;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações abertas e nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo o denunciado que for declarado pelo voto de pelo menos dois terços dos membros da Câmara em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

VII - o processo a que se refere este artigo deverá estar concluído dentro de noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

Parágrafo único. O Presidente da Mesa, fundamentado em parecer jurídico, poderá negar seguimento à denúncia que esteja desacompanhada de indícios suficientes de provas, cabendo recurso ao Plenário contra a sua decisão.

Art. 121. No caso de cassação de mandato de Vereador pela ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV e VIII do artigo 119, aplica-se o procedimento disposto no artigo 120 deste Regimento, sendo exigida a votação aberta favorável de no mínimo dois terços dos membros da Câmara de Vereadores para ser decretada a perda de mandato, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado na Casa.

#### Subseção V

##### Da Comissão Representativa

Art. 122. A Comissão Representativa é o órgão de representação e atuação da Câmara Municipal durante o recesso parlamentar.

Art. 123. A Comissão Representativa será integrada pelo Presidente da Câmara e por mais dois membros, eleitos na última sessão plenária ordinária de cada período ordinário semestral da sessão legislativa, cujo mandato coincidirá com o período de recesso parlamentar que se seguir à sua constituição, exceto no último ano da legislatura, quando a sua constituição será automaticamente desfeita no dia trinta e um de dezembro.

§ 1º Na eleição dos membros da Comissão, excluído o Presidente, é aplicado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º A Presidência da Comissão será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal, que será substituído em seus impedimentos pelos demais membros da Mesa, na ordem regimental.

§ 3º É vedado ao membro da Mesa integrar a Comissão, exceto para substituir o Presidente, na forma do parágrafo anterior.

§ 4º Aos Vereadores que não integrarem a Comissão será facultada a presença nas suas reuniões, sem direito a voto.

§ 5º Aplica-se à Comissão Representativa, no que couberem, as disposições estabelecidas para as Comissões Permanentes.

Art. 124. Compete à Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo e pela observância da Constituição e das garantias nela consignadas;

II - convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar pessoalmente informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva pasta e previamente determinados;

III - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se afastarem do Estado ou do País;

IV - resolver sobre licença de Vereador;

V - exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;

VI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VIII - designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional.

#### Subseção VI

##### Do Assessoramento Legislativo

Art. 125. Para o desempenho das suas atribuições, a Mesa Diretora, as Comissões Legislativas Permanentes e as Temporárias contarão com o assessoramento e a consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, a ser contratados pela Câmara de Vereadores nos termos da Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO III

##### DO PLENÁRIO

Art. 126. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Art. 127. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 128. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:

I – simples, sempre que necessitar da metade mais um dos votos dos Vereadores presentes na reunião;

II – absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara Municipal;

III – qualificada, sempre que necessitar dos votos de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º As deliberações do Plenário somente poderão ser efetuadas com a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, para ser aprovada, exige a deliberação favorável, em dois turnos, da maioria qualificada de dois terços dos Vereadores da Câmara Municipal.

§ 4º As Leis Complementares, para serem aprovadas e modificadas, exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal.

#### TÍTULO IV

##### O PROCESSO LEGISLATIVO

##### CAPÍTULO I

##### DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

##### Seção I

##### Disposições Preliminares



Art. 129. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário.

§1º. São espécies de proposições:

I - Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município;

II - Projeto de Lei Complementar;

III - Projeto de Lei Ordinária;

IV - Projeto de Decreto Legislativo;

V - Projeto de Resolução;

VI - Moção;

VII - Requerimento;

VIII - Recurso;

IX - Emendas e Substitutivos;

X – Indicações.

§2º As proposições somente terão sua tramitação iniciada após seu encaminhamento também por meio eletrônico.

Art. 130. Podem ser autores de proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

I - o Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – a Mesa Diretora da Câmara Municipal;

III – qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara Municipal;

IV – os Vereadores, individualmente ou em conjunto;

V – a população do Município, nos casos e conforme os requisitos definidos na Lei Orgânica Municipal e nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara Municipal depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria absoluta dos seus membros.

§ 2º Os projetos de iniciativa popular serão defendidos em Plenário por qualquer Vereador.

§ 3º Os projetos de leis e as propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal de autoria do Poder Executivo Municipal serão defendidos em Plenário pelo líder do governo na Câmara Municipal, e as demais pelos seus autores.

§ 4º Todas as proposições deverão ser encaminhadas também por meio eletrônico.

§ 5º As proposições deverão ser protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal, devendo ser incluídas na pauta da sessão ordinária subsequente a sua apresentação.

§ 6º As proposições, cuja redação estiver em desacordo com a técnica legislativa definida na legislação federal, serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§ 7º Se o autor da proposição não se conformar com a decisão, poderá requerer a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

§ 8º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§ 9º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§ 10 São de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir determinado número de subscritores.

§ 11 As proposições deverão apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§ 12 Somente ao autor caberá o direito de retirada das suas proposições, o que deverá fazer por escrito, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

§ 13 A retirada de proposições será aceita até a fase de sua discussão em Plenário.

§ 14 Se a proposição tiver parecer favorável de todas as Comissões competentes, somente o Plenário deliberará sobre a sua retirada.

§ 15 A solicitação de encerramento da tramitação de proposição de iniciativa de Comissão ou da Mesa Diretora somente poderá ser feita a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do respectivo colegiado.

§ 16 Finda a legislatura, serão arquivadas todas as proposições que

estiverem em tramitação na Câmara Municipal.

§ 17 As proposições poderão ser desarquivadas mediante requerimento escrito do autor, dos autores ou de Comissão Permanente na legislatura subsequente.

§ 18 Quando por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

Seção II

Da Indicação

Art. 131. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo.

Art. 132. Desde que elaborada em conformidade com o artigo anterior, a indicação será encaminhada à Mesa, que dará ciência ao Plenário para, em seguida, transmiti-la ao destinatário.

Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será discutido e votado no prolongamento do expediente.

Seção III

Do Pedido de Informação

Art. 133. Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação sobre atos ou fatos atribuídos aos demais Poderes, cuja fiscalização seja de interesse ao Poder Legislativo no exercício de suas atribuições constitucionais ou sobre matéria em tramitação na Casa.

§ 1º Recebido o pedido de informação, será lido no expediente e encaminhado, independentemente de deliberação do Plenário, ao Poder ou órgão respectivo.

§ 2º Encaminhado o pedido de informação, se não for atendido no prazo de trinta dias, será reiterado pelo Presidente da Câmara sempre que solicitado pelo autor.

§ 3º Não cabem em pedido de informação providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.

§ 4º A Mesa tem a faculdade de não receber pedido de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário.

§ 5º O pedido de informação será sempre por escrito e deverá ser protocolado até o final do expediente da Secretaria do primeiro dia útil anterior ao da sessão.

§ 6º O descumprimento do pedido de informações configura crime e infração político-administrativa, na forma da lei federal vigente.

Seção IV

Das Proposições em Espécie

Subseção I

Das Propostas de Emenda à Lei Orgânica

Art. 134. Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 135. A Lei Orgânica Municipal será emendada ou alterada mediante proposta:

I – de no mínimo um terço dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito.

III – de comissão especial criada para essa finalidade.

§ 1º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez dias.

§ 2º Somente será considerada aprovada a proposta que obtiver em ambos os turnos dois terços dos respectivos membros, em votação nominal e aberta.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem, no prazo de dez dias, devendo ser enviada cópia ao Prefeito e ao Juiz de Direito Diretor da Comarca.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda:

I - que ferir o princípio federativo;

II - que atentar contra a separação dos Poderes.

§ 6º A emenda à Lei Orgânica não poderá ser proposta na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

#### Subseção II

##### Dos Projetos de Lei

Art. 136. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal e sujeita a sanção do Prefeito.

§ 1º Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas no § 2º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal, exigindo para sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º Para aprovação do Projeto de Lei Ordinária será exigido em votação única o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

#### Subseção III

##### Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 137. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal e destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão das contas públicas;

II - concessão de títulos honoríficos e demais honrarias;

III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

IV - suspensão de decretos do Poder Executivo que extrapolem o seu poder regulamentador;

V - cassação de mandatos;

VI - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma do artigo art. 23, inciso V e art. 63, inciso XXXII da Lei Orgânica Municipal.

VII - demais assuntos de efeitos externos.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo será exigido em votação única o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

#### Subseção IV

##### Dos Projetos de Resolução

Art. 138. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara Municipal não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgado pelo Presidente da Câmara e destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão de recurso;

II - destituição de membro da Mesa Diretora;

III - normas regimentais;

IV - concessão de licença a Vereador;

V - conclusão de Comissões Temporárias;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos de efeitos internos;

VII - organização dos serviços da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Para aprovação do Projeto de Resolução será exigido em votação única o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

#### Subseção V

##### Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de moção a de aplauso, apoio, apelo, ou repúdio e pesar.

Art. 140. A Moção deverá ser sempre por escrito, subscrita por qualquer Vereador, incluindo-se o Presidente, e protocolada até o final do expediente da Secretaria no dia anterior ao da sessão para ser lida no expediente do dia, podendo ser votada na mesma sessão ou na sessão seguinte, independente de parecer da Comissão, sendo apreciada em discussão e votação única, considerando-se aprovada caso obtenha o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

#### Subseção VI

##### Dos Requerimentos

Art. 141. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito feito por

Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara Municipal sobre qualquer assunto, sendo que os Requerimentos por escrito deverão ser protocolados até o final do expediente da Secretaria no dia anterior ao da sessão para serem lidos no Expediente do Dia, podendo ser votados na mesma sessão ou na sessão seguinte.

Parágrafo único. Quanto à competência para decidi-los, os requerimentos são:

a) sujeitos apenas a despacho da Mesa; ou

b) sujeitos a deliberação do Plenário.

Art. 142. Serão da alçada do Presidente da Câmara Municipal e verbais os Requerimentos que solicitem:

I - palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - envio de votos de pesar por falecimento;

IV - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito ainda não submetido a deliberação do Plenário;

V - verificação de quorum para discussão ou votação;

VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal relacionados com a proposição em discussão no Plenário;

VIII - encaminhamento de votação.

Art. 143. Serão da alçada do Presidente da Câmara Municipal e escritos os

Requerimentos que solicitarem:

I - renúncia de membro da Mesa da Câmara Municipal;

II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;

V - informações ao Poder Executivo, bem como a qualquer de seus órgãos ou entidades, sempre dirigidos ao Prefeito;

VI - arquivamento de proposição;

VII - desarquivamento de proposições, respeitadas as disposições contidas neste Regimento Interno.

§ 1º O Presidente é soberano na decisão sobre os Requerimentos citados neste e no artigo 142.

§ 2º O Presidente fica desobrigado a fornecer as informações solicitadas quando informado pela assessoria da Mesa Diretora haver pedido anteriormente formulado pelos Vereadores sobre o mesmo assunto e já respondido em prazo não superior a trinta dias.

Art. 144. Serão da alçada do Plenário, verbais e votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os Requerimentos que solicitarem:

I - destaque de matéria para votação;

II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou secreta;

III - adiamento de discussão e de votação;

IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

V - prorrogação da sessão para concluir a discussão ou votação das matérias da Ordem do Dia.

Art. 145. Serão da alçada do Plenário, escritos e votados sem discussão e sem encaminhamento de votação, os Requerimentos que solicitarem a alteração da pauta da Ordem do Dia.

Art. 146. Serão da alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os Requerimentos que solicitarem:

I - votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;

II - arquivamento de proposição;

III - inserção de documentos em ata;

IV - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;

V - regime de urgência, que não os requeridos pelo Prefeito;

VI - constituição das Comissões.

Parágrafo único. Os requerimentos a que se referem os incisos deste artigo serão aprovados por maioria simples.

Art. 147. Os requerimentos ou petições de entidades ou munícipes serão lidos no Expediente do Dia e encaminhados ao Presidente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido

encaminhamento.

Art. 148. As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara Municipal sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às Comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação pelo Plenário.

#### Subseção VII

##### Das Portarias

Art. 149. A Portaria é ato administrativo emanado da Mesa Diretora destinada a:

I - expedição de orientações gerais ou especiais aos servidores da Câmara Municipal;

II - designação de servidores para o desempenho de funções especiais;

III - abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IV - nomeação, exoneração e afastamento de servidores da Câmara Municipal.

#### Subseção VIII

##### Dos Recursos ao Plenário

Art. 150. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa Diretora cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 151. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois dias úteis, contados da ciência da decisão.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo no mesmo prazo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de dois dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária seguinte para deliberação pelo Plenário.

§ 3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

#### Subseção IX

##### Das Emendas e dos Substitutos

Art. 152. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visam a alterar o projeto a que se referem.

§ 1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

I - emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto principal;

II - emenda substitutiva ou subemenda é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda;

III - emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra;

IV - emenda modificativa pode ampliar restringir e corrigir expressões ou partes dos projetos ou substitutivos.

§ 2º As emendas das Comissões somente serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou em Plenário durante a discussão da matéria, desde que subscritas pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§ 4º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

§ 5º A emenda à redação final somente será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 153. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão Permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não será permitido aos Vereadores, à Comissão

ou à Mesa apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

## CAPÍTULO II

### DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 154. As proposições protocoladas vinte e quatro horas anteriores ao início da sessão serão lidas e despachadas pelo Presidente, que as encaminhará à consultoria jurídica ou administrativa e indicará as Comissões Legislativas Permanentes competentes para análise da matéria.

§ 1º Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da consultoria jurídica ou parlamentar, sendo encaminhados imediatamente às Comissões Permanentes.

§ 2º Os projetos serão apreciados inicialmente pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;

II - delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;

III - faça referência a Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - contiver expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º Sobrevindo parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão subsequente.

§ 4º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade da matéria implicará o arquivamento do projeto.

§ 5º Rejeitado o parecer, o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das Comissões competentes.

§ 6º Após haver tramitado na Comissão de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo, o projeto retornará à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo encaminhado diretamente à Mesa Diretora para sua inclusão na Ordem do Dia.

§ 7º O projeto que receber parecer contrário da Comissão de mérito competente para a sua apreciação será tido como rejeitado.

Art. 155. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador ou de ofício, fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 156. Todos os pareceres serão disponibilizados por meio eletrônico aos Vereadores até três horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário, votado apenas o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Art. 157. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 158. Os projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentados na mesma sessão legislativa se contarem com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 159. Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensadas para a tramitação.

Art. 160. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

#### Seção II

##### Da Discussão e da Votação

#### Subseção I



### Disposições Preliminares

Art. 161. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 162. O processo de discussão da proposição inicia-se com a discussão dos pareceres oferecidos pelas Comissões, passando-se imediatamente à discussão do mérito do projeto propriamente dito.

Art. 163. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 164. As proposições serão submetidas a turno único de votação, excetuadas as Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Município, que serão objeto de duas discussões e votações, com interstício mínimo de dez dias entre a primeira e a segunda votação. Parágrafo único. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 165. Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, será o Vereador considerado impedido e fará comunicação neste sentido, por escrito, à Mesa, sendo seu voto considerado em branco para efeito de quorum.

§ 1º O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

§ 2º Nos demais casos o Vereador poderá escusar-se de votar, registrando simplesmente abstenção, sendo computada a sua presença para efeito de quorum.

### Subseção II

#### Dos Processos de Votação

Art. 166. São três os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal;

III - secreto.

Art. 167. O processo nominal e aberto será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo constitucional, regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 168. No processo simbólico de votação os Vereadores que pretender em aprovar a matéria deverão permanecer sentados, ficando em pé aqueles que votarem contrariamente à proposição.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente à proposição.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação será feita por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado, sem que conste na ata, ou de qualquer outro documento ou regimento que identifique o voto.

Art. 169. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responder "APROVO ou SIM" ou "NÃO ou NÃO APROVO", conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente à proposição.

Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado na ata da sessão.

Art. 170. A votação por escrutínio secreto será praticada mediante cédula impressa ou datilografada, recolhida em urna à vista do Plenário, nos seguintes casos:

I - perda de mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, quando for julgado pelo Plenário;

II - veto;

III - concessão de título honorífico e demais honrarias.

Art. 171. Nas votações pelo processo secreto serão observadas as seguintes normas:

I - utilização de sobrecartas, que são cédulas assinadas pelo Presidente;

II - utilização de cédulas impressas;

III - o Presidente votará em primeiro lugar, seguido pelo Secretário que estiver à Mesa;

IV - os Vereadores votarão à medida que forem sendo chamados;

V - o Vereador que se atrasar votará por último, avisando o Presidente;

VI - encerrada a votação, o Presidente anunciará o número de Vereadores votantes;

VII - para efeito de quorum para a votação serão computados apenas os votos efetivamente depositados na urna, contado o número

de sobrecartas;

VIII - para realizar a apuração dos votos, o Presidente designará, além de um Secretário da Mesa, mais dois Vereadores, sendo um representante da situação e outro representante da oposição;

IX - contadas as sobrecartas, o Presidente anunciará se confere o número de votantes com o número de sobrecartas e, se afirmativo, informará o quorum;

X - o Presidente dará por nula a votação pelo processo secreto que não conferir o número de votantes com o número de sobrecartas ou que não atingir o quorum mínimo, em cada caso, para que seja procedido ao escrutínio dos votos;

XI - no caso de a votação por escrutínio secreto não atingir o quorum mínimo, o Presidente suspenderá a sessão pelo prazo de dez minutos, retomando os trabalhos após, para nova votação, a qual, se não verificado o quorum mínimo, será adiada para a sessão seguinte.

### Subseção III

#### Encaminhamento de Votação

Art. 172. Anunciada uma votação, é lícito ao Vereador líder de bancada, autor ou relator, usar da palavra para encaminhá-la, pelo prazo de três minutos, ainda que se trate de proposição não sujeita a discussão ou que esteja em regime de urgência.

§ 1º As questões de ordem e quaisquer incidentes supervenientes serão computados no prazo de encaminhamento do orador, se suscitados por ele ou com sua permissão.

§ 2º Nenhum Vereador poderá falar mais de uma vez para encaminhar votação de proposição principal ou acessória.

§ 3º Requerida a votação de uma proposição por partes, será lícito encaminhar a votação de cada parte.

§ 4º O encaminhamento de votação não é permitido nas votações secretas, eleições e nos requerimentos.

### Subseção IV

#### Dos Destaques

Art. 173. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§ 2º O requerimento escrito de destaque, assinado pelo mínimo um terço dos membros desta Casa Legislativa, só será admitido antes de iniciada a votação.

### Subseção V

#### Da Votação das Emendas e da Redação Final

Art. 174. Havendo emendas, estas serão votadas preferencialmente aos respectivos substitutivos, bem como ao projeto original.

§ 1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§ 2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o § 1º deste artigo.

§ 3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§ 4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.

§ 5º Os substitutivos serão votados preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

Art. 175. Terminada a votação, os projetos irão à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para a elaboração da redação final e recebimento de parecer sobre a avaliação do processo legislativo.

§ 1º É obrigatória a elaboração da redação final da proposição aprovada, com as respectivas emendas também aprovadas, não sendo admitida sua dispensa em nenhuma hipótese.

§ 2º A redação final será elaborada na mesma sessão ou em até duas sessões para os projetos em tramitação ordinária, e uma sessão para aqueles em regime de urgência.

§ 3º No caso de a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final apresentar proposta de saneamento de irregularidade no trâmite da matéria, ficará a proposição sobrestada até que o Plenário delibere sobre a proposta da Comissão.

§ 4º O prazo da Comissão para a apresentação da proposta será o mesmo da redação final da proposição.

§ 5º Quando, após a aprovação da redação final, verificar-se inexistência do texto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final procederá à respectiva correção, e a Mesa dará conhecimento ao Plenário e fará a devida comunicação ao Prefeito, se o projeto já tiver sido encaminhado a sanção, e não havendo impugnação considerará aceita a correção.

§ 6º Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de cinco dias para encaminhar o autógrafo a sanção.

§ 7º Se, no prazo estabelecido, o Presidente não encaminhar o autógrafo, o seu substituto regimental o fará.

§ 8º As resoluções da Câmara serão promulgadas pelo Presidente em até cinco dias após a aprovação da redação final, sendo que, se não o fizer, caberá ao Vice-Presidente exercer essa atribuição.

#### Subseção VI

##### Da Verificação da Votação

Art. 176. É lícito ao Vereador solicitar a verificação do resultado da votação simbólica ou nominal se não concordar com aquele proclamado pelo Presidente.

§ 1º Requerida a verificação de votação, será procedida à contagem, sempre pelo processo nominal.

§ 2º Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 3º Requerida a verificação, nenhum Vereador poderá ingressar ou ausentar-se do Plenário até ser proferido o resultado.

#### Subseção VII

##### Do Adiamento

Art. 177. O adiamento da votação da proposição poderá ser formulado até o momento anterior à votação da matéria em Plenário, por meio de requerimento verbal ou escrito, devendo ser especificado o número de sessões ordinárias do adiamento proposto, não superior a três sessões.

§ 1º O requerimento de adiamento é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira até que o Plenário delibere sobre o mesmo.

§ 2º Somente o orador poderá propor o requerimento de adiamento, podendo assim proceder no momento em que estiver discutindo a matéria.

§ 3º A proposição de adiamento será votada pelo Plenário, e se rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 2º deste artigo, não se admitirão novos pedidos de adiamentos com a mesma finalidade.

§ 4º O adiamento da votação somente poderá ser concedido por duas vezes para uma mesma proposição.

§ 5º Não admite adiamento de votação a proposição em regime de urgência.

#### Subseção VIII

##### Do Arquivamento das Proposições

Art. 178. O arquivamento de proposição se dará até o encerramento da sua discussão:

I - a requerimento escrito proposto pelo autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente, desde que o projeto não tenha recebido emenda ou substitutivo;

II - pelo Líder da Bancada no caso do inciso anterior, desde que ouvido o Plenário;

III - por requerimento escrito do autor ou do líder da bancada, sujeito a deliberação do Plenário quando a proposição tenha recebido emendas ou substitutivos.

§ 1º As proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§ 2º As proposições arquivadas na forma deste artigo somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no período legislativo subsequente, que terá preferência para a nova proposição.

Art. 179. No início de cada legislatura serão arquivados os processos

relativos às proposições que na data de encerramento da legislatura anterior não tenham sido submetidas a discussão.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às proposições de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar à tramitação regimental, desde que assim o requeira o líder da bancada ou seu autor.

§ 3º Em proposição de autoria da Mesa Diretora ou das Comissões Permanentes, a volta à tramitação ocorrerá por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§ 4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário da Comissão de Mérito.

### CAPÍTULO III

#### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

##### Seção I

##### Do Orçamento Público

##### Subseção I

##### Disposições Preliminares

Art. 180. Respeitadas as disposições expressas neste Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, serão aplicadas, no que couberem, as normas estabelecidas no Regimento para os demais projetos de lei.

Art. 181. Quando o projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de sessão ordinária, esta comportará duas fases:

I – expediente do Dia;

II – ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como primeiro item, seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

##### Subseção II

##### Do Processo Legislativo Orçamentário

Art. 182. O projeto do Plano Plurianual - PPA, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será recebido até 30 de Junho do primeiro exercício financeiro do Governo Municipal empossado e devolvido para sanção até o encerramento do ano legislativo.

Art. 183. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO será recebido até 30 de Agosto de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período ordinário semestral do ano legislativo, que não poderá ser interrompido antes de sua aprovação em Plenário.

Art. 184. O projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA será recebido até 30 de Outubro de cada exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Art. 185. Recebidos do Poder Executivo os projetos de lei de Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento Anual - LOA, o Presidente determinará a autuação do projeto, independente de leitura, sendo desde logo enviado à Comissão de Orçamento e Finanças, providenciando-se ainda a sua publicação e a distribuição de avulsos por meio eletrônico aos Vereadores.

§ 1º A Comissão referida no caput apresentará, no prazo máximo de dez dias de seu recebimento, parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§ 2º O Prefeito poderá enviar mensagem retificativa à Câmara Municipal para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário até a apresentação do parecer final pela Comissão de Orçamento e Finanças

Art. 186. Os projetos de que trata o artigo anterior serão incluídos na Ordem do Dia da sessão legislativa seguinte para discussão e votação em turno único.

§ 1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§ 2º A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria como discussão encerrada, poderá ser solicitada palavra para encaminhamento da votação, por meio do líder do partido ou do bloco, que poderá falar apenas uma vez para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§ 3º Aprovado o projeto com emendas, retornará à Comissão de Orçamento e Finanças para dentro do prazo máximo e improrrogável

de cinco dias elaborar a redação final, findo o qual será submetida a deliberação do Plenário.

§ 4º O Presidente prorrogará de ofício as sessões até a finalização da discussão e votação da matéria.

§ 5º A apreciação de projetos que visem alterar as leis orçamentárias vigentes tramitarão ordinariamente na forma deste Regimento. Art. 187. A Câmara não entrará em recesso sem que tenha aprovado, respectivamente, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o projeto de Lei do Orçamento Anual - LOA.

#### Seção II

##### Da Consolidação das Leis

Art. 188. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§ 1º O processo de consolidação será regido por lei complementar municipal própria.

§ 2º A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 3º Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

#### Seção III

##### Da Tomada de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal

Art. 189. Tendo a Câmara Municipal recebido parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município, o Presidente determinará o envio do processo à Comissão de Orçamento e Finanças, que terá o prazo de trinta dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou pela rejeição das contas.

§ 1º Aos Vereadores cabe encaminhar à Comissão de Orçamento e Finanças no prazo do caput deste artigo, pedidos de informações sobre determinados pontos da prestação de contas.

§ 2º A Comissão de Orçamento e Finanças, para exarar parecer sobre as contas ou para responder os pedidos de informação dos Vereadores sobre a matéria, poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar documentos na Prefeitura pertinentes ao assunto.

§ 3º O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação aberta, ficando assegurado ao prestador das contas o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo requerer produção de provas e sustentação oral no dia da sessão de julgamento pelo prazo máximo de até sessenta minutos, inclusive sendo-lhe facultada a constituição de advogado para representá-lo em todas as etapas da apreciação e do julgamento das suas contas anuais.

§ 4º O quorum para rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas é de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 5º Não serão admitidas emendas ao projeto de decreto legislativo sobre o julgamento das contas do Município.

§ 6º Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos da discordância.

§ 7º A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo, e se rejeitadas as contas, deverá remetê-las imediatamente ao Ministério Público para as providências devidas.

§ 8º É vedado à Câmara julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 9º O julgamento das contas do Prefeito será realizado em até sessenta dias, contados da data da sessão em que for procedida a leitura do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 10 Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se proceda à votação.

§ 11 Na apreciação das contas, a Câmara Municipal poderá, em deliberação por maioria simples, converter o processo em diligência ao Prefeito do exercício correspondente, abrindo vistas pelo prazo de trinta dias para que sejam prestados os esclarecimentos

julgados convenientes.

§ 12 A Câmara Municipal poderá, antes do julgamento das contas, em deliberação por maioria simples, de posse dos esclarecimentos prestados pelo Prefeito, ou à vista de fatos novos que evidenciem indícios de irregularidades, devolver o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reexame e novo parecer.

§ 13 O prazo previsto no § 9º interrompe-se durante o recesso da Câmara Municipal e suspende-se quando o processo sobre as contas for devolvido ao Tribunal de Contas do Estado para reexame e novo parecer.

Art. 190. À Câmara Municipal cabe o controle financeiro externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo o acompanhamento e o controle da execução orçamentária e do patrimônio e a apreciação e julgamento das contas do Município.

§ 1º O Prefeito encaminhará à Câmara, até o dia 30 de cada mês, as contas do Município relativas ao mês anterior.

§ 2º O Prefeito encaminhará à Câmara as contas anuais do Município até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

§ 3º Se até o prazo do artigo anterior não tiverem sido apresentadas as contas do Município à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, a Comissão de Orçamento e Finanças o fará em trinta dias.

§ 4º As contas anuais do Município ficarão disponíveis durante todo o exercício na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

#### Seção IV

##### Da Declaração de Utilidade Pública

Art. 191. O projeto de lei para a declaração de utilidade pública municipal a entidades civis sem fins lucrativos será acompanhado dos seguintes documentos:

I – certidão de registro público;

II – cópia autêntica da ata de fundação;

III – cópia autenticada do seu estatuto, que comprove o fim social da entidade quanto ao seguinte, alternativamente:

a) filantropia;

b) assistência a pessoas portadoras de deficiência;

c) assistência a trabalhadores;

d) assistência médica-sanitária;

e) ensino;

f) ecologia;

g) civismo;

) cultura, arte, ciência;

i) esporte, recreação, educação física;

j) assistência à maternidade, à infância, à velhice;

IV – relatório, assinado pelo Presidente, das atividades da instituição nos últimos doze meses;

V – declaração de que seus dirigentes não são remunerados;

VI – cópia de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ.

#### Seção V

##### Da Concessão de Títulos Honoríficos

##### Subseção I

##### Disposições Preliminares

Art. 192. A entrega dos títulos honoríficos será feita em sessão solene especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único. Poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

Art. 193. Para discutir o projeto de Decreto para concessão de título honorífico, cada Vereador poderá dispor de até cinco minutos.

Art. 194. Os signatários serão considerados fiadores das qualidades excepcionais da pessoa que se desejar homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado e não poderão retirar suas assinaturas depois de recebida a proposição pela Mesa.

##### Subseção II

##### Título de Cidadão Honorário

Art. 195. A Câmara Municipal poderá conceder título honorífico a



personalidades nacionais ou estrangeiras, radicadas no País, comprovadamente dignas da honraria, mediante decreto legislativo aprovado em votação secreta de no mínimo dois terços dos seus membros.

Parágrafo único. O projeto de concessão de título honorífico deverá vir acompanhado, como registro essencial, de circunstanciada biografia da pessoa que se deseja homenagear.

Art. 196. Cada Vereador poderá figurar como primeiro signatário em proposição que vise à concessão de título de cidadão honorário apenas duas vezes por Legislatura.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput do presente artigo os casos de rejeição ou pedido de arquivamento da matéria em questão, oportunidade em que o autor poderá oferecer novo projeto desta natureza.

#### Seção VI

Das Alterações e da Reforma do Regimento Interno

Art. 197. O projeto de resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno somente será admitido quando proposto:

- a) por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- b) pela Mesa;
- c) pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; ou
- d) por Comissão Especial para esse fim constituída.

§ 1º. O projeto de Resolução a que se refere este artigo será dado por definitivamente aprovado caso seja obtido o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, em votação única.

§ 2º Este Regimento poderá ser revisado, após a sua promulgação, por deliberação de maioria absoluta do Plenário, mediante discussão e votação.

#### Seção VII

Da Urgência

Art. 198. A urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de interesse público relevante, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Art. 199. A urgência poderá ser determinada:

- I - pela Mesa, em projetos de sua autoria, por decisão da maioria de seus membros e aprovados por dois terços do Plenário;
- II - a requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores, aprovado por dois terços do Plenário;
- III - pelo Prefeito.

Parágrafo único. A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Prefeito depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

Art. 200. Os projetos com regime de urgência sujeitam-se ao seguinte procedimento:

- I - numerados e protocolados, serão encaminhados à consultoria jurídica, independente da leitura resumida no Expediente do Dia;
- II - instruídos com o parecer da consultoria jurídica, que terá prazo improrrogável de cinco dias, serão encaminhados às Comissões Permanentes competentes, que deverão formar juízo sobre a matéria em prazo improrrogável de quinze dias;
- III - instruídos com os pareceres das Comissões ou vencido o prazo para tal, serão encaminhados à Ordem do Dia da sessão imediata para votação;

Art. 201. Esgotado o prazo de trinta dias de seu recebimento pela Câmara sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação.

Parágrafo único. As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação.

Art. 202. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência as propostas de emenda à Lei Orgânica, os projetos de lei oriundos do Poder Executivo que versem sobre matéria orçamentária e os projetos de lei complementar.

Art. 203. Aplica-se a esta seção, no que couberem, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

#### Seção VIII

Da Apreciação dos Vetos

Art. 204. Recebido o veto do Prefeito, este será lido em Plenário, sendo despachado para autuação e análise imediata da consultoria jurídica, que terá prazo improrrogável de cinco dias para apresentar seu parecer instrutivo.

Parágrafo único. Instruído com o parecer da consultoria jurídica, o veto será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que terá prazo improrrogável de dez dias para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na Ordem do Dia da sessão imediata.

Art. 205. Não sendo apreciado no prazo legal de trinta dias, proceder-se-á conforme o disposto no § 6º do artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

#### TÍTULO V

##### DAS SESSÕES

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 206. As sessões da Câmara Municipal serão:

- I - ordinárias;
- II - extraordinárias;
- III - solenes;
- IV - especiais.

Art. 207. O recinto do Plenário é, em sessão, privativo de:

- I - Vereador;
- II - convidados em visitas oficiais;
- III - servidores da Câmara Municipal, quando em serviço de interesse específico, em auxílio à Mesa Diretora, podendo inclusive manifestar-se para prestar quaisquer esclarecimentos que a Mesa ou qualquer Vereador solicitarem;
- IV - cidadãos autorizados pela Mesa Diretora.

Art. 208. Ausente à hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a Presidência da sessão o Vereador mais idoso dentre os presentes, que convocará outros para secretariá-lo. Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a sessão até que compareça membro titular da Mesa Diretora, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 209. A sessão poderá ser suspensa:

- I - pelo Presidente:
  - a) no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da Ordem do Dia;
  - b) por ordem judicial;
- II - por decisão do Plenário, a requerimento verbal sumário, para:
  - a) reunião de comissão interna, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;
  - b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da sessão.

§ 1º A suspensão levada a efeito pelo Presidente, nos casos previstos na alínea "a" do inciso I, será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado à sessão, que terá a sua duração regular.

§ 2º A suspensão deliberada pelo Plenário, nos casos previstos no inciso II, terá duração máxima de trinta minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado à sessão.

Art. 210. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões, desde que não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, sendo vedada a interpelação aos Vereadores.

§ 1º O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente ou evacuar o recinto reservado à comunidade.

§ 2º Não haverá sessão em caráter secreto.

Art. 211. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§ 1º Para os fins deste artigo, o livro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário escrever, com tinta vermelha, os nomes dos Vereadores ausentes nos locais destinados a sua assinatura.

§ 2º Ao final da sessão, o Secretário fará constar do livro de presença os nomes dos Vereadores que, embora o tenham assinado até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e

das votações, retirando-se da sessão.

§ 3º A verificação de presença constará dos anais da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO II

### DA SESSÃO ORDINÁRIA

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 212. A Câmara Municipal de Guarujá do Sul realizará mensalmente, sessões ordinárias, independentemente de convocação, sempre nas segundas-feiras.

§ 1º Recaindo os dias de sessão em feriados ou ponto facultativo, a sessão será realizada no dia útil imediato, salvo se o Plenário, por resolução, houver fixado dia diverso a requerimento de qualquer Vereador.

§ 2º A Câmara Municipal não realizará mais de uma sessão ordinária por dia.

Art. 213. As sessões ordinárias terão início às dezenove horas, mediante presença de um terço dos Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

Art. 214. Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze minutos, prazo este em que persistindo a ausência de Vereadores, dar-se-á por encerrada a sessão, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 215. À hora regimental o Presidente declarará aberta a sessão.

Art. 216. A sessão ordinária divide-se em três partes sucessivas:

I - Expediente do Dia;

II - Ordem do Dia;

III - Palavra Livre e uso da tribuna.

Parágrafo único. A sessão será encerrada antes da hora regimental, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do Expediente do Dia, nos seguintes casos:

I - falta de quorum regimental para abertura ou continuação dos trabalhos;

II - em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito no mínimo por um terço dos Vereadores;

III - tumulto grave; ou

IV - determinação judicial.

#### Seção II

##### Do Expediente do Dia

Art. 217. O Expediente do Dia destina-se a:

I - aprovação da ata da sessão anterior, ficando dispensada a leitura, salvo se houver requerimento verbal de pelo menos um terço dos Vereadores presentes;

II - leitura resumida dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal, para os quais seja necessário dar a devida publicidade;

III - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa ou de Comissão;

IV - outros comunicados a juízo do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os Vereadores poderão solicitar a remessa por via eletrônica dos documentos apresentados no expediente.

Art. 218. Findo o expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

#### Seção III

##### Da Ordem do Dia

Art. 219. A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos, moções e recursos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II - proposições aptas, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas Comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente da Câmara na pauta da Ordem do Dia.

§ 1º Quando no curso de uma votação de projeto específico esgotar-se o tempo destinado à Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§ 2º A pauta da sessão deverá estar à disposição dos Vereadores por meio eletrônico e com antecedência mínima de duas horas do início da sessão.

Art. 220. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 221. As matérias incluídas na pauta deverão ser agrupadas conforme o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

a) vetos e emendas;

b) projetos do Poder Executivo com pedido de urgência;

c) projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

d) projetos do Poder Legislativo;

II - matérias com urgência parlamentar;

III - parecer de redação final;

IV - demais matérias ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

Art. 222. A Ordem do Dia só será modificada no caso de:

I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo líder do governo na Câmara Municipal, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;

II - inserção de projetos que estejam em regime de urgência;

III - inversão de pauta;

IV - determinação judicial.

Art. 223. A Ordem do Dia terá item único no caso de discussão e votação dos projetos de leis que tratem das matérias orçamentárias.

#### Seção IV

##### Da Palavra Livre

Art. 224. A palavra livre será dividida proporcionalmente entre Vereadores, partidos ou blocos com assento na Câmara Municipal, sendo no máximo utilizada por dez minutos para cada um, mesmo que os demais Vereadores, partidos ou blocos não utilizem o tempo, de acordo com o número respectivo de Vereadores integrantes, e será destinada aos pronunciamentos dos oradores, conforme relação de rodízio dos vereadores em anexo à Mesa Diretora, para falar sobre:

I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;

II - questões de interesse público do Município;

III - outras questões de interesse relevante.

Parágrafo único. A ordem dos pronunciamentos obedecerá à ordem dos Vereadores de que trata o caput, podendo, entretanto, ser alterada mediante comunicado dos interessados ao Presidente.

Art. 225. Já não havendo orador ou esgotado o tempo destinado à palavra livre ou à tribuna, será encerrada a palavra livre.

#### Seção V

##### Da Tribuna da Câmara

Art. 226. A Câmara Municipal poderá conceder, nas sessões ordinárias, à tribuna da Câmara Municipal, aos cidadãos e a entidades representativas do Município oportunidade em que poderão dispor de até dez minutos para discorrer sobre assuntos de interesse do Município.

§ 1º O tempo previsto será distribuído entre até três oradores devidamente inscritos mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal com indicação e justificativa do assunto de interesse público a ser tratado, protocolado com antecedência mínima de vinte e quatro horas da sessão ordinária, desde que comprovada a qualidade de cidadão com documento de identificação e título de eleitor, e se entidade, comprovada sua regularidade por meio da apresentação de seu Estatuto Social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou o assunto a ser discorrido e a inscrição de seu representante.

§ 2º O tempo inutilizado na forma do parágrafo anterior será destinado à palavra livre.

## CAPÍTULO III

### DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 227. A sessão extraordinária ocorrerá a qualquer tempo, vedado apenas iniciá-la no horário reservado à sessão ordinária.

Art. 228. A convocação da sessão extraordinária, sempre justificada, será feita:

- I - pelo Presidente da Câmara, durante o período ordinário;
- II - pelo Prefeito, no período ordinário e de recesso;
- III - por iniciativa da maioria absoluta dos Vereadores, em qualquer dos períodos.

§ 1º Para a realização de reunião extraordinária, deverá constar na convocação:

- a) a exposição de motivos;
- b) a matéria propriamente dita a ser apreciada.

§ 2º A convocação solicitada pelo Presidente da Câmara deverá ser feita com antecedência de:

- I - vinte e quatro horas, quando feita durante a reunião ordinária; neste caso a comunicação será inserida em Ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores presentes à reunião;
- II - três dias, quando feita, a convocação, por meio de expediente dirigido a cada Vereador.

§ 3º A convocação pelo Prefeito será feita mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, comunicando o período da convocação; de posse do ofício, o Presidente:

- I - durante o período ordinário de reuniões, procederá nos termos do § 2º deste artigo;
- II - durante o recesso, cientificará os Vereadores, com três dias de antecedência, por meio de citação pessoal.

§ 4º Na omissão do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente deverá cientificar diretamente os Vereadores, igualmente, com a antecedência mínima de três dias, por meio de citação pessoal.

§ 5º Durante a convocação extraordinária, será apreciada apenas a matéria que motivou a convocação, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação; será computada a ausência do Vereador para fins de extinção de mandato, na forma deste Regimento.

Art. 229. As sessões extraordinárias se realizarão com a seguinte sequência:

- I - chamada e verificação do quorum para início da reunião;
- II - abertura da reunião;
- III - leitura, discussão e votação da Ata, se for o caso;
- IV - leitura do motivo da reunião e do seu expediente específico da Ordem do Dia;
- V - ordem do Dia com matéria específica que gerou a reunião;
- VI - encerramento da reunião.

Parágrafo único. A autoconvocação da Câmara Municipal, no período de recesso parlamentar, será efetivada mediante ofício ao Presidente subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art. 230. Durante o período da convocação extraordinária, as Comissões Permanentes se reunirão conjuntamente para análise concomitante e definitiva das proposições objeto da convocação.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os pedidos de vista serão coletivos, pelo prazo máximo de vinte e quatro horas.

#### CAPÍTULO IV

##### DA SESSÃO SOLENE

Art. 231. A Sessão Solene, convocada pelo Presidente, destina-se a:

- I - instalação de legislatura;
  - II - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
  - III - entrega de títulos honoríficos e demais honrarias.
- § 1º A sessão solene será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminada.

§ 2º Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

§ 3º As sessões solenes não serão remuneradas.

#### CAPÍTULO V

##### DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 232. A sessão especial, convocada pelo Presidente, atendendo a requerimento de um terço dos Vereadores, aprovado por decisão de maioria absoluta do Plenário, destina-se à comemoração de fato histórico ou relevante para o Município e à realização de palestra

ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público, somente sendo admitida, neste caso, quando esgotado o tema no âmbito das Comissões.

Parágrafo único. A sessão especial será aberta pelo Presidente independentemente de quorum, tendo tempo de duração indeterminada.

#### CAPÍTULO VI

##### DO USO DA PALAVRA

Art. 233. O Vereador fará uso da palavra durante as sessões segundo as seguintes normas:

I - os Vereadores utilizarão da tribuna nos seguintes casos:

- a) como oradores, desde que devidamente inscritos;
  - b) para discussão de proposição ou de seus respectivos pareceres.
- Parágrafo único. Para as questões de ordem e apartes é dispensável a utilização da tribuna, podendo o Vereador utilizar da palavra diretamente de seu assento.

II - ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

III - a nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente;

IV - exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na tribuna;

V - se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente o advertirá, convidando-o a tomar assento;

VI - se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;

VII - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a secretaria deixará de apanhá-lo e serão desligados os microfones;

VIII - se o Vereador ainda insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente poderá suspendê-la;

IX - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", "Excelência", "Nobre Colega" ou "Vereador";

X - nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do poder público de forma descor- tês ou injuriosa.

Art. 234. As questões de ordem serão deferidas para:

- I - reclamar contra preterição de formalidade regimental;
- II - suscitar dúvida sobre interpretação do Regimento ou quando este for omissivo e propuser o melhor andamento dos trabalhos;
- III - na qualidade de líder, dirigir comunicação à Mesa Diretora;
- IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou
- V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara Municipal.

§ 1º Não se admitirão questões de ordem:

- I - quando, na direção dos trabalhos, o Presidente estiver com a palavra;
- II - na fase dos Expedientes do Dia;
- III - quando houver orador na tribuna; ou
- IV - quando o Plenário estiver em regime de votação.

§ 2º A questão de ordem deverá ser respondida preferencialmente de maneira imediata ou, não sendo possível, dentro da maior brevidade possível.

Art. 235. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§ 1º O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

- a) para que o Presidente dê conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da sessão e para colocá-lo em votação;
- b) para que o Presidente faça comunicação à Câmara Municipal de caráter urgente e inadiável;
- c) para que seja recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou
- d) para que o Presidente suspenda ou encerre a sessão em caso de tumulto grave.

§ 2º Quando, por qualquer motivo que não a concessão de apartes, o orador for interrompido em seu pronunciamento, o prazo de interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 236. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

- I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: três minutos;
- II - durante a palavra livre, o tempo atribuído a cada Vereador será dividido proporcionalmente, nos termos deste Regimento;
- III - na discussão de:
  - a) veto: cinco minutos;
  - b) parecer de redação final: três minutos;
  - c) projetos: três minutos;
  - d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: três minutos;
  - e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: cinco minutos;
  - f) processo de destituição da Mesa Diretora ou de membros da Mesa Diretora: cinco minutos para cada Vereador e vinte minutos para o Relator e para o denunciado;
  - g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: quinze minutos para cada Vereador e duas horas para o denunciado e/ou seu procurador;
  - h) recursos: cinco minutos;
  - i) moções: três minutos;
  - j) requerimentos: três minutos;
  - k) defesa do prestador de contas: uma hora;
- IV - para encaminhamento de votação: três minutos;
- V - para declaração de voto: dois minutos;
- VI - em questão de ordem: três minutos;
- VII - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou de empresas públicas, economia mista, autarquias e fundações e intendentess: três minutos;
- VIII - em aparte: dois minutos.

#### CAPÍTULO VII DOS APARTES

Art. 237. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na tribuna.

Art. 238. Não serão permitidos apartes:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II - paralelos e cruzados;
- III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, ou em questão de ordem;
- IV - quando o Vereador já tiver apartado o orador.

§ 1º Os apartes se subordinarão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.

§ 2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

#### CAPÍTULO VIII DAS ATAS

Art. 239. De cada sessão da Câmara Municipal será lavrada ata dos trabalhos contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário na sessão subsequente.

§ 1º A inserção de documentos em ata será objeto de requerimento subscrito por membros da Câmara Municipal e aprovado pela maioria do Plenário.

§ 2º Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a ata será colocada em votação.

§ 3º Não sendo contestado o pedido de retificação, a ata será aprovada com a modificação proposta.

§ 4º Não havendo consenso quanto à retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito.

§ 5º O pedido de impugnação da ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na sessão e será objeto de deliberação pelo Plenário.

§ 6º Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e pelos membros da Mesa Diretora.

Art. 240. A ata da última sessão da legislatura será redigida de

forma resumida para apreciação e aprovação na mesma sessão, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores presentes.

#### TÍTULO VI

##### DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 241. Os Secretários e titulares de órgãos da administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara Municipal para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, importando crime de responsabilidade, na forma da legislação federal em vigor, a ausência sem justificativa adequada.

§ 1º A convocação será feita por meio de requerimento, discutido e votado pelo Plenário.

§ 2º O requerimento limitará a convocação à matéria de competência privativa do convocado.

§ 3º Aprovado o requerimento de convocação, o presidente da Câmara Municipal expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento e determinando-lhe o dia e a hora de seu comparecimento, nos termos da Lei Orgânica do Município.

§ 4º No dia e hora estabelecidos, a Câmara reunir-se-á em Sessão Ordinária ou Extraordinária, com o fim específico de ouvir o convocado.

§ 5º O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação ao Prefeito.

Art. 242. Independentemente de convocação, poderão os Secretários e titulares dos órgãos da administração direta e indireta comparecer à Câmara Municipal, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§ 1º Na sessão ordinária ou extraordinária convocada para esse fim, o convocado fará uma exposição inicial sobre os motivos que levaram a comparecer à Câmara Municipal, respondendo a seguir às interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

§ 2º Ao comparecimento dos agentes à Câmara Municipal, nos termos do presente artigo, aplicam-se as disposições do artigo anterior.

Art. 243. Sempre que comparecerem à Câmara Municipal, os agentes mencionados terão assento à direita da Mesa Diretora.

Art. 244. Poderá o Prefeito comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuna expor pessoalmente.

Parágrafo único. Na sessão ordinária ou extraordinária convocada para este fim, o Prefeito fará uma exposição sobre os motivos que o levaram a comparecer à Câmara, respondendo às indagações que eventualmente sejam feitas pelos Vereadores.

#### TÍTULO VII

##### DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 245. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Parágrafo único. Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 246. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento Interno, bem como dos precedentes adotados, sob a forma de resolução.

#### TÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 247. A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como, preparará os expedientes de atendimento as requisições judiciais, independente de despacho, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 248. Salvo disposição regimental em contrário, os prazos assinalados em dias, sessões ou reuniões serão computados respectivamente como dias corridos, por sessões ordinárias da Câmara ou reuniões ordinárias das Comissões efetivamente realizadas, e os fixados por mês serão contados de data em data.



§ 1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 249. A Secretaria da Câmara Municipal fará reproduzir periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às entidades interessadas.

Art. 250. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, passando a surtir efeito a partir da data do término da correção da redação final; as preposições que já estiverem em andamento de tramitação seguirão pelo Regimento anterior até a publicação deste.

Art. 251. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n. 011/1990.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, 15 de Dezembro de 2015.

Em sua 13ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 2º período, 52º ano de sua instalação legislativa.

Alcione Roberto Straub	Mônica Regina Taube
Presidente	1ª Secretária

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 85.248.680/0001-10 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;

Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;

Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 75.398,56 (Setenta e cinco mil trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	ROBERTO ANTONIO TESSARO Sócio administrador CPF nº 518.086.929-34 Pela Empresa
Testemunhas:	

MARIANA COLUSSO FABRIN  
CPF nº 052.051.949-36

VERA LUCIA BILIBIO  
CPF nº 600.730.049-87

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;

Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;

Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 62.749,75 (Sessenta e dois mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.



NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	DAIANE ROSA Sócio administrador CPF nº 949.233.889-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021C/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001/94 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 59.826,03 (Cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais e três centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS Sócio administrador CPF nº 005.351.199-92 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021D/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021D/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ROBERTO MISTURA ME, inscrita no CNPJ nº 10.292.359/0001-33 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 35.432,70 (Trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	ROBERTO MISTURA Sócio administrador CPF nº 060.000.569-07 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021E/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021E/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 13.467.809/0001-70 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 27.101,75 (Vinte e sete mil cento e um real e setenta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	AIRTON SILVA DA MOTTA Sócio administrador CPF nº 947.328.769-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021F/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021F/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa NUTRI/SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 73.296,35 (Setenta e três mil duzentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	GISELE DOS SANTOS Sócio administrador CPF nº 037.326.939-02 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021G/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021G/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 18.941.818/0001-74 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 33.405,20 (Trinta e três mil quatrocentos e cinco reais e vinte centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	JACQUES BRIÃO MOREIRA Sócio administrador CPF nº 004.287.970-16 Pela Empresa
Testemunhas:	
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021H/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021H/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 09 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 13.965.228/0001-68 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;  
Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;  
Aline Praxmarer - Portaria nº 901/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;  
Regina Augusta Steffani Parize - Portaria nº 902/2015 – Secretaria de Educação;  
Gilmar José Dri – Portaria nº 1009/2015 – Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 4.577,29 (Quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município		LUIZ ANTONIO JUNKES Sócio administrador CPF nº 064.386.889-59 Pela Empresa
Testemunhas:		
MARIANA COLUSSO FABRIN CPF nº 052.051.949-36		VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

**CONVOCAÇÃO Nº 06 \_ ALINE BONEZ**

## Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora ALINE BONEZ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 019.350.680-75, aprovada no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Psicóloga, 40 horas semanais.

Art 2º A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á na medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Assistência Social de Herval d´Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste em 16 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ALINE BONEZ

**DECRETO Nº 3.477/2015**

DECRETO NR. 3.477 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d´Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, os dias 23, 24, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único – O Ponto facultativo de que trata este Decreto, não se aplica aos servidores lotados em repartições que desempenhem serviços de caráter essencial, exceto nos dias 24 e 31 de Dezembro de 2015, quando também terão o ponto facultado.

Art. 2º Considera-se para fins desse Decreto como serviços de caráter essencial aqueles prestados pelo Abrigo Municipal Anjos da Luz, UPA – 24horas e Unidade Básica de Saúde Central, que atenderão no horário habitual.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os incisos XV, XVI e XVII do art. 1º. Do Decreto 3.379/2014.

Herval d´Oeste (SC), em 16 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**DECRETO Nº 3.478/2015**

DECRETO Nº. 3.478/2015

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA REGULAMENTADO PELO EDITAL 048/2015/SMECE

Nelson Guindani, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o decreto,

## DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de ampliação de carga horária regulamentado pelo Edital nº. 048/2015/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 3.473/2015.

Herval d'Oeste (SC), 14 de dezembro de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

#### ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 3.478/2015

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE AMPLIAÇÃO– EDITAL 048/2015/SMECE

Cargo: Professor de Educação Física

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Marilene de Lurdes Alves	Mat/Vesp	20	EBM Cruz e Sousa	CME Pequeno Príncipe e ERM Profº Alcino Fernandes	-	EBM Cruz e Sousa	-

Cargo: Professor de Educação Infantil

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
02	Silvana Trevisol Gab	Vespertino	20	EBM Estação Luzerna	EBM Cruz e Sousa	GEM Profº Adolfo Becker	EBM Estação Luzerna	-

Herval d'Oeste (SC), 14 de dezembro de 2015.

#### EDITAL Nº 050/2015/SMECE

EDITAL Nº 050/2015/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de Cargos Efetivos na forma do Concurso Público nº 016/2014, homologado pelo Decreto nº 3397 de 13 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013, torna público o seguinte:

#### Art. 1º - DAS VAGAS DISPONÍVEIS

Cargo: Professor de Educação Infantil

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
GEM Nossa Sra de Fátima	Vespertino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Profº Adolfo Becker	Vespertino	20h	01
ERM Professor Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
Total			04

Cargo: Professor de Artes

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CME Pequeno Príncipe	Matutino/ Vespertino	20h	01
EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe	Matutino/ Vespertino	20h	01
Total			02

#### Art. 2º - DA DIVULGAÇÃO



A divulgação oficial das informações referentes a este Edital será efetuada por intermédio de publicação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, 389, Centro e no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

**Art. 3º - DA ESCOLHA DAS VAGAS**

A escolha das vagas se dará respeitando a ordem classificatória do Concurso no momento da apresentação da documentação para a nomeação e se efetivará no momento da posse, conforme dispõe o Art. 38 § 2º da Lei Complementar 316/2013.

**Art. 4º -** Este Edital terá validade a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 15 de dezembro de 2015.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3128/2015**

LEI Nº 3128/2015

"Abre Crédito Suplementar"

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

**Art. 1º -** Ficam anuladas no valor R\$ 150.000,00(Cem e cinquenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.103010045-2079	Manutenção Encargos e Atividades do Fundo de Saúde				
33900000	015	0164	Outras Despesas Correntes	R\$	150.000,00

**Art. 2º -** Ficam suplementadas no valor R\$ 150.000,00(Cem e cinquenta mil reais),as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.103010045-1051	Aquisição de Equipamentos/Veículos				
44900000	009	0164	Investimentos	R\$	150.000,00

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste.SC, 16 de dezembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA AO**

**PROJETO DE LEI nº 42 de 25 de novembro de 2015**

O Projeto de Lei nº 042/15 de 25 de novembro de 2015 foi elaborado para que este município através possa desenvolver suas atividades na Secretaria de Saúde na aquisição de bens com recursos de convênios.

Contamos com o habitual apoio deste poder para dar continuidade as atividades do poder executivo.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal



**LEI Nº 3129/2015**

LEI Nº 3129/2015

"Abre Crédito Suplementar"

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Ficam anuladas no valor R\$ 10.000,00(Dez mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123650018-1015	Construção, ampliação e reforma de Creches				
44900000	070	0158	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas no valor R\$ 10.000,00(Dez mil reais),as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.123610012-2025	Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental				
33900000	090	0158	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste.SC, 16 de dezembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA AO****PROJETO DE LEI nº 43 de 25 de novembro de 2015**

O Projeto de Lei nº 043/15 de 25 de novembro de 2015 foi elaborado para que este município através possa desenvolver suas atividades na Secretaria de Educação para realização de teste seletivo.

Contamos com o habitual apoio deste poder para dar continuidade as atividades do poder executivo.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015**

Processo Licitatório nº 0072/2015

Tomada de Preços nº 008/2015

Objeto: Contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa(s) especializada(s) para a Pavimentação Asfáltica – Recapeamento em CBUQ na Rua Senador Euzébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

Tendo em vista que o edital do processo licitatório em epígrafe foi disponibilizado desde o dia 02/12/2015, o mesmo não logrou êxito, pois nenhum licitante protocolou os envelopes de documentos e propostas, considera-se o presente processo licitatório como deserto.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Herval d'Oeste, 16 de dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1315/2015**

PORTARIA Nº 1315/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

REVOGAR a Portaria Nº 1302/2015, e, RETIFICAR a Portaria nº 1281/2015, que concedeu 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, à Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), onde se lê: ... "referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de janeiro de 2013 e 08 de janeiro de 2015; leia-se: ... "referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de janeiro de 2013 e 08 de janeiro de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

## IPREVI/HO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

<b>1. ENTE</b>	
Nome:	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste / SC
Endereço:	RUA NEREU RAMOS 389
Bairro:	CENTRO
Telefone:	(049) 3554-0922
Fax:	(049) 3554-0132
CNPJ:	82.939.430/0001-38
Complemento:	CENTRO
CEP:	89610-000
E-mail:	katia.procuradoria@hervaldoeste.sc.gov.br
<b>2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE</b>	
Nome:	NELSON GUINDANI
Cargo:	Prefeito
E-mail:	nelson.guindani@yahoo.com.br
CPF:	501.589.459-72
Complemento do Cargo:	PREFEITO
Data Início de Gestão:	01/01/2013
<b>3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF</b>	
Nome:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE HERVAL D'OESTE
Endereço:	RUA NEREU RAMOS 389
Bairro:	CENTRO
Telefone:	(049) 3554-0922
Fax:	(049) 3554-0132
CNPJ:	07.733.382/0001-01
Complemento:	CENTRO
CEP:	89610-000
E-mail:	funser@softline.com.br
<b>4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA</b>	
Nome:	SILVANA LAZZARINI BULLA
Cargo:	Gestor
Telefone:	(049) 3554-0922
Fax:	(049) 3554-0132
Complemento do Cargo:	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E-mail:	funser@softline.com.br
CPF:	907.308.609-49
Data Início de Gestão:	04/03/2014
<b>5. GESTOR DE RECURSOS</b>	
Nome:	LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI
Cargo:	Diretor
Telefone:	(049) 3554-0922
Fax:	(049) 3554-0132
Complemento do Cargo:	DIRETOR FINANCEIRO
E-mail:	funser@softline.com.br
CPF:	509.474.009-15
Data Início de Gestão:	01/12/2005
Entidade Certificadora:	ANBIMA
Validade Certificação:	30/09/2017
<b>6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO</b>	
Nome:	LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI
Telefone:	(049) 3554-0922
Fax:	(049) 3554-0132
CNPJ:	509.474.009-15
E-mail:	funser@softline.com.br
Data de envio:	15/12/2015

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: LUCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI

Data da Elaboração: 03/12/2015

Órgão superior competente: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Divulgação/Publicação:

CPF: 509.474.009-15

Data da ata de aprovação: 11/12/2015

Taxa de Juros: 6,00 %

( X ) Meio Eletrônico

( X ) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	50,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	7,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	9,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
<b>Total</b>		286,00

**Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados**

**Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos**

Para o ano de 2016, o cenário macroeconômico é bastante variado entre as principais economias do mundo. Para os Estados Unidos, vemos que haverá uma elevação da taxa de juros até o início de 2016, para manter o crescimento econômico próximo a 2,5%. Na Zona do Euro, se espera uma inflação muito baixa, mantida em torno de 0,3%, e que o crescimento na região fique superior a 1%. Quanto à China, nota-se uma desaceleração no crescimento o que suporta a ideia de redução da meta para algo próximo a 6,5%. No Brasil, o risco iminente da perda de grau de investimento por uma segunda agência de risco internacional abugenta investidores estrangeiros. Ainda, a dificuldade imposta pelo poder Legislativo de realizar o ajuste fiscal, aliada à crise política que o país se encontra e a deterioração econômica mais intensa do que o esperado, conturbou ainda mais a situação fiscal do país, que passa por um período de grande fragilidade e limita as perspectivas de crescimento do país no curto e médio prazo. Assim, espera-se queda do PIB em 2016 e em 0,00% em 2017 com inflação em 7,00% e 6,00%, taxa Selic elevada e confiança muito deteriorada.

**Objetivos da gestão**

Para o exercício de 2016, o objetivo é que a rentabilidade dos recursos disponíveis seja superior à sua meta atuarial.

<b>Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos</b> Os recursos serão alocados de acordo com os limites máximos estabelecidos nesta política, buscando alcançar a meta proposta, através de estratégias de curto, médio e longo prazo, observando o nível de risco admitido para os ativos e fundos que formarão o portfólio. Entretanto, na ótica da gestão de investimentos, acreditamos que as altas taxas de juros beneficiem os fundos atrelados ao CDI e o IPRF-M 1. Além disso, com a expectativa crescente da inflação para os próximos anos, a migração para índices de curto prazo (IMA-B 5 e IDKA 2), atrelados à inflação, torna-se uma opção de proteção, diminuindo o risco da carteira. Para os fundos de ações, prevemos alto risco e pouca rentabilidade.	
<b>Críticos de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável</b> O modelo de gestão adotado é o da gestão própria, portanto, não haverá necessidade de contratação de administrador externo. Entretanto, os gestores dos fundos selecionados, obrigatoriamente, deverão credenciar-se através de formulário específico, bem como cumprir com o que estabelece a política de transparência do Instituto.	
<b>Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos</b> As análises quantitativas e qualitativas acerca do desempenho da carteira e dos fundos de investimentos serão efetuadas mensalmente, elaborando relatório que evidencie a evolução dos fundos em carteira, bem como de fundos que não estejam no portfólio para fins de comparação e tomada de decisão. De toda forma, foram definidos limites mínimos de rentabilidade em relação ao benchmark que o produto de investimento deverá alcançar para que não ocorra o desinvestimento dos recursos. Da mesma maneira, os produtos de investimentos deverão ter em seu histórico, rentabilidade mínima em relação ao seu benchmark, para que ocorra o aporte. Estes limites mínimos de rentabilidade para o investimento e desinvestimento dos recursos foram estabelecidos na Política de Investimento.	
<b>Observações</b> Sobre a aba, "Demonstrativo - Etapa 2", Segmento Renda Fixa – Art. 7º, Incisos VI, VII A e B: Os limites inseridos nestes campos estão diferentes dos limites aprovados na PI deste RPPS. O CADPREV não suporta a distribuição 15%, 5% e 5% referente ao Art. 7º Incisos VI e VII, A e B aprovados pelo órgão superior competente deste RPPS.  III* (b) – Cotas de Fundos de Índices espelhadas nos subíndices IMA ou IDKA 80% 40% IV* (b) – Cotas de Fundos de Índices espelhadas em outros indicadores de RF 30% 30% V* (b) – Letras Imobiliárias Garantidas 20% 20%	
<b>Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes</b>	
<b>Representante Legal do Ente:</b>	<b>Data:</b> __/__/____ <b>Assinatura:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	<b>Data:</b> __/__/____ <b>Assinatura:</b>
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>	<b>Data:</b> __/__/____ <b>Assinatura:</b>
<b>Responsável:</b>	<b>Data:</b> __/__/____ <b>Assinatura:</b>

# Ibiam

## PREFEITURA

**INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015**

MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

OBJETO: Contratação Helder Fontana Gonçalves da Silva, para animar Noite Natalina do Município de Ibiam, no dia 19/12/2015.

CONTRATANTE: Município de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74.

CONTRATADO: Helder Fontana Gonçalves da Silva; CPF: 008.768.089-09.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, III da Lei 8666/93

VALOR TOTAL: 2.000,00 (Dois mil reais).

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em exercício.

Ibiam, 15 de Dezembro de 2015.



# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 96 2015

DECRETO Nº 96, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 93, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI PONTO FACULTATIVO E CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ILHOTA.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos a seguir relacionados do Decreto nº 93, de 27 de novembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 e concedidas férias coletivas aos servidores no período de 21 de dezembro de 2015 a 08 de janeiro de 2016, ressalvados os ocupantes dos cargos de Professor e de Educador dos Quadros do Magistério Público Municipal, os que atuam em serviços essenciais, o Departamento de Compras e Licitações do Município, a Secretaria Municipal de Finanças, Gabinete do Prefeito e Controladoria.

...

§ 2º O expediente nas repartições públicas municipais será interno, sem atendimento ao público, no período entre 11 e 15 de janeiro de 2016.

... ”

Art. 2º Inclui o parágrafo 4º ao artigo 1º do Decreto nº 93 de 27 de novembro de 2015:

“ § 4º O Departamento de Compras e Licitações do Município de Ilhota, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, manterá suas atividades, em expediente normal, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas, a partir de 04/01/2016.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 27 de novembro de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 039 - DL 257 2015 - ÓLEO DIESEL EMERGENCIAL - WDCOM

Extrato de Contrato nº 039/2015  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: Dispensa de Licitação nº 257/2015

Objeto: Aquisição de Óleo Diesel para atender ao Decreto Municipal nº 91/2015 e de acordo com o Convênio nº 2015TR001951, Processo nº SDR15 5933/2015, Celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda.

Valor: R\$ 88.500,00 (oitenta e oito mil e quinhentos reais).

Assinatura: 16/12/2015

Vigência: até 14/05/2016.  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 583/2015

PORTARIA Nº 583/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. NILVA DE OLIVEIRA, do cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 09 de dezembro de 2015.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### PORTARIA Nº 691/2015

PORTARIA Nº 691/2015

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei

RESOLVE

DESTITUIR, o Sr. LAURI ARMINDO ADÃO JUNIOR, do cargo de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de dezembro de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 692/2015**

PORTARIA Nº 692/2015

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

DESTITUIR, a Srª. ELI REGINA NAGEL DOS SANTOS, do cargo de DIRETOR PEDAGÓGICO, com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de dezembro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 693/2015**

PORTARIA Nº 693/2015

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

DESIGNAR, a Srª. ELI REGINA NAGEL DOS SANTOS, no cargo de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 15 de dezembro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 694/2015**

PORTARIA Nº 694/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

Tornar sem efeito a Portaria Nº 592/2015 que demite a Srª. Rosania Maria Schmitt dos Santos.

Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 695/2015**

PORTARIA Nº 695/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

EXONERAR, a Srª. ARIANE FERREIRA PEREIRA DE JESUS, do cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 696/2015**

PORTARIA Nº 696/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

EXONERAR, a Srª. GISELE PEIXE EDUARDO, do cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 697/2015**

PORTARIA Nº 697/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

EXONERAR, a Srª. ANA PAULA CORREA MANOEL ALVES, do cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 16 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 698/2015**

PORTARIA Nº 698/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

Conceder 2 (dois) anos de licença sem vencimento , a Sr<sup>a</sup>. VIVIANE DOS SANTOS, no cargo de PROFESSOR III, com 50 horas mês, a partir de 30 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 16 de dezembro de 2015.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 128, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 128, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a lei n. 1.910/2015, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$236.760,14 com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	50.446,14
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00	28	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	30	1.000	Aplicações Diretas	31.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DO DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	162	1.000	Aplicações Diretas	45.000,00
Total	154.446,14			

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	27.500,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	1.500,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMÁCIA BÁSICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
Total	56.500,00			

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
Total	25.000,00			

Total Geral	235.946,14			
-------------	------------	--	--	--

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte

dotação:

ÓRGÃO – 02		GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
UNIDADE – 02.02		AUDITORIA E CONTROLE INTERNO		
PROJ/ATIV. – 2.003		MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	1.590,00
ÓRGÃO – 04		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		
UNIDADE – 04.02		PROCURADORIA JURIDICA		
PROJ/ATIV. – 2.006		MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
ÓRGÃO – 05		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
UNIDADE – 05.01		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO		
PROJ/ATIV. – 2.009		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANAJAMENTO E GESTÃO		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	18	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 06		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
UNIDADE – 06.01		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
PROJ/ATIV. – 2.014		PRECATORIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00	31	1.000	Aplicações Diretas	46.600,00
ÓRGÃO – 07		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE		
UNIDADE – 07.02		DIRETORIA DE ENSINO		
PROJ/ATIV. – 1.012		AQUISIÇÃO DE VEICULO/ONIBUS/MICRO ONIBUS		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	4.240,00
UNIDADE – 07.04		DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE		
PROJ/ATIV. – 2.036		MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	2.016,14
ÓRGÃO – 08		SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
UNIDADE – 08.01		SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
PROJ/ATIV. – 2.045		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INSUTRIA, COMERCIO E TURISMO		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	112	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 09		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO		
UNIDADE – 09.01		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RUAL E PECUARIO		
PROJ/ATIV. – 2.050		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	126	1.000	Aplicações Diretas	19.000,00
ÓRGÃO – 11		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS		
UNIDADE – 11.01		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS		
PROJ/ATIV. – 2.060		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRNSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	154	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	156	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.062		MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	57.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01		FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
PROJ/ATIV. – 2.076		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	188	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		179.446,14		
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02		ATENÇÃO BASICA		
PROJ/ATIV. – 2.107		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA		
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	56.500,00

Total	56.500,00
Total Geral	235.946,14

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de dezembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

CRIA CARGO E ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.004, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE IMARUÍ E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional do Município de Imaruí, o cargo de agente educador. O Anexo I da Lei Complementar n.004, de 28 de dezembro de 2007 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Imaruí passa a vigorar da seguinte forma:

### ANEXO I GRUPO DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO CBO	CARGOS EFETIVOS	VAGAS	HORAS SEMANAIS
3341-15	Agente Educador	15	40

Art. 2º Os anexos II, III e VIII da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2007 passam a vigorar da seguinte forma:

### ANEXO II GRUPO I – GRUPO DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL - GP

CÓDIGO CBO	CARGOS EFETIVOS	VAGAS	VENCIMENTOS
3341-15	Agente Educador	15	R\$854,32

### ANEXO III – GRUPO II – GRUPO OCUPACIONAL SEMIPROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVO – GS

CÓDIGO CBO	CARGOS EFETIVOS	VAGAS	VENCIMENTOS
3341-15	Agente Educador	15	R\$854,32

### ANEXO VIII DESCRIÇÃO SINTÉTICA DE ATRIBUIÇÕES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Nº	CLASSES E ESCOLARIDADE MÍNIMA	DESCRIÇÃO
ENSINO MÉDIO		
-	AGENTE EDUCADOR	Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola e durante o transporte escolar. Inspeccionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte escolar. Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. Prestar apoio às atividades letivas; auxiliar o corpo docente naquilo que lhe for requisitado; controlar as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres. Organizar ambiente escolar e providenciar manutenção predial.

Paragrafo único. A admissão de pessoal observará o número de contratações, as funções, a carga horária semanal, a remuneração mensal e habilitação exigida em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei Complementar nº004, de 28 de dezembro de 2007.



Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 16 de dezembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1.911, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1.911, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Imaruí, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias, para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita em R\$ 24.117.725,00 (vinte e quatro milhões, cento e dezessete mil e setecentos e vinte e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 24.117.725,00 (vinte e quatro milhões, cento e dezessete mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura de Imaruí para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 21.240.400,00 (vinte e um milhões, duzentos e quarenta mil, e quatrocentos reais) e fixa a Despesa para Prefeitura – Poder Executivo em R\$ 16.777.200,00 (dezesseis milhões, setecentos e setenta e sete mil e duzentos reais) e em R\$ 4.463.200,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e duzentos reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para a Fundação Municipal de Meio Ambiente, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo integrante desta Lei, como o seguinte desdobramento:

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	19.204.800,00
RECEITA DE CAPITAL	2.035.600,00
TOTAL:	21.240.400,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura de Imaruí serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

	I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL				

1 - PREFEITURA DE IMARUI		
02.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	190.000,00	
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	87.000,00	
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	300.000,00	
05.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	122.000,00	
06.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.965.000,00	
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE	8.558.000,00	
08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	129.100,00	
09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO	362.800,00	
10.00 - SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	187.000,00	
11.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS	2.760.100,00	
12.00 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	80.200,00	
13.00 - FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6.000,00	
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	
SOMA:	16.777.200,00	
Transferências Financeiras		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.712.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	460.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	950.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	231.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	110.200,00	
SOMA:	4.463.200,00	
TOTAL:	21.240.400,00	

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

1 - PREFEITURA DE IMARUI			
02 – JUDICIÁRIA		155.000,00	
04 – ADMINISTRAÇÃO		4.629.400,00	
06 - SEGURANÇA PÚBLICA		65.000,00	
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		86.200,00	
11 – TRABALHO		176.600,00	
12 – EDUCAÇÃO		8.157.600,00	
13 – CULTURA		156.200,00	
15 - URBANISMO		2.467.800,00	
17 - SANEAMENTO		70.400,00	
20 - AGRICULTURA		342.400,00	
23 - COMERCIO E TURISMO		129.100,00	
26 - TRANSPORTE		167.300,00	
27 - DESPORTO E LAZER		144.200,00	
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA		30.000,00	
SOMA:		16.777.200,00	
Transferências Financeiras			
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS		2.712.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS		460.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA		950.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE		231.000,00	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA		110.200,00	
SOMA:		4.463.200,00	
TOTAL:		21.240.400,00	

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

## 1 - PREFEITURA DE IMARUI

0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

699.000,00

0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

3.835.000,00

0004 – INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ECONOMICAS

129.100,00

0005 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.000,00

0006 – EDUCAÇÃO PARA TODOS

8.257.600,00

0007 – ATIVIDADES CULTURAIS

156.200,00

0008 – ESPORTE É VIDA

144.200,00

0010 – MENOR ASSISTIDO

80.000,00

0011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.200,00

0012 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

2.695.100,00

0013 – TRÂNSITO SEGURO

65.000,00

0014 – PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO

362.800,00

0015 – APOIO À PESCA

187.000,00

0016 – FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO

120.000,00

0019 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

30.000,00

SOMA:

16.777.200,00

Transferências Financeiras

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS

2.712.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS

460.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA

950.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE

231.000,00

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA

110.200,00

SOMA:

4.463.200,00

TOTAL:

21.240.400,00

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS			
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	13.455.000,00		
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.493.000,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	240.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.722.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.292.200,00		
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.792.200,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00		
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00		
SOMA:		16.777.200,00		
Transferências Financeiras				
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS		2.712.000,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS		460.000,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA		950.000,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE		231.000,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA		110.200,00		
SOMA		4.463.200,00		
TOTAL		21.240.400,00		

Art. 3º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 2.456.800,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, e oitocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.712.000,00 (dois milhões e setecentos e doze mil) e fixa a Despesa em R\$ 5.168.800,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil e oitocentos reais):

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	2.446.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	10.800,00
TOTAL DAS RECEITAS:	2.456.800,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	2.712.000,00
TOTAL:	5.168.800,00

§ 2º - As Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, serão realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.158.800,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.168.800,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10 - SAÚDE		5.158.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00
	TOTAL:	5.168.800,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0009 - SAÚDE PARA TODOS		5.158.800,00
0019 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00
TOTAL:		5.168.800,00

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.852.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.533.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.319.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	306.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	306.300,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.168.800,00

Art. 4º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 290.725,00 (duzentos e noventa mil, e setecentos e vinte cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 750.725,00 (setecentos e cinquenta mil, e setecentos e vinte cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		290.725,00
TOTAL DAS RECEITAS:		
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.		460.000,00
TOTAL:		750.725,00

§ 2º - As Despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	740.725,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	750.725,00

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		740.725,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00
TOTAL:		750.725,00

## III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0011 - ASSISTÊNCIA SOCIAL		740.725,00
0019 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00
TOTAL:		750.725,00

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA



3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	647.225,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	205.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	442.225,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	93.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	93.500,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
	TOTAL:	750.725,00

Art. 5º - O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 110.200,00 (cento e dez mil e duzentos reais), e fixa a Despesa em R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
	RECEITAS	
	RECEITAS CORRENTES	26.200,00
	RECEITA DE CAPITAL	400,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	26.600,00
	TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	110.200,00
	TOTAL:	136.800,00

§ 2º - As Despesas da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
17.00	FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE IMARUI	136.800,00
	TOTAL:	136.800,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
18 - GESTÃO AMBIENTAL		136.800,00
	TOTAL:	136.800,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
0018 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		136.800,00
	TOTAL:	136.800,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	105.400,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.400,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	31.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	31.400,00
	TOTAL:	136.800,00

Art. 6º - O Orçamento do SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 334.200,00 (trezentos e trinta e quatro mil e duzentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra orçamentário,

com os seguintes desdobramentos:

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		101.000,00
RECEITA DE CAPITAL		2.200,00
TOTAL DAS RECEITAS:		103.200,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.		231.000,00
TOTAL:		334.200,00

§ 2º - As Despesas do SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
16.00	SAMAE	334.200,00
	TOTAL:	334.200,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
17 - SANEAMENTO		334.200,00
TOTAL:		334.200,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
0017 - SANEAMENTO BÁSICO		334.200,00
TOTAL:		334.200,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	241.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	93.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	93.200,00
	TOTAL:	334.200,00

Art. 7º - O Orçamento da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, para o exercício de 2016, estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra orçamentário, conforme especificações desta Lei, sobretudo conforme disposições contidas no art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ		
01.00	CAMARA DE VEREADORES	950.000,00
	TOTAL:	950.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ		
01 - LEGISLATIVA		950.000,00
TOTAL:		950.000,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ		
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO		950.000,00

TOTAL:	950.000,00
--------	------------

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ</b>		
	<b>DESPESAS</b>	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	915.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	665.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.000,00
	<b>TOTAL:</b>	<b>950.000,00</b>

Art. 8º – Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo:

§1º - Para efeito desta Lei entende-se por “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§2º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato Oficial do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificado nesta Lei.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas mesmas atividades e/ou projetos, até o limite de seu saldo.

Paragrafo único. As Destinações de Recursos, por sua vez, poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por Ato Oficial, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior; e

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la.

Parágrafo Único. Excetua-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - Durante o Exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei, os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4320/64, bem como os anexos vinculados a Lei Orçamentária Anual e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18 – Orçamento Geral do Município de Imaruí para o exercício de 2016, será a nível de modalidade.

Art. 19- Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Imaruí, 16 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

## LEI Nº. 1.910, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº. 1.910, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$236.760,14 com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	1.000	Aplicações Diretas	51.260,14
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00	28	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	30	1.000	Aplicações Diretas	31.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DO DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	162	1.000	Aplicações Diretas	45.000,00
Total				155.260,14

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	27.500,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	1.500,00
UNIDADE – 14.04	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			
PROJ/ATIV. – 2.114	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMÁCIA BÁSICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
Total				56.500,00

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	25.000,00
Total				25.000,00

Total Geral	236.760,14			
-------------	------------	--	--	--

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	1.590,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.000	Aplicações Diretas	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	13	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANAJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	18	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.014	PRECATORIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00	31	1.000	Aplicações Diretas	46.600,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.012	AQUISIÇÃO DE VEICULO/ONIBUS/MICRO ONIBUS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	4.240,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.036	MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	2.016,14
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INSUTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	112	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RUAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	126	1.000	Aplicações Diretas	19.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRNSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	154	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	156	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.062	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	160	1.000	Aplicações Diretas	57.000,00
ÓRGÃO – 13	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
UNIDADE – 13.01	FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
PROJ/ATIV. – 2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	188	1.000	Aplicações Diretas	5.814,00
Total				180.260,14
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	1.000	Aplicações Diretas	56.500,00
Total				56.500,00

Total Geral	236.760,14
-------------	------------

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 16 de dezembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Iluminação Pública		
25.752.0007-2.015		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0017 (0096)	Aplicações Diretas	400.000,00
Centro de Comercialização - Mercado Público		
20.608.0006-1.101		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0247)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		410.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública – COSIP e excesso de arrecadação de recursos próprios, apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 236, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 236, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 298.144,58 (duzentos e noventa e oito mil e cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Iluminação Pública		
25.752.0007-2.015		
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0017 (0248)	Aplicações Diretas	298.144,58
Total		298.144,58

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Iluminação Pública		
25.752.0007-2.015		
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0017 (0246)	Aplicações Diretas	298.144,58
Total		298.144,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### **EDITAL SEAGP Nº 182/2015**

EDITAL SEAGP Nº 182/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Dezembro a 16 de Janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 182/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

Gilnei Cardoso

**EDITAL SEAGP Nº 183/2015**

EDITAL SEAGP Nº 183/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Dezembro a 16 de Janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 183/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Nutricionista  
Constancia Palma

**EDITAL SEAGP Nº 184/2015**

EDITAL SEAGP Nº 184/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Dezembro a 16 de Janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 184/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicologo  
Lara Nogueira Cavalcante

**EDITAL SEAGP Nº 185/2015**

EDITAL SEAGP Nº 185/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 17 de Dezembro a 16 de Janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 185/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde – área 09

Ticiane Souza da Silveira

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 08/2015 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

A Prefeitura Imbituba, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro, comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 04 de Janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, com registro de preços, do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e serviços para a manutenção das embarcações jet ski, motores de popa, motobombas, para o quartel do corpo de bombeiros de Imbituba/SC".

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de dezembro de 2015.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8º BBM

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 88/2015 (PMI - SETEC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 146/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 04 de Janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de uma empresa especializada na locação e instalação de banheiros químicos a serem utilizados nas praias do município durante a temporada de verão/2016 e para eventos realizados e apoiados pela prefeitura de Imbituba".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de Dezembro de 2015.

Paulo Junchem Sefton

Secretário Municipal da SETEC

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2015 (PMI - SEDUC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 147/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 04 de Janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa para implantação de sistema para informatização dos processos administrativos da rede pública municipal de ensino".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de Dezembro de 2015.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária Municipal da SEDUC

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/169 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/169 A00  
Contratada: Equisul Equipamentos Eletrônicos Ltda  
CNPJ 80.464.753/0001-97  
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALISADA EM FORNECER MATERIAIS E EXECUTAR INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA E REDE LÓGICA DE COMPUTADORES NA SEAPI.  
Prazo: 30/12/2015 Preço R\$ 6.809,16  
Fundamento: Processo nº128/2015 Dispensa 26/2015  
Imbituba, 30 de novembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Equisul Equipamentos Eletrônicos Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/170 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/170 A00  
Contratada: OLIVAR FRANCISCO FILHO ME  
CNPJ 20.791.916/0001-14  
Objeto FORNECIMENTO DE PLANTAS, INSUMOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO PLANTIO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A AVENIDA BEIRA MAR, CENTRO – IMBITUBA/SC.  
Prazo: 01/08/2016  
Fundamento: Processo nº117/2015 Carta Convite 13/2015  
Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Olivar Francisco Filho me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/88 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A03  
Contratada: POSTO OFICINAS LTDA  
CNPJ 78.867.769/0002-80  
Objeto: Reajuste nos itens abaixo:

Produto	Preço de venda reajustado	Percentual de aumento
GASOLINA COMUM	R\$ 3,5290	9,9905%
OLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,1160	8,2300%
OLEO DIESEL S10	R\$ 2,9690	3,1292%

Fundamento: Processo nº173/2014 Pregão 103/2014  
Imbituba, 10 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Posto Oficinas Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEFAZ 2015/172 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEFAZ 2015/172  
Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
C.N.P.J00.360.305/0001-04  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PRECESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.  
Prazo: 04/01/2021  
Fundamento: Processo nº. 135/2015 Dispensa 28/2015  
Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Ivan Vítório  
Secretário Municipal da Fazenda  
Contratante

Assinatura da CAIXA  
Nome: Robert Kennedy Lara da Costa

Assinatura da CAIXA  
Nome: Jeison Andre Buss

**EXTRATO: PMI SEMUSA 2015/21 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEMUSA 2015/21 A01  
Contratada POSTO OFICINAS LTDA  
CNPJ 78.867.769/0002-80  
Objeto Reajuste nos itens abaixo:

Produto	Preço de venda reajustado	Percentual de aumento
GASOLINA COMUM	R\$ 3,5290	9,9905%
OLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,1160	8,2300%
OLEO DIESEL S10	R\$ 2,9690	3,1292%

Fundamento: Processo nº. 49/2014 Pregão 36/2014  
Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Posto Oficinas Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/13 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/13 A01  
Contratada: POSTO OFICINAS LTDA  
C.N.P.J: 78.867.769/0002-80  
Objeto: Reajuste nos itens abaixo:



Produto	Preço de venda reajus- tado	Percentual de au- mento
GASOLINA COMUM	R\$ 3,5290	9,9905%
OLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,1160	8,2300%
OLEO DIESEL S10	R\$ 2,9690	3,1292%

Fundamento: Processo nº. 173/2014 Pregão 103/2015  
Imbituba, 10 de dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Posto Oficinas Ltda  
Representante Legal  
Contratada

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 4.651, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.651, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a criação de 2 (duas) vagas para o emprego público de Assistente Social e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criadas 2 (duas) vagas do emprego público de Assistente Social no Quadro Geral dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei nº 1.144, de 21 de Abril de 1991.

Parágrafo único. As vagas criadas para o emprego público de Assistente Social serão incluídas no anexo III da Lei 1.144/91, no Grupo Ocupacional ANS, Nível 13.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.643, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.643, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BRDE Municípios e tomar empréstimo junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Programa BRDE Municípios.

Art. 2º A adesão ao Programa BRDE Municípios propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação em vias urbanas do Município de Imbituba.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo anterior fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com recursos do Programa BRDE Municípios, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BRDE Municípios, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 3% (três por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo 1º.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de dezembro de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.644, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.644, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo, as Autarquias e Fundações Públicas Municipais poderão efetuar a contratação por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.



Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, nos casos de:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de debelamento de situações declaradas emergenciais;

II - combate a surtos endêmicos;

III - substituição de pessoal nas unidades escolares e pré-escolares municipais, decorrente de licenças previstas em Leis Municipais, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou de nomeação para exercício de cargo em comissão, de função de coordenação ou de direção escolar;

IV - substituição de pessoal nas unidades ambulatoriais decorrente de licenças previstas em Leis Municipais, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou de nomeação para exercício de cargo em comissão, de coordenação de programas ou de coordenação de unidades integrantes do Sistema Municipal de Saúde;

V - substituição de pessoal nos serviços de proteção social básica de média e alta complexidade decorrente de licenças previstas em Leis Municipais, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou de nomeação para exercício de cargo em comissão, de coordenação de programas ou de coordenação de unidades de assistência social;

VI - cumprimento de convênios ou execução de programas e de ações de natureza emergencial ou transitória nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e habitação;

VII - vacância de cargos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e habitação, no período de até 1 (um) ano após o término do prazo de validade do concurso realizado para provê-los, ou da data de publicação do seu resultado final, desde que não tenha havido a inscrição ou a aprovação de qualquer candidato no certame;

VIII - substituição de pessoal nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e habitação no período compreendido entre a vacância do cargo efetivo e o início do exercício de candidato concursado nomeado para titularizá-lo;

IX - execução de programa de trabalho instituído por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 1º É vedada a contratação de pessoal na hipótese de vacância de que trata o inciso VII enquanto existir candidato aprovado remanescente durante o prazo de validade do concurso.

§ 2º Na hipótese do inciso VIII, o candidato concursado será nomeado, se houver, em até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação de toda documentação necessária a sua nomeação.

Art. 3º O recrutamento do pessoal será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito a ampla divulgação, com prazo de validade de até 2 (dois) anos, contados a partir da data de homologação do seu resultado.

§ 1º A contratação de pessoal para atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 2º dispensará a realização do processo seletivo público simplificado, observadas a qualificação e a competência técnica do contratado para a realização das funções.

§ 2º O processo seletivo público simplificado deverá observar, entre a data de publicação do respectivo edital no site oficial do Município, ou no das Autarquias e Fundações Públicas Municipais, e o início do prazo para recebimento das inscrições, o prazo mínimo de 10 (dez) dias.

Art. 4º As contratações serão realizadas pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, por tempo determinado e estritamente necessário para a consecução das tarefas, pelo prazo de até 01 (um) ano, possibilitada a sua prorrogação, devidamente justificada, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 5º As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito ou a quem este delegar, nos moldes do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, para os órgãos do Poder Executivo, e do respectivo Dirigente Superior, para as Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

Art. 6º A remuneração do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntica à remuneração inicial percebida pelo servidor efetivo em início de carreira de mesma categoria ou, inexistindo, de categoria equivalente, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 2º.

§ 1º A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 7º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 8º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante processo administrativo disciplinar, observado o rito sumário previsto nesta Lei.

Art. 9º O processo administrativo disciplinar, conduzido por comissão processante, será iniciado no prazo de até três dias úteis, contado da portaria de instauração, e concluído no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. Instaurado o processo disciplinar, a comissão processante o conduzirá com prioridade sobre outros processos disciplinares que não envolvam contratações temporárias.

Art. 10. Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o afastamento preventivo do contratado, mediante solicitação fundamentada da chefia imediata.

Parágrafo único. O afastamento preventivo não implicará em prejuízo da remuneração ou da contagem do tempo de serviço.

Art. 11. Autuado o processo, a comissão processante citará o indiciado para a audiência de instrução no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar do instrumento correspondente, que será acompanhado dos documentos que embasaram a instauração do processo, a data da audiência, o rol de testemunhas, e, se for o caso, a determinação de afastamento preventivo.

Art. 12. Na audiência de instrução, o indiciado deverá apresentar a defesa prévia, requerendo as provas que pretende produzir.

§ 1º A defesa prévia poderá ser feita pelo próprio indiciado ou advogado por ele constituído.

§ 2º As testemunhas do indiciado, até o máximo de duas, comparecerão à audiência de instrução independentemente de intimação.

§ 3º Somente será deferida a intimação de testemunha que comprovadamente convidada, sendo servidor público, deixar de comparecer.

§ 4º O convite deverá ser feito pelo indiciado ou seu defensor e dirigido ao chefe imediato da testemunha com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias da data da audiência.

Art. 13. Se entre a citação e a audiência de instrução houver a juntada de documentos, o indiciado ou seu defensor deverá sobre eles se manifestar na própria audiência de instrução.

Art. 14. A prova técnica pericial será deferida somente quando o fato o exigir, incumbindo à comissão processante oficial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao órgão técnico competente para indicar o nome do perito e a data e horário de realização da perícia. § 1º Caberá ao órgão técnico competente e, quando se tratar de avaliação médica, ao Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal (SESOSP) realizar, com absoluta prioridade, as perícias deferidas pela comissão processante.

§ 2º O requerimento da perícia será motivado, dele devendo constar os quesitos e, quando houver a indicação, o nome do assistente técnico.

§ 3º O indiciado ou seu defensor será intimado a manifestar-se sobre o laudo pericial no prazo de cinco dias.

Art. 15. As intimações serão feitas via correio eletrônico, cujo endereço deverá ser indicado na defesa prévia.

Art. 16. A comissão processante decidirá de plano todo incidente processual e as preliminares arguidas que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo.

Parágrafo único. As razões que levarem a comissão a acolher ou rejeitar as arguições do indiciado serão indicadas, fundamentadamente, no relatório conclusivo.

Art. 17. O indiciado será interrogado na audiência de instrução após a inquirição das testemunhas.

Art. 18 As alegações finais serão oferecidas oralmente pelo indiciado ou por seu defensor na audiência de instrução.

Parágrafo único. A comissão processante poderá conceder, a seu critério, dependendo da complexidade do fato, o prazo de 05 (cinco) dias para oferecimento de alegações finais.

Art. 19 Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

Art. 20 Quando o acusado se encontrar em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.

Parágrafo único. O edital será publicado uma única vez no Boletim Oficial do Município e, onde houver, em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido.

Art. 21. O comparecimento voluntário do indiciado perante a comissão processante supre a citação.

Art. 22. A comissão processante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, enviará à autoridade julgadora o relatório conclusivo.

Art. 23. A autoridade julgadora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, julgará o feito.

Art. 24. A instrução do processo administrativo disciplinar não será interrompida, ainda que no curso dela o prazo do contrato temporário venha a expirar, para fins de registro de possível penalidade no assentamento funcional do contratado.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, caso o contratado já tenha reingressado no Município por meio de novo processo seletivo público simplificado antes do julgamento do processo disciplinar decorrente do contrato anterior, a aplicação da penalidade de:

I - demissão implicará na imediata rescisão do seu novo contrato por tempo determinado;

II - suspensão implicará na indenização ao Município dos dias correspondentes, mediante desconto em folha de pagamento do respectivo valor;

III - advertência implicará em precedente disciplinar para efeito de

reincidência.

§ 2º Aplica-se o disposto nos incisos II e III do caput à nova contratação temporária quando, no contrato anterior, depois de expirado o prazo contratual, houver a imposição de penalidade de suspensão ou advertência.

Art. 25. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, dirigido à autoridade instauradora, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

Art. 26. Aplicam-se aos casos omissos nesta Lei as regras que regulam o processo administrativo disciplinar previstas na Lei Complementar nº 3086, 18 de abril de 2007.

Art. 27. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão, observado o devido processo legal; e

IV - por iniciativa do Poder Executivo e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

§ 1º A extinção do contrato fundada nos incisos I, II e III não implicará no pagamento de indenização.

§ 2º A extinção do contrato fundada no inciso IV, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

§ 3º A extinção do contrato fundada no inciso II será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Poder Executivo e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais a dispensa desse prazo.

§ 4º A inobservância do disposto no § 3º implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado pelo período de 2 (dois) anos, contado da data do encerramento do contrato.

Art. 28. O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computado na forma prevista em Lei.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 2.150, de 8 de Junho de 2001.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.645, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.645, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, para a troca de informações cadastrais.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio para troca de informações com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

Art. 2º O referido convênio tem por objetivo a interligação dos sistemas de informática da JUCESC e do MUNICÍPIO, visando à consecução dos meios de acesso para pesquisas na modalidade de consulta à base de dados da JUCESC.

Art. 3º As alterações do convênio serão feitas mediante acordo entre as partes e sempre através de termo aditivo.

Art. 4º O convênio terá vigência a partir da data da assinatura e vigência de 60 (sessenta) meses, condicionada à eficácia a publicação, por extrato, no veículo de comunicação oficial do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.646, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.646, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba- AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.594.323/0001-53, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no exercício de 2015. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Art. 1º destina-se em custear o pagamento das despesas de manutenção das atividades da instituição.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta

de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.647, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.647, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Moradores de Nova Brasília – AMNB e, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Moradores de Nova Brasília – AMNB, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.818/0001-02, com sede a Rua João de Carvalho, s/nº – Nova Brasília, fundada em 23/11/1993, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.436, de 07/12/1994.

Art. 2º O objeto do Termo de Convênio é a cessão de um imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Imbituba visando à instalação de uma Casa Mortuária no Bairro de Nova Brasília, devendo ser observados os ditames dos Artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Municipal nº 3.888, de 28 de Abril de 2011, que dispõe sobre os Serviços Funerários no Município de Imbituba.

Parágrafo Único: A locação do imóvel é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Imbituba, sendo o mesmo locado através de Dispensa de Licitação, conforme Art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 3º As despesas decorrentes da locação e da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O imóvel cedido servirá como Casa Mortuária, ficando todas as despesas de manutenção, taxas e impostos referentes ao imóvel, a partir da assinatura do Convênio, a cargo da Associação de Moradores de Nova Brasília.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.648, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.648, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a partir de dezembro de 2015, a repassar a cada servidor lotado e em pleno exercício na Secretaria Municipal de Fazenda, a título de abono por atuação em ações de incremento da receita municipal, o valor de R\$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

Art. 2º Os referidos valores não incorporam para nenhum efeito a remuneração dos servidores de que trata o artigo 1º.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto as disposições contidas na presente Lei para regular a sua execução.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.649, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.649, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Convênio de cessão de servidor público à AMAI- Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio objetivando a cessão de servidor público de carreira à AMAI - Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba.

Parágrafo único. A cessão de servidor dar-se-á com ônus para o cedente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.650, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.650, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Desafeta Bens móveis do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a desafetar os bens móveis, constantes do Anexo I da presente Lei, utilizados até esta data nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, transferindo-os para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.652, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.652, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros para a Associação Esportiva Recreativa do Mirim – A.E.R.M., e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros para a Associação Esportiva Recreativa do Mirim - AERM, no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), para a reforma geral em seu Campo de Futebol.

Art. 2º O valor de que trata o Artigo 1º será repassado a Associação Esportiva Recreativa do Mirim, preferencialmente em parcela única.

Art. 3º A Associação Esportiva Recreativa do Mirim prestará contas em até 30 (trinta) dias após o repasse da parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a Associação Esportiva Recreativa do Mirim, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito



Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **LEI Nº 4.653, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.653, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal 2015 - 2ª edição, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Imbituba - Refis Municipal – 2ª edição, com escopo de incentivar a regularização de débitos inadimplidos junto à Fazenda Pública Municipal, de devedores pessoas físicas ou jurídicas, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2015, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, através da redução de multa moratória e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei Complementar.

Art. 2º Os débitos de que tratam o artigo anterior poderão ser pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que a primeira parcela ou parcela única seja quitada até a data improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data do requerimento, com redução da multa moratória e juros de mora nos seguintes percentuais.

I – 100% (cem por cento), em até 03 (três) parcelas;  
II – 75% (setenta e cinco por cento), de 04 (quatro) a 06 (seis) parcelas;  
III – 50% (cinquenta por cento) de 07 (sete) a 12 (doze) parcelas.

§ 1º A opção pelo programa deverá ser formalizada mediante assinatura da parte devedora no termo emitido pelo sistema da Prefeitura e que será acompanhado de documentação fiscal específica, conforme a espécie de tributo.

§ 2º As dívidas, conforme disposto no artigo 1º desta lei complementar, que foram objeto de parcelamentos em acordos pretéritos, em curso de pagamento ou não, poderão ser renegociadas nas condições deste artigo, porém limitar-se-ão em três (03) parcelas.

§ 3º O valor da parcela não poderá ser inferior a 20,00 (vinte) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa física, e 40,00 (quarenta) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica, ambos na data da concessão, exceto nos casos em que o total devido seja inferior a este valor.

§ 4º Visando garantir o sigilo fiscal, para pessoa física, será exigida a informação do CPF, a data de nascimento, endereço completo e telefone de contato. Terceiros precisam apresentar procuração reconhecida com poderes para tal.

Art. 3º Sobre o valor de cada parcela não incidirão novos juros, e será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = [(T + C) + ((J + M) \times (1 - a/100))]/b$$

P = valor da parcela

T = valor do tributo

C = valor da correção

M = valor da multa moratória

J = valor dos juros de mora

a = percentual de redução

b = número de parcelas

Art. 4º Serão automaticamente excluídos do Programa, os contribuintes que ficarem inadimplentes no pagamento da cota única na

data pré-estabelecida, ou nos casos de parcelamentos, em até 30 (trinta) dias após a data fixada para seu vencimento, ou deixar de pagar por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados.

Parágrafo único. O beneficiado com o Programa que teve seu acordo cancelado pela inobservância das cominações legais previstas onde for apurada diferença no valor pago em detrimento ao valor devido, terá o lançamento dessa diferença apurada pelo próprio sistema automaticamente lançada em seu nome e a comunicação encaminhada ao seu endereço constante no banco de dados da Prefeitura.

Art. 5º Em se tratando de débitos ajuizados, o pedido de parcelamento das dívidas fica condicionado ao pagamento dos correspondentes honorários advocatícios, todavia, estes sem os descontos de que tratam a presente lei complementar e cujo valor deverá ser apurado no momento do acordo, ressalvados, os beneficiados pela justiça gratuita.

Art. 6º Para ingresso no Programa, o optante deverá indicar expressamente o débito que deseja incluir.

Art. 7º A opção pelo REFIS MUNICIPAL sujeita o contribuinte a:  
I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;  
II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;  
III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais objeto do acordo.

Art. 8º A adesão ao Programa não produzirá qualquer efeito em relação à eventual pré-existência de constrição judicial sobre bens e/ou direitos ocorrida em razão da dívida, exceto se integralmente quitada.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2016, e poderá ser regulamentada por Decreto e terá validade até o dia 30 de junho de 2016.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **LEI Nº 4.654, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.654, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a complementar o valor do convênio com a Colônia de Pescadores Z-13 firmado através da Lei nº 4.513, de 04 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar o valor do convênio com a Colônia de Pescadores Z-13 firmado através da Lei nº 4.513, de 4 de fevereiro de 2015, objetivando a manutenção material e pedagógica, inclusive ao pagamento de

profissionais da "Creche Ângela Amin".

Art. 2º Para atender o art. 1º será complementado, no exercício de 2015, o valor de até R\$ 26.000,00(vinte e seis mil reais), conforme Plano de Aplicação previamente apresentado junto à Secretaria Municipal de Educação, que o analisará e autorizará a sua execução e respectivo pagamento.

Art. 3º Fica a Colônia de Pescadores Z-13 obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo aditivo com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de conta.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### PORTARIA PMI/GGP Nº 630/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 630, de 15 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor ARLEI LIMA, Professor, inscrito no CPF sob o n.º 305.910.589-87, admitido em 17 de junho de 1994 na matrícula nº 64, e em 02 de março de 1998 na matrícula 65, referente aos quinquênios devidos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2009 a 2014 (Matr. nº64)	01.02.2016 a 31.03.2016	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2015.
2008 a 2013 (Matr. nº65)		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/GGP Nº 631/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 631, de 16 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor JOSÉ DE OLIVEIRA CARDOSO JÚNIOR, Professor, inscrito no CPF sob o n.º 578.701.369-72, admitido em 03 de março de 1986 na matrícula nº 246, e em 01 de agosto de 1994 na matrícula 247, referente aos quinquênios devidos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2006 a 2011 (Matr. nº246)	01.02.2016 a 31.03.2016	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2015.
2009 a 2014 (Matr. nº247)		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/SEAGP Nº 043, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 043, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014; Considerando as informações no Processo nº 20297/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Avenida Renato Ramos da Silva, em frete a loja Irama, Vila Nova, Imbituba a Senhor Elvis de Almeida Silveira CNPJ nº 21.040.933/0001-82, residente na Av. Estrela nº 385, Vila Nova, Imbituba/SC para serviços de ambulante de alimentação, Lanchonetes, casa de chá, sucos e similares; (Trailer), no horário das 18:00h às 00:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.



§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 09 de Março de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 044, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 044, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;

Considerando as informações dos Processos nº 23085/2015,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública no Porto da Vila de Imbituba - SC, ao Senhor Ronaldo Silveira Martins CPF: 049.412.839-96, para o Festival "Terceiro Portinho Rock", na data de 10 de Janeiro de 2016.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 10

de Janeiro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 045, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 045, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;

Considerando as informações no Processo nº 21942/2015,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Praça Roberto Casimiro da Rosa, Itapiruba, Imbituba - SC, para Alana Menechel Reis, CNPJ nº 20.779.383/0001-55, para o Funcionamento da feira de produtos orgânicos e integrais, artesanatos e apresentações artísticas (rodas de capoeiras), no período de 15 em 15 dias, nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro de 2016.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 15

em 15 dias, nos meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA CMI Nº 067/2015

PORTARIA CMI nº 067/2015

“Designa Comissão Especial de Inventário dos Bens Públicos da Câmara Municipal de Imbituba”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis a nível municipal, com o objetivo de dar apoio a gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

CONSIDERANDO ainda o envio de informações eletrônicas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de acordo com as regras de contabilização do novo Plano de Contas;

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Inventário dos Bens Públicos da Câmara Municipal de Imbituba para, até o final do exercício financeiro de 2015, realizar o levantamento patrimonial dos bens deste ente, com fins de inventário, localização, avaliação e baixa de bens, devendo ainda proceder a elaboração de Relatório com a finalidade do trâmite do processo administrativo.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores:

- a) Lucas Francisco Gonçalves- Presidente da Comissão,
- b) Dayhany Corrêa Tavares- Membro da Comissão,
- c) Rafaela da Rosa Oliveira- Membro da Comissão,
- d) Thiago Guimarães Machado- Membro da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos a partir da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de dezembro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/12/2015.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1699/15

. DECRETO Nº 1699/15

. De 16 de dezembro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, e considerando a necessidade de ajustes orçamentários conforme descrito no contrato de rateio 001/2014 – CISAMVI para custear despesas do presente consórcio para o exercício financeiro de 2015,

DECRETA,

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 708,22 (setecentos e oito reais e vinte e dois centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0122	ADMINISTRACAO GERAL
30.001.0010.0122.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0122.0030.2452	MANUT DO CISA
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
01020000	Saúde
Valor: ( 708,22 )	

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0122	ADMINISTRACAO GERAL
30.001.0010.0122.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0122.0030.2452	MANUT DO CISA
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
01020000	Saúde
Valor: ( 708,22 )	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1700/15**

. DECRETO Nº 1700/15

. De 16 de dezembro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDIAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.279,69 (sete mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2106.3339000000000000	01360000	7.279,69

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 16 de dezembro de 2015

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

No Exercício do Cargo de Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5257**

. LEI Nº 5257

. de 15 de dezembro de 2015

Denomina Escola Básica Municipal Professora Maria Helena Trentini Machado.(Autoria: vereador Henrique Fritz)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Escola Básica Municipal "Professora Maria Helena Trentini Machado", localizada na Rua Werner Schlei, nº 50, bairro Warnow, em Indaial/SC

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de dezembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

**TERMO DE TRANSMISSÃO CARGO DE PREFEITO****TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO**

Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às oito horas, nas dependências do Centro Cívico Municipal, Gabinete do Prefeito, presentes o senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, Mário Withoeft, Vice-Prefeito, Secretários, Autoridades, Servidores e demais presentes que a este Termo assinam, foi pelo primeiro transmitido o cargo de Prefeito ao senhor Mário Withoeft, que passará a exercer interinamente o cargo pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de dezesesseis de dezembro de 2015, período este em que o titular, senhor Sérgio Almir dos Santos estará em gozo de férias, de acordo com o que determina o artigo 102, inciso III da Lei Orgânica do Município. Neste ato, conforme determinação legal, foram apresentados os documentos contábeis, que, feitas as verificações, foram datados e assinados, ficando uma via em poder do Prefeito e outra em poder do Vice-Prefeito, distribuídas as demais aos setores competentes da administração municipal. E, para constar foi lavrada o presente Termo, que a fim de produzir os efeitos legais, será assinado por ambos e pelos demais presentes.

Indaial SC., 16 de dezembro de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

MÁRIO WITHOEFT

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATO 21/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 21/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAL

Processo Licitatório no 19/2015

Termo de Dispensa no: 11/2015

CONTRATADA: GRÁFICA E EDITORA GANDREI LTDA EPP

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para impressão de 150 (cento e cinquenta) edições da lei orgânica da Câmara de Vereadores de Indaial, recentemente atualizada e revisada, visando sua distribuição.

Início de vigência: 13/11/2015

Término de vigência: 31/12/2015.

Valor: R\$ 4.000,00

DATA DA ASSINATURA:13/11/2015.

**EXTRATO CONTRATO 23/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 23/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAL

Processo Licitatório no 17/2015

Edital de Pregão no: 007/2015

CONTRATADA: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA-ME

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de condicionadores de ar, tipo Split convencional, para atender a Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 03 de dezembro de 2015

Término de vigência: 03 de dezembro de 2016.

Valor total: R\$ 35.638,00

DATA DA ASSINATURA: 03/11/2015.

**EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 01/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO No 1 AO CONTRATO Nº 01/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Inexigibilidade de Licitação no. 002/2014

Edital de Credenciamento no: 002/2014

CONTRATADA: RÁDIO CLUBE DE INDAIAL LTDA- EPP

OBJETO: O valor estimado do Contrato n. 01/2015 que trata a Cláusula 17 (dezessete), firmado em 05/02/2015 fica alterado para R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) a fim de atender a melhor efetivação do interesse público, sendo respeitado o limite legal e legitimamente justificado (art. 58, inciso I e art. 65, §1º da lei n. 8.666/93).

Início de vigência: 27 de novembro de 2015

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015.

**EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 03/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO No 1 AO CONTRATO Nº 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório no. 02/2015

Termo de Dispensa no: 01/2015

CONTRATADA: POSTO J.R. LTDA

OBJETO: Alteração que trata a Cláusula Quarta do Contrato n. 03/2015, firmado em 06/02/2015 quanto ao custo unitário do litro de gasolina comum e aditivada. De R\$ 3,099, o valor passa a sofrer reajuste de R\$ 0,18, totalizando o valor de R\$ 3,279 por litro.

Início de vigência: 01 de dezembro de 2015

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2015.

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015**

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Centro, Município de Indaial-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal), de acordo com os termos deste Edital e Anexos, procedimento este a ser conduzido pela Comissão de Licitação instituída e composta conforme Portaria 49/2015.

Indaial/SC, 16 de dezembro 2015.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Mesa Diretora da

Câmara Municipal de Indaial

**TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO**

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois e quinze, às nove horas, nas dependências do Poder Legislativo Indaialense, no Gabinete do Presidente, presentes o senhor Osvaldo Metzner, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Indaial, exercendo o cargo de Presidente pelo período de 15/11/2015 a 15/12/2015, senhor Anderson Luz dos Santos, servidores do Legislativo Indaialense e demais presentes que este Termo assinam, com fulcro na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara, foi pelo primeiro transmitido o cargo de Presidente ao senhor Anderson Luz dos Santos, que reassume a presidência da Câmara Municipal de Indaial, após término de sua licença sem remuneração. Neste ato, conforme praxe e determinação legal, foram apresentados os documentos contábeis e bancários. E, para constar, foi lavrado o presente Termo a fim de que produza os efeitos legais, sendo assinado por ambos e demais presentes.

Câmara Municipal de Indaial, em 16 de dezembro de 2015.

Assinaram:

Osvaldo Metzner

Anderson Luz dos Santos



# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 509/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.015.**

REVOGA PORTARIA Nº. 093/2014 QUE, DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE JANICE NEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com O artigo 137 da Lei Complementar nº 001/2.002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, da administração direta e indireta e da outras providencias.

**R E V O G A :**

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº. 093/2014 que CEDEU a servidora JANICE NEIS, ocupante do cargo de Professora, para prestar seus serviços para a Escola Estadual Básica Orides Rovani na comunidade de Bom Sucesso, Ipumirim, voltando para o local de origem.

Art. 2º. Revogada as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº. 093/2014, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 16 de Dezembro de 2.015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 510/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.015.**

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA MARINEIDE PICK PILATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com O artigo 137 da Lei Complementar nº 001/2.002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, da administração direta e indireta e da outras providencias.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CEDER a servidora MARINEIDE PICK PILATTI, ocupante do cargo efetivo de Professora, para prestar seus serviços para a Escola Estadual Básica Orides Rovani na comunidade de Bom Sucesso, Ipumirim.

Art. 2º. A cedência será sem ônus para o cedente e será até 31 de dezembro de 2017, podendo referido prazo ser antecipado mediante iniciativa de qualquer das partes envolvidas.

Art. 3º. Os efeitos do presente ato administrativo iniciam a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim - SC, 16 de Dezembro de 2.015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2913/2015

Decreto nº 2.913/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.883/2015 de 15 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (34)	Aplicações Diretas	R\$ 228.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (29)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
1.003 – Obras e Reformas de Escolas e Quadras – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (55)	Aplicações Diretas	R\$ 168.000,00

Art. 3º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0193 (33)	Aplicações Diretas	R\$ 275.000,00

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0193 (61)	Aplicações Diretas	R\$ 275.000,00

Art. 5º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.003 – Obras e Reformas de Escolas e Quadras – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 114.000,00

Art. 6º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 74.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2914/2015

Decreto nº 2.914/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.884/2015 de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.022 – Contribuições para o PASEP e INSS sobre Serviços de Terceiros - Outros		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (120)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.024 – Manutenção do Desporto Comunitário		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (137)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2915/2015

Decreto nº 2.915/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2916/2015

Decreto nº 2.916/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 000000 (7)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 000000 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, no montante de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.032 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0214 000000 (14)	Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.032 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0214 000000 (15)	Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2015 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2015

CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço com adjudicação Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO DE 15.000 M³ (QUINZE MIL METROS CÚBICOS) DE ROCHAS TIPO PEDRA FERRO, E DESMONTE ATRAVÉS DE ROMPEDOR DE 500 (QUINHENTAS) HORAS TRABALHADAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 16 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 63/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O ASSENTAMENTO "MANOEL ALVES RIBEIRO", NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.883/2015**

Lei nº 1.883/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.0194 (34)	Aplicações Diretas	R\$ 228.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (29)	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
1.003 – Obras e Reformas de Escolas e Quadras – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (55)	Aplicações Diretas	R\$ 168.000,00

Art. 3º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0193 (33)	Aplicações Diretas	R\$ 275.000,00

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0193 (61)	Aplicações Diretas	R\$ 275.000,00

Art. 5º - Fica suplementada as dotações a seguir especificadas no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.003 – Obras e Reformas de Escolas e Quadras – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 114.000,00

Art. 6º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 – Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.00.0257 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 74.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## LEI Nº. 1.884/2015

Lei nº 1.884/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais).

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.022 – Contribuições para o PASEP e INSS sobre Serviços de Terceiros - Outros		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (120)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.024 – Manutenção do Desporto Comunitário		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (137)	Aplicações Diretas	R\$ 23.000,00



Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 1.885/2015**

LEI Nº 1.885/2015.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO TRÁFEGO PESADO EM VIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica terminantemente proibido o tráfego de caminhões com Peso Bruto Total acima de 30 toneladas nas seguintes localidades:

I- na estrada vicinal que liga a localidade conhecida como Pé da Serra até a localidade de Boa Vista no entroncamento com a SC 120 que dá acesso ao município de Timbó Grande;

II- na estrada municipal que liga a localidade do Rio Branco até a localidade de Boa Vista no entroncamento com a SC 120 que dá acesso ao município de Timbó Grande;

III- na estrada municipal que liga a localidade de Boa Vista até as localidades do Bom Sossego I e II desembocando esta no entroncamento com a SC 120 que dá acesso ao município de Timbó Grande.

IV- na estrada municipal que liga a localidade de São Sebastião do Tokarski até Pé da Serra na divisa com o município de Canoinhas/SC;

V- na estrada municipal da localidade conhecida como Km 20 fazendo divisa com o Município de Canoinhas/SC até o entroncamento com a estrada municipal que leva a localidade de Aparecida dos Pardos.

Parágrafo Único. Fica o Prefeito Municipal de Irineópolis autorizado a expandir por decreto a proibição a outras vias conforme a necessidade pública.

Art. 2º. Todos os atos de fiscalização, notificação, autuação ou retenção de veículos, deverão ser lavrados e acompanhados por Agentes Públicos Municipais efetivos, comissionados ou temporários, na forma da lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 16 de Dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### **LEI Nº. 1.886/2015**

LEI Nº 1.886/2015.

“APROVA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º. Fica aprovado o loteamento de um terreno urbano denominado LOTEAMENTO BOA VISTA, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União-SC sob o nº 20735 com 12.362,52 m² (doze mil, trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), situado a Rua Paraná no Município de Irineópolis, nesta Comarca de Porto União, de propriedade de NELSON KNOLL, brasileiro, portador da C.I. RG nº 1.797.057-SC, inscrito no CPF nº 623.502.779-68, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens com MARILENE APARECIDA SILVEIRA KNOLL, brasileira, portadora da C.I. RG nº 23ºR/4.343.133-SC, inscrita no CPF nº 059.854.679-02, residente e domiciliados a Rua Paraná, centro, Município de Irineópolis-SC, ficando citado loteamento composto da seguinte SUBDIVISÃO DAS ÁREAS:

LOTE -12 - Área: 550,00 m² - Frente: 25,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote-13; Lado Direito: 22,00m com a rua Paraná; Fundos: 25,00m com o Lote-3.

LOTE -13 - Área: 352,00 m² - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -14; Lado Direito: 22,00m com o Lote-12; Fundos: 16,00m com o Lote-4.

LOTE -14

Área: 352,00 m² - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -15; Lado Direito: 22,00m com o Lote-13; Fundos: 16,00m com o Lote-5.

LOTE -15 - Área: 352,00 m² - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -16; Lado Direito: 22,00m com o Lote-14; Fundos: 16,00m com o Lote-6.

LOTE -16 - Área: 352,00 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -17; Lado Direito: 22,00m com o Lote-15; Fundos: 16,00m com o Lote-7.

LOTE -17 - Área: 352,00 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -18; Lado Direito: 22,00m com o Lote-16; Fundos: 16,00m com o Lote-8.

LOTE -18 - Área: 352,00 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -19; Lado Direito: 22,00m com o Lote-17; Fundos: 16,00m com o Lote-9.

LOTE -19 - Área: 352,00 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -20; Lado Direito: 22,00m com o Lote-18; Fundos: 16,00m com o Lote-10.

LOTE -20 - Área: 409,78 m<sup>2</sup> - Frente: 7,80m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 22,03m em duas linhas; a primeira 15,02m com a Rua Projetada e a segunda 7,01m com a Área Verde-II; Lado Direito: 22,00m com o Lote-19; Fundos: 19,46m com o Lote-11.

LOTE -21 - Área: 846,65 m<sup>2</sup> - Frente: 41,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 20,82m com a Rua Paraná; Lado Direito: 20,48m com o Lote-22; Fundos: 41,00m em duas linhas; a primeira 11,00m com Elizabete Berbeki e a segunda 30,00m com terreno Inês Gomes.

LOTE -22 - Área: 326,72 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 20,48m com o Lote-21; Lado Direito: 20,36m com o Lote-23; Fundos: 16,00m em duas linhas; a primeira 12,00m com terreno Aurélio Valentin Lucca e a segunda 4,00m com Elizabete Berbeki.

LOTE -23 - Área: 324,64 m<sup>2</sup> Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 20,36m com o Lote-22; Lado Direito: 20,22m com o Lote-24; Fundos: 16,00m com terreno Aurélio Valentin Lucca.

LOTE -24 - Área: 322,56 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 20,22m com o Lote-23; Lado Direito: 20,10m com o Lote-25; Fundos: 16,00m em duas linhas; a primeira 14,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi e a segunda 2,00m com terreno de Aurélio Valentin Lucca.

LOTE -25 - Área: 320,48 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 20,10m com o Lote-24; Lado Direito: 19,96m com o Área Verde-I; Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -26 - Área: 317,04 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 19,88m com a Área Verde-I; Lado Direito: 19,75m com o Lote-27; Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -27 - Área: 314,96 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 19,75m com o Lote-26; Lado Direito: 19,62m com o Lote-28; Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -28 - Área: 312,88 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 19,62m com o Lote-27; Lado Direito: 19,49m com o Lote-29; Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -29 - Área: 310,80 m<sup>2</sup> - Frente: 16,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 19,49m com o Lote-28; Lado Direito: 19,36m com o Lote-30; Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -30 - Área: 312,80 m<sup>2</sup> - Frente: 13,41m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 19,36m com o Lote-29; Lado Direito: 20,08m com a APP; Fundos: 19,00m em duas linhas; a primeira medindo 2,00m com terreno de Eugênio Koppe e a segunda medindo 17,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

ÁREA VERDE-I - Área: 239,04 m<sup>2</sup> - Frente: 12,00m com a Rua Projetada;  
Lado Esquerdo: 19,96m com o Lote-25;  
Lado Direito: 19,88m com o Lote-26;  
Fundos: 12,00m com terreno de Gilmar José Candido Buzzi.

ÁREA VERDE-II - Área: 401,66 m<sup>2</sup> - Frente: 20,98m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 32,45m com a APP; Lado Direito: 27,49m em duas linhas; a primeira medindo 7,01m com o Lote-20 e a segunda 20,48m com o Lote-11; Fundos: 12,35m com a Rua Pará.

APP - Área: 1331,16m<sup>2</sup> - Frente: 87,61m em quatro linhas; a primeira 20,08m com o Lote-30, a segunda 14,72m com a Rua Projetada, a terceira 20,36m com a Rua Projetada e a quarta 32,45m com a ÁREA VERDE-II; Lado Esquerdo: 20,45m com terreno de Eugênio Koppe; Lado Direito: 17,65m com a Rua Pará; Fundos: 86,39m margeando o Arroio da Invernada em quatro linhas; a primeira 27,46m do marco 08 ao marco 07, a segunda 19,73m do marco 07 ao marco 06, a terceira 21,10m do marco 06 ao marco 05 e a quarta 18,10m do marco 05 ao marco 04.

Art. 2º. O constante da área da Rua Projetada do loteamento perfaz um total de 3.257,35m<sup>2</sup>, (três mil, duzentos e cinquenta e sete metros e trinta e cinco decímetros quadrados), equivalente a 26,35% da área total, conforme planta anexa.

Art. 3º. A aprovação do Loteamento de que trata o artigo 1º, fundamenta-se no que estabelece a Lei Municipal nº 951/99, de 17/11/1999 e alterações posteriores dadas pelas Leis nº 1.725/13 e 1.856/15.

Art. 4º. O Loteamento de que trata este Decreto só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel.  
Parágrafo único. A averbação do presente Loteamento junto ao cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, deverá ser realizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após sua aprovação e sanção do Executivo Municipal, sob pena de perda automática de sua validade.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 16 de Dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 341/2015 - REPUBLICAÇÃO**

PORTARIA N º. 341/2015.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º DELEGAR ao servidor público JULIO CESAR QUADROS, ocupante do cargo efetivo de Contador, portador da CNH Registro nº 04429681460 categoria AB, COMPETÊNCIA PARA DIRIGIR os veículos de uso da Prefeitura Municipal de Irineópolis, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 374/2015**

PORTARIA N º. 374/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR ALINE CRISTINA LINZMEIER RISKE, nascida em 02/09/1988, portadora do CPF n º 053.897.689-65 RG. n º 3.115.839 SESP/SC, para exercer o cargo de Enfermeira para ESF (40h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data de 21/12/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 1/2016**

Processo Licitatório nº 2/2016 - Pregão Presencial nº 1/2016 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum para frota municipal e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 05 de Janeiro de 2016, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 05 de Janeiro de 2016, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 15 de dezembro de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 1/2016 - FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS

Processo Licitatório nº 1/2016 - Pregão Presencial nº 1/2016 – Objeto: contratação de empresa (Posto de Combustível) para fornecimento de Gasolina Comum para os veículos do Programa Bolsa família, CRAS e Conselho Tutelar. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 05 de Janeiro de 2016, até às 10hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 05 de Janeiro de 2016, às 10hs15min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 16 de dezembro de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 1/2016**

Processo Licitatório nº 3/2016 - Tomada de Preços nº 1/2016. OBJETO: reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Lucena. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 12 de janeiro de 2016, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 12 de janeiro de 2016, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 16 de dezembro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

### **PROCESSO Nº 192 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.129.2015 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS, ARGAMASSA E REJUNTE.**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 192 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.129.2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Revestimentos Cerâmicos, argamassa e rejunte.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 06/01/2016.

Abertura do Pregão: 06/01/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.129.2015” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 16 de dezembro de 2015.

Sérgio Roberto Lyra

Diretor de Compras

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 239, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 239, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispensa a emissão anual de alvará de localização, funcionamento e permanência e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a o inciso VII do artigo 59, c/c a alínea o do inciso I do art. 75 ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda o artigo 248 da Lei Complementar nº 25, de 29 de setembro de 2009 e considerando o Ofício nº 028/1º/2º PBM/15;

Decreta:

Art. 1º Fica dispensada a emissão anual de Alvará de localização, funcionamento e permanência para as empresas que estejam dispensadas do Atestado de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Os contribuintes que tiverem as atividades dispensadas da vistoria anual do Corpo de Bombeiros deverão apresentar Atestado de Firma não Estabelecida, ou documento equivalente, emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para as empresas dispensadas do atestado de funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina será emitido Alvará de localização, funcionamento e permanência somente na abertura ou alteração de endereço.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 9 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### LEI Nº 3.004, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.004, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro do ano 2016, estima à receita em R\$ 45.158.019,30 (quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil, dezenove reais e trinta centavos), fixa a despesa em R\$ 45.158.019,30 (quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil, dezenove reais e trinta centavos).

Art. 2º - A Receita do Orçamento do Município de Itapiranga, está estimada com a seguinte classificação:

#### POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES R\$ 44.968.130,90

- Receitas Tributárias R\$ 4.940.322,00
- Dedução da Receita Tributária R\$ - 124.000,00
- Receitas de Contribuições R\$ 736.576,00
- Receita Patrimonial R\$ 213.697,04
- Receita Agropecuária R\$ 3.370,80
- Receita de Serviços R\$ 2.876.840,00
- Transferências Correntes R\$ 42.119.550,50
- Dedução da Receita Corrente R\$ - 6.157.777,44
- Outras Receitas Correntes R\$ 374.552,00
- Dedução de Outras Receitas Correntes R\$ - 15.000,00

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 189.888,40

- Operações de Crédito R\$ 10.112,40
  - Alienação de Bens R\$ 20.224,80
  - Amortização de Empréstimos R\$ 44.944,00
  - Transferências de Capital R\$ 114.607,20
- TOTAL R\$ 45.158.019,30

Art. 3º As Despesas do Município de Itapiranga serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, observando a classificação institucional, funcional programática e natureza da seguinte forma:

#### POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- 01 – PODER EXECUTIVO R\$ 34.499.520,82 76,40%
- 02 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 596.171,86 1,32%

03 – SECRET. .MUNIC. ADMINISTRAÇÃO  
OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 10.049.270,86 22,25%  
Administração R\$ 3.633.600,20 8,05%  
Saneamento R\$ 4.144.063,00 9,18%  
Urbanismo R\$ 2.170.483,66 4,81%  
Defesa Civil R\$ 101.124,00 0,22%

04 – SECRET. FAZENDA, PLANEJAMENTO, DESENV.  
ECONÔMICO E TURISMO R\$ 3.818.422,28 8,46%

06 – SEC.MUNIC.DE EDUC.CULT.ESPORTE R\$ 12.188.808,89 26,99%  
Ensino Fundamental R\$ 7.160.246,12 15,86% Educação Infantil R\$ 3.271.266,13 7,24%  
Outras Fontes R\$ 1.757.296,64 3,89%

608 – SECRET. MUNIC. DE TRANSPORTES R\$ 2.838.718,53 6,29%

09 – FUNDO MUNIC. DE AGRICULTURA E  
MEIO AMBIENTE R\$ 2.651.312,89 5,87%

10 – FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL R\$ 1.392.645,20 3,08%

11 – FUNDO MUNIC. DA INF. E ADOLESC. R\$ 117.633,01 0,26%

12 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DA OBM  
FUNREBON DE ITAPIRANGA R\$ 224.720,00 0,50%

13 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO  
E INTERESSE SOCIAL R\$ 85.385,89 0,19%



14 – SECRET. MUNIC. DA IND. COM. PREST.  
DE SERV. E TURISMO R\$ 406.431,41 0,90%

90 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00 0,29%

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 9.168.498,48 20,30%

01 – Fundo Municipal de Saúde R\$ 9.168.498,48 20,30%

03 – PODER LEGISLATIVO R\$ 1.490.000,00 3,30 %

01 – Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.490.000,00 3,30 %

TOTAL R\$ 45.158.019,30 100,00%

#### POR CATEGORIA ECONÔMICA

1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA R\$ 34.499.520,82

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 31.685.733,55

II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.683.787,27

III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 130.000,00

2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 9.168.498,48

I – DESPESAS CORRENTES R\$ 9.062.995,49

II – DESPESAS DE CAPITAL R\$ 105.502,99

3 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES R\$ 1.490.000,00

I – DESPESAS CORRENTES R\$ 1.445.000,00

II – DESPESAS DE CAPITAL R\$ 45.000,00

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa R\$ 1.490.000,00

04 – Administração R\$ 6.499.947,01

06 – Segurança Pública R\$ 325.844,00

08 – Assistência Social R\$ 1.510.278,21

10 – Saúde R\$ 9.168.498,48

12 – Educação R\$ 11.001.525,13

13 – Cultura R\$ 241.247,50

15 – Urbanismo R\$ 1.651.099,56

16 – Habitação R\$ 85.385,89

17 – Saneamento R\$ 4.144.063,00

20 – Agricultura R\$ 2.651.312,89

22 – Indústria R\$ 346.619,19

23 – Comércio de Serviços R\$ 59.812,22

25 – Energia R\$ 516.856,00

26 – Transporte R\$ 2.838.718,53

27 – Desporto e Lazer R\$ 946.036,26

28 – Encargos Especiais R\$ 1.680.775,43 TOTAL R\$ 45.158.019,30

#### CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 – Execução da Ação Legislativa R\$ 1.490.000,00

10 – Supervisão e Coordenação Administrativa R\$ 3.561.689,80

14 – Serviços de Trânsito R\$ 50.562,00

18 – Administração Rec. Financeiros Municipais R\$ 2.137.646,85

42 – Assistência Social Geral R\$ 1.392.645,20

47 – Assistência Básica R\$ 117.633,01

66 – Acesso, Manut. e Qualific. Ensino Fundamental R\$ 6.840.020,12

68 – Acesso Manutenção e Qualificação Ensino Médio R\$ 320.226,00

70 – Acesso Manut. e Qualificação Ensino Infantil R\$ 3.271.266,13

73 – Desenvolvimento da Cultura e Desporto Amador R\$ 934.519,36

76 – Melhoramento Infra-estrutura Urbana R\$ 2.182.843,26

77 – Política Habitacional R\$ 85.385,89

79 – Saneamento Geral R\$ 4.144.063,00

107 – Promoção Agrícola R\$ 2.162.434,89

128 – Amortização e Encargos da Dívida Interna R\$ 1.680.775,43

130 – Reserva de Contingência R\$ 130.000,00

131 – Promoção da Ind., Com. e Prest. de Serviços R\$ 346.619,19

133 – Saúde Básica R\$ 9.168.498,48

134 – Merenda Escolar R\$ 547.540,88

140 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 596.171,86

141 – Defesa Civil R\$ 325.844,00

142 – Ensino Superior R\$ 22.472,00

145 – Desenvolvimento da Pecuária R\$ 472.024,00

147 – Constr. Pavilhão Viveiro Mudas/Casa Agric. R\$ 16.854,00

149 – Manut. das Ativ. da Secr. de Transportes R\$ 2.774.673,33

150 – Construção de Pontes e Pontilhões R\$ 58.427,20

151 – Abrigos de Passageiros R\$ 5.618,00

153 – Manut. da Bibliot. e Museu Público Munic. R\$ 240.404,80

160 – Obras de Infraestrutura Turística R\$ 6.741,60

161 – Aquisição de Equipamento e Mat. Permanente R\$ 12.359,60

162 – Apoio a Indústria, Com. E Prest. Serviços R\$ 53.070,62

163 – Humanização de Centros Comunitários R\$ 8.988,80

TOTAL R\$ 45.158.019,30

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá contratar Operações de Créditos, desde que atenda os dispostos nos artigos 29, 30 e 31 da Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 5º Os Recursos da Reserva de Contingência estão fixados de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão destinados por Ato do Poder Executivo através de Decreto, para atendimentos a passivos contingentes, conforme determina a Lei 101/2000.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, inclusive no Poder Legislativo, até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento da unidade gestora, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – superávit financeiro do exercício anterior;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 7º Os recursos disponíveis do excesso de arrecadação no período em que houver, serão destinados, através de Decreto do Poder Executivo, ao reforço de dotações orçamentárias insuficientes.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior, se houver, para suplementação de dotações orçamentárias através de Decreto.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2016, dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-los de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso, observando o disposto no artigo 167, VI da Constituição federal.

Art. 11. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas para execução no ano financeiro de 2016, à de Recursos Próprios do de Transferências Constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio a suplementação dos recursos provenientes do Inciso IV do art. 6º da presente lei.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### LEI Nº 3.008, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.008, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2015:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 130.000,00

Total: 210.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratual, juros e encargos da dívida pública, Pasep, Contratos e Precatórios

32.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

46.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 – Manutenção das Atividades da Educação, Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

06.02 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 55.000,00

Total 210.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### LEI Nº 3.002, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.002, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera o Plano Plurianual 2014/2017, para o exercício financeiro de 2016 e 2017 do município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual 2014/2017, para o exercício financeiro de 2016 e 2017 do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais, conforme os novos anexos apensos e integrantes a esta Lei.

Art. 2º Os demais anexos integrantes do Plano Plurianual 2014/2017 original, permanecem inalterados nas suas integrais.

Art. 3º As Receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos para serem executados no exercício financeiro de 2016 e 2017, serão instituídos pelo Código Tributário Municipal, Operações de Crédito, Transferências Auxílios e/ou Contribuições da União, do Estado, das Instituições Públicas, Privadas e Particulares.

Art. 4º As programações físico-financeiras das ações previstas no Plano Plurianual 2014/2017, a serem executados no exercício de 2016 e 2017 são as prescritas nos anexos da Lei Original e da presente, em consonância com os ditames prescritos pela Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações, pela Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais legislações vigentes e consoantes à matéria.

Art. 5º Os objetivos e metas previstas para os exercícios financeiros poderão ser revistas e alteradas, pela Lei de meios, para cada exercício financeiro.

Art. 6º As Funções de Governo previstas na Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais vigentes, ficam distribuídas através dos programas estabelecidos nos Anexos desta lei, os quais serão executados através de seus respectivos Órgãos e Unidades, em razão da própria Organização Administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 7º O Objetivo da alteração do Plano Plurianual 2014/2017, relativamente as programações físico-financeiras das ações, a serem executadas no exercício financeiro de 2016 e 2017 é o de buscar o desenvolvimento pleno e coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria Interministerial nº 42, e demais legislações vigentes, buscando constantemente atingir como meta principal à satisfação da Comunidade.

Art. 8º A Fazenda Pública Municipal, efetuará os repasses financeiros à Câmara Municipal de vereadores e Fundos, dentro de suas disponibilidades financeiras, obedecidas às normas legais e constitucionais.

Art. 9º Fica instituído novo anexo da Consolidação dos Programas identificados, estruturados e Cadastrados no Plano Plurianual 2014/2017, a serem executados no exercício financeiro de 2016 e 2017 parte integrante desta Lei.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução no ano financeiro de 2016 dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-los de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 11. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução no ano financeiro de 2016 e 2017 à de Recursos Próprios do de Transferências Constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adotar medidas necessárias e expedir atos regulamentares à boa execução do Plano Plurianual dos Exercícios Financeiros de 2016 e 2017 bem como, proceder a identificação dos Projetos e Atividades através de numeração específica e apropriada para a matéria.

Art. 13. Os demais Projetos Atividades constantes da Lei Original permanecem com suas respectivas redações, sendo que os não transcritos nesta Lei, no anexo da consolidação dos programas identificados, estruturados no Plano Plurianual 2014/2017, a serem executados no exercício financeiro de 2016 e 2017, ficam automaticamente extintos nas suas integras.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**LEI Nº 3.003, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 3.003, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município, as metas e prioridades da administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento programa para o exercício de 2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º O Orçamento do Município de Itapiranga, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o art. 100 da Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o próximo exercício financeiro, extraída do Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VIII - disposições gerais.
- IX -

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas e despesas de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos integrantes desta lei, as quais terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.



Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a secretário ou servidor municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 12. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo da origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2016.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,25% (zero ponto vinte e cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a

menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99 e artigo 8º da Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no parágrafo único do artigo 8º e artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias para manutenção e 180 (cento e oitenta) para investimentos, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro de cada Unidade Orçamentária, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal, observado o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 26. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei.

Art. 27. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplado na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.



**V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 29. O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na LC 101/2000.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2016, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na Lei Orçamentária Anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, observado a legislação em vigor.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica expressamente proibida a realização de Operações de Crédito entre entes da federação.

Art. 30. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 29 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 16 desta lei.

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS**

Art. 32. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 33. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 35. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em "Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)" e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

§ 3º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de Competência.

§ 4º Para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, utiliza-se o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, deduzidas as receitas correntes oriundas de convênios.

Art. 36. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o § 1º, do artigo 18, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Itapiranga, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34. – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

**VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 37. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o Projeto de Lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário, caso considere necessário alteração do mesmo.

Art. 38. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 45. O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 46. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### **LEI Nº 3.005, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 3.005, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui o Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Artigo 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural no município de Itapiranga SC.

Art. 2º O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios:

I – reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município;

II – cooperação entre agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;

III – complementariedade nos papéis dos agentes culturais;

IV – cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;

V – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil

VI – democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviços;

VII – integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VIII – cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;

IX – liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;

X – territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

Art. 3º O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I – Conselho Municipal de Cultura;
- II – Secretaria de Educação Cultura e Desporto – Departamento Cultural;
- III – Biblioteca;
- IV – Arquivo Público Municipal;
- V – Centro cultural;
- VI – Museu;
- VII – Outros.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei Complementar nº 27, de 24/11/2009, é instância permanente, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que atua na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do município de Itapiranga SC.

Art. 4º O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional:

- I – Plano Municipal de Cultura;
- II – Mecanismos Permanentes de Consulta – Fórum Municipal de Cultura e Conferência;
- III – Fundo Municipal de Cultura;
- IV – Sistema de informações e indicadores culturais;
- V – Programas de capacitação e formação na área cultural.

§ 1º O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§2º Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através do Departamento de Cultura, unidade integrante da administração municipal, é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município.

Art. 6º A Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, é responsável pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte de seus usuários.

Art.7º O Departamento de Cultura é responsável por promover e incentivar a proteção ao meio ambiente, histórico e cultural do município dinamizando suas expressões artístico-culturais.

Art. 8º O Museu Comunitário Almiro Theobaldo Muller, é responsável por colaborar no processo de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade através da preservação e divulgação de seu acervo e promoção de eventos, a exemplo de exposições multidisciplinares, mostras permanentes, exposições temporárias e itinerantes.

Art. 9º As atividades de ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 10. O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá, no prazo de 120(cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta lei, ser elaborado e/ou ajustado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instâncias de consulta.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e submetido à homologação do Executivo Municipal, através de decreto específico.

Art. 11. Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura – FMC, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, formação, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§1º O FMC é vinculado à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§2º Compete ao Poder Executivo Municipal solicitar a abertura de conta em estabelecimento oficial de crédito, realizar movimentações financeiras, registro e controle escritural das receitas e despesas e todas as demais operações financeiras e contábeis relativas ao Fundo.

§3º A fiscalização da aplicação dos recursos do FMC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 12. Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Cultura:

- I – transferências à conta do orçamento geral do município;
- II – transferências realizadas pelo Estado e pela União;
- III – receitas diretamente arrecadadas pelas unidades integrantes do sistema municipal de cultura;
- IV – contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- V – auxílios, contribuições de entidades, subvenções e outras contribuições, de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

- VI – doações e legados;
- VII – saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VIII – saldos financeiros de exercícios anteriores;
- IX – outros recursos a ele destinados na forma da lei.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo fixará o montante dos recursos orçamentários destinado ao FMC em cada exercício financeiro.

Art. 13. O regulamento do FMC aprovado pelo Chefe do Poder Executivo definirá:

- I – As áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo FMC;
- II – Os limites de financiamento;
- III – Os meios e critério de acesso e seleção de projetos e atividades;
- IV – As formas de prestação de contas.

Parágrafo único – O regulamento do FMC deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 14. Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei por decreto, no que couber, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

## **LEI Nº 3.006, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 3.006, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prestação do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SMAE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

### **CAPÍTULO I - DO OBJETIVO**

Art. 1º Esta lei destina-se a definir e disciplinar as condições gerais a serem observadas na prestação de serviço de água e esgoto, administrados pelo Município de Itapiranga, por meio do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SMAE.

Art. 2º Compete ao SMAE exercer as atividades administrativas e técnicas que se relacionem com os serviços públicos de água e de esgotos no município de Itapiranga/SC., exigir dos usuários o cumprimento das condições e normas estabelecidas na lei e nas normas complementares, expedidas pelo Departamento do SMAE ou autoridade superior.

§ 1º O assentamento de canalizações e coletores e a instalação de equipamentos e a execução de derivações serão efetuados pelo SMAE ou por terceiros devidamente autorizados, com observância às demais normas em vigor.

§ 2º As canalizações e coletores, as derivações e as instalações assim construídos, integram o patrimônio do Município de Itapiranga.

§ 3º A operação e manutenção dos sistemas de água e de esgoto, compreendendo todas as suas instalações, serão executadas pelo SMAE.

Art. 3º Os particulares, bem como os órgãos da administração direta e indireta de qualquer ente federado, serão os responsáveis pelas despesas de obras de remoção, relocação ou modificação de canalizações, coletores e outras instalações dos sistemas de água e de esgoto que executarem ou forem executadas por terceiros.

Art. 4º Os danos causados em canalizações, coletores ou em outras instalações dos serviços públicos de água e de esgoto, serão reparados pelo SMAE a expensas do autor, o qual ficará sujeito aos custos e multas previstas nesta Lei, além das demais penalidades cabíveis.

Art. 5º Os custos com as obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de água ou coletoras de esgoto correrão por conta dos interessados em sua execução.

Parágrafo único. Havendo viabilidade técnico-econômica e razões de interesse público ou social, os custos referidos neste artigo poderão correr por conta do Município.

Art. 6º A critério do SMAE, poderão ser implantadas redes distribuidoras de água potável em logradouros, cujos greides não estejam definidos, sendo que, quando se tratar de redes coletoras de esgoto sanitário, a sua implantação dependerá da definição do greide por parte da municipalidade.

Art. 7º Serão custeados pelos interessados os serviços destinados a rebaixamento e/ou elevação de redes de distribuição e/ou coletoras de esgoto, quando ocasionados por alteração de greides, construção de qualquer outro equipamento urbano e construção de ligações de esgoto em prédios para a qual seja necessária a modificação da rede coletora.

## CAPÍTULO II - DAS INSTALAÇÕES E RESERVATÓRIOS

Art. 8º As instalações prediais internas de água e de esgoto serão definidas e projetadas conforme as normas da ABNT e do Município de Itapiranga, com observância das demais normas aplicáveis.

Art. 9º Todas as instalações pertencentes aos ramais prediais internos de água e de esgoto serão executadas a expensas do proprietário.

§ 1º A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, devendo o Município exercer a fiscalização da regularidade das instalações.

§ 2º O usuário se obriga a reparar ou substituir, dentro do prazo que for fixado na respectiva notificação do Município, todas as instalações internas defeituosas.

Art. 10. Serão de responsabilidade do interessado as obras e instalações necessárias ao serviço de água e esgoto dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível do logradouro público, bem como daqueles que não puderem ser ligados à rede coletora do SMAE.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o esgotamento poderá ser feito mecanicamente para o coletor do logradouro, situado na frente do prédio, ou através de terrenos vizinhos para o coletor de cota mais baixa, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. É vedada a ligação do ejetor ou bomba ao ramal ou ao alimentador predial de água potável.

Art. 12. É proibida qualquer extensão do ramal predial interno para servir outras economias, ainda que localizadas no mesmo terreno e pertencentes ao mesmo proprietário, salvo de houver consentimento prévio do Município de Itapiranga.

Art. 13. É vedado o despejo de águas pluviais em derivações prediais de esgoto, sob pena de aplicação de multa e demais sanções legais.

Art. 14. É obrigatória a instalação de reservatório domiciliar para execução da ligação do ramal predial, independente de categoria econômica, devendo os mesmos serem dimensionados e construídos de acordo com as normas em vigor.

Art. 15. É vedada a passagem de canalizações de esgoto sanitários ou pluviais pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

Art. 16. É obrigatório o tratamento prévio dos líquidos residuais que por suas características, não puderem ser lançados "in natura" na rede de esgoto.

Parágrafo único. O tratamento previsto no caput será feito a expensas do usuário, devendo o projeto ser previamente aprovado pelo Município de Itapiranga.

Art. 17. O estabelecimento industrial ou de prestação de serviços, situado em logradouros dotados de coletor público, dependerá de avaliação técnica do setor competente do Município para verificar a possibilidade de ligação, levando-se em consideração critérios de compatibilidade dos efluentes líquidos, vazões e demais características técnicas afins.

§ 1º Caso houver parecer favorável para ligação a rede coletora, este somente poderá lançar os seus dejetos no coletor em condições tais que não causem dano de qualquer espécie às obras, instalações e unidades do sistema de esgotamento sanitário, incluindo o tratamento de esgoto.

§ 2º O SMAE manterá atualizado o cadastro dos estabelecimentos industriais e de prestação de serviços em que serão registrados a natureza e o volume dos despejos a serem coletados.

## CAPÍTULO III - DAS LIGAÇÕES E DOS HIDRÔMETROS

Art. 18. Ficam criadas as seguintes categorias de ligações para o fornecimento de água:

- I – Residencial/Agropecuária;
- II – Comercial/Industrial;
- III – Provisória.

Art. 19. Havendo duas ou mais economias registradas em um único hidrômetro, a cobrança será realizada pela categoria Comercial/Industrial.

Art. 20. Além dos requisitos previstos neste regulamento, a ligação de água ou de esgoto está sujeita ao pagamento dos respectivos preços, constantes da tabela do Anexo II.

Parágrafo único. O pagamento do preço de ligação poderá ser parcelado em três parcelas consecutivas.

Art. 21. As ligações de água e de esgoto para usos domésticos e higiênicos têm prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja concessão ficará condicionada à capacidade dos respectivos sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

Art. 22. A ligação de água destina-se apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdícios, poluição ou o fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito.

Parágrafo único. É vedada ao usuário a derivação de ramais coletores ou instalações prediais de água ou esgoto de sua serventia para atender a outros prédios, ainda que de sua propriedade, salvo com prévia autorização do Município.

Art. 23. Os hidrômetros serão instalados preferencialmente no interior do imóvel, no máximo a 1,5 (um vírgula cinco) metros do alinhamento predial, em local abrigado e de fácil acesso.

§ 1º Quando houver necessidade de instalar o hidrômetro na parte externa do imóvel, ou seja, no muro fronteiro ou na fachada do prédio, o usuário deverá instalar caixa de proteção, de acordo com os padrões e os modelos aprovados pelo Município.

§ 2º O livre acesso ao hidrômetro deverá ser assegurado pelo usuário ao pessoal autorizado pelo SMAE, sendo vedado atravancar o padrão com qualquer obstáculo ou instalação que dificulte a fácil remoção do medidor ou a sua leitura, sob pena de interrupção no fornecimento de água.

§ 3º O usuário responderá pelas despesas decorrentes da falta de proteção e guarda dos hidrômetros instalados na área de domínio de seu imóvel.

§ 4º Por solicitação do usuário poderá ser efetuado deslocamento do hidrômetro, desde que seja viável tecnicamente e haja o pagamento prévio do respectivo preço.

§ 5º Caso o hidrômetro esteja fora dos padrões definidos pelo Município ou em local que dificulte a prestação dos serviços, o proprietário/possuidor será notificado das providências a serem tomadas, fixando-se prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a realização dos serviços, sob pena de interrupção no fornecimento de água.

§ 6º As instalações na Zona Rural do Município poderão ocorrer em uma distância de até 6 (seis) metros do alinhamento do imóvel, desde que o local seja de livre acesso e que seja tecnicamente viável.

Art. 24. O usuário poderá solicitar ao SMAE a aferição do hidrômetro instalado no seu prédio, devendo arcar com as despesas se ficar constatado o funcionamento normal do aparelho.

Art. 25. Em casos de manutenção, pesquisa, ou modificação do sistema de medição, o hidrômetro poderá ser substituído ou retirado pelo SMAE a qualquer tempo, independentemente de notificação prévia.

Art. 26. As ligações realizadas em imóveis públicos serão classificadas como comerciais/industriais, independentemente da destinação.

Art. 27. As ligações de água e de esgoto para construções serão classificadas como provisórias e cedidas em nome do proprietário mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I – cópia de Alvará de Licença para construção;
- II – documentos pessoais;
- III – comprovante de residência.

Parágrafo único. A ligação provisória terá período máximo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período desde que não concluídas as obras, a qual será convertida em definitiva após a apresentação do "habite-se" e pagamento da tarifa correspondente.

Art. 28. Em até 90 (noventa) dias após a conclusão da obra e emissão do "habite-se" deve o proprietário solicitar a conversão da classificação de enquadramento da ligação de água, sob pena de interrupção do fornecimento.

Art. 29. Não poderá ser realizada ligação de água ou esgoto de forma definitiva sem que o imóvel possua o "habite-se".

#### CAPÍTULO IV - DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS

Art. 30. A prestação dos serviços d'água e de esgoto será retribuída mediante a cobrança de tarifas dos usuários, que compreenderão:

- I – as despesas de funcionamento;
- II – as quotas de depreciação, provisão para devedores e amortização de empréstimos;
- III – a constituição de fundo de reserva para investimentos;
- IV – manutenção do equilíbrio econômico e financeiro;



V – outros fatores incidentes ao preço do serviço.

Art. 31. Os valores das tarifas de água e de esgoto serão estabelecidos por Decreto do Executivo Municipal e de acordo com normativas próprias da Agência Reguladora.

§1. As revisões das tarifas previstas nesta Lei serão objeto de proposta fundamentada pelo Município e autorizada pela Agência Reguladora.

§ 2. Os reajustes das tarifas previstas nesta Lei ocorrerão anualmente, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Mercado – IGPM acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 32. É vedada a isenção ou redução de tarifas e outros valores de serviços, ressalvados os casos previstos em Lei.

Art. 33. As contas de água e/ou esgoto serão processadas periodicamente, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo Município, devendo ser pagas na forma determinada em regulamento próprio.

Art. 34. As tarifas de utilização dos serviços de esgoto serão cobradas com base no valor do consumo de água, em percentual a ser fixado pelo Poder Executivo com supervisão da Agência Reguladora.

Parágrafo único. No caso do usuário dispor do sistema próprio de abastecimento de água, será considerado como volume de esgoto coletado, para efeito de cálculo da conta, o volume de água por ele utilizada, efetivamente medida ou estimada pelo Município.

Art. 35. Quando não for possível medir o volume consumido, por avaria do hidrômetro ou por outros motivos que impossibilitem a sua leitura, a cobrança será feita com base na média das últimas 6 (seis) medições realizadas, ou período inferior se inexistir.

Art. 36. Na ausência de medidores, o consumo poderá ser estimado em função do consumo médio mensal presumido, com base em atributo físico do imóvel, utilização do imóvel, número de unidades e outros aspectos peculiares no imóvel.

Art. 37. Nas edificações sujeitas à Lei de Condomínio e Incorporações, as tarifas de todas as economias serão cobradas em uma conta única, quando houver ligação comum de água.

Art. 38. No caso de serem localizados imóveis ligados às redes de água e/ou esgoto do Município de forma clandestina, e não sendo possível verificar a data da respectiva ligação, deverão ser cobradas as tarifas de água e/ou esgoto a partir dos 6 (seis) meses anteriores à data na qual se constatou a infração, com valores atualizados, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 39. Os usuários poderão realizar questionamentos das faturas emitidas, devendo ser apresentadas ao SMAE antes da data do vencimento.

Parágrafo único. Após a data do vencimento serão recebidos recursos dos usuários desde que as contas estejam devidamente quitadas.

## CAPÍTULO V

### DA INTERRUPTÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Art. 40. O fornecimento de água ao imóvel será interrompido nos seguintes casos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

I – impontualidade no pagamento de tarifas;

II – interdição judicial ou administrativa;

III – instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou no ramal predial;

IV – ligação clandestina ou abusiva;

V – retirada do hidrômetro e/ou intervenção abusiva no mesmo;

VI – intervenção no ramal predial externo;

VII – falta de cumprimento de outras exigências deste regulamento.

§ 1º A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos:

I – 30 (trinta) dias após a data de vencimento do débito, no caso do inciso I do caput deste artigo.

II – 5 (cinco) dias após a data de notificação, nos casos previstos no inciso VII, se outro prazo não for fixado

III – imediatamente, independente de notificação prévia, nos demais casos.

§ 2º Cessados os motivos que determinaram a interrupção, ou, se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, será restabelecido o fornecimento de água mediante o pagamento do preço do serviço correspondente.

Art. 41. Os ramais retirados serão recolhidos ao almoxarifado do Município.

Art. 42. Ocorrendo qualquer situação em que é obrigação do contribuinte realizar o pagamento ou ressarcimento aos cofres públicos, será expedida notificação, acompanhada da guia de pagamento, podendo o contribuinte interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 43. Não se interpondo recurso e não sendo realizado o pagamento voluntário, o débito será lançado em dívida ativa e iniciada a fase de cobrança.

**CAPÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 44. A inobservância a qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator a notificações e/ou penalidades.

Art. 45. Serão punidos com multa, as seguintes infrações:

- I – intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e de esgoto;
- II – ligações clandestinas de qualquer canalização à rede distribuidora de água e coletora de esgotos;
- III – violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;
- IV – interconexão da instalação com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;
- V – utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia;
- VI – uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede distribuidora ou ramal predial;
- VII – lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio;
- VIII – lançamento de despejos "in natura", que por suas características exijam tratamento prévio, na rede coletora de esgoto;
- IX – início da obra de instalação de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do Município;
- X – alteração de projeto de instalações de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do Município;
- XI – inobservância das normas e/ou instalações do Município na execução de obras e serviços de água e esgoto.

§ 1º Os valores das multas estão previstas no Anexo II desta lei.

Art. 46. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com as disposições contidas nesta Lei.

Art. 47. Qualquer servidor público, efetivo ou não, ou pessoa prestadora de serviço público, possui competência para emissão das notificações e comunicações previstas nesta lei.

§1º Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo.

§2º Se o infrator se recusar a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

§3º Estando o infrator em local incerto ou não sabido, também compreendido quando o consumidor não mantiver seu cadastro atualizado junto ao Município, realizar-se-á notificação via edital, com publicação nos meios disponíveis.

Art. 48. Para o exercício do contraditório e da ampla defesa, é assegurado ao infrator, o direito de recorrer ao SMAE, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação, se outro prazo não for previsto.

Parágrafo único. A notificação acerca da existência de débitos e faturas pendentes de pagamento ou qualquer outra comunicação entre prestador do serviço e usuário poderá ser realizada de forma pessoal, por ofício com aviso de recebimento ou por aviso na própria fatura, a critério do Município.

**CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 49. Na falta de êxito na cobrança amigável ou administrativa dos créditos do Município, além da aplicação das disposições restritivas, previstas na Lei, o Município através da sua Procuradoria poderá recorrer ao Poder Judiciário para cobrança judicial desses créditos.

Art. 50. Caberá aos usuários que necessitarem de água com características diferentes dos padrões de potabilidade, adotados pelo SMAE, ajustar os índices físico-químicos, mediante tratamento em instalações próprias.

Parágrafo único. Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude do tratamento corretivo mencionado.

Art. 51. Ao Município assiste o direito de, em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora no sentido de verificar a obediência ao prescrito nesta Lei.

Art. 52. O usuário deve assegurar aos servidores autorizados do SMAE o acesso às instalações de água e esgoto dos prédios, áreas, quintais ou terrenos, para realização de vistorias de inspeção a essas instalações.

Art. 53. Caberá ao SMAE ou a Empreiteira por ele contratada, recompor a pavimentação de ruas e calçadas que tenham sido removidas para instalação ou reparo de canalização de água ou esgoto.

Art. 54. Ocorrendo o aumento extraordinário do consumo devido a vazamentos invisíveis no alimentador e/ou instalação predial, poderá o Município deduzir, para efeito de cobrança do consumo, a diferença entre o consumo e a média de consumo dos 6 (seis) meses anteriores, limitada a 70% (setenta por cento) do consumo extraordinário.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao usuário e não reparado o motivo que causou o consumo extraordinário, será cobrado de forma integral o consumo registrado pelo medidor.

Art. 55. Os casos omissão e não abordados pela presente lei poderão ser resolvidos nos termos das resoluções e normas da Agência

Reguladora.

Art. 56. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei mediante decreto.

Art. 57. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e encerrando-se em dia útil da semana.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos após 30 (trinta) dias.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n. 2.867, de 8 de outubro de 2013.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

## ANEXO I

TABELA DE ESTRUTURA TARIFÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA			
CATEGORIA	TIPO	CONSUMO	TARIFA
Residencial/Agropecuária	NORMAL	Taxa mínima até 5 m <sup>3</sup>	R\$ 18,00
		06 a 10 m <sup>3</sup>	R\$ 3,90 p/m <sup>3</sup>
		11 a 20 m <sup>3</sup>	R\$ 4,20 p/m <sup>3</sup>
		21 a 30 m <sup>3</sup>	R\$ 4,50 p/m <sup>3</sup>
		31 a 50 m <sup>3</sup>	R\$ 5,25 p/m <sup>3</sup>
		superior a 50 m <sup>3</sup>	R\$ 6,00 p/m <sup>3</sup>
Comercial/Industrial	NORMAL	Taxa mínima até 5 m <sup>3</sup>	R\$ 18,70 p/m <sup>3</sup>
		06 a 20 m <sup>3</sup>	R\$ 4,50 p/m <sup>3</sup>
		21 a 50 m <sup>3</sup>	R\$ 5,25 p/m <sup>3</sup>
		superior a 50 m <sup>3</sup>	R\$ 6,45 p/m <sup>3</sup>
Provisório	ÚNICA	Taxa mínima até 5 m <sup>3</sup>	R\$ 25,00 p/m <sup>3</sup>
		Superior a 06 m <sup>3</sup>	R\$ 7,00 p/m <sup>3</sup>

## ANEXO II

TABELA DE PREÇOS		
		UFM
1	ligação de água	0,50
2	religação de água por corte	0,20
3	desligamento de água requerida	0,10
4	religação de água requerida sem inadimplência	0,10
5	disponibilização de esgotamento sanitário comercial e residencial	0,03
6	disponibilização de esgotamento sanitário industrial	0,12
7	ligação de esgotamento sanitário	0,70
8	deslocamento do ponto de ligação	0,10
9	reparo da rede sem máquinas	0,50
10	reparo da rede com máquinas	1,00
11	multa por ligação clandestina	2,00
12	lançamento de água pluvial na rede de esgoto	1,00
13	violação ou retirada do hidrômetro	0,50
14	aferição do hidrômetro	0,20
15	infrações do art. 45, salvo previsão específica	0,50

**LEI Nº 3.007, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 3.007, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à Associação Esportiva Cultural e Beneficente Parque Floresta com revogação da Lei nº 2.749, de 20 de dezembro de 2011 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a desafetação e doação onerosa por interesse público, de bem imóvel à Associação Esportiva Cultural e Beneficente Parque Floresta, inscrita no CNPJ sob nº 80.640.345/0001-49, no qual está instalada, na área consolidada preteritamente, a seguir descrita: Lote Urbano nº R-4, da Quadra nº 02, do Loteamento Floresta, na Cidade e Comarca de Itapiranga-SC, com área de 908,30m², que confronta: ao NORTE, em 28,59 metros com a Rua da Matriz; ao NORDESTE, em 24,87 metros, com parte do Lote nº R-5; ao SUESTE, em 30 metros com o Lote nº 14; e ao SUDOESTE, em 26,82 metros e ainda em 9,30 metros em dois rumos, totalizando 36,12 metros, com a Rua Eduardo Werlang, destinado como área verde, de propriedade do Município de Itapiranga-SC, conforme Matrícula nº 12.983 do CRI de Itapiranga-SC.

§ 1º Pela desafetação referida no caput deste artigo, fica o imóvel constituído pelo Lote urbano nº R-4, da Quadra nº 02, do Loteamento Floresta, situado nesta cidade de Itapiranga, objeto da matrícula nº 12.983 liberado da área verde.

§ 2º A composição das áreas verdes remanescentes contemplam a área necessária para formação da área verde daquele loteamento, conforme normas ambientais em vigor, registradas na matrícula nº 7.339, R1/7339, alínea b.

Art. 2º A doação referida no artigo 1º desta Lei é feita por interesse público, a título de incentivo para manutenção das atividades da beneficiária, cujo caráter oneroso consiste na cedência gratuita deste espaço físico, pela entidade donatária, ao Poder Público Municipal, órgãos e entidades correlatas a ele, para realização de eventos e promoções, pelo período de 15 (quinze) anos e no cumprimento de utilização do imóvel recebido exclusivamente para desenvolvimento das ações comunitárias contidas no seu Estatuto Social ou atividades correlatas, sob pena de reversão.

Parágrafo único. A cláusula de reversão será exercitada no caso da donatária utilizar o imóvel em desacordo com o seu Estatuto, não cumprir os encargos a que se subordina a doação, bem como no caso de não mais mantê-los e na dissolução da associação.

Art. 3º O imóvel foi avaliado pela comissão especialmente designada para este fim, nos termos do Decreto nº 144/2015 e Memorando 37/2015/Procuradoria, em R\$ 157.842,56 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 4º Os atos cartoriais relativos à transferência da propriedade poderão ser outorgados à donatária, deles constando, obrigatoriamente e sob pena de nulidade do ato, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, referidos no artigo 2º e § único desta Lei.

§ 1º Na hipótese do parágrafo anterior, caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em favor do doador.

§ 2º A revogação da doação, por inexecução dos encargos, proceder-se-á mediante processo administrativo e/ou processo judicial.

Art. 5º A donatária arcará com as custas, imposto, taxas e despesas decorrentes da transferência do imóvel aqui em questão e da aplicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.749, de 20 de dezembro de 2011.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**LEI Nº 3.009, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 3.009, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

03.02 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 – Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 110.000,00

03.03 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos – Urbanismo

15.452.0076.2009 – Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

06.01 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. Desenv. das Atividades da educação, Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.881,64

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

12.362.0068.2035 – Manutenção do Ensino Médio

33.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 36.060,00

06.02 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Educação Infantil

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 101.412,00  
 31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 28.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
 20.608.0145.2041 – Programa de Inseminação Artificial  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 9.300,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral  
 33.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. Instit. Priv.s/Fins Lucr .....  
 ..... R\$ 9.500,00  
 Total: R\$ 400.153,64

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04.01 – Secretaria Munic. da Fazenda e Planejamento  
 28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública, Pasep e Contratos e Precatórios  
 46.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 169.500,00

06.01 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental  
 12.361.0066.1020 – Aquisição de Veículos, Equip. e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 352,00  
 44.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 3.227,00

12.361.0066.1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 3.035,44  
 44.90.00.00.00.00.00.0108 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.060,00  
 44.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.629,06

12.361.0066.2029 - Manut. Desenv. das Atividades da educação, Ensino Fundamental  
 31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 35.000,00

06.02 - Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Educação Infantil  
 12.365.0070.1022 – Aquisição de Veículos, Equip. e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 4.543,00

12.365.0070.1021 – Construção e Manut. de Escolas de Educação Infantil  
 44.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 61.447,14

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil  
 33.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.060,00

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
 20.606.0107.2038 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura  
 31.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências Consórcios Públicos .....  
 ..... R\$ 9.300,00  
 Total: R\$ 400.153,64

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 15 de dezembro de 2015.  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
 Secretaria Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ADICIONAL DE 2% PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPOÁ 2015/2016

#### ADICIONAL DE 2% PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPOÁ 2015/2016

PROFISSIONAL		Horas Usadas	Sobra
2015	ADEMIR DA SILVA COSTA		
2014	Formação Continuada para Docentes – Produção Textual – 40hs/24h– Nº 1014	24h	-
2015	Práticas Pedagógicas na Perspectiva do Trabalho com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300551	24h	-
2015	Formação Continuada para Docentes – Ortografia – 72 horas – Nº 1423	32h	40h
2015	ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON		
2004	Formação em Gestão Escolar – 270/190 horas – Nº 801	190h	-
2015	ALCIDES TADEU DA SILVA JUNIOR		
2001	Curso de Implementação da Escola de Sucesso III – 40 horas – Nº 036	40h	-
2009	7º Congresso Internacional sobre Avaliação na Educação – 40 horas – Nº 0884	40h	-
2002	Curso de Capacitação de Implementação do Projeto Político Pedagógico – 24 horas – Nº 012	24h	24h
2015	ALINE ZANELA		
2003	III JOBIO – Jornada de Biologia da UNIPAR – 20 horas – Nº 0014	20h	-
2004	IV JOBIO – Jornada de Biologia da UNIPAR – 24 horas – Nº 0018	24h	-
2004	Gestão Ambiental – Básico – 40 horas – 0001	40h	-
2015	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO		
2004	XI Congresso Estadual das APAE'S – 20 horas – Nº 995	20h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8258	32h	-
2015	Programa de Formação para a Equipe Gestora da SMEI – Orientação Educacional, Supervisão e Educação Inclusiva – 20 horas – Nº 090301348	20h	-
2015	Programa de Formação para a Equipe Gestora da SMEI – Gestores Escolares, Especialistas de Ed. Infantil e Administradores Escolares – 20 horas – Nº 090301353	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	ANA JOSELIA DALLACOURT RIBAS		
2015	A Ludicidade dos Jogos e a Pedagogia de Projetos – 300 horas – Nº 1284	80h	220h
2015	ANA PAULA ROSÁRIO		
2012	Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs – 100 horas – Nº 0030	80h	20h
2015	ANDRÉA BATISTA DIAS		
2010	Curso de Formação Continuada – 82 horas – Nº 3312	80h	-
2015	ANDRÉ VINÍCIUS ARAUJO		
2015	Educação Infantil: lúdico e aprendizagem – 240 horas – Nº 525-08	80h	160h
2015	ANDRÉIA ZIMERMANN DE SOUZA		
2014	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa 2014 – 160 horas – Nº 2014.1922	80h	80h
2015	ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA		
2000	Congresso Nacional de Educação – 40 horas – Nº 735	40h	-
2013	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 6764	40h	-
2015	ANGELA MARIA NUNES		
2008	Pós-Graduação em Gestão Escolar, Supervisão e Orientação – 390 h – Nº: 1331.9.545.3	310h	-
2015	ANGELA MARIA STOCCO		
2012	Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0065	40h	-
2013	Equipe Gestora: importância do trabalho coletivo – 40 horas – Nº 660	40h	-
2015	ANA MARILSA REINERT		
2012	Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0093	40h	-
2013	Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0340	40h	-
2015	ANGELA SHIMIDT FERNANDES		
2014	Encontro de Formação Continuada de Administradores – 80 horas – Nº 1052	80h	-
2015	ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA		
2006	Seminário de Pesquisa em Arte e Arte na Educação – 20 horas – Nº 137.843	20h	-
2007	Seminário de Pesquisa em Arte e Arte na Educação – 20 horas – Nº 144.760	20h	-
2009	Contação de Histórias – 20 horas – Nº 2923	20h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8227	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	AMANDA FEHRMANN GERN		
2007	VII Semana de Matemática – 20 horas – Nº 145.040	20h	-
2008	VIII Semana de Matemática – 20 horas – Nº 151.556	20h	-
2009	Semana de Matemática – 20 horas – Nº 154.394	20h	-



2009	Capacitação "Motivação" – 20 horas – Nº 2925	20h	-
2015	APARECIDA GRANDINI JOSÉ		
2010	Programa Formação pela Escola – 40 horas – Nº 3525	40h	-
2012	Formação Continuada– 60 horas – Nº 0233	60h	-
2015	BERENICE DE FÁTIMA HAU MAOSKI		
2004	Aceleração da Aprendizagem no Ensino Fundamental – 320 horas – Nº 104.315	240h	-
2008	Formação Continuada – Avaliação – 80 horas – Nº 15	-	80h
2015	BERNADETTE SOARES SANCHES		
2014	Equipe Gestora: importância do trabalho coletivo – 40 horas – Nº 651	40h	-
2014	Formação Continuada para Gestores Escolares de Ensino Fundamental – 40 horas – Nº 585	40h	-
2015	CATIA ELIANE NICOLACHIK		
2009	Curso de Capacitação "Motivação" – 20 horas – Nº 3020	20h	-
2009	Grupo de Estudos da Conferência Municipal de Itapoá – 20 horas – Nº 2864	20h	-
2013	Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0345	40h	-
2015	CATIA HUEBNER KERKHOVEN		
2013	Formação Continuada para Docentes: Arte na Educação Infantil – 80 horas – Nº 0466	80h	-
2015	CARLOS ALBERTO OSGA JUNIOR		
2013	CONAE - O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 40 horas – Nº 0553	40h	-
2015	Curso de Formação Continuada para Gestores Educacionais – 62 horas – Nº 1474	62h	22h
2015	CARLOS EDUARDO VERRI		
2004	Deficiência: Desenvolvendo e Demonstrando sua Capacidade Produtiva – 20 horas – Nº 0016	20h	-
2005	II Jornada e VII Semana de Educação Física da UNIPAR – 28 horas – Nº 0030	28h	-
2006	I Simpósio de Educação: Perspectivas e Desafios – 40 horas – Nº 0214	40h	(sobra inf. à 20h)
2015	CARMELITA DO CARMO GARCIA		
2012	Formação Continuada para professores de Educação Infantil – 24 horas – Nº 0183	24h	-
2011	Curso de Formação Portfólio na Educação Infantil – 20 horas – Nº 3795	20h	-
2013	CONAE - O PNE na Articulação do Sistema Nacional da Educação – 20 horas – Nº 0525	20h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8361	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	CÉLIA REGINA DE LIMA		
2002	Prática Pedagógica Espaço de Intervenção do Professor – 120 h/40 horas – Nº149	40h	-
2014	Formação Continuada para Docentes: Letramento na Educação Infantil – 48 horas – Nº 1001	48h	(sobra inf. à 20h)
2015	CENITA SCHIZZI DANI		
2013	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais da Educação – 170 horas – Nº 2012.2311	80h	90h
2015	CLAUDIA NASCIMENTO		
2008	Formação Continuada – Avaliação – 80 horas – Nº 22	80h	-
2015	CLAUDIO SÉRGIO COSTA DA SILVA		
2013	CONAE - O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 40 horas – Nº 0556	40h	-
2014	Curso de Aperfeiçoamento – Métodos para a Sala de aula – 109 horas	29h	-
2015	Bullying – 55 horas – Nº Cód. CRTSP3308902	55h	44h
2015	CLAUDINEI FERREIRA MENDES		
2008	Curso de Formação Continuada – 80 horas – Nº 23	80h	-
2015	CRISTIANE DA SILVA		
2006	Formação Continuada – 20 horas - 2449	20h	-
2012	Formação Continuada – 48 horas - 0226	48h	-
2013	CONAE - O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 20 horas - 0529	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	DENISE BATISTA		
2005	Curso de Capacitação de Profissionais da Educação: Programa Salto para o Futuro – 40 horas – Nº 1107.44169-1	40h	-
2006	Curso de Capacitação de Profissionais da Educação: Diretrizes Pedagógicas para Ed. Básica – 32 horas – Nº 1270.44169-1	32h	-
2007	Curso de Capacitação de Profissionais da Educação: Reflexões para Implementação do PPP – 24 horas – Nº 3800.44169-1	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	DIEGO ANDRE AZAMBUJA		
2012	Formação Continuada – 60 horas – Nº 0252	60h	-
2013	CONAE - O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação – 20 horas - 0530	20h	-
2015	DILMA MOREIRA DOS SANTOS NUNES		
2013	Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0354	40h	-
2013	Formação pela Escola – Programa do Livro – 40 horas – Nº 314	40h	-
2015	DIONÍSIO TESLUK		
2013	CONAE – O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 40 horas – Nº 558	20h	-
2013	Gestão Escolar: A Importância da Formação Continuada – 40 horas – Nº 611	40h	-

2015	Práticas Pedagógicas em História, Geografia e Ensino Religioso – 24 horas – Nº 090300257	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	EDINÉIER FARIAS		
2004	O Cotidiano Escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 879	42h	-
2006	I Semana de Apresentação de Trabalhos do Normal Superior – 20 horas – Nº 051	20h	-
2009	CONAE - Grupo de Estudos da Conferência Municipal de Itapoá – 20 horas – Nº 2854	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	EDINÉIA DOS SANTOS		
2004	O Cotidiano Escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 878	42h	-
2004	Seminário Estadual de Arte na Educação – 28 horas – Nº 53614	28h	-
2005	IX Encontro do PROLER e X Semana Nacional do Livro e das Bibliotecas – 28 horas – Nº 137.310	28h	(sobra inf. à 20h)
2015	EDUARDO FIGUEREDO		
2011	Extensão Gestar II – Matemática – Universidade de Brasília – 300 horas	80h	140h
2015	ELAINE MACHADO DA SILVA DE FREITAS		
2012	Formação Continuada para Professores de Educação Infantil – 40 horas – Nº 0266	40h	-
2013	CONAE: O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 40 horas – Nº 0559	40h	-
2015	ELAINE NUNES NEVES BURBELLO		
2014	Formação para Docentes: Letramento na Educação Infantil – 36 horas – Nº 0999	36h	-
2014	Curso de Extensão em Orientação Sexual enquanto Tema Transversal – 20 horas – Nº 1243	20h	-
2015	Práticas Ped. Na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300578	24h	-
2015	ELASIO FRISANCO		
2013	O Processo de Avaliação no Atendimento Educacional Especializado – 36 horas – Nº 575	36h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 0850	32h	-
2015	Práticas Pedagógicas do Trab. com Proj. Didáticos e Sequências Didáticas – 24 horas – Nº 090300559	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA		
2011	Programa Formação pela Escola – Alimentação Escolar – 40 horas – Nº 3534	40h	-
2012	Formação Continuada de Gestores Escolares – 24 horas – Nº 0155	24h	-
2013	Equipe Gestora: importância do trabalho coletivo – 40 horas – Nº 644	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG		
2011	Curso de Atendimento Educacional Especializado – AEE – 80 horas – Nº 971	-	80h
2011	Libras para Ouvintes II – 60 horas – Nº 519	60h	-
2012	Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado–180 horas– Nº 10152/12	20h	-
2015	ELIANE APARECIDA DO ROSÁRIO		
2014	Formação Continuada para Docentes: Arte e Espaço na Educação Infantil – 52 horas – Nº 899	52h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8350	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	ELIANE MARIA VALORE DE SIQUEIRA		
2010	Formação Continuada – 107 horas – Nº 3320	27h	-
2013	Formação Continuada para Docentes: Arte na Educação Infantil – 60 horas – Nº 0481	60h	(sobra inf. à 20h)
2015	ELIANE DO NASCIMENTO SOUZA		
2012	Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs – 100 horas – Nº 0037	80h	20h
2015	ELIZETE BUDAL ARINS		
2014	Formação Continuada para Equipe Gestora da Educação Infantil – 28 horas – Nº 975	28h	-
2014	Formação Continuada para Gestores Escolares de Ed. Infantil – 56 horas – Nº 594	56h	(sobra inf. à 20h)
2015	ERDNER LÚCIO COSTA E OLIVEIRA		
2011	Introdução a Educação Digital – 40 horas – Nº 3711	40h	-
2013	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 6830	40h	-
2015	FABIANA BESTEL PAWLINA		
2012	Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs – 100 horas - 0043	80h	20h
2015	FABIANI ROBERTA PEREIRA		
2010	Formação Continuada de Orientadores Educacionais 112 horas – Nº 3377	32h	-
2010	Formação Continuada – 59 horas – Nº 3395	59h	(sobra inf. à 20h)
2015	FABÍOLA KASUE TANAKA		
2012	Formação Continuada – 52 horas – Nº 0229	52h	-
2013	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 6791	40h	(sobra inf. à 20h)
2015	FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK		
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 8094	40h	-

2014	Formação pela Escola: Programas do Livro – 40 horas – Nº 0948	40h	-
2015	FERNANDA PERES DO ROSÁRIO		
2004	O Cotidiano escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 892	42h	-
2006	XI Congresso Sul Brasileiro da Qualidade na Educação – 24 horas – Nº 139.260	24h	-
2011	Curso de Formação Portfólio na Educação Infantil – 20 horas – Nº 3808	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	FLÁVIA APARECIDA PERES DO ROSÁRIO		
2015	Métodos para a Sala de Aula – 109 horas – Nº cód. 1943396.374462.15090	80h	29h
2015	GILMAR SANTIN		
2004	I Fórum do Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação – 20 horas – Nº 99222	20h	-
2006	Formação Continuada – 70 horas – Nº 2436	70h	(sobra inf. à 20h)
2015	IRACEMA MARQUES FERREIRA		
2005	Curso de Extensão na área do Magistério do Ensino Superior – 90 horas – Nº 357	80h	-
2015	IVETE LONGO FONSECA DE SIQUEIRA		
2013	Programa Formação pela Escola – Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0372	40h	-
2013	Equipe Gestora: Importância do trabalho Coletivo – 40 horas – Nº 622	40h	-
2015	JACQUELINE ZAMBONI PAESE		
2012	Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TIC'S – 100 horas – Nº 0050	80h	20h
2015	JANAINA SARTOR		
2010	Formação Continuada para Prof. De Educação Infantil – 105 horas – Nº 3268	80h	25h
2015	JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA		
2010	Formação Continuada– 124 horas – Nº 3323	80h	44h
2015	JANETE MARIA DOS REIS		
2005	V Seminário Catarinense de Educação de Jovens e Adultos – 20 horas – Nº 469	20h	-
2014	Formação Continuada para Docentes: Arte e Espaço na Educação Infantil – 43 horas – Nº 906	43h	-
2014	Curso de Extensão em Orientação Sexual enquanto Tema Transversal – 20 horas – Nº 1226	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	JANIMAR LUKASEWICZ SILVESTRO		
2001	Curso de Língua Portuguesa – 60 horas – Nº 672	60h	-
2002	Curso de Capacitação: Implementação do PPP – 20 horas – Nº 50	20h	-
2015	JANINE CRISTINA RODRIGUES		
2012	XVII Encontro Reg. De Estudantes de Matemática do Sul – 40 horas – Nº 0221	40h	-
2012	Formação pela Escola: Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0078	40h	-
2015	JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA		
2011	Formação pela Escola – 40 horas – Nº 3574	40h	-
2013	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 6847	40h	-
2015	JESANA CARVALHO DA SILVA		
2006	O Processo de Avaliação na Formação dos Professores – 40 horas – Nº registro pg. 01	40h	-
2007	A Avaliação Escolar Segundo os Aspectos Legais e o Processo de Avaliação – 40 horas – Nº 39	40h	-
2015	JOELMA APARECIDA ROSA		
2015	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa 2014 – 92 horas – Nº 1439	80h	-
2015	JOSÉ ANTONIO SOARES		
2006	Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental – 40 horas – Nº 107	40h	-
2009	Grupo de Estudos da Conferência Municipal de Itapoá – 40 horas – Nº 2839	40h	-
2015	JULIANA MARASCK FAGUNDES		
2013	Formação Continuada para Docentes: Arte na Educação Infantil – 80 horas - 0446	80h	-
2015	JULIANA YUMI MORI GALLÉAS		
2012	Formação pela Escola – Programa Dinheiro na Escola – 40 horas – Nº 0109	40h	-
2013	Formação pela Escola – Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0379	40h	-
2015	JULIO CESAR ABREU		
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8215	32h	-
2015	Práticas Ped. Na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300536	24h	-
2015	Curso de Introdução à Educação Física no Ensino Fundamental – 20 horas – Nº Cód. EDUCA874475	20h	-
2015	Curso de Introdução à Educação Física na Ed. Infantil – 20 horas – Nº Cód. EDUCA952633	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	JULIANA ROEDER		
2006	Congresso Internacional de Educação – 40 horas – Nº 1596	40h	-
2010	Formação Continuada – 150 horas – Nº 3383	70h	30h
2015	KIARA COSTA VELHO		
2010	Formação Continuada para Professores de Educação Infantil– 26 horas – Nº 3289	26h	-
2010	I Seminário de Educação da Undime Região Sul – 20 horas – Nº 3215	20h	-
2011	III Colóquio Estadual de Educação Infantil – 20 horas - Nº 19.555	20h	-

2012	Capacitação no Programa O Caráter Conta – 20 horas – Nº 3912	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK		
2004	Oficina de Desenvolvimento Interpessoal – 40 horas – Nº 539	40h	-
2004	O Cotidiano Escolar na pós-modernidade e a Construção dos Limites – 42 horas – Nº 915	42h	(sobra inf. à 20h)
2015	LEILA IVANY BARBOSA CABRAL		
2013	As Funções Supervisora e Orientadora do Pedagogo na Escola – 40 horas – Nº Cód. 1403966.370973.1062	40h	-
2013	Como montar uma Brinquedoteca na Escola – 40 horas – Nº Cod. 138592.370973.6745	40h	-
2015	LIAMAR RODRÍGUES PEREIRA		
2013	Educação Física em Ação – 36 horas – Nº 0433	36h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8217	32h	-
2014	Educação Física em Ação – 32 horas – Nº 1117	32h	20h
2015	LUCIANA FERNANDES COAN		
2008	Formação Continuada: Avaliação – 80 horas – Nº 63	80h	-
2015	LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO		
2010	Formação Continuada – 56 horas – Nº 3484	56h	-
2011	Formação pela Escola – Competências Básicas – 40 horas – Nº 3511	40h	(sobra inf. à 20h)
2015	LUCIANE DOS SANTOS SILVA		
2014	PNAIC – 120 horas – Nº 2013.0840	80h	-
2015	LUCILENE APARECIDA BRODOWSKI		
2012	Utilização de Objetos de Aprendizagem em Sala de Aula Mediatizado pelas Tecnologias Digitais – 66 horas – Nº Cód. 0000045447	66h	-
2015	Práticas Ped. Na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 09030028	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	LUCÉLIA RANATA BORGES		
2010	Curso de Extensão em Psicopedagogia e Educação Especial – 90 horas – Nº 268	80h	-
2015	LUCY HELENA WIELEWICKI		
2004	O cotidiano escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 922	42h	-
2006	XI Congresso Sul Brasileiro da Qualidade na Educação – 24 horas – Nº 140.277	24h	-
2006	Curso de Formação Continuada – 30 horas – Nº 2498	30h	(sobra inf. à 20h)
2015	LUCYMAR RODRIGUES DE FARIA		
2012	Formação pela Escola: Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0082	40h	-
2013	Formação Continuada para Gestores Escolares de Ensino Fundamental – 24 horas – Nº 582	24h	-
2014	Formação Continuada para Administradores Escolares – 25 horas – Nº 1066	25h	(sobra inf. à 20h)
2015	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA		
2002	PCN em Ação – Ensino Fundamental 1º à 4º série – 120 horas – Nº 509	40h	-
2004	O Cotidiano Escolar Pós-Modernidade e a Construção dos Limites – 42 horas – Nº 926	42h	(sobra inf. à 20h)
2015	LUIZ PEREIRA		
2014	Pró-Letramento: Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – 120 horas – Nº 1449	80h	40h
2015	MAIRELI DITTRICH		
2012	Grupo de Estudos sobre o Modernismo Brasileiro – 40 horas – Nº 164.347	40h	-
2012	VIII Colóquio sobre Ensino da Arte: Ensino da Arte e Práticas Educativas – 40 horas – Nº 152	40h	-
2015	MARCELA CRISTINA SOARES		
2013	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa – 180 horas – Nº cód. 687804.193461.2171	80h	100h
2015	MARCELO SCHATZMANN		
2008	Formação Continuada: Avaliação – 80 horas – Nº 71	80h	-
2015	MARCIA APARECIDA PARTALA		
2013	Formação pela Escola: Programas do Livro – 40 horas – Nº 329	40h	-
2013	Formação pela Escola: Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0385	40h	-
2015	MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS		
2010	Curso de Formação Continuada para Professores de Educação Infantil – 89 horas – Nº 3275	80h	-
2015	MARCIANA ARBIGAUS ECKEL		
2009	Técnicas para produção de uma Brinquedoteca – 80 horas – Nº 07	80h	-
2015	MARIA ISOLETE LINHARES		
2014	Equipe Gestora: A importância do trabalho coletivo – 40 horas – Nº 618	40h	-
2015	Curso Introdução à Educação – 60 horas – Nº Cód. CRTSP243989	60h	20h
2015	MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA		
2013	Formação Continuada para Docentes: Arte na Educação – 68 horas – Nº 0443	68h	-

2015	Práticas Pedagógicas na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300589	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	MARIA HELENA ZANOTTO		
2009	Formação Continuada – 40 horas – Nº 3035	40h	-
2012	Formação pela Escola: Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0111	40h	-
2015	MARGOT HELENA DE SÁ RIBAS		
2011	Formação de Supervisores Escolares e Coordenadores da Educação Infantil – 52 horas – Nº 3781	52h	-
2013	Formação pela Escola: Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0387	40h	(sobra inf. à 20h)
2015	MARIA DA GLÓRIA MIRA		
2011	Formação pela Escola: Competências Básicas – 40 horas – Nº 3507	40h	-
2013	Formação pela Escola: Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0388	40h	-
2015	MARIA DE FÁTIMA COSTA		
2013	CONAE – O PNE na articulação do sistema Nacional de Educação – 40 horas – Nº 0562	40h	-
2013	Formação Continuada para Gestores Escolares de Ed. Infantil – 48 horas – Nº 591	48h	(sobra inf. à 20h)
2015	MARINETE INÁCIA DE SOUZA		
2013	Formação Continuada para Docentes: Arte na Educação – 62 horas – Nº 0497	62h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8318	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	MARISTELA FRANZ PERRY FONTANA		
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 1304	32h	-
2015	Ética e Profissionalismo na Função Docente – 50 horas – Nº 090300027	50h	(sobra inf. à 20h)
2015	MARIZÉLIA FRANZ PERRY		
2008	Formação Continuada: Avaliação – 80 horas – Nº 87	80h	-
2015	MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA		
2010	1º Salão de Artes – 64 horas – Nº 3303	64h	-
2013	CONAE – O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 20 horas – Nº 0542	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	MICHELLE RODRIGUES DA VEIGA		
2003	Programa Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN em Ação – 20 horas – Nº 592	20h	-
2009	Capacitação sobre Motivação – 20 horas – Nº 2969	20h	-
2013	Formação pela Escola: Módulo de Controle Social para Conselheiros – 40 horas – Nº 0392	40h	-
2015	MICHERLI L. NEUBER		
2007	Formação Continuada – Avaliação – 80 horas – Nº 2278	80h	-
2015	NANCY DA SILVA ARAÚJO VARGAS		
2010	Curso de Formação Continuada para Professores de Educação Infantil – 116 horas – Nº 3276	80h	36h
2015	NOEMI DA SILVEIRA MADZGALLA		
2015	Educação Infantil: lúdico e aprendizagem – 240 horas – Nº 525-07	80h	160h
2015	PAMELA TODESCO		
2015	Práticas Pedagógicas na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300543	24h	-
2015	O quê e como ensinar a Educação Física na Escola – 60 horas – Nº 329066	60h	(sobra inf. à 20h)
2015	PATRÍCIA MACHADO PEREIRA		
2009	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – 40 horas – Nº 3093	40h	-
2009	Contação de Histórias – 20 horas – Nº 2937	20h	-
2009	Grupo de Estudos da Conferência Municipal de Itapoá – 24 horas – Nº 2795	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	REGIANE KOVALCZYK		
2006	I Semana de Apresentação de Trabalhos do Normal Superior – 20 horas – Nº 092	20h	-
2007	I Congresso Nacional de Educação – 40 horas – Nº 35	40h	-
2008	Saberes e Práticas Docentes II – 28 horas – Nº 10	28h	(sobra inf. à 20h)
2015	RENATA MARIA MILDEMBEGER		
2011	O Princípio Organizador para Qualidade da Educação – 360 horas – Nº 5473	80h	280h
2015	RENATA PATRÍCIA DOS SANTOS		
2015	O Lúdico e os Jogos no Processo de Ensino Aprendizagem – 300 horas – Nº 1185	80h	220h
2015	RENATO SPINELLI CARMONA		
2011	Introdução à Educação Digital – 40 horas – Nº 3745	40h	
2012	Formação pela Escola: Programa Nacional de Alimentação Escolar – 40 horas – Nº 0014	40h	
2012	Formação Continuada – 56 horas – Nº 0262	-	56h
2015	RICARDO VINICIUS BRAUER		
2012	Formação Continuada – 60 horas – Nº 263	20h	-



2013	CONAE: O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação – 20 horas – Nº 0544	20h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 8240	32h	-
2015	Práticas Pedagógicas na Perspectiva do Trab. Com Proj. Didáticos – 24 horas – Nº 090300284	24h	(sobra inf. à 20h)
2015	RODE ESTER PESSANHA		
2004	O Cotidiano escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 956	42h	-
2006	Curso de Formação Continuada – 50 horas – Nº 2464	50h	(sobra inf. à 20h)
2015	ROSANGELA DO ROCIO HOROKOSKI		
2010	Curso Cultura e Educação: construindo uma escola multicultural – 80 horas – Nº 6150	80h	-
2015	ROSANA AMARAL DE LIMA		
2012	FORMAÇÃO PELA ESCOLA: Programa Dinheiro Direto na Escola – 40 horas – Nº 0089	40h	-
2014	Formação Continuada: Movimento na Educação Infantil – 40 horas – Nº 940	40h	-
2015	ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER		
2010	Formação Continuada de Orientadores Educacionais – 112 horas – Nº 3378	32h	-
2011	Curso de Formação em Alfabetização – 24 horas – Nº 3790	24h	-
2012	Formação Continuada de Administradores Escolares – 30 horas – Nº 0149	30h	(sobra inf. à 20h)
2015	ROSANGELA LIRANI MADUREIRA		
2003	I Ciclo de Estudos "Dificuldades de Aprendizagem – um Desafio aos Educadores" – 32 horas – Nº780	32h	-
2004	Projeto Construção Contínua do Saber Fazer – 32 horas – Nº 21	32h	-
2004	XXI ENPAESP – Encontro Paranaense dos Estudantes de Pedagogia – 40 horas – Nº 20	40h	24h
2015	ROSANGELA NUNES BARBOSA PEREIRA		
2010	Formação Continuada – 84 horas – Nº 3489	80h	-
2015	ROSELI TURECK		
2009	Curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – 40 horas – Nº 3095	40h	-
2009	Formação Continuada – 40 horas – Nº 2886	40h	-
2015	ROSEMERI ALVES DE SOUZA		
2013/14	PNAIC Pró-letramento – Formação para Alfabetizadores – 120 horas – Nº 2013.0840	40h	-
2014/15	PNAIC Pró-letramento – Formação para Alfabetizadores – 160 horas – Nº 2014.1922	40h	120h
2015	ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO		
2011	VI Semana Acadêmica do Curso de Letras – 20 horas – Nº 11650	20h	-
2012	Formação Continuada – 60 horas – Nº 1466	60h	-
2015	ROSICLEI NUNES BARBOSA SANTOS		
2015	O Lúdico e os Jogos no Processo de Ens. E Aprendizagem – 300 horas – Nº 1184	80h	220h
2015	ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI		
2004	Oficina de Desenvolvimento Interpessoal – 40 horas – Nº 557	40h	-
2009	Formação Continuada – 40 horas – Nº 2920	40h	-
2015	SANDRA DEVEGILI		
2012	Curso de Formação Continuada para Professores de Educação Infantil – 40 horas – Nº 0267	40h	-
2013	XXV Encontro Nacional da Rede Arte na Escola – 40 horas – Nº 573	40h	-
2015	SANDRA MARIA DANI BENCK		
2006	XI Congresso Sul Brasileiro da Qualidade na Educação – 24 horas – Nº140715	24h	-
2006	Curso de Formação Continuada – 30 horas – Nº 2510	30h	-
2008	Conhecimento do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente para a Melhoria da Ação Pedagógica – 20 horas – Nº 020108	20h	-
2010	1ª Jornada da Educação: Saberes e Fazeres do Professor – 20 horas – Nº 932	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA		
2006	Curso de Formação Continuada – 80 horas – Nº 2437	80h	-
2015	SARITA SILVA DE SOUZA NASCIMENTO		
2001	Curso Parâmetros em Ação – 24 horas – Nº 4840	24h	-
2003	Formação Continuada da Educação Infantil – 20 horas – Nº 10154	20h	-
2003	V Fórum Microrregional de Educação Infantil – 20 horas – Nº 8821	20h	-
2004	VI Fórum Microrregional de Educação Infantil – 20 horas – Nº 12.492	20h	(sobra inf. à 20h)
2015	SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA		
2014	Formação Continuada para Docentes: Arte e Espaço na Educação Infantil – 52 horas – Nº 919	52h	-
2014	Jornada Pedagógica Municipal de Itapoá – 32 horas – Nº 831	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	SILVANA DE SOUZA APECK		
2014	Formação Continuada de Administradores Escolares – 80 horas – Nº 1050	80h	-
2015	SIMONE DE OLIVEIRA		
2011	Formação pela Escola: Competências Básicas – 40 horas – Nº 3501	40h	-



2011	Formação pela Escola: Programa de Alimentação Escolar – 40 horas – Nº 3550	40h	-
2015	SIMONE SILVANA MACHADO		
2012	Formação Continuada de Orientadores Educacionais – 96 horas – Nº 0177	80h	-
2015	SOLANGE MARIA ROSA		
2008	Curso de Formação Continuada – 80 horas – Nº 118	80h	-
2015	SOLANGE APARECIDA NUNES		
2006	Congresso Nacional de Educação – 40 horas – Nº 7486	40h	-
2007	I Congresso Nacional de Educação – 40 horas – Nº 18	40h	-
2015	SOLANGE MARIA CAVALHEIRO		
2010	Curso de Formação Continuada – 116 horas – Nº 3335	80 h	36 h
2015	SONIA APARECIDA ALVES		
2015	O Lúdico e os Jogos no Processo de Ensino e Aprendizagem – 300 horas – Nº 1421	80h	220h
2015	SONIA WEISS		
2015	O Lúdico e os Jogos no Processo de Ensino e Aprendizagem – 300 horas – Nº 1182	80h	220h
2015	TICIANE HELMA KUMMROW		
2014	Curso de Aperfeiçoamento – Métodos para a sala de Aula – 109 horas - Autenticação eletrônica	29h	-
2015	Práticas Pedagógicas em História, Geografia e Ens. Religioso – 24 horas – Nº 090300267	24h	-
2015	Curso de Gestão Escolar – 40 horas – Nº Cód. 2097203.623396.16567	40h	(sobra inf. à 20h)
2015	THAYS NASCIMENTO VIEIRA		
2010	Curso de Formação Continuada de Orientadores Educacionais – 56 horas – Nº 3375	56h	-
2015	Formação Continuada para Orientadores Educacionais – 56 horas/32 horas – Nº 1482	32h	(sobra inf. à 20h)
2015	VALCI TEREZINHA DE SOUZA		
2011	Formação pela Escola: Programa Nacional de Alimentação Escolar – 40 horas – Nº 3552	40h	-
2011	Formação pela Escola: Competências Básicas – 40 horas – Nº 3499	40h	-
2015	VANESSA DIBAX		
2013	Equipe Gestora: importância do trabalho coletivo – 40 horas – Nº 1021	40h	-
2014	Formação para Especialista em Educação: Expectativa de Aprendizagem – 40 horas – Nº 1035	40h	-
2015	VANIA CLEUSA PINTO DA SILVA		
2002	Encontro Estadual do PCN em Ação – 24 horas – Nº 430	24h	-
2004	XI Congresso Estadual das APAE'S – 20 horas – Nº 1224	20h	-
2004	Curso de Capacitação: O Cotidiano escolar na pós-modernidade e a construção dos limites – 42 horas – Nº 975	42h	(sobra inf. à 20h)
2015	VANIA MARIA LENZI		
2011	Formação pela Escola: Módulo FUNDEB – 40 horas – Nº 3553	40h	-
2011	Formação pela Escola: Programa Nacional de Alimentação Escolar – 40 horas – Nº 3588	40h	-
2015	VANILDA DE SOUZA		
2006	Curso de Formação Continuada – 140 horas – Nº 2484	80h	60h

Itapoá, 10 de dezembro de 2015

A comissão.

**PORTARIA Nº 1892/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1892/2015.

De: 01 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) JOSIANE MARQUES DE SOUZA SANSON, matrícula 1211935, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, para a referência Nível II – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1893/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1893/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) LUIZ ANTONIO PIAZZETTA, matrícula 1791, investido (a) no cargo de ASSESSOR, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1894/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1894/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) JOSEANE

MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1895/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1895/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) ANDREIA NUNES DE JESUS, matrícula 5428, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Administração, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1896/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1896/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) NEUZI TEREZINHA CORDEIRO MACHADO, matrícula 583057, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1897/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1897/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) DEBORA DA SILVA ESTEVÃO COELHO, matrícula 610348, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1898/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1898/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) DEBORAH KARIM SALLES DE OLIVEIRA, matrícula 616753, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1899/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1899/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) ROSANE MARIA

MINATTI CAVALARI, matrícula 607860, investido (a) no cargo de ASSESSOR, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1900/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1900/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1901/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1901/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) ANTONIO PAULO TERCZIANY, matrícula 622001, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1902/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1902/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) CLAUDINE ROSA GOMES, matrícula 1213601, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1903/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1903/2015

De: 01 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de dezembro de 2015 a 30 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) BARBARA ALEXANDRINA RIBEIRO WIL, matrícula 607754, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1904/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1904/2015

De: 02 de dezembro de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de dezembro de 2015 a 21 de dezembro de 2015, ao (a) servidor (a) SONIA HELOISA

RAMOS RODRIGUES, matrícula 619914, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1905/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1905/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ABATHA INGRID PIVA, matrícula 710989, investido (a) na função de AJUDANTE GERAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1906/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1906/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ADRIANA RIBEIRO SCHULTZ, matrícula 11629460, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1907/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1907/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) AKINANDRA ALMAHARA MARTENDAL, matrícula 1278070, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1908/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1908/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) WELLINGTON RUTILIO KULIACK, matrícula 1211994, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1909/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1909/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ALINE ALESSANDRA REGIS, matrícula 11629657,

investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1910/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1910/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ALINE MARCELI ZAPORA, matrícula 11629541, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1911/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1911/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ALINE NASCIMENTO MERTENS, matrícula 736651, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1912/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1912/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANA CLAUDIA SPECK DE SOUZA, matrícula 11657570, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1913/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1913/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANA CRISTINA ABREU, matrícula 625744, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1914/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1914/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANA MARIA DIAS TEIXEIRA, matrícula 1258273, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1915/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1915/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDRE FELIPE BORBA DA SILVA, matrícula 11629630, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1916/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1916/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDRE JOSE DOS SANTOS, matrícula 743909, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1917/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1917/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDREA DA SILVA OLIVEIRA COELHO, matrícula 11634065, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1918/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1918/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDREIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA, matrícula 11630515, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1919/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1919/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANDREIA CRISTINA GELIN, matrícula 1235796,

investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1920/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1920/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELA MERLIN ORZENN, matrícula 1269933, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1921/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1921/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELA REGINA MISSIO, matrícula 1290444, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1922/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1922/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELICA DA SILVA GOLL, matrícula 1270893, investido (a) na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1923/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1923/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CAMILA SAMPAIO DE OLIVEIRA, matrícula 715310, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1924/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1924/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CAOANY OLEGARIO SCHENDROSKI, matrícula 1252321, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS,

conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1925/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1925/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CHARLENE APARECIDA DE SOUZA, matrícula 716863, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1926/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1926/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CINTIA BEATRIZ MACHADO PEREIRA, matrícula 588857, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1927/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1927/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CINTIA CIUNEK, matrícula 6645, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1928/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1928/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ADRIANA SANTANA, matrícula 623164, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1929/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1929/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CLAUDIA SOARES, matrícula 644757, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1930/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1930/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CLAUDINEIA MACHADO FERNANDES, matrícula 727091, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1931/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1931/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL, matrícula 1230670, investido (a) na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1932/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1932/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CRISTIANE DO ROCIO VENSKI SCARPIM, matrícula 583448, investido (a) na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1933/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1933/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DAIANE JUNKES AYROSO, matrícula 624594, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1934/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1934/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DALITA CRISTIANE DE ALMEIDA PATRICIO, matrícula 1204033, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS,

conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1935/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1935/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DANIEL DIAS FERNANDES, matrícula 606251, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1936/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1936/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DARCI PEROLA SCHULTZ, matrícula 1237934, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1937/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1937/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DIANA VALERIA PINTOS NASCIMENTO, matrícula 11629584, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1938/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1938/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DIENES CELIA COELHO, matrícula 11597062, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1939/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1939/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DILMA MALMAN, matrícula 11652470, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar

Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1940/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1940/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DURVALINO CANDIDO NETTO, matrícula 11628588, investido (a) na função de AJUDANTE GERAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1941/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1941/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) EDNA RAFAELA DA SILVA VASCONCELOS, matrícula 1209418, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1942/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1942/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) EDENILSON CARVALHO, matrícula 11629029, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1943/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1943/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINE CRISTINA NEMOTO, matrícula 1234978, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1944/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1944/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINE CRISTINE BRUSKE DA SILVA COSTA, matrícula 621820, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal

016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1945/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1945/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINE DE SOUZA, matrícula 745987, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1946/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1946/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINY MARTINS DA SILVA, matrícula 1183702, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1947/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1947/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELEN DORIS RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula 1253042, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1948/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1948/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELIANE SPANIOL, matrícula 11629592, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1949/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1949/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELISABETE DE MIRA, matrícula 624950, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1950/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1950/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL, matrícula 11634847, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1951/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1951/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELOIZA BOECHAT CAMARGO, matrícula 719242, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1952/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1952/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABIANA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DE SOUZA, matrícula 11657421, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1953/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1953/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABIANA HELENA PRADO DA SILVA, matrícula 1270907, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1954/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1954/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABIANE ALVES DA SILVEIRA, matrícula 1256319,

investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1955/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1955/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABIANO PALANDI, matrícula 618055, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1956/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1956/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABRINA BRISOLLA DA MOTA, matrícula 1270974, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1957/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1957/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FERNANDA CRISTINA KOSAKOSKI, matrícula 11629037, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1958/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1958/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) HELLEN TATIANE DOS SANTOS, matrícula 27, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, para a referência Nível V – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1959/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1959/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FRANCIANA REGINA NARDELLI, matrícula 607835,

investido (a) na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1960/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1960/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FRANCIELLE SOUZA, matrícula 1266101, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1961/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1961/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GEISA RAFAELA MALANSKI POMARI, matrícula 1230697, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1962/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1962/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GIANE DO ROSÁRIO GOMES, matrícula 1273809, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1963/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1963/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GILVANI REGINES SCHIESSL, matrícula 1288695, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1964/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1964/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GISLAINE MARTINS SANTOS, matrícula 11629673, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1965/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1965/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GISLENE DE SOUZA MIRANDA, matrícula 1232754, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1966/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1966/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GISLIANE DA SILVA MUNIZ, matrícula 715336, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1967/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1967/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GLACY TEREZINHA SCHAFAUSER DE PAULI, matrícula 1291963, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1968/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1968/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GRAZIELA BENKENDORF, matrícula 598135, investido (a) na função de PROF. N. H. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1969/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1969/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) HADRYANO MINATTI CAVALARI, matrícula 580287, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1970/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1970/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) HELGA KRAUSS, matrícula 11637064, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1971/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1971/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) HORTENCIA DOS SANTOS, matrícula 625728, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1972/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1972/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ILISANE WINHAR PEREIRA ZAGO, matrícula 1216481, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1973/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1973/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) INGRID MEIRJURGEN SAAD, matrícula 1283219, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1974/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1974/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) IRACEMA DO ROSÁRIO, matrícula 1198360, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1975/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1975/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JACIRA MARIA OLIVEIRA, matrícula 681784, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 10HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1976/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1976/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JANAINA SANDRI DE VASCONCELOS, matrícula 1282077, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 1977/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1977/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JANETE MARIZA GONÇALVES, matrícula 605948, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1978/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1978/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JHONATH NUNES PAIDOSZ, matrícula 1268511, investido (a) na função de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1979/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1979/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JOCELIA TELES DOS SANTOS, matrícula 1200593, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1980/2015 - RH**

PORTARIA Nº 1980/2015.

De: 04 de dezembro de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JOSE CESAR PEICHO FILHO, matrícula 724491, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA EM CAIXAS D'ÁGUAS E MANUTENÇÕES MENSAS NAS UNIDADE ESCOLARES E DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº58/2015

Processo: 88/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA EM CAIXAS D'ÁGUAS E MANUTENÇÕES MENSAS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 12 de janeiro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 12 de janeiro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 17 de dezembro de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 139/2013/PMJ TA 02

CONTRATO Nº 139/2013/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, Setor Industrial, no Município de Maravilha, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 – SSP/SC e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, 509 – Bairro Padre Antonio, na cidade de Maravilha - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 139/2013/PMJ, firmado em 20/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 96/2013/PMJ, Edital CC nº 6/2013/PMJ, homologado em 17/12/2013, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, pelo regime de empreitada global, dos serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo o fornecimento de 01 (uma) Equipe para os Serviços de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis (lixo inorgânico/seco) na área do perímetro urbano do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 20 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor original do contrato fica reajustado em 17,9959%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de 01/12/2013 a 30/11/2015, passando o valor mensal para R\$ 37.847,13 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e sete reais e treze centavos), a partir de 20 de dezembro de 2015, sendo R\$ 25.860,04 correspondentes ao material e meio mecânico e R\$ 11.987,09 correspondentes aos serviços.

Diante do reajuste e da prorrogação, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 454.165,56 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões

oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 10 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LAS KE – Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CONTRATADA

MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### 227/2011/FMS TA 07

CONTRATO Nº 227/2011/FMS – TA 07

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa YURI A. RIGHI PICCININ & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.587.873/0001-04, estabelecida na RUA JOSÉ BONIFACIO, 57, Bairro CENTRO, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. YURI A. RIGGHI PICCININ, portador da Carteira de Identidade nº 4.755.538, inscrito no CPF nº 054.758.929-89, residente e domiciliado na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 227/2011/FMS, firmado em 07/07/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 24/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 20/2011/FMS, homologado em 07/07/2011, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática da Secretaria Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 06 de julho de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA LTDA.  
YURI A. RIGGHI PICCININ

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**233/2011/FMS TA 05**  
CONTRATO Nº 233/2011/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa JOAÇABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.815.203/0001-90, estabelecida na AV XV DE NOVEMBRO, 371, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FELIPE BRANDALISE DURIGON, portador da Carteira de Identidade nº 4.797.307 e inscrito no CPF nº 058.488.289-03, residente e domiciliado na RUA JORGE LACERDA, 100, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 233/2011/FMS, firmado em 20/09/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/FMS, homologado no dia 20/09/2011, cujo objeto é a manutenção mensal de provedores, destinados às Estratégias de Saúde Família do Bairro Vila Remor e Nova Petrópolis e ao Posto de Saúde de Santa Helena, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 19 de setembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.**

O valor mensal do contrato fica reajustado, a contar de 01 de janeiro de 2016, em 9,2867% relativos à variação do IGP-DI no período de outubro de 2014 a setembro de 2015, passando de R\$ 802,14 para R\$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais), correspondentes à manutenção mensal de 03 (três) provedores de internet a R\$ 292,00 cada um.

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 7.562,80 (sete mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
OAUKA GIOVANA KLEBER - Secretária

JOAÇABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
FELIPE BRANDALISE DURIGON

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**3/2013/FMS TA 03**  
CONTRATO Nº 3/2013/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, situada na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Luis Antonio Lima da Cunha, residente e domiciliado na Rua Francisco Lindner, nº 477, Edifício Residencial Angélica, apto 902, Centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R 5.423.619 e do CPF nº 696.470.030-72, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 3/2013/FMS, firmado em 07/01/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 47 (quarenta e sete) meses e 24 (vinte e quatro) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.  
CREDENCIADA  
LUIS ANTONIO LIMA DA CUNHA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### **32/2013/PMJ TA 11**

CONTRATO Nº 32/2013/PMJ – TA 11

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ADS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.190.855/0001-34 estabelecida na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.053, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, no Município de São José, SC, representada neste ato pelo Sr. Murilo Silveira Fleischmann, portador da Carteira de Identidade nº 2.863.361-0 e CPF nº 807.610.209/00, residente e domiciliado na Rua Desembargador Flavio Tavares da Cunha Melo, 186 – Coqueiros, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/PMJ, firmado em 18/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 90/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 46/2012/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de serventes de limpeza, destinados às Secretarias Municipais de Educação, de Gestão Administrativa e demais setores vinculados ao Gabinete do Prefeito deste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 46 (quarenta e seis) meses, contados do seu início.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 1.418.215,68 (um milhão quatrocentos e dezoito mil duzentos e quinze reais e sessenta e oito centavos).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - Prefeito

ADS SERVIÇOS LTDA  
MURILO SILVEIRA FLEISCHMANN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### **345/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 345/2012FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 138, centro, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. GLÁUCIO GRANDO GALLI, residente e domiciliado na Rua 13 de Maio, nº 122, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R - 1.074.687 e do CPF nº 503.656.819-20, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 345/2012/FMS, firmado em 05/09/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 8/2012/FMS, lançado no dia 23 de agosto de 2012, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 51 (cinquenta e um) meses e 25 (vinte e cinco) dias, contados do seu início.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões



oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA  
GLÁUCIO GRANDO GALLI

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### **346/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 346/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.357/0001-60, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 388, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representada pelo Sr. CHRISTIAN OURIQUES BREDA, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 464, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/R-2.205.877 e do CPF nº 020.596.879-18, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 346/2012/FMS, firmado em 05/09/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 8/2012/FMS, lançado no dia 23 de agosto de 2012, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA** **CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 51 (cinquenta e um) meses e 25 (vinte e cinco) dias, contados do seu início.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CEPAC – CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA  
CHRISTIAN OURIQUES BREDA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### **353/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 353/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 09.035.294/0001-61, situada na Rua Frei Rogério, nº 517, centro, Campos Novos, SC, representada neste ato pelo Sr. Leonardo Carlos da Silveira Falcão, residente e domiciliado na Rua Carlos Pisani, 888, apto. nº 402, bairro Senhor Bom Jesus, Campos Novos, SC, portador do Documento de Identidade nº 2.815.098 e do CPF nº 016.603.769-98, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 353/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA** **CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 20 (vinte) dias, contados do seu início.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA - ME  
LEONARDO CARLOS DA SILVEIRA FALCÃO



Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**355/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 355/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.099/0002-68, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 430-0, centro, Chapecó, SC, representada neste ato pela Sra. Angélica Meimberg Casagrande, residente e domiciliada na Rua Osvaldo Aranha, nº 889, apto. nº 801, centro, Pato Branco, PR, portadora do Documento de Identidade nº 4.518.102-2 e do CPF nº 638.015.319-53, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 355/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 20 (vinte) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA  
- ME  
ANGÉLICA MEIMBERG CASAGRANDE

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**356/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 356/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, representada neste ato pelo Sr. Miguel Igor Russowsky, residente e domiciliado na Avenida Santa Terezinha, s/nº, apto. nº 301, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 11/C-191.056 e do CPF nº 400.941.389-15, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 356/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 20 (vinte) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SIIM SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA - EPP  
MIGUEL IGOR RUSSOWSKY

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**357/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 357/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.504.022/0001-63, situada na Rua Duque de Caxias, nº 1050, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Sra. Araceli Mott Eing, residente e domiciliada na Avenida Caetano Natal Branco, 3103, Bairro Frei Bruno, Joaçaba, SC, portadora do Documento de Identidade nº 11/R 3.928.979 e do CPF nº 008.310.369-40, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 357/2012/FMS, firmado em 11/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 20 (vinte) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

EING CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - ME  
ARACELI MOTT EING

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**358/2012/FMS TA 05**

CONTRATO Nº 358/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.548.702/0001-68, situada na Rua Victor Konder, 1005 – sala 104, centro, Xanxerê, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Arnaldo Thiago Berto Lovatel, residente e domiciliado na Rua Vidal Ramos, nº 356, Bairro Matinho, Xanxerê, SC, portador do Documento de Identidade nº 3892209 e do CPF nº 038.588.869-47, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 358/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA  
ARNALDO THIAGO BERTO LOVATEL

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**359/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 359/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.830.705/0001-50, situada na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Senhora Keilla Karloh, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, 380, centro, Joaçaba, SC, portadora do Documento de Identidade nº 3.347.782 e do CPF nº 007.652.759-02, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 359/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA), PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA)  
KEILLA KARLOH

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**360/2012/FMS TA 04**

CONTRATO Nº 360/2012/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.587.319/0001-81, situada na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo senhor Walter Wendhausen Rothbarth, residente e domiciliado na Rua Roberto Trompowski, 390, apto 601, centro, Joaçaba, SC, portador do Documento de Identidade nº 674832/SSP/PR e do CPF nº 202.216.579-91, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 359/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA  
WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**485/2007/FMS TA 09**

CONTRATO Nº 485/2007 – TA 09

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. LUIZ EUSEBIO MALISKA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. Santa Terezinha nº 476, nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF nº 134.553.119-20, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 485/2007, celebrado em 24 de janeiro de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2007, instaurado através da Dispensa nº 12/2007, homologado no dia 24 de janeiro de 2007, que tem como objeto a locação de um imóvel de propriedade do LOCADOR, localizado na Avenida Santa Terezinha, 453 neste Município, e destina-se à instalação de PSF – PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE**

O valor mensal a ser pago ao LOCADOR fica reajustado em 9,3140% referente à variação do INPC/IBGE no período de 01/07/2014 a 30/06/2015, passando de R\$ 2.042,12 para R\$ 2.232,00 (dois mil duzentos e trinta e dois reais), a partir de 01 de janeiro de 2016.

Diante do reajuste constante nesta cláusula e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 26.784,00 (vinte e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LOCATÁRIO  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

LUIZ EUSÉBIO MALISKA  
LOCADOR

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

**50/2013/PMJ TA 02**

CONTRATO Nº 50/2013/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, representada neste ato pela Secretária Marilde Terezinha Bittencourt e o CLUBE 10 DE MAIO, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 82.779.315/0001-43, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Ary Reginatto, inscrito no CPF sob nº 347.342.109-00, portador da Carteira de Identidade nº 809.521, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, por este instrumento particular, as partes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 50/2013/PMJ, firmado em 15/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 27/2013/PMJ – Dispensa de Licitação nº 2/2013/PMJ, cujo objeto é a locação das dependências do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, compreendendo a quadra e sala no subsolo do mesmo, localizado na Rua Getulio Vargas, esquina com a Avenida XV de Novembro, destinadas à prática de atividades esportivas dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowsky – CERT, de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 58.008,00 (cinquenta e oito mil e oito reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Marilde Terezinha Bittencourt - Secretária

CLUBE 10 DE MAIO - LOCADOR  
Ary Reginatto - Presidente

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**56/2013/PMJ TA 06**

CONTRATO Nº 56/2013/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICÍNIO CÓRDOVA, 411-D, Bairro SÃO CRISTÓVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2013/PMJ, firmado em 10/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 21/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades de setores das diversas secretarias da Administração Municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 44 (quarenta e quatro) meses e 19 (dezenove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

REALMAC MAQ. EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA  
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**57/2014/FMS TA 02**

CONTRATO Nº 57/2014/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.271.309/0001-89, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 15, centro, no Município de Herval d'Oeste – SC, CEP 89.610-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. João Alcides Marqueze, portador da Carteira de Identidade nº 2.405.772 e CPF nº 725.308.719-49, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 57/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 29/2014/FMS – Inexigibilidade nº 2/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA  
CREDENCIADA  
João Alcides Marqueze

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**58/2014/FMS TA 02**

CONTRATO Nº 58/2014/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.527.987/0001-10, estabelecida na Rua Maria Angélica Almeida, nº 65, 1º andar, centro, CEP 89.665-000, Capinzal, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Alexandre Ferreira Daniotti, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 61903399/SSP/SC e CPF nº 018.916.969-98, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 58/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 29/2014/FMS – Inexigibilidade nº 2/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA – ME  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**580/2010/PMJ TA 06**

CONTRATO Nº 580/2010/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a seguir denominada simplesmente LOCATÁRIO, representada neste ato pela Secretária Marilde Terezinha Bittencourt, e a MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Avenida Santa Terezinha, nº 68, centro, em Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ nº 83.226.506/0001-40, representada neste ato pelo Tesoureiro da Comissão Administrativa, Sr. Reni Cavalli, CPF nº 294.776.979-15, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 382.992, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominada simplesmente LOCADORA resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 580/2010, firmado em 28/06/2010, proveniente do Processo de Licitação 43/2010/PMJ – Dispensa de Licitação 4/2010/PMJ, cujo objeto é a locação de 01 (uma) sala nas dependências do PAVILHÃO COMUNITÁRIO DO BAIRRO FREI BRUNO, para ser utilizada como sala de aula por alunos da Escola Municipal Frida Regensburger, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência do contrato fica prorrogada até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

O valor mensal original do contrato (R\$ 285,00) fica reajustado em 38,9426%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/07/2010 a 30/06/2015, passando para R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), a contar de 01 de janeiro de 2016.

Diante da prorrogação e do reajuste agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 4.752,00 (quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Marilde Terezinha Bittencourt - Secretária

MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA  
Reni Cavalli

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



**59/2014/FMS TA 02**

CONTRATO Nº 59/2014/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.757.127/0001-52, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 975, centro, no Município de Fraiburgo, SC, CEP 89.580-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Flávio José Martins, portador da Carteira de Identidade nº 227.817 e CPF nº 133.199.739-91, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 59/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 30/2014/FMS – Inexigibilidade nº 3/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**61/14/FMS TA 02**

CONTRATO Nº 61/2014/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº 188, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Carlos Biscaino Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 4000754442-SSP/RS e CPF nº 198.062.210-87, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 61/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 30/2014/FMS – Inexigibilidade nº 3/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016 a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**63/2013/FMS TA 01**

CONTRATO Nº 63/2015/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.947.562/0001-60, estabelecida na Avenida XV de Novembro, nº 143, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. Leonardo Luiz Dall'oglio Fuga, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.820.797 e CPF nº 006.753.869-00, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 63/2015/FMS, firmado em 15/01/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do contrato, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 23 (vinte e três) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**64/2015/FMS TA 01**

CONTRATO Nº 64/2015/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Miguel Igor Russowski, portador da Carteira de Identidade nº 191.056 e CPF nº 400.941.389-15, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 64/2015/FMS, firmado em 15/01/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do contrato, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 23 (vinte e três) meses e 16 (dezesesseis) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER – Secretária

SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA.  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**67/2013/PMJ TA 05**

CONTRATO Nº 67/2013/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, Centro, no Município de Itapema (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, portador da Carteira de Identidade nº 220.562/SC e CPF nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 288, nº350, Bairro Meia Praia na cidade de Itapema (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2013/PMJ, firmado em 20/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 48/2013/PMJ – Inexigibilidade nº 3/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 11.503,20 (onze mil quinhentos e três reais e vinte centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 43 (quarenta e três) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE - Prefeito

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CONTRATADA

CARLITO MELLO DE LIZ

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**7/2014/FUNREBOM TA 01**

CONTRATO Nº 7/2014/FUNREBOM – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS com sede na Avenida Caetano Natal Branco, nº 1.242, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa SCHNEIDER E BERNARDI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.704.0001/0001-35, estabelecida na TRAV. CARLOS GOMES, 62, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, representada neste ato pelo Sr. JOSÉ LUIZ BERNARDI, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.888.413 e CPF nº 712.775.959-68, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 7/2014/FUNREBOM, firmado em 16/12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2014/FUNREBOM, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2014/FUNREBOM, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados na cláusula quarta deste instrumento, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos pertencentes ou cedidos à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 17.820,00 (dezesete mil e oitocentos e vinte reais), de acordo com os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
9	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA CAMINHÕES	80	HRS	66,00	5.280,00
10	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CAMINHÕES	80	HRS	85,50	6.840,00
11	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA CAMINHÕES	50	HRS	57,00	2.850,00
12	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA CAMINHÕES	50	HRS	57,00	2.850,00

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM  
Rafael Laske - Prefeito

SCHNEIDER E BERNARDI LTDA – ME  
José Luiz Bernardi

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**78/2015/FMS TA 01**

CONTRATO Nº 78/2015/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representado pelo Sr. Adgar Zeferrino Bittencourt, Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba – SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 78/2015/FMS, firmado em 19/05/2015, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia 16/09/2014, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 19 (dezenove) meses e 12 (doze) dias, contados do seu início.

## CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CREDENCIANTE  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA – HUST  
ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT - Diretor Geral  
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

## 8/2014/FUNREBOM TA 01

CONTRATO Nº 8/2014/FUNREBOM – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS com sede na Avenida Caetano Natal Branco, nº 1.242, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ELOI PAULO PETRY - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 79.656.492/0001-28, estabelecida na SC 303 – KM 1, S/NR, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. ELOY PAULO PETRY, portador da Carteira de Identidade nº 1.300.533 e CPF nº 484.169.329-72 residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 8/2014/FUNREBOM, firmado em 16/12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2014/FUNREBOM, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2014/FUNREBOM, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados na cláusula quarta deste instrumento, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos pertencentes ou cedidos à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

## CLÁUSULA SEGUNDA

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 20.340,00 (vinte mil e trezentos e quarenta reais), de acordo com os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
5	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA CAMIONETES E AMBULÂNCIAS	140	HRS	39,50	5.530,00
6	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CAMIONETES E AMBULÂNCIAS	115	HRS	53,00	6.095,00
7	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA CAMIONETES E AMBULÂNCIAS	100	HRS	39,00	3.900,00
8	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA CAMIONETES E AMBULÂNCIAS	90	HRS	53,50	4.815,00

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM  
Rafael Laske – Prefeito

ELOI PAULO PETRY – ME  
Eloi Paulo Petry

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**839/2008/PMJ TA 10**

CONTRATO Nº 839/2008 – TA 10

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e a empresa DEYCON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 77.887.412/0001-10, com sede à Av. Adolfo Ziguelli, 1021, neste ato representada pelo Sr. FIORELO PEGORARO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 098.429.779-00 e RG nº 11/c 362.188, residente e domiciliado na Av. Adolfo Ziguelli, 999, na cidade de Joaçaba(SC), a seguir denominado simplesmente LOCADORA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 839/2008, celebrado em 05 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2008-DL, que tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Tiradentes, 170, nesta cidade de Joaçaba(SC), andar térreo com 960,20 m² e sobreloja com 595,70 m², incluindo estacionamento frontal com 14 vagas e área de motocicletas, destinado a instalação e o desenvolvimento de atividades de setores afins da Administração Pública Municipal, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 239.832,00 (duzentos e trinta e nove mil oitocentos e trinta e dois reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
LOCATÁRIO

DEYCON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
FIORELO PEGORARO

(Testemunha 01) (Testemunha 02)



**84/2005/FMS TA 10**

CONTRATO Nº 84/2005 – TA 10

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, inscrito no CPF sob nº 197.171.480-15, portador da C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvino Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo – Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS – CEM, projeto implantado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 70.122,00 (setenta mil cento e vinte e dois reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LOCATÁRIO  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

ROBERTO ROFNER  
LOCADOR

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

**854/2011/PMJ TA 05**

CONTRATO Nº 854/2011/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa BIQ BENEFICIOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.878.237/0001-19 estabelecida na RUA VERGUEIRO, 3.185, CONJ. 123 - CENTRO EMPRESARIAL SANTA JULIA, Bairro VILA MARIANA, no Município de SÃO PAULO/SP, neste ato representada pelo Sr. JOÃO DE DEUS SANTANA DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade nº 20.184.413-8 e CPF nº 106.892.018-18, residente e domiciliado na cidade de SÃO PAULO/SP, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 854/2011/PMJ, firmado em 22/09/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 98/2011/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 48/2011/PMJ, homologado no dia 22/09/2011, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de repasse de valores referentes ao vale alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 4025/2010, aos servidores do Município de Joaçaba, por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 22 de setembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

BIQ BENEFÍCIOS LTDA

JOÃO DE DEUS SANTANA DOS SANTOS

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

**886/2008/FMS TA 06**

CONTRATO Nº 886/2008 – TA 06

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GEOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. FERNANDO BALDISSERA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.022.079-72 e portado da C.I nº 1.880.059, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 886/2008, celebrado em 25 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 35/2008, instaurado através da Dispensa nº 07/2008, homologado no dia 25 de março de 2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Rosa Heberle s/nº, Bairro Vila Remor, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA – PSF “SÃO CRISTÓVÃO”, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

O valor mensal do contrato fica reajustado em 7,6791%, relativo à variação do INPC/IBGE no período de março de 2014 a fevereiro de 2015, passando o referido valor de R\$ 772,00 para R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais), a contar de 01 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 14 de dezembro de 2015.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LOCATÁRIO

PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

FERNANDO BALDISSERA

LOCADOR

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

**887/2012/PMJ TA 05**

CONTRATO Nº 887/2012/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a seguir denominada simplesmente LOCATÁRIO, representada neste ato pela Secretária Marilde Terezinha Bittencourt, e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowsky, 110, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 84.592.484/0001-03, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Rony Edson Lenz, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, celebram de comum acordo o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 887/2012/PMJ, firmado em 13/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2012/PMJ – Dispensa de Licitação nº 2/2012/PMJ, cujo objeto é a locação das dependências do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, destinadas à execução das aulas de Educação Física para os alunos da rede municipal de ensino – do Centro Educacional Roberto Trompowsky, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 28.896,00 (vinte e oito mil oitocentos e noventa e seis reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marilde Terezinha Bittencourt - Secretária

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - LOCADOR

Rony Edson Lenz - Presidente

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**9/2014/FUNREBOM TA 01**

CONTRATO Nº 9/2014/FUNREBOM – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS com sede na Avenida Caetano Natal Branco, nº 1.242, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na SC 303 – KM 1, S/NR., no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.886 e CPF nº 168.129.729-91 residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 9/2014/FUNREBOM, firmado em 16/12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2014/FUNREBOM, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2014/FUNREBOM, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados na cláusula quarta deste instrumento, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos pertencentes ou cedidos à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 5.642,50 (cinco mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), de acordo com os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA VEÍCULOS LEVES	65	HRS	26,50	1.722,50
2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA VEÍCULOS LEVES	50	HRS	33,50	1.675,00
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA VEÍCULOS LEVES	35	HRS	29,00	1.015,00
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA VEÍCULOS LEVES	30	HRS	41,00	1.230,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 11 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM  
Rafael Laske - Prefeito

AUTO VOLKS LTDA – ME  
Valdir Patzlaff

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

#### 998/2008/FMS TA 10

CONTRATO Nº 998/2008 – TA 10

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e a Sra. IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA, inscrita no CPF sob nº 436.518.959-04, com anuência do Sr. LEANDRO MENDONÇA LINDNER, inscrito no CPF sob nº 006.479.699-04, de acordo com usufruto vitalício do imóvel de Matrícula nº 1.368, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 998/2008, celebrado em 10 de julho de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2008, instaurado através da Dispensa nº 13/2008, homologado no dia 10 de julho de 2008, que tem como objeto locação de um imóvel, casa de alvenaria, com dois pavimentos e 385m², localizado na Rua Martinho Lutero, 252 para desenvolvimento das atividades terapêuticas do Programa CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), do Fundo Municipal de Saúde, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 36.924,00 (trinta e seis mil novecentos e vinte e quatro reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LOCADOR  
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA / LEANDRO MENDONÇA LINDNER  
LOCADORES

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2015 - PROCESSO ADMINISTRATIVO CONSTANTE NA PORTARIA Nº. 4.827 DE 10/11/15**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2015  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
01/2015

Diante da tentativa infrutífera de notificação via correios, por e-mail e pessoalmente do Termo de Convocação, cientificamos pelo presente edital que a Servidora DEISE CRISTINA CRIPPA está convocada a prestar depoimento no Processo Administrativo constante na Portaria nº. 4.827 de 10/11/15, no dia 22 de dezembro de 2015 às 09:30 horas junto a Sala do PLASS, situada na AV XV de Novembro, 378, Subsolo, Centro, Joaçaba-SC

Joaçaba-SC, 17 de dezembro de 2015.  
Rosângela Peliciolli  
Presidente da Comissão

### **EXTRATO CONTRATO 81/2015/FMS**

EXTRATO CONTRATO Nº 81/2015/FMS  
PL 22/2015/FMS – TP 4/2015/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP (CNPJ: 15.356.895/0001-79).

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Monte Belo, na Rua Luiz Cechetti, Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 242.600,14 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos reais e catorze centavos), sendo:

Ø R\$ 154.432,93 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

Ø R\$ 88.167,21 (oitenta e oito mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), correspondente aos serviços.

VIGÊNCIA: 135 (cento e trinta e cinco) dias, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.065 – BLINV – REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

8 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

50 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038 – Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: JÉSSICA DIAS DE AMARAL RINALDI.

DATA DE ASSINATURA: 14/12/2015.

Paula Giovana Kleber  
Secretária Municipal de Saúde  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

### **HOMOLOGAÇÃO PL 89/2015 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015/PMJ

A Secretária de Educação do Município de Joaçaba, Marilde Terezi-  
nha Bittencourt, no uso de suas atribuições, resolve:  
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 89/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 53/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais.

-Empresas Vencedoras:

FABRICA DE CONSERVAS SURUVI LTDA-ME

VALOR R\$ 700.925,00

GUILHERME BRAGHIROLI – ME

VALOR R\$ 612.680,00

MERCADO E CONFEÇÕES SS DURIGON LTDA-ME

VALOR R\$ 232.020,00

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME

VALOR R\$ 351.720,00

PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA LTDA-ME

VALOR R\$ 28.380,00

PRANDO & CARON LTDA – ME

VALOR R\$ 1.785,00

SUOERMERCADO RANSAN LTDA

VALOR R\$ 127.264,40

TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR R\$ 388.883,00

Fiscal: FERNANDA LUNARDI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos corresponden-  
tes.

Joaçaba (SC), 14 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria de Educação do Município de Joaçaba

Marilde Tereziinha Bittencourt

### **PORTARIA Nº 5101**

PORTARIA Nº 5.101 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE  
ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribui-  
ções que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei  
Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expira-  
do o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUIS FERNAN-  
DO SIMI LENZ das funções de Professor Temporário, com carga  
horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria  
Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela  
Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080



de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital chamada pública n.º 003/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.885/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5102**

PORTARIA Nº 5.102 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUIZA PE-REIRA DUARTE, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.951/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5103**

PORTARIA Nº 5.103 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MADELEINE MARIA LUVIZON, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de

Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5104**

PORTARIA Nº 5.104 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MAIRA GALDINO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.952/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5105**

PORTARIA Nº 5.105 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARCIA VALMORBIDA BOGONI, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.



Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.953/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5106

PORTARIA Nº 5.106 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARCIANA APARECIDA ROSA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5107

PORTARIA Nº 5.107 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARGARETE DE OLIVEIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando

em especial a portaria n.º 4.954/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5108

PORTARIA Nº 5.108 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.886/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5109

PORTARIA Nº 5.109 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIA ELIZABETE ALVES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.887/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5110**

PORTARIA Nº 5.110 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIA REGINA FALCHETTI, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.888/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5111**

PORTARIA Nº 5.111 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARIAH NINA BELLO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5112**

PORTARIA Nº 5.112 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.955/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5113**

PORTARIA Nº 5.113 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARISTELA DA SILVA MATOS das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5114**

PORTARIA Nº 5.114 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARLENE DOLSAN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.956/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5115**

PORTARIA Nº 5.115 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARTA BEHREND ROCHA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5116**

PORTARIA Nº 5.116 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MARTA TERESA VIEIRA das funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.924/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5117**

PORTARIA Nº 5.117 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MAYARA MACHADO das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5118**

PORTARIA Nº 5.118 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MICHELLI NOVELLO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.957/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5119**

PORTARIA Nº 5.119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5120**

PORTARIA Nº 5.120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) NEIDE SANTANA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.890/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5121**

PORTARIA Nº 5.121 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.891/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5122**

PORTARIA Nº 5.122 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ODETE JANICE JAENSCH, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.892/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5123**

PORTARIA Nº 5.123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA BOTTEGA, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5124**

PORTARIA Nº 5.124 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA APARECIDA SBRUZZI, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5125**

PORTARIA Nº 5.125 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo Disciplinar”, que apura possível infração disciplinar da servidora Deise Cristina Crippa, conforme memorando n.º 284/2015 da Secretaria Municipal de Educação e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5126**

PORTARIA Nº 5.126 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar nº 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo Disciplinar”, que apura a regularidade na compra de livros didáticos no ano de 2015, havendo segundo a fornecedora Empresa Livrarias Curitiba débito a ser liquidado, face ao memorando nº 347/2015 da Secretaria Municipal de Educação e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5127**

PORTARIA Nº 5.127 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOSE OTAVIO DALMEDICO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5128**

PORTARIA Nº 5.128 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FIRMINO BUFFON, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de dezembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5129**

PORTARIA Nº 5.129 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALBERI BORGES DA SILVA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de dezembro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5130**

PORTARIA Nº 5.130 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5131**

PORTARIA Nº 5.131 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA DALLA COSTA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.893/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5132**

PORTARIA Nº 5.132 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PATRICIA TREVISOL das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de chamada pública n.º 004/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.894/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5133**

PORTARIA Nº 5.133 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.958/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5134**

PORTARIA Nº 5.134 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) PRISCILA DE QUADROS das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de teste n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5135**

PORTARIA Nº 5.135 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) REGINA TEDESCO GEHM, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.959/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5136**

PORTARIA Nº 5.136 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) REJANE DOS SANTOS, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5137**

PORTARIA Nº 5.137 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROBERTO CARLOS DA SILVA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.895/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5138**

PORTARIA Nº 5.138 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSANGELA MARIA DALLA COSTA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.896/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5139**

PORTARIA Nº 5.139 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSELEI BAUERMANN MEISTERLIN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 5140**

PORTARIA Nº 5.140 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ROSELY DA COSTA HOFF, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.897/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5141**

PORTARIA Nº 5.141 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) RUBIA SIBELIS CHIAMULERA DUARTE, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.960/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5142**

PORTARIA Nº 5.142 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) RUTE CARDOSO DA ROCHA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.961/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5143**

PORTARIA Nº 5.143 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SABRINA APARECIDA DADALT, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.898/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5144**

PORTARIA Nº 5.144 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SANDRA MARIA BERTELLI, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5145**

PORTARIA Nº 5.145 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SELMAR JOSE KLEIN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.899/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5146**

PORTARIA Nº 5.146 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SHIRLEI IARA MOREIRA LEMOS, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.900/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5147**

PORTARIA Nº 5.147 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.901/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5148**

PORTARIA Nº 5.148 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SILVANA MARIA MUSSULINE, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.902/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5149**

PORTARIA Nº 5.149 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SILVIO ANTONIO DE OLIVEIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.903/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5150**

PORTARIA Nº 5.150 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SIMONE APARECIDA FRANÇA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.904/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5151**

PORTARIA Nº 5.151 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SIMONE DA SILVA RIBEIRO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.905/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5152**

PORTARIA Nº 5.152 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SOLANGE FORTES, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.906/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5153**

PORTARIA Nº 5.153 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SONIA MARIA LOPES DA SILVA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5154**

PORTARIA Nº 5.154 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SONIA STOFFEL DE SOUZA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.907/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5155**

PORTARIA Nº 5.155 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) SUELY FERRAZ DOS SANTOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.908/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5156**

PORTARIA Nº 5.156 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TAIZE CONTE, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.909/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5157**

PORTARIA Nº 5.157 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) TATIANE REGINA POLIDORO ZANIN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.962/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5158**

PORTARIA Nº 5.158 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VANESSA ALBERTI WILLMSEN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5159**

PORTARIA Nº 5.159 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VANESSA DO PRADO DE SOUZA, das funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.925/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5160**

PORTARIA Nº 5.160 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VANESSA MATOS DE SOUZA PEREIRA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.910/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5161**

PORTARIA Nº 5.161 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.910/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5162**

PORTARIA Nº 5.162 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) VILMA CAROLINA BROETTO, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5163**

PORTARIA Nº 5.163 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

**"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 18 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.912/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 4/2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: 22/2015 Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 21/09/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2015  
b) Licitação Nr.: 4/2015-TP  
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d) Data Homologação: 14/12/2015  
e) Data da Adjudicação: 14/12/2015 Sequência: 1  
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Monte Belo, na Rua Luiz Cechetti, Município de Joaçaba, SC.

g) Fomecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ALF CONSTRUTORA LTDA - EPP (8098)**

- |   |    |   |   |            |            |
|---|----|---|---|------------|------------|
| 1 Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Bairro Monte Belo, na Rua Luiz Cechetti, Município de Joaçaba, SC - de acordo com Projetos, Memorial Descritivo, orçamento estimativo e cronograma | VB | 1 | - | 242.600,14 | 242.600,14 |
|---|----|---|---|------------|------------|

**Total do Fornecedor: 242.600,14**

**Total Geral: 242.600,14**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.065.4.4.90.00.00.00.00 (8), 1.065.4.4.90.00.00.00.00 (50)

Joaçaba, 14 de Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
GESTOR FMS

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 03/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2015 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, com sede a Rua João Pessoa, 134 – 10º andar – Centro, CEP 88801-530 – Criciúma/SC.

Processo Licitatório nº 206/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 90/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

De acordo com a Solicitação da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico Favorável nº 17449/2015, ADITA-SE ao Valor inicial contratado a quantia de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais, referente a inclusão do sistema Patrimônio para o LAGES-PRIVI – Fundo Financeiro do Município de Lages.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 07 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 064/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLOFIX LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 04.298.054/0001-36, com sede a Rua Pedro Ivo Campos, - Bairro Araucária, Lages/SC.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Paisagismo no Ginásio da EMEB Antônio Joaquim Henriques, com fornecimento de material, em conformidade com o Anexo II – Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

(...)

2.2 De Execução, Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias;

2.4 Do Contrato, Fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 15 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO 9º ADITIVO CONTRATO 01/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOUZA E ESMERALDINO LTDA ME - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.922.953/0001-19, estabelecida à Rua Esteves Junior, s/nº - em Tubarão/SC – CEP: 88.701-130 – fone: (048) 3052-2771.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro Pró Morar.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.3 Da Execução: fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS CELIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

#### CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 73.751,86 (setenta e três mil setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos)

CELIA REGINA W SANI - ME, INSCRITA NO CNPJ: 04.195.853/0001-87 COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS JLM**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 16.951,00 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta e um reais)

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDO NA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS KLEBER**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 24.791,54 (vinte e quatro mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos)

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDO NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS LICITAMIX**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.349,80 (seis mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ: 12.903.455/0001-04 COM SEDE A RUA MERCEDES CANDIDO DOS SANTOS SN, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, CEP 88130-430 – PALHOÇA/SC

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS RICARL**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 22.037,91 (vinte e dois mil trinta e sete reais e noventa e um centavos)

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ Nº 21.304.312/0001-69, COM SEDE A RUA AMSTERDAM, 891 – ITUPAVAZINHA – CEP 89.070-490 – BLUMENAU/SC

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 FMAS ZAGO**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.149,00 (dois mil cento e quarenta e nove reais)

ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 08.208.387/0001-88, COM ENDEREÇO A PRAÇA VIDAL RAMOS,86 - CENTRO – CEP 88.502-005 – LAGES/SC Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 22/2015 PP 24 PML JULIO**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PROCESSO Nº 33/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente e Artesanato para os CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 24/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 8.350,10 (oito mil trezentos e cinquenta reais e dez centavos)

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-340

Lages/SC 04 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 30/2015 PP 122/2015 PML MATHEUS**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015

PROCESSO Nº 252/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Telhas e Lonas para uso da Defesa Civil, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ DEFESA CIVIL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 122/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 146.200,00 (cento e quarenta e seis mil e duzentos reais), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP INSCRITA NO CNPJ N.º 10.515.077/0001-58, COM SEDE RUA NILO PEÇANHA, 49 – FREI ROGÉRIO – LAGE/SC CEP 88.508-500

Lages/SC 03 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 31/2015 PE 18/2015 PML ULTRAGAZ**

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2015

PREGÃO ELETRONICO Nº18/2015

PROCESSO Nº 288/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De Início, contar-se-á da data de 01/01/2016;

De Entrega, far-se-á(ão), nas Unidades Escolares, conforme solicitação(ões), mediante a apresentação do Ticket;

De Execução, A sua vigência será 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente;

Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será 12 (doze) meses a contar do dia 01/01/2016.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

CIA ULTRAGAZ S/A INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 61.602.199/0232-44, ESTABELECIDNA RUA. ANTONIO FREDER OZANÂN, 1655 - BRIGADEIRO, CANOAS/RS – CEP. 92420-360.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais)

Lages/SC 16 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 125/2014 FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0125/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 – sala 2 – Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Gralha Azul, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

Conforme solicitação da empresa, com anuência da Secretaria da Fazenda nº322/2015 com parecer jurídico PROGEM, nº 1799/2015, favorável ADITA-SE o valor de R\$ 49.304,35 (quarenta e nove mil trezentos e quatro reais e trinta e cinco centavos)

As demais cláusula permanece inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 15 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 444/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 444/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: RAPA ENTULHO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 04.543.125/0001-19, sediada a Rua Graça Aranha, 10 sala 02, – Bairro Caravagio – Lages/SC, CEP 88.509-440.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 260/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 126/2015, homologada em 02/12/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da Autorização de Fornecimento;

2.3 De Entrega: conforme solicitação da SEMMASP deverá efetuar a substituição da caçamba cheia por uma vazia num prazo máximo de 12 horas, com interrupção da contagem de prazo nos domingos e feriados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Lages, 02 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 445/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 445/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SOMA LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 18.135.450/0001-57, estabelecida a Rua Plácido Damiani, 1200 – Bairro Frei Rogério Lages/SC CEP 88.508-070.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 260/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 126/2015, homologada em 02/12/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da Autorização de Fornecimento;

2.3 De Entrega: conforme solicitação da SEMMASP deverá efetuar a substituição da caçamba cheia por uma vazia num prazo máximo de 12 horas, com interrupção da contagem de prazo nos domingos e feriados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 26.500,02 (vinte e seis mil e quinhentos reais e dois centavos).

Lages, 02 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 446/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 446/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EDSON MARLON BRANDES - ME inscrita no CNPJ sob nº 01.652.937/0001-04, estabelecida a Rod. BR 470 nº 3150 – Km 91, Galpão – Bairro Estação Ascurra/SC Cep 89.138-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 261/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 127/2015, homologada em 30/11/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de uma Carroceria Metálica com Instalação no Caminhão Mercedes Benz 2213 para Coleta Seletiva de Lixo, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da(s) Autorização(ões) de Fornecimento.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 21.400,00 (vinte e mil e quatrocentos reais).

Lages, 30 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 82/2015 SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 82/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: FECO ELETROMECAÂNICA EIRELI - ME - EPP, inscrita no CNPJ: 18.923.835/0001-89 com sede a Rua Juceli Rodrigues 743 Bairro Jardim Maristela Criciúma/SC CEP 88.815-270

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato Pregão Presencial 31/2015 homologada em 23/11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição e Instalação de Peças e Troca de óleo, nos dezesseis conjuntos moto redutor, da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Bairro Caça e Tiro, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento e a instalação em até 10 (dez) dias da(s) solicitação (oes) na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Rua Barão de Laguna S/N, bairro Caça e Tiro

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 117.667,20 (cento e dezessete mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

Lages, 23 de novembro de 2015

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

# Laguna

## PREFEITURA

### **SUSPENSÃO PREGÃO 027/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 – PML  
AVISO DE SUSPENSÃO  
COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA informa que o Pregão Presencial 027/2015 para a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços técnicos especializados, com fornecimento de materiais, para gestão dos serviços de iluminação pública, compreendendo as atividades de manutenção, modernização e ampliação do sistema de iluminação pública do município de Laguna está temporariamente suspenso em virtude de impugnações, e deverá ser publicado em nova data.

Laguna, 16 de dezembro de 2015.  
Waldir José de Souza  
Pregoeiro

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.904/2015

LEI Nº 1.904/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2016, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 43.409.909,00 (Quarenta e Três Milhões, Quatrocentos e Nove Mil, Novecentos e Nove Reais).

Art. 2º - As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	32.931.509,00
- Receita tributária	2.811.630,00
- Receitas de Contribuições	118.003,00
- Receita Patrimonial	137.350,00
- Receita de Serviços	60.000,00
- Transferências Correntes	29.415.706,00
- Outras Receitas Correntes	388.820,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	10.478.400,00
- Transferências de Capital	9.478.400,00
- Operações de Crédito	1.000.000,00
TOTAL	43.409.909,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º - A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:

I – DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	
1 – PREFEITURA MUNICIPAL	32.178.259,00
2 – HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	3.681.400,00
3 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.400.000,00
4 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	30.000,00
5 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.120.250,00
TOTAL	43.409.909,00
II – DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	31.571.682,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.107.365,00
Outras Despesas Correntes	13.464.317,00
DESPESAS DE CAPITAL	11.738.227,00
Investimentos	11.418.227,00
Amortização da Dívida	320.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
TOTAL	43.409.909,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º - Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recursos para outra, observado e equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - As Receitas de convênios, operações de crédito e outras



de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 - Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro.

LAURO MÜLLER, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
SECRETÁRIA DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### **LEI Nº 1.905/2015**

LEI Nº 1.905/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.549/08 DE 30/12/2008 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica alterado o Art. 297 da Lei Municipal nº 1.549/2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297 - O Conselho da Cidade de Lauro Müller se organiza seguindo critérios de representação territorial e setorial, sendo composto, em sua totalidade, por 33 (trinta e três) membros”.

Art. 2º - Ficam suprimidos do parágrafo 8º do Artigo 297 os seguintes incisos e alíneas: alínea c do inciso II; inciso III, inciso IV, inciso V, inciso VII, inciso X, inciso XI e alínea c do inciso XII.

Art. 3º - O parágrafo 8º do artigo 297 e seus incisos passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 8º - A representação setorial será composta por 17 (dezesete) membros, observada a seguinte distribuição e composição:

I - 06 (seis) membros do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo Municipal, assim distribuídos:

a) 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal;

b) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal

II - 02 (dois) representantes de Serviços Públicos Estaduais, assim distribuídos:

a) 01 (um) mesmo representante para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e para Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;

b) 01 (um) mesmo representante para a Empresa de Pesquisa, Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI e para a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC;

III - 01(um) representante da entidade do setor de Esporte e Lazer;

IV - 02 (dois) representantes dos movimentos sociais e populares e Ongs/Oscip);

V - 01 (um) representante de entidades sindicais de trabalhadores, indicados dentre os sindicatos relacionados com a produção do espaço urbano, e com atuação no Município;

VI - 02 (dois) representantes de entidades empresariais e industriais, indicados dentre as organizações relacionadas com a produção do espaço urbano, e com atuação no Município, assim distribuídos;

a)01 (um) representante do setor de extração mineral;

b) 01 (um) representante do segmento madeireiro;

VII - 02 (dois) representantes do setor de Comércio, Serviços e Indústria;

VIII - 01 (um) representante do setor de cooperativas, indicados dentre as organizações relacionadas com a produção do espaço urbano”.

Art. 4º – Fica alterado para 5 (cinco) o Coeficiente de Aproveitamento Básico do solo, constante do Anexo I – Parâmetros para ocupação do Solo, do Plano Diretor Participativo.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
SECRETÁRIA DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### **LEI Nº 1.906/2015**

LEI Nº 1.906/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 18.312,00.( Dezoito Mil Trezentos e Doze Reais), assim classificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 – Fundo Municipal de Saúde

Dotação Nova

Fonte de Recurso 1166 – MAC / SUS

2.015 – GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.3.50.00 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 18.312,00

TOTAL: R\$ 18.312,00



Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Oriundos de Recursos do Sistema Único de Saúde / SUS - MAC, vinculados a celebração de termo de convênio com a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
SECRETÁRIA DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### **LEI Nº 1.907/2015**

LEI Nº 1.907/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 18.312,00 (Dezoito mil e trezentos e doze reais), mediante a celebração de convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, por objeto a prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº.1838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; 07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 02 – Fundo Municipal de Saúde; Fonte de Recurso 1166 – MAC / SUS; 2.015 – GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE; 3.3.50.00 – Aplicações Diretas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
SECRETÁRIA DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

MINUTA DO CONVÊNIO Nº  
LEI ORDINÁRIA 1.907/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro – Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.292.440/0001-86, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Valdoir José Vitório, com CPF nº 652.167.179-00, acordam o que segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Convênio.

Parágrafo Único - Os serviços ora conveniados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Anexo I, parte integrante deste Convênio, com base na Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Ambulatorial e Plano Diretor de Regionalização – PDR, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL**

2. Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Muller, conforme Lei Municipal nº 1.845/2015.

§ 1º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Convênio, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA à solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável técnico pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral, que poderá ou não aceitá-lo.

§ 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES.

### CLÁUSULA TERCEIRA DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente Convênio será regido pelas seguintes condições gerais:  
§ 1º - Os serviços ora convênidos serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, sendo:

I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou;

II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado.

§ 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com Convênios de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços convênidos não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

§ 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Convênio, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

I - É vedada a cobrança por serviços médicos ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II - A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 6º - A CONTRATADA poderá manter Convênio ou outro instrumento jurídico congênere com o Gestor Municipal, para a prestação de outros serviços não previstos neste Convênio, ou para repasse de recursos complementares ora definidos, assim, a assinatura do presente Convênio não prejudicará a validade dos Convênios eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

§ 7º - A assinatura do presente Convênio não prejudicará a vigência e validade dos instrumentos jurídicos eventualmente firmados entre os municípios e a CONTRATADA.

### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Convênio, a CONTRATADA se obriga:

§ 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contrarreferência, ressalvadas as situações de urgência.

§ 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento;

§ 3º - Colocar a disposição da CONTRATANTE, para prestação de

atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no anexo I, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual;

§ 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS;

§ 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

§ 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

§ 7º - Garantir o encaminhamento aos Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapia necessários ao tratamento que está sendo ofertado ao paciente, no limite dos serviços contidos no CNES;

§ 8º - Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".

§ 9º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;

§ 10 - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Convênio;

§ 11 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

§ 12 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

§ 13 - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local de saúde;

§ 14 - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS;

§ 15 - Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização;

§ 16 - Cumprir os critérios e as atribuições definidos no Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina.

### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para cumprir o objeto deste Convênio, a CONTRATANTE se obriga:

§ 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Clausula Sétima e em conformidade com a PPI da Assistência.

§ 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou

indireta de acordo com as normas que regem o SUS.

§ 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima.

§ 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

#### CLÁUSULA SEXTA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Convênio.

Parágrafo Único – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Convênio por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONTRATADA receberá da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Convênio e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - As despesas decorrentes do atendimento de "Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial", consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO – Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado:

Resumo da Programação Orçamentária	02 Parcelas – Dez. 2015
Média Complexidade Ambulatorial - MAC	18.312,00

§ 2º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente Convênio serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício: 2.015 3.3.50 – Transferência Aplicações Diretas.

#### CLÁUSULA NONA DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste Convênio será pago da seguinte forma:

§ 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o

Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE.

§ 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

§ 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

§ 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

§ 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de Prestação de Serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE;

§ 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente.

§ 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

§ 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente Convênio será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688, de 2 de outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219, que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde.

§ 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Convênio.

§ 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

§ 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e Convênios administrativos.

§ 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validade a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Convênio, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.

§ 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular.

§ 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste.

§ 4º - A violação ao disposto no inciso I, do § 4º, da Cláusula Terceira deste Convênio sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde – SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

§ 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

§ 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias

de antecedência contados a partir do recebimento da notificação;

§ 4º - Em caso de rescisão do presente Convênio por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

§ 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Convênio no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos;

§ 6º - Em caso de rescisão do presente Convênio por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de rescisão deste Convênio praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA:

§ 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

§ 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

Cláusula Décima Quarta  
Da Vigência E Da Prorrogação

O prazo de vigência do presente Convênio é 31 de dezembro de 2015, tendo por termo inicial a data de assinatura do Convênio.

Parágrafo único - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e Convênios administrativos.

§ 1º - Os valores estipulados neste Convênio serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Convênio ou a revisão das condições estipuladas, podendo ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Convênio, em conformidade com o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93;

§ 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA



**DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios , após sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA  
DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Lauro Muller com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Lauro Muller - SC, 16 de Dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER	APAE DE LAURO MULLER
FABRÍCIO KUSMIN ALVES	VALDOIR JOSE VITORIO
Prefeito Municipal	CONTRATADA
1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 145/2015**

DECRETO Nº 145, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

**“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”**

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.201, de 15 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 10.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	10.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental (60%)	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	10.000,00
Função	15	Urbanismo	10.000,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	10.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	10.000,00
Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**DECRETO N.º 146/2015**

DECRETO Nº 146, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

**“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”**

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.202, de 15 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 100,00 de acordo com as especificações abaixo:



Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Função	26	Transporte	100,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	100,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	100,00
Atividade	1.048	Construção de Ponte de Concreto – Rio das Pedras	100,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	100,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			100,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	100,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	100,00
Função	04	Administração	100,00
Sub-Função	122	Administração Geral	100,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	100,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	100,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos ordinários	100,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## DECRETO N.º 147/2015

DECRETO Nº 147, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DECRETA RECESSO DE FINAL DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o recesso de natal e fim de ano aos servidores municipais, a partir do dia 19/12/2015 e retorno no dia 04/01/2016.  
Parágrafo Único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º O Centro de Saúde Santa Paulina estará aberto nos dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de Dezembro de 2015, com atendimento por uma equipe de plantão designada pela chefia imediata.

Art. 3º A Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges (Vargem dos Bugres), a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida (Rio das Pedras) e o Centro Odontológico reiniciarão seus atendimentos a partir do dia 04/01/2016.

Art. 4º Na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos a coleta de lixo será realizada nos dias normais, ou seja, nas segundas-feiras (dias 21 e 28 de Dezembro de 2015) com uma equipe designada pela chefia imediata. O caminhão pipa irá molhar as ruas se necessário todos os dias, através de uma equipe de plantão. Na oficina os funcionários também trabalharão em regime de plantão, para o abastecimento de veículos e consertos de carros da Secretaria de Saúde designados pela chefia imediata.

Art. 5º Quanto a emissão de notas de produtores rurais, em casos de urgência ou excepcional necessidade durante o período de recesso, os agricultores poderão entrar em contato com o servidor Vorli Guchert, através dos telefones (48) 32681173 ou (48) 8834 3005.

Art. 6º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0302015

EXTRATO DE CONVÊNIO  
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 030/2015  
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONVENIADO : HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICENTE  
VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)  
OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para o HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICENTE a serem aplicados na manutenção da entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado  
DOTAÇÃO: 12.01.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recurso Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários - Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
VIGÊNCIA: Até 31/01/2016.

Luzerna, 16 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	IRENE CATARINA DALLA LANA Presidente do HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICENTE CONVENIADO
--	--

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 101/2015 - PP 067/2015 - COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 101/2015 - PML  
Pregão nº 067/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 101/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
  - Objeto: A presente licitação tem por objeto o fornecimento de combustíveis, lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais.
  - Proponente(s) Vencedora(s):
    - \* AUTO POSTO LUZERNA LTDA;
    - \* LUZERNA AUTO PECAS LTDA – EPP;
    - \* MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA;
    - \* REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA;
    - \* GEMELLI, GEMELLI & CIA. LTDA.
  - Valor total: R\$ 1.086.159,00
- Luzerna (SC), 16 de dezembro de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131/2015.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 131/2015.

FORNECEDOR: INSTITUTO BARRIGA VERDE.  
CNPJ: 08.072.361/0001-55

OBJETO: Contratação de Instituição para realização de Processo Seletivo, destinado a contratação de professores visando admitir em caráter temporário e reserva de cadastro, através da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V.  
VALOR: R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais).

Mafra, (SC) 16 de dezembro de 2.015.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços de saúde para atendimento ambulatorial; reabilitação de desenvolvimento neuropsicomotor aos pacientes do SUS- Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, sob o regime de credenciamento. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 17 de dezembro de 2015, até o dia 17 de dezembro de 2020, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 16 de dezembro de 2015.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO  
CONTRATO Nº: 032/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 032/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: NGT TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 15.574.961/0001-87

Modalidade Processo Licitatório n.º 184/2015. Inexigibilidade n.º 006/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 16 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO  
CONTRATO Nº: 046/2011**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 046/2011

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 79.283.065/0001-41

Modalidade Processo Licitatório n.º 073/2011. Pregão Presencial n.º 021/2011.

Data Assinatura do termo aditivo: 14 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 30/03/2016.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO  
CONTRATO Nº: 071/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 071/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 240/2015. Pregão Presencial n.º 083/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 16 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 54/2015 - PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 54/2015 - Pregão Presencial –  
Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de fracionada de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Maracajá e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016, Entrega dos envelopes: até as 13:30 horas do dia 04/01/2016 Abertura da Sessão: a partir das 13:45 horas do dia 04/01/2016. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 hs as 18:00 hs, em dias úteis ou no site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br) . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

Maracajá, 16 de dezembro de 2015.  
Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

### DECRETO 96/2015

DECRETO Nº 96 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA E SEUS RESPECTIVOS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.73, da Lei Orgânica do Município e o disposto na lei nº 950 de 26 de setembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a empresa CALDIERARO E SILVA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA ME, localizada na Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02 – Coloninha, inscrita no CNPJ nº 13.003.752/0001-58, representada pelo Diretor Comercial Sr. Luciano Oliveira da Silva, portador do CPF nº 561.101.460-72, como Junta Médica Oficial – JMO do Município de Maracajá.

Art. 2º Ficam nomeados, conforme determina o art. 3º da lei nº 950 de 26/09/2013, os médicos abaixo relacionados, vinculados a empresa nomeada como Junta Médica Oficial, conforme o artigo 1º deste decreto, para comporem a Junta Médica Oficial do Município de Maracajá:

I - Fernanda Knob Caldieraro (CRM 16.517)  
Médica Perita Chefe da Junta Médica Oficial

II – José Hudson Lamego da Silva (CRM 20.904)  
Médico Perito da Junta Médica Oficial

III – Cristian Juliano Gazzoni (CRM 20.680)  
Médico Perito da Junta Médica Oficial

Art. 3º A Junta Médica Oficial do Município de Maracajá atenderá no endereço Av. Capitão Pedro Fernandes, 1852 – Casa – Sala 02, bairro Coloninha, cidade de Araranguá, de segunda-feira à sexta-feira, das 13h às 17h, durante o período definido no contrato existente entre o município e a empresa nomeada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º Sempre que houver a necessidade de utilizar a Junta Médica Oficial do Município, o setor de recursos humanos da prefeitura, realizará o agendamento para que o servidor compareça a JMO nos dias, horários e local citados no art. 3º deste decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de Dezembro de 2015.  
Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 10 de Dezembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 093/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 093/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Snet Equipamentos de Informática Ltda. Objeto: locação de internet para ambiente externo "Espaço Criança Sorriso", no Município de Maravilha - SC. Vigência: 31/12/2015. Valor R\$ 600,00, mensais. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 11/12/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Vanderlei Luis Riffel pela Contratada.

### Decreto nº 296/2015

DECRETO Nº 296, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aprova loteamento denominado "REAL PARK" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o Loteamento denominado "REAL PARK", de propriedade de Valoriza Imóveis Ltda. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.844.081/0001-46, com sede na Travessa das Palmeiras, nº 101, Bairro Jardim, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "REAL PARK" é o seguinte: Partes do Lote Colonial Rural nº (9), da Seção Maravilha, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Santa Catarina, com as áreas respectivas de: 33.751,72 m² e 30.401,88 m², perfazendo a área total de "Sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e três metros e sessenta centímetros quadrados" (64.153,60 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 19.609, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "REAL PARK", o imóvel objeto da Matrícula nº 19.609, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 64.153,60 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (64.153,60 m²) que constitui o Loteamento denominado "REAL PARK", será composta de 11 (onze) quadras, estas divididas em 109 (cento e nove) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	12	11.306,54	
	2	10	4.039,61	
	3	01	222,50	
	4	19	6.507,96	
	5	10	3.652,02	
	6	06	2.651,68	
	7	05	2.760,98	
	8	27	8.683,26	
	9	12	4.553,09	
	10	01	446,88	
	11	06	3.347,57	
Total	11	109	48.172,09	48.172,09
	Área das vias de circulação 15.981,51			
	Total da área loteada (área de matrícula 19.609) 64.153,60			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "REAL PARK", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua Menegassi, com 20,00 metros de largura.

Rua "B", com 12,00 metros de largura.

Rua Solange Julian Cocco, com 12,00 metros de largura.

Rua Albina Grando, com 12,00 metros de largura.

Avenida Alcides Antonio D'Agostini, com 20,00 metros de largura.

Rua Luiz Grando, com 14,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Rua "B", Rua Solange Julian Cocco.
- Noroeste - Sudeste: Rua Menegassi.

• Leste - Oeste: Rua Albina Grando, Rua Luiz Grando e Avenida Alcides Antonio D'Agostini.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "vinte e sete mil, setecentos e trinta e três metros e cinquenta e dois centímetros quadrados" (27.733,52 m²), correspondente a 43,229873% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	15.981,51	24,911322
Área Verde	4.200,00	6,546788
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1 -Lote Urbano nº 2, Quadra nº 7		
Área Institucional	2.411,99	3,759711
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 9 (Praça) -Lote Urbano nº 1, Quadra nº 11 (Equipamento Público)		
Área de Preservação Permanente	5.140,02	8,012052
-Lote Urbano nº 12, Quadra nº 1 -Lote Urbano nº 1, Quadra nº 7		
Totais	27.733,52	43,229873%
Percentual Total da Área Loteada = 43,229873%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

### Decreto nº 297/2015

DECRETO Nº 297, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre lotação de veículos na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam lotados os veículos abaixo especificados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo:

I - Retroescavadeira Case 580 m;

II - Retroescavadeira Caterpillar 416e

III - Retroescavadeira JCB 214e;

IV - Motoniveladora Caterpillar 12k;

V - Motoniveladora Caterpillar 120k;

VI - Caminhão Ford Cargo 3132, placa MJW-6592;

VII - Caminhão Ford Cargo 3132, placa MJW-6642;

VIII - Caminhão Volkswagen 16170, placa LYH-0581;

IX - Caminhão Mercedes Benz 2729, placa OKH-8085;

X - Caminhão Mercedes Benz 16/18, placa IGH-6330;

XI - Trator de pneu Massey Ferguson 4299;

XII - Escavadeira hidráulica JCB JS160;

XIII - Britador móvel CCM;

XIV - Rolo compressor Miller VAP 70;

XV - Fiat Doblô, placa MCE-9943;

XVI - Ford F 1.000, placa LYG-7447;

XVII - Trator de esteira D51.

Art. 2º Para efeito do disposto neste Decreto todas as despesas e encargos decorrentes desta lotação, serão cobertos com recursos previstos no orçamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.



Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 46, de 4 de maio de 2015.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

### **Decreto nº 299/2015**

DECRETO Nº 299, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Fixa valor da planta dos imóveis do Município de Maravilha-SC, para base de cálculo do ITBI e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.942, de 16 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO,

Corrigir eventuais distorções existentes no cálculo do ITBI, adequando o valor dos imóveis localizados no perímetro urbano e rural do nosso Município, através de avaliação por profissionais técnicos e do ramo imobiliário, conhecedores da área urbana e rural;

A infraestrutura completa ou semi completa das vias públicas, maior densidade demográfica e fluxo de pessoas e veículos, e a maior concentração de comércio e serviço, seja no centro ou nos bairros;

A situação do imóvel dentro da quadra, se em meio de quadra ou se localizado em uma ou mais esquinas, se localizado em acentuado declive ou aclave, ou se apresenta um formato irregular,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto atualizada a planta de valores dos imóveis urbanos e rurais do Município de Maravilha/SC, para base de cálculo do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Art. 2º A planta de valores dos imóveis urbanos, referida no art. 1º, é a constante das tabelas do Anexo I do presente Decreto. A tabela das edificações para fins de averbação e ITBI é a constante do Anexo II do presente Decreto.

Art. 3º Os imóveis rurais serão avaliados in loco pelo perito avaliador do Município, designado pelo Decreto nº 159, de 3 de dezembro de 2014.

Art. 4º As áreas destinadas a loteamentos serão avaliadas pela Comissão de avaliação do Município, nomeada pelo Decreto nº 127, de 14 de novembro de 2013.

Art. 5º Poderá ser aplicada uma redução do valor constante na tabela, observando os seguintes critérios e percentuais, para imóveis:

I - sem pavimentação com pedras irregulares ou asfalto - 20% (vinte por cento);

II - com calçamento - 10% (dez por cento);

III - alagados, em declive, aclave ou acidentado - 20% (vinte por cento);

IV - com formato irregular ou com testada desproporcional em relação à metragem quadrada, ou seja, inferior a 1/3 das metragens laterais - 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Além dos critérios estabelecidos nos incisos deste artigo a comissão tem a competência de realizar nova avaliação e atribuir valor de mercado.

Art. 6º Para fins do cálculo do ITBI as construções poderão sofrer dedução de até 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o valor do metro quadrado de acordo com o estado de conservação. Em áreas não edificantes poderá ser aplicada uma redução de 90% (noventa por cento) no valor da avaliação.

Art. 7º Para terrenos localizados em esquina, a avaliação do ITBI irá considerar o valor da via principal.

Art. 8º Quando o contribuinte contestar o valor da avaliação atribuído ao imóvel, ele poderá solicitar avaliações contraditórias junto ao mercado imobiliário, que deverá ser de no mínimo três profissionais (perito avaliador).

Parágrafo único. Para que a avaliação constante do caput deste artigo possa surtir efeito, a mesma deverá ser analisada e aprovada pela Comissão de Avaliação do Município, nomeada pelo Decreto nº 127, de 14 de novembro de 2013.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## ANEXO I

### TABELA PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA INCIDÊNCIA DE ITBI

CENTRO Nº 01	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária	
Da Avenida Padre Antônio até a Rua Nidolfo Mattje	1.227,50
Da Rua Nidolfo Mattje até a Avenida 27 de Julho	945,50
Rua XV de Novembro	
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Nidolfo Mattje	310,00
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas	235,00
Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera	180,00
Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Irmã Maria Borja	290,00
Avenida Anita Garibaldi	
Da Avenida Araucária até a Rua General Osório	792,50
Da Rua General Osório até a Rua Abyr Diehl	495,00
Da Rua Abyr Diehl até a Avenida Jorge Lacerda	422,50
Avenida 7 de Setembro	
Da Avenida Araucária até a Rua Abyr Diehl	1.127,50
Da Rua Abyr Diehl até a Rua Princesa Isabel	800,00
Da Rua Princesa Isabel até a Rua Independência	450,00
Da Rua Independência até a Rua Jorge Lacerda	320,00
Avenida Sul Brasil	
Da Avenida Araucária até a Rua Abyr Diehl	1.115,00
Da Rua Abyr Diehl até a Rua Princesa Isabel	652,50
Da Rua Princesa Isabel até Avenida Maravilha	448,75
Avenida Padre Antônio	
Da Avenida Araucária até a Rua José Bonifácio	364,00
Da Rua José Bonifácio até a Rua Princesa Isabel	274,00
Da Rua Princesa Isabel até o seu final	235,00
Avenida Maravilha	
Da Avenida 7 de Setembro até a Rua São Vicente	480,00
Rua Prefeito Albino Cerutti Cella	
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Anita Garibaldi	990,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Rua Santos Dumont	792,50
Rua Duque de Caxias	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	505,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	990,00
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	792,50
Rua General Osório	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	410,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	792,50
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	589,00
Rua José Bonifácio	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	380,50
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	533,50
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	470,00
Rua Abyr Diehl	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	321,75
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	489,25
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	432,00
Rua José Leal Filho	
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Anita Garibaldi	285,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Sul Brasil	464,50
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	391,50

Rua Princesa Isabel	390,25
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida 7 de Setembro	347,00
Da Avenida 7 de Setembro até a Avenida Sul Brasil	306,75
Da Avenida Sul Brasil até a Avenida Padre Antônio	
Rua Independência	249,00
Rua Presidente Juscelino	249,00
Rua São Francisco	249,00
Rua São Vicente	249,00
Rua São Pedro	140,00
Avenida Jorge Lacerda	290,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Avenida Maravilha	
Rua Santos Dumont	351,00
Da Avenida Araucária até a Avenida 27 de Julho	
Travessa General Osório	417,75
Travessa Rio Branco	380,00
Travessa Bom Jardim	358,75
Travessa Anna Albrecht	285,00
Travessa Zacarias Kasper	282,00
Travessa José Manfrim	247,00
Travessa Matheus Giusti	268,00
Da Avenida Anita Garibaldi até a Travessa José Manfrim	228,00
Da Travessa José Manfrim até a Avenida 27 de Julho	
Rua Irmã Maria Borja	251,00
Da Avenida Araucária até a Rua XV de Novembro	
Travessa Eloi Luiz Dadan	407,00
Rua Nidolfo Mattje	314,00
Da Avenida Araucária até a Rua XV de Novembro	250,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Santa Catarina	
Rua Silvio Noronha	386,00
Da Avenida Araucária até a Rua XV de Novembro	235,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Santa Catarina	
Avenida Euclides da Cunha - lado par	398,00
Da Avenida Araucária até a Rua Santa Catarina	
Avenida Euclides da Cunha - Lado ímpar	356,00
Da Rua Santa Catarina até a Rua Mauá	
Rua Mauá	220,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Avenida 27 de Julho	
Rua Marcilio Dias	283,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Avenida 27 de Julho	
Avenida 27 de Julho	240,00
Da Rua Jorge Lacerda até a Travessa Zacarias Kasper	292,00
Da Travessa Zacarias Kasper até a Travessa Rio Branco	240,00
Da Travessa Rio Branco até a Av. Araucária	
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Centro.	247,00

**BAIRRO PADRE ANTÔNIO Nº 02**

Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária	417,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta	
Avenida 27 de Julho	218,00
Da Rua Jorge Lacerda até a Travessa Zacarias Kasper	272,00
Da Travessa Zacarias Kasper até a Rua Hercílio Luz	220,00
Da Rua Hercílio Luz até a Avenida Araucária	
Avenida Presidente Kennedy	280,00
Da Avenida 27 de Julho até a Rua Hercílio Luz	320,00
Da Rua Hercílio Luz até a Rua 1º de Maio	260,00
Da Rua 1º de Maio até a Rua Independência	240,00
Da Rua Independência até a Sanga Iporã	
Rua Castelo Branco	220,00
Da Rua Blumenau até a Rua 1º de Maio	240,00
Da Rua 1º de Maio até a Rua Princesa Isabel	190,00
Da Rua Princesa Isabel até o seu final	
Rua Marechal Deodoro	377,00
Da Avenida 27 de Julho até a Avenida Presidente Kennedy	236,00
Da Avenida Presidente Kennedy até a Rua Castelo Branco	
Rua Presidente Dutra	402,00

Rua Hercílio Luz Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta Da Rua José de Anchieta até a Rua Leomar G. Stumpf	311,00 210,00
Rua Prefeito Albino Cerutti Cella Da Avenida 27 de Julho até a Rua José de Anchieta Da Rua José de Anchieta até a Rua Leomar G. Stumpf	381,00 194,00
Rua Santos Dumont Da Rua Pref. Albino Cerutti Cella até a Rua Hercílio Luz	351,00
Rua Nossa Senhora Aparecida Da Rua Prefeito Albino C. Cella até a Rua Hercílio Luz Outros trechos da mesma Rua Rua José de Anchieta Da Av. Araucária até a Rua Hercílio Luz	286,00 220,00 286,00
Rua Florianópolis Rua Joinville Da Avenida Presidente Kennedy até a Rua Castelo Branco	220,00
Rua 1º de Maio Da Avenida 27 de Julho até a Rua Castelo Branco	230,00
Loteamento Imperatriz	250,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro Padre Antônio.	190,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO PADRE ANTÔNIO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO PROGRESSO Nº 03	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária Da Rua José de Anchieta até a Rua Inocente Bortolanza Da Rua Inocente Bortolanza até o seu final	417,00 304,00
Rua Ex Combatente Ervin Krauspenhar	244,00
Demais trechos de ruas não enquadrado nos itens acima, localizados nos Loteamentos Krauspenhar e Progresso, pertencentes ao Bairro Progresso.	193,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO PROGRESSO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO JOSÉ DE ANCHIETA Nº 04	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Araucária Da Avenida 27 de Julho até a Rua Inocente Bortolanza	417,00
Avenida 27 de Julho Da Avenida Araucária até a Rua Mauá Da Rua Mauá até o seu final	210,00 187,00
Rua José de Anchieta Da Avenida Araucária até a Rua Mauá Da Rua Mauá até o seu final	272,00 210,00
Rua Orestes Ranzi Da Avenida Araucária até a Rua Mauá	240,00
Rua Marcilio Dias Da Avenida 27 de Julho até a Rua Inocente Bortolanza	240,00
Rua Francisco Fontana Da Rua José de Anchieta até a Rua Orestes Ranzi	240,00
Demais trechos de Ruas localizados no Bairro José de Anchieta não contemplados nos quadros acima.	204,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO JOSÉ DE ANCHIETA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO UNIÃO Nº 05	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Euclides da Cunha Da Rua Santa Catarina até o seu final	363,00
Avenida 27 de Julho Da Rua Mauá até o seu final	187,00
Rua Arnaldo Graff Da Rua Santa Catarina até a Rua Victor Meirelles Da Rua Victor Meirelles até o seu final	192,00 165,00

Rua Silvio Noronha	
Rua Nidolfo Mattje	235,00
Da Rua Santa Catarina até a Rua Nereu Ramos	165,00
Da Rua Nereu Ramos até a Rua Palmitos	135,00
Da Rua Palmitos até o seu final	
Rua Santa Catarina	
Rua Victor Meirelles	213,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Nidolfo Mattje	
Rua Nereu Ramos	
Rua Balduino Gehn	
Rua Palmitos	195,00
Rua Rua Iguaçu	178,00
Rua São José	165,00
Da Avenida Euclides da Cunha até a Rua Arnoldo Graff	
Da Rua Arnoldo Graff até a Rua Silvio Noronha	
Da Rua Silvio Noronha até a Rua Nidolfo Mattje	
Rua 13 de Maio em toda a sua extensão	210,00
Travessa Osvaldo Cruz	186,00
Demais trechos de Ruas localizadas no BAIRRO UNIÃO não contemplados nos quadros acima.	135,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO UNIÃO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO BELA VISTA Nº 06</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua Nidolfo Mattje	
Rua Pastor Armando Claas	
Rua Prefeito Baldissera	135,00
Rua Eloi Luiz Dadan	
Da Rua Nereu Ramos até a Rua Palmitos - todas	
Rua Nereu Ramos	
Rua Balduino Gehn	135,00
Rua Palmitos	
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Eloi Luiz Dadan - todas	
Loteamento Klement	100,00
Demais trechos de Ruas localizados no Bairro Bela Vista não contemplados nos quadros acima.	90,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO BELA VISTA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO MORADA DO SOL Nº 07</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua XV de Novembro	235,00
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas	180,00
Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera	240,00
Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Madre Júlia	290,00
Da Rua Madre Júlia até a Rua Irmã Maria Borja	
Rua Santa Catarina	235,00
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Pastor Armando Claas	160,00
Da Rua Pastor Armando Claas até a Rua Pref. Baldissera	240,00
Da Rua Pref. Baldissera até a Rua Madre Julia	290,00
Rua Madre Julia até a Rua Irmã Maria Borja	
Rua Victor Meirelles	154,00
Da Rua Nidolfo Mattje até a Rua Prefeito Baldissera	220,00
Da Rua Prefeito Baldissera até a Rua Armando Weber	200,00
Da Rua Armando Weber até a Rua Irmã Lucia Linck	
Rua Nidolfo Mattje	250,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Santa Catarina	235,00
Da Rua Santa Catarina até a Nereu Ramos	
Rua Pastor Armando Claas	250,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Santa Catarina	210,00
Da Rua Santa Catarina até a Nereu Ramos	
Rua Prefeito Baldissera	135,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Nereu Ramos	
Rua Madre Julia	280,00
Da Rua XV de Novembro até a Rua Dr. Victor Meirelles	
Rua Armando Weber	232,00
Em toda a sua extensão	

Rua Irmã Maria Borja Da Rua XV de Novembro até seu final	235,00
Rua Irmã Lúcia Linck – Em toda a sua extensão	235,00
Demais trechos de ruas localizados no Bairro Morada do Sol não contemplados nos quadros acima.	170,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO MORADA DO SOL" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO SÃO JOSÉ Nº 08	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Rua Duque de Caxias Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza - Lado par - Lado ímpar - fundos com a Sanga Cambuim Da Rua Cruz e Souza até a Rua Curitiba Da Rua Curitiba até o final do Loteamento Esplendor	330,00 260,00 230,00 220,00
Rua do Pioneiro Rua Monteiro Lobato Rua Olavo Bilac Rua Cruz e Souza Da Sanga Cambuim até a Rua General Eurico	310,00
Rua do Pioneiro Rua Monteiro Lobato Rua Olavo Bilac Da Rua General Eurico até a Rua José Bonifácio	250,00
Rua Cruz e Souza Da Rua General Eurico até a Rua José Bonifácio	200,00
Rua do Pioneiro Da Rua José Bonifácio até o seu final	210,00
Rua Monteiro Lobato Rua Olavo Bilac Da Rua José Bonifácio até a Rua Abyr Diehl	210,00
Rua General Eurico Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza Da Rua Cruz e Souza até a Rua Curitiba Da Rua Curitiba até o final do Loteamento Vitória	230,00 210,00 180,00
Rua José Bonifácio Da Rua do Pioneiro até a Rua Cruz e Souza	173,00
Todos os trechos de ruas do LOTEAMENTO SÃO JOSÉ pertencentes ao "Bairro São José" não enquadrados nos itens acima.	210,00
Loteamentos Esplendor e Esplendor II Rua Porto Alegre Rua São Paulo Rua Curitiba Demais Ruas	210,00 185,00
Loteamento Vitória I e Vitória II – todas as ruas	180,00
Loteamento Jardim América – todas as ruas	180,00
Loteamento Jardim América II – todas as ruas	171,00
Loteamento Jardim do Lago – todas as ruas	180,00
Loteamento Dom Henrique	171,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro São José.	180,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO SÃO JOSÉ" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

BAIRRO JARDIM Nº 09	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Padre Antônio Da Avenida Araucária até a Rua José Bonifácio Da Rua José Bonifácio até a Rua Princesa Isabel Da Rua Princesa Isabel até a Rua Independência	364,00 274,00 235,00
Travessa das Rosas Travessa das Palmeiras Rua das Hortências	310,00 310,00 310,00



Rua do Imigrante	310,00
Da Rua Duque de Caxias até a Rua General Eurico	250,00
Da Rua General Eurico até a Rua José Bonifácio	
Rua da Criança	310,00
Rua da Árvore	250,00
Rua do Pioneiro	
Da Sanga Cambuim até a Rua General Eurico	
Da Rua General Osório até o final	
Rua Duque de Caxias	330,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Pioneiro	260,00
- Lado par	
- Lado ímpar - fundos com a Sanga Cambuim	
Rua General Eurico	292,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Imigrante	250,00
Da Rua do Imigrante até a Rua do Pioneiro	
Rua José Bonifácio	292,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua do Imigrante	250,00
Da Rua da Árvore até a Rua do Pioneiro	250,00
Da Rua do Imigrante até a Rua da Árvore	
Travessa Otto Schaedler	250,00
Loteamento Girassol (todas as ruas)	320,00
Loteamento Popular "Nosso Sonho" (todas as ruas)	145,00
Demais trechos de ruas não enquadradas nos itens acima, pertencentes ao Bairro Jardim.	220,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO JARDIM" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO MADALOZZO Nº 10</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Maravilha	721,00
Da Rua São Vicente até a Sanga Ibicuy	
Rua "13"	191,00
Rua Serafim Bertaso	319,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Giácomo Madalozzo	
Da Rua Giácomo Madalozzo até o encontro com a Avenida Padre Antônio.	290,00
Avenida Padre Antônio	235,00
Da Rua Serafim Bertaso até a Rua Independência	
Rua Independência	200,00
Da Avenida Padre Antônio até a Rua Euclides Mário Canalle	
Rua Euclides Mário Canalle	
Rua Giacomo Madalozzo	200,00
Rua José Madalozzo	
Rua 21 de Abril	
Da Rua Serafim Bertaso até a Rua São Francisco	
Loteamento Colibri	200,00
Todas as Ruas do Loteamento Roverssi, e demais trechos de ruas pertencentes ao Bairro Madalozzo, não contempladas nos quadros acima.	200,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO MADALOZZO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO FREI DAMIÃO Nº 11</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Maravilha	721,00
Da Sanga Ibicuy até o seu final	
Rua do Trabalho	270,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Avelino Giehl	
Rua Carlos Antônio Cembranel	290,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Avelino Giehl	200,00
Da Rua Avelino Giehl até a Rua Atílio João Zanotto	
Demais trechos de ruas do Loteamento Frei Damião e outras ruas de loteamentos pertencentes ao Bairro Frei Damião.	200,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO FREI DAMIÃO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO KASPER Nº 12</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$

Rua Rodolfo Edvino Schlemmer	180,00
Da divisa com o Loteamento Frei Damião até o seu final	
Demais Ruas do Loteamento Kasper	171,00
Loteamento Estrela	171,00
Loteamento Jardim Itália	171,00
Loteamento Aurora (todas as ruas)	185,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO KASPER" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO FLORESTA Nº 13</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Avenida Maravilha	721,00
Da Rua "13" até o trevo principal de acesso a BR-282	
Avenida Presidente Vargas	300,00
Da Avenida Maravilha até a Ponte do Rio Iracema	249,00
Da Ponte do Rio Iracema até o seu final	
Ruas "6", "7", "8" e "9"	175,00
Rua "11"	
Rua Tereza C. Comerlatto	220,00
Rua Iracema	
Da Avenida Maravilha até a Rua "10"	
Rua "12"	220,00
Rua "13"	191,00
Rua Tereza C. Comerlatto	175,00
Da Rua 10 até o seu final	
Avenida Marginal	220,00
Em toda a sua extensão	
Avenida Entre Rios	220,00
Em toda a sua extensão	
Loteamento Rigoni	175,00
Loteamento Muller	175,00
Demais trechos de ruas localizados Bairro Floresta não enquadrados nos itens acima.	175,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO FLORESTA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>NOVO BAIRRO Nº 14</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Avenida Sul Brasil	269,00
Da Rua Menegassi até a Rua Pedro Müller	230,00
Da Rua Pedro Müller até a Avenida Presidente Vargas	
"A", "B", "C" e Rua Menegassi	220,00
Ruas "D", "E", "F" (da Rua Menegassi até a R. Pedro Muller)	220,00
Ruas "D", "E", "F" (demais trechos das ruas)	180,00
Avenida Alexandre Kasper	250,00
Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Rua Inácio Rambo	240,00
Da Rua Inácio Rambo até o seu final	
Demais ruas do Loteamento Bairro Universitário	220,00
Loteamento Belo Horizonte	180,00
Loteamento Tomazoni	180,00
Demais trechos de ruas localizados no Novo Bairro não enquadrados nos itens acima.	180,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "NOVO BAIRRO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m <sup>2</sup> do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m <sup>2</sup> , sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m <sup>2</sup> ), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

<b>BAIRRO CIVEMARA Nº 15</b>	
Local	Valor por m <sup>2</sup> de terreno em R\$
Avenida Jorge Lacerda	290,00
Da Avenida Maravilha até a Avenida Anita Garibaldi	250,00
Da Avenida Anita Garibaldi até o seu final	
Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki	280,00
Da Avenida Jorge Lacerda até a Rua Foz do Iguaçu	
Avenida Sul Brasil	290,00
Da Avenida Maravilha até a Rua Menegassi	
Avenida Presidente Kennedy	245,00
Da Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki até a Sanga Iporã	

Demais trechos de Ruas localizados no Bairro Cívemara não enquadrados nos itens acima.	240,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO CÍVEMARA" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	
<b>BAIRRO UNIVERSITÁRIO Nº 16</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki Da Rua Foz do Iguaçu até Villa Universitária	250,00
Avenida Alexandre Kasper Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Sanga Mariporã	250,00
Avenida Presidente Kennedy Da Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki até a Sanga Iporã	245,00
Rua Foz do Iguaçu Da Avenida Dr. Orlando V. Zawadzki até a Sanga Mariporã	240,00
Loteamento Villa Universitária Frente para Avenida Dr. Orlando Valério Zawadzki	300,00 250,00
Demais trechos de ruas localizados no Bairro Universitário não enquadrados nos itens acima.	220,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO UNIVERSITÁRIO" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	
<b>BAIRRO INDUSTRIAL Nº 17</b>	
Local	Valor por m² de terreno em R\$
Loteamento Scapini	140,00
Loteamento Grando	200,00
Todos os imóveis localizados nas Ruas do Distrito Industrial destinados a instalação de empresas	140,00
Todas as frações de áreas urbanas ou rurais com característica de Lote Urbano, e que não desenvolva atividade agrícola pertencente ao "BAIRRO INDUSTRIAL" não contemplados nos quadros acima, serão avaliados conforme o valor do m² do imóvel mais próximo, podendo ser aplicada uma redução de 50% no valor do m², sobre a parte do imóvel que exceder (300,00 m²), metragem padrão prevista na legislação do Município de Maravilha.	

## ANEXO II

## TABELA DAS EDIFICAÇÕES PARA FINS DE AVERBAÇÃO E ITBI

RESIDENCIAL					
PROJETOS PADRÃO	TIPO	PAVIMENTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO		
			BAIXO	NORMAL	ALTO
Residencial	Unifamiliar	2	R\$ 973,18		
Residencial	Multifamiliar	8	R\$ 980,71	R\$ 1.337,44	R\$ 1.824,01
Residencial	Multifamiliar	20		R\$ 1.249,23	R\$ 1.632,67
Residência Popular Alvenaria / Mista	Unifamiliar	1	R\$ 904,96	R\$ 1.206,93	R\$ 1.746,82
Residência Popular Madeira	Unifamiliar	1	R\$ 589,54		
Projeto interesse social	Multifamiliar	1	R\$ 589,54	R\$ 278,04	R\$ 735,53
Abrigo de Veículo	Ed. Multifamiliar	4	R\$ 198,60		
COMERCIAL					
PROJETOS PADRÃO	PAVIMENTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO			
		NORMAL		ALTO	
Comercial, Salas e Lojas	20	R\$ 1.116,48		R\$ 1.518,45	
Comercial Andar Térreo	2	R\$ 1.290,54		R\$ 1.713,24	
Galpão Industrial Alvenaria	1	R\$ 556,08		R\$ 635,52	
Barracão Industrial Misto / Madeira	1	R\$ 397,20		R\$ 556,08	

Ref.: CUB dez./2015

Avaliação conforme visita in loco e fotos anexas.

Maravilha, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

## CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

RESIDENCIAL		
BAIXO	NORMAL	ALTO

( ) 1 Dormitório	( ) 2 ou 3 Dormitórios	( ) 4 Dormitórios, sendo 1 suíte
( ) Sem abrigo de veículo	( ) Abrigo de veículo	( ) Abrigo para 2 ou mais veículos
( ) Esquadrias de ferro	( ) Esquadrias de madeira maciça	( ) Esquadrias de alumínio / vidro temperado
( ) Peitoris de concreto	( ) Peitoris de granito	( ) Peitoris e soleiras de granito
( ) Bacia sanitária com caixa de descarga	( ) Bacia sanitária caixa acoplada / válvula hidra	( ) Bacia sanitária caixa acoplada modelo especial
( ) Lavatório de louça com ou sem coluna	( ) Bancada banheiro granito com cuba de louça	( ) Bancada granito, cuba louça modelo especial
( ) Piso cerâmico esmaltado - padrão popular	( ) Piso cerâmico esmaltado - 1ª qualidade	( ) Assoalho de madeira ou porcelanato
( ) Forro madeira ou PVC	( ) Laje regularizada	( ) Forro com placas de gesso
( ) Telhado com telha de barro	( ) Telhado de fibrocimento + laje	( ) Telhado de barro / concreto + laje
( ) Circulação vertical - escadas	( ) Circulação vertical - escadas + elevador	( ) Circulação vertical - escadas + elevador
RESID. POPULAR ALVENARIA/ MISTA	( ) Dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço Área Máx. = 90,00 m²	
RESIDÊNCIA POPULAR MADEIRA	( ) Dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço Área Máx. = 70,00 m²	
PROJETO DE INTERESSE SOCIAL	( ) Térreo + 4 pavimentos tipo - Aptos com 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço	

ABRIGO DE VEÍCULOS (EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR)		
BAIXO	NORMAL	ALTO
( ) Área coberta	( ) Área coberta com vedação	( ) Abrigo integrado à edificação – pavimento próprio para o uso
( ) Piso chão batido / brita	( ) Contrapiso	
( ) Isolada da edificação	( ) Externa a edificação	

COMERCIAL		
COMERCIAL, SALAS E LOJAS	( ) Edifício exclusivamente comercial com até 8 salas comerciais por andar	
COMERCIAL TÉRREO E SOBRELOJA	( ) Edifício com até 2 pavimentos comerciais (térreo e sobreloja)	
GALPÃO INDUSTRIAL ALVENARIA	( ) Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito	
BARRACÃO INDUSTRIAL MISTO / MADEIRA	( ) Galpão com área administrativa, dois banheiros, um vestiário e um depósito	
PADRÃO	NORMAL	ALTO
	( ) Peitoris de concreto	( ) Peitoris de granito
	( ) Piso cerâmico esmaltado - 1ª qualidade	( ) Piso cerâmico - porcelanato
	( ) Circulação vertical - escadas	( ) Circulação vertical - escadas + elevador
CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:		R\$/m2 DE ÁREA CONSTRUÍDA:

AJUSTES APLICÁVEIS AO VALOR DA EDIFICAÇÃO	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Bom ( )	Redução: 5% ( ) 10% ( ) 20% ( ) 25% ( ) 30% ( )
Regular -10% ( ) -20% ( )	Área Rural: 50% ( )
Precário -30% ( ) -40% ( ) -50% ( ) -60% ( ) -70% ( )	Valorização: 10% ( ) 20% ( ) 30% ( ) 40% ( ) 50% ( ) 60% ( ) 70% ( ) 80% ( ) 90% ( ) 100% ( )

AVALIAÇÃO DO TERRENO	
VALOR DEFINIDO POR TABELA DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS (ANEXO I) R\$/m2 de terreno:	
*Para terrenos localizados em esquina, a avaliação do ITBI irá considerar o valor da via principal	

AJUSTES APLICÁVEIS AO VALOR DO TERRENO	
Imóvel sem pavimentação: -20% ( )	Imóvel alagado, em declive, alicie ou acidentado: -20% ( )
Imóvel com calçamento: -10% ( )	Imóvel com formato irregular ou testada desproporcional (inferior a 1/3 das laterais: -20% ( )

VALOR FINAL DO IMÓVEL: R\$ \_\_\_\_\_

Berlin Marcos Felippin  
Diretor de Planejamento  
CRECI/SC 025932 CNAI012419

Camila Begrow  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A74048-9

Avaliação conforme visita in loco e fotos anexas.

Maravilha, SC, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**Lei nº 3.923/2015**

LEI Nº 3.923, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre repasse financeiro para a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Maravilha - ASPMA e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de R\$ 7.544,66 (sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), para a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Maravilha – ASPMA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.339.232/0001-55, localizada na Rua Euclides da Cunha, nº 229, Centro, neste Município.

Art. 2º A contribuição de que trata o artigo 1º tem por objetivo auxiliar a Entidade com manutenção e aquisição de novos equipamentos.

Art. 3º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º Os recursos orçamentários para a execução do objeto do art. 1º correrão por conta da Rubrica Orçamentária nº 08.244.0018.2.063 – APOIO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

Art. 7º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Lei nº 3.924/2015**

LEI Nº 3.924, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera denominação de imóvel urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterada a denominação dos seguintes imóveis:

I- Parte do lote colonial rural nº (18), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, SC, com área de (400,00 m2), sem edificações; Confrontando:- ao Norte: com parte

do mesmo lote colonial rural nº (18), na extensão de 15,00 metros, de Elio Brutscher - M. 1.955;- ao Sul: com a Avenida Sul Brasil, na extensão de 15,00 metros;- ao Leste: com parte do lote urbano nº (10), da quadra nº (7), integrada ao Bairro Civemara, na extensão de 26,668 metros, de Benjamin Luiz Favero - M. 12.496;- ao Oeste: com parte do mesmo lote colonial rural nº (18), na extensão de 26,666 metros, de Elio Brutscher - M. 1.955; Objeto da Matrícula nº 4.055 do Ofício de Registro de Imóvel da Comarca de Maravilha, SC, de propriedade de Elio Brutscher, brasileiro, casado, empresário, portador da C.I. nº 563.805-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 346.056.739-20, domiciliado e residente na Avenida Sul Brasil, nº 1825, nesta cidade.

II- Parte do lote colonial rural nº (18), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, SC, com área de (963,55 m2), sem edificações; Confrontando:- ao Norte: com o lote urbano nº (5), da quadra nº (7), integrada ao Bairro Civemara, na extensão de 32,21 metros, de Elio Brutscher - M. 9.102;- ao Sul: por duas linhas, uma com a Avenida Sul Brasil, na extensão de 14,00 metros, e outra, com parte do mesmo lote colonial rural nº (18), da Seção Maravilha, na extensão de 15 metros, de Elio Brutscher - M. 4.055;- ao Leste: por duas linhas, uma com parte do mesmo lote colonial rural nº (18), da Seção Maravilha, na extensão de 26,666 metros, de Elio Brutscher - M. 4.055, e outra, com parte do lote urbano nº (10), da quadra nº (7), integrada ao Bairro Civemara, na extensão de 18,703 metros, de Benjamin Luiz Favero - M. 12.496;- ao Oeste: com a Rua Menegassi, na extensão de 43,43 metros; Objeto da Matrícula nº 1.955 do Ofício de Registro de Imóvel da Comarca de Maravilha, SC, de propriedade de Elio Brutscher, brasileiro, casado, empresário, portador da C.I. nº 563.805-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 346.056.739-20, domiciliado e residente na Avenida Sul Brasil, nº 1825, nesta cidade.

III- Parte do lote colonial rural nº (18), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, SC, com área de (1.920,00 m2), sem edificações; Confrontando:- ao Norte: com a Avenida 7 de Setembro, na extensão de 64,00 metros;- ao Sul: com o lote urbano nº (4), na extensão de 64,00 metros, de Débora Cristina Albrecht e Rafael Nelson Albrecht - M. 9.101;- ao Leste: com a Rua Marechal Cândido Rondon, na extensão de 30,00 metros;- ao Oeste: com o lote urbano nº (3), da quadra nº (7), do Loteamento Bairro Civemara, na extensão de 30,00 metros, de Irineu Schmidt - M. 7.191; Objeto da Matrícula nº 3.913 do Ofício de Registro de Imóvel da Comarca de Maravilha, SC, de propriedade de Prefeitura Municipal de Maravilha, brasileiro, casado, empresário, portador da C.I. nº 563.805-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 346.056.739-20, domiciliado e residente na Avenida Sul Brasil, nº 1825, nesta cidade.

Art. 2º Os imóveis descritos e caracterizados no art. 1º desta Lei, estão integrados ao Perímetro Urbano da Cidade de Maravilha-SC, não possuindo características agrícolas.

Art. 3º Os imóveis descritos e caracterizados no art. 1º desta Lei passarão a denominar-se, respectivamente:

I- Lote Urbano nº (11), da quadra nº (7), já integrado ao Bairro Civemara, situado nesta Cidade e Comarca de Maravilha, SC, com área de (400,00 m2).

II- Lote Urbano nº (12), da quadra nº (7), já integrado ao Bairro Civemara, situado nesta Cidade e Comarca de Maravilha, SC, com área de (963,55 m2).

III- Lote Urbano nº (13), da quadra nº (7), já integrado ao Bairro Civemara, situado nesta Cidade e Comarca de Maravilha, SC, com área de (1.920,00 m2).

Art. 4º Com a alteração nas denominações dos imóveis, os mesmos permanecerão com suas áreas inalteradas.

Art. 5º Permanecem em vigor todos os gravames, registros e averbações constantes da referida matrícula.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.925/2015**

LEI Nº 3.925, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara de utilidade pública entidade do Município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Maravilha - ASPMA, inscrita no CNPJ nº 06.339.232/0001-55, com sede nesta cidade e Comarca de Maravilha/SC.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo 1º ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 3.926/2015**

LEI Nº 3.926, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o artigo 10. da lei municipal n. 3.876 de 9 de julho de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei alterada a redação do artigo 10. da Lei Municipal nº 3.876, de 9 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2016”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda



# Marema

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 001/2016 - Pregão Presencial n. 001/2016 para aquisição de material didático pedagógico aos alunos e professores da rede municipal de educação. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 27/01/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 27/01/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00mi, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 16 de dezembro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL/FMAS N. 001/2016**

Município de Marema/FMAS-Fundo Mun. de Assist. Social.

A Prefeitura Municipal de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMAS n. 001/2016 - Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016 para contratação de profissional para ministrar cursos para atendimento ao programa desenvolvido pelo CRAS. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 26/01/2016, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 26/01/2016 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00mi, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 15 de dezembro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19.2015 - ADITIVO DE QUANTIDADE - SERVIÇO DE BORRACHARIA

PRIMEIRO TERMO ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2015 - PPM

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 41/2015- Pregão Presencial Nº 33/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para a contratação de empresa especializada em MATERIAL/MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – BORRACHARIA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MATERIAL/MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – BORRACHARIA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1 Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações, quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde Licitada	Qtde Aditivo	R\$ Unit.	R\$ Total
4.00008	SPEED RACER PNEUS LTDA EPP	VALVULA DE PNEU DE AUTO-MÓVEL	UNID	SPEED	20	05	R\$ 6,9690	R\$ 34,845
4.00009	SPEED RACER PNEUS LTDA EPP	CONSRTO DE RODA DE AUTOMÓVEL	UNID	SPEED	20	05	R\$ 38,3295	R\$ 191,6475
Total Geral dos Itens: R\$ 226,49								

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 226,49 (DUZENTOS E VINTE E SEIS REIAS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº 41/2015 - Pregão Presencial Nº 33/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	14	de	dezembro	de	2015
-------------------	----	----	----------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito SPEED RACER PNEUS LTDA EPP  
Contratante

### CO 02.2016 (FMS)- HABEAS CORPUS CINICA MEDICA

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02.2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: MARCOS ANDERSON KOSTECZKA

OBJETO: credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas na prestação de serviços médicos de baixa e média complexidade no Hospital Municipal deste município.

VIGENCIA: 01.01.2016 a 31.12.2016

VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais) por consulta; a cirurgia será paga conforme tabela unificada do SUS.

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

Massaranduba, 17 de dezembro de 2015.

#### **CO 18.2013 AD 18.4 - REPROGRAFIA DAUFENBACH**

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO (18/4) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA REPROGRAFIA DAUFENBACH.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, com sede na Rua Bernardo Dornbusch, 589, Baependi, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal, Sr. LENOIR DAUFENBACH, inscrito no CPF sob o nº 582.676.389-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2013, homologado em 03 de maio de 2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo aditam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

1.1. A cláusula segunda do CONTRATO Nº 18/2013 firmado entre as partes prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2016 findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

2.1. De acordo com negociação entre as partes, o novo valor por cópia será de R\$ 0,043, compreendendo como novo valor global a importância de R\$ 38.164,00 (TRINTA E OITO MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL**

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 01 (uma) testemunha abaixo mencionada.

Massaranduba (SC), 15 de dezembro de 2015.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE CONTRATANTE	REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA LENOIR DAUFENBACH CONTRATADA
--	--

Testemunha:

CÍRIO MARTINI

CPF: 452.293.509-97

#### **CO 37.2015 (FMS)- HABEAS CORPUS CINICA MEDICA**

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37.2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: MARCOS ANDERSON KOSTECZKA

OBJETO: credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas na prestação de serviços médicos de baixa e média complexidade no Hospital Municipal deste município.

VIGENCIA: 16.12.2015 a 31.12.2015

VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais) por consulta; a cirurgia será paga conforme tabela unificada do SUS.

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

Massaranduba, 16 de dezembro de 2015.

#### **PMM LIC 75.2015 PP 55.2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL E À EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até às 08h00min do dia 11/01/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 11/01/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 17 de dezembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****ADITIVO 015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Original Nº: 004/2015 Aditivo Nº. 015/2015  
Processo: Dispensa nº. 011/2014  
Objeto: Prorrogação de prazo referente contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº. 94/2015.  
Fundamento Legal: Artigo 57, inciso IV da Lei Federal 8.666/93  
Contratante: Câmara de Vereadores de Massaranduba/SC  
Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
Valor: R\$ 3.120,00 (Três mil cento e vinte reais)  
Data de Assinatura: 15/12/2015.  
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

**ADITIVO 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Original Nº: 005/2015 – Aditivo Nº. 016/2015  
Licitação: Processo Licitatório nº. 001/2015 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2015  
Objeto: Prorrogação de prazo referente credenciamento da rádio para atividades de divulgação e publicidade dos atos e atividades da Câmara de Vereadores de Massaranduba, através de veiculação diária com gravação e edição de spots de 30 segundos cada.  
Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II da Lei Federal 8.666/93  
Fornecedor Credenciado: DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA ( Rádio 105 FM )  
Valor: R\$ 29,50 (Vinte e nove reais e cinquenta centavos) por Spot de 30 segundos cada  
Data de Assinatura: 15/12/2015  
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

**DISPENSA 10/2015**

JUSTIFICATIVA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2015

OBJETO: Prestação de serviços de locação de impressoras e fotocopiadoras multifuncionais para atender as necessidades da Câmara de Vereadores para o exercício 2016.  
CONTRATADO: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP  
CNPJ: 04.398.513/0001-53  
PROCESSO Nº.: 010/2015  
VALOR: R\$ 3.510,00 (Três mil, quinhentos e dez reais)

Item	Qtdade	Unit R\$	Unid	Descrição
01	12	150,00	mês	Impressora e fotocopiadora multifuncional jato de tinta, com franquias mensal de 2.500 páginas, impressão colorida, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento/reposição de peças e material de consumo, exceto papel
02	12	142,50	mês	Impressora e fotocopiadora multifuncional jato de tinta, com franquias mensal de 1.500 páginas, impressão colorida, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento/reposição de peças e material de consumo, exceto papel

FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA:

**ADITIVO 017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Original Nº: 006/2015 – Aditivo Nº. 017/2015  
Licitação: Processo Licitatório nº. 001/2015 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2015  
Objeto: Prorrogação de prazo referente credenciamento da rádio para atividades de divulgação e publicidade dos atos e atividades da Câmara de Vereadores de Massaranduba, através de veiculação diária com gravação e edição de spots de 30 segundos cada.  
Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II da Lei Federal 8.666/93  
Fornecedor Credenciado: CPR COMUNICAÇÃO LTDA ME (Super Nova FM 101.9)  
Valor: R\$ 29,50 (Vinte e nove reais e cinquenta centavos) por Spot de 30 segundos cada  
Data de Assinatura: 15/12/2015  
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

**ADITIVO 018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Original Nº: 010/2015 – Aditivo Nº. 018/2015  
Licitação: Processo Licitatório nº. 006/2015 – CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2015  
Objeto: Prorrogação de prazo referente prestação de serviços de assistência à saúde compreendendo atendimento médico hospitalar, ambulatorial e obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico, terapia, e internações na modalidade "Coletivo Empresarial", do Tipo Plano Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia, a serem prestados aos servidores ativos da Câmara de Vereadores de Massaranduba, conforme ANEXO VII - Termo de Referência e de acordo com a Lei 9.656/98 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.  
Fundamento Legal: Artigo 27, inciso II da Lei Federal 8.666/93  
Fornecedor Credenciado: AGEMED SAÚDE S/A  
Data de Assinatura: 15/12/2015  
Início da Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

**JUSTIFICATIVA:**

A Câmara de Vereadores realiza a reprodução de diversos documentos relativos aos trabalhos e atividades realizadas pela Câmara de Vereadores, como também fornece cópias de documentos para Vereadores, Servidores e população em geral que solicita informações sobre processos e leis que tramitam no legislativo e também a impressão de documentos provenientes dos trabalhos internos, sendo mais viável economicamente a locação pois já estão incluídas despesas de reposição de tinta/tonner, assistência técnica e todo material de consumo necessário, exceto o papel.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

Foram realizados três orçamentos e o preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

**DISPENSA 8/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2015

OBJETO: prestação pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, PARA O EXERCÍCIO 2016.

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT, empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.

CNPJ: 34.028.316/0028-23

PROCESSO Nº.: 008/2015

VALOR: R\$ 1.200,00

Item	Qtidade	Unid	Total Ano	Descrição
01	12	mês	1.200,00	serviços e venda de produtos para postagens de correspondências no exercício de 2016

**FUNDAMENTO DA DISPENSA****JUSTIFICATIVA:**

Licitação dispensada em razão do serviço postal ser explorado pela União em regime de monopólio, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, criada anteriormente à vigência da Lei 8.666/93 para esse fim.

**FUNDAMENTO LEGAL:**

É dispensada a realização de licitação pública com fundamento no artigo 24, incisos II e VIII da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art.24 – é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

"II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;"

"VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado".

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Considerando que a ECT é empresa pública da União, conforme transformação ocorrida por intermédio do Decreto-Lei nº. 509/1969. Igualmente a Lei Federal nº. 6.538/78 refere que os serviços postais e afins são explorados por empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, não existe competição entre possíveis interessados, daí porque é desnecessário realizar pesquisa de preço para o serviço objeto do contrato.

Massaranduba (SC), 07 de Dezembro de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

**DISPENSA 9/2015**

## JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2015

OBJETO: Locação de sistema de informática, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos, locação do Módulo SIC e hospedagem da legislação no portal da Câmara de Vereadores para o exercício 2016.

CONTRATADO: INFODIGITALL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

CNPJ: 86.731.494/0001-08

PROCESSO Nº.: 009/2015

VALOR: R\$ 5.671,56 (Cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

Item	Qt	Unit R\$	Unid	Descrição
01	12	308,59	mês	Locação de sistema de informática destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis, decretos legislativos, portarias, correspondências, contratos, requerimentos, pareceres jurídicos, editais, indicações, moções, resoluções, projetos de leis, atas de sessões e outros).
02	12	100,95	mês	Locação de módulo SIC – Sistema de Informação do Cidadão destinado ao gerenciamento eletrônico dos Pedidos de Informação feitos por cidadãos em conformidade com a Lei Federal 12.527/2011
03	12	63,09	mês	Hospedagem da Legislação no portal de propriedade da contratada, com link para a Página da Câmara

## FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA:

## FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

## JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores utiliza-se deste sistema a mais de um ano, o qual dispensa novo treinamento do pessoal envolvido. Outro fator importante é que este sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos Legislativos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Indicações, Moções, Pedidos de Informações, Resoluções, Lei Orgânica, Atas das Sessões e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital. Também um fator importante é a implantação do Módulo SIC que possibilita que qualquer cidadão solicite informações e possa acompanhar passo a passo a tramitação do mesmo, além de atender a exigência da Lei Federal 12.527/2011.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

**PORTARIA Nº. 106/2015**

PORTARIANº 106/2015

DE 14/12/2015

SILVIO MAINKA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

## RESOLVE:

Art. 1º -Adequar para 20 horas semanais a carga horária do Funcionário, Eli Paulino Riegel do cargo efetivo de Procurador Jurídico da Câmara de Vereadores de Massaranduba, conforme estabelece a Resolução 085/2015 de 14/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 14 DEZEMBRO DE 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO P. Nº 033/2015 FMAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 033/2015

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados para manutenção atividades Centro de Referencia em Assistencia Social do Município de Mondaí - SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 14h55min do dia 08 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 08 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 17 de dezembro de 2015.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO P. Nº 135/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 135/2015 – registro de preços

TIPO: menor preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 10h55min do dia 08 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 11h00min do dia 08 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 17 de dezembro de 2015.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO P. Nº 134/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 134/2015

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção atividades Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 08 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 08 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 17 de dezembro de 2015.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 01/2015 HÓRUS

ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 05/2012

CONCESSÃO SERVIÇO HOSPITALAR

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA.

CONTRATADO

HÓRUS CONSULTORIA E GESTÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.579.943/0001-74, com sede a Rua Sebastião Nunes Gonçalves n. 15, Sala 03, Centro, em Monte Carlo -SC, neste ato representado por seu Sócio Gerente, Sr. OSMAR ANTONIO DO VALLE RANZOLIN.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E PLANTÃO HOSPITALAR.

Nos termos do Processo Licitatório nº 112/2011, Concorrência nº 01/2011; bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, Lei Municipal nº 781/2011 que autorizou a presente concessão e de alteração nº 904/2013, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação do prazo de vigência contratual, a contar de 01/01/2016 até a data de 29/02/2016.

Informamos ainda que o reajuste será aplicado, considerando a data base 01/JUNHO/2016, pelo índice do INPC percentual acumulado no período de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato e do Processo Licitatório.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 16 de Dezembro de 2015.

OSMAR MARQUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HÓRUS CONSULTORIA E GESTÃO LTDA- ME

OSMAR ANTÔNIO DA VALLE RANZOLIN

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

### ADITIVO Nº 01/2015 ZRS

ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 19/2015

SERVIÇO DE MÃO DE OBRA NÃO ESPECIALIZADA

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA.

CONTRATADO

ZRS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.009.051/0001-98, com sede a Rua Onofre Pedro dos Santos nº 30, em Lebon Régis -SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. JOSÉ DA SILVA RIBEIRO.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ESPECIALIZADAS (SERVIÇOS GERAIS) PRESTADAS POR PESSOA/ MÊS.

Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2015, Pregão Presencial nº 14/2015; bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o termo aditivo nº 01/2015 mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação contratual até a data de 29/02/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato nº 19/2015 e do Processo Licitatório 23/2015 e Pregão Presencial nº 14/2015.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 16 de Dezembro de 2015.

OSMAR MARQUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ZRS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME

JOSÉ DA SILVA RIBEIRO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2015 CHAPEMÁQUINAS

PREGAO PRESENCIAL 66/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2015

Aos dezasseis dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de CHAPECÓ, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.869.457/0001-86, neste ato representada por: JOEL VANIN, cpf nº 862.324.369-20, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO NA FORMA PARCELADA DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA FROTA DE VEICULOS DO MUNICÍPIO conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados

Parcial ou total Durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

### 2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	50,00	BALD	ÓLEO GL5 SAE 90 - 20 LITROS	262,00	13.100,00
02	10,00	BALD	ÓLEO GL5 SAE 80W - 20 LITROS	215,00	2.150,00
03	50,00	BALD	ÓLEO GL5 SAE 140 - 20 LITROS	260,00	13.000,00
04	200,00	BALD	ÓLEO CI-4 15W40 MOTORES DIESEL - 20 LITROS	272,00	54.400,00
05	30,00	LT	ÓLEO TRX 75W80 - 1 LITRO	28,00	840,00
06	20,00	UNI	ÓLEO DE TRANSMISSÃO SAE 30 - 03 LITROS	45,00	900,00
07	20,00	GL	ÓLEO HIDRÁULICO HYDO ADVANCED 10 - 20 LITROS	249,00	4.980,00
08	20,00	GL	ÓLEO HYDRA XP 150 - 20 LITROS	263,00	5.260,00
09	100,00	BALD	ÓLEO HIDRÁULICO ISO 68 - 20 LITROS	200,00	20.000,00
10	20,00	GL	ÓLEO HIDRÁULICO TDH - 20 LITROS	275,00	5.500,00
11	20,00	GL	ÓLEO HIDRÁULICO 499 - 20 LITROS	266,00	5.320,00
12	20,00	BALD	GRAXA GRAFITADA - 20 KG	490,00	9.800,00
13	30,00	CXA	ÓLEO SEMI SINTÉTICO 15W-40 ALCOOL/GASOLINA - 01 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	625,00	18.750,00
14	5,00	CXA	ÓLEO SINTÉTICO SN 5W40 ALCOOL/GASOLINA - 01 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	960,00	4.800,00
15	50,00	LT	FLUIDO DE FREIOS DOT3 - 500ML	20,00	1.000,00
16	50,00	LT	FLUIDO DE FREIOS DOT4 - 500ML	25,50	1.275,00

17	2,00	CXA	ÓLEO HIDRÁULICO ATF - 1 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	520,00	1.040,00
18	100,00	LT	ADITIVO DE RADIADOR ORGÂNICO 1LT P/ MOTOR DIESEL	26,00	2.600,00
19	100,00	LT	ADITIVO RADIADOR ORGÂNICO 1LT MOTOR ALCOOL/GASOLINA	26,40	2.640,00
20	5,00	CXA	ÓLEO MINERAL SAE 20W50 - 1 LITRO CAIXA COM 24 UNIDADES	415,00	2.075,00
TOTAL : 169.430,00					

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, Por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### 6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); AELTON GOMES DE CAMPOS , portador do cpf nº 866.022.099-49 como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação

judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 125 /2015, Pregão Presencial nº 66/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 16 de Dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
OSMAR MARQUES DA SILVA

CHAPEMÁQUINAS C. S. LTDA  
JOEL VANIN

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: AELTON GOMES DE CAMPOS- 866.022.099-49



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2015

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 047/2015, REDUZINDO VALORES.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O Anexo I desta Lei Complementar altera o Anexo I da Lei Complementar nº 047 de 29 de setembro de 2015.

Parágrafo Único – As alterações constantes no anexo I desta Lei Complementar reduzem os valores da COSIP nas classes Industrial e Comercial, as demais classes permanecem inalteradas. A redução se dá na faixa a partir de 4.001 kWh até a faixa acima de 10.000 kWh, as demais faixas permanecem inalteradas.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

Anexo I

(Altera o Anexo I da Lei Complementar 047 de 29 de Setembro de 2015)

### Tabela Progressiva da COSIP

Faixa de Consumo				UFM
COMERCIAL				
4.001	à	5.000	Kwh	69,00
5.001	à	10.000	Kwh	88,13
Acima de		10.000	Kwh	107,30
INDUSTRIAL				
4.001	à	5.000	Kwh	69,00
5.001	à	10.000	Kwh	88,13
Acima de		10.000	Kwh	107,30

### LEI Nº 1721/2015

LEI Nº 1721/2015

“PRORROGA O PRAZO PARA A CONCESSÃO DE REDUÇÃO SOBRE JUROS E MULTAS INCIDENTES SOBRE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA, PREVISTA NA LEI MUNICIPAL N. 1705, DE 21 DE AGOSTO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar o prazo para a concessão de redução sobre juros e multas incidentes sobre

o crédito tributário inscrito em dívida ativa, prevista na lei municipal n. 1705, de 21 de Agosto de 2015.

Parágrafo único- Para a concessão de redução sobre juros e multas incidentes sobre o crédito tributário inscrito em dívida ativa, prevista na lei municipal n. 1705, de 21 de Agosto de 2015 serão admitidos requerimentos de concessão do benefício, na forma do art. 2º, da referida lei, protocolados no Departamento de Tributação até a data de 15 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

### **LEI Nº 1722/2015**

LEI Nº 1722/2015

“DENOMINA RUA LÍRIO POSSAMAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Lírio Possamai, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada B, localizada no Loteamento Montes Claros, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

### **LEI Nº 1723/2015**

LEI Nº 1723/2015

“DENOMINA RUA CARLOS MORONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Carlos Morona, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada C, localizada no Loteamento Montes Claros, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal  
na data supra

**LEI Nº 1724/2015**

LEI Nº 1724/2015

"DENOMINA RUA MARIA SARTOR CESCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Maria Sartor Cesca, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada D, localizada no Loteamento Montes Claros, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal  
na data supra

**LEI Nº 1725/2015**

LEI Nº 1725/2015

"DENOMINA RUA LYDIA FRATONI SORATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Lydia Fratoni Soratto, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada E, localizada no Loteamento Montes Claros, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal  
na data supra

**LEI Nº 1726/2015**

LEI Nº 1726/2015

"DENOMINA AVENIDA DEONEL DE ROCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Avenida Deonel de Rochi, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, localizada no Loteamento Montes Claros, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal  
na data supra

**LEI Nº 1727/2015**

LEI Nº 1727/2015

"DENOMINA RUA HERMENEGILDA D'AGOSTIN RECCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Hermenegilda D'Agostin Recco, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua Projetada A, localizada no Loteamento Silvio Recco, Bairro Napolini, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

**LEI Nº 1728/2015**

LEI Nº 1728/2015

“DENOMINA RUA UDILIA MARAGNO MAGAGNIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Udilia Maragno Magagnin, a via pública deste Município, atualmente denominada Marginal Projetada da Rodovia Estadual Gregório Espíndola- SC/443, localizada no Loteamento Silvio Recco, Bairro Napolini, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Dezembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico  
Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

**LEI Nº. 1719**

LEI Nº. 1719, de 16 de Dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e****Seção I**  
**Da Definição da NFS-e**

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Morro da Fumaça, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que

deverá ser garantida por senha de acesso ou certificado digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

**Seção II**  
**Dos Contribuintes Obrigados**

Art. 2º. A Secretaria de Administração e Finanças definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua

regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

**CAPÍTULO II**  
**DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e****Seção I**  
**Do Acesso pelo Contribuinte**

Art. 3º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de acesso ou certificação digital.

Art. 4º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Art. 5º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei, e comprovação, pela Secretaria de Administração e Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida, será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º - Constatada qualquer inconsistência nas informações prestadas pela pessoa jurídica interessada na obtenção da senha, será informada, via correio eletrônico (e-mail), para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 6º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 7º Será cadastrada apenas uma senha de acesso para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;  
II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

§ 2º A senha de acesso poderá ser bloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade fiscal junto ao Município de

## Morro da Fumaça.

Art. 8º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

### Seção II

#### Do Acesso pela Secretaria de Administração e Finanças

Art. 9º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Secretaria de Administração e Finanças, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 10. A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Responsável pelo Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

- I – Habilitar e desabilitar usuários;
- II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
- III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas no portal da NFS-e.

Art. 11. Aos funcionários da Secretaria de Administração e Finanças será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

## CAPITULO III

### DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

#### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 12. A NFS-e conterá as indicações abaixo descritas e campos de dados e codificações estabelecidos mediante Decreto, se necessário:

- I - número sequencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
  - a) razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
  - e) inscrição no Cadastro Mobiliário.
- V - identificação do tomador de serviços, com:
  - a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) "e-mail";
  - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.
- VI - discriminação do serviço;
- VII - valor total da NFS-e;
- VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;
- IX - valor da base de cálculo;
- X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 359 da Lei Complementar nº 002/2009;
- XI - alíquota e valor do ISS;
- XII - indicação no corpo da NFS-e de:
  - a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
  - b) serviço não tributável pelo Município de Morro da Fumaça, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;

- c) retenção de ISS na fonte;
- d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
- e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
- f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
- g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Morro da Fumaça", "Secretaria de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A NFS-e poderá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente.

Art. 13. A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Morro da Fumaça, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 14. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 15. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais eletrônicas para todos os serviços prestados.

Parágrafo único. Ficam dispensados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica os estabelecimentos prestadores de serviços que apresentarem faturamento anual em valor menor que 120.000 (cento e vinte mil) UFM.

Art. 16. Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

#### Seção II

##### Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física

Art. 17. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e.

§ 1º A emissão da NFS-e pelo contribuinte não inscrito no Cadastro Mobiliário Municipal será condicionada ao pagamento do ISSQN.

§ 2º Enquanto não implementada definitivamente a NFS-e, as regras do §1º também serão aplicadas à Nota Fiscal Avulsa emitida nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 18. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Secretaria de Administração e Finanças destacado para este fim.

Parágrafo único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do recolhimento do tributo.



### Seção III

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, Cartórios, Agência de Correio e MEI

Art. 19. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como os Cartórios e Agência de Correios ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais – NFS-e.

Parágrafo único. É facultativa a utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS ao Micro Empreendedor Individual, optante pelo Simples Nacional.

### Sessão IV

#### Do Cancelamento da NFS-e

Art. 20. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on-line"), no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br), na rede mundial de computadores (Internet), até o último dia útil do mês em que emitida à nota.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço, noticiando a operação, o qual não será permitido se não houver o endereço eletrônico do tomador do serviço cadastrado.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 21. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, nos termos da lei.

### Seção V

#### Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 22. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

### CAPÍTULO IV

#### DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO – RPS

### Sessão I

#### Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 23. Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que

posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter as indicações abaixo descritas e campos de dados e codificações estabelecidos mediante Decreto, se necessário:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;

- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III – numeração sequencial;

IV – série;

V – a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 24. O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 25. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 23 desta Lei.

§ 1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividade, após a



implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a seqüência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas para geração de RPS's até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente da Secretaria de Administração e Finanças, a critério do contribuinte.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria de Administração e Finanças disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Art. 26. A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

## Sessão II

### Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 27. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia útil ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 41 do Capítulo VI desta Lei.

§ 4º - Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 5º - A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se a não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 28. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria de Administração e Finanças Públicas ("on-line").

## Sessão III

### Do Sistema de "Emissão de Cupom Fiscal – ECF"

Art. 29. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

– ISSQN.

Art. 30. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam obrigadas a converter em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, nos mesmos moldes do art. 27 desta Lei.

Parágrafo único. A emissão dos totalizadores diários referentes aos serviços prestados deve ser informada através do sistema eletrônico de gestão do ISSQN – Livro Eletrônico - Lei nº. 1.087, de 22 de dezembro de 2011, sob pena de sujeição às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

## Seção IV

### Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 31. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§ 1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

## Seção V

### Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 32. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 33. É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único. Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 34. No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

## CAPÍTULO V

### Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido

"Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC".

## Seção I

### Do Recolhimento do Imposto

Art. 35. Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 36. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 29 desta Lei.

Art. 37. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no artigo 41 desta Lei.

Art. 38. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a

identificação do prestador e do tomador dos serviços, sendo obrigatória a identificação:

I – do CNPJ do prestador;

II – do endereço do prestador e do tomador;

III – do CPF/CNPJ do tomador;

IV – do e-mail do tomador;

V – do valor dos serviços prestados;

VI – do enquadramento na lista de serviços; e

VII – do número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Parágrafo único. Outros dados poderão ser instituídos através de Decreto.

## Seção II

### Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 39. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

## CAPÍTULO VI

### DAS PENALIDADES

## Seção I

### Das Multas

Art. 40. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I – 372,34 UFM para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II – 132,97 UFM para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III – 132,97 UFRM para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 41. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I – 79,78 UFM para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II – 79,78 UFM para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Parágrafo único. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido em Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,083% (zero vírgula zero oitenta e três por cento) até atingir o máximo de 15% (quinze por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 42. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;  
II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 372,34 UFM.

## CAPÍTULO VII

### DO USO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA DO ESTADO DE

#### SANTA CATARINA

## Seção I

### Disposições Gerais

Art. 43. Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 44. Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 45. A solicitação deve ser formalizada mediante preenchimento de formulário disponível na Secretaria de Administração e Finanças, no qual constará a Razão Social e endereço do prestador de serviço, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§ 1º Os contribuintes que já estiverem emitindo Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada), anteriormente a edição desta lei deverão providenciar os procedimentos aqui definidos.

§ 2º A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, configurando ato irregular a emissão de dita nota fiscal após a comunicação do ato de revogação.

§ 3º O contribuinte que passar a utilizar NF-e conjugada sem autorização do Fisco Municipal estará sujeito às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

§ 4º O contribuinte ao solicitar autorização para emissão de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-e conjugada) autoriza a Federação Catarinense de Municípios a recepcionar os arquivos digitais das NF-e conjugadas e repassá-los ao Município, mediante integração de sistemas de informação, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO/FECAM - Federação Catarinense de Municípios nº 001/2010, ou outros que o substituam.

§ 5º A recepção de dados poderá ser realizada por empresa contratada como mera prestadora de serviços, em nome do Município de Morro da Fumaça, independe da referida autorização.

Art. 46. Fica o contribuinte obrigado a informar qualquer alteração ou baixa das atividades, no prazo de 15 (quinze) dias da sua ocorrência.

Parágrafo único. Independentemente do disposto no caput, o contribuinte informará à Secretaria de Administração e Finanças, mediante ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a ocorrência de:

I - descredenciamento do contribuinte junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

II - alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica na forma Conjugada.

Art. 47. O contribuinte deve disponibilizar ao Setor de Fiscalização de Tributos do Município, quando solicitado, o arquivo digital das NF-e conjugadas emitidas e o respectivo Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

§ 1º Os arquivos digitais e respectivos DANFEs devem estar disponíveis para verificação do Fisco, pelo período previsto na legislação tributária vigente.

§ 2º O Município poderá aderir ao Convênio firmado entre o Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda e Federação Catarinense de Municípios a fim de integrar-se ao sistema de autorização e uso da NF-e, bem como transmitir e receber informações de NF-e conjugadas emitidas por seus contribuintes.

Art. 48. As notas fiscais eletrônicas conjugadas, emitidas no sistema da Secretaria de Administração e Finanças, devem ser informadas através do sistema eletrônico de gestão do ISSQN - livro eletrônico – Decreto Municipal nº. 046, de 14 de maio de 2014, sob pena de sujeição às penalidades cabíveis na legislação tributária e criminal vigente.

Art. 49. As pessoas jurídicas que emitirem notas fiscais eletrônicas conjugadas ficam obrigadas a converter em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, nos mesmos moldes do art. 27, desta Lei.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos por Decreto.

At. 51. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria de Administração e Finanças pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 52. No ato da homologação da solicitação de acesso para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir, de ofício, no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como a mudança de endereço e mudança de ramo de atividade.

Art. 53. Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias, a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 54. Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFS-e serão dirimidos e regulados por atos do Secretário de Administração e Finanças.

Art. 55. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 16 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO Nº 152/2015 PMN

Ata Pregão Presencial 152/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES ACN LOCADORA E JR COMUNIC. VIS., APENAS O LICITANTE ACN LOCADORA FOI DEVIDAMENTE CREDENCIADO, O LICITANTE JR COMUN. NÃO SE CREDENCIOU POIS NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO ( O REPRESENTANTE DISE QUE O DOCTO ESTAVA NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, ASSIM COMO A DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO), EXPLICADO QUE ELE NÃO SERIA CREDENCIADO MAS CONTINUARIA PARTICIPANDO DO PROCESSO ( NÃO PODENDO DAR LANCES NEM SE PRONUNCIAR) DEU-SE INICIO A ABERTURA DAS PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES CADA LICITANTE GANHOU UM ITEM, APOS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, NESTA ETAPA FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE ACN LOCADORA FOI INABILITADO POIS NÃO APRESENTOU CND MUNICIPAL EM SEU NOME, E O LICITANTE JR COMUNIC. FOI INABILITADO POR NÃO APRESENTAR A CND TRABALHISTA , CARTÃO DE CNPJ E O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, DESTA FORMA COMO OS 2 LICITANTES FORAM INABILITADOS, PARA NÃO TRAZER PREJUÍZO MAIOR O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DECIDIRAM UTILIZAR SUBSIDIARIAMENTE A LEI 8666/93 EM SEU ART 48 , § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação , ABRINDO PRAZO ATÉ O DIA 06/01/2016 PARA QUE OS LICITANTES TRAGAM OS DOCUMENTOS PENDENTES EM ENVELOPE LACRADO ATÉ A PREFEITURA MUNICIPAL (MESMO LOCAL DAS PROPOSTAS ANTERIORES) SENDO QUE NO DIA 07/01/2016 AS 17 HORAS SERÃO ABERTOS OS MESMOS PARA CONSTATAÇÃO SE OS LICITANTES FORAM HABILITADOS.

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 166/2015 PMN

Pregão Presencial 166/2015 PMN

ABERTO O CERTAME AS 14:00 CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES M A LUCCA, CIA DOS FOGOS 5 ESTRELAS, FAGULHA COMERCIO, CEUFEST, PEDRO ADERSON TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, apenas o licitante ceufest não foi classificado como me/epp, os demais todos eram me/epp, não havendo apontamentos quanto ao credenciamento, passou-se para a abertura das propostas, FOI VERIFICADO A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE CEUFEST ( O ITEM 26 FOI COTADO O VALOR SUPERIOR AO DO EDITAL, ALÉM DAS MARCAS NÃO ESTAREM ANOTADAS EM CADA ITEM, E TAMBÉM PELO VALOR GLOBAL SER INCOMPATÍVEL NA SOMA FINAL) ESTE LICITANTE FOI DESCLASSIFICADO ASSIM COMO O LICITANTE FAGULHA COMERCIO ( NÃO MENCIONOU MARCA EM SEUS ITENS NEM ESPECIFICOU MATERIAL E MÃO DE OBRA 4.2.2.2), os demais licitantes passaram para etapa de lances. FOI VENCEDOR O LICITANTE CIA DOS FOGOS 5 ESTRELAS, EM SEGUIDA FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO e verificado a documentação pela equipe de apoio, pregoeiro e Secretário: Carlos Sérgio de Souza da secretaria de Turismo, os demais licitantes também verificaram e assinaram os documentos, houve o apontamento de PEDRO ADERSON contra cia dos fogos 5 estrelas no qual mencionou que o licitante não apresentou os ( certificados de curso de blaster em pirotecnia, apenas apresentou certificados de combate de incêndio, quando o edital solicitava de blasters também, item 5.4.7.1.) sendo INABILITADO por este motivo. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação do segundo colocado M.A Lucca e comprovado que o mesmo atendeu com as exigências do edital sendo habilitado. O

licitante cia dos fogos 5 estrelas mencionou recurso.

Obs.; o licitante vencedor se comprometeu a fornecer e prestar todos os serviços conforme exigido em edital e seus anexos, sabendo que ao descumprir responderá administrativamente, podendo inclusive ser suspenso de participar de licitações.

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 78/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº78/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ASSISTENCIAIS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIENCIA INTELECTUAL E/OU DISTURBIO DO ESPECTRO AUTISTA, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 18 de dezembro de 2015. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 80/2015 FMS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº80/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO, INVOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E EDOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 18 de dezembro de 2015. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.



**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 83/2015 FMS**

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº83/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna-se público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Os interessados poderão credenciar-se a partir de 18 de dezembro de 2015.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município.

O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

**DECRETO 538 RECESSO NA FUNDAÇÃO CULTURAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emilio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 538 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTABELECE RECESSO NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º A Fundação Cultural de Navegantes estará em recesso no período de 21 de dezembro de 2015 a 3 de janeiro de 2016.

Art. 2º A referida Fundação retornará ao seu expediente normal de trabalho no dia 4 de janeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 536 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 536 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

25 – 3.3.91.00.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre órgãos R\$ 3.500,00

T O T A L ..... R\$ 3.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

20 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra- Orçamentária R\$ 3.500,00

T O T A L .....  
..... R\$ 3.500,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 16 de Dezembro de 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 537 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 537 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 01.0600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos, a importância de 3.300,00 (Três mil e trezentos reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMV

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 25– Trânsito Legal

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

2.076 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FMV

Fonte de Recursos – 106000 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

13 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.300,00

T O T A L ..... R\$ 3.300,00

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 16 de Dezembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**NOVA DATA ABERTURA PROPOSTAS 147/2015 PMN**

TOMADA DE PREÇO 147/2015 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes informa aos interessados que a Tomada de Preço cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETRICA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, por existir recurso protocolado pelo licitante Mercolux, terá sua data de abertura de propostas alterado.

Antiga Data abertura proposta dos habilitados : 18/12/2015 AS 9:00h

NOVA DATA ABERTURA DAS PROPOSTAS DOS HABILITADOS : 23/12/2015 AS 14:00 h

Respeitando assim o prazo para a parte que se sentir prejudicada poder contrarrazoar.

Douglas Lemos



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1005/2015 "B"

PORTARIA Nº 1.005/ 2015 "B"

#### Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 813/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 145/2015, LUIZ SNAIDER, matrícula nº 6862, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do quando de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 06 de dezembro de 2015 a 02 de junho de 2016, em substituição ao titular Vanderli Tomio, afastado conforme a Portaria nº 1.005/2015 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LUIZ SNAIDER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral de Capivara, s/nº, Bairro Capivara, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 432.923.649-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Motorista de Transporte

Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do quando de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição ao titular Vanderli Tomio, afastado conforme a Portaria nº 1.005/2015 (Readaptação).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de dezembro de 2015 a 02 de junho de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi	Luiz Snaider
Secretário Municipal de Educação	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 1006/2015 "A"**

PORTARIA Nº 1.006/2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 950/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6893, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de dezembro de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 1.006/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1498, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 915.190.129-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada

e o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 1.006/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 05 de dezembro de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi Elaine Aparecida de Souza  
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 1016/2015

PORTARIA Nº 1.016/ 2015  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 960/2015 "A", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, ELER FRANZOI, matrícula nº 6971, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 07 de dezembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, em Substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme Portaria nº 1.009/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELER FRANZOI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 523, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 479.657.389-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme Portaria nº 1.009/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 07 de dezembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;  
II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;  
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de dezembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi Eler Franzoi  
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**SAMAE - NOVA TRENTO****AVISO LICITAÇÃO CV\_08\_2015 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 11/2015

Processo de Licitação: 11/2015

CV CONVITE Nº 8/2015

Data do Processo: 04/12/2015

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 11/2015**

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 02/01/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 08/01/2016, às 09:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 8/2015-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site: <http://samae.novatrento.sc.gov.br>.

**Objeto da Licitação:**

Prestação dos seguintes Serviços Técnicos Profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica Especializada na Área de Saneamento Básico, para atender no mínimo o descrito a seguir:

- a) Exercer o mandato para o foro e extra foro, outorgado pelo SAMAE, obrigando-se especificamente, durante a vigência do contrato, a patrocinar os interesses do SAMAE perante todas as instâncias judiciais, em qualquer juízo ou tribunal, em ações que figure como autor, réu, assistente ou oponente, além de promover todas as medidas preliminares, preventivas e assecuratórias de seus direitos e interesses;
- b) A manifestação para atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 38 da lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
- c) Redigir defesas e orientações em processos e diligências junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- d) Emitir pareceres sobre assuntos específicos de assessoria jurídica em geral, em especial quanto aos assuntos inerentes à atividade do SAMAE, nos aspectos administrativos, tributários, previdenciários, da legislação da água e esgoto, sobre os direitos dos servidores do SAMAE;
- e) Outros assuntos inerentes à Autarquia.

Valor Máx. Previsto R\$ 24.252,00 (Vinte e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais)

Nova Trento, 15 de Dezembro de 2015.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

# Orleans

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 130/2015**

PROCESSO Nº 130/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 106/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS CABECEIRAS DE PONTE EM PEDRA GRANITO, CONFORME PROJETO.

Recebimento dos Envelopes de habilitação e Propostas: até o dia 12/01/2016 às 14h30min.

Abertura: dia 12/01/2016 às 15h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 16 de dezembro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

# Ouro

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0032/2015**

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
Pregão Presencial nº. 0032/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 31/12/2015, às 08h30min, o Processo Licitatório n.0059/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0032/2015, tipo menor preço por item, sob regime de execução parcelada. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de seguros para os veículos da frota do Município de Ouro. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 16/12/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0033/2015**

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
Pregão Presencial nº. 0033/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 31/12/2015, às 13hs, o Processo Licitatório n.0060/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0033/2015, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Óleo Diesel Comum (S500) e Óleo Diesel S10, Gasolina Comum, Arla, Óleos Lubrificantes e Água desmineralizada para bateria, destinados aos veículos leves, utilitários, ônibus, caminhões e máquinas pesadas do Município de Ouro, para o exercício de 2016. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 16/12/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2695

DECRETO Nº. 2695/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde - SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 919/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.449,23 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12 – Educação		
361 – Ensino Fundamental		
1201 – Educação para todos		
2.17 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental		
Fonte – 0162 Transferências de Convênios – Estado/Educação		
Despesa - 43		
33900000 – Aplicações Diretas	R\$	4.449,23
TOTAL GERAL	R\$	4.449,23

Art. 2º - Para suplementação de que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0162 – Transferências de Convênios – Estado/Educação, apuradas até o presente momento, conforme Balancete da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 07 de Dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário Mun. de Administração e Gestão

### DECRETO Nº2696

DECRETO Nº 2696/2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELLIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 947/2015 de 15/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto no orçamento para o exercício de 2016 do Município de Ouro Verde/SC crédito adicional Especial no valor de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no seguinte programa:

Órgão: 7000 – Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura  
Unidade: 7001 - Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura  
Função: 15 – Urbanismo  
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana  
Programa: 1501 – Urbanização de Vias Públicas  
Projeto/Atividade: 1.73 – Revitalização de Vias Públicas  
Categoria Econômica: 4000 – Despesa de Capital  
Grupo de Natureza da Despesa: 4400 – Investimentos  
Modalidade e Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirá como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei Nº 946/2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde – SC, em 15 de Dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

## DECRETO Nº2697

Decreto Nº 2697/2015.

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal n.º 949/2015 de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

4000 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
12-361-1201-2.16 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – 33 – Fonte 0101	R\$	60.000,00
Total .....	R\$	60.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguinte dotação orçamentária:

3000 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
4-122-402-2.6 – Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – 18 – Fonte 0100	R\$	60.000,00
Sub-Total .....	R\$	60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**EXTRATO CONTRATO E ADITIVO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0080/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: BADOTTI &amp; CIA LTDA

Objeto: Aquisição de produtos perecíveis para confraternização em comemoração as festividades natalinas do ano de 2015. Valor certo e ajustado de R\$: 4.679,00 (quatro mil seiscentos e setenta e nove reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 15 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO IV DE REAJUSTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado) para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 15 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

**LEI Nº0946**

Lei Nº 946/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, Sra. Rosane Minetto Selig,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesco Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Obras de Infraestrutura Urbana.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco

vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 15 de Dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**LEI Nº0948**

Lei Nº 948/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCIARIAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir a importância de R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), portadora do CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme Resolução Nº 06/2015, do Presidente da Entidade fixada em Assembléia Geral Ordinária.

§1º. A contribuição estabelecida no caput do artigo poderá ser repassada em até 10 (dez) vezes, desde que, seja respeitado o valor mínimo de R\$ 2.507,56 (dois mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e seis centavos) por parcela.

§2º. Os recursos a serem transferidos referem-se à contribuição deste município para a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação, visando à adequação do imóvel as normas técnicas e de acessibilidade, bem como, na melhoria das instalações para o atendimento das ações desenvolvidas pela entidade.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em 15 de dezembro de 2015  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

#### **LEI Nº945**

LEI ORDINÁRIA Nº. 945/2015

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE AJUDA DE CUSTO AOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Portaria n. 23, de 01 de outubro de 2013, do Ministério da Saúde, a promover o repasse de recursos financeiros diretamente aos profissionais médicos participantes do Programa Mais Médicos com atuação no Município, a título de ajuda de custo para cobertura das despesas de hospedagem e alimentação, no valor mensal de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais) para cada profissional.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município, previstas na Lei Orçamentária Anual de cada exercício financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n. 890/2014 e 922/2014, que continuarão a produzir efeitos até o dia 31 de janeiro de 2016.

Ouro Verde, 15 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

#### **LEI Nº947**

Lei Nº 947/2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELLIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento para o exercício de 2016 do Município de Ouro Verde/SC crédito adicional Especial no valor de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil

reais) no seguinte programa:

Órgão: 7000 – Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura  
Unidade: 7001 - Secretaria/Coordenadoria de Infraestrutura  
Função: 15 – Urbanismo  
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana  
Programa: 1501 – Urbanização de Vias Públicas  
Projeto/Atividade: 1.73 – Revitalização de Vias Públicas  
Categoria Econômica: 4000 – Despesa de Capital  
Grupo de Natureza da Despesa: 4400 – Investimentos  
Modalidade e Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirá como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei Nº 946/2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde – SC, em 15 de Dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

#### **PORTARIA Nº0162**

PORTARIA N.º 0162/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Salete Bonetta, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0163**

PORTARIA N.º 0163/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Idacy Salete da Silva, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2015 a 12/02/2016, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0165**

PORTARIA N.º 0165/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Milton Luiz de Lara Santos, lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 14/04/2014 a 16/04/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0166**

PORTARIA N.º 0166/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Celso da Rosa, lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 23/03/2014 a 22/03/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0167**

PORTARIA N.º 0167/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Clarice Cechin Canton, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 04/02/2014 a 03/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO



**PORTARIA Nº0168**

PORTARIA N.º 0168/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Gracieli de Sá, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0171**

PORTARIA N.º 0171/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Marli Boito Roza, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2014 a 03/04/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0172**

PORTARIA N.º 0172/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Juliana Maria Pires, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 10/08/2013

a 09/08/2014, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0173**

PORTARIA N.º 0173/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Andreia Aparecida Guiotto Kosinski, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0174**

PORTARIA N.º 0174/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Fabiane Bernardi, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 05/02/2014 a 04/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL



A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0175**  
PORTARIA N.º 0175/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Daiane Santos Gwiazdecki, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 07/11/2014 a 06/11/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0176**  
PORTARIA N.º 0176/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Jucimar Alves de Quadra, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0177**  
PORTARIA N.º 0177/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Auzenir Ferreira, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0178**  
PORTARIA N.º 0178/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Elaine Tezrinha Stella, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2014 a 11/03/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0179**

PORTARIA N.º 0179/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Liomar Adir Lorenzon, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, correspondente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO**PORTARIA Nº0180**

PORTARIA N.º 0180/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Belmiro Bonetta dos Santos, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, correspondente ao período aquisitivo de 10/08/2014 a 09/08/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO**PORTARIA Nº0181**

PORTARIA N.º 0181/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Angeli-  
ca Guiotto, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura,

correspondente ao período aquisitivo de 02/06/2013 a 01/06/2014, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO**PORTARIA Nº0182**

PORTARIA N.º 0182/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Cinthia Regina Selig, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO**PORTARIA Nº0183**

PORTARIA N.º 0183/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Neri Juvenal Tedesco, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0184**  
PORTARIA N.º 0184/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Ademir Quichini, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 14/11/2014 a 13/11/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0185**  
PORTARIA N.º 0185/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Gilson Ribeiro Pinto, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0186**  
PORTARIA N.º 0186/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Luiz Carlos de Lima Roza, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0187**  
PORTARIA N.º 0187/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Leonardo de Oliveira, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 09/11/2014 a 08/11/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0188**

PORTARIA N.º 0188/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Franciso Carlos Basotti, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 14/11/2014 a 13/11/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0189**

PORTARIA N.º 0189/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Leonardo Brisola, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0190**

PORTARIA N.º 0190/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Claires Basotti, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 19/09/2014

a 18/09/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº0191**

PORTARIA N.º 0191/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Maria Rita da Luz, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº164**

PORTARIA N.º 0164/2015

**"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Idacy Salete da Silva, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 05/02/2015 a 04/02/2016, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº170**

PORTARIA N.º 0170/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Neivete Aparecida Michelin Berlezi, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIAS Nº0192**

PORTARIA N.º 0192/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Leonice Si-queira, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 04/12/2014 a 03/12/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTATIA Nº0169**

PORTARIA N.º 0169/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. Luciane Aparecida Ferreira, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, que serão gozadas no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, retornando aos seus trabalhos no dia 03/02/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de dezembro de 2015.  
ROSANE MINETTO SELG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO



# Palhoça

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1.958, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.958, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO FISCAL DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA, POR CONTA DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

**DECRETAR:**

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

22.00 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

22.01 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

2.078 - Functio e Manut. da Faculdade Municipal de Palhoça R\$ 261.000,00

Red 258 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000130 - Aplicações Diretas R\$ 261.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

2007 – Tarifas Bancárias R\$ 261.000,00

Red 145 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00030 - Aplicações Diretas R\$ 261.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de dezembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.959, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.959, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015, EM RAZÃO DO RECESSO MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica prorrogada, até o dia 10 (dez) de janeiro de 2016, excepcionalmente, a validade do Alvará de Funcionamento referente ao exercício de 2015.

Parágrafo Único. A prorrogação excepcional ocorre em virtude do recesso municipal, determinado no Decreto Municipal nº 1.955, de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015.

Palhoça, 16 de dezembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO NA REGIÃO CENTRAL E SUL DO MUNICÍPIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000

FONE/FAX: (48) 279-1703 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO NA REGIÃO CENTRAL E SUL DO MUNICÍPIO**

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatutos da Cidade, artigo 40, § 1º, CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, referente à alteração de Zoneamento da Região Central e Sul do Município e outras providências no tocante ao Plano Diretor, que será realizada às 16h00min horas do dia 04 de janeiro de 2016, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito a Rua Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, aos 16 de dezembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

**EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 194/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 194/2015.

Espécie: Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993; Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA; Contratada: MUSICAL FRONTEIRAS LTDA. Objeto: contratação de empresa para apresentação do Show musical da Banda Iriê, na noite do Reveillon, na Praia da Pinheira, a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2015.; Processo: N. 194/2015; Rubrica Orçamentária: "59" – 2159.3.3.90.39.23.; Valor da despesa: R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais). Autorização: 14/12/2015; Ratificação: em 14/09/2015. Signatários, Pelo Contratante: JOSÉ VERGÍLIO DA SILVA JÚNIOR - Secretário Municipal de Esporte e Cultura. DATA: 14/12/2015



**PORTARIA N. 012/SMR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.**

(Portaria n. 012, de 14 de dezembro de 2015).

PORTARIA N. 012/SMR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
INSTITUI A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015, EM RAZÃO DO RECESSO MUNICIPAL.

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada, até o dia 10 (dez) de janeiro de 2016, excepcionalmente, a validade do Alvará de Funcionamento referente ao exercício de 2015.

Parágrafo Único. A prorrogação excepcional ocorre em virtude do recesso municipal, determinado no Decreto Municipal n. 1.955/2015 de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 14 de dezembro de 2015.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Secretário Municipal de Receita

**PREGÃO PRESENCIAL 195/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de janeiro de 2016, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de tubos de concretos e galerias para ser utilizado nas diversas obras de saneamento e drenagem neste município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados <https://palhoca.atende.net>, 16 de dezembro de 2015. PREGOEIRA.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PROJETO DE LEI Nº 624/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 624/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Osvaldo Pereira da Rosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica denominado de Rua Osvaldo Pereira da Rosa, via pública localizada na Ponte do Imaruim, com extensão de 90 (noventa) metros e 7 (sete) metros de largura, tendo início na Rua Antônio Gonçalves Chaves próximo ao mercado Leal.

PARÁGRAFO ÚNICO - À localização da via pública de que trata este artigo, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

**(COM EMENDA MODIFICATIVA 01) PROJETO DE LEI Nº693/2015**

(com emenda modificativa 01)

PROJETO DE LEI Nº693/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,  
em conformidade com Lei orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.157.000,0000 (um milhão e cento e cinquenta e sete mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

03 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

03.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores

R\$ 1.157.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.120.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.0000 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º desta Lei correrá por conta da anulação orçamentária abaixo:

03 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

03.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores

R\$ 1.157.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.0.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.090.655,24

3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 21.344,76

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 621/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 621/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua das Roseiras.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua das Roseiras, com extensão de 255 metros de comprimento e 5,5 metros de largura, com início na Rodovia Evádio Paulo Broering. Via Pública localizada no bairro Praia do Sonho, Município de Palhoça/ SC.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 625/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 625/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Wilmar Lichtenfels.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica denominado de Servidão Wilmar Lichtenfels via pública localizada na Ponte do Imaruim, com extensão de 42 (quarenta e dois) metros e 4,20 (quatro metros e vinte centímetros) metros de largura, tendo início na Rua Salvador Marcos da Silveira próximo ao Centro de Beleza Lídia.

PARÁGRAFO ÚNICO - À localização da via pública de que trata este artigo, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 626/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 626/2015.

“Altera Lei nº 3.717, de 27 de setembro de 2.012. Denomina Via Pública. Servidão João da Costa Barbosa”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- O artigo 1º da Lei Municipal nº 3.717, de 27 de setembro de 2.012, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica denominada de Servidão João da Costa Barbosa, via pública localizada no Bairro Praia de Fora, com extensão de 250 (duzentos e cinquenta) metros e 2,5 (dois vírgula cinco) metros de largura, tendo início na Rua João Manoel da Silva”

ARTIGO 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 142/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 142/2015. Modalidade: Concorrência Pública 02/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES E COMERCIAIS E DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. Data da entrega dos envelopes: 18/01/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 18/01/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 16 de Dezembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 143/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 63/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO. Data da entrega dos envelopes: 30/12/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 30/12/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 16 de Dezembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 055/2015

CONTRATO 055/2015

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante e de outro lado a empresa M. MOBILE EIRELI – EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 15.764.033/0001-85, com sede na Rua Eduardo Neidert, 1803 – bairro Barro preto – Rio Negrinho/SC, neste ato representado pelo Sr. Luiz Amarildo Mueller, residente e domiciliado em Rio Negrinho/SC, inscrito no CPF sob N.º 516.501.429-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Pregão n. 085/2015, no qual a contratada se compromete com o fornecimento de móveis sob medida para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1 – A entrega deverá ser feita diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento da requisição ou pré empenho.

2.2 – A entrega dos móveis será de acordo com o estabelecido no anexo I do edital de licitação, bem como da proposta da contratada e nos quantitativos solicitados pelo município

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto atividade nº 2.033 - Manutenção do Fundo de Assistência Social - elemento de despesa 44.90.00 – Aplicações Diretas.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 15.230,00 (quinze mil, duzentos e trinta reais);

5.2 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos moveis, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da assinatura do mesmo, até que se expire o prazo de garantia do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9 – O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 – Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 085/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo Primeiro: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

Parágrafo Segundo: Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a – o atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento dos objetos licitados;

b – a subcontratação total ou parcial do objeto deste Instrumento, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d – o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f – a dissolução da empresa;

g – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

h – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

i – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 085/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

16 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 14 de dezembro de 2015.

Dario Schicovski  
Pela Contratante

Luiz Amarildo Mueller  
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski  
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe  
Matrículas: 2675



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 097/2015

DECRETO Nº. 097, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

“NOMEIA GABRIELLE IDALÊNCIO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Gabrielle Idalêncio para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Saúde – DAS 5, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2015.

Alexandres Angelo Felipe  
Secretário de Administração e Finanças.

### DEC 098/2015

DECRETO Nº. 098, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, nos dias 24 (quinta-feira), e dia 31 (quinta-feira) de dezembro de 2015, em comemoração as festas de fim de ano.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de dezembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de dezembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 099/2015

DECRETO Nº 099, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

“INSTITUI MEDIDAS DE COMBATE E CONTROLE A EPIDEMIA DE DENGUE E A PROLIFERAÇÃO DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES ESTADO DE SANTA CATARINA” E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que o Brasil ainda enfrenta um verdadeiro estado de calamidade pública, em razão do altíssimo índice de infestação do mosquito *Aedes aegypti*, o que se evidencia com o atual estado de alerta epidêmico que se encontra o Estado do Santa Catarina; CONSIDERANDO que o Município de Passo de Torres é considerado pela Secretaria de Estado da Saúde como de MÉDIO RISCO para uma epidemia de dengue;

CONSIDERANDO que o Município de Passo de Torres, em conjunto com outros municípios, foi convocado pela Secretaria Estadual de Saúde, com intuito de esclarecimento e advertência com relação à situação atual do Estado de Santa Catarina, que de 1º de janeiro a 01 de dezembro de 2015 foram notificados 10.659 casos de dengue em Santa Catarina. Desses, 3.593 (34%) foram confirmados (2.358 por critério laboratorial e 1.235 por clínico-epidemiológico), 6.178 (58%) foram descartados e 888 (8%) casos suspeitos estão em investigação, bem superiores aos 686 casos notificados no mesmo período do ano passado, bem como foram verificados na cidade de Passo de Torres neste ano 89 focos ante 15 fotos encontrados no ano de 2014, bem como os mais de 1000 focos na cidade vizinha de Torres/RS;

CONSIDERANDO que devido à seriedade e gravidade da situação, alertas estão sendo transmitidos pelos órgãos de Saúde Pública do Estado para que sejam adotadas as medidas preventivas com vistas a se evitar a proliferação da epidemia nos municípios catarinenses;

CONSIDERANDO os riscos eminentes a que a população do Município de Passo de Torres está sujeita, em função do grande número de turistas que na estação do verão visitam o município, em grande parte provenientes de municípios limítrofes e de outros Estados, como Rio Grande do Sul, cujo histórico de dados oficiais são preocupantes;

CONSIDERANDO que a situação exige da municipalidade atenção especial, haja vista a possibilidade de agravamento e, como consequência, atingir um índice muito elevado no território de Passo de Torres, em função de permanente e intensivo fluxo de turistas nesta época do ano, bem como pessoas dos municípios de Torres/RS, devendo, portanto, a Secretaria Municipal de Saúde adotar medidas preventivas, drásticas, enérgicas e inadiáveis, a serem adotadas para conter o mal iminente que bate em nossas portas;

CONSIDERANDO que o combate ao *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da dengue, só terá sucesso se houver parceria entre o Poder Público e todos os proprietários comerciais, residenciais, de lotes e terrenos baldios e/ou quintais, tendo em vista que a larva do inseto desenvolve-se em águas limpas e paradas, não só em poças e recipientes jogados em logradouros públicos, mas também



no interior de residências, com caixas d'água, piscinas e vasos de plantas;

CONSIDERANDO que ações de limpeza em locais públicos e particulares, são vitais para o combate à doença, o que reduzirá significativamente a possibilidade de surto epidêmico da dengue no Município de Passo de Torres, bem como o número de pessoas infectadas pelo mosquito *Aedes Aegypti* transmissor da doença;

CONSIDERANDO que estamos em pleno período de chuvas que causam o alagamento de ruas, formando poças em terrenos baldios e quintais; criando-se ambiente propício para a proliferação do mosquito transmissor, possibilitando a eclosão dos ovos do *Aedes Aegypti* remanescentes de outros períodos da doença, em razão de que a incubação se dá em até 360 dias, estando, portanto, prestes de eclodir e, ainda, que, após o verão, milhares de famílias que se encontrava em férias, deixando as residências, próprias ou alugadas, semi-abandonadas, o que dificulta e impossibilita acesso dos Agentes de Saúde encarregados do combate químico ao mosquito;

CONSIDERANDO que se não houver ações efetivas da municipalidade, através da Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, a iminência de epidemia de dengue, certamente trarão consequências lamentáveis, mas realistas de perdas irreparáveis de vidas humanas, além do previsível e substancial aumento da demanda de internações hospitalares e atendimentos urgentes e emergenciais à população Passositorrense e de municípios vizinhos, inclusive com a celebração de convênios de colaboração, para conter o avanço da doença no território municipal e na região;

CONSIDERANDO finalmente, que, na forma da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, não resta alternativa ao Prefeito Municipal senão agir preventiva e tempestivamente na busca de parcerias e medidas acauteladoras,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE EMERGÊNCIA na saúde pública de Passo de Torres, para execução de ações necessárias ao combate da proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* e para a implementação de Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue, durante 90 (noventa) dias, sujeito a prorrogação por igual período.

Art. 2º. Determina-se à Secretaria Municipal de Saúde e à Defesa Civil Municipal autorizar, quando necessário, a entrada de agentes de saúde e servidores municipais designados para esse fim, no horário de 8:00 às 18:00 horas, devidamente identificados e acompanhados de autoridade policial, nas casas fechadas ou abandonadas, especialmente aquelas de propriedades de veranistas que ao serem convocados para abrir seus imóveis e permitir acesso a todas as dependências, não atenderem tal solicitação, notificando-se, no mesmo dia, ao titular da secretaria responsável pelo ato.

Art. 3º. Ficam as Secretarias Municipais de Saúde e de Obras autorizadas a requisitar pessoal e equipamentos dos diversos órgãos da Prefeitura ou de proprietários/entidades privadas, na missão de combate sem tréguas aos focos de proliferação do mosquito, devendo, ainda, oferecer tratamento médico adequado à população.

Parágrafo único - Para a efetivação do Programa Municipal de Combate a Dengue, haja vista a necessidade do desenvolvimento de ações emergenciais, as Secretarias Municipais envolvidas poderão, ainda, proceder à contratação temporária de pessoal, pelo prazo de 90 (noventa) dias prorrogável por igual período de tempo, desde que devidamente justificada e com a finalidade de atender às atividades do programa, com a anuência jurídica e autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Considerando que o Município de Passo de Torres tem suas áreas limítrofes com municípios duramente atingidos com casos de dengue, principalmente Torres/RS, a Secretaria Municipal de Saúde fica autorizada a viabilizar convênios de colaboração com outros municípios, para a disponibilização de máquinas, equipamentos e pessoal, com vistas a conter os avanços da doença nas cidades já

atingidas, evitando-se com isso a proliferação do mosquito transmissor naquelas não atingidas, bem como com instituições hospitalares, Governo do Estado e órgãos de saúde pública no nível estadual e federal a fim de assegurar o sucesso da campanha em nível regional.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Saúde se encarregará de proceder à aquisição de bens e à contratação de obras e serviços necessários ao desenvolvimento das ações de combate à dengue, nos termos do Inciso IV, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com dispensa do processo regular de licitação desde que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da decretação de emergência, considerando a urgência da situação vigente, e adotar as demais providências que julgar cabíveis, com a anuência da Comissão Especial criada por este Decreto.

Art. 6º. Determina-se a Secretaria Municipal da Fazenda, reserva de caixa para os pagamentos considerados emergenciais pela Secretaria Municipal de Saúde, visando à aquisição de bens, obras e serviços necessários ao êxito da erradicação dos focos do *Aedes Aegypti* e tratamentos das pessoas atingidas pela moléstia.

Art. 7º. Ficam designados para constituir a Comissão Especial encarregada da execução deste Decreto o Secretário municipal de administração e finanças, Sr. Alexandre Angelo Felipe o Secretário Municipal de Saúde Emerson Cardoso Kijillin, o Secretário Municipal de Obras Evandro Peres Cardoso e o Secretário de meio ambiente, Sr. Thiago Zacca, o chefe do setor de epidemiologia o senhor Claudio José Daitx e o chefe da vigilância sanitária Fabio Alves Silveira .

§ 1º - A Comissão Especial de que trata este artigo será presidida pelo Secretário Municipal de Administração e finanças, que deverá adotar todas as providências cabíveis ao desempenho de sua missão, ouvindo sempre que necessário o Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º - Toda e qualquer despesa considerada inadiável pela Comissão Especial de Combate à Dengue deverá ser submetida à Comissão Permanente de Licitação e à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 8º. A Procuradoria Geral do Município em conjunto com a Secretaria Municipal administração e finanças terão 48 (quarenta e oito) horas para tomar todas as providências legais de sua competência, inclusive avaliação oficial destinadas a respaldar a desapropriação ou demolição de imóveis abandonados, apontados pela Comissão Especial de Combate a Dengue como proliferadores do *Aedes Eegypti* em caráter excepcional de defesa da saúde pública.

Art. 9º. As dúvidas e eventuais omissões do presente Decreto serão dirimidas pelo Prefeito Municipal, que, em caso de necessidade, baixará ato em aditamento a este.

Art. 10º. Dê-se ciência deste Decreto à Câmara Municipal, Ministério Público Estadual, ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas, ao Governo Estadual, para que esses poderes e instituições possam fiscalizar as ações e colaborar com o Poder Público Municipal para o êxito do Programa de Combate e Prevenção à Dengue, na defesa da vida da coletividade Passositorrense.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de dezembro de 2015.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de dezembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 203/2015**

PORTARIA Nº 203, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

“EXONERA, À PEDIDO, SERGIO LUIZ FERREIRA LOUZADA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os Incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar à pedido, o Servidor Público em caráter Efetivo, Sergio Luiz Ferreira Louzada do Cargo de Médico Clínico Geral.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de dezembro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de dezembro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### CONTRATO N. 115/2015

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0115/2015

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0059/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0039/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PASSOS MAIA LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de moldeiras individuais, consertos em geral e reembasamento para próteses dentárias, conforme descrito no Anexo I do edital.

Valor: Pelos objetos do presente contrato a serem fornecidos pela CONTRATADA vencedora do processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até dia 09/12/2016.

Passos Maia, SC, 16 de dezembro de 2015.

Ivandré Bocalon

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 395, de 14 de Dezembro de 2015.

“CONSTITUI E DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 15, § 8.º, e art. 73, “b”, ambos da Lei n.º 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a presente Comissão Especial para recebimento definitivo da obra realizada por meio do Convênio Estadual nº 2014TR002821, que tem por objeto a implantação de telefonia e internet rural.

§ 1º. Ficam designados para integrar a referida comissão os servidores abaixo indicados:

I – Osmar Bresciani;

II – Flávio Roberto Rossi;

III – Edson Salvadego.

§ 2º. O recebimento deverá ser realizado mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei supracitada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 14 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

### LEI Nº 764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR E DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro para estudantes de cursos técnicos profissionalizantes e de ensino superior (terceiro grau), no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, durante os meses que efetivamente frequentarem aulas, mediante o preenchimento dos requisitos:

I – Comprovar residência e/ou domicílio própria ou de seus pais no Município de Passos Maia;

II – Apresentar mensalmente atestado de frequência;

III – Não ter sido beneficiado pelo Município em curso de mesmo nível concluído anteriormente;

IV – Não receber qualquer outra forma de auxílio para deslocamento até a instituição de ensino.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mensalmente ao aluno ou responsável legal na Tesouraria Municipal, ou mediante depósito em conta bancária indicada pelo aluno ou responsável legal.

Art. 2º. O valor definido no artigo anterior poderá ser reajustado anualmente pelo índice oficial utilizado pelo Município, a fim de repor as perdas inflacionárias.

Art. 3º. Ficam revogadas as Leis nº 614 e 625 de 2010, assim como as demais disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**LEI Nº 765, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 765, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CTG BEBEDOURO DAS TROPAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro, no valor de até R\$3.000,00 (três mil reais), ao CTG Bebedouro das Tropas, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 00.828.051/0001-06, a fim de ressarcir parcialmente as despesas decorrentes da realização do XIX Rodeio Crioulo Interestadual.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá apresentar a respectiva prestação de contas ao órgão competente, no prazo de 30 (trinta dias) contados do recebimento dos recursos financeiros, com a finalidade de comprovar a sua efetiva e correta aplicação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações específicas previstas no orçamento municipal vigente ou em seus créditos adicionais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**LEI Nº 766, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 766, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Resolução nº 006/2015 da AMAI, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir a importância de R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), portadora do CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme Resolução Nº 06/2015, do Presidente da Entidade fixada em Assembleia Geral Ordinária.

§1º. A contribuição estabelecida no caput do artigo poderá ser repassada em até 10 (dez) vezes, desde que, seja respeitado o valor mínimo de R\$ 2.507,56 (dois mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e seis centavos) por parcela.

§2º. Os recursos a serem transferidos referem-se à contribuição deste município para a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação, visando à adequação do imóvel as normas técnicas e de acessibilidade, bem como, na melhoria das instalações para o atendimento das ações desenvolvidas pela entidade.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO Nº43/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

DECRETO Nº43/2015

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 591.800,00 (quinhentos e noventa e um mil e oitocentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 8.600,00

14.422.0006.2.026 – Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 8.600,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.600,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 43.500,00

04.123.0003.2.007 – Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 43.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 59.000,00

12.365.0004.2.016 – Manutenção da Educação Infantil R\$ 39.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 219.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 96.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0601 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 5.000,00

27.812.0005.2.024 – Apoio ao esporte Amador R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0702 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 7.500,00

08.244.0007.2.029 – Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 27.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0801 – SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 41.200,00

26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Saúde R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

17.511.0009.2.041 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 27.000,00

20.606.0011.2.046 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 27.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

1101 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00

13.391.0012.2.048 – Manut. da Sec. de Cultura, Tur. Meio Ambiente R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$175.000,00

10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 160.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 155.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.301.0013.2.058 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 591.800,00 (quinhentos e noventa e um mil e oitocentos reais):

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 10.000,00

04.122.0002.2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 20.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 308.200,00

12.361.0004.1.012 – Construção e Ampliação de Escolas R\$ 18.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12.361.0004.1.015 – Aquisição de Sala de Informática Ambulante R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$



100.000,00		3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
12.365.0004.2.016	-	Manutenção da Educação Infantil	R\$	23.000,00	
26.500,00		3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	4.600,00	
1.000,00		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00	
500,00		1001 - SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R\$	15.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	20.606.0011.2.046 - Manutenção da Sec. Agricultura, Indústria e Comércio	R\$ 15.000,00
5.000,00		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
20.000,00		12.361.0004.2.017	-	Manutenção do Ensino Fundamental	R\$
143.700,00		3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
38.700,00		3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
5.000,00		3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
30.000,00		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
60.000,00		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
10.000,00		12.361.0004.2.021	-	Manutenção do Transporte Escolar	R\$
20.000,00		3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
10.000,00		3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
10.000,00		1201 - ENCARGOS GERAIS	R\$ 1.000,00		
0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	R\$ 71.000,00	04.122.0000.0.051	-	Transferências a Instituições Privadas	R\$
27.812.0005.1.023	-	Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos	R\$ 48.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00	
48.000,00		4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
27.812.0005.2.024	-	Apoio ao Esporte Amador	R\$ 23.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00	
19.000,00		3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
3.000,00		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
1.000,00		1401 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 20.000,00		
0702 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 2.000,00	14.422.0006.2.025	-	Manutenção do Fundo da Criança e Adolescente	R\$ 20.000,00
08.244.0007.1.030	-	Instalação de CRAS e CREAS	R\$ 2.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-
2.000,00				Aplicações Diretas	R\$
0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS	R\$			10.000,00	
23.000,00		10.301.0013.1.054	-	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde	R\$ 1.000,00
26.782.0008.2.033	-	Manutenção da Secretaria de Obras	R\$	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000	-
22.000,00				Aplicações Diretas	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00	
20.000,00		10.301.0013.2.055	-	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.02.000000	-
2.000,00				Aplicações Diretas	R\$
17.511.0009.2.041	-	Manutenção da Rede de Tratamento de Água	R\$ 1.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.02.000000	-
1.000,00				Aplicações Diretas	R\$
0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA	R\$ 80.600,00			10.301.0013.2.056	-
16.482.0010.1.044	-	Construção de Casas Populares	R\$ 52.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000	-
51.000,00				Aplicações Diretas	R\$
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000	-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00	
1.000,00		10.301.0013.2.059	-	Manutenção do Programa Saúde Bucal	R\$
16.482.0010.2.045	-	Manutenção da Secretaria de Habitação	R\$ 28.600,00		
28.600,00				1.000,00	
		4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000	-	Aplicações Diretas	R\$
				1.000,00	



10.301.0013.2.062 – Manutenção da Vigilância Sanitária R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.063 – Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.064 – Manutenção da Média e Alta Complexidade R\$ 2.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de dezembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
 Sec. Mun. de Administração

### LEI Nº 1661/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
 LEI Nº 1661/2015

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 591.800,00 (quinhentos e noventa e um mil e oitocentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 8.600,00  
 14.422.0006.2.026 – Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 8.600,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.600,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.600,00

0401 – SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 43.500,00  
 04.123.0003.2.007 – Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 43.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 59.000,00  
 12.365.0004.2.016 – Manutenção da Educação Infantil R\$ 39.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
 12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 219.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$

96.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0601 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 5.000,00  
 27.812.0005.2.024 – Apoio ao esporte Amador R\$ 5.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0702 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 7.500,00  
 08.244.0007.2.029 – Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 27.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

0801 – SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 41.200,00  
 26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Saúde R\$ 40.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
 17.511.0009.2.041 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.200,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 27.000,00  
 20.606.0011.2.046 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 27.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

1101 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 5.000,00  
 13.391.0012.2.048 – Manut. da Sec. de Cultura, Tur. Meio Ambiente R\$ 5.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$175.000,00  
 10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 160.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 155.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 10.301.0013.2.058 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários R\$ 15.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 591.800,00 (quinhentos e noventa e um mil e oitocentos reais):

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 10.000,00  
 04.122.0002.2.004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 10.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 20.000,00  
 04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 20.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 308.200,00  
 12.361.0004.1.012 – Construção e Ampliação de Escolas R\$ 18.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00  
 12.361.0004.1.015 – Aquisição de Sala de Informática Ambulante R\$ 100.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
 12.365.0004.2.016 – Manutenção da Educação Infantil R\$ 26.500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 143.700,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 38.700,00  
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 12.361.0004.2.021 – Manutenção do Transporte Escolar R\$ 20.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0601 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 71.000,00  
 27.812.0005.1.023 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos R\$ 48.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 48.000,00  
 27.812.0005.2.024 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 23.000,00  
 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 19.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0702 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 2.000,00  
 08.244.0007.1.030 – Instalação de CRAS e CREAS R\$ 2.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 23.000,00  
 26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 22.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$

2.000,00  
 17.511.0009.2.041- Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 80.600,00  
 16.482.0010.1.044 – Construção de Casas Populares R\$ 52.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 51.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 16.482.0010.2.045 – Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 28.600,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 23.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 4.600,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1001 – SECRETARIA DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 15.000,00  
 20.606.0011.2.046 – Manutenção da Sec. Agricultura, Indústria e Comércio R\$ 15.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1101 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 11.000,00  
 13.391.0013.1.049 Construção de Mirante R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 13.391.0012.2.048 – Manut. da Sec. de Cultura, Tur. Meio Ambiente R\$ 10.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 1.000,00  
 04.122.0000.0.051 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 1.000,00  
 4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1401 – FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 20.000,00  
 14.422.0006.2.025 – Manutenção do Fundo da Criança e Adolescente R\$ 20.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 30.000,00  
 10.301.0013.1.054 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.1.065 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 2.000,00  
 3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 20.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
 10.301.0013.2.059 – Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.061 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.062 – Manutenção da Vigilância Sanitária R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.063 – Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 10.301.0013.2.064 – Manutenção da Média e Alta Complexidade R\$ 2.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de dezembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
 Sec. Mun. de Administração

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-27/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-27/2015  
 PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Aos dias trinta e um dias do mês de março de 2015, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José Pereira da Silva, nesta cidade de Paulo Lopes, SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.365/0001-32, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 715.993.209-91, residente e domiciliado nesta cidade de Paulo Lopes, SC, por seu órgão representativo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua José Pereira da Silva, centro, Paulo Lopes, SC, denominado MUNICÍPIO/CONTRATANTE, e de outro a PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. CRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 076.332.029-39, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC, denominada FORNECEDOR/CONTRATADO, firmam o presente Termo Aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2015 para REGISTRO DE PREÇOS, conforme previsão no artigo 65 "d" da Lei 8.666/93, visando restabelecer o equilíbrio econômico e Financeiro dos preços:

#### **CLÁUSULA I - DA ALTERAÇÃO**

1. O objeto do presente termo aditivo é a alteração dos preços da Ata de Registro de Preço para aquisição de medicamento para o Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme especificações que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor atual	Valor proposto	Percentual proposto	Valor real comprado	Percentual comprado	Valor atual
154	Nimesulida 100mg	0,045	0,0495	25%	0,0495	25%	0,0495

#### **CLAUSULA II - DA COMPROVAÇÃO**

O FORNECEDOR/CONTRATADO, comprovou a alteração dos preços acima propostos através das notas fiscais emitidas pela Empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda n.ºs 000057917, 000069260 e 000069261.

#### **CLÁUSULA III - DAS DEMAIS CLAUSULAS**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais relativamente a Ata de Registro de Preços 08-27/2015.

Paulo Lopes, 04 de dezembro de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
 MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

CRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI  
 PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

# Penha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2466/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2466/2015

NOMEIA: a Sra. CAROLINE SCHNEIDER PEREIRA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL III, da Secretaria Municipal da Assistência Social, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2467/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2467/2015

NOMEIA: o Sr. DORVAL VIEIRA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE MIDIA, do Gabinete do Prefeito, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 332/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 332/2015

EXONERA: a pedido a Sra. ANA CAROLINA DA SILVA MOACIR, do cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 88/2014.

Penha/SC, 16 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### TERMO DE RESCISAO 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº42/2015

Fica rescindido o contrato nº 105/2015 FMS, firmado entre o Sr. FABRICIO DE FREITAS BOMBARDA e esta PREFEITURA, em 17 de novembro de 2015, por interesse público, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de dezembro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

### TERMO DE RESCISAO 43/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº43/2015

Fica rescindido o contrato nº 1519/2015 PMP, firmado entre a Sra. MAYARA REGINA DA SILVA CRUZ e esta PREFEITURA, em 06 de março de 2015, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de dezembro 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PL 79/2014

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 79/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2014

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aditar à ata de registro de preços 02/2015, o reajuste de preços provocado pelo aumento dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada, , aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro estipulado na lei 8.666/93.

A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX LTDA EPP

CNPJ: 09.155.931/0001-33

Item	Saldo Qtd.	Und	Especificação dos Produtos	Marca	Valor do aumento	R\$ Unt. Antes do Reajuste	Preço R\$	
							Unt. Após reajuste	Total após o reajuste
01	18.000	Litro	Gasolina Comum	Band. Branca	6,67% = R\$ 0,238	3,56	3,798	68.364,00
Total								68.364,00

O valor total estimado desta ATA passa a ser de R\$ 68.364,00 (Sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

Município de Peritiba, 14 de Dezembro de 2015.

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **1 AD CT 4/2015 - FMA**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2015

Termo Aditivo de Prazo que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a empresa NITRO-GEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 18.030.457/0001-04. Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN, NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHA PARA USO DO INSEMINADOR DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA DE PETROLÂNDIA. Data: 15/12/2015. Validade: 29/02/2016. Petrolândia, 17 de dezembro de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13/01/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 059/2015, visando a aquisição de medicamentos constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2016.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/01/2016, até às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.870, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 1.870, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com qualidade  
Atividade: 2.65 – Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4490-0000  
Fonte: 0138

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais):

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com qualidade  
Atividade: 2.65 – Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3390-0000  
Fonte: 0138

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.037, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.037, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.804 de 16/12/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 12 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 003 - Fundo Municipal de Cultura

Projeto/Atividade: 0013.0392.0130.2035 - Subv. Social p/ a Fundação Cultural de Pomerode

Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 105.000,00

TOTAL ..... R\$ 105.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 0004.0122.0030.2064 - Pagamento de Precatórios

Elemento: 4490.0000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 105.000,00

TOTAL ..... R\$ 105.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.038, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.038, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.805 de 16/12/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 9.180,00 (Nove Mil e Cento e Oitenta Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 3190.0000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 9.180,00

TOTAL ..... R\$ 9.180,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar e especial suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 9.180,00 (Nove Mil e Cento e Oitenta Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º deste Decreto, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 008.0244.0140.2051 - Manut. das Atividades do Desenvolvimento Social

Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.783,50

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 008.0244.0140.2051 - Manut. das Atividades do Desenvolvimento Social

Elemento: 4450.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.396,50

TOTAL ..... R\$ 9.180,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 36/2015**

CONVÊNIO nº 36/2015. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: ABEFAM – ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA. Objeto: Direito Na Assistência Social De Pomerode. Valor: R\$ 9.180,00 (Nove mil cento e oitenta reais). Prazo: 31/12/2015. Pomerode/SC, 16 de dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**LEI COMPLEMENTAR Nº 290, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 290, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NATUREZA, FINALIDADE, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

Da Criação, Natureza e Finalidade

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de Pomerode.

Art. 2º O Conselho Escolar (CE) é um órgão colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar, tendo em vista a democratização do ensino público e a melhoria da qualidade da Educação.

Art. 3º O Conselho Escolar de cada Unidade de Ensino, terá natureza deliberativa, normativa, consultiva, propositiva e mobilizadora, tendo por finalidade estabelecer diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, respeitando a legislação de ensino e as orientações e diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode.

Parágrafo Único. Toda Unidade de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Pomerode constituirá um Conselho Escolar.

**CAPÍTULO II**

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do Conselho Escolar:

- I- participar da elaboração do calendário escolar interno da Unidade, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora e a legislação vigente;
- II- tornar efetiva a participação dos pais no processo educativo, incentivando-os para maior envolvimento na vida escolar de seus filhos;
- III- tornar conhecidas as diretrizes e prioridades das políticas públicas educacionais discutindo e adequando-as ao âmbito da Unidade de Ensino;
- IV- colaborar na elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- V- avaliar o desempenho da Unidade de Ensino de acordo com

as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico;

VI- contribuir na elaboração de projetos de recuperação da aprendizagem e outros, de acordo com as normas estabelecidas na legislação e nas diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora;

VII- desencadear campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação pública de qualidade dentre outras;

VIII- participar ativamente das atividades da escola, das reuniões do Conselho Escolar, da aplicação de recursos financeiros por parte da unidade de ensino e sua prestação de contas;

IX- tornar efetiva a participação de todos os segmentos representados no Conselho;

X- analisar e aprovar o plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências ou captados pela Unidade de Ensino, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico;

XI- garantir a transparência da execução das ações desenvolvidas na Unidade de Ensino;

XII- participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Interno da Unidade de Ensino;

XIII- participar de atividades de formação para os conselheiros escolares, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora, visando ampliar a qualificação de sua atuação;

XIV- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio, bem como, aquisição de recursos pedagógicos.

**CAPÍTULO III**

Da Constituição, Representação e Processo Eletivo

Art. 5º O Conselho Escolar será constituído pelo Diretor da Unidade e pela representação paritária dos trabalhadores em educação docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício da unidade escolar, trabalhadores em educação não docentes, do quadro permanente, designados e em efetivo exercício na unidade escolar, pais/mães ou responsáveis legais pelos alunos regularmente matriculados e frequentes, e os estudantes regularmente matriculados e frequentes, eleitos pelos seus pares, em assembleia do segmento a que representam.

Art. 6º O Conselho Escolar será composto por no mínimo 09 (nove) e no máximo 17 (dezesete) representantes, sendo que para cada membro titular corresponderá um membro suplente.

§ 1º O suplente assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do Diretor.

§ 2º O Diretor da Unidade de Ensino será membro nato do Conselho.

§ 3º Nos CEI's e Escolas Multisseriadas, a representação de pais será de quatro membros, devido a não representatividade do grupo de alunos.

§ 4º O segmento de pais não poderá ser representado por professores da Rede Municipal de Ensino de Pomerode.

§ 5º O cargo em vacância será preenchido por nova eleição de seus membros ou outra forma, conforme estabelecido no Regimento Interno dos Conselhos Escolares.

§ 6º O segmento dos alunos deverá apresentar candidatos que comprovadamente possuam dez anos ou mais e estejam regularmente matriculados na Unidade.

Art. 7º Os representantes do Conselho Escolar serão eleitos em assembleias de seus pares, em conformidade com o estabelecido nos artigos 5º e 6º, que deverão ocorrer até dia trinta e um de março de cada ano.

§ 1º As assembleias serão convocadas pelo Presidente do Conselho vigente ou, no caso de impedimento deste, pelo Vice-Presidente, através de edital, sendo o processo eleitoral devidamente acompanhado por uma comissão central, designada pela Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora de Pomerode.

§ 2º O responsável pela convocação das assembleias mencionadas no caput deste artigo deverá tomar as providências necessárias para divulgar sua realização, objetivo, data, horário e local, com pelo menos uma semana de antecedência, garantindo os devidos esclarecimentos a todos os segmentos sobre o Conselho Escolar para que tenham condições de realizar as assembleias e as eleições de forma democrática e participativa.

§ 3º As assembleias mencionadas no caput deste artigo serão realizadas em primeira convocação com a presença da maioria simples dos integrantes do respectivo segmento, ou em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer quórum.

§ 4º As eleições dos representantes titulares e respectivos suplentes dar-se-ão por maioria simples, nas diferentes assembleias.

§ 5º Os membros da Comissão Central Eleitoral da Escola não podem ser candidatos.

Art. 8º O mandato dos integrantes do Conselho Escolar terá duração de 2 anos, sendo permitida reeleição.

Art. 9º Uma vez constituído o Conselho Escolar, o Presidente do Conselho Escolar, convocará e presidirá reunião plenária de todos os seus membros para eleição do Vice-Presidente do Conselho, por meio de processo a ser decidido pela própria plenária.

Parágrafo Único. O Diretor da Unidade de Ensino será presidente nato do Conselho Escolar e, como tal, seu mandato se estenderá enquanto permanecer no cargo.

Art. 10. O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato:

- I- por destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;
- II- pela ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze meses;
- III- por mais de três ausências justificadas, em reuniões do Conselho Escolar, no prazo de doze meses;
- IV- por renúncia;
- V- por falecimento;
- VI- por perda do vínculo com a Unidade de Ensino.

§ 1º O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

§ 2º Comprovada a vacância, o segmento deverá realizar novo processo de eleição de representante no prazo máximo de trinta (30) dias, observando o disposto nos artigos 5º e 6º desta Lei.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Funcionamento

Art. 11. O Conselho Escolar funcionará como espaço de exercício da participação, da democracia e da cidadania ativa e de promoção

do diálogo permanente entre os diferentes segmentos que compõem a Unidade de Ensino, criando condições para a mobilização, articulação, estudos e organização da comunidade educacional, visando à democratização da gestão e à educação com qualidade.

Art. 12. O Conselho Escolar, para melhor organizar seu funcionamento, poderá constituir grupos ou comissões de trabalho.

Parágrafo Único. O Conselho Escolar deverá seguir as orientações contidas no Regimento Interno elaborado pela Secretaria Municipal da Educação e Formação Empreendedora de Pomerode e Conselho Municipal de Educação.

Art. 13. A atuação dos representantes do Conselho Escolar visará ao interesse maior dos educandos e estará fundamentada nas diretrizes da política educacional do município.

Art. 14. As reuniões do Conselho Escolar poderão ser ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As reuniões ordinárias serão, no mínimo, mensais, convocadas pelo presidente, ou, no seu impedimento, pelo vice-presidente, com setenta e duas horas de antecedência.

§ 2º As reuniões ordinárias do Conselho Escolar poderão ocorrer concomitantemente com as reuniões de Associação de Pais e Professores (APP).

§ 3º As reuniões extraordinárias ocorrerão em casos de urgência, garantindo-se a convocação com 72 horas (setenta e duas horas) de antecedência.

§ 4º As reuniões serão realizadas em primeira convocação com a presença da maioria simples dos membros do Conselho ou, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer quórum dos representantes do Conselho.

Art. 15. Constituem deveres dos representantes do Conselho Escolar:

- I- conhecer a legislação do Conselho Escolar;
- II- participar das reuniões e assembleias para as quais forem convocados;
- III- colaborar na realização das atividades do Conselho Escolar.

Art. 16. O exercício da função de membro do Conselho Escolar não será remunerada e é considerado de relevante interesse público.

Art. 17. As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em livro próprio.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

#### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.786, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.786, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL – CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:



Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2016, à Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel - Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ sob nº 51.382.422/0003-71, com sede à Avenida 21 de Janeiro, 1.990, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando, a educação de qualidade acessível às crianças pomerodenses na educação infantil e contrarturno do ensino fundamental com o oferecimento do turno integral.

Art. 2º A Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel – Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.787, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.787, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2016, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode – APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.788.661/0001-50, com sede à Rua Alberto Spredemann, 200, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 225.800,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Oitocentos Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando, um atendimento gratuito de qualidade.

Art. 2º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode – APAE, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.788, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.788, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição financeira, no exercício financeiro de 2016, ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, inscrito no CNPJ sob nº 01.196.552/0001-80, com sede à Rua Hermann Weege, 2121, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da corporação, objetivando, a prestação de serviços à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.789, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.789, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO EDELWEISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2016, ao Grupo Folclórico Edelweiss, inscrito no CNPJ sob nº 79.375.879/0001-06, com sede à Rua Arthur Schulze, 117, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura da manutenção dos trajes do grupo, objetivando, a divulgação da cultura germânica através de danças e coreografias.

Art. 2º O Grupo Folclórico Edelweiss, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.790, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.790, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2016, ao Grupo Folclórico Alpino Germânico, inscrito no CNPJ sob nº 79.364.097/0001-71, com sede à Rua dos Atiradores, 5.665, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à confecção de novos trajes para as apresentações do grupo, objetivando divulgar a cultura por meio de apresentações e exposições de diversos gêneros artísticos.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpino Germânico, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.791, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.791, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO DE DANÇAS SÊNIOR CLUBE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, inscrito no CNPJ sob nº 05.781.168/0001-03, com sede à Rua dos Atiradores, 247, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à manutenção e confecção de trajes utilizados pelo grupo nas apresentações, objetivando, divulgar e manter as tradições através de danças e integrar pessoas com mais idade, bem como, manter as mesmas em atividade.

Art. 2º O Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta

de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.792, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.792, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPEN'BACH DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao Grupo Folclórico Alpen'Bach de Pomerode, inscrito no CNPJ sob nº 04.601.606/0001-33, com sede à Rua Testo Alto, 3.459, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à manutenção e confecção de trajes utilizados pelo grupo nas apresentações, objetivando, a manutenção das tradições germânicas através das danças coreografadas apresentadas em Clubes Culturais de Pomerode.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpen'Bach de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.793, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.793, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social e auxílio financeiro no exercício financeiro de 2016, à Fundação Cultural de Pomerode, inscrita no CNPJ sob nº 79.363.511/0001-28, com sede à Rua 15 de Novembro, 525, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, bem como, a aquisição de equipamentos e investimentos necessários para desenvolver as atividades da Fundação Cultural de Pomerode.



Art. 2º A Fundação Cultural de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.794, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.794, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALÍRIO DAHLKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de Subvenção Social no exercício financeiro de 2016, à Associação Musical Professor Alírio Dahlke, inscrita no CNPJ sob nº 04.764.136/0001-29, com sede à Rua Hermann Weege, 111, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 33.000,00 (Trinta e Três Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades culturais da entidade, objetivando, divulgar e resgatar a cultura, principalmente da música.

Art. 2º A Associação Musical Professor Alírio Dahlke, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.795, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.795, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO GRUPO VOCAL POMMERN SÄNGER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição financeira no exercício financeiro de 2016, ao Grupo Vocal Pommern Sängers, inscrito no CNPJ sob nº 03.002.379/0001-67, com sede à Rua Hermann Weege, 111, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput,

deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando, o treinamento do grupo para apresentações musicais.

Art. 2º O Grupo Vocal Pommern Sängers, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.796, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.796, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2015, ao Centro de Convivência Pommern Heim, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.539/0001-24, com sede à Rua Progresso, 578, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a assistência aos idosos pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental.

Art. 2º O Centro de Convivência Pommern Heim, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.797, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.797, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À CASA DA SOLIDARIEDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2016, à Casa da Solidariedade, inscrita no CNPJ sob nº 03.249.887/0001-44, com sede à Rua Morro Strassmann, 1200, Pomerode/SC, o

valor de até R\$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se, a subsidiar as despesas decorrentes das atividades da entidade, com a finalidade de garantir a continuidade das atividades terapêuticas junto aos internos.

Art. 2º A Casa da Solidariedade, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.798, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.798, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE – HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2016, à Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode – Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrita no CNPJ sob nº 85.461.093/0005-38, com sede à Rua Hermann Weege, 2.727, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços na área de saúde à comunidade pomerodense.

Art. 2º A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode – Hospital e Maternidade Rio do Testo, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.799, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.799, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2016, à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode, inscrita no CNPJ sob nº 04.533.209/0001-71, com sede à Rua 15 de Novembro, 644, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se ao custeio das despesas para manutenção das atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode.

Art. 2º A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.800, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.800, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE – COLÉGIO SINODAL DOUTOR BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social e auxílio financeiro na importância de até R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), no exercício financeiro de 2016, ao Colégio Sinodal Doutor Blumenau, inscrito no CNPJ sob nº 85.461.093/0004-57, com sede à Avenida 21 de Janeiro, 1.700, Pomerode/SC.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas apresentadas no Projeto definido como "Uma escola para todos: Aprendizagem e convivência na escola inclusiva!", objetivando a continuidade no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode – Colégio Sinodal Doutor Blumenau, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se a legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento do exercício de 2016.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.801, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.801, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DOS INCISOS II E III, DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 2567 DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação dos incisos II e III do art. 2º da Lei nº 2567 de 19 de agosto de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

§ 2º [...]

II – elaborar e aprovar os projetos no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses e concluir a obra no prazo máximo de 60(sessenta meses) da data da outorga da escritura pública;

III – implantar e executar cursos profissionalizantes, conforme a demanda do mercado de trabalho o exigir, em prazo não superior a 60(sessenta) meses da data da outorga da escritura pública.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.802, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.802, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE POMERODE A “CAMPANHA BOTA FORA SUSTENTÁVEL” QUE CONSISTE EM RECEBER ATRAVÉS DE DESCARTE CONSCIENTE, MATERIAIS EM DESUSO DA POPULAÇÃO E PROMOVER A CORRETA DESTINAÇÃO FINAL E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Pomerode/SC a “CAMPANHA “BOTA FORA SUSTENTÁVEL”.

Art. 2º O intuito da campanha é fomentar atitudes sustentáveis cujo objetivo principal é promover na sociedade uma educação ambiental duradoura através do descarte consciente de materiais.

Art. 3º A “CAMPANHA BOTA FORA SUSTENTÁVEL” deverá ser realizada pelo Poder Público ao menos uma vez por ano.

Art. 4º A campanha consiste em coletar materiais oriundos do descarte consciente da população em todo âmbito do município de Pomerode e promover a correta destinação final.

Art. 5º Todos os materiais passarão por triagem sendo que os produtos considerados reutilizáveis na forma de sua origem serão colocados a disposição em forma de doação.

Art. 6º Os materiais passíveis de recolhimento serão Pré Definidos pela entidade promotora.

Art. 7º A realização, coordenação e regulamentação da campanha ficará a cargo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, cujo planejamento e execução poderá ser feito com parceria de entidades civis sem finalidade lucrativa comprometidas com a causa.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.803, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.803, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA NÚMERO UM NO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa “Escola Número Um”, visando ao incentivo da realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas municipais.

Art. 2º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Projeto “Escola Número Um”, tem por objetivo alcançar contribuições para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública Municipal, e dar-se-á mediante as seguintes ações:

I – Doação de recursos materiais às escolas municipais, tais como equipamentos e livros;

II- Patrocínio para a manutenção, conservação, reforma e ampliação das escolas municipais;

III- Disponibilização de banda larga, equipamentos de rede wi-fi e de informática, tais como: computadores, notebooks, tablets, roteadores, antenas de wi-fi, entre outros;

IV- Outras ações indicadas pela Direção da Escola, ouvido o Conselho Escolar.

Parágrafo Único: As obras de reforma, ampliação e melhoria de que trata o inciso II, deste artigo deverão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas pela Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora e com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas que aderirem ao Programa poderão divulgar, para fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola.

Art. 4º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa “Escola Número Um”, não implicará ônus de qualquer natureza ao Poder Público Municipal ou quaisquer outros direitos, ressalvado o disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Será conferido um certificado, emitido pela Prefeitura Municipal de Pomerode, às pessoas físicas e jurídicas que participarem do Programa “Escola Número Um”, destacando os relevantes serviços prestados à educação no Município de Pomerode.

Art.6º O Município de Pomerode realizará campanhas e ações, a fim de estimular a adesão de pessoas físicas e jurídicas ao Programa "Escola Número Um".

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, especialmente quanto à forma e aos meios do estabelecimento da parceria e da publicidade previstos nesta lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.804, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.804, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 12 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade Orçamentária: 003 - Fundo Municipal de Cultura  
Projeto/Atividade: 0013.0392.0130.2035 - Subv. Social p/ a Fundação Cultural de Pomerode  
Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins Lucrativos  
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 105.000,00  
TOTAL ..... R\$ 105.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Administração e Fazenda  
Projeto/Atividade: 0004.0122.0030.2064 - Pagamento de Precatórios  
Elemento: 4490.0000 - Aplicações Diretas  
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 105.000,00  
TOTAL ..... R\$ 105.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.808, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.808, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, no valor de R\$ 9.180,00 (Nove Mil e Cento e Oitenta Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL  
Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal  
Projeto/Atividade: 0001.0031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas  
Elemento: 3190.0000 - Aplicações Diretas  
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 9.180,00  
TOTAL ..... R\$ 9.180,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, no valor de R\$ 9.180,00 (Nove Mil e Cento e Oitenta Reais), por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social  
Projeto/Atividade: 008.0244.0140.2051 - Manut. das Atividades do Desenvolvimento Social  
Elemento: 3350.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 1.783,50

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social  
Projeto/Atividade: 008.0244.0140.2051 - Manut. das Atividades do Desenvolvimento Social  
Elemento: 4450.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos  
Vínc. p/ Fonte de Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 7.396,50

TOTAL ..... R\$ 9.180,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social e auxílio financeiro no exercício financeiro de 2015, à Associação Pelo Bem Estar da Família - ABEFAM, inscrita no CNPJ sob nº 04.317.627/0001-21, com sede à Rua Hermann Weege, 3.040, Pomerode/SC, o valor de até R\$

9.180,00 (Nove Mil e Cento e Oitenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando trazer conhecimentos e vivências práticas das relações jurídicas que envolvem a juventude pomerodense.

Art. 4º A Associação Pelo Bem Estar da Família - ABEFAM, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 16 de dezembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 674/2015

DECRETO Nº 674/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida as férias do Servidor Público Municipal Sr. JONAS CEZAR DE SOUZA, matrícula 6272, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MINIESCAVADEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 14 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 675/2015

DECRETO Nº 675/2015, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. RAQUEL DE MOURA CAZU-  
NI, matrícula 6330, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO  
EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria  
Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 14 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 676/2015

DECRETO Nº 676/2015, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

“EXONERA SECRETARIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 18 de setembro de 2015, o Sr. ADENILSO JOSE TEIXEIRA, matrícula 1589, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO 677/2015

DECRETO Nº 677/2015, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

“EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 18 de setembro de 2015, a Sra. RUBIA CAROLINE WRUBEL, matrícula 6301, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**DECRETO 678/2015**

DECRETO Nº 678/2015, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ARLETE T. DOS SANTOS CORREA, Matrícula 6241, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 75 (setenta e cinco) dias, a contar do dia 03 de setembro de 2015, conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 679/2015**

DECRETO Nº 679/2015, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLEONICE CARDORI DA SILVA, Matrícula 6261, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 21 de fevereiro de 2014 a 20 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 21 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 680/2015**

DECRETO Nº 680/2015, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. AMANDA FAVERO, Matrícula 929, ocupante do cargo de ODONTOLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 21 de setembro de 2015 a 05 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 682/2015**

DECRETO Nº 682/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. ALINE CRISTIANE MARTINS, matrícula 6336, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 734/2015**

DECRETO Nº 735/2015, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença prêmio de 51 (cinquenta e um) dias a senhora MARLENE APARECIDA VICENZI, matrícula 207, PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo de 22 de junho de 1993 a 31 de dezembro de 1996 e de 01 de janeiro de 1997 a 20 de janeiro de 2003.

Art. 2º - O período de gozo da Licença Prêmio é 29 de outubro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

**DECRETO 749/2015**

DECRETO Nº 749/2015, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora Arlete Terezinha dos Santos Correa, encontra-se em licença para tratamento de saúde.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERRASSO, Matrícula 6240, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o retorno da servidora.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 751/2015**

DECRETO Nº 751/2015, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora Arlete Terezinha dos Santos Correa, encontra-se em licença para tratamento de saúde.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. CIRLEIA APARECIDA OLIVEIRA, Matrícula 6289, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o retorno da servidora.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 752/2015**

DECRETO Nº 752/2015, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROBERVAL CRISTIANO SARTORI, Matrícula 1398, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 09 de abril de 2014 a 08 de abril de 2015, para serem gozadas de 05 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 753/2015**

DECRETO Nº 753/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 23 de novembro de 2015 a 07 de dezembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 754/2015**

DECRETO Nº 754/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, Matrícula 1384, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 6122344021 foi concedido até o dia 16 de novembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 755/2015**

DECRETO Nº 755/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIA DE LOURDES FRANZEN, Matrícula 5749, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6122718002, foi concedido até o dia 18 de novembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 756/2015**

DECRETO Nº 756/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ARLETE T. DOS SANTOS CORREA, Matrícula 6241, ocupante do cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6118734120 foi concedido até o dia 21 de novembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 757/2015**

DECRETO Nº 757/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. FABRICIA PECIN FRITSCH, Matrícula 1529, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 10 de fevereiro de 2014 a 09 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 04 de dezembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 760/2015**

DECRETO Nº 760/2015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDIA DE FATIMA PADILHA DE QUEIROZ, Matrícula 6296, ocupante do cargo de AGENTE DA DEFESA CIVIL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015, para serem gozadas de 20 de dezembro de 2015 a 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 761/2015**

DECRETO Nº 761/2015, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde ao Funcionário Público Municipal Sr. ROQUE JOSE PRAMIO, Matrícula 759, ocupante do cargo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 25 de novembro de 2015, conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 777/2015**

DECRETO Nº 777/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 583,14m², matrícula 3.778, CRI de Ponte Serrada, lote 6, da quadra E, localizado a Rua Augusto Vivan, Loteamento São Sebastião, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Srª Marivone Lunardi Favero e outros, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 6-B, da quadra E, com área de 283,14m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 6-A, da quadra E, com área de 300,00m²

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 778/2015**

DECRETO Nº 778/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DESMEMBROAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 800,00 m², matrícula 4.523, CRI de Ponte Serrada, lote 39, da quadra 20, localizado na Av. XV de Novembro, Centro, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Srª Maryvone Lunardi Favero e outros, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 39-B, da quadra 20, com área de 400,00m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 39-A, da quadra E, com área de 400,00m².

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 779/2015**

DECRETO Nº 779/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DESMEMBROAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 613,00m², matrícula 22, CRI de Ponte Serrada, lote 16, da chácara 65, localizado na Rua Irineu Bornhausen, do Bairro Antonio Paglia, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do senhor NATAL GIOMBELLI, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, parte do lote 16, denominado de 16-A, com área de 362,58 m².

Art. 3º - Área desmembrada, parte do lote 16, denominado de 16-B, com área de 250,42m²

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o decreto 616/2015 de 13 de agosto de 2015 e, as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR 217/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 217/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ATRAVÉS DO PROJETO "LAR LEGAL", DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar, mediante doação aos beneficiários, as áreas de terra abaixo especificadas, na hipótese de imóveis públicos ou submetidos à intervenção do Poder Público, através de regularização fundiária no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária - Projeto "Lar Legal", de conformidade com as orientações da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

I – Uma área de terras, contendo a superfície de 954.979 m2 situada na Fazenda Baía encravada na Fazenda Ressaca, sita neste município e Comarca de Ponte Serrada-SC com as seguintes confrontações: ao norte, parte com a faixa de domínio da estrada federal BR 282 e com as terras de Miguel Batista Telles; ao sul, parte com o rio Baía, parte com terras de Matadouro Serrano Ltda. Sucessor de Giaretta e Dalla Vecchia Ltda. , e parte pela sanga do aterrado, com terras de Isidoro Mansueto Michelotti, Osório Ivo Breda e Miguel Batista Telles. Cadastrado no Incra sob bs. 814.229.006.769, 814.229.006.688 e 814.229.066.700; áreas totais: 39,0ha., 47,5ha. E 36,6ha. Fração mínima de parcelamento: 25ha.Matrícula n. 887 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

II-Uma área de terreno urbano, com a superfície de 5.420 m2, que se compõe dos lotes 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11 e 12, com a superfície de 450 m2 cada um, lotes 5 e 6 com a superfície de 420 m2 cada um e o lote n. 7 com a superfície de 530 m2 todos da quadra n. 07 do loteamento denominado Cascatinha, situado neste cidade de Ponte Serrada, tendo no seu todo as seguintes confrontações: ao norte, sul e leste, com ruas sem denominação especiais; e ao oeste, com terras de propriedade de Adolfo Pain. Matrícula n. 3.010 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

III- Uma área de terra urbano, sem benfeitorias, composta do lote n. 7 (sete) com a área de 422,40 m2 e o lote n. 8 (oito) com a área de 1.117,22 m2, perfazendo a área total de 1.539,62 m2, ambos da quadra número dois (2), do Loteamento denominado "Bela Vista", situado nesta cidade de Ponte Serrada, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o antigo lageado Ponte Serrada; ao Sul, com o lote n. 6 da mesma quadra; ao Leste, com terras de propriedade da firma EMEC S/A; e , ao Oeste, com uma Rua sem denominação especial. Matrícula n. 3.055 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

IV- Um terreno urbano, sem benfeitorias, composto pelos lotes números 16, 18, 20, 21, 22 e 23, da Quadra n. 3 (três), com as áreas individuais de 482,76; 482,76 m2, 362,07 m2; 362,07 m2; 362,07 m2 e 362,07 m2, perfazendo a área total de 2.413,80 m2, situados no Loteamento denominado "Bela Vista", nesta cidade de Ponte Serrada, com as seguintes confrontações: ao Norte, com os lotes números 22, 23 e 24 e estes com uma Rua sem denominação especial, e os lotes 20 e 21 ainda com a mesma Rua sem denominação especial; ao Sul, com os lotes n. 14 e 17 da mesma Quadra; ao Leste, os lotes 16 e 18 confrontam com uma Rua sem denominação especial e o lote n. 23 confronta com o lote n. 24 da mesma Quadra; e, ao Oeste, com os lotes números 15, 17 e 19 da mesma Quadra. Matrícula n. 3.056 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

V- Um lote urbano número um (1), da quadra número cinco (5), sem benfeitorias, com a área de 1.931,52 m2, situado no Loteamento denominado "Bela Vista" nesta cidade de Ponte Serrada, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o antigo lageado

Ponte Serrada; ao Sul, Leste e Oeste, com Ruas ainda sem denominações especiais. Matrícula n. 3.057 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

VI- Uma área de terreno urbano, lotes número um (1) com 497,07 m2 e lote número dois (2), com 497,08 m2, ambos da Quadra número oito (8) do loteamento denominado "Bela Vista", situado nesta cidade de Ponte Serrada, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o antigo lageado Ponte Serrada; ao Sul, com uma Rua sem denominação especial; ao Leste, com outra Rua sem denominação especial; e, ao Oeste, com terras de Pedro de A. Junior. Matrícula n. 3.058 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

VII – Uma área de terreno com a superfície de 169.895,16 m2, situado na Fazenda Baia, encravada na Fazenda Ressaca, no Distrito de Baia Alta, neste município e Comarca, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do M-OPP localizado no extremo norte deste imóvel seguindo sentido horário com AZ 152033'15" e dist. De 193,80mts confrontando com terras da Prefeitura Municipal, até o M-01. Deste segue com AZ de 183022'38" e dist. De 15,62 mts até o M-02. Deste segue com AZ de 92022'56" e dist. De 9,23 mts até o M-03 ambos confrontando com terras da Sadia Concórdia S/A. do M-03 segue com AZ de 152033'15" e dist. De 75,5 mts confrontando com terras que foram da Cooperativa Atualmente da Prefeitura Municipal até o M-05. Deste segue com AZ de 242033'15" e dist. De 20,00mts confrontando com terras da Prefeitura Municipal até o M-06. Deste segue com AZ de AZ 332033'15" e dist. De 69,74 mts até o M-07. Deste segue com AZ de 242033'15" e dist. De 30,00 mts até o M-08. Deste segue com AZ de 332033'15" e dist. De 30,26 até o M-09. Deste segue com AZ de 242033'15" e dist. De 70,00 mts até o M-10. Deste segue com AZ de 152033'15" e dist. De 100,00 mts até o M-11. Deste segue com AZ de 62033815" e dist. De 100,00 mts até o M-06

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO

ambos confrontavam com terreno da Cocar atualmente Prefeitura Municipal, seguindo com AZ de 62033'15" em 20,00 mts confrontando com terras da Prefeitura Municipal até o M-05. Deste segue com AZ 62033'15" e dist. De 161,69 mts até o M.12. Deste segue com AZ de 332033'15" e dist. De 75,50 mts até o M.13 ambos confrontavam com a Cooperativa atualmente com a Prefeitura Municipal. Deste segue com AZ de 62033'15" e dist. De 5,51 mts confrontando com a Rua do loteamento Cohab, até o M-14. Deste segue com AZ de 62033'15" e dist. De 108,45 mts até o M-16. Deste segue com AZ de 332033'15" e dist. De 75,50 mts até o M-17 ambos confrontando com terras do Estado de Santa Catarina. Deste segue com AZ de 62033'15" e dist. De 59,35 mts confrontando com parte do lote 06, lotes 05, 04, 03, 01, até o M-18. Deste segue com AZ de 184038'53" e dist. De 122,30 mts confrontando com a Rua Paralela à BR 282 até o M-19. Deste segue com AZ de 275042'27" e dist. De 18,50 mts até o M-20. Deste segue com AZ de 242033'15" e dist. De 494,52 mts até o M21 ambos confrontando com terras de Madeireira Giacomet. Deste segue com AZ de 332033'15" e distância de 722,50mts confrontando com terras da Prefeitura Municipal até o M22. Deste segue com AZ 68000'29" e dist. De 221,00 mts até M-23. Deste segue com AZ de 47008'55" e dist. De 20,75 mts até o M-OPP ambos confrontando com terras de Irmãos Miranda, fechando assim essa poligonal. Matrícula n. 5.755 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

VIII – Uma área de terras com a superfície de 37.393,00 m2 localizada no Distrito de Baia Alta, neste município de Ponte Serrada/SC com as seguintes limites e confrontações: Partindo do ponto 01 localizado no extremo oeste desta área segue AZ 152033'15" e uma distância de 221,27 mts confrontando com o Loteamento Baia Alta II até o ponto 02; deste segue com AZ = 62033'15" e uma distância de 64,45 mts confrontando com o Loteamento Baia Alta II e com mesmo azimuth e uma distância de 214,02 mts confrontando com o Loteamento COHAB, até o ponto 03 deste segue com AZ 333032'13" e uma distância de 29,00 mts confrontando com área

de FUCABEM, até o ponto 04; deste segue com AZ 63032'13" e uma distância de 29,18 mts confrontando com área da FUCABEM, até o ponto 05; deste segue com AZ 272022'33" e uma distância de 199,00 mts confrontando com área de Sadia, até o ponto 06; segue com AZ 02022'33" e uma distância de 14,00 mts confrontando com área da Sadia, até o ponto 07; deste segue com AZ 272022'33" e uma distância de 164,20 mts confrontando ainda com área da Sadia, até o ponto 01 origem desta poligonal. Matrícula n. 6.744 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

IX – Uma área de terreno com a superfície de 35.937,12 m2 situado na Fazenda Baia encravada na Fazenda Ressaca, no Distrito de Baia Alta, neste município e Comarca, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do M-OPP localizado no extremo norte desse imóvel daí segue sentido horário com AZ de 152033'15" e distância de 221,27 mts até o M-01. Deste segue com AZ 62033'15" e dist. De 64,45 mts até o M-02 ambos confrontando com

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO

terras remanescentes a Prefeitura Municipal. Do M-02 segue com AZ de 152033'15" e dist. De 140,00mts confrontando com a área verde em 32,00 mts e com os lotes 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02, 01 em 12,00 mts cada, ambos pertencentes a Quadra 02 do Loteamento Coahb até o M-03. Deste segue com AZ de 242033'15" e dist. De 135,00 mts onde confrontava anteriormente com a Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, atualmente com a Prefeitura Municipal até o M-04. Deste segue com AZ 332033'15" e dist. De 401,71 mts confrontando com uma rua projetada sendo da Prefeitura Municipal até o M-05. Deste segue com AZ de 92022'57" e dist. De 81,31 mts confrontando com terras da Sadia Concórdia S/A Indústria e Comércio até o M-OPP de onde se originou essa poligonal. Matrícula n. 5.754 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

X- Uma área de terras, com a superfície de 54.847,70 m2, situada em parte da Fazenda da Baia, encravada na Fazenda Ressaca, na localidade de Baia Alta, município e Comarca de Ponte Serrada-SC, composto por três parcelas uma com 12.487,70 m2, outra com 3.000m2 e outra com 39.360m2. perfazendo a área total contendo as seguintes confrontações no seu todo: ao norte, na extensão de 116,59 metros com a faixa de domínio da BR 282; ao sul, na extensão de 111,97 metros com área remanescente da Prefeitura Municipal; ao leste, na extensão de 30,50 metros em linhas quebradas, com a Escola Municipal, na extensão de 196,00 metros e 254,90 metros com área da Prefeitura Municipal e ao oeste, na extensão de 446,80 metros com o Cemitério Municipal. Matrícula n. 5.322 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

XI- Uma área de terras, com a superfície de 4.762,38 m2, confrontando: Ao norte, em 33,08 mts com a Prefeitura Municipal de Ponte Serrada e 17,00 mts com área da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada; ao sul, 50,00 mts com a rua C da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada; ao leste, 88,70 mts e 35,00 mts com Prefeitura Municipal de Ponte Serrada; ao oeste, 125,05 mts com Prefeitura Municipal de Ponte Serrada. Matrícula n. 2.553 do Ofício de Registro de Imóveis de Ponte Serrada.

Art. 2º Fica, ainda, autorizado a conceder isenção do imposto sobre a transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI, que tenha como fato gerador as operações de registro ou averbamento de imóveis provenientes de sentença judicial no âmbito do Projeto "Lar Legal", para os imóveis dos beneficiários que possuírem apenas um imóvel e que se enquadrem nesse programa.

Art. 3º Os Cartórios de Registro de Imóveis localizados neste município, serão informados da publicação desta Lei.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Ficam as áreas descritas no art. 1º, desafetadas na forma



da Lei.

Art. 5º Fica autorizado ao Município, proceder os registros de baixas no setor patrimonial e contábil.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no que couber, serão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, EM DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada em data supra.

## LEI ORDINÁRIA 2262/2015

LEI Nº 2.262/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II – a estrutura e organização do orçamento;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – das metas fiscais;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos anexos desta Lei.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir

as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas

(Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);  
IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V – Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);  
VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XIII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, admitido o remanejamento por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detêm a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poderes Legislativo, Executivo e do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – Os Fundos Municipais de Assistência Social, da Infância e Adolescência, Habitação e Cultura para fins de contabilização de seus atos e fatos serão incorporados à contabilidade da Prefeitura como um Órgão e Unidade Orçamentária.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 31 de dezembro de 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2015.

Art. 10 – A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” – Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 – Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta Lei.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2016, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos

setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º - Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 – A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista na presente, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nos anexos desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2016 e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 – O Orçamento para o exercício de 2016 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da

Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016 não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 – Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridade local, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2016 a preços correntes.

Art. 29 – O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2016 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido



no inciso III deste artigo.

Art. 30 – Durante a execução orçamentária de 2016 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta Lei.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei poderão, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 35 – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 37 – O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

- I – eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V – Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades

ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 46 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da lei.

## LEI ORDINÁRIA 2263/2015

LEI Nº 2.263/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2016 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 27.240.000,00 (vinte e sete milhões, duzentos e quarenta mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 24.884.508,75 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oito reais e setenta e cinco centavos); fixada a despesa em R\$ 19.811.816,25 (dezenove milhões, oitocentos e onze mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.972.692,50 (três milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	24.884.508,75
Receita Tributária	R\$	1.958.040,00
Receita de Contribuições	R\$	286.650,00
Receita Patrimonial	R\$	73.867,50
Receita Agropecuária	R\$	99.225,00
Receita de Serviços	R\$	152.145,00
Transferências Correntes	R\$	21.213.486,50
Outras Receitas Correntes	R\$	1.101.094,75

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades

Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	19.811.816,25
Gabinete do Prefeito	R\$	610.886,25
Secretaria da Administração, Fazenda, Indústria e Comércio	R\$	2.302.000,00
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços	R\$	3.515.675,00
Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	R\$	8.702.862,50
Secretaria de Assistência Social	R\$	1.621.230,00
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.225.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	372.162,50
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$	13.000,00
Fundo da Habitação	R\$	11.000,00
Fundo da Cultura	R\$	15.000,00
Fundo de Desenvolvimento Econômico	R\$	60.000,00
Encargos Gerais	R\$	1.363.000,00

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 2.355.491,25 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos); fixa a despesa em R\$ 6.328.183,75 (seis milhões, trezentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 3.972.692,50 (três milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	2.355.491,25
Receita Tributária	R\$	11.576,25
Receita Patrimonial	R\$	6.615,00
Transferências Correntes	R\$	2.337.300,00

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	6.328.183,75
Fundo Municipal de Saúde	R\$	6.328.183,75

### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	1.100.000,00
Câmara de Vereadores	R\$	1.100.000,00

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde foi elaborado na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Infância e Adolescência, Habitação e Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros

riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O excesso ou provável excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais nos termos do art. 29, I e II da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2016.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2016 poderá ser efetuado o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma “categoria econômica de despesa” ou “categoria diferente” desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## LEI ORDINÁRIA 2264/2015

LEI Nº 2.264/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PONTE SERRADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1. Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE, órgão de natureza contábil, com objetivo de apoiar e estimular o desenvolvimento do setor industrial, tecnológico, comércio, serviços e de empresas integradoras da cadeia de produção do Município de Ponte Serrada.

### DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 2. O fundo será constituído pelos seguintes recursos:

- I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso do período;
- II - transferências da União e do Estado, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
- III - doações de pessoas físicas e jurídicas;
- IV - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências, convênios, contratos, financiamentos e legados de entidades nacionais ou estrangeiras de cooperação, governamentais ou não governamentais;
- V - produto de aplicações dos recursos financeiros, respeitada a legislação vigente;

VI - renda proveniente de aplicações financeiras, respeitada a legislação vigente;

VII - receita oriunda de alienação de bem móvel, imóvel ou participação acionária, as quais, devido às atividades próprias do fundo, possam ser incorporadas pelo Município e posteriormente alienadas, atendidas as cautelas da legislação pertinente.

§ 1º As receitas descritas no caput do presente artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito e movimentada pelo Poder Executivo, na forma da Lei.

§ 2º Toda dotação orçamentária e os respectivos desembolsos deverão obrigatoriamente constar da Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentária e do Plano Plurianual.

Art. 3. Constituem ativos do fundo:

- I - disponibilidade somatória em bancos oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;
  - II - direitos que porventura vierem a constituir;
  - III - bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados à execução dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE).
- § 1º Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio do Município.
- § 2º Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculados do Fundo.

Art. 4. Constituem passivos do Fundo as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir, com anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), para a implantação de planos de desenvolvimento.

Art. 5. O Fundo será administrado por um Conselho Gestor, que será disciplinado por lei específica, tendo sempre como presidente o Prefeito Municipal.

Art. 6. O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - As atividades desenvolvidas pelos membros do Conselho Gestor não serão remuneradas, sendo seus trabalhos considerados de relevante interesse público e social.

Art. 7. Compete ao Conselho Gestor do Fundo:

- I - administrar, promover o desenvolvimento e o cumprimento das finalidades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE);
- II - receber os adiantamentos das dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;



III - administrar e fiscalizar a arrecadação da receita e o seu controle por meio de conta bancária;  
IV - opinar quanto à aplicação de recursos;  
V - opinar quanto ao mérito na aceitação de doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza, que tenham destinação especial ou condicional;  
VI - avaliar os projetos para o desenvolvimento econômico, submetidos ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMDE).

#### DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:

Art. 8. Os recursos do fundo poderão ser utilizados para fins dos benefícios desta legislação, na instalação ou ampliação da capacidade produtiva futura de uma empresa, por meio de investimentos correntes em ativo fixo, construções, inclusive o custo de aquisição do terreno, máquinas, equipamentos e ferramentas, que serão utilizados de forma repetida e contínua em processos produtivos de outros bens e serviços, sem serem incorporados ao produto final.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 9. Aplica-se no que couber a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 10. Todo incentivo econômico deverá ser os termos da Lei Municipal de que trata sobre o apoio ao desenvolvimento econômico do Município de Ponte Serrada.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### LEI ORDINÁRIA 2265/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.265/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O PPA 2014/2017 E A LDO 2016, DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º Fica incluída na Lei nº 2.178 de 22 de outubro de 2013 (Plano Plurianual - PPA 2014/2017) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016 o seguinte Órgão/Unidade/Projeto Atividade:

Órgão: 14.00 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 14.01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.2201.2.022 – Apoio ao Desenvolvimento Econômico.

Recursos Orçamentários:

Ano	Fonte Recurso	R\$
2016	Ordinários – 00	60.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### 2º RETIFICAÇÃO - PREGÃO 006/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

#### 2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – 006/2015 FUMTUR

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de show pirotécnico com queima de fogos de artifício no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Menor preço global;

Onde se lê:

TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: todas as caixas deverão ser plastificadas, numeradas ou com skibs elétricos ou estopim facilitando assim a detonação para a queima. A empresa deverá fornecer serviço de 01 técnico responsável para execução da queima (REVEILLON).

Leia-se:

TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: todas as caixas deverão ser plastificadas, numeradas ou com skibs elétricos ou estopim facilitando assim a detonação para a queima em balsa. A denotação em mar deverá ser realizada via rádio, de forma a modo a manter a segurança e controle do espetáculo. A empresa deverá fornecer serviço de 01 técnico responsável para execução da queima (REVEILLON).

Onde se lê:

6.1.4 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

III - Apresentação do CR do Fabricante (documento hábil que autoriza as pessoas físicas ou jurídicas à utilização industrial, armazenagem, comércio, exportação, importação, transporte, manutenção, reparação, recuperação e manuseio de produtos controlados pelo Exército – Decreto 3665/2000).

Leia-se:

6.1.4 – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

III - Apresentação do CR (documento hábil que autoriza as pessoas físicas ou jurídicas à utilização industrial, armazenagem, comércio, exportação, importação, transporte, manutenção, reparação, recuperação e manuseio de produtos controlados pelo Exército – Decreto 3665/2000) (em razão dos tubos de morteiro de 3 e 4 polegadas);

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – 006/2015 FUMTUR.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 16 de dezembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### ATA 008/2015 - SAÚDE

#### ATA 008/2015 - SAÚDE

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Merco Soluções em Saúde Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Merco Soluções em Saúde Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 05.912.018/0001-83, Sítio a Rua Brésia, N.º 184, Bairro Mauá, CEP 83.413-575, Telefone (41) 3139-3840, Município de Colombo, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Ricardo da Conceição, inscrito no CPF sob o número 026.439.659-65.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
06	120	Embalagem	Fórmula enteral hipercalórica especialmente desenhada para pacientes em diálise com Insuficiência Renal Aguda ou Crônica que necessitem de restrição de fluidos e eletrólitos. Fornece moderado teor de proteínas com suplementação de arginina, um aminoácido condicionalmente essencial em pacientes com função reduzida. Apresenta baixo teor de colesterol e adição de TCM para melhor absorção. É isenta de sacarose, lactose e glúten. Embalagem de 200 ml.	R\$ 16,00	R\$ 1.920,00
12	240	Embalagem	Dieta nutricionalmente completa, a base de proteína isolada de soja, isenta de lactose, glúten e sacarose, que atenda a recomendações de vitaminas e sais minerais em 1.200 calorias. Apresentação em forma ou líquida. Embalagem de 1 litro.	R\$ 15,00	R\$ 3.600,00
19	720	Lata	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, normocalórica, normoprotéica e normolipídica, para crianças de 01 a 10 anos. Distribuição energética: proteínas 12%, carboidratos 53% e gorduras 35%. Isento de lactose e glúten. Lata 400 gramas.	R\$ 26,00	R\$ 18.720,00
Valor Total: R\$ 24.240,00 (Vinte e quatro mil duzentos e quarenta reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015,

com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de

Porto União e pelo Senhor Ricardo da Conceição, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza

Merco Soluções em Saúde Ltda

Prefeito Municipal

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA 009/2015 - SAÚDE

### ATA 009/2015 - SAÚDE

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Nutriport Comercial Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Nutriport Comercial Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 03.612.312/0004-97, Sítio a Rua Judite Melo dos Santos, S/N, Distrito Industrial, CEP 88.104-765, Telefone (48) 3344-4348, Município de São José, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Alexandre Tabuenca da Silva, inscrito no CPF sob o número 043.068.978-00.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
03	120	Embalagem	Alimento para situações metabólicas especiais para pacientes com função renal comprometida. Densidade calórica de 2,0kcal / ml. Adequadas quantidades de vitaminas A e D; contém carboidratos com baixo impacto glicêmico; Relação de w6: w3 = 5:1; baixo teor de potássio, sódio e fósforo; enriquecido com carnitina e taurina. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicações: Insuficiência renal aguda ou crônica, como suplemento para paciente renal dialisado ou nutrição completa em tratamento conservador. Distr. Calórica: Prot 7% HC 63% Lip 30%. Fonte de Proteínas: Caseinato de cálcio 49,6%, caseinato de sódio 49,6%, taurina 0,4%, carnitina 0,4%, Fonte de carboidrato: maltodextrina 100%. Fonte de lipídeos: Óleo de girassol 4%, óleo de canola 79%, TCM 17%. Embalagem de 1 litro.	R\$ 43,00	R\$ 5.160,00
07	120	Lata	Nutrição especializada, completa e balanceada. Normocalórica, normoproteica e normolipídica. Formulada especialmente para pessoas com diabetes. Desenvolvido de acordo com as recomendações internacionais de nutrientes e contribui para controle do índice glicêmico. Desnutrição energética: proteína 15%, carboidratos 45% e gorduras: 40%. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Lata 400 gramas.	R\$ 36,40	R\$ 4.368,00
11	240	Embalagem	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral, mistura de proteínas animais e vegetais. Isento de lactose, sacarose e glúten. Densidade calórica: 1,2 kcal/ml. Produto formulado para ser consumido por pessoas acima de 10 anos de idade, quanto a IDR (Ingestão Diária Recomendada). Embalagem de 1 litro.	R\$ 17,00	R\$ 4.080,00
13	240	Lata	Dieta nutricionalmente completa e normocalórica na diluição padrão. Fórmula à base de proteína isolada de soja, rica em isoflavonas. Hipossódica. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Indicada para paciente em risco nutricional, anorexia, idosos, cardiopatas, distúrbios neurológicos. Lata de 800 gramas.	R\$ 32,00	R\$ 7.680,00

15	360	Frasco	Dieta nutricionalmente completa para crianças de 0 a 12 meses, hipercalórica, com ótima oferta proteica. Contém adição de LCPufas e nucleotídeos e uma mistura exclusiva de prebióticos (GSO/FOS). Única dieta pronta para uso para lactentes. Isenta de sacarose e glúten. Contém lactose. Indicado para cardiopatias congênitas, doença pulmonar crônica, fibrose cística, paralisia cerebral, déficit de crescimento, desnutrição, pré e pós-operatório. Frasco de 200 ml.	R\$ 21,00	R\$ 7.560,00
17	240	Embalagem	Alimento líquido, pronto para uso e nutricionalmente completo. Possui uma mistura de proteínas (caseinato de cálcio, proteína isolada do soro do leite e proteína isolada de soja). Para uso enteral e/ou oral. Indicado para pacientes com necessidades elevadas de nutrientes, desnutrição, oncologia, anorexia, caquexia, dentre outros. Isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem de 1000 ml.	R\$ 17,00	R\$ 4.080,00
18	240	Embalagem	Dieta enteral nutricionalmente completa, normocalórica, hiperprotéica, suplementada com arginina. Alto teor de zinco, vit A, C e E. Enriquecida com mix de fibras e mix de carotenóides. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Embalagem de 1 litro.	R\$ 52,98	R\$ 12.715,20
20	480	Embalagem	Alimento hipoalérgico à base de proteína extensamente hidrolisada, com adição de LCPufas (DHA E ARA) e nucleotídeos. Isento de sacarose, lactose e glúten. Indicado para casos de alergias as proteínas de leite de vaca e da soja. Embalagem de 400 gramas.	R\$ 86,00	R\$ 41.280,00
21	240	Lata	Fórmula infantil hipoalérgica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (80 a 90% peptídeos e 10 a 20% de aminoácidos livres), com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LCPufas (DHA -docosahexaenóico e ARA - araquidônico) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Indicado para Alimentação de lactentes, desde o nascimento, e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, sem quadros de diarreia. Lata de 400 gramas.	R\$ 48,00	R\$ 11.520,00
23	360	Lata	Suplemento infantil hipercalórico. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional de anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Aumento das necessidades nutricionais como pré e pós-operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. Isento de lactose e glúten, possui sacarose. Sem sabor. Lata de 400 gramas.	R\$ 46,00	R\$ 16.560,00
24	360	Lata	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas em pó, indicada para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, isenta de sacarose, com probióticos ou prebióticos. Atende todas as recomendações do CODEX alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S nº 977/1998. Lata de 400 gramas a 900 gramas.	R\$ 7,36	R\$ 2.649,60
25	360	Lata	Fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro à base de proteínas lácteas, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês, isenta de sacarose, com probióticos e prebióticos. Atende todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria nº 977/1998. Lata de 400 gramas a 900 gramas.	R\$ 8,28	R\$ 2.980,80
27	360	Lata	Fórmula infantil de seguimento, é acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes, em sequência ao esquema alimentar iniciado nos primeiros 6 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Lata de 400 gramas.	R\$ 6,32	R\$ 2.275,20
28	360	Lata	Fórmula infantil de partida especial, isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Indicado para pacientes com intolerância à lactose. Lata de 400 gramas.	R\$ 21,00	R\$ 7.560,00

29	360	Lata	Fórmula infantil de partida, adicionada de pro bióticos. Usada em crianças de 0 a 6 meses de idade. Para contribuir no tratamento nutricional da constipação, contém uma mistura de prebióticos. Lata de 400 gramas.	R\$ 7,36	R\$ 2.649,60
30	360	Frasco	Suplemento hiperprotéico acrescido de arginina, zinco e selênio, vitaminas A, C, E. Terapia nutricional desenhada especificamente para a cicatrização de úlceras por pressão e outras situações que exijam estímulo de cicatrização. Além da presença do exclusivo mix de carotenoides. Isento de glúten. Frasco de 200 ml.	R\$ 14,10	R\$ 5.076,00
31	360	Lata	Nutrição completa e balanceada de suplemento alimentar, alimento em pó, que pode ser usada como dieta exclusiva ou como suplemento alimentar, para aumentar o consumo de calorias e nutrientes ou para manter uma boa alimentação. Não contém glúten. Não é destinado ao uso parenteral. Para adultos e crianças maiores de 04 anos. Lata com no mínimo 800 gramas.	R\$ 30,99	R\$ 11.156,40
Valor Total: R\$149.350,80 (cento e quarenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e oitenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Alexandre Tabuenca da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Nutriport Comercial Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA 010/2015 - SAÚDE

ATA 010/2015 - SAÚDE

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 12.694.747/0001-76, Sito a Rua Fagundes Varela, N.º 962, Bairro Jardim Social, CEP 82.520-040, Telefone (41) 3264-8910, Município de Curitiba, Estado do Paraná, representado pelo Senhor João Rogério Padilha, inscrito no CPF sob o número 586.517.729-04.



Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

#### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
04	120	Embalagem	Suplemento oral completo, especialmente desenvolvido para indivíduos submetidos à diálise. Acrescido de fibras alimentares. Isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem de 200 ml.	R\$ 9,66	R\$ 1.159,20
14	360	Lata	Fórmula infantil, nutricionalmente completa, normo ou hipercalórica, para crianças de 01 a 10 anos, proteína de 09 a 13% de origem animal. Isento de lactose e glúten. Lata de 400 gramas.	R\$ 26,29	R\$ 9.464,40
Valor Total: R\$ 10.623,60 (dez mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor João Rogério Padilha, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais Ltda – EPP  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

#### ATA 011/2015 - SAÚDE

##### ATA 011/2015 - SAÚDE

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza e O DETENTOR DA ATA: Center Nutri Com. de Prod. Para Nutrição Enteral Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Center Nutri Com. de Prod. Para Nutrição Enteral Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 08.617.050/0001-24, Sito a Rua Caçador, N.º 29, Bairro Borda do Campo, CEP 83.075-120, Telefone (41) 3382-2853, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, representado pela Senhora Angela Maria de Azevedo Padilha, inscrito no CPF sob o número 768.411.899-49.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS,

conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	120	Embalagem	Fórmula nutricionalmente completa, indicada para pacientes com insuficiência hepática com riscos ou presença de encefalopatia (cirrose hepática, pré-transplante de fígado). Fórmula rica em AACR e baixo teor de AA aromáticos, corrigindo o perfil plasmático de AA e melhora o estado nutricional do paciente. Recomendações internacionais (ESPEN / ASPEN): Suplementação oral ou enteral com AACR (aminoácidos de cadeia ramificada em casos de encefalopatia hepática ou cirrose avançada). Embalagem de 500 ml.	R\$ 149,28	R\$ 17.913,60
09	240	Embalagem	Alimento nutricionalmente completo para nutrição enteral. 20gr de fibra alimentar / litro, polissacarídeo de soja e polidextrose. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Fibra alimentar: 20 g/l 50% FS e 50% FI Polidextrose e Polissac da Soja. Embalagem de 1000 ml.	R\$ 19,40	R\$ 4.656,00
Valor Total: R\$ 22.569,60 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Angela Maria de Azevedo Padilha, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Center Nutri Com. de Prod. Para Nutrição Enteral Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

**ATA 012/2015 - SAÚDE****ATA 012/2015 - SAÚDE**

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Pollimed Comércio e Representações Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Pollimed Comércio e Representações Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 04.040.912/0001-48, Sítio a Rua Bruno Hering, N.º 783, Bairro Bom Retiro, CEP 89.036-160, Telefone (47) 3329-0416, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Jorge Alberto Rodrigues Konkewicz, inscrito no CPF sob o número 184.295.560-87. Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

**0.1 Descrição do Item:**

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	120	Sachê	Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral ou oral. Alto teor de aminoácidos ramificados. Muito baixo teor de aminoácidos aromáticos. Não contém glúten. Indicado para pacientes hepatopatas, que necessitam de uma dieta com alto teor de aminoácidos ramificados baixo teor de aminoácidos aromáticos. Sachê de 90 gramas.	R\$ 17,45	R\$ 2.094,00
10	480	Lata	Fórmula em pó, nutricionalmente completa e balanceada, normocalórica, normoprotéica e normolipídica. Distribuição energética: proteínas 16%, carboidratos 50% e gorduras 34%. Isento de lactose e glúten. Lata 400 gramas.	R\$ 24,90	R\$ 11.952,00
Valor Total: R\$ 14.046,00 (quatorze mil e quarenta e seis reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Jorge Alberto Rodrigues Konkewicz, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Pollimed Comércio e Representações Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

**ATA 013/2015 - SAÚDE****ATA 013/2015 - SAÚDE**

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: ILG Comercial Ltda – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: ILG Comercial Ltda – ME, inscrito no CNPJ/MF nº 20.657.155/0001-02, Sito a Rua Itacolomi, N.º 377, Centro, CEP 85.505-050, Telefone (46) 3225-1002, Município de Pato Branco, Estado do Paraná, representado pela Senhora Ingrid Ruth Hegele Grams, inscrito no CPF sob o número 240.674.909-68.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

**0.1 Descrição do Item:**

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
26	360	Lata	Fórmula infantil acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida de vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Alimentação de lactentes nos primeiros 06 meses de vida, quando for necessário recorrer à alimentação com mamadeira. Lata de 400 gramas.	R\$ 9,99	R\$ 3.596,40

Valor Total: R\$ 3.596,40 (três mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Ingrid Ruth Hegele Grams, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

ILG Comercial Ltda – ME  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:



**ATA 014/2015 - SAÚDE****ATA 014/2015 - SAÚDE**

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 078/2015 – Saúde, Pregão Eletrônico 011/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: CM Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: CM Hospitalar Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 12.420.164/0003-19, Sítio ao Eixo 03, Módulos 26 a 30, S/N, Quadra 9-A, Bairro Dimic, CEP 75.709-685, Telefone (64) 3442-6541, Município de Catalão, Estado de Goiás, representado pelo Senhor Gilvan Goulart Terra, inscrito no CPF sob o número 269.841.198-80.

Registro de Preços para aquisição de suplementos alimentares (leites especiais) destinados para os pacientes carentes usuários do SUS, conforme segue:

**0.1 Descrição do Item:**

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
08	120	Lata	Módulo de fibra alimentar solúvel e insolúvel (90% Inulina e 10%FOS). Isenta de glúten, sacarose e lactose. Osmolalidade 160 mOsm/kg. pode ser adicionado a qualquer tipo de preparação (sólida ou líquida). Não altera o sabor, a cor e a viscosidade dos alimentos. Indicado para controle glicêmico, diarreia, nutrição enteral prolongada, obstipação, redução do colesterol sanguíneo, regularizar o trânsito intestinal, tratamento do câncer de cólon. Lata de 250 gramas.	R\$ 45,17	R\$ 5.420,40
16	480	Lata	Suplemento em pó hipercalórico, rico em vitaminas e minerais, enriquecido com mix de carotenoides. Isento de lactose e glúten. Indicado para casos de desnutrição calórica ou risco nutricional, pré e pós-operatório, pacientes neurológicos e pacientes com necessidade calórica aumentada. Recuperar ou manter o peso de adultos ou idosos que não se alimentam bem. De sabor neutro e isento de sacarose. Lata de 400 gramas.	R\$ 30,10	R\$ 14.448,00
22	480	Embalagem	Leite com fórmula de aminoácidos adequada às necessidades de crianças desde o nascimento. Alta absorção, com mínimo risco de intolerância. Indicado para nutrição enteral precoce/mínima em terapia intensiva neonatal e pediátrica, transição de nutrição parental para enteral, síndrome do intestino curto e outros distúrbios absorptivos moderados a graves, alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), com estado nutricional comprometido, placebo para diagnóstico de alergia alimentar. Embalagem de 400 gramas.	R\$ 143,00	R\$ 68.640,00
Valor Total: R\$ 88.508,40 (oitenta e oito mil quinhentos e oito reais e quarenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 011/2015 – Saúde, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3 O prazo para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 011/2015, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

2.4 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão eletrônico 011/2015.

2.11 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 011/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12 As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13 Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Gilvan Goulart Terra, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

CM Hospitalar Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

## ATA 016/2015 - SAÚDE

ATA 016/2015 - SAÚDE

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório nº 085/2015 - SAÚDE, Pregão Eletrônico 015/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ÓRGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Anízio de Souza E O DETENTOR DA ATA: Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda, inscrito no CNPJ/MF nº 01.828.775/0001-12, Sítio a Rua Jacinto Gomes, N.º 36, 2º andar, Bairro Santana, CEP 90.040-270, Telefone (51) 3332-0059, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Marcus Benício Rosa de Paula, inscrito no CPF sob o número 381.372.080-20.

Registro de Preços para aquisição de tiras reagentes para teste de glicose para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

### 0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	3.000	Caixa	Tiras reagentes para teste de glicose – compatível com o aparelho ONETOUCH – caixa com 50 tiras	R\$ 22,50	R\$ 67.500,00
Valor Total: R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 015/2015, juntamente com seus anexos e a proposta

1.

2.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 015/2015, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionado o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 015/2015.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 015/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União/SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de



Porto União e pelo Senhor Marcus Benício Rosa de Paula, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda  
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

### DECRETO Nº 827/2015

DECRETO Nº 827, de 14 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP, OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1047 – Recuperação Estrutura da Secretaria de Obras		
MODALIDADE	4490 – 174 – Aplicações Diretas	159	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 174.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 005/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Ata de Registro de Preços nº 005/2015 - EDUCAÇÃO  
Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2015 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

#### 1.1 – Descrição do item:

Concede-se o reequilíbrio financeiro de 6,91 % (seis vírgula noventa e um por cento) a aludida Ata de Registro de Preços, passando para o valor de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) o litro de gasolina comum.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 007/2015 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Ata de Registro de Preços nº 007/2015 - FUNREBOM  
Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2015 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

**1.1 – Descrição do item:**

Concede-se o reequilíbrio financeiro de 6,91 % (seis vírgula noventa e um por cento) a aludida Ata de Registro de Preços, passando para o valor de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) o litro de gasolina comum.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 015/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Ata de Registro de Preços nº 015/2015 - SAÚDE  
Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 001/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

**1.1 – Descrição do item:**

Concede-se o reequilíbrio financeiro de 6,91 % (seis vírgula noventa e um por cento) a aludida Ata de Registro de Preços, passando para o valor de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) o litro de gasolina comum.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 021/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Ata de Registro de Preços nº 021/2015 - PREFEITURA  
Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 003/2015 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

**1.1 – Descrição do item:**

Concede-se o reequilíbrio financeiro de 6,91 % (seis vírgula noventa e um por cento) a aludida Ata de Registro de Preços, passando para o valor de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) o litro de gasolina comum.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 054/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 054/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para operacionalização do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – CRAS.  
Valor Total: R\$ 16.901,00 (dezesesseis mil novecentos e um reais).  
Vigência: 07 (sete) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 04 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Mercado Kosera Ltda – ME.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 055/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 055/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para operacionalização do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – CRAS.  
Valor Total: R\$ 6.182,00 (seis mil cento e oitenta e dois reais).  
Vigência: 07 (sete) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 04 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 056/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 056/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para operacionalização do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – CRAS.  
Valor Total: R\$ 16.717,00 (dezesesseis mil setecentos e dezessete reais).  
Vigência: 07 (sete) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 04 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Supermercado Dukelli Ltda.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 057/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 057/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza para operacionalização do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – CRAS.  
Valor Total: R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais).  
Vigência: 07 (sete) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 023/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 04 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Nutri SC Comércio de Alimentos.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 122/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 122/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Harmonize Indústria e Comércio Textil Ltda – EPP.  
Objeto: Aquisição de camisetas.  
Valor Total: R\$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais).  
Vigência: 03 (três) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 050/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Harmonize Indústria e Comércio Textil Ltda – EPP.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 220/2015**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 220/2015  
Partes: Município de Porto União e Kerber Pré-Moldados Ltda.  
Objeto: Aquisição de meio fio reto e pavimento intertravado de concreto modelo sextavado.  
Valor Total: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 083/2015, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 14 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Kerber Pré-Moldados Ltda.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 121/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 121/2015 - SAÚDE  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 027/2015 - SAÚDE.  
Partes: Município de Porto União e Imprensa Nacional.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Adita-se o valor de 25% (vinte e cinco por cento) ao aludido contrato superior. A despesa decorrente deste contrato correrá à conta

da seguinte classificação:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto 2066 – Manutenção da Atenção Básica  
Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas  
Código 16  
Complemento 33903990 – Serviços de Publicidade Legal

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 08 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 214/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 214/2015  
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 142/2014.  
Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco & Cia Ltda.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por 90 (noventa) dias o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 03 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 215/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato Aditivo 215/2015  
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 187/2014.  
Partes: Município de Porto União e Reunidas Turismo S.A.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.  
Porto União SC, 03 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 222/2015**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 222/2015  
Aditivo ao Contrato de Credenciamento de Leiloeiro 195/2014.  
Partes: Município de Porto União e Eduardo Schmitz.

**CLÁUSULA NONA – PARÁGRAFO ÚNICO**

Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses, a contar de 18 de dezembro de 2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 223/2015**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 223/2015  
Aditivo ao Contrato de Credenciamento de Leiloeiro 194/2014.  
Partes: Município de Porto União e Daniel Elias Garcia.

**CLÁUSULA NONA – PARÁGRAFO ÚNICO**

Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses, a contar de 18 de dezembro de 2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 011/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 078/2015 – SAÚDE  
Pregão Eletrônico 011/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Merco Soluções em Saúde Ltda, Nutriport Comercial Ltda, Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais Ltda – EPP, Center Nutri Com. de Prod. Para Nutrição Enteral Ltda, Pollimed Comércio e Representações Ltda, ILG Comercial Ltda – ME e CM Hospitalar Ltda.  
Porto União SC, 08 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 015/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 085/2015 – SAÚDE  
Pregão Eletrônico 015/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda.  
Porto União SC, 11 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 050/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 086/2015 – SAÚDE  
Pregão Presencial 050/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Harmonize Indústria e Comércio Textil Ltda – EPP.  
Porto União SC, 10 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 083/2015**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 141/2015  
Pregão Presencial 083/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Kerber Pré-Moldados Ltda  
Porto União SC, 14 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 024/2015 – FAS  
Pregão Presencial 023/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Mercado Koserá Ltda – ME, Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP, Supermercado Dukelli Ltda e Nutri SC Comércio de Alimentos.  
Porto União SC, 04 de dezembro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DO LICITAÇÃO 44/2015**

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão - 44/2015

O Prefeito Municipal Antonio Francisco Comandoli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

ADJUDICAR o processo de licitação 14 - Pregão - 44/2015, consoante ata de julgamento.

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DIESEL RODO BREIKE LTDA -ME	00001	1,00000	UN	4.681,4000	4.681,40
MECANICA DIESEL RODO BREIKE LTDA -ME	00002	1,00000	UN	2.360,6400	2.360,64
ANGELA MARIA TOMIO ME	00004	1,00000	UN	7.580,0000	7.580,00
ANGELA MARIA TOMIO ME	00005	1,00000	UN	7.948,0000	7.948,00
ANGELA MARIA TOMIO ME	00006	1,00000	UN	9.360,0000	9.360,00
ANGELA MARIA TOMIO ME	00007	1,00000	UN	7.620,0000	7.620,00
ANGELA MARIA TOMIO ME	00008	1,00000	UN	7.640,0000	7.640,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00003	1,00000	UN	5.980,0000	5.980,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00009	1,00000	UN	29.355,0000	29.355,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00010	4,00000	UN	46,0000	184,00

PRESIDENTE NEREU - SC, 16 de dezembro de 2015

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
GERENTE DE LICITAÇÕES

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO AO CONTRATO 12/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Saúde e Ilza Rech, inscrita no CPF 382.753.509-30. Objeto: Contrato de cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua Matilde Shaefer nº 149, Centro, no município de Presidente Nereu, para residência do médico do programa federal MAIS MÉDICOS. Data: 14/12/2015 Vigência: 31/12/2015. Valor Global: R\$ 800,00

Presidente Nereu, 14 de dezembro de 2015.

Antônio Francisco Comandoli  
Prefeito Municipal

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 08/2015**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 14.488.313/0001-45 e a empresa Lilian Grasielle Xavier Tolfo, inscrita no CNPJ sob nº 19.772.695/0001-58. Objeto: Contratação de serviços de assessoria técnica na atenção básica em saúde do Município, com os programas do "DATASUS" e acompanhamento das equipes de saúde, controle e avaliação dos serviços, projetos, pactuações e convênios e legislação do "SUS". Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016.

Presidente Nereu, 15 de dezembro de 2015.

Benito Brand  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5051, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5051, de 08 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015 FMS, DE 09/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2015 FMS, de 09 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR;
- DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS;
- DENTAL OESTE EIRELI;
- ELISVANDIA MATOS DONINI – ME;
- ISAMED – MATERIAIS MÉDICOS;
- ODONTOMED CANAA LTDA – ME;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS;
- SALVI LOPES & CIA. LTDA – ME;
- SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS;
- STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE;
- TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5051/2015

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 25/2015 FMS, de 09/11/2015.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

#### Participantes:

- ASSUNCAO & MORETTO LTDA – EPP;
- DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – ME;
- CIRURGICA VITORIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI;

- ELISVANDIA MATOS DONINI – ME;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – ME;
- ANDRETTA MEDICAMENTOS LTDA – EPP;
- SALVI LOPES & CIA. LTDA – ME;
- PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI – EPP;
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP;
- TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME;
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- ISAMED – MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA – ME;
- ODONTOMED CANAA LTDA – ME;
- PONTOMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – ME;
- ORALLS IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA – ME;
- STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – ME;
- DENTAL OESTE EIRELI.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR;
- DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS;
- DENTAL OESTE EIRELI;
- ELISVANDIA MATOS DONINI – ME;
- ISAMED – MATERIAIS MÉDICOS;
- ODONTOMED CANAA LTDA – ME;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS;
- SALVI LOPES & CIA. LTDA – ME;
- SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS;
- STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE;
- TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS.

### DECRETO Nº 5052, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5052, de 08 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015 FMS, DE 13/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 27/2015 FMS, de 13 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- A G KIENEN & CIA LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;



- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;
- CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;
- GO.MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS;
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA;
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA;
- PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;
- SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5052/2015

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 27/2015 FMS, de 13/11/2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA REDE BÁSICA E PSICOTRÓPICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E PARA A ATENÇÃO BÁSICA.

Participantes:

- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;
- WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;
- CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;
- GO.MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA;
- DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;
- DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP;

- PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;
- CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- A G KIENEN & CIA LTDA;
- VOLPI DISTRIBUIDORA DE DROGAS – LTDA;
- D-HOSP - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA|AV DOS EXPEDICIONARIOS;
- PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- A G KIENEN & CIA LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR;
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;
- CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA;
- DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;
- GO.MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;
- INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS;
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA;
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;
- MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME;
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;
- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA;
- PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;
- SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

## DECRETO Nº 5053, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5053, de 08 de dezembro de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2015 FMS, DE 16/11/2015”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 29/2015 FMS, de 16 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;
- GRAMS & GRAMS LTDA – ME;
- HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E

PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA;  
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;  
- MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;  
- PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;  
- VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
08 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5053/2015

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 29/2015 FMS, de 16/11/2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO E PARA A ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Participantes:

- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;  
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA;  
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;  
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;  
- CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;  
- ESTRELA PRODUTOS PARA SAUDE – EIRELI – ME;  
- GRAMS & GRAMS LTDA – ME;  
- PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA;  
- DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
- PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;  
- MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;  
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;  
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;  
- ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME;  
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- A G KIENEN & CIA LTDA;  
- VOLPI DISTRIBUIDORA DE DROGAS – LTDA;  
- HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
- D-HOSP – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA;  
- PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;  
- ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA;

- DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;  
- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP;  
- GRAMS & GRAMS LTDA – ME;  
- HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;  
- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA;  
- MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA;  
- MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- PRATI DONADUZZI & CIA LTDA;  
- PRINCIPAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP;  
- PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;  
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA;  
- VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;

## DECRETO Nº 5064, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5064, de 10 de dezembro de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015, DE 26/11/2015”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 105/2015, de 26 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
10 de dezembro de 2015  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA  
Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 5064/2015

Pregão Presencial nº 105/2015, de 26/11/2015.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE MONITOR ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Participante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o seguinte licitante:

- CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADM. E PEG. LTDA.

**DECRETO Nº 5065, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5065, de 10 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015, DE 18/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2015, de 18 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

10 de fevereiro de 2015.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**

Prefeito do Município de Rio do Sul

**MARIA HELENA ZIMMERMANN**

Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

**ANEXO AO DECRETO Nº 5065/2015**

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2015, de 18/11/2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**Participantes:**

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.

**DECRETO Nº 5068, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5068, de 11 de dezembro de 2015.

"REGULAMENTA A IMPLEMENTAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE EXTRA-CLASSE NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008; e com o Parecer CNE/CEB nº 18/2012,

**DECRETA**

Art. 1º- A hora-atividade será implantada no âmbito do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, observados os critérios e condições previstos na Lei Federal 11.738/2008, no Parecer CNE/CEB nº 18/2012 e neste Regulamento.

Art. 2º- Fica assegurado aos profissionais do Magistério no exercício da função de docência nas unidades educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SME) período de hora-atividade, correspondente a 1/3 (um terço) da respectiva carga horária semanal de trabalho, para o exercício de atribuições não relacionadas ao desempenho das atividades de interação com os educandos.

Parágrafo único - A hora-atividade será exercida na(s) unidade(s) educacional(is) de atuação do docente.

Art. 3º- Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - função de docência: a atividade exercida nas unidades educacionais vinculadas à SME pelos seguintes docentes:

- a) professor com atuação na educação infantil;
- b) professor com atuação nos anos iniciais do ensino fundamental;
- c) professor com atuação nos anos finais do ensino fundamental;
- d) professor com atuação na educação especial, nas salas de AEE (Atendimento de Educação Especializada).

II - Hora-atividade: o tempo reservado para exercício de atribuições de planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos, avaliação da produção dos educandos, pesquisa, formação continuada, reuniões pedagógicas, confecção de material didático-pedagógico, estabelecimento de estratégias para alunos de menor rendimento escolar e ao atendimento a pais ou responsáveis e à comunidade, bem como ao preenchimento de registros, elaboração de relatórios e demais atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade;

III - Hora-aula (Ensino Fundamental) e hora-relógio (Educação Infantil): o tempo reservado para o desempenho das atividades com a participação efetiva do educando, consoante a matriz curricular ou ao Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional;

IV - Carga horária semanal: a quantidade de horas semanais fixada em lei para o exercício das atribuições do cargo.

Parágrafo único - É devida hora-atividade exclusivamente ao docente que esteja no exercício efetivo de regência de classe e ao professor com atuação na educação especial, nas salas de AEE (Atendimento de Educação Especializada).

Art. 4º- O planejamento previsto no inciso II do art. 3º deste Decreto, possui fulcro na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, e compõe-se de elaboração, registro e apresentação do plano de aula para assessoria e/ou acompanhamento da coordenação pedagógica da unidade.

Parágrafo único - Constatando-se o descumprimento das atividades previstas para a hora-atividade, fundamentado através de relatório encaminhado pela direção, tornar-se-á passível a abertura de processo administrativo de sindicância e disciplinar, sujeitando-se o professor às penalidades disciplinares previstas no art. 181 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 5º- Conforme o Plano de Carreira do Magistério - Lei Complementar nº 75/2001, a carga horária semanal dos docentes do Quadro do Magistério Público Municipal é de:

I - 40 (quarenta) horas semanais, para os professores que atuam nas turmas de Educação Infantil;

II - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para os professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive da Educação Especial, nas salas de AEE (Atendimento de Educação Especializado);

III - 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais, para os professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental.

Art. 6º- Compõem a carga horária semanal dos docentes as horas-aula (Ensino Fundamental) e horas-relógio (Educação Infantil) ministradas e as horas-atividade.

Art. 7º- A hora-atividade será implantada no âmbito do Magistério Público Municipal de forma gradativa e corresponderá:

I - na Educação Infantil, para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais:

a) no decorrer do exercício de 2015, correspondente a até 10 (dez) horas-relógio semanais;

b) até o final do exercício de 2016, correspondente a 13 (treze) horas-relógio e 33 (trinta e três) minutos semanais.

II - no Ensino Fundamental (Anos Iniciais), a partir do exercício de 2015, para a carga horária de:

a) 40 (quarenta) horas semanais, correspondente a 13 (treze) horas-aula;

b) 20 (vinte) horas semanais, correspondente a 7 (sete) horas-aula.

III - no Ensino Fundamental (Anos Finais), a partir do exercício de 2015, para a carga horária de:

a) 40 (quarenta) horas semanais, correspondente a 13 (treze) horas-aula;

b) 30 (trinta) horas semanais, correspondente a 10 (dez) horas-aula;

c) 20 (vinte) horas semanais, correspondente a 7 (sete) horas-aula;

d) 10 (dez) horas semanais, correspondente a 3 (três) horas-aula.

Art. 8º- A hora-atividade será distribuída na carga horária semanal do docente, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico de cada unidade educacional, compreendendo:

I - 50% (cinquenta por cento) de hora-atividade exercida dentro da unidade conforme quadro de horário próprio, respeitando as especificidades das unidades em tempo integral;

II - 50% (cinquenta por cento) de hora-atividade exercida fora da unidade, computando-se nesta carga horária outras atividades pedagógicas, tais como reuniões pedagógicas, planejamentos coletivos mensais, assembleia de pais e demais atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade as quais sejam exercidas em períodos diferenciados ao horário de atendimento regular.

§ 1º- Os planejamentos coletivos de que trata o inciso II deverão ocorrer mensalmente, em caráter obrigatório, normatizado no Projeto Político-Pedagógico e previsto no calendário escolar de cada unidade, excetuando-se as Escolas em Tempo Integral, as quais realizarão o planejamento semanalmente, conforme dispõe a organização da matriz curricular.

§ 2º- Em virtude das atividades exercidas em períodos diferenciados ao horário de atendimento regular, previstas no inciso II, ao Pedagogo, recomenda-se a carga horária de 8h semanais de hora-atividade.

Art. 9º- A SME promoverá cursos de formação continuada, podendo computar a carga horária correspondente como hora-atividade, mediante cronograma estabelecido para este fim.

Parágrafo único - Em virtude dos 50% (cinquenta por cento) de horas-atividade disponibilizados para exercício fora do âmbito escolar, torna-se obrigatório, em caráter de convocação e incluso nesta carga horária, a participação na Formação Continuada oferecida pela SME, computando-se falta em caso de ausência, salvo em casos omissos a serem analisados pela direção da unidade e pela SME.

Art. 10- Caberá à Direção escolar gerenciar o exercício da hora-atividade para atender à situações excepcionais, respeitada a necessidade da unidade educacional.

Art. 11- Nos anos iniciais do Ensino Fundamental a hora-atividade será exercida nos horários das aulas ministradas por professores licenciados em Pedagogia e em disciplinas específicas constantes da matriz curricular e homologadas pelo Conselho Municipal de

Educação.

Art. 12- Para garantir o atendimento aos alunos alvos da Educação Especial, compete à unidade educacional organizar a hora-atividade dos docentes que atuam nas salas de AEE, observada a carga horária semanal correspondente.

Art. 13- Conforme disposto no art. 171, inciso I, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, a ausência do professor no período de hora-atividade preestabelecido no calendário escolar, acarretar-se-á falta injustificada.

Art. 14- O docente poderá receber por aula excedente, acrescida do adicional de que trata o art. 16, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001, quando trabalhar além da sua carga horária semanal, observado o limite de horas semanais, conforme tabela do anexo 1.

Parágrafo único - O pagamento por aula ministrada, a título de aula excedente, dar-se-á mediante prévia autorização pela SME e registro na planilha ponto, sob a responsabilidade do Diretor responsável pela unidade educacional.

Art. 15- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

11 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO

TABELA 1

Carga Horária	Limite de Aulas Excedentes
40h	6 aulas
30h	5 aulas
20h	4 aulas
10h	2 aulas

## DECRETO Nº 5069, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5069, de 14 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2015, DE 30/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 096/2015, de 30 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO  
10 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 5069/2015

Pregão Presencial nº 096/2015, de 30/11/2015

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS COFFES BREAKS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Participantes:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o seguinte licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

### **DECRETO Nº 5071, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5071, de 15 de dezembro de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o veículo, conforme segue:

I - O veículo Chevrolet Spin, placas MLZ 4095, cor branca, frota nº 397, chassi nº 9BGJC75ZOEB295146, ano 2014, renavam nº 1009598861, patrimônio nº 18809 da Secretaria Municipal de Saúde;

II - O motorista Adriano Mendes, matrícula nº 2766901 conjuntamente com o servidor Sandro Renato Sofka, matrícula nº, realizarão viagem com destino a Florianópolis, no dia 05 de janeiro de 2016, a fim de buscar os carnês de IPTU e ISS/Taxas impressos na Gráfica Post Mix

Parágrafo único - O veículo ficará cedido pelo prazo determinado no dia 05 de janeiro de 2016, devendo após a viagem retornar a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- As despesas decorrentes do uso e manutenção do veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do motorista, correrão a conta das dotações especificadas do orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5072, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5072, de 15 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 FMAS, DE 30/11/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 007/2015 FMAS, de 30 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 5072/2015

Pregão Presencial nº 007/2015 FMAS, de 30/11/2015

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Participantes:

- COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME;  
- COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o seguinte licitante:

- COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME.

### **DECRETO Nº 5073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5073, de 15 de dezembro de 2015.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 36/2015 FMS, DE 07/12/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pela Carta Convite nº 36/2015 FMS, de 07 de dezembro de 2015.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, se dá em virtude da mudança no descritivo interesse público.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

### **DECRETO Nº 5074, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5074, de 15 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 FMS, DE 02/12/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 35/2015 FMS, de 02 de dezembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5074/2015

Pregão Presencial nº 35/2015 FMS, de 02/12/2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA DE RIO DO SUL E AS TODAS UNIDADES DE SAÚDE ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

#### **Participantes:**

- AVS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA;  
- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA;  
- NF SERVIÇOS DE PINTURA E ELÉTRICA LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o seguinte licitante:

- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

### **DECRETO Nº 5077, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5077, de 15 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014, e com a Lei nº 5.701, de 15 de dezembro de 2015,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município



de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
	TOTAL	R\$	45.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DE SECRETÁRIO DE PLAN. URB. MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.000,00
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUN. DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	45.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 5078, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5078, de 15 de dezembro de 2015.

"NOMEIA OS CONSELHEIROS TUTELARES DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014; com a Lei Complementar nº 288, de 15 de outubro de 2014; com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; com a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012; com a Resolução CONANDA nº 28/2009; e com a Resolução CONANDA nº 152/2012,

CONSIDERANDO a eleição Unificada realizada no dia 04 de outubro de 2015, na Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul, para preenchimento de vagas Conselheiros Tutelares do município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados, para compor o quadro de do Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, os conselheiros:

- I - Priscila Magnani;
- II - Carmen Penzetti Matias;
- III - Ivonete Kolv Kriek;
- IV - Niocete Laurentino Ferrari;
- V - Graziela Maike Lohse.

Art. 2º- O mandato dos Conselheiros Tutelares será de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **DECRETO Nº 5079, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5079, de 15 de dezembro de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO À GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Guarda Municipal de Rio do Sul, o veículo Chevrolet/Celta, placas MJV 7727, cor branca, frota nº 376, chassi nº 9BGRP48F0DG162242, ano de fabricação/modelo 2012/2013, RENAVAL nº 492662517, de Patrimônio nº 20470, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado do dia 17 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único - O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art. 2º- As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Guarda Municipal de Rio do Sul.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5080, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5080, de 16 de dezembro de 2015.

"NOMEIA EDMIR DE LARA RODRIGUES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010; e com a Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeado EDMIR DE LARA RODRIGUES, para a partir de 16 de dezembro de 2015, exercer o cargo em comissão de Consultor Jurídico Contencioso Geral, nos termos do § 6º, do artigo 55, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2015, e do artigo 11, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2015.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de dezembro de 2015  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5081, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5081, de 15 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 FMAS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 008/2015 FMAS, de 03 de dezembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 5081/2015

Pregão Presencial nº 008/2015 FMAS, de 03/12/2015

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA CESSÃO DE USO ÀS ENTIDADES DE ALTA COMPLEXIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Participantes:

- RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os seguintes licitantes:

- RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP.

**DECRETO Nº 5082, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 5082, de 15 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 104/2015, de 01 de dezembro de 2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- FRONZA COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP;
- TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA;
- EMPÓRIO BEBIDAS DO VALE LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 5082/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 104/2015, de 01/12/2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS P-13, P-45 E ÁGUA MINERAL SEM GÁS, BB DE 20 LITROS. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Participantes:

- FRONZA COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP;
- TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA;
- EMPÓRIO BEBIDAS DO VALE LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- FRONZA COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP;
- TRANSTRAPP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA;
- EMPÓRIO BEBIDAS DO VALE LTDA ME.

**LEI 5.700**

LEI Nº 5.700, de 15 de dezembro de 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 4.801, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A LEI GERAL DO SIMPLES MUNICIPAL EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 146, III, "D", 170, IX E 179 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Altera o art. 4º da Lei da Lei nº 4.801, de 09 de dezembro de 2008, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O valor devido mensalmente pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que tenham auferido receita bruta, no ano-calendário imediatamente anterior, até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), será fixo, de acordo com a seguinte tabela:

FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL - R\$	Valor ISS Fixo MENSAL - R\$
De R\$ 0,01 à R\$ 180.000,00	R\$ 150,00
De R\$ 180.000,01 à R\$ 360.000,00	R\$ 418,50

" (NR)

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.701**

LEI Nº 5.701, de 15 de dezembro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.03	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
2.018	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
	TOTAL	R\$	45.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DE SECRETÁRIO DE PLAN. URB. MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção do Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.000,00
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.014	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	GABINETE DO SECRETÁRIO MUN. DE AGRICULTURA		
2.041	Manutenção do Gab. Secretário Mun. de Agricultura		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	45.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## LEI COMPLEMENTAR Nº 316

LEI COMPLEMENTAR Nº 316, de 15 de dezembro de 2015.

"ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Altera o §4º e acrescenta o §5º, ambos do artigo 380, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 380. ...

[...]

§4º Poderão ser isentos da COSIP os imóveis baldios devidamente murados pertencentes a entidades sem fins lucrativos, por um período máximo de 03 (três) anos, não podendo ser prorrogado, desde que a entidade apresente cópia da declaração de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício ou o documento equivalente e esteja cadastrada no cadastro mobiliário municipal, conforme previsto no inciso II do Art. 215 desta Lei Complementar.

§5º São isentos da COSIP os imóveis pertencentes ao Poder Público Municipal". (NR)

Art. 2º- Ficam revogados os incisos I e II do §4º do art. 381 da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Código Tributário do Município de Rio do Sul.

Art. 3º- Cria o artigo 381-A, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

"Art. 381-A - O valor da COSIP relativo aos imóveis edificados será calculado mensalmente, com base no custo do Serviço de Iluminação

Pública, rateado entre os contribuintes, conforme os níveis individuais de consumo de energia elétrica, de acordo com as faixas de consumo constantes no inciso I:

I - Cada contribuinte contribuirá para o Custeio de Iluminação Pública com os valores em reais (R\$), constantes nas tabelas de faixa de consumo: Consumidores residenciais urbanos e rurais inseridos nas Faixas de Consumo I; Consumidores não residenciais comerciais, industriais e de serviços inseridos nas Faixas de Consumo II e Consumidores primários de Alta Tensão inseridos nas Faixas de Consumo III, conforme tabela abaixo:

a) FAIXA DE CONSUMO I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS URBANOS E RURAIS

Faixa de Consumo (KWH)	% da Tarifa em MWH	Valor da COSIP em R\$
Até 30	0,40%	R\$ 1,07
31 à 50	0,56%	R\$ 1,49
51 à 100	1,74%	R\$ 4,64
101 à 200	2,72%	R\$ 7,25
201 à 300	4,90%	R\$ 13,06
301 à 500	6,70%	R\$ 17,86
501 à 1000	9,79%	R\$ 26,10
1001 à 1500	19,57%	R\$ 52,18
Acima de 1500	21,64%	R\$ 57,69

b) FAIXA DE CONSUMO II – CONSUMIDORES NÃO RESIDENCIAIS – COMERCIAIS/ SERVIÇOS/INDUSTRIAIS

Faixa de Consumo (KWH)	% da Tarifa em MWH	Valor da COSIP em R\$
Até 30	3,26%	R\$ 8,69
31 à 50	4,79%	R\$ 12,77
51 à 100	10,01%	R\$ 26,69
101 à 200	11,97%	R\$ 31,91
201 à 300	14,14%	R\$ 37,70
301 à 500	18,12%	R\$ 48,31
501 à 1000	21,38%	R\$ 56,99
1001 -á 1500	30,45%	R\$ 81,18
Acima de 1500	33,38%	R\$ 88,99

c) FAIXA DE CONSUMO III – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS ALTA TENSÃO

Faixa de Consumo (KWH)	% da Tarifa em MWH	Valor da COSIP em R\$
Até 200	33,90%	R\$ 90,38
201 à 500	37,50%	R\$ 99,98
501 à 1000	38,60%	R\$ 102,91
1001 à 1500	39,70%	R\$ 105,84
1501 à 2000	52,50%	R\$ 139,97
2001 à 5000	68,25%	R\$ 181,96
5001 à 50.000	117,00%	R\$ 311,93
Acima de 50.000	214,50%	R\$ 571,88

Parágrafo único. O valor da COSIP em reais definido da tabela de faixa de consumo, será reajustado nas mesmas ocasiões e proporções dos índices de reajuste aplicado nas tarifas de fornecimento de Energia Elétrica e considerando a bandeira". (NR)

Art. 4º- Altera o artigo 385-B, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 385-B. Os valores da COSIP arrecadados terão a finalidade primeira de pagar a despesa em decorrência do consumo de energia elétrica, ficando autorizado, sempre que possível, a execução de obras de melhoria na Iluminação Pública". (NR)

Art. 5º- Altera o artigo 385-E, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 385-E. Caso haja possibilidade de redução de receita decorrente da COSIP, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, mediante regulamentação, criar e alterar as faixas de consumo de contribuintes da COSIP de forma proporcional a todos os contribuintes". (NR)

Art. 6º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul



**LEI COMPLEMENTAR Nº 326**

LEI COMPLEMENTAR Nº 326, de 15 de dezembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DO FUNDO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

**TÍTULO I  
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude e do Fundo Municipal da Juventude, entidades de caráter permanente, que tem por finalidade a organização da juventude e das normas gerais para sua adequação e aplicação.

Parágrafo único - Para efeitos desta lei, considera-se jovem, o indivíduo entre 15 e 29 anos, conforme artigo 1º, inciso I, do Estatuto da Juventude, Lei Federal n. 12.852/2013.

Art. 2º- O Conselho Municipal da Juventude e o Fundo Municipal da Juventude têm por objetivo fomentar o desenvolvimento integral dos jovens, a fim de prepará-los para assumir plenamente suas responsabilidades e se incorporarem ao mercado de trabalho e aos processos sociais, como fator de mudança, dentro de princípios de justiça e liberdade.

**TÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES**

Art. 3º- O Conselho Municipal da Juventude rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - assessorar o Governo Municipal na determinação e avaliação das Políticas Públicas em relação à juventude;

II - promover e coordenar programas em favor da juventude que realizem as diversas dependências e organismos da Administração Pública direta e indiretamente, e afins;

III - realizar, sistematizar e difundir estudos sobre juventude e de seus interesses;

IV - estimular a criação de serviços que promovam o desenvolvimento dos jovens e estimulem sua participação nos processos sociais, que favoreçam a identificação e o mútuo conhecimento entre os jovens;

V - propiciar a harmonia dos planos e a coordenação das ações que, em favor dos jovens, se realizem nos organismos públicos e privados, destinados a este fim;

VI - formular e propor as instituições correspondentes, planos e iniciativas tendentes a contemplar e realizar os anseios da juventude;

VII - orientar em favor de programas que fomentem o desenvolvimento da juventude e apoiar os que os próprios jovens realizam de acordo com os objetivos propostos.

**TÍTULO III  
DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE**

Art. 4º- O Conselho Municipal da Juventude é órgão consultivo, normativo e deliberativo de caráter permanente, vinculado ao Gabinete do Prefeito e com a composição paritária entre o governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da Política Municipal da Juventude e controlador das ações na área da juventude.

Art. 5º- O Conselho Municipal de Juventude - CMJ será constituído de 20 (vinte) membros titulares, e respectivos suplentes, sendo 10 (dez) membros do Poder Público Municipal e 10 (dez) membros da Sociedade Civil, sendo:

I - PODER PÚBLICO:

a) dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;

b) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

c) dois representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação;

d) dois representantes da Fundação Municipal de Desportos;

c) dois representantes da Fundação Cultural de Rio do Sul.

II - SOCIEDADE CIVIL:

a) um representante dos portadores de deficiência;

b) um representante dos Estudantes de Ensino Médio e Profissionalizante;

c) um representante dos Estudantes de Ensino Superior;

d) três representantes dos Movimentos Religiosos;

e) um representante dos segmentos organizados da sociedade (ACIRS, Rotary, CIEE, etc);

f) um representante do movimento cultural;

g) um representante do movimento desportivo;

h) um representante do movimento de Relações Raciais e Étnicas.

§ 1º- A cada titular do Conselho Municipal da Juventude, corresponderá um suplente.

§ 2º- Os membros referidos nos incisos I e II e respectivos suplentes serão indicados pelos órgãos que representam, nomeados pelo Prefeito do Município.

§ 3º- O Conselho Municipal da Juventude contará com uma Secretaria Executiva a qual terá sua estrutura disciplinada em Regimento Interno.

§ 4º- A diretoria executiva representada pelo presidente, vice-presidente e o secretário serão escolhidos na primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude.

§ 5º- Os membros do Conselho Municipal da Juventude e seus respectivos suplentes terão mandatos de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 6º- Os membros do Conselho Municipal da Juventude exercerão seus mandatos gratuitamente. A função de conselheiro será considerada serviço público relevante. Poderá o município custear as despesas com transporte, estadia e alimentação, mediante apresentação de comprovantes pelo membro do conselho, quando em missão oficial, e esta não será considerada como remuneração.

Art. 6º- Compete ao Conselho Municipal da Juventude:

I - deliberar sobre os recursos financeiros do Fundo Municipal da Juventude, destinado ao Conselho Municipal da Juventude, mediante critérios estabelecidos em Regimento Interno;

II - requisitar junto ao Poder Público, o apoio técnico e assessoramento necessário visando efetivar os princípios e diretrizes do Conselho Municipal da Juventude;

III - prestar serviços assistenciais que visem melhoria da qualidade de vida dos jovens carentes e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observe os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na legislação vigente;

IV - deliberar sobre o Plano Municipal da Juventude;

V - participar do planejamento integrado e orçamentário do Município, formulando as prioridades a serem incluídas no mesmo, no que se refere ou possa afetar as condições de vida da população jovem;

VI - acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Juventude bem como dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal da Juventude;

VII - estabelecer, a realização de eventos, estudos e pesquisas integradas no campo da Juventude;

VIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IX - manter comunicação com o Conselho da Juventude do Estado de Santa Catarina, da União e de outros municípios, bem como com organismos nacionais e internacionais que atuam na área da juventude, propondo ao Município convênio de mútua cooperação, na forma da Lei;

X - participar de reuniões com conselhos deliberativos existentes no município;

XI - deliberar sobre a política da captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Juventude destinados a este Conselho Municipal da Juventude;



XII - manter cadastro de todas as ações, projetos, planos, entidades, relatórios, pesquisa, estudos e outros que tenham relação direta ou indireta, as suas competências e atribuições, preferencialmente pela instrumentalização da informática;  
XIII - reunir-se ordinária e extraordinariamente conforme dispuser o regimento interno;  
XIV - organizar a Conferência Municipal da Juventude de acordo com o calendário do Estado e da União.

#### TÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 7º- Compete ao Município:

I - prestar os serviços assistenciais e fomentar políticas que visem a melhoria da qualidade de vida dos jovens e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei, respeitada a legislação e limitação orçamentária e financeira;  
II - formação de convênios;  
III - formação de consórcios.

#### TÍTULO V DO FINANCIAMENTO DA JUVENTUDE

Art. 8º- O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta Lei e os que vierem, far-se-á com recursos da União, do Estado, do Município, doações, auxílios, contribuições, promoções, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, através do Fundo Municipal da Juventude, conforme prevista no artigo 195 da Constituição Federal.

Art. 9º- O Fundo Municipal da Juventude tem por objetivo, criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de âmbito juvenil, executados ou gerenciados pelo Conselho Municipal da Juventude.

Art. 10- O Fundo Municipal da Juventude, mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo diretrizes e deliberações do Conselho Municipal da Juventude, tem na Secretaria ou órgão que tratados assuntos da Juventude sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei.

#### TÍTULO VI DO GERENCIADOR DO FUNDO

Art. 11- O Gestor do Fundo Municipal da Juventude será o responsável da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, que atualmente trata de assuntos da juventude.

Art. 12- São atribuições do Gestor do Fundo:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas ao Prefeito Municipal;  
II - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado e pela União para área de assistência social;  
III - manter os controles necessários do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;  
IV - manter, em coordenação com o Departamento de Patrimônio do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;  
V - registrar os recursos captados pelo Município e destinados através de convênios ou por doações ao Fundo;  
VI - aplicar os recursos a serem utilizados em benefícios da juventude nos termos das resoluções do Conselho Municipal da Juventude;  
VII - assinar cheque, como responsável pela tesouraria, quando for o caso, em conjunto com o Prefeito Municipal;

VIII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;  
IX - encaminhar à contabilidade geral do Conselho Municipal da Juventude:

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;  
b) anualmente, o inventário dos bens, móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo Municipal da Juventude.

X - firmar, em conjunto com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

XI - preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de assistência social para serem submetidos à secretaria de administração do conselho e à secretaria municipal de administração e finanças, que elaborará parecer ao prefeito municipal;

XII - providenciar junto à contabilidade geral da secretaria de administração do conselho, as demonstrações que indiquem a situação econômica financeira geral do fundo municipal da juventude e encaminhará Secretaria Municipal de Administração, que elaborará parecer ao prefeito municipal;

XIII - apresentar à Secretaria do Fundo a análise e a avaliação da situação econômica financeira do fundo municipal da juventude detectada nas demonstrações mencionadas e encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, que elaborará parecer ao prefeito municipal;

XIV - manter o controle necessário sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para o Fundo Municipal da Juventude;

XV - encaminhar mensalmente à Secretaria de Administração do Conselho relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior e encaminhar à Secretaria Municipal de Administração, que elaborará parecer ao prefeito municipal.

#### TÍTULO VII DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 13- São receitas do fundo:

I - o produto de convênio firmado com outras entidades financeiras;

II - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

IV - dotações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais

V - produtos de aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - recursos oriundos da sociedade civil.

#### TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14- Cabe ao Ministério Público Estadual, zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 15- A organização e estrutura do Conselho Municipal da Juventude e seu funcionamento, serão estabelecidos em regimento interno, elaborado pelo Conselho e aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16- O Conselho Municipal terá o prazo de 60 (sessenta) dias para elaborar o seu regimento interno, que disporá sobre seu funcionamento e atribuições de sua estrutura

Art. 17- O presidente do Conselho Municipal da Juventude solicitará aos órgãos competentes, 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos, a indicação dos novos membros.

Art. 18- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 19- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
15 de dezembro de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

### RESOLUÇÃO Nº 11/2015 CME

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE RIO DO SUL  
Conselho Municipal de Educação  
Sede: Avenida Barão do Rio Branco, 220 – Bairro Budag – 89165-47  
Telefone: (47) 3531-1103 / E-mail: cme@edu.riodosul.sc.gov.br

#### RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Dispõe sobre a aprovação da alteração das Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino, relativas ao currículo do Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (CEPLAS) e Escola Modelo Ella Kurth, do município de Rio do Sul – Santa Catarina.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme inciso XI do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 09 de dezembro de 2015, mais o Parecer nº 14/CME/2015.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração das Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino, relativas ao currículo do Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (CEPLAS) e Escola Modelo Ella Kurth, do município de Rio do Sul – Santa Catarina.

Art. 2º – As Matrizes Curriculares citadas no art. 1º, e rubricadas pela Presidente do Conselho Municipal de Educação, acompanham, em anexo, a esta Resolução.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2015  
Lara Aparecida Guse Ramos  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

#### ANEXOS

#### MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA MODELO ELLA KURTH

Componente Curricular	1º ao 5º ano	Observação
Língua Portuguesa	7 aulas	Aulas ministradas por professor regente de turma
Matemática	7 aulas	
História	4 aulas	
Ciências	4 aulas	
Geografia	4 aulas	
Informática	2 aulas	Aulas ministradas por professor específico
Ensino Religioso	1 aula	
Ed. Física	5 aulas	
Arte	3 aulas	
Inglês	2 aulas	
Filosofia	1 aula	
Italiano	2 aulas	
Total de aulas de 45 minutos: 42 aulas		
Total de atendimento aos estudantes: 9h diárias		

## MATRIZ CURRICULAR DO CE. PREF. LUIZ ADELAR SOLDATELLI

Componente Curricular	1º ao 5º ano	Observação	6º ao 9º ano	Observação	
Língua Portuguesa	7 aulas	Aulas ministradas por professora regente de turma	6 aulas	Aulas ministradas por professor específico	
Matemática	7 aulas		6 aulas		
Ciências	4 aulas		5 aulas		
Geografia	4 aulas		3 aulas		
Ensino Religioso	1 aula	Aula ministrada por professor específico	2 aulas		
Ed. Física	9 aulas		8 aulas e 9 aulas para 6º e 7º ano.		
Inglês	2 aulas		3 aulas		
Informática	2 aulas		2 aulas		
Arte	4 aulas		4 aulas		
Filosofia	1 aula		2 aulas		
História	4 aulas		3 aulas		
Empreendedorismo	----		1 aula para 8º e 9º ano		
Total de aulas de 45 minutos: 45 aulas					
Total de atendimento aos estudantes: 9h30min diários					

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO 2015

Extrato de Contrato de concessão real de uso

Concedente: Município de Salto Veloso

Concessionária: Comércio e Serviços de Pinturas Nezzi Ltda ME

Processo Administrativo: nº 274/2015

Objeto: Concessão real de uso de área de 806,05 m<sup>2</sup> (oitocentos e seis metros e cinco decímetros quadrados), para estabelecimento de atividade comercial, com fins de implantação de fábrica de tintas/grafiato.

Amparo legal: Lei Municipal 1.351/2009, artigo 2º, incisos II e IV.

Salto Veloso, 03 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### ERRATA - PORTARIA Nº 322/2015

PORTARIA Nº. 322/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA AUXILIAR NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO, que todos os membros da eleição anterior foram chamados, não havendo mais membros aptos até a nomeação dos conselheiros tutelares titulares, que ocorrerá em janeiro de 2016;

CONSIDERANDO, a existência de Termo de Ajustamento de Conduta – Procedimento Preparatório nº 06.2012.00002871-2, que trata da contratação pelo Município de no mínimo cinco conselheiros tutelares;

CONSIDERANDO, que em outra ocasião, quando não havia mais membros titulares e suplentes a serem chamados, a 1ª Promotoria de Justiça da nossa Comarca, ordenou a nomeação imediata de servidores públicos de outras secretarias para cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, sob pena de execução de multa;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para auxiliar nos serviços administrativos junto ao Conselho Tutelar, a partir de 07/12/2015 o servidor OZANAN MIKAEEL VIVAN, até a chamada dos conselheiros tutelares eleitos.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE ALTERAÇÃO DE ENTREGA DE ENVELOPES EDITAL 91/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 08/12/2015- Edição 1886- página 500

Licitação nº 091/2015 – PR nº 091/2015

Fica alterado o prazo de entrega dos envelopes-habilitação e proposta e credenciamento de dia 18 de dezembro de 2015 até às 17h:30min., para dia 21 de dezembro de 2015 das 09h:30min. até às 11h:30min. Horário de abertura dos envelopes às 13h:15min. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e e-mail: [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br), das 13:00h às 17:00h.

Santa Rosa do Sul, 16 de dezembro de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PREGÃO Nº 106/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL

ANULAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

O Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, ANULA A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015 destinada: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) RELÓGIO PONTO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, vem através deste comunicar que, devido à questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes anula-se a licitação com vistas à instauração de novo Processo Licitatório.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

a ter a seguinte redação:

“VIII - Representantes de Clube de Serviço:

Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Móveis:

Sebastião Enir Reitz - Titular

Ernesto Wielecki – Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 268/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 268/2015

Menor preço por item.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 30 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CADASTRO RESERVA PARA OS MAIS DIVERSOS CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2016.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1168/2015

DECRETO Nº 1168, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Oswaldo José Candatten, Rodrigo Schreiner, Rogério Fossati Pinto, Ivo Henning Filho e Rosane Fiedler para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 016/2015 - EMHAB, a realizar-se às 10:00 horas, do dia 02 de fevereiro de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1167/2015

DECRETO Nº 1167, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 0508 DE 03 DE ABRIL DE 2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMAD

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3082/2012,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 0508, de 03 de abril de 2014, passa

### DECRETO Nº 1169/2015

DECRETO Nº 1169, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Oswaldo José Candatten, Rodrigo Schreiner, Rogério Fossati Pinto, Ivo Henning Filho e



Rosane Fiedler para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 017/2015 - EMHAB, a realizar-se às 10:00 horas, do dia 03 de fevereiro de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1170/2015

DECRETO Nº 1170, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Oswaldo José Candatten, Rodrigo Schreiner, Rogério Fossati Pinto, Saulo José Muchalski e Alexandre Zott, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Chamamento Público nº 019/2015 - EMHAB, a realizar-se às 08:30 horas, do dia 28 de janeiro de 2016, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº 1174/2015

DECRETO Nº 1174, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3615, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(11) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

(16) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 30.000,00  
Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(513) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

(519) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, na fonte de recursos 0158 – Salário Educação, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1175/2015

DECRETO Nº 1175, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3616, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.062 – Manutenção e Funcionamento do IPRESBS  
3.3.90.39.00.00.00 203 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.068 – Superávit Financeiro do RPPS

(36) 9.9.99.99.00.00.00 203 – Reserva de Contingência R\$ 2.000.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1176/2015

DECRETO Nº 1176, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3616, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) no

orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(2) 3.3.90.30.00.00.00 160 – Material de Consumo ....R\$ 100.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 380.000,00

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(38) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 170.000,00

(40) 3.1.90.13.00.00.00 002 – Obrigações Patronais R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0160 – Programa Nacional e Alimentação Escolar – PNAE, no valor de 100.000,00 (cem mil reais), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(1) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 80.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(14) 3.3.90.30.00.00.00 264 – Material de Consumo R\$ 210.000,00

(16) 3.3.90.32.00.00.00 264 – Material de Distr. Gratuita R\$ 40.000,00

(22) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 54.000,00

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(37) 3.1.90.04.00.00.00 264 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 8.000,00

(39) 3.1.90.11.00.00.00 264 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 70.000,00

(41) 3.1.90.13.00.00.00 264 – Obrigações Patronais R\$ 70.000,00

(45) 3.3.90.30.00.00.00 264 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

(47) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 8.000,00

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(96) 3.3.90.14.00.00.00 264 – Diárias - Civil R\$ 5.000,00

(99) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

(101) 4.4.90.52.00.00.00 264 – Equip. Material Permanente R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1177/2015

DECRETO Nº 1177, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3617, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(537) 4.4.90.93.00.00.00 362 – Indenizações e Restituições R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(650) 4.4.90.93.00.00.00 362 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1178/2015

DECRETO Nº 1178, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3619, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(552) 4.4.90.51.00.00.00 162 – Obras e Instalações R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(547) 3.1.91.13.00.00.00 162 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1179/2015**

DECRETO Nº 1179, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 0721 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – COMDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3403/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 0721, de 23 de outubro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“ REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Rotary Clube de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis  
PEDRO SANTANA MOTA – Titular  
ERNESTO AUGUSTO GARBE – Suplente”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2015

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e SUPERAR EIRELI EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT MODELO PISO TETO, NO MÍNIMO 60.000 BTU'S, FUNÇÃO AR FRIO, 220V C, REFERENTE CONVÊNIO 2014TR001212 FIRMADO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO Nº 18/2015.

DO VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

DA VIGÊNCIA: de 18 (dezoito) dias a contar do dia 14 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2015.

Ass: ROBSON RODRIGUES DA SILVA, pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

JOSIANE BAGATOLI, pela Superar EIRELI EPP.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 071/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 071/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 011/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NÚCLEO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CLÍNICAS DE SÃO BENTO DO SUL LTDA., CNES 5401305, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 12/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 011/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 30/11/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CARLA CRISTINA JUNG, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 072/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 072/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 012/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CASA VIDA: ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA., CNES nº 5700698, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 13/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão terapias individuais ou em grupo por profissionais da área de saúde para tratamento de usuários do Sistema Único de Saúde que fazem uso, abuso e/ou possuem dependência de álcool e outras drogas, constantes da Tabela de Procedimentos SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 012/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 30/11/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ROBSON DOS SANTOS MELLO, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 073/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 073/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 016/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLINICA DA VISÃO HADDAD LTDA, CNES 3588157, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 18/2015, de 12 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão consultas/atendimentos/procedimentos

médicos e de outros profissionais da área da saúde e exames especializados, na área de oftalmologia, constantes da Tabela de Procedimentos SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 016/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 30/11/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LUCIANO HALAL HADDAD, pela Empresa Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 074/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 063/2014 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLIMED LTDA ASSISTÊNCIA MÉDICA A EMPRESAS, CNES 3637395, conforme Edital de Chamada Pública nº 003/2014, de 22 de outubro de 2014.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de ESPIROMETRIA, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 063/2014 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LUIZ JOSÉ ARNS, pela Empresa Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 075/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 075/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 013/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MULTIMAGEM S/C LTDA., CNES 2651912, conforme Edital de Chamada Pública nº 006/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 14/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de radiodiagnóstico e coleta de material, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

DA ALTERAÇÃO: Altera a FPO - Ficha de Programação Orçamentária, contida no Anexo I do Contrato:

Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 013/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 30/11/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ALESSANDRO BORINELLI LENZI, pela Empresa Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 076/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 076/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 010/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa FISIOMAS – CLINICA DE FISIOTERAPIA E MASSOTERAPIA LTDA., CNES 6333915, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 010/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 29/02/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JOICE INES KNOP, pela Empresa Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 077/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 077/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 014/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA LTDA, CNES 2521733, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 15/2015, de 04 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 014/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 29/02/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ADRIANE CHRISTOFF MACHADO, pela Empresa Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 078/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 078/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 009/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SÃO LUCAS CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA., CNES 2521741, conforme Edital de Chamada Pública nº 007/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 009/2015 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 29/02/2016.



São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.  
Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.  
SANDRO GILSON CUNHA, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 079/2015 FMS**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 079/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 064/2014 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA RIM & VIDA S/S, CNES 2521725, conforme Edital de Chamada Pública nº 005/2014, de 22 de outubro de 2014.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de Nefrologia/ Terapia Renal Substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde, mediante rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 064/2014 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 081/2015 FMS**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 081/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 105/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e a CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA – CERENE, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública Nº 69/2012 de 26 de outubro de 2012.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 105/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

OTTO MULLER, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 082/2015 FMS**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 082/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 104/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e a ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ACEPRED, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de

Saúde – SUS.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 104/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MÁRIO PEREIRA, pela Empresa Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 083/2015 FMS**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 083/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo do Contrato nº 051/2014 firmado entre a Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com base nos termos da Dispensa de Licitação nº 60/2014, de 08 de agosto de 2014.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

DA ALTERAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 051/2014 para o período, com base em sua Cláusula Décima Quarta, de 01/01/2016 a 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Harriet Hackbarth, pela Empresa Contratada.

**LEI Nº 3615/2015**

LEI Nº 3615, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(11) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

(16) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 30.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(513) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

(519) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, na fonte de recursos 0158 – Salário Educação, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3616/2015**

LEI Nº 3616, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.062 – Manutenção e Funcionamento do IPRESBS

3.3.90.39.00.00.00 203 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(2) 3.3.90.30.00.00.00 160 - Material de Consumo ....R\$ 100.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 380.000,00

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(38) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas PC R\$ 170.000,00

(40) 3.1.90.13.00.00.00 002 – Obrigações Patronais R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 0160 - Programa Nacional e Alimentação Escolar – PNAE, no valor de 100.000,00 (cem mil reais), e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 – Alimentação Escolar

(1) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 80.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(14) 3.3.90.30.00.00.00 264 – Material de Consumo R\$ 210.000,00

(16) 3.3.90.32.00.00.00 264 – Material de Distr. Gratuita R\$ 40.000,00

(22) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 54.000,00

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(37) 3.1.90.04.00.00.00 264 – Contratação por Tempo Determinado R\$ 8.000,00

(39) 3.1.90.11.00.00.00 264 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 70.000,00

(41) 3.1.90.13.00.00.00 264 – Obrigações Patronais R\$ 70.000,00

(45) 3.3.90.30.00.00.00 264 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

(47) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 8.000,00

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(96) 3.3.90.14.00.00.00 264 – Diárias - Civil R\$ 5.000,00

(99) 3.3.90.39.00.00.00 264 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 25.000,00

(101) 4.4.90.52.00.00.00 264 – Equip. Material Permanente R\$ 30.000,00

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.068 – Superávit Financeiro do RPPS

(36) 9.9.99.99.00.00.00 203 – Reserva de Contingência R\$ 2.000.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3617/2015**

LEI Nº 3617, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(537) 4.4.90.93.00.00.00 362 – Indenizações e Restituições R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(650) 4.4.90.93.00.00.00 362 – Venc. Vant. Fixas -PC R\$ 35.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal



**LEI Nº 3618/2015**

LEI Nº 3618, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóveis.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a alienação dos imóveis da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, matriculados no Ofício Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul sob números 39.686 e 39.176, para os beneficiários descritos no anexo único.

§ 1º O anexo mencionado no caput deste artigo contém a identificação dos lotes do loteamento com os seus respectivos beneficiários.

§ 2º A alienação dos imóveis será por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Os custos de escrituração e registros referentes à transferência dos imóveis serão de responsabilidade de cada beneficiário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

LOTE	Mat. RI	BENEFICIÁRIOS	RG	CPF
05	39686	MISLEIDE DE OLIVEIRA	4.544.371-8	032.680.409-93
09	39176	SOLANGE ALVES DE RAMOS	3.633.462	003.573.979-75

**LEI Nº 3619/2015**

LEI Nº 3619, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(552) 4.4.90.51.00.00.00 162 – Obras e Instalações R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(547) 3.1.91.13.00.00.00 162 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçament R\$ 6.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 10633/2015**

PORTARIA Nº 10633, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal MAIRA DENICE GONÇALVES DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, na Empresa Municipal de Habitação.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 08/03/2012 a 10/10/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10634/2015**

PORTARIA Nº 10634, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal IGOR WEISS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Empresa Municipal de Habitação.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 03/12/2012 a 02/12/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10636/2015**

PORTARIA Nº 10636, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

nomeia membros dos conselhos deliberativo e fiscal do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de são bento do sul - ipresbs.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS:

I – Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul: Paulo Roberto Scheide

II - Representantes dos Servidores Ativos Municipais eleitos:

a) Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos – titular e Adriana Bombasaro Zanella – suplente;

b) Vera Lucia Kuzawski – titular e Marcos Gertler – suplente;

III - Representantes dos Servidores Ativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Luciane Mary Koch Scatolon – titular e Edemilson Benedito de Assis – suplente;

b) Acácio Anderson Droszczaka – titular e Osvalcir Peters – suplente;

IV - Representantes dos Servidores Inativos Municipais eleitos:

a) Maria Roseli Linzmeyer – titular e Valtrudes Meier – suplente;

V - Representantes dos Servidores Inativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Roseli Rosenschek Schlogl – titular e Harriet Carla Bollmann Baum – suplente;

Art. 2º Nomear os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS:

I - Representantes dos Servidores Ativos Municipais eleitos:

a) Marco Rodrigo Redlich – titular e Lucinéia Chaves Foschera – suplente;

II - Representantes dos Servidores Ativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Ingrid Aparecida Stiegler – titular e Daguema Joseane Glatz – suplente;

III - Representantes dos Servidores Inativos Municipais eleitos:

a) Karin Marly Zschoerper – titular e Terezinha Maria Schmitt – suplente;

IV - Representantes dos Servidores Inativos Municipais indicados pelo Poder Executivo:

a) Katia Regiane Wolff – titular e Marli Zimmermann – suplente;

V - Representantes indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul e Região:

a) Irene Galkowski – titular e Peter Alexandre Kneubuehler – suplente.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros, nomeados pela presente portaria, é de 03 (três) anos, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 3911, de 12 de dezembro de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10637/2015**

PORTARIA Nº 10637, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALEXSANDRO MACHALEVSKI, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cartografia e Legislação, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Chevrolet/Corsa, placas MLB 4516.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 10638/2015**

PORTARIA Nº 10638, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00026/15-6, de 12 anos, 05 meses e 15 dias, para fins de aposentadoria,

conforme documentação anexa ao Processo nº 8518, de 15 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIAS Nº 10635/2015**

PORTARIA Nº 10635, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Conclusão de Estágio Probatório

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ALINE LUIZE BAIL GRABOSKI, ocupante do cargo efetivo de Biólogo, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 10/12/2012 a 09/12/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **RESOLUÇÃO 02/2015 - COMDE**

RESOLUÇÃO Nº. 02/2015 – COMDE

DISPÕE SOBRE O REQUERIMENTO, RENOVAÇÃO E EMISSÃO DA 2ª VIA DA CARTEIRINHA DO PASSE LIVRE MUNICIPAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 3403, de 31 de julho de 2014 e,

Considerando a Lei Municipal nº 2.969, de 03 de março de 2012 que dispõe sobre a concessão de isenção de tarifa do transporte coletivo aos deficientes no município de São Bento do Sul e dá outras providências.

Considerando o Art. 6º, Inciso III da Lei Municipal Nº 3.403/2014 que dispõe como uma das finalidades do COMDE “Oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes às pessoas com deficiência”;

Considerando a necessidade de dar melhor entendimento quanto aos procedimentos para a concessão e liberação da carteirinha do Passe Livre para as pessoas com deficiência no Município de São Bento do Sul; e

Considerando a reunião plenária ordinária do COMDE realizada no dia 15 de dezembro de 2015, que deliberou sobre a emissão da referida Resolução, resolve:

Art. 1º - Aprovar os critérios a serem apresentados para o requerimento da carteirinha concedente do passe livre no município de São Bento do Sul, devendo apresentar os seguintes documentos:

I – Documentos atualizados que comprovem a condição de pessoa com deficiência total, parcial, temporária ou definitiva (laudo médico), apresentando os anexos II e III preenchidos;

II – comprovante de endereço atualizado, últimos 30 dias;

III – preencher no ato da inscrição o anexo I;

IV – 2 (duas) fotos 3X4.

V – para requerer acompanhantes por meio do anexo IV se faz necessário estar especificado no anexo III;

VI – Condição socioeconômica atual dos acompanhantes – apresentar comprovantes de rendimento, conforme a Lei nº 2.969/2012.

§ 1º – Após a entrega da documentação o processo será encaminhado para apreciação da Assistente Social que emitirá o parecer quando se tratar do inciso V deste artigo.

§ 2º – Para a concessão de carteirinha para pessoas com deficiência temporária, a validade da mesma obedecerá ao período estipulado no laudo médico.

§ 3º – Quando solicitado por representante, anexar documento de designação legal.

Art. 2º - Aprovar os critérios a serem apresentados para a renovação da carteirinha concedente do passe livre no município de São Bento do Sul, devendo apresentar:

I – Documentos atualizados que comprovem a condição de pessoa com deficiência total, parcial ou definitiva (laudo médico), bem como apresentar os anexos II e III preenchidos;

II – Condição socioeconômica atual dos acompanhantes – apresentar comprovantes de rendimento conforme a Lei nº 2.969/2012

III – comprovante de endereço atualizado, últimos 30 dias;

IV – Requerer a renovação da carteirinha do passe livre mediante preenchimento do anexo V.

V – 1 (uma) foto 3x4.

§ 1º Após a entrega da documentação o processo será encaminhado para apreciação da Assistente Social que emitirá o parecer quando se tratar do inciso II do Art. 2º desta resolução.

§ 2º – Quando solicitado por representante, anexar documento de designação legal.

Art. 3º. Em caso de solicitação de segunda via deve-se:

I – Apresentar boletim de ocorrência de perda ou extravio;

II – Em caso de rasura ou danificação da carteirinha apresentar a mesma, que será retida;

III – 1 (uma) foto 3x4

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2015

Bianca Felippi Chiella

Presidente do COMDE

Anexo I

REQUERIMENTO DE PASSE LIVRE  
PARA O TRANSPORTE MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lei Municipal Nº 2969, de 03/03/2012.

NOME DO BENEFICIÁRIO:			SEXO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº.	DATA DE EMISSÃO:	ÓRGÃO EMISSOR:	ESTADO:
OUTRO DOCUMENTO – TIPO:	Nº DO DOCUMENTO:	SERIE:	ÓRGÃO EMISSOR:
			ESTADO:

DATA DE NASCIMENTO:	PROFISSÃO:	C P F . Nº	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		CIDADE:	
CEP:	ESTADO:	TELEFONE PRÓPRIO:	TELEFONE PARA RECADOS:

Senhor Secretário (a),

Venho à presença de V. Sa. requerer a concessão do Passe Livre Municipal nos termos da Lei Municipal nº 2.969, de 03/03/2012, para fins de isenção tarifária no sistema de transporte coletivo municipal de passageiros, nos serviços de transportes coletivo urbano.

Afirmo, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras e de minha exclusiva responsabilidade.

Nestes termos, peço deferimento.

Local e Data .....		IMPRESSÃO DIGITAL:
ASSINATURA: DO REQUERENTE OU DE SEU RESPONSÁVEL:		
SE ANALFABETO OU INCAPAZ – INCLUIR DUAS TESTEMUNHAS		
NOME DA 1ª TESTEMUNHA:		Número DA IDENTIDADE E ORGÃO EMISSOR:
ASSINATURA DA 1ª TESTEMUNHA:		
NOME DA 2ª TESTEMUNHA::		Número DA IDENTIDADE E ORGÃO EMISSOR:
ASSINATURA DA 2ª TESTEMUNHA:		

Assistente Social Nome e Registro no Conselho Profissional (c/ carimbo) Despacho SEMAS	Despacho SEFIN – Assinatura e Carimbo
--	---------------------------------------

Anexo II  
ATESTADO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA O PASSE LIVRE  
PARA O TRANSPORTE MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
Lei Municipal nº 2969, de 03/03/2012.  
Requerente: \_\_\_\_\_  
Local do Exame: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Atestamos, para a finalidade de concessão de gratuidade nos serviços de transporte municipal coletivo de passageiros, que o requerente acima qualificado, que se identificou, possui a deficiência e a incapacidade permanente abaixo assinalada, nos termos das definições transcritas.

Tipo de Deficiência	CID 10 Obrigatório indicar conforme definição
ž DEFICIÊNCIA FÍSICA – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.	

ž	DEFICIÊNCIA AUDITIVA – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz, e 3.000Hz;				
	FREQUÊNCIAS:	500Hz	1.000Hz	2.000Hz	3.000Hz
	Ouvido Direito:	= ..... dB	= ..... dB	= ..... dB	= ..... dB
	Ouvido Esquerdo:	= ..... dB	= ..... dB	= ..... dB	= ..... dB
ž	DEFICIÊNCIA VISUAL – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor de 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.				
	DEFICIÊNCIA VISUAL		Olho Direito	Olho Esquerdo	
	Acuidade Visual:		.....	.....	
	Campo Visual:		.....	.....	
ž	DEFICIÊNCIA MENTAL – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação, b) cuidado pessoal, c) habilidades sociais, d) utilização dos recursos da comunidade, e) saúde e segurança, f) habilidades acadêmicas, g) lazer, e h) trabalho. <input type="checkbox"/> a <input type="checkbox"/> b <input type="checkbox"/> c <input type="checkbox"/> d <input type="checkbox"/> e <input type="checkbox"/> f <input type="checkbox"/> g <input type="checkbox"/> h				
ž	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA				
ž	DEFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA				
Carimbo e Registro Profissional e Assinatura:			Carimbo e Registro no CRM Assinatura:		
OBRIGATÓRIA ASSINATURA DE DOIS PROFISSIONAIS SENDO UM MÉDICO COM ESPECIALIDADE NA AREA DA DEFICIÊNCIA					

## Anexo III

## RELATÓRIO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA O PASSE LIVRE PARA O TRANSPORTE MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lei Municipal 2969, de 03/03/2012.

Requerente: \_\_\_\_\_

Local do Exame: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Apresentamos para a finalidade de concessão de gratuidade nos serviços de transporte municipal coletivo de passageiros, relatório médico e histórico da deficiência e da incapacidade permanente do requerente acima qualificado.

## Observação:

O relatório deverá caracterizar a incapacidade permanente levando em conta as definições e informar o histórico da deficiência.

Relatório Médico e Histórico da Deficiência



Carimbo e Registro Profissional e Assinatura:

Carimbo e Registro no CRM e Assinatura:

OBRIGATÓRIA ASSINATURA DE DOIS PROFISSIONAIS SENDO UM MÉDICO COM ESPECIALIDADE NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA

## Anexo IV

CREDENCIAMENTO DE ACOMPANHANTE DO PASSE LIVRE  
PARA O TRANSPORTE MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lei Municipal 2969, de 03/03/2012.

Nome: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

O direito à gratuidade é para apenas para um acompanhante por embarque.

Acompanhante identificado, na hora do embarque, mediante a apresentação do documento de identidade, conforme Artigo 3º da Lei 2.969/2012, e idade mínima de 16 anos completos sendo, preferencialmente, parente próximo (pai, mãe, irmãos, tios e primos) ou pessoa de convívio familiar, tutor ou curador.

Identificação de 3 (três) acompanhantes credenciados pela PcD, pais e/ou responsáveis:

Nome (Parentesco): \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F CPF: \_\_\_\_\_

Identidade (RG): \_\_\_\_\_ Órgão emissor: \_\_\_\_\_ Data da emissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Nome (Parentesco): \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F CPF: \_\_\_\_\_

Identidade (RG): \_\_\_\_\_ Órgão emissor: \_\_\_\_\_ Data da emissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Nome (Parentesco): \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F CPF: \_\_\_\_\_

Identidade (RG): \_\_\_\_\_ Órgão emissor: \_\_\_\_\_ Data da emissão: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local Data

Assinatura da pessoa com deficiência ou responsável

(Quando solicitado por representante, anexar documento de designação legal)

Anexo V

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DO PASSE LIVRE  
PARA O TRANSPORTE MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
Lei Municipal 2969, de 03/03/2012.

Nome beneficiário:		CID-10:	
Nascimento:		Sexo: ( ) M ( ) F	CPF:
Identidade – RG:		Emissão:	Órgão: UF:
Pai:			
Mãe:			
Endereço (R/Av.):		Bairro:	
Cidade:		CEP:	UF:
Telefone ( ) nº:			

Senhor(a) Secretário(a),

Venho requerer a renovação do Passe Livre nos termos da Lei Municipal nº 2.969, de 03/03/2012, para fins de gratuidade nas linhas de modalidade comum do Sistema de Transporte Rodoviário Municipal de Passageiros no Município de São Bento do Sul/SC.

Declaro possuir deficiência permanente com CID-10 que gera incapacidade para desempenho de atividade, já diagnosticada anteriormente por médico especializado.

Afirmo, sob as penas da Lei, que as informações acima são verdadeiras e de minha exclusiva responsabilidade.

Nestes termos, peço deferimento.

		Impressão digital
Local Data da solicitação	Data de entrega:	
Assinatura da pessoa com deficiência ou responsável (Quando solicitado por representante, anexar documento de designação legal).		
Assistente Social Nome e Registro no Conselho Profissional (c/ carimbo) Despacho SEMAS	Despacho SEFIN – Assinatura e Carimbo	

Todos os campos do formulário devem ser preenchidos corretamente.

**RESULTADO DO PREGÃO Nº 18/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO Nº 18/2015

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

A Fundação Cultural de São Bento do Sul torna público o resultado do Pregão Presencial nº 018/2015, tendo como objeto AR CONDICIONADO TIPO SPLIT MODELO PISO TETO, NO MÍNIMO 60.000 BTU'S, FUNÇÃO AR FRIO, 220V COM INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CORDA AVULSA LA PARA CONTRABAIXO, REFERENTE CONVÊNIO 2014TR001212 COM SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL, homologado em 11 de dezembro de 2015.

Item	Vencedora	Valor R\$
1	Superar Eireli EPP	8.000,00

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, Pregoeira Municipal.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

**IPRESBS****RETIFICAÇÃO PORTARIA IPRESBS Nº 429/2015****RETIFICAÇÃO**

Na Portaria IPRESBS Nº 429/2015, de 10 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 14 de dezembro de 2015.

Onde se lê:

PORTARIA IPRESBS Nº 428/2015

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/12/2015 a 31/05/2016, concedido a servidora MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL (...)

Leia-se:

PORTARIA IPRESBS Nº 429/2015

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/12/2015 a 31/05/2016, concedido a servidora MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL (...)

São Bento do Sul, 16/12/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 2135 DE 11 12 15 FIXA VALOR HORA GINÁSIO

DECRETO Nº 2135, de 11 de dezembro de 2015.

Regulamenta cobrança de horário para uso das quadras de esportes dos Ginásios Municipais Vereador José Mulinari, Vereador Alfredo Lammel, Nadyr Augustinho Bocchi e Alcides Carneiro.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, e;

Considerando a necessidade de regulamentar o uso das quadras de esportes dos Ginásios Municipais Vereador José Mulinari, Vereador Alfredo Lammel, Nadyr Augustinho Bocchi e Alcides Carneiro;

Considerando a demanda de horários para uso das quadras de esportes pertencentes aos ginásios municipais;

Considerando o custo para manutenção dos ginásios municipais em horários extraordinários aos trabalhados pelas escolinhas do Departamento Municipal de Esportes;

Considerando a necessidade de fixar os valores a serem cobrados como contrapartida dos usuários pela disponibilização do espaço;

Considerando as políticas públicas desenvolvidas para incentivo à prática de esportes;

Considerando o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores a serem cobrados, por hora de uso, das quadras de esportes dos ginásios municipais, conforme segue: I - Ginásios Municipais Vereador José Mulinari e Vereador Alfredo Lammel: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora;

II - Ginásios Municipais Nadyr Augustinho Bocchi, no distrito do Maratá e; Alcides Carneiro, no distrito de Vila Milani: R\$ 15,00 (quinze reais) por hora.

Art. 2º A disponibilização das quadras de esportes dos ginásios municipais à particulares, somente será permitida em dias e horários em que estes espaços não estejam ocupados pelo Departamento Municipal de Esportes, para o desenvolvimento das atividades das escolinhas ou outras ações do Governo Municipal.

Art. 3º A utilização dos Ginásios deverá ser requerida junto ao Departamento Municipal de Esportes e somente será disponibilizada à particulares mediante a comprovação do pagamento dos valores ora fixados.

Art. 4º Os valores ora fixados deverão ser pagos através de guia emitida pelo Setor de Tributação e Fiscalização e recolhida em rede bancária conveniada.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nº 326, de 29 de setembro de 2005; nº 411, de 02 de dezembro de 2005 e; nº 069, de 22 de setembro de 2008.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### LEI N. 1777 DE 16 12 15 REMISSÃO DÍVIDA IPTU FAR

LEI Nº 1777, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder a remissão e a isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, das Taxas de Coleta de Lixo e Expediente e da Taxa de Prevenção contra Sinistros e Segurança contra Incêndios do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida remissão dos débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, às Taxas de Coleta de Lixo e de Expediente e à Taxa de Prevenção contra Sinistros e Segurança contra Incêndios do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, dos imóveis localizados na Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, destinados a assentamentos populares, utilizados ou não para fins residenciais, lançados em nome do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, CNPJ nº 03.190.167/0001-50, decorrentes do registro do memorial de loteamento e distribuídos pelos programas habitacionais do município de São Domingos, por meio de contrato por instrumento particular.

Art. 2º Fica concedida a isenção tributária do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, das Taxas de Coleta de Lixo e de Expediente e das Taxas de Prevenção contra Sinistros e Segurança contra Incêndios do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, dos imóveis localizados na Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, destinados a assentamentos populares, utilizados ou não para fins residenciais, lançados em nome do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, CNPJ nº 03.190.167/0001-50, decorrentes do registro do memorial de loteamento e distribuídos pelos programas habitacionais do município de São Domingos, por meio de contrato por instrumento particular.

Art. 3º A remissão prevista no artigo 1º desta Lei se refere aos exercícios financeiros dos anos de 2014 e 2015 e a isenção tributária prevista no artigo 2º desta Lei, se refere ao exercício financeiro de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**LEI N. 1778 DE 16 12 15 RECURSOS PARA REFORMA AMAI**

LEI Nº 1778, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI – AMAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir o valor de R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) a Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme Resolução Nº 06/2015, do Presidente da Entidade fixada em Assembléia Geral Ordinária.

§1º A contribuição estabelecida no caput deste artigo poderá ser repassada em até 10 (dez) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$ 2.507,56 (dois mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e seis centavos), cada uma.

§2º Os recursos a serem transferidos referem-se à contribuição deste município para a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação, visando a adequação do imóvel às normas técnicas de acessibilidade, bem como, na melhoria das instalações para o atendimento das ações desenvolvidas pela entidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda**LEI N. 1779 DE 16 12 15 RECURSOS CTG QUERO QUERO**

LEI Nº 1779, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS AO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERO QUERO DE SÃO DOMINGOS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERO QUERO, com sede na Linha Guadalupe, neste Município de São Domingos (SC), inscrito no CNPJ/MF nº 00.111.457/0001-73, e repassar recursos financeiros na ordem de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo 1º da presente lei serão destinados para custear despesas com divulgação, elaboração e confecção de material gráfico, aquisição de troféus e contratação de empresa especializada em segurança, geradores e sonorização, para a realização do 18º Rodeio Crioulo Interestadual, a ser realizado neste Município de São Domingos (SC), nos dias 05, 06 e 07 de fevereiro de 2016, no Centro de Tradições Gaúchas Quero Quero.

Art. 3º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), de acordo com a

legislação aplicável à espécie.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda**LEI N. 1780 DE 16 12 15 DENOMINA RUAS VILA MILANI**

LEI Nº 1780, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA AVENIDAS E RUAS LOCALIZADAS NO DISTRITO DA VILA MILANI.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A "Avenida nº 01" localizada no distrito da Vila Milani, passa a denominar-se "Avenida Abrahamo João Pagnossolo Pretto".

Art. 2º A "Avenida nº 2" localizada no distrito de Vila Milani, passa a denominar-se "Avenida Domingos Rodrigues dos Santos".

Art. 3º A "Avenida nº 3" localizada no distrito da Vila Milani, passa a denominar-se "Avenida Dozolina Angela Gasparetto Milani".

Art. 4º A "Rua nº 1" localizada no Distrito da Vila Milani passa a denominar-se "Rua Eudes Pichetti".

Art. 5º A "Rua nº 3" localizada no Distrito da Vila Milani, passa a denominar-se "Rua Maria Stella Tonatto".

Art. 6º A "Rua nº 4" localizada no distrito de Vila Milani, passa a denominar-se "Rua Olímpio Tosetto".

Art. 7º A "Rua nº 5" localizada no Distrito da Vila Milani, passa a denominar-se "Rua Lucia Milani Maffei".

Art. 8º A "Rua nº 7" localizada no Distrito de Vila Milani, passa a denominar-se "Rua Fiorelo Pertille".

Art. 9º A "Rua nº 9" localizada no Distrito da Vila Milani, passa a denominar-se "Rua Teolindo Antonio Rampanelli".

Art. 10. A "Rua nº 11" localizada no Distrito de Vila Milani, passa a denominar-se "Rua João Mariano Nunes de Carvalho".

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**LEI N. 1781 DE 16 12 15 SUPLEMENTAÇÃO GERAL**

LEI Nº 1781, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 885.600,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais), no Orçamento de 2015 das unidades Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesa:

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	7	0.1.0000	73.000,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	19	0.1.0001	123.000,00
319000000	Aplicações Diretas	20	0.1.0018	250.000,00
339000000	Aplicações Diretas	22	0.1.0001	30.000,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.053 – Manutenção do Transporte Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	40	0.1.0001	58.000,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.365.1005.2.052 – Manutenção do Ensino Infantil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	29	0.1.0001	92.000,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
27.812.1011.2.010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	52	0.1.0000	27.500,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
15.452.1009.2013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	84	0.1.0000	83.000,00
33900000	Aplicações Diretas	85	0.1.0000	60.000,00
11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.243.1007.2.038 – Manutenção do Conselho Tutelar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	122	0.1.0000	9.100,00
10.00 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	9	0.1.0002	80.000,00
TOTAL GERAL		885.600,00		

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito				
04.122.1002.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	02	0.1.0000	160.000,00
33900000	Aplicações Diretas	03	0.1.0000	70.000,00
03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	9	0.1.0000	35.600,00
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2.053 – Manutenção do Transporte Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	38	0.1.0001	18.000,00
319000000	Aplicações Diretas	39	0.1.0019	250.000,00
06.00 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo				
27.695.1009.2.034 – Man. das Atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo				



Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	65	0.1.0000	3.000,00
33900000	Aplicações Diretas	66	0.1.0000	14.000,00
07.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
06.181.1009.2.039 – Manutenção das Atividades da Polícia Civil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	93	0.1.0000	10.000,00
06.181.1009.2.040 – Manutenção das Atividades da Polícia Militar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	94	0.1.0000	10.000,00
44900000	Aplicações Diretas	95	0.1.0000	10.000,00
06.181.1009.2041 – Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	96	0.1.0000	20.000,00
08.00 – Encargos Gerais do Município				
28.646.0000.0.003 – Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	103	0.1.0000	45.000,00
11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.1007.2015 – Man. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	111	0.1.0000	40.000,00
12.00 – Fundo Agropecuário Municipal				
04.122.1010.1.018 – Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	125	0.1.0000	5.000,00
20.606.1010.1.028 – Implantação de Equipamentos Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	128	0.1.0000	10.000,00
20.606.1010.2014 - Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	131	0.1.0000	130.000,00
13.00 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
16.482.1008.2017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	136	0.1.0000	10.000,00
33900000	Aplicações Diretas	137	0.1.0000	15.000,00
16.482.1008.2058 – Auxílio na edificação e recuperação de Unidades Habitacionais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	140	0.1.0000	25.000,00
16.00 – Fundo Municipal do Idoso				
08.241.1007.1.040 – Edificação e Implantação de Aparelhos Públicos aos Idosos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	146	0.1.0000	5.000,00
TOTAL GERAL		885.600,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São Domingos-SC, 16 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 18/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 18/2015, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assessoria junto ao Fundo Municipal da Saúde.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 09:30 horas do dia 05 de janeiro de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente e ou pelo site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 17 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 88/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 088/2015, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de hipoclorito de sódio, sulfato de alumínio, flúor, soda, destinados para manutenção das estações de tratamento de água do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 17 de dezembro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 05/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 05/2015 celebrado em 02/01/2015.

CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUTIVEIS LTDA

VALOR: R\$ 2.494,54 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 06/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 06/2015 celebrado em 02/01/2015.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 525,90 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 064/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 064/2015 celebrado em 30/04/2015.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 3.527,62 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 036/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 036/2015 celebrado em 02/03/2015.

CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUTIVEIS LTDA

VALOR: R\$ 6.275,07 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 072/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 072/2015 celebrado em 29/05/2015.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 10.203,43 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 087/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 087/2015 celebrado em 07/08/2015.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 1.311,60 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 046/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 046/2015 celebrado em 13/03/2015.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 1.053,36 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 098/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 098/2015 celebrado em 02/09/2015.

CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUTIVEIS LTDA

VALOR: R\$ 14.256,13 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 102/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 102/2015 celebrado em 02/10/2015.

CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUTIVEIS LTDA

VALOR: R\$ 443,40 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 119/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 119/2015 celebrado em 23/11/2015.

CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUTIVEIS LTDA

VALOR: R\$ 11.226,01 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 014/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 14/2015 celebrado em 02/01/2015.

CONTRATADO: R.S ASSESORIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

VALOR: R\$ 5.220,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 006/2015 – Carta Convite nº 001/2015 de 15/01/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 103/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 103/2015 celebrado em 02/10/2015.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 2.574,89 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2015

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo Diesel Comum e Arla) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 02/12/2015 à /12/2015.

VALOR: R\$ 7.411,20 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 067/2015 – Pregão Presencial nº 021/2015 de 17/11/2015, Registro de Preços 010/2015 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 1001 – 20.606.0133.2046 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0107; 0901 – 17.512.0135.2058 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0080

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 118/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 118/2015 celebrado em 20/11/2015.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 581,53 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 – Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2015

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Gasolina Comum Filtrada e óleo diesel S10) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 02/12/2015 à /12/2015.

VALOR: R\$ 9.316,93 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 067/2015 – Pregão Presencial nº 021/2015 de 17/11/2015, Registro de Preços 010/2015 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0112; 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0107; 0901 – 17.512.0135.2058 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0801 – 08.244.0125.2013 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0061; 0501 – 12.361.0128.2036 – 3.3.90.30.01.00.00.00.03102.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 001/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 01/2015 celebrado em 02/01/2015.

CONTRATADO: DE CASTRO, PELEGIM E PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

VALOR: R\$ 3.890,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 086/2014 – Carta Convite nº 022/2014 de 10/12/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2015

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo Diesel Comum e Arla) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATADO: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 10/12/2015 à /12/2015.

VALOR: R\$ 4.001,55 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 067/2015 – Pregão Presencial nº 021/2015 de 17/11/2015, Registro de Preços 010/2015 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 – 17.512.0135.2058 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0080

São João do Sul, 10 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 028/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 028/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 003/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 03/2015 celebrado em 02/01/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 1.554,48 - TOTAL

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo contratual decorre da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº007/2014 Da Prefeitura Municipal de São João do Sul de 15/12/2014.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 029/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 029/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 013/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 013/2015 celebrado em 13/03/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 444,94 - TOTAL

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo contratual decorre da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº007/2014 Da Prefeitura Municipal de São João do Sul de 15/12/2014.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 030/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 030/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 026/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 026/2015 celebrado em 20/11/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 20,00 - TOTAL

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo contratual decorre da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº007/2014 Da Prefeitura Municipal de São João do Sul de 15/12/2014.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 031/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 031/2015

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 027/2015

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 27/2015 celebrado em 20/11/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 5.660,51 - TOTAL

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo contratual decorre da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº007/2014 Da Prefeitura Municipal de São João do Sul de 15/12/2014.

São João do Sul, 02 de Dezembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde



**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 032/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 032/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA E DIESEL S10 PARA OS VEÍCULOS DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 02/11/2015 à 31/12/2015

VALOR: R\$ 8.145,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2015 da Prefeitura Municipal de São João do Sul.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.30.01.00.00.00.0040.

São João do Sul, 02 de Novembro de 2015.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. João Rubens dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 543.515.459-68, portador da Carteira de Identidade nº 1.572.622, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2015, publicada no Diário Oficial do Municípios de 18/11/2015, processo administrativo n.º 067/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei 10.520, de Julho de 2002, publicada no DOU, de 18 de Julho de 2002, do Decreto nº 151, de 12 de Novembro de 2013, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e respectivas alterações, Lei nº. 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar 126, de 14 de Dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de combustíveis automotivos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 021/2015, que f parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor Registrado: São João do Sul Auto Posto Ltda					
CNPJ: 07.458.432/0001-90					
End.: Rua Anselmo Borba, Nº 251 – Centro, São João do Sul/SC					
Fone: (48) 3539 0101					
E-mail: marinhabuss@hotmail.com					
Representante: Jacson Fappi de Jesus			RG:4277944		CPF: 080.996.629-89
Item	Descrição do Material	Um.	Qut.	Valor Unitário	Valor Total
01	Arla – Agente redutor liquido de oxido de nitrogênio automotivo, embalagem com 20 litros – Marca: IPIRANGA	UN	100	75,00	7.500,00
03	Óleo Diesel Comum – Marca: IPIRANGA	L	130.000	2,90	377.000,00
Valor Total					384.500,00

**3. VALIDADE DA ATA**

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por outras Unidades Gestoras do Município, mediante Adesão.

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 021/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 021/2015, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

**5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

5.1. Os combustíveis serão entregues de forma parcelada em horário comercial de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço, nos veículos oficiais relacionados pela administração.

**6. DO RECEBIMENTO**

6.1. Os combustíveis serão recebidos definitivamente, de forma parcelada, toda vez que ocorrer o abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de São João do Sul e órgãos participantes da presente licitação;



6.2. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos combustíveis quando os mesmos estiverem em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, Edital, proposta e demais normativas que regulem a matéria, devendo os mesmos ser substituídos imediatamente à notificação da contratante, sendo que as custas desta substituição deverão correr exclusivamente às suas custas da contratada, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e anexos e das demais cominações legais.

#### 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento, na tesouraria do CONTRATANTE, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, atestadas pelo Setor Responsável, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade junto ao INSS e FGTS, e em conformidade ao discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.2. A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

7.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 8. DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade do Município.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

9.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

9.3. Substituir os combustíveis recusados pela CONTRATANTE, no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos na sua composição e presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos na sua composição;

9.4. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualidade exigidas na licitação.

#### 10. DAS PENALIDADES

10.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

##### 10.1.1. Advertência.

10.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

10.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições de entrega estabelecido no Edital e anexos.

10.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 11.2.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência.

10.1.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.

10.1.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

10.1.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade.

10.2. As sanções previstas nos itens "12.1.1", "12.1.3", e "12.1.4" do subitem 12.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "12.1.2".

10.3. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 9.784/99.

10.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.6. No caso das penalidades previstas no item 12.1, itens "12.1.3" e "12.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### 11. REVISÃO E CANCELAMENTO

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação

original.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

11.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.8.1. Por razão de interesse público; ou

11.8.2. A pedido do fornecedor.

## 12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

12.2. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São João do Sul/SC, em 02 de Dezembro de 2015.

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

São João do Sul Auto Posto Ltda

Jacson Fappi de Jesus

CPF: Nº 001.276.920-70

## REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. João Rubens dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 543.515.459-68, portador da Carteira de Identidade nº 1.572.622, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2015, publicada no Diário Oficial do Municípios de 18/11/2015, processo administrativo n.º 067/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei 10.520, de Julho de 2002, publicada no DOU, de 18 de Julho de 2002, do Decreto nº 151, de 12 de Novembro de 2013, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e respectivas alterações, Lei nº. 8.078, de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar 126, de 14 de Dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de combustíveis automotivos, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 021/2015, que f parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor Registrado: São João do Sul Auto Posto Ltda		
CNPJ: 07.458.432/0001-90		
End.: Rua Anselmo Borba, Nº 251 – Centro, São João do Sul/SC		
Fone: (48) 3539 0101		
E-mail: marinhabus@hotmail.com		
Representante: Jacson Fappi de Jesus	RG:4277944	CPF: 080.996.629-89

Item	Descrição do Material	Um.	Qut.	Valor Unitário	Valor Total
01	Arla – Agente redutor liquido de oxido de nitrogênio automotivo, embalagem com 20 litros – Marca: IPIRANGA	UN	100	75,00	7.500,00
03	Óleo Diesel Comum – Marca: IPIRANGA	L	130.000	2,90	377.000,00
Valor Total					384.500,00

### 3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por outras Unidades Gestoras do Município, mediante Adesão.

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 021/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 021/2015, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

### 5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os combustíveis serão entregues de forma parcelada em horário comercial de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço, nos veículos oficiais relacionados pela administração.

### 6. DO RECEBIMENTO

6.1. Os combustíveis serão recebidos definitivamente, de forma parcelada, toda vez que ocorrer o abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de São João do Sul e órgãos participantes da presente licitação;

6.2. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos combustíveis quando os mesmos estiverem em desacordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, Edital, proposta e demais normativas que regulem a matéria, devendo os mesmos ser substituídos imediatamente à notificação da contratante, sendo que as custas desta substituição deverão correr exclusivamente às suas custas da contratada, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital e anexos e das demais cominações legais.

### 7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento, na tesouraria do CONTRATANTE, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, atestadas pelo Setor Responsável, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade junto ao INSS e FGTS, e em conformidade ao discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.2. A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

7.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 8. DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade do Município.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

9.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

9.3. Substituir os combustíveis recusados pela CONTRATANTE, no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos na sua composição e presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos na sua composição;

9.4. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualidade exigidas na licitação.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

10.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como

atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições de entrega estabelecido no Edital e anexos.

10.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 11.2.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência.

10.1.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.

10.1.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

10.1.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade.

10.2. As sanções previstas nos itens "12.1.1", "12.1.3", e "12.1.4" do subitem 12.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "12.1.2".

10.3. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 9.784/99.

10.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5(cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.6. No caso das penalidades previstas no item 12.1, itens "12.1.3" e "12.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

## 11. REVISÃO E CANCELAMENTO

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

11.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

11.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2 e 7.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.8.1. Por razão de interesse público; ou

11.8.2. A pedido do fornecedor.

## 12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

12.2. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São João do Sul/SC, em 02 de Dezembro de 2015.

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

São João do Sul Auto Posto Ltda

Jacson Fappi de Jesus

CPF: Nº 001.276.920-70



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 323/2015

DECRET O Nº 323/2015

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 430, datado de 08/12/2015; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por MARIA DE FATIMA CASSÃO e JOÃO CARLOS LACERDA, de um imóvel urbano de terras medindo 555,00m², situado na Rua Itália Antunes Borges, Bairro São José, nesta cidade, conforme especificações que segue:

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano

Proprietários: MARIA DE FATIMA CASSÃO e JOÃO CARLOS LACERDA

Matrícula: 5385 folha 115 do livro 2 - AD

Área Total: 555,00 m²

Memorial descritivo de um lote urbano de nº 39, localizado no Loteamento Adalberto Antunes de Oliveira, com as seguintes medidas e confrontações conforme descrição na matrícula nº 5385 folha 115 do livro 2 -AD:

LOTE 39  
555,00m²

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Um lote de terras de nº 39, que mede 12,00m de frente por 12,20m de fundos; e 44,50m de comprimento por um lado e 48,00m de comprimento pelo outro lado, ou sejam 555,00m², situado nesta cidade de São Joaquim-SC, com frente para a rua Itália Antunes Borges; fundos com terras de Gilbraz Goulart Godoy; dividindo de um lado com o lote nº 40 de propriedade de Joaquina de Oliveira Andrade e pelo outro lado com os lotes nºs 35 e 36, ambos de propriedade de Joaquina de Oliveira Andrade e com os lotes nºs 37 de Odilon Pereira dos Santos e com o lote nº 38 de propriedade de Zilma Borges de Oliveira.

Este terreno será desmembrado em duas áreas distintas cada uma conforme descrição a seguir e mapa em anexo:

LOTE 39 - A  
213,45m²  
Proprietária: Maria de Fatima Cassão

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com a rua Itália Antunes Borges o lote nº 40 de Maria Teresinha de Andrade. Do vértice 1 segue confrontando com a rua Itália Antunes Borges com rumo de 82º10'5" SE e distancia de 6,00m até o vértice 2. Do vértice 2 segue confrontando com o lote nº 39B de João Carlos Lacerda com rumo de 10º38'18" SO e distancia de 45,59m até o vértice 8. Do vértice 8 segue confrontando com o terreno de Humberto Rodrigues Goulart com rumo de 65º29'13" NO e distancia de 3,60m até o vértice 9. Do vértice 9 segue confrontando com o lote nº 40 de Maria Terezinha de Andrade com rumo de 7º25'43" NE e distancia de 44,50m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro com área total de 213,45m², distando 40,00m da

esquina da rua Bertoldo Vitorino Koerich (lado ímpar).

LOTE 39 - B  
341,88m²  
Proprietário: João Carlos Lacerda

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 2, situado no limite com a rua Itália Antunes Borges o lote nº 39-A de Maria de Fatima Cassão. Do vértice 2 segue confrontando com a rua Itália Antunes Borges com rumo de 82º10'5" SE e distancia de 6,00m até o vértice 3. Do vértice 3 segue confrontando com o lote nº 38 de Marli Rodrigues com rumo de 7º49'55" SO e distancia de 12,00m até o vértice 4. Do vértice 4 segue confrontando com o lote nº 37 de Luiz Pereira Padilha com rumo de 7º49'55" SO e distancia de 12,00m até o vértice 5. Do vértice 5 segue confrontando com o lote nº 36 e nº 35 de Neri Polli com rumo de 7º49'55" SO e distancia de 24,00m até o vértice 7. Do vértice 7 segue confrontando com o terreno de Humberto Rodrigues Goulart com rumo de 65º29'13" NO e distancia de 8,60m até o vértice 8. Do vértice 8 segue confrontando com o lote nº 39-A de Maria de Fatima Cassão com rumo de 10º38'18" NE e distancia de 45,59m até o vértice 2, ponto final da descrição deste perímetro com área total de 341,88m², distando 36,00m da esquina da rua Bertoldo Vitorino Koerich (lado ímpar).

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 324/2015

DECRETO Nº 324/2015

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Concurso Público Nº 002/2015, integrada pelas Sr<sup>as</sup> Ana Marcia Souza Pereira – Educação, Jamili Maria Campos - Educação, Silvia Helena Silva Lemos – Gabinete do Prefeito, Maria Bernardete Barbosa Pereira – Educação e Marilei das Graças Goulart Almeida – Educação, para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º - A elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, ficará a Cargo da Empresa Infinity Assessoria Pedagógica Ltda.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 325/2015

DECRETO Nº 325/2015

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo Nº 003/2015, integrada pelas Sr<sup>as</sup> Ana Marcia Souza Pereira – Educação, Jamili Maria Campos - Educação, Silvia Helena Silva Lemos – Gabinete do Prefeito, Maria Bernardete Barbosa Pereira – Educação e Marilei das Graças Goulart Almeida – Educação, para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução Processo Seletivo destinado á admissão de funcionários em caráter temporário.

Art. 2º - A elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo, ficará a Cargo da Empresa Infinity Assessoria Pedagógica Ltda.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 326/2015

DECRET O Nº 326/2015

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO CONFORME ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014, 25/11/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO  
03.07 – SECRETARIA DE TURISMO  
(56)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160 – Aplicações Diretas  
40.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 40,000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária.

03 – PODER EXECUTIVO  
03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

(55)3.3.50.00.00.00.00.00.2.011-0160 – Transf. a Inst. Priv.s/ fins Luc. 40.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.376/2015

LEI Nº 4.376/2015

“QUE DENOMINA O AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS NEWTON STÉLIO FONTANELLA DE THEÓFILO MATTOS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de THEÓFILO MATTOS o auditório do Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 4.377/2015

LEI Nº 4.377/2015

“ALTERA A LEI N.º 2.821, DE 26 DE MARÇO DE 2008, QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 5.º, da Lei n.º 2.821, de 26 de março de 2008, que “Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e Regulamenta o Fundo Municipal de Habitação”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS – é órgão de caráter deliberativo e será composto por entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.

§ 1º - A composição e as atribuições do Conselho Gestor serão estabelecidos em regulamento.



§ 2º - A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Diretor de Habitação do Município.

§ 3º - O presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º - Competirá ao Diretor de Habitação de São Joaquim, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.378/2015**

LEI Nº 4.378/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR TERRENO DE PROPRIEDADE DO BANCO DO BRASIL, LOCALIZADO NA RUA MANOEL JOAQUIM PINTO, MATRÍCULA Nº 3249, COM ÁREA DE 825,30m² E PRÉDIO DE DOIS PAVIMENTOS COM 514,37m²”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à adquirir terreno com 825,30m² e benfeitorias, matrícula nº 3249 do CRI – Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, situado no quadro urbano do município de São Joaquim, de propriedade do Banco do Brasil S/A, pelo valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

Art. 2º - A área do terreno que se refere o artigo anterior tem as seguintes delimitações e confrontações, o qual devesse ser transcrito na respectiva escritura pública de compra e venda:

Um terreno urbano com área superficial de 825,30m², situado nesta cidade de São Joaquim SC, com frente para a Rua Manoel Joaquim Pinto, na extensão de 32,00m²; fundos com terras de Joel Guimarães Batista numa extensão de 31m²; dividindo de um lado com a travessa Getúlio Vargas, na extensão de 26,20m² e pelo outro lado com terras de Donatília Benta Rosa de Souza, na extensão de 26,20m²; inclusive um prédio constituído de dois pavimentos, com a área total de 514,37m², construído de alvenaria de tijolos, com estrutura de concreto armado, provido de instalação de calefação para 1º e 2º andar, prédio leva na a Rua Manoel Joaquim Pinto, nº 53 com todas as benfeitorias que consta no referido terreno. A descrição completa do perímetro consta em memorial topográfico.

Art. 3º - O pagamento do imóvel mencionado no artigo anterior será realizado à vista no ato da escritura pública definitiva.

Art. 4º - As despesas decorrentes correrão por conta da dotação orçamentaria:

Câmara de Vereadores – Sede do Legislativo (1)  
4.4.90.00.00.00.00.0024.

Art. 5º - O imóvel a ser adquirido, descrito nos artigos 1º e 2º será utilizado para sede do Poder Legislativo Municipal de São Joaquim

SC.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 489/2015**

PORTARIANº 489/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - ADRIANA APARECIDA MACEDO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015. – ADRIELI COSTA MARTINS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 412/2015, de 28/09/2015. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. – ANA ECILVIA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – ANA MARIA MATOS DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. – ANA PAULA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – ANDRÉIA RAMOS FLORES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. – ANGELINA COSTA LINHARES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. – CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 490/2015**

PORTARIANº 490/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - CLAUDIA ELENICE PADILHA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. - CLAUDIA GÓSS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 415/2015, de 30/09/2015. - CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015. - CLEUMARA DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 440/2015, de 27/10/2015. - CLEUZA APARECIDA BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de São Sebastião da Várzea, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2015, de 21/09/2015. - CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 451/2015, de 04/11/2015. - DAIANE APARECIDA VITORINO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 400/2015, de 21/09/2015. - DAIANE NUNES DE OLIVEIRA MAURICIO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 400/2015, de 21/09/2015. - DAIANI BECCARI NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, em todas as Escolas Municipais (Turismologia), para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 400/2015, de 21/09/2015. - DANIELA MARTINS DE SOUZA, ocupante da Função de Professor Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 415/2015, de 30/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 491/2015**

PORTARIANº 492/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - EVANIR CECHINEL DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nunes, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade

de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. - JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. - JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. - JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 492/2015**

PORTARIANº 492/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - EVANIR CECHINEL DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nunes, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº

401/2015, de 21/09/2015. – JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 493/2015**

PORTARIANº 492/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - EVANIR CECHINEL DO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nunes, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. – FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. – GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – GIZELI RIBEIRO MATTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. – GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 401/2015, de 21/09/2015. – JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015. – JANETE BARBOSA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 494/2015**

PORTARIANº 494/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 412/2015, de 28/09/2015. – MAIARA PADILHA NESI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015. – MARCIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 412/2015, de 28/09/2015. – MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015. – MARIA GORETE GARCIA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015. – MARIA REJANE FELTRIN MARCA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 439/2015, de 27/10/2015. – MARICRIS ANDRADE MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015. – MARIELA TAINA DE JESUS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 495/2015**

PORTARIANº 495/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - MARINES IUNG FIGUEIREDO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada



através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015. – MARISTELA SCHMIDT, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015. – MARLI PEREIRA CARDOSO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2015, de 21/09/2015. – MARLISE PADILHA NESI, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 412/2015, de 28/09/2015. – NEOMAR NESI DE MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 416/2015, de 01/10/2015. – NEURA MARA DOS SANTOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015. – PATRICIA CAMARGO PALMA, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 420/2015, de 01/10/2015. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – PAULO AFONSO LIZ DA SILVA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Huguen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 496/2015**

PORTARIANº 496/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - RENATA STEFFEN DE BETIO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – RITA DE CASSIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 412/2015, de 28/09/2015. – ROSEMERY DA SILVA MELO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA,

ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Huguen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 404/2015, de 21/09/2015. – RUAN MEDEIROS DE SOUZA, ocupante da Função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Huguen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015. – SABRINA ARCARO MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015. – SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 497/2015**

PORTARIANº 497/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: - SILVIA REGINA IBANÉZ RODRIGUES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 468/2015, de 18/11/2015. – SONIA LARA BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015. – STEFANI SILVA BARBOSA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Huguen Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – TAIZE DE SOUZA VELHO, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015. – TAMARA NUNES DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 405/2015, de 21/09/2015. – VALERIA DA SILVA BATISTA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 413/2015, de 29/09/2015. – VERONICA RODRIGUES BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 407/2015, de 22/09/2015. – VIVIANE PEREIRA DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 469/2015, de 18/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 498/2015**

PORTARIANº 498/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes professores: – EDINÉIA NAZARE BORGES VELASCO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 406/2015, de 21/09/2015. – ELZA DOS SANTOS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 406/2015, de 21/09/2015. – EMILIA MARCIA RODRIGUES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 142/2015, de 31/03/2015. – JOSÉ WALTRICK, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (SERVENTE/FAXINEIRO), na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 427/2015, de 06/10/2015. – JOSIANE LEHMKUHL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 406/2015, de 21/09/2015. – LENITA DE FATIMA SOUSA DIEL, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 408/2015, de 21/09/2015. – MARIA COSTA LIMA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 114/2015, de 10/03/2015. – ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 406/2015, de 21/09/2015. – TATIANE DE FATIMA IENDRAS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Merendeira), no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 408/2015, de 23/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FERNANDO ZANETE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/12/2015. – PAULA MARTORANO NUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do CAIC, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 07/12/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2015, para consulta de seu filho. – FELIPE CARDOSO NUNES,

### **PORTARIA Nº 499/2015**

PORTARIANº 499/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS as seguintes funcionárias: - DANIELA MATOS SANTOS BEKHAUSER, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 14/12/2015 à 12/01/2016. – ISTEla MARI AMARAL MARTINS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 14/12/2015 à 12/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 500/2015**

PORTARIANº 500/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/12/2015 à 13/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 501/2015**

PORTARIANº 501/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2015, para consulta de seu filho. – RENALDA CANDIDO ANSELMO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2015, para consulta de sua filha. – CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 08/12/2015. – MARCIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 09/12/2015. – ALICEMAR DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/12/2015. – HUMBERTO RODRIGUES GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 07 (sete) dias, a contar do dia 14/12/2015. – ANTONIO CLÉRIO DE LIMA, ocupante do Cargo de Motorista, a contar do dia 15/12/2015 e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 502/2015**

PORTARIANº 502/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado Médico; Fica READAPTADA TEMPORARIAMENTE a funcionária BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Saúde, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade na Secretaria Municipal de Administração, com 40 horas semanais, no período de 15/12/2015 á 11/01/2016, quando a mesma já poderá entrar com a licença gestação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



# São José

## PREFEITURA

### ACÓRDÃO Nº 19/2015

#### RELATÓRIO:

O recorrente requereu isenção de IPTU, conforme requerimento de fl. 02.

À fl. 04, está a declaração da Associação dos Moradores de Caminas – São José –SC, onde informa que o imóvel situado na Avenida Josué Di Bernardi, nº 366, ap. 02 foi atingido pela enchente ocorrida em 13/02/2015.

À fl. 11, está o espelho do cadastro imobiliário que dá conta que a área construída da unidade é de 254,08.

Às fls. 11 a 15, estão espelhos de Cadastro Imobiliário em nome do pai do requerente e que totalizam cinco inscrições imobiliárias distintas.

À fl. 08, consta fotocópia de certidão de óbito de José Pedro Simas, pai do requerente e antigo proprietário do imóvel

À fl. 10, consta fotocópia de documento que declara Maria Laura Simas como proprietária do imóvel.

À fl. 17, a Diretoria Municipal de Defesa Civil declarou que (i) o imóvel de inscrição nº 01.04.005.0257.01.001 encontra-se em área sujeita, em qualquer tempo, a alagamento e inundações e que (ii) “apesar de não haver decreto de situação de emergência, para o ano de 2015, no município, houve cheia e chuvas intensas que ocasionaram o alagamento do imóvel do solicitante, no dia 13 de fevereiro de 2015”.

A Secretaria de Receita, em decisão de fl. 18, indeferiu o pedido de isenção tributária, em virtude da não-ocorrência de declaração de situação de emergência ou de calamidade pública, por meio de decreto específico.

Em seu recurso, a parte recorrente aduziu que a decisão de fl. 18 deve ser reconsiderada, uma vez houve a declaração da Defesa Civil à fl. 17.

Em manifestação de fls. 23/26, a Fazenda Municipal defendeu a manutenção da decisão recorrida, argumentando, em síntese, que os requisitos para a obtenção do benefício de isenção de IPTU não estariam presentes, eis que:

- a) não houve a decretação de estado de emergência ou de calamidade pública, conforme noticiado pelo órgão de Defesa Civil;
- b) “o documento de fls. 10 aponta que o imóvel seria de propriedade da Sra. Maria Laura Simas e não do interessado no presente processo administrativo, inexistindo documento procuratório nos autos” (fl. 25).

É o relatório.

#### VOTO CONDUTOR:

Trata-se de recurso voluntário contra decisão que indeferiu requerimento de isenção de IPTU. O requerimento teve por fundamento a ocorrência de inundação no imóvel de propriedade do recorrente. Com a devida vênia a quem entenda de forma diversa, entendo que o presente recurso não deve ser conhecido, ante a falta de legitimidade da parte recorrente para pleitar o benefício fiscal em nome da atual proprietária.

O recorrente Antônio José Simas não demonstrou ser o proprietário do bem imóvel objeto de pedido de isenção tributária. Pelas informações apuradas nos autos, a inscrição imobiliária está em nome do espólio de seu pai, José Pedro Simas (fls. 13/15); contudo, conforme documento de fl. 10, a atual proprietária é Maria Laura Simas.

Apesar de estar comprovada a sua relação de parentesco com a proprietária do bem (fl. 21), o inciso I do artigo 4º da Lei nº 4.530/2007 exige, para fazer jus à isenção fiscal almejada, “requerimento subscrito pelo proprietário do imóvel ou seu representante legal com poderes específicos, postulando o benefício”.

Neste sentido, o recorrente não comprovou possuir legitimidade para pleitear direito de outrem.

Todavia, por tratando-se de vício meramente sanável, opto por, excepcionalmente, analisar também o mérito do recurso.

Acerca do mérito, é sabido que o artigo 3º da Lei nº 4.530/2007 trata da concessão do benefício fiscal da isenção de IPTU a imóvel acometidos por inundações, ocasionadas por enchentes.

Os requisitos para a obtenção da mencionada isenção tributária estão contidos no artigo 4º da Lei nº 4.530/2007. O citado dispositivo legal exige, em seu inciso III, a manifestação do Setor de Defesa Civil, se, na região do imóvel em questão, foi declarado “estado de emergência ou de calamidade pública”, nos termos legislação específica, e se o imóvel encontra-se inserido em área de risco e foi atingido pela enchente.

Como é sabido, a declaração de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, conforme a legislação própria, dar-se por meio de decreto do Poder Executivo.

Nos autos, consta apenas declaração da Diretoria Municipal de Defesa Civil, a qual atesta, claramente, “não haver decreto de situação de emergência, para o ano de 2015” (fl. 17).

Assim, não sendo a região em que se encontra o imóvel objeto de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o recorrente não faz jus à isenção fiscal ora pleiteada, não merecendo reforma a decisão da autoridade tributária recorrida.

Não é demais ressaltar que, também acerca do mérito, o recorrente deixou de cumprir o requisito previsto no inciso I do artigo 4º da Lei nº 4.530/2007.

Neste sentido, voto pelo não-conhecimento e, no mérito, pelo desprovisionamento do recurso voluntário, mantendo a decisão que indeferiu o pedido de isenção, ante a não-comprovação dos requisitos previstos nos incisos I e III do artigo 4º da Lei nº 4.530/2007.

É como voto.

São José, 10 de dezembro de 2015.

Mário Antônio Vieira

Conselheiro Designado Redator para o Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 5.507/2015:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 206ª Sessão, em, por maioria, NÃO CONHECER DO RECURSO VOLUNTÁRIO E, por unanimidade, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão que indeferiu o requerimento de isenção, nos termos do voto condutor proferido pelo Conselheiro Sr. Mário Antônio Vieira, que foi designado para redação final do acórdão, ficando parcialmente vencido o Conselheiro Sr. José Mateus Hoffmann apenas na parte em que conhecia do recurso.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Fernando Artur Raupp, sem voto, e dele participaram os Conselheiros Sr. Valmor dos Santos Júnior e Sra. Nadir Terezinha Koerich. Esteve presente ao julgamento a representante da Fazenda Pública, Sra. Karina da Silva Graciosa.

São José, 10 de dezembro de 2015.

Fernando Artur Raupp

Presidente

José Mateus Hoffmann	Mário Antônio Vieira
Conselheiro Relator	Conselheiro Designado Redator para o Acórdão

Karina da Silva Graciosa	Rozana Maria Kuster
Procuradora Municipal Representante da Fazenda	Secretária-Geral

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015 – PE 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015 – PE 121/2015 – Processo 391/2015 – Fornecedores: BRUTHAN COMERCIAL LTDA e COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CAFÉ, LEITE E AÇÚCAR PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES PERTENCENTES À PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 111.815,80 (cento e onze mil, oitocentos e quinze reais e oitenta centavos). Vigência: O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 01 de dezembro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### DECRETO Nº 5314/2015

DECRETO Nº 5314/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
CHARLINE ESTEVAM	Professor-H	01/12/2015
ISABELLA DE PAIVA LEITE	Auxiliar de Ensino	01/12/2015
MARIA EDUARDA SOUZA KLEM	Auxiliar de Ensino	01/12/2015
MARIA JAQUELINE BIFF KLOCH	Professor-M	01/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 5315/2015

DECRETO Nº 5315/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 023565/15 datado de 20/10/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
PALOMA CARDOSO	Professor - M	08/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 5316/2015

DECRETO Nº 5316/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ELIANA CELIA DE ALMEIDA GONÇALVES	Professor -H	07/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 5317/2015

DECRETO Nº 5317/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ROSI CLEIA DE SOUZA	Agente de Serviços Gerais	14/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a 14/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 5318/2015**

DECRETO Nº 5318/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
HELIJANE DA SILVEIRA	Agente de Serviços Gerais	01/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 5319/2015**

DECRETO Nº 5319/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 023563/15 datado de 20/10/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ANA CLAUDIA TAVARES LONG DE LIMA	Professor - M	03/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 5320/2015**

DECRETO Nº 5320/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 027360/15 datado de 25/11/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
SONIA MARQUES DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	11/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 5321/2015**

DECRETO Nº 5321/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 026117/15 datado de 13/11/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARCIO JOSE SCHITZ	Professor-H	11/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 5322/2015

DECRETO Nº 5322/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 025794/15 datado de 11/11/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
DYONATA LUIZ PEDROZO	Professor-H	11/12/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/12/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Prefeito Municipal em exercício

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação

### PORTARIA - SA - N.º 1218/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1218/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MEIRIANE GOMES DE QUEIROZ, matrícula n.º 33273-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 05.11.2015 à 03.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

### PORTARIA - SA - N.º 1219/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1219/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VALMOR PAES DA SILVA, matrícula n.º 2775-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 11.11.2015 à 25.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

### PORTARIA - SA - N.º 1220/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1220/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KATY REGINA ESPINDOLA FARIAS, matrícula n.º 10806-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.11.2015 à 19.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1221/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1221/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MAGDA BEATRIZ BRUNO BARCELLAR, matrícula n.º 1639-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 26.11.2015 à 25.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1222/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1222/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA DAS DORES BARRETO, matrícula n.º 13710-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.11.2015 à 19.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1223/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1223/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIANA DE SOUZA, matrícula n.º 40467-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, licença para Tratamento de Saúde por 25 (vinte e cinco) dias, de 24.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1224/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1224/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SILVANA CORREA MACHADO, matrícula n.º 1834-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 02.12.2015 à 21.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1225/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1225/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIANE PEREIRA ROCHA, matrícula n.º 30376-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 03.11.2015 à 17.12.2015.



II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1226/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1226/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). REJANE MULLER KLERING, matrícula n.º 10397-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 24.11.2015 à 07.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1227/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1227/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDEN OURO IMBURGUE WEBER, matrícula n.º 15564-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem da Família, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 02.12.2015 à 30.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1228/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1228/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ALINE FATIMA BANHARA, matrícula n.º 30839-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 27.11.2015 à 10.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1229/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1229/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS ANTONIO DE SOUZA, matrícula n.º 22890-7, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 24.11.2015 à 22.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1230/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1230/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). REJANE DE SOUZA ROSA, matrícula n.º 19018-7, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 02.12.2015 à 29.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1231/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1231/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCIO MARIO RODRIGUES, matrícula n.º 3391-0, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 30.11.2015 à 29.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1232/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1232/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIANA PEREIRA DA SILVA, matrícula n.º 22995-4, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Assistente Social, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 01.12.2015 à 29.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1233/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1233/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA FERREIRA DA SILVA, matrícula n.º 1326-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 20 (vinte) dias, de 29.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1234/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1234/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA BRANDO DE SOUZA, matrícula n.º 13504-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 22 (vinte e dois) dias, de 27.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1235/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1235/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GERALDO ALDAIR SOUZA, matrícula n.º 10882-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 25 (vinte e cinco) dias, de 23.11.2015 à 17.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1236/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1236/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GEISIANI ANA PEREIRA, matrícula n.º 21591-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 09 (nove) dias, de 11.12.2015 à 19.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1237/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1237/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ISOLETE MARIA LEAL, matrícula n.º 39078-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 06.12.2015 a 03.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1238/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1238/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. ANNELISE DE SOUZA VARGAS, matrícula n.º 30539-6, lotada na Secretaria da Receita, no cargo de Agente Operacional, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 30.11.2015 a 27.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1239/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1239/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. ELISA JULIETA DIAS DE SOUZA, matrícula n.º 30636-3, lotada na Secretaria da Saúde, no cargo de Médico, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02.12.2015 a 29.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1240/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1240/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARTA MARA MARTINS BATISTI, matrícula n.º 40552-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 01.12.15 à 19.12.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1241/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1241/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCINETE VENTURA DA SILVA, matrícula n.º 21619-4 lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 15 (quinze) dias, de 03.12.15 à 17.12.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1242/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1242/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDUARDO PAULO CECI, matrícula n.º 10226-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 09.12.2015 à 07.01.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 1243/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 1243/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a)

servidor (a) Sr. (a) JOSE CARLOS DE MELO matrícula nº 6043-7, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1992/1997.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - N.º 1244/2015**

PORTARIA- SA – Nº 1244/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARLI TEREZINHA ALBINO DE MELO, matrícula nº 806-0, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/200.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Dezembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL 131/2015 – PROCESSO Nº 430/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 131/2015 – Processo nº 430/2015 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 08/01/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 08/01/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### **RESOLUÇÃO Nº 067/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 067/2015/CMAS

APROVA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS COMAD GESTÃO 2015-2017

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

Considerando a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

Considerando a Lei 4.047/2003 de 17 de novembro 2003 em seu Art. 1º – Fica criado o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, órgão normativo de deliberação coletiva, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de nível Federal e Estadual que compõem o sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes;

Considerando a Lei 4.047/2003 de 17 de novembro de 2003 em seu Art. 3º - O Conselho Municipal Antidrogas é constituído por 17 (dezessete) membros titulares e igual número de suplentes, sendo que um (1) Titular e (1) Suplente deverão ser representantes do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015, que resolve aprovar os Conselheiros representantes do CMAS para o COMAD.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social para o Conselho Municipal Antidrogas COMAD, Gestão 2015-2017.

TITULAR: CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

SUPLENTE: CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José (SC), 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº 069/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 069/2015/CMAS.

APROVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE INSTÂNCIA DE CONTROLE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BIÊNIO 2014-2016.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Art.26 – Aos membros do CMAS incumbe: II- Propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalhos, bem como, indicar nomes para as mesmas;

Considerando Decreto Nº 5.272/2015, de 24 de novembro de 2015, o qual altera o Decreto 3.088, de 25 de agosto de 2015, que nomeou os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de São José - CMAS/SJ para o Biênio 2014-2016 em seu Art. 1º V- Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade,



representante: Fabiani Erli Witt

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar alteração na composição da Comissão de Instância de Controle do Programa Bolsa Família - PBF do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

Conselheiros Governamentais: Conselheiros Sociedade Civil:  
NORMA WARMLING LILIANE FERREIRA MARTINS  
HELENA MÁRCIA K. DOS SANTOS ALINE DA SILVEIRA BITTEN-COURT  
NATALIA DURIGON ZUCCHI FABIANI ERLI WITT

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução CMAS Nº 61/2015;

Art. 3º - Esta Comissão acompanhará as ações do Programa Bolsa Família.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José (SC), 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente CMAS/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 070/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 070/2015/CMAS

APROVA O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO Nº 015 "LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –CMAS/SJ, A PERCA DO MANDATO NO CMAS E A IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE FÓRUNS ELETIVOS DA SOCIEDADE CIVIL CONFORME ESPECIFICA

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado em Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

Considerando a Resolução CMAS/007/2015 a qual dispõe sobre a instauração de processo administrativo referente a regularidade da Inscrição referente a entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima e da Regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual gestão do Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Considerando a Resolução CMAS/016/2015 a qual aprova a suspensão da Inscrição da Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima perante o Conselho Municipal de Assistência Social de São José e dá outras providências;

Considerando Ofício CMAS/064/2015 de 21 de maio de 2015, o qual NOTIFICA a Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" da decisão da Plenária de 14 de maio de 2015, conforme Resolução 016/2015/CMAS, facultando-lhe interposição de recurso;

Considerando a conclusão do aludido Processo Administrativo, e não havendo interposição de recurso pela entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima", e por maioria de votos dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social conforme plenária ordinária de 10 de dezembro de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o cancelamento da Inscrição do "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" sob o nº 015 no Conselho Municipal de Assistência Social de São José;

Art. 2º - Aprovar a Perda do Mandato do "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" perante a atual composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e, conseqüentemente a

impossibilidade de Participação em Fóruns Eletivos da Sociedade Civil;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 68/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 68/2015/CMAS

APROVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BIÊNIO 2014-2016.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 10 de dezembro de 2015;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Art.26 – Aos membros do CMAS incumbe: II- Propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalhos, bem como, indicar nomes para as mesmas;

Considerando Decreto Nº 5.272/2015, de 24 de novembro de 2015, o qual altera o Decreto 3.088, de 25 de agosto de 2015, que nomeou os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de São José - CMAS/SJ para o Biênio 2014-2016 em seu Art. 1º b – Suplente Secretaria Municipal de Educação: Mirella Borba da Rosa Rodrigues;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar alteração na a composição da Comissão de Política de Assistência do Conselho Municipal de Assistência Social, com os seguintes membros:

Conselheiros da Sociedade Civil: Conselheiros Governamentais:  
ÁGUIDA T. LUCIANO ALVES MIRELLA B. DA ROSA ROGRIGUES  
MARIA C. ANTONIA GODTSFRIEDT FERNANDA DA SILVA Z. LEGAL  
MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM MILEINE DELONÉ DA SILVA PIRES

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução CMAS Nº 29/2014.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 10 de dezembro de 2015.

ROBERTO TADEU PROENÇA

Presidente do CMAS/SJ

**REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2015**

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20858/2015

PROCESSO DE COMPRAS Nº 390/2015

CONCORRÊNCIA Nº 005/2015

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

OBJETO: "CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM

VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM O USO DE PARQUÍMETROS ELETRÔNICOS MULTIVAGAS MEDIANTE USO REMUNERADO DO ESPAÇO PÚBLICO”

O Município de São José informa a todos os interessados que está revogando a Concorrência nº 005/2015, por razões de conveniência e oportunidade, com fundamento no art. 49, caput da lei nº 8.666/1993, tendo em vista as recomendações feitas pelo Egrégio

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Processo nº REP-15/00568853, as quais influenciarão na alteração do referido Edital.

São José, 14 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em Exercício

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIA Nº 197/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - CONCEDER trinta (30) dias de férias aos Servidores Eduardo Gomes, Leonardo da Silva Luiz, Marly Ferreira Nihei, Raquel Cristina Serafim, Luci Neide Bittencourt, Diocesles João Vieira, Valde-nésio Pedro de Farias, Everaldo Faust, Ilza Maria Cenci, partir de 04/01/2016 a 02/02/2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 198/2015

PORTARIA Nº 198/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL , do cargo em comissão da Presidência de DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 199/2015

PORTARIA Nº 199/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor GABRIEL NIENCHOTTER , do cargo em comissão da Presidência de CHEFIA DE DEPARTAMENTO, MARKETING E COMUNICAÇÃO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 200/2015

PORTARIA Nº 200/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – A Senhora CLAUDIA REGINA SUAVE , do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 201/2015**

PORTARIA Nº 201/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Senhor INGO WERDOLINO WESTPHAL, do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 202/2015**

PORTARIA Nº 202/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – A Senhora ANA LUCIA TEIXEIRA, do cargo em comissão da Presidência de CHEFIA DE DEPARTAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 203/2015**

PORTARIA Nº 203/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Senhor ODELÍCIO LEONEL DA SILVA, do cargo em comissão da Presidência de SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de

dezembro de 2015.

.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 204/2015**

PORTARIA Nº 204/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Senhor MARCOS NUNES, do cargo em comissão da Presidência de CHEFE DEPARTAMENTO PATRIMÔNIO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 205/2015**

PORTARIA Nº 205/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Senhor RODRIGO GONÇALVES, do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 206/2015**

PORTARIA Nº 206/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR O Senhor CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA, do Cargo em Comissão da Presidência De Diretoria Contábil/Financeiro, lotado no Departamento Contábil e Financeiro da Câmara Municipal de São José, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 207/2015**

PORTARIA Nº 207/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Servidor GILMAR BRITO do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 208/2015**

PORTARIA Nº 208/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR O senhor JOÃO ROGERIO DE FARIAS, do cargo em comissão da Presidência de Coordenador Geral, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 209/2015**

PORTARIA Nº 209/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR - O Senhor MAURICIO LUIZ SHMITT, do cargo em comissão de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 210/2015**

PORTARIA Nº 210/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL , para exercer o cargo em comissão da Presidência de CHEFE DA ASSESSORIA E COM. SOCIAL, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 211/2015**

PORTARIA Nº 211/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor GABRIEL NIENCHOTTER, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 212/2015**

PORTARIA Nº 212/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – A Senhora CLAUDIA REGINA SUAVE, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 213/2015**

PORTARIA Nº 213/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor INGO WERDOLINO WESTPHAL, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 214/2015**

PORTARIA Nº 214/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – A Senhora ANA LUCIA TEIXEIRA, para exercer o cargo em comissão da Presidência de ASSESSOR DE CERIMONIAL, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 215/2015**

PORTARIA Nº 215/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – O Senhor ODELICIO LEONEL DA SILVA, para exercer o cargo em comissão da Presidência de ASSESSOR DA PRESIDENCIA, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 216/2015**

PORTARIA Nº 216/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor MARCOS NUNES, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DA OUVIDORIA, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 217/2015**

PORTARIA Nº 217/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor RODRIGO GONÇALVES, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 218/2015**

PORTARIA Nº 218/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA, para exercer o cargo em comissão da Presidência de DIRETOR FINANCEIRO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 219/2015**

PORTARIA Nº 219/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor GILMAR BRITO, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 220/2015**

PORTARIA Nº 220/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor JOÃO ROGERIO DE FARIAS, para exercer o cargo em comissão da Presidência de DIRETOR GERAL, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 221/2015**

PORTARIA Nº 221/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor MAURICIO LUIZ SHMITT, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DA ASSESSORIA TÉCNICA PARLAMENTAR, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de dezembro de 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 222/2015**

PORTARIA Nº 222/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER trinta (30) dias de férias aos Servidores Comissionados: José Carlos Pereira, Homero de Miranda Gomes Jr, Mateus Santana, Fabiana Ceris Bahniuk, Célia Hinckel, Aline Rosa, Jonny Andrade de Souza a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 15 de dezembro 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 223/2015**

PORTARIA Nº 223/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR - A Senhora CARMEN LUCIA BORBA CORDEIRO, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete da Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 224/2015**

PORTARIA Nº 224/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR - A Senhora EDUARDA KAHL, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete da Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 225/2015**

PORTARIA Nº 225/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR - A Senhora LURDETE MARIA FELIPE DA SILVA, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete da Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 226/2015**

PORTARIA Nº 226/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR - A Senhora MARIA BEATRIZ CARDOSO PEREIRA, do cargo em comissão ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete da Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 227/2015**

PORTARIA Nº 227/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER trinta (30) dias de férias aos Servidores Romeu José Neto, Karina P. Cardoso, Gean Xavier de Castro, Marcionei de Oliveira e João Celso da Silva a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 228/2015**

PORTARIA Nº 228/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR A Senhora KAREN EDLÉIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA, do cargo em comissão da Presidência de PROCURADOR ADJUNTO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 229/2015**

PORTARIA Nº 229/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR O Senhor BRUNO GABRIEL MELO MACHADO, do cargo em comissão da Presidência de ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

Neri Osvaldo do Amaral  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 230/2015**

PORTARIA Nº 230/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR – O Senhor BRUNO GABRIEL MELO MACHADO, para exercer o cargo em comissão da Presidência de ASSESSOR JURÍDICO, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 231/2015**

PORTARIA Nº 231/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – NOMEAR – A Senhora KAREN EDLÉIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA , para exercer o cargo em comissão da Presidência de ASSESSOR PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015, com efeitos a partir de 4 de dezembro de 2015..

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de dezembro de 2015.

NERI OSVALDO DO AMARAL

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.689, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.689, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

“FIXA O VALOR DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.492, de 11 de março de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado em R\$ 94,72 (noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2016.

Art. 2º. O valor acima fixado tem como base o índice acumulado do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que foi de 10,6873%.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de Janeiro de 2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 5.690, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5.690, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

“DECRETA PONTO FACULTATIVO”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos IX e XXXVI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 em comemoração a passagem do Natal e Final de Ano.

Parágrafo primeiro. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Parágrafo segundo. Os serviços emergenciais prestados pelo SE-MAE para eventualidades relacionadas ao abastecimento de água, serão prestados pelo plantão previamente estabelecido pelo órgão.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº. 314/2015 - SF

DECRETO Nº. 314/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.453, de 16 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

“3” 3.1.90.11.00.00.00.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), de recursos orçamentários do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

“10” 3.3.90.39.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**DECRETO Nº. 315/2015 - SF**

DECRETO Nº. 315/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.455, de 16 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$74.174,15 (setenta e quatro mil cento e setenta e quatro reais e quinze centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****0.004 APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

"43"3.1.90.01.00.00.1.0000 Aposentadorias e Reformas ..... R\$4.850,00

**05 SECRETARIA DA FAZENDA****01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI****2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTÁBIL E CONTROLE INTERNO**

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$5.885,00

**2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

"94"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$1.000,00

**06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL****2.017 DEPTO DE ADMIN PLANEJ EDUCACIONAL**

"108"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$8.000,00

**02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL****2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL**

"143"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação Por tempo Determinado ..... R\$7.939,55

**06 DEPTO DE CULTURA****2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL**

"169"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$2.000,00

**08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

"192"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$12.000,00

**2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL**

"199"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$800,00

**10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS****02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS****2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS**

"212"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$3.700,00

**04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE****2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO**

"252"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$1.000,00

**18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS****01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO**

"319"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$22.000,00

"320"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$3.600,00

**2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

"339"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$1.399,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$74.174,15 (setenta e quatro mil cento e setenta e quatro reais e quinze centavos), das verbas a seguir discriminadas:

**04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO****2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES**

"32"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$424,00

**03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

"45"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$3.101,00

**1003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL**

"46"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$1.325,00

**05 SECRETARIA DA FAZENDA****01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI****2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTÁBIL E CONTROLE INTERNO**

"90"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$3.782,00

"91"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e despesas com Locomoção ..... R\$1.750,00

"92"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$353,00

**02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO****2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

"95"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$1.000,00

**06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL****2.017 DEPTO DE ADMIN PLANEJ EDUCACIONAL**

"113"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$8.000,00

**2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

"126"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ..... R\$7.939,55

**06 DEPTO DE CULTURA****2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL**

"173"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$2.000,00

**08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

"195"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$12.000,00

**2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL**

"202"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$800,00

**10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS****02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS****2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS**

"215"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$3.700,00

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"253"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .....  
..... R\$1.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENV. ECONOMICO  
01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS  
"298"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$16.125,00  
"299"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$5.699,20

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
"313"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$3.775,80

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
"341"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.399,60

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº. 316/2015 - SF

DECRETO Nº. 316/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.456, de 16 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, ASSISTENCIA SOCIAL  
"470"4.4.30.42.00.00.1.0000 Auxílios .....  
..... R\$173.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), das verbas a seguir descritas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERIAS  
0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI  
"35"3.2.90.21.00.00.1.0000 Juros Sobre a Dívida Por Contrato .....  
..... R\$3.000,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
"214"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de consumo .....  
..... R\$19.372,43

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"228"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$8.850,20

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS  
"229"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$10.000,00  
"230"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$5.000,00

1.042 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, BUEIROS E ESGOTOS  
"232"4.4.90.51.0000.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$10.000,00

2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR  
"237"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$39.244,65

11 SECRETARIA DOS ESPORTES  
01 DEPTO DOS ESPORTES  
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS  
"270"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.859,70  
"271"3.3.90.31.00.00.1.0000 Premiações culturais, desportivas e outras ..... R\$4.406,00  
"272"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$560,02  
"273"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$6.817,20

13 FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA  
01 DEPTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
2.076 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INFANTO JUVENIL  
"282"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.261,00  
"283"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.728,00

2.111 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA  
"284"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.500,00  
"285"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.500,00

2.112 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE  
"286"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.500,00  
"287"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.500,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENV. ECONOMICO  
01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS  
"299"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$19.900,80

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
"316"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº. 317/2015 - SF

DECRETO Nº. 317/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.457, de 16 de dezembro de 2015;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$88.128,51 (oitenta e oito mil cento e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"27"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$82.328,51

"28"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$5.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$88.128,51 (oitenta e oito mil cento e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS

"5"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$18.000,00

"7"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$2.278,88

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"32"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo ..... R\$25.632,86

"33"3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de Distribuição Gratuita ..... R\$258,84

"34"3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$916,04

"37"3.3.90.46.00.00.1.0002 Auxílio – Alimentação ..... R\$13.000,00

"38"3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$4.170,06

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"43"3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de distribuição Gratuita ..... R\$20.871,83

03 DEPARTAMENTO DE ENCARGOS GERAIS

0.006 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP – SAÚDE

"58"3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## EXTRATO INEXIGIBILIDADE 21-2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

PROCESSO Nº 21/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS À TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO, PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.364,80 (sessenta e três mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

São José do Cedro, 16/12/2015

FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.110/2015

RETIFICAÇÃO DO OBJETO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº110/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº110/2015, Edital de Pregão Nº110/2015, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ESPECÍFICO DE EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE ISSQN, SISTEMA TRIBUTÁRIO E RECEITAS MUNICIPAIS E ATENDIMENTO AO CIDADÃO WEB, bem como, SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 08:00 horas do dia 29/12/2015. Abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 29/12/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.112/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº112/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº112/2015, Edital de Pregão Nº112/2015, Objeto: aquisição de peças e contratação de serviços mecânicos para realizar reforma geral do caminhão mb 27/26, placa mki-2553 do departamento de transportes e obras. Recebimento do credenciamento, envelope



de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 04/01/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 04/01/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.448/2015**

LEI Nº 4.448, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Poderão ser declaradas de utilidade pública municipal, por iniciativa de qualquer membro da Câmara de Vereadores de São José do Cedro ou do Chefe do Poder Executivo Municipal, as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam no âmbito do Município atividades de interesse coletivo, com o objetivo de promover:

I – acesso à educação gratuita ou subsidiada;

II - saúde gratuita;

III - assistência social;

IV - segurança alimentar e nutricional;

V - a prática gratuita de esportes;

VI - cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e das artes;

VII - o voluntariado e a filantropia;

VIII - a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

IX - o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza;

X - a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

XI - os direitos estabelecidos, construção de novos direitos;

XII - a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; e

XIII- estudos e pesquisas científicas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

§ 1º As entidades deverão prestar serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelos órgãos públicos.

§ 2º Não serão reconhecidas de utilidade pública, ainda que desenvolvam atividades com os objetivos descritos no art. 1º desta Lei, as entidades:

I - de benefício mútuo destinado a proporcionar serviços ou bens a um número restrito de associados, não extensivos à comunidade em que atuam;

II - religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

III - partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; e

IV - creditícias que tenham vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 2º Para serem declaradas de utilidade pública as entidades deverão comprovar e apresentar os seguintes documentos:

I - ser constituída no Município de São José do Cedro;

II – estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III – possuir efetivo e contínuo funcionamento nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido, mediante declaração firmada por um dos seguintes agentes públicos onde a entidade tem sua sede ou pelos membros da Diretoria da Associação com firma reconhecida em Cartório, sob as penas da Lei:

a) Chefe do Poder Executivo Municipal ou Secretário Municipal;

b) membro do Poder Legislativo Municipal;

c) Autoridade judiciária;

d) Membro do Ministério Público; ou

e) Delegado de Polícia;

IV - ata da fundação, estatuto e alterações, registrados em Cartório;

V - ata da eleição e posse da diretoria em exercício, registradas em Cartório;

VI - que não remunere os cargos de diretoria ou conselho e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens auferidas mediante o exercício de suas atividades, a dirigente, mantenedor ou associado, sob nenhuma forma ou pretexto;

VII - que promoveu atividade expressa no art. 1º desta Lei, em benefício da comunidade, nos 12 (doze) meses anteriores à formulação do pedido, demonstrada em relatório circunstanciado;

§ 1º. A declaração mencionada no inciso III quando emitida por membro do Poder Legislativo Municipal, impedirá o Vereador de propor o reconhecimento de utilidade pública e de participar da votação que à analisar.

§ 2º. Os documentos referidos neste artigo deverão ser originais ou cópias autenticadas em Cartório ou pela Secretaria da Câmara.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Câmara Municipal, até o dia 30 (trinta) de junho de cada 3 (triênio), para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório de atividades dos 3 (três) exercícios anteriores;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV – As entidades que receberam recursos públicos, deverão apresentar balancete contábil ou relatório resumido da sua aplicação.

Parágrafo Único. Compete à Assessoria Jurídica, contadoria e/ou controle interno expedir manifestação técnica quanto ao controle previsto no caput deste artigo.

Art. 4º Na redação da lei que declarar a entidade de utilidade pública deverá constar dispositivo nos seguintes termos:

“Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Câmara Municipal, até o dia 30 (trinta) de junho de cada 3 (triênio), para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório de atividades dos 3 (três) exercícios anteriores;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV – As entidades que receberam recursos públicos, deverão apresentar balancete contábil ou relatório resumido da sua aplicação.”

Art. 5º A entidade que alterar a denominação social deverá solicitar à Câmara de Vereadores a alteração da lei que a reconheceu de utilidade pública.

Parágrafo único. Para fins de comprovação do disposto no caput, a entidade deverá apresentar cópias da ata e da alteração do estatuto registradas em Cartório, a lei de utilidade pública municipal e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, atualizadas.

Art. 6º A Câmara de Vereadores expedirá certidão de reconhecimento de utilidade pública válida por três exercícios financeiros, somente às entidades que atenderem ao disposto nos arts. 3º e 5º desta Lei.

Art. 7º A Câmara de Vereadores concederá ou revalidará por Lei a entidade ou relação de entidades que preencheram os requisitos e fora reconhecida ou renovada a concessão de utilidade pública.

Parágrafo único. A Câmara de Vereadores, mediante Lei, publicará a relação de entidades que não preencheram os requisitos, suspendendo o reconhecimento de utilidade pública.

Art. 8º É aplicável às entidades reconhecidas como de utilidade pública até a publicação da presente lei, o disposto nos artigos anteriores, à partir da renovação do título concedido.

§ 1º. As entidades interessadas em renovar o título concedido, deverão comprovar os requisitos da presente lei, até 30 de junho de cada triênio.

§ 2º. A ausência de comprovação dos requisitos da presente lei, implicará às entidades reconhecidas como de utilidade pública, a suspensão do Decreto/Lei que à concedeu.

§ 3º. A primeira comprovação e renovação dos títulos concedidos serão no ano de 2017, e após, sucessivamente, a cada três anos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.450/2015

LEI Nº 4.450, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, portadora do CNPJ/MF sob nº. 86.204.799/0001-53, situada na Avenida Salgado Filho, 1511 - Centro, Município de São José do Cedro/SC, que tem por objetivo estabelecer um Sistema de Cooperação Técnico-financeiro, entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS e a Associação Beneficente Hospitalar de São José do Cedro, visando à manutenção das atividades da Associação Beneficente Hospitalar Cedro, no exercício de 2016,

o valor de R\$108.852,36 (cento e oito mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, em 12 parcelas mensais de R\$9.071,03 (nove mil e setenta e um reais e três centavos), conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
14.02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
Proj/Ativ	2.056 PROGRAMA DE SAUDE PUBLICA
Elemento	3.3.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS
Recurso	1.002 15% IMPOSTOS SAÚDE
Dotação	"31"

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.



ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.451/2015

LEI Nº 4.451, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, portadora do CNPJ/MF sob nº. 86.204.799/0001-53, situada na Avenida Salgado Filho, 1511 - Centro, Município de São José do Cedro/SC, que tem por objetivo estabelecer um Sistema de Cooperação Técnico-financeiro, entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS e a Associação Beneficente Hospitalar de São José do Cedro, para o pagamento de Unidades de internação hospitalar municipal – AIHM, serão em número de 10 (dez) autorizações mensais, no valor unitário de até R\$ 326,55 (trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), com internação mínima de 24 horas e no máximo de 48 horas, a serem repassadas mensalmente, no exercício de 2016, o valor total de até R\$39.186,00 (trinta e nove mil cento e oitenta e seis reais).

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, em 12 parcelas mensais de até R\$3.265,50 (três mil duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a

regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
14.02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
Proj/Ativ	2.056 PROGRAMA DE SAUDE PUBLICA
Elemento	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Recurso	1.002 15% IMPOSTOS SAÚDE
Dotação	"35"

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.452/2015**

LEI Nº 4.452, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA".**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a entidade "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL BOM SAMARITANO", inscrita no CNPJ sob nº 18.599.065/0001-60, com sede administrativa na Rua Amambui, 835, neste município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública, todas as vantagens, prerrogativas e direitos previstos em lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.453/2015**

LEI Nº 4.453, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"3" 3.1.90.11.00.00.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), de recursos orçamentários do Poder Legislativo, conforme demonstrado a seguir:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA MUNICIPAL

2.001 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO

"10" 3.3.90.39.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.454/2015**

LEI Nº 4.454, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com o objetivo de custear o pagamento de estrutura de pirâmides em lona e tendas para eventos, com vistas à realização da III Festa Cultural Produtiva, no Assentamento Lajeado Grande/Barra Escondida, Comunidade de Linha São Mateus, a ser realizada nos dias 23 e 24 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.455/2015**

LEI Nº 4.455, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$74.174,15 (setenta e quatro mil cento e setenta e quatro reais e quinze centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****0.004 APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

"43"3.1.90.01.00.00.1.0000 Aposentadorias e Reformas .....  
..... R\$4.850,00

**05 SECRETARIA DA FAZENDA****01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI****2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTÁBIL E CONTROLE INTERNO**

"87"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$5.885,00

**2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

"94"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$1.000,00

**06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL****2.017 DEPTO DE ADMIN PLANEJ EDUCACIONAL**

"108"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$8.000,00

**02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL****2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL**

"143"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação Por tempo Determinado ..... R\$7.939,55

**06 DEPTO DE CULTURA****2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL**

"169"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$2.000,00

**08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

"192"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$12.000,00

**2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL**

"199"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$800,00

**10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS****02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS****2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS**

"212"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$3.700,00

**04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE****2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO**

"252"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$1.000,00

**18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS****01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO**

"319"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$22.000,00

"320"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .....  
..... R\$3.600,00

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 "339"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$1.399,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$74.174,15 (setenta e quatro mil cento e setenta e quatro reais e quinze centavos), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
 02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO  
 2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES  
 "32"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$424,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
 1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
 "45"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$3.101,00

1003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL  
 "46"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$1.325,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA  
 01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI  
 2.015 DEPTO FINANCEIRO, CONTÁBIL E CONTROLE INTERNO  
 "90"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$3.782,00

"91"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e despesas com Locomoção ..... R\$1.750,00  
 "92"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$353,00

02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 2.016 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 "95"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$1.000,00

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL  
 2.017 DEPTO DE ADMIN PLANEJ EDUCACIONAL  
 "113"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$8.000,00

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 "126"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ..... R\$7.939,55

06 DEPTO DE CULTURA  
 2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL  
 "173"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$2.000,00

08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 "195"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$12.000,00

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL  
 "202"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$800,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
 02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
 2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
 "215"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$3.700,00

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE  
 2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"253"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais .....  
 ..... R\$1.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENV. ECONOMICO  
 01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
 1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS  
 "298"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$16.125,00  
 "299"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$5.699,20

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
 2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
 "313"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$3.775,80

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS  
 01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 "341"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$1.399,60

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
 ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
 Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
 Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
 Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
 Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
 Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
 Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
 Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
 Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
 Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
 Agente Administrativo.



**LEI Nº 4.456/2015**

LEI Nº 4.456, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, ASSISTENCIA SOCIAL  
"470"4.4.30.42.00.00.1.0000 Auxílios ..... R\$173.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$173.000,00 (cento e setenta e três mil reais), das verbas a seguir descritas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI  
"35"3.2.90.21.00.00.1.0000 Juros Sobre a Dívida Por Contrato ..... R\$3.000,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
"214"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de consumo ..... R\$19.372,43

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"228"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$8.850,20

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS  
"229"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$10.000,00  
"230"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$5.000,00

1.042 CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, BUEIROS E ESGOTOS  
"232"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$10.000,00

2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR  
"237"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$39.244,65

11 SECRETARIA DOS ESPORTES  
01 DEPTO DOS ESPORTES  
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS  
"270"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$1.859,70  
"271"3.3.90.31.00.00.1.0000 Premiações culturais, desportivas e outras ..... R\$4.406,00  
"272"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$560,02  
"273"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica ..... R\$6.817,20

13 FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA  
01 DEPTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
2.076 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INFANTO JUVENIL  
"282"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$1.261,00  
"283"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.728,00

2.111 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA  
"284"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$1.500,00  
"285"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.500,00

2.112 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE  
"286"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$1.500,00  
"287"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$1.500,00

17 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENV. ECONOMICO  
01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS  
"299"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações ..... R\$19.900,80

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES  
"316"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$35.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.457/2015

LEI Nº 4.457, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$88.128,51 (oitenta e oito mil cento e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

“27”3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$82.328,51

“28”3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$5.800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$88.128,51 (oitenta e oito mil cento e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos):

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS

“5”3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$18.000,00

“7”3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais ..... R\$2.278,88

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

“32”3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo ..... R\$25.632,86

“33”3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de Distribuição Gratuita ..... R\$258,84

“34”3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$916,04

“37”3.3.90.46.00.00.1.0002 Auxílio – Alimentação ..... R\$13.000,00

“38”3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$4.170,06

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

“43”3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de distribuição Gratuita ..... R\$20.871,83

03 DEPARTAMENTO DE ENCARGOS GERAIS

0.006 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP – SAÚDE

“58”3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$3.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.458/2015

LEI Nº 4.458, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a entidade “ASSOCIAÇÃO DE MÃES JUNTAS VENCEREMOS”, inscrita no CNPJ sob nº 15.126.596/0001-48, com sede administrativa na Linha Aurora, interior do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública, todas as vantagens, prerrogativas e direitos previstos em lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº 4.459/2015**

LEI Nº 4.459, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:  
Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a entidade “GRUPO DE IDOSOS ALEGRIA DA AMIZADE”, inscrita no CNPJ sob nº 03.273.587/0001-09, com sede administrativa na Linha Novo Sarandi, interior do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública, todas as vantagens, prerrogativas e direitos previstos em lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº 4.460/2015**

LEI Nº 4.460, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE MENCIONA”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a “GRUPO DE IDOSOS SEMPRE AMIGOS”, inscrita no CNPJ sob nº 03.394.792/0001-14, com sede administrativa na Linha Rosangeles, interior do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública, todas as vantagens, prerrogativas e direitos previstos em lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº 4.461/2015**

LEI Nº 4.461, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO GRUPO DE IDOSOS ALEGRIA DA AMIZADE, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, o valor de até R\$12.000,00 (doze mil reais), ao GRUPO DE IDOSOS ALEGRIA DA AMIZADE, portador do CNPJ/MF sob nº. 03.273.587/0001-09, situado na Linha Novo Sarandi, Município de São José do Cedro/SC, com o objetivo de auxiliar financeiramente para realização de melhorias e reparos na Sede Social da Comunidade.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até 31/12/2015, conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.03	DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS
Elemento	4.4.30.41.00.00.1.0000
Recurso	1.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	"470"

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### LEI Nº 4.462/2015

LEI Nº 4.462, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO GRUPO DE IDOSOS SEMPRE UNIDOS, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, o valor de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), ao GRUPO DE IDOSOS SEMPRE UNIDOS, portador do CNPJ/MF sob nº. 03.394.792/0001-14, situado na Linha Rosangeles, Município de São José do Cedro/SC, com o objetivo de auxiliar financeiramente para realização de melhorias e reparos na Sede Social da Comunidade.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até 31/12/2015, conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora

autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.03	DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS
Elemento	4.4.30.41.00.00.1.0000
Recurso	1.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	"470"

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.463/2015

LEI Nº 4.463, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE MÃES JUNTAS VENCEREMOS, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

transferir, mediante Convênio, o valor de até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a ASSOCIAÇÃO DE MÃES JUNTAS VENCEREMOS, portadora do CNPJ/MF sob nº. 15.126.596/0001-48, situado na Linha Aurora, Município de São José do Cedro/SC, com o objetivo de auxiliar financeiramente para realização de melhorias e reparos na Sede Social da Comunidade.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até 31/12/2015, conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.03	DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS
Elemento	4.4.30.41.00.00.1.0000
Recurso	1.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	"470"

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.



VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### LEI Nº 4.464/2015

LEI Nº 4.464, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CLUBE DE MÃES TRÊS MARIAS, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, o valor de até R\$106.000,00 (cento e seis mil reais), ao CLUBE DE MÃES TRÊS MARIAS, portador do CNPJ/MF sob nº. 80.632.888/0001-14, situado na Linha Pardo, Município de São José do Cedro/SC, com o objetivo de auxiliar financeiramente para realização de melhorias e reparos na Sede Social da Comunidade.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o “caput” do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até 31/12/2015, conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada,

caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.03	DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES CULTURAIS, ASSISTENCIAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS
Elemento	4.4.30.41.00.00.1.0000
Recurso	1.0000 RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	“470”

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### LEI Nº 4.465/2015

LEI Nº 4.465, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATERRAMENTO E TERRAPLENAGEM PARA VIABILIZAR A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E CULTURAL DA COMUNIDADE DE LINHA ESQUINA DERRUBADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar



despesas com serviços de aterramento, terraplenagens, escavações e limpeza com máquinas, veículos e equipamentos da municipalidade, junto ao Centro Comunitário de Linha Esquina Derubada, com vistas à melhoria da infraestrutura nos arredores de sua sede.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.466/2015**

LEI Nº 4.466, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE TERRAPLENAGEM PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas para fins de execução de Programa Habitacional de Interesse Social, com o objetivo de custear até 5 (cinco) horas/máquinas de serviços de terraplenagens, escavações e abertura de fossas sépticas, por beneficiário, em imóveis de 21 (vinte e uma) famílias de agricultores cedrenses cadastrados no Programa Minha Casa Minha Vida – Rural, do Governo Federal.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente;

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.467/2015**

LEI Nº 4.467, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“APROVA PLANO DE LOTEAMENTO E AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS.”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado “PARQUE INDUSTRIAL III, DR AGENOR BRANCHER”, a ser executado sobre a PARTE DO LOTE RURAL NÚMERO 18 (dezoito), com a área de 40.000,00m² (quarenta mil metros quadrados), da matrícula 11.434, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro - SC, situado no perímetro urbano do Município de São José do Cedro, sem acessões, com a seguinte descrição: PARTE DO LOTE RURAL NÚMERO 18 (dezoito), com a área de 40.000,00 m² (quarenta mil metros quadrados), sem benfeitorias, situada da Linha São Domingos, neste Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, confrontando: considerando como ponto de partida o marco denominado 01, localizado no ponto de divisa entre a antiga Estrada Geral que liga São José do Cedro a Guarujá do Sul e o lote industrial nº 01 da Q-01 do Parque Industrial deste Município de São José do Cedro - SC, e seguindo no sentido OESTE/LESTE, confrontando-se ao Norte, com os lotes industriais nºs. 01, 02 e 03, da Q-01 do Parque Industrial deste Município de São José do Cedro - SC, medindo 207,84 metros, até encontrar o marco denominado 02; deflete-se esta linha à direita seguindo no sentido NORTE/SUL, confronta-se ao Leste, linha seca, com parte do mesmo lote rural nº 18 e com parte remanescente do mesmo

lote rural nº.18, medindo 231,71 metros, até encontrar o marco denominado M4; deflete - se esta linha a direita seguindo no sentido OESTE/LESTE, confrontando - se ao SUL, por linha seca com parte remanescente do mesmo lote nº.18 medindo 180,33 metros, até encontrar o marco denominado M5: deflete-se esta linha a direita seguindo no sentido NORTE/SUL, confronta - se ao OESTE, com parte da linha representada pela antiga Estrada Geral que liga São José do Cedro a Guarujá do Sul, medindo 190,17 metros, até encontrar o marco denominado 01 (ponto de partida).

§1º. O loteamento possui área total de 40.000,00m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), da matrícula 11.343, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro - SC, dos quais 3.768,84m<sup>2</sup> destinam-se à área verde, 10.990,36m<sup>2</sup> de áreas de circulação/ruas e restando uma área líquida de 25.240,80m<sup>2</sup>, transformando-se em lotes edificáveis (24 lotes).

§2º. A área loteada situa-se na Zona Industrial Urbana da cidade de São José do Cedro, e terá os usos previstos para aquela região, conforme o Plano Diretor do Município.

Art. 2º. O presente loteamento será interceptado por 04 (quatro) ruas, sendo uma o prolongamento da Rua Professora Ester Scholl, existente no Parque Industrial II, Dr. Neme, bem como haverá abertura de 03 (três) ruas de acesso, com as seguintes denominações: Rua Zeferina Quiomento Modanese, Rua Avelino Zanardi e Rua Pedro Maziero

Art. 3º. Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

- a) Capa do Loteamento;
- b) Cópia da licença ambiental prévia e de instalação;
- c) Consulta de viabilidade técnica – SEMAE;
- d) Consulta de viabilidade técnica CELESC;
- e) Consulta de viabilidade, localização e resíduos do município;
- f) Declaração de profissional habilitado sobre as condições do loteamento;
- g) Título de propriedade do imóvel;
- h) Termo de compromisso de execução da infraestrutura;
- i) Cronograma físico de implantação/execução das obras;
- j) Memorial descritivo do loteamento;
- k) Memorial descritivo dos lotes;
- l) Memorial descritivo das ruas;
- m) ART/CAU dos profissionais;
- n) Prancha do projeto executivo com área verde georeferenciada;
- o) Prancha das curvas de nível;
- p) Prancha perfis das ruas;
- q) Prancha drenagem pluvial com detalhes e memorial;
- r) Prancha do tratamento de efluentes com memorial;
- s) Prancha do projeto de pavimentação em pedras irregulares;
- t) Prancha do projeto de distribuição de energia com fluxograma embutido;
- u) Prancha do projeto de distribuição de água com memorial;
- v) Prancha do levantamento da área primitiva do loteamento, com as confrontações;
- w) Croqui de localização e entorno da área de loteamento;
- x) Parecer técnico da Comissão de Análise.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.468/2015

LEI Nº 4.468, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas Escolas Públicas Municipais de São José do Cedro.

Art. 2º O Conselho Escolar é um colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a democratização da escola pública e a melhoria da qualidade socialmente referenciada da educação nela ofertada.

§1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos/as, pais/mães ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação, docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade escolar.

§2º Por comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exerce funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

I – Diretor ou responsável da Escola;

II – Representante dos Trabalhadores em Educação Docentes (um membro efetivo e um suplente);

III – Representante dos Trabalhadores em Educação Não Docentes (um membro efetivo e um suplente);

IV – Representante dos pais ou responsáveis (1 membro efetivo e 1 suplente).

V – Representante dos alunos (1 membro efetivo e 1 suplente).

VI – Representante da APP - Associação de Pais e Professores (1 membro efetivo e 1 suplente).

VII - Representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Indicado por Associação de Moradores, Conselhos Comunitários, entre outros) – 1 membro efetivo e 1 suplente.

§1º O Diretor da Escola tem assento nato no Conselho Escolar e não poderá exercer o cargo de Presidente nem Vice-Presidente deste conselho.

§2º A Associação de Pais e Professores – APP será representada por um de seus dirigentes, que não poderá exercer o cargo de Presidente nem Vice-Presidente deste conselho, tendo como objetivo a articulação entre os dois colegiados.

§3º O representante da comunidade local não poderá exercer o cargo de Presidente nem Vice-Presidente deste colegiado, tendo como objetivo a articulação entre escola e comunidade na qual está inserida.

I – o representante da comunidade local será indicado pelo Conselho Escolar em sua primeira reunião.

II – na indicação do representante da comunidade local, serão considerados, entre outros, os critérios de disponibilidade, relação com o trabalho educacional desenvolvido na escola e representatividade junto à comunidade local.

§4º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos pais/mães/responsáveis legais e alunos e 50% para o conjunto dos trabalhadores em educação.

I – no impedimento legal de membros do segmento alunos para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual de 50% será completado, respectivamente, por representantes dos pais/mães ou responsáveis legais;

II – na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores em educação não docentes, o percentual de 50% será completado pelos trabalhadores em educação docentes.

§5º O número total de integrantes do Conselho Escolar deverá ser, necessariamente, ímpar.

§6º Cada representante terá 01(um) suplente que assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do diretor da escola, que seguirá legislação específica.

§7º Entende-se por responsável legal as pessoas que apresentarem documentação que comprove sua responsabilidade informada no ato da matrícula e/ou rematrícula na Escola Pública Municipal.

§8º Os representantes dos trabalhadores em educação, docentes e Não docentes, deverão ser servidores do quadro permanente da educação atuantes na escola.

Art. 5º O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I – participar da elaboração do calendário escolar e fiscalizar seu cumprimento, observando as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente;

II – participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar, incluindo nele as competências e funcionamento do Conselho Escolar;

III – convocar assembléias gerais da comunidade escolar, juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos, quando houver a necessidade de discussão de algum assunto pertinente a sua competência;

IV – avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

V – acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliação, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

VI – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sugerindo modificações

sempre que necessário;

VII – elaborar e participar do plano de formação continuada e permanente dos/as conselheiros/as escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação através da Secretaria Municipal de Educação;

VIII – participar da elaboração e aprovação do plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências, repasses, programas ou captados pela escola, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

IX – fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;

X – analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da escola.

XI – divulgar periodicamente, de acordo com a prestação de contas, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

XII – promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares através do Conselho Municipal de Educação;

XIII – encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XIV – mobilizar campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XV – propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do/a aluno/a e a valorização da cultura da comunidade local;

XVI – propor alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo considerando os conceitos dos tempos e dos espaços pedagógicos na escola;

XVII – propor discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente;

Parágrafo único. O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposição e encaminhamentos específicos.

Art. 6º O mandato do Conselho será de (2)dois anos, com direito a uma recondução consecutiva de forma coletiva ou de conselheiros específicos.

Art. 7º O processo de eleição do Conselho Escolar será coordenado por uma Comissão Eleitoral Escolar composta por 01(um) representante titular 01(um) suplente de cada segmento da comunidade escolar.

§1º Os membros da Comissão Eleitoral da Escola não podem ser candidatos.

§2º As eleições do Conselho Escolar com mandato de 02 (dois) anos, deverão ser realizadas até o mês de março, em anos ímpares, seguida de posse dos eleitos.

Art. 8º O Conselho Escolar elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 4º.

Parágrafo único. Em caso de vacância do Presidente, o Vice-Presidente assume por período pré-determinado até convocar-se nova eleição.

Art. 09. O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I – destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II – ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de 12(doze) meses;

III – mais de 3(três) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de 12 (doze) meses;

IV – renúncia;

V – falecimento;

VI – perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Parágrafo único. O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância devido as hipóteses previstas nos incisos I a VI do artigo anterior.

Art. 10. O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário e convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, um terço (1/3) de seus integrantes titulares.

Parágrafo único. O quórum mínimo para funcionamento e deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 01(um) de seus integrantes.

Art. 11. O exercício da função de membro do Conselho Escolar não será remunerada e é considerado de relevante interesse público.

Art. 12. As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 13. A primeira eleição do Conselho Comunitário, com mandato de 1 (um) ano, ocorrerá no mês de março de 2016, seguida de posse dos eleitos.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4449/2015

LEI Nº 4.449, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizando a transferir, mediante Convênio, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO, portadora do CNPJ/MF sob nº. 86.204.799/0001-53, situada na Avenida Salgado Filho, 1511 - Centro, Município de São José do Cedro/SC, que tem por objetivo estabelecer um Sistema de Cooperação Técnico-financeiro, entre o Fundo Municipal de Saúde – FMS e a Associação Beneficente Hospitalar de São José do Cedro, visando o pagamento de pequenas intervenções cirúrgicas, no exercício de 2016, o valor de R\$29.754,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o “caput” do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, em 12 parcelas mensais de até R\$2.479,50 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme plano de trabalho.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
14.02	DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
Proj/Ativ	2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
Elemento	3.3.50.41.00.00 CONTRIBUIÇÕES
Recurso	1.002 15% IMPOSTOS SAÚDE
Dotação	“30”

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2016.  
Parágrafo único. O convênio ora autorizado terá vigência até 31/12/2016.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.



JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econô-  
mico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.286, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.286, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 002/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2015; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 002/2015;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 002/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2015, de 05 de outubro de 2015, para seleção de professores em caráter temporário e excepcional, para o ano letivo de 2016, na rede municipal de ensino, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir da homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.286, de 16 de dezembro de 2015)

#### RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

#### APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015:

HABILITADOS			
EDUCAÇÃO INFANTIL			
CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	603	SENI ANTONIA BRUM	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	209	DILCE MARIA CELLA MARIA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	499	ILSE ECKERT VICENTE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	597	LOIVA BERNARDETE MAEHLER BARBOSA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	572	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	524	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	230	ROSA BUSIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
8º	212	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
9º	181	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
10º	579	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
11º	423	ANDREIA MARIA SPRICIGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
12º	408	TATIANA MARIA PIONER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
13º	185	ROSELI BERNADETE WOLFART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
14º	442	CLAUDETE TERESINHA ALBAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
15º	473	TATIANE PAULA KLEIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
16º	246	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
17º	488	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

18º	458	IVANIRIA SARTORI BAISSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
19º	218	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
20º	16	RUBIA TEZZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
21º	434	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
22º	837	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
23º	384	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
24º	130	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
25º	1	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
26º	205	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
27º	8	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
28º	53	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
29º	261	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
30º	472	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
31º	712	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
32º	63	SILVETE DENDENA NEGRI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
33º	115	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
34º	203	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
35º	356	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
36º	152	FRANCIELI GONCALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
37º	318	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
38º	412	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
39º	90	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
40º	371	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
41º	612	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
42º	109	ELIANDRA DO CAMPO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
43º	392	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
44º	782	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
45º	304	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
46º	402	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
47º	76	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
48º	677	JÉSSICA LAGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
49º	5	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
50º	513	MAIKIELI FRITZEN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
51º	342	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
52º	566	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
53º	322	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI LECCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
54º	811	ELIS PAULA BOITO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
55º	797	ROZELI ALVES DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
56º	117	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
57º	598	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
58º	532	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
59º	264	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
60º	786	DANIELI NESPOLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
61º	375	ROSANGELA BALBINOT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
62º	334	SANDRA REGINA CANEVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
63º	560	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
64º	58	ESTELA REGINA KUMER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
65º	784	ZELENIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
66º	762	LUANA MURARO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
67º	583	MARIZA HELENA RAMBO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
68º	272	MARCIANE MARIA TENUCCI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
69º	855	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
70º	48	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

71º	734	MADALENA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
72º	376	MARIZETE ELY	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
73º	770	CLADIR CARMEN ARTUSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
74º	124	DULCINEIA PERBONI CUNICO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
75º	11	LINDOMAR SIQUEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
76º	582	ALINI RONCHI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
77º	795	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
78º	379	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
79º	315	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
80º	188	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
81º	175	TALITA CÚNICO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
82º	675	LILIAN SCUSSIATO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
83º	441	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
84º	644	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
85º	327	CRISTIANE GOBATTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
86º	411	MARIA LOURDES FAVRETTO PASTORELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
87º	298	ANGELA MARIA LIVI ROSA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
88º	670	KÁTIA COMIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
89º	208	JULIANA DE MELO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
90º	825	DIEGO CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
91º	86	CRISTINA ANZILEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
92º	329	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
93º	46	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
94º	618	IVANETE FRANCIELI LAUFER BATISTA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
95º	531	ELIZETE CLAUDIA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
96º	469	ELAINE MENEGUS JAHNN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
97º	549	ELIZETE BOTTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
98º	287	FRANCIELI FAVERO MITRUT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
99º	645	DANIELA ANTUNES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	150	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
2º	742	SOLANGE GONÇALVES DE PAULA MAZUREK	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
3º	351	IVANILDE FÁTIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	757	MAYLA DIAS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	126	DÉBORA DE SOUZA LOPES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	608	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	244	JULIANA VIEDA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	462	SAMARA APARECIDA TAVARES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	65	DONISETE APARECIDA MOSCHEN KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	592	PATRICIA BORGES DOS SANTOS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	748	BEATRIZ APARECIDA NETTO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	355	NATANI CRISTINA PEREIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	138	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	281	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	426	JÉSSICA MAYARA DE MELLO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	676	MARILDE FERNANDES CARNEIRO RAMPINELLI	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
17º	605	DELICIA MARIA FREITAS	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	338	GENILCE GASPARETTO HERMES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	853	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	358	GILIANDRA VANIN DE ALMEIDA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
21º	851	CLARECIR SALETE MACHADO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	453	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	349	LEIAMAR SALETE GOS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	36	SILVANA FARIAS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA

25º	746	GILVANE LUIZA DE NEZ PEREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	397	RITALI FILIPPINI SANTIAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	310	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	626	MIRIAM ROSANE ROSIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	547	NEILA ARRUDA	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	694	ZULEIGA INÊS SCHMAINSKI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	500	DENIZE REGINA MAGGI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	758	FERNANDA DA ROCHA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	277	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	503	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	26	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	248	GECILDA ALVES SCATOLIN	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	581	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	104	ELISANDRA AMERICO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	400	ANA CLAUDIA DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	444	VERONICA FRANCISCA STANG	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
41º	716	DANILU CAMILA FOSSATTI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	632	SILVIA CRISTINA CAMARGO BLANCK	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
43º	79	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	600	ROSANE PINHEIRO	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	92	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	534	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	98	TAYANE POTRATZ	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	236	CLEUSA DO NASCIMENTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
49º	96	SIDIONE BAGIO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
50º	139	ELIZABETE ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
51º	813	PÂMELA ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
52º	565	SAIONARA SCHUSTER RIBAS	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
53º	840	RAIANI ALVES GLEMBOSKY	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
54º	685	JAQUELINE VARELI	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL
55º	832	VIVIANE QUADRI	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL
56º	833	VANDERLEIA GOULART RAMBO	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL

## HABILITADOS

## ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	611	SINARA MONICA CANEVER SONDA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	601	SENI ANTONIA BRUM	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	193	HERMES MARIOTT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	617	ISABEL TREVISOL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	103	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	365	MARINEIVA VANIN BAZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	508	MARINES APARECIDA BAGIO MORESCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	553	ILSE ECKERT VICENTE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	509	MARLI APARECIDA BAGIO PARISOTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	526	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	520	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	308	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
13º	228	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
14º	163	CRISTIANI PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
15º	580	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
16º	491	TATIANA MARIA PIONER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
17º	186	ROSELI BERNADETE WOLFART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
18º	271	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
19º	258	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
20º	347	MARLENE TEREZINHA CURIOLETTI MATIAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
21º	487	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

22º	454	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
23º	302	MICHELI BONADIMAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
24º	219	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
25º	131	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	363	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
27º	699	SILMARA WALKER MOTTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	838	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	385	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
30º	201	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
31º	2	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
32º	530	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
33º	206	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
34º	57	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
35º	54	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
36º	505	REJANE PRISCILA RAMBO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
37º	470	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
38º	709	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
39º	789	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
40º	62	SILVETE DENDENA NEGRI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
41º	116	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
42º	204	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
43º	357	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
44º	293	EDIANE MARA SIEBENEICHLER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
45º	151	FRANCIELI GONCALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
46º	406	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
47º	413	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
48º	324	ANA PAULA BUENO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
49º	89	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
50º	370	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
51º	633	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
52º	311	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
53º	391	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
54º	781	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
55º	305	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
56º	77	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
57º	679	JÉSSICA LAGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
58º	132	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
59º	4	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
60º	514	MAIKIELI FRITZEN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
61º	343	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
62º	564	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
63º	317	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI LECCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
64º	812	ELIS PAULA BOITO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
65º	544	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
66º	599	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
67º	533	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
68º	274	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
69º	159	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
70º	157	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
71º	33	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
72º	257	JUCELAINE RIQUINHA GOSSLER SIQUEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
73º	558	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO



74º	61	ESTELA REGINA KUMER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
75º	238	ZELENIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
76º	763	LUANA MURARO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
77º	275	MARCIA NE MARIA TENUTTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
78º	619	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
79º	50	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
80º	736	MADALENA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
81º	377	MARIZETE ELY	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
82º	794	CLADIR CARMEN ARTUSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
83º	720	DULCINEIA PERBONI CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
84º	382	CLAUDIA LUCIANE PEREIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
85º	249	JULIANA XAVIER BARBOSA DE AVELAR BOVE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
86º	584	ALINI RONCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
87º	799	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
88º	380	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
89º	841	TALILA GRACIELI VIEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
90º	314	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
91º	744	PRISCILA FANTE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
92º	187	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
93º	176	TALITA CÚNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
94º	674	LILIAN SCUSSIATO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
95º	340	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
96º	328	CRISTIANE GOBATTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
97º	671	KÁTIA COMIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
98º	207	JULIANA DE MELO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
99º	821	DIEGO CASAGRANDE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
100º	93	CRISTINA ANZILEIRO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
101º	330	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
102º	47	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
103º	561	MONICA LAGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
104º	620	IVANETE FRANCIELI LAUFER BATISTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
105º	468	ELAINE MENEGUS JAHNN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
106º	550	ELIZETE BOTTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
107º	288	FRANCIELI FAVERO MITRUT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
108º	646	DANIELA ANTUNES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

## NÃO HABILITADOS

## ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIFGE- RAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	149	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
2º	681	VANESSA BRATTI GIOMBELLI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
3º	741	SOLANGE GONÇALVES DE PAULA MAZUREK	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	518	LUCINEIA SCHULZ	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	352	IVANILDE FÁTIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	134	DÉBORA DE SOUZA LOPES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	610	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	856	IDIONE MORETTO BERGAMASCHI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	245	JULIANA VIEDA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	463	SAMARA APARECIDA TAVARES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	66	DONISETE APARECIDA MOSCHEN KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	750	BEATRIZ APARECIDA NETTO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	831	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	144	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	427	JÉSSICA MAYARA DE MELLO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	339	GENILCE GASPARETTO HERMES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA

17º	834	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	554	GILIANDRA VANIN DE ALMEIDA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	452	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	350	LEIAMAR SALETE GOS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
21º	745	GILVANE LUIZA DE NEZ PEREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	41	CIBELLE KARINA LOPES PEREIRA TENUTTI	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	785	THAIS SMANIOTTO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	398	RITALI FILIPPINI SANTIAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
25º	313	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	820	MIRIAM ROSANE ROSIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	693	ZULEIGA INÊS SCHMAINSKI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	555	SANDRA REGINA PEREIRA TOSS DALLA VECCHIA	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	501	DENIZE REGINA MAGGI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	759	FERNANDA DA ROCHA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	278	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	502	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	27	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	250	GECILDA ALVES SCATOLIN	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	609	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	102	ELISANDRA AMERICO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	571	VERONICA FRANCISCA STANG	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	718	DANILU CAMILA FOSSATTI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	724	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	296	JAKIELE RAQUEL OZELAME	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
41º	808	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	535	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
43º	101	TAYANE POTRATZ	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	237	CLEUSA DO NASCIMENTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	436	SAMARA DE LARA CASAGRANDE	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	147	ELIZABETE ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	815	PÂMELA ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	692	JAQUELINE VARELI	MAGISTÉRIO - ANOS INICIAIS
49º	830	VIVIANE QUADRI	MAGISTÉRIO - ANOS INICIAIS

## HABILITADOS

## REFORÇO ESCOLAR

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	615	ISABEL TREVISOL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	177	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	369	MARINEIVA VANIN BAZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	527	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	573	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	642	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	216	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	180	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	309	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	229	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	559	ROSICLER MARIA ZANONI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	587	CRISTIANI PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
13º	707	SANDRA MARIN	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
14º	303	MICHELI BONADIMAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
15º	135	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
16º	364	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
17º	570	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES LIMBERGER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
18º	636	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
19º	127	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

20º	529	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
21º	75	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
22º	59	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
23º	292	EDIANE MARA SIEBENEICHLER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
24º	407	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
25º	319	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	312	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
27º	399	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	133	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	118	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
30º	153	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
31º	158	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
32º	35	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
33º	335	SANDRA REGINA CANEVER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
34º	259	JUCELAINE RIQUINHA GOSSLER SIQUEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
35º	465	MARCIA DE FATIMA PORSCH	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
36º	516	ANA PAULA SCHULZ	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
37º	647	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
38º	290	MARIA LOURDES FAVRETTO PASTORELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
39º	300	ANGELA MARIA LIVI ROSA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
40º	171	SILVIA CRISTINA PARIS DE MOURA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS

## HABILITADOS

## CORREÇÃO DE FLUXO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	270	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	842	TALILA GRACIELI VIEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

## HABILITADOS

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	568	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES LIMBERGER-DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	262	CRESTINA BOLZAN LORENZI - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	545	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	247	GICELI BASTEZINI WEIRICH - DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	557	ROSICLER MARIA ZANONI - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	801	ROZELI ALVES DOS SANTOS - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	387	CLAUDIA LUCIANE PEREIRA - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
8º	12	LINDOMAR SIQUEIRA - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
9º	110	ELIANDRA DO CAMPO - DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
10º	743	PRISCILA FANTE - DA/DV	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

## HABILITADOS

## PORTUGUÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	538	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	445	ROSICLER LAZZAROTTO DE LIMA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	585	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	706	SANDRA MARIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	703	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	428	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	648	KEILA AVILA ELY	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	816	DAYANNE VILLANI DO NASCIMENTO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO

9º	771	KACIANE BACH	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
10º	604	CLARICE NOELI ALBERT RIFFEL	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
11º	517	ANA PAULA SCHULZ	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
12º	170	SILVIA CRISTINA PARIS DE MOURA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS

**NÃO HABILITADOS**  
**PORTUGUÊS**

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	607	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
2º	846	THIAGO ORLANDIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
3º	439	EDER FERNANDO VOTRI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
4º	697	STELIA LUCIENNE SOROKA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
5º	39	PÂMELA BONKEVITCH	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
6º	362	MÁRCIA BAESSO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
7º	266	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO.	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
8º	325	FABIANA DE MORAES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
9º	669	MARISA PASQUALIN MORETTO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
10º	474	RAQUEL AVILA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
11º	404	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS
12º	806	ADRIANA REGINA STOCCO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
13º	803	RENARA LOUREIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
14º	672	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS
15º	221	CHEILA DAIANA OZELAME	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS

**HABILITADOS**  
**INGLÊS**

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	539	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	196	ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	701	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	224	JOSLÉIA APARECIDA DOS PASSOS	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	768	KACIANE BACH	LICENCIATURA EM INGLÊS
6º	596	SIMONE BREZOLIN	LICENCIATURA EM INGLÊS
7º	496	MICHELLY BOTTEGA	LICENCIATURA EM INGLÊS

**NÃO HABILITADOS**  
**INGLÊS**

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	606	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 8º PERÍODO DE INGLÊS
2º	844	THIAGO ORLANDIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE INGLÊS
3º	299	ADRIANA REGINA STOCCO	CURSANDO 4º PERÍODO DE INGLÊS
4º	802	RENARA LOUREIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE INGLÊS
5º	519	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER	CURSANDO 2º PERÍODO DE INGLÊS
6º	643	CAMILA CAROLINE OLIVEIRA DASSI	CURSANDO 2º PERÍODO DE INGLÊS
7º	403	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSO DE INGLÊS FISK
8º	265	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO	CURSO DE INGLÊS FISK
9º	51	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	CURSO DE INGLÊS ACADEMIA WASHINGTON

**HABILITADOS**  
**ESPANHOL**

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	542	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	253	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO

3º	105	LUIS HERNAN GONZALEZ MORALES	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	295	JAKIELE RAQUEL OZELAME	LICENCIATURA EM ESPANHOL

## NÃO HABILITADOS

## ESPANHOL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	438	EDER FERNANDO VOTRI	CURSANDO 8º PERÍODO DE ESPANHOL

## HABILITADOS

## INFORMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	480	SANDRA MACHADO	LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
2º	725	MARCELO IVAN FLORES	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO
3º	466	FABIANA CUNICO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
4º	162	LEONARDO SPRICIGO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
5º	323	CARLA BALZAN PARIZOTTO	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO
6º	410	JOSIANE DE SOUZA CONTE	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
7º	489	GUILHERME RODRIGUES DA SILVA	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
8º	798	HUILSON JOSÉ LORENZI	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
9º	49	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

## NÃO HABILITADOS

## INFORMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	389	GESSICA FOPPA	CURSANDO 9º PERÍODO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
2º	796	EVELYN CRISTINA BROCARDIO	CURSANDO 8º PERÍODO DE CIENCIA DA COMPUTAÇÃO
3º	711	JACKSON PERAZOLI	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
4º	616	ROBERTOM DA CAMPO	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
5º	667	GIAN MARCOS GRACIOLA	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
6º	634	ROSI MERI DE FREITAS	CURSANDO 6º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
7º	56	CAROLINE DE SOUZA CAMPANHA	CURSANDO 5º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
8º	850	PÂMELA BONKEVITCH	CURSANDO 2º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
9º	738	JHONATAN COMIN	CURSANDO 2º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
10º	577	SIDINEI DIESEL	CURSANDO 2º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA

## HABILITADOS

## ARTE

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	627	ANGELA MARIA GIOTTO	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
2º	88	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	651	NILCE BATISTA DA SILVA	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
4º	552	JESSICA PEYROT DOS SANTOS	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
5º	32	ALINE DONADEL	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS
6º	119	ALCINEI TADIOTTO	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

## NÃO HABILITADOS

## ARTE

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	67	CLARI BETTIATO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
2º	189	EVERLISE DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
3º	695	FRANCIELI BORTOLINI CORRÊIA DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
4º	457	MARISTELA BEATRIZ SUZIN BRASSO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
5º	621	JOSIANE CASAGRANDE	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS



6º	145	MORGANA DANIEL CONTE EPPING	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
7º	306	CRISTIANE CARNEIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
8º	713	ROSANGELA PEREIRA DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
9º	446	CLACIANE VILLA	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
10º	121	GRAZIELA DALLAGNOL	CURSANDO 3º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
11º	260	ANA PAULA DA SILVA MECABO	CURSANDO 3º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
12º	836	CLARECIR SALETE MACHADO	CURSANDO 2º PERÍODO DE ARTES VISUAIS

## HABILITADOS

## ENSINO RELIGIOSO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	593	FERNANDA ORTOLANI	LICENCIATURA EM ENSINO RELIGIOSO

## NÃO HABILITADOS

## ENSINO RELIGIOSO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	354	MARIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	747	ROSELÍ ORLANDI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
3º	664	MAYARA FACCIN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

## HABILITADOS

## HISTÓRIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	416	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
2ª	687	NARCISIO FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	563	MARILAINÉ PIMMEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	374	ANA CELIA PELISSARO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	174	CLAUDIOMIRO DA SILVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	464	SILVANA VIEDA HERMES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	588	SÍLVIA REGINA SAUGO SOMARIVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	624	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
9º	68	CLARI BETTIATO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
10º	849	SANDRA FÁTIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
11º	696	STELIA LUCIENNE SOROKA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
12º	418	ROSELÍ ORLANDI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
13º	637	NAIHA DE LIMA BITENCOURT DE MELO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
14º	183	EVERLISE DOS SANTOS	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
15º	467	VANDERLICE TERESINHA FUSIGER	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
16º	814	JANETE BORSATO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
17º	100	MAYARA FACCIN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
18º	769	JONAS ANTUNES RODRIGUES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
19º	421	MARCIA CRISTINA BORGES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

## NÃO HABILITADOS

## HISTÓRIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	22	MARGARETE DE GIACOMETTI GERHARDT	CURSANDO 6º PERÍODO DE HISTÓRIA
2º	728	LORENI DE BARROS	CURSANDO 6º PERÍODO DE HISTÓRIA
3º	87	LORIANE BELLEBONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
4º	108	GEDERSON TURANI	CURSANDO 4º PERÍODO DE HISTÓRIA
5º	348	PATRIK JANDIR ROSSONI	CURSANDO 4º PERÍODO DE HISTÓRIA
6º	451	MATHEUS CAUS	CURSANDO 2º PERÍODO DE HISTÓRIA

## HABILITADOS

## GEOGRAFIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	415	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	85	LORIANE BELLEBONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	353	MARIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	461	JAQUELINE MASSOLA BARBOSA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	623	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	660	DALIANE MENIN NEGRI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	824	VANUZA MARTINELLO	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	336	DEIVIMARA CONTE	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
9º	823	ROBSON SANTANA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

## NÃO HABILITADOS

## GEOGRAFIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	543	LEONARDO MARTINS	CURSANDO 6º PERÍODO DE GEOGRAFIA
2º	589	SILVIA REGINA SAUGO SOMARIVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	852	SANDRA FATIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	591	ANA PAULA PREZZI	CURSANDO 5º PERÍODO DE GEOGRAFIA
5º	481	EDIANE DE SANTI SPERANCA	CURSANDO 2º PERÍODO DE GEOGRAFIA

## HABILITADOS

## EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	234	LUIZ ANTONIO MARTINS	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	383	MARISTEL CRISTINA FEUSER	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	726	MARCIO POSSAMAI DELLA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	294	FABIELY FRACARO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	21	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	20	WILLIAN LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	173	LIDIMARA CUNICO CENCI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	447	TATIANE MARA BENCKE	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
9º	3	PATRICIA MARTINELLO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
10º	195	DIANA MARIA SANTIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
11º	562	VALDIRENE NUNES	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
12º	396	EZEQUIELE FURLANETTO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
13º	316	LEONARDO DA SILVA COIMBRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
14º	113	FRANCIELI BISPO RIBEIRO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	223	MICHELLE BITTENCOURT	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	241	JULIANA MEIRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	737	JHONATAN COMIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	81	MICHELI CRISTINA NODARI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	409	DAVI NERVIS	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
20º	788	ELUANA BATTISTI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
21º	256	VANUSA BRATTI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
22º	252	HENRIQUE FONTANA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

## NÃO HABILITADOS

## EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	778	CAMILA PORTALUPPI	CURSANDO 8º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2º	202	VERIDIANE APARECIDA BARBOSA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
3º	321	ANANDA HILLEHEIM	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
4º	166	ARIELI POSSAMAI DELLA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

5º	777	REGIANE DE SOUZA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
6º	775	FABIANA DE SOUZA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7º	91	MARIEL CRISTIANE MOREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8º	29	JULIANA DALA CORTE ERDMANN	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
9º	845	PEDRO MARTINS RODRIGUES	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
10º	773	RAFAELA RODRIGUES BOEIRA HERTZ	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
11º	366	SANDRA MARIA MACHADO DE LIMA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
12º	793	ROSENILDA PINHEIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
13º	578	ADRIANE KILIAN DE PAULA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
14º	857	GIVANILDO GUARDA	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	652	RISOLETE MASIERO	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	156	ALEXANDRO FERRARI	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	17	VIVIANE BATISTA ALMEIDA IJOTTON	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	817	ANALICE CECCO DA ROSA	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	443	LUCIANE DA SILVA	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
20º	55	VANDERLI CAVINATO	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

## HABILITADOS

## MATEMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	666	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	460	CELSO BAESSO	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	641	FABIANA REGINA DA CROCE DA SILVA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	372	JAIME LUIZ CITTADIN	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	682	ADRIANA SAUGO TREVELIN	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	414	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	164	CRISTIANE SCHNEIDER	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	854	KEROLYN MENEGUETTI	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

## NÃO HABILITADOS

## MATEMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	774	BRUNA CRISTINA VERGUTZ	CURSANDO 8º PERÍODO DE MATEMÁTICA
2º	450	DIANE APARECIDA CASAGRANDE	CURSANDO 6º PERÍODO DE MATEMÁTICA
3º	686	JULIA BRUNA BASSO	CURSANDO 6º PERÍODO DE MATEMÁTICA
4º	791	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
5º	184	ANGELA MARIA CALEGARI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
6º	10	CAMILA SCHUBERT	CURSANDO 5º PERÍODO DE MATEMÁTICA
7º	227	AURI BATISTA VIEIRA MECABÔ	CURSANDO 5º PERÍODO DE MATEMÁTICA
8º	331	ÚALICE ÁLEM CANEVER	CURSANDO 4º PERÍODO DE MATEMÁTICA
9º	804	SIMONE MEZZOMO GIARETTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## HABILITADOS

## CIÊNCIAS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	668	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS /ESPECIALIZAÇÃO
2º	755	ILIZEIDE MARI IORIS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	551	ROZENEI BACCA BOLZAN	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	106	CLAUDIANA MENEGON	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	378	CRISTIANE GOBATO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	34	JOSÉ GUILHERME STEINHAUS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	459	CELSO BAESSO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	373	JAIME LUIZ CITTADIN	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	199	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
10º	179	ANGELA MARIA CALEGARI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS

## NÃO HABILITADOS

## CIÊNCIAS

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
GERAL	INSC.		
1º	112	FABRINA LUANA DA COSTA	CURSANDO 6º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
2º	819	GABRIELA CHAVES	CURSANDO 6º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 162/2015 – Pregão Presencial Nº 104/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS DE CHOCOLATE PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PARTICIPANTES DOS CLUBES DE IDOSOS VINCULADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: ITALO SUPERMERCADOS LTDA - CNPJ: 04.768.477/0010-63.

VALOR: R\$ 9.112,50 (nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 9.112,50 (nove mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 16/12/2015.

VIGÊNCIA: 16/12/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Origem: Art. 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.170, de 26 de junho de 2014 e 2.231, de 17 de julho de 2015.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniente: Clube de Mães Rainha da Paz, CNPJ nº 04.727.893/0001-22.

Objeto: Repasse de auxílio financeiro do Concedente ao Conveniente, para a aquisição de material permanente e de consumo visando a manutenção dos trabalhos realizados pela entidade.

Valor: R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Pagamento: Em única parcela, com vencimento até a data de 21 de dezembro de 2015.

Dotação Orçamentária: 02.01.04.122.4502.2.002.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (D 2/2015) - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Data da assinatura: 16 de dezembro de 2015.

Vigência: 16/12/2015 à 31/03/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Aline Masiero - pelo Conveniente.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

Extrato do Contrato nº 07/2015

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste.

Contratado: Empresa DG Lazarin - EPP.

Objeto e Valor: Aquisição dos seguintes equipamentos:

a) 01 (um) PC HP CM 402G1 SFF Corei34160/500GB 4GB/DVDRW, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); e

b) 01 (um) Notebook Asus I5/6GB/HD500/DVDRW/14" - VGA, Dedicada 2GB/W8, no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Vigência: 14 a 31 de dezembro de 2015.

Data da assinatura: 14 de dezembro de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

Contratante

Empresa DG Lazarin - EPP

Diana Galvagni Lazarin

Contratada

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2015.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso XVII, da Lei n. 8.666/93, relativo revisão com fornecimento de peças originais para a escavadeira hidráulica JCB JS 160 da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem, com um custo total de R\$ 1.711,75 para as peças originais e os serviços prestados pela empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 16 de dezembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº152/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº152/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015– Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0161.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 158/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1019/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais ) na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais ) na dotação abaixo identificada:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.1.010 – Aquisição de Veículo R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.092.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N.º 378/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 378/2015

Exonera ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA VIEIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 031/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### PORTARIA N.º 379/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 379/2015**

Exonera ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO do cargo de Professora II – Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 026/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 380/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 380/2015**

Exonera CRISTIANE HOFFMANN do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar CRISTIANE HOFFMANN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 036/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 381/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 381/2015**

Exonera EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto

no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar EDUARDA STAHELIN do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 008/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 382/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 382/2015**

Exonera FABIANA HAMES do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar FABIANA HAMES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 030/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 383/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 383/2015**

Exonera GUILHERME NUNES PEREIRA do cargo de Professor I – Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar GUILHERME NUNES PEREIRA do cargo de Professor I – Horista, contrato de trabalho nº. 064/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 384/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 384/2015

Exonera LUCINEIA VIEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LUCINEIA VIEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 034/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 385/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 385/2015

Exonera MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA do cargo de Professora I - Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA do cargo de Professora I – Horista, contrato de trabalho nº. 060/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 386/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 386/2015

Exonera MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II - Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MÁRCIA JANICE DA SILVA LOPES do cargo de Professora II – Horista, contrato de trabalho nº. 027/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 387/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 387/2015

Exonera MARLUCIA CORDEIRO do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARLUCIA CORDEIRO do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 032/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 388/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 388/2015

Exonera NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 035/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 389/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 389/2015

Exonera VERÔNICA PAUZER do cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VERÔNICA PAUZER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 033/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 390/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 390/2015

Exonera VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO do cargo de Professor II - Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO do cargo de Professor II – Horista, contrato de trabalho nº. 028/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 391/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 391/2015

Exonera AILSO EGER do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar AILSO EGER do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 038/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 392/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 392/2015

Exonera ALDÉCIO FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ALDÉCIO FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 014/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 393/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 393/2015

Exonera ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ALDO ERHARDT do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 010/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 394/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 394/2015

Exonera ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANTÔNIO CARLOS ELIAS do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 015/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 395/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 395/2015

Exonera DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 039/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.



**PORTARIA N.º 396/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 396/2015

Exonera FERNANDO LUIZ SCHMITT do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar FERNANDO LUIZ SCHMITT do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 040/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 397/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 397/2015

Exonera JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JOÃO PAULO DOS SANTOS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 020/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 398/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 398/2015

Exonera JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ LINO NAU do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 037/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 399/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 399/2015

Exonera JOSÉ MÁRIO DE CASTRO do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar JOSÉ MÁRIO DE CASTRO do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 041/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 400/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 400/2015

Exonera MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MILTON MIDIO EHARDT do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 018/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 401/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 401/2015

Exonera RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RAFAEL MEDEIROS do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 019/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 402/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 402/2015

Exonera RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar RICARDO KRETZER do cargo de Operador de Máquina III, contrato de trabalho nº. 011/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 403/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 403/2015

Exonera VALCIR JOSÉ KRETZER JÚNIOR do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar VALCIR JOSÉ KRETZER JÚNIOR do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 016/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 404/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 404/2015

Exonera VILMAR ADEMAR DE SOUZA do cargo de Operador de Máquina II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VILMAR ADEMAR DE SOUZA do cargo de Operador de Máquina II, contrato de trabalho nº. 017/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 405/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 405/2015

Exonera VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar VILMAR FORSTER do cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 023/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 406/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2015

Exonera ANDRÉIA ERHARDT do cargo de Agente de Saúde - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar ANDRÉIA ERHARDT do cargo de Agente de Saúde – ESF, contrato de trabalho nº. 022/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 407/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2015

Exonera EDITE HACK do cargo de Agente de Saúde - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar EDITE HACK do cargo de Agente de Saúde – ESF, contrato de trabalho nº. 021/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 408/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2015

Exonera EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTEIRO do cargo de Médico Clínico Geral.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTEIRO do cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 054/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 410/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 410/2015

Exonera GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar GILSON DA SILVA do cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 062/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 411/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2015

Exonera KAMILA SANTOS TRIERVEILER do cargo de Enfermeira – ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar KAMILA SANTOS TRIERVEILER do cargo de Enfermeira – ESF, contrato de trabalho nº. 029/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 30/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 412/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 412/2015

Concede férias ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor LEOMIR JOSÉ JUNCES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 413/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 413/2015

Concede férias a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora SOLENE CLOTILDE KUHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 414/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 414/2015

Concede férias a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 415/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 415/2015

Concede férias a servidora NILZA MARIA JUNCES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NILZA MARIA JUNCES, ocupante do cargo de Agente de Saúde, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 416/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 416/2015

Concede férias a servidora JOELMA DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOELMA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 417/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 417/2015

Concede férias ao servidor GUILHERME ALBINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor GUILHERME ALBINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/01/2016 a 16/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.



**PORTARIA N.º 418/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 418/2015

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 18 dias que gozará a partir de 06/01/2016 a 23/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 419/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 419/2015

Concede férias ao servidor ARLINDO EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 420/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 420/2015

Concede férias ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARLINDO MÁRIO LOHN, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 421/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 421/2015

Concede férias ao servidor CARLINHO SCHMITT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Professor II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 422/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 422/2015

Concede férias a servidora DANIELI ELIANE NAU.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora DANIELI ELIANE NAU, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 423/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 423/2015

Concede férias a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ELENIR TERESINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II – Horista, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 424/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 424/2015

Concede férias a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ANDRÉIA APARECIDA ANDRÉ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 425/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 425/2015

Concede férias a servidora CLARICIA ELIANI KNISS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CLARICIA ELIANI KNISS, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 426/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 426/2015

Concede férias a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

## RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 427/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 427/2015

Concede férias a servidora FABIANA DE ANDRADE.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

## RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 428/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 428/2015

Concede férias a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

## RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 429/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 429/2015

Concede férias a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

## RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora GISLENE HOFFMANN KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 430/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 430/2015

Concede férias a servidora JANE JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JANE JUNCKES, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 431/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 431/2015

Concede férias a servidora JEANE DOS PASSOS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JEANE DOS PASSOS, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 432/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 432/2015

Concede férias a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCÉLIA LOHN HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015 .

**PORTARIA N.º 433/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 433/2015

Concede férias a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JOCIANE LOHN MACAGNAN, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 434/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 434/2015

Concede férias a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 435/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 435/2015

Concede férias a servidora MARILENE PERTY KOERICH.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARILENE PERTY KOERICH, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 436/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 436/2015

Concede férias a servidora NARA SILVERIO COELHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NARA SILVERIO COELHO, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 437/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 437/2015

Concede férias ao servidor OSMAR EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor OSMAR EGER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.



**PORTARIA N.º 438/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 438/2015

Concede férias a servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 439/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 439/2015

Concede férias a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSANGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 440/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 440/2015

Concede férias a servidora ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 441/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 441/2015

Concede férias ao servidor SILVIO CÉSAR DITTER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO CÉSAR DITTER, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 442/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 442/2015

Concede férias a servidora SUELI MARIA STAHELIN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora SUELI MARIA STAHELIN, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 443/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 443/2015

Concede férias ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor WAGNER JOSÉ JUNCKES, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 444/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 444/2015

Concede férias a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCKES, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 445/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 445/2015

Concede férias a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 446/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 446/2015

Concede férias coletivas aos Servidores da Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 91, §5º, da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos servidores da Secretaria da Educação, por 30 (trinta) dias a partir de 05/01/16 a 03/02/16, aos seguintes funcionários:

§ Salete de Freitas;  
§ Fabiana Hames;  
§ Valéria Lohn Zimmermann;  
§ Valdete de Oliveira Cordeiro;  
§ Derlane Moura Grimouth;  
§ Eroni Schmitt Schell;  
§ Dione Terezinha Lohn;  
§ Paulo Henrique Lohn;  
§ Gisele Fátima dos Santos Abreu;  
§ Gino Bona;  
§ Cristiane Hoffmann;  
§ Mariana Stahelin Canossa de Souza;  
§ Sirlene Olentina da Silva Nascimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 447/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 447/2015

Concede férias ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor WALDIR JÚLIO DE MELO, ocupante do cargo de Operador de Máquina III, férias por 30 dias que gozará a partir de 21/12/2015 a 19/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 448/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 448/2015

Concede férias a servidora FRANCIELE VIEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora FRANCIELE VIEIRA, ocupante do cargo de Professora Auxiliar de Sala, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 449/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 449/2015

Concede férias a servidora NEIVA MARIA HAAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NEIVA MARIA HAAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 21/12/2015 a 07/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 450/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 450/2015

Concede férias ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, férias por 18 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 21/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 451/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 451/2015

Concede férias a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNKES, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 11/01/2016 a 28/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 452/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 452/2015

Concede férias à servidora IVONE LUZIA VENTURA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 18 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 21/01/2016, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 453/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 453/2015

Concede férias ao servidor JÂNIO DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JÂNIO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 454/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 454/2015

Concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA, ocupante do cargo de Diretora de Escola, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 455/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 455/2015

Concede férias a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Professora III, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/01/2016 a 03/02/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 456/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 456/2015

Concede Férias coletivas para as Servidoras da Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 91, §5º, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas para as servidoras da Secretaria da Educação, por 30 (trinta) dias a partir de 04/01/16 a 02/02/16, as seguintes servidoras:

§ Ariane Hames;

§ Francisleine Kuhn Pavanati;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.



# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.523/2015 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.523/2015 de 11 de dezembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 503,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 413,74  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 89,26

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de dezembro de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.524/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.524/2015 de 15 de dezembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.170/2015 de 15 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde  
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização R\$ 16.000,00

04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica  
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

04.01.10.304.3013.2.337 - Vigilância Sanitária  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de dezembro de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 3.525/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.525/2015 de 15 de dezembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$

13.093,92 (treze mil noventa e três reais e noventa e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.335 - Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e SAMU

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Contribuições R\$ 13.093,92

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 15 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 27/2015 - FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 27/2015 - FAS

Modalidade Tomada de Preços nº. 02/2015-FAS - Processo nº. 25/2015-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DANIEL DE MELLO MASSIMINO, inscrito no CPF sob o nº 004.395.031-08, portador da carteira de identidade nº 001189814-SSP-MS, residente e domiciliado na Rua Cristiane Zerbini, nº84, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC.

Objeto: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), sendo o valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) a hora.

Data da Assinatura: 16/12/2015 – Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 415/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 415/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 15/2015-PMS - Processo nº. 264/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.640.413/0001-12, estabelecida na Rua Candido Amro Damásio nº 456, Jardim Cidade de Florianópolis, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.111-110.

Objeto: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2016.

Valor do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Data da Assinatura: 16/12/2015 – Vigência: 01/12/2016 até

31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 416/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 416/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 17/2015-PMS - Processo nº. 273/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de banheiro PNE, com área total 10,64m², na Escola Prof. Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, nº 884, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 13.626,32 (treze mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)

Data da Assinatura: 16/12/2015 – Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 6.268/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.268/2015, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Edivânia Gubert Fari, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2015-PMS, PROCESSO Nº. 264/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2016.

Vencedor: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.640.413/0001-12, estabelecida na Rua Candido Amro Damásio nº 456, Jardim Cidade de Florianópolis, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.111-110.

Valor da proposta vencedora: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Data da Assinatura: 16/12/2015 – Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2015-PMS, PROCESSO Nº. 273/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de banheiro PNE, com área total 10,64m², na Escola Prof. Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, nº 884, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Vencedor: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 13.626,32 (treze mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)

Data da Assinatura: 16/12/2015 – Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015-FAS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 02/2015-FAS, Processo de licitação nº. 25/2015-FAS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: DANIEL DE MELLO MASSIMINO, inscrito no CPF sob o nº 004.395.031-08, portador da carteira de identidade nº 001189814-SSP-MS, residente e domiciliado na Rua Cristiane Zerbini, nº84, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC.

Valor total da proposta vencedora: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), sendo o valor de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) a hora

Schroeder, 16 de dezembro de 2015.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015-PMS SEQUENCIA 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 18/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 275/2015 Data do Processo: 12/11/2015

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 233/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de piso do pátio coberto com área total 420m², na Escola Prof. Clarice Jacobi, localizada na Rua Alberto Winter, Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se após recebimento de novo envelope de habilitação da empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME. Apresentou envelope de habilitação a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, devidamente protocolado dentro do prazo determinado na ata nº 228/2015, sequência 01 de 04 de dezembro de 2015. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Constatando que a empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, sendo assim habilitada. Fica marcado para dia 26 de janeiro de 2016, às 09h, a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada. Tendo em vista a período de férias da administração municipal a qual inicia no dia 22 de dezembro de 2015 e retornando as atividades no dia 21 de janeiro de 2016. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a participante.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro Suplente

**ATA TOMADA DE PREÇOS 16/2015-PMS (SEQUÊNCIA 03)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 16/2015 - TP</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 271/2015 Data do Processo: 09/11/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 232/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 16 de Dezembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 271/2015, Licitação nº 16/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se após para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 231/2015 (Sequência 02) de 08 de dezembro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais das empresas habilitadas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP. Constatou-se vencedora a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, com o valor total de R\$ 27.777,90. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo recursal até o dia 25 de janeiro de 2016 às 17h, tendo em vista a período de férias da administração municipal a qual inicia no dia 22 de dezembro de 2015 e retomando as atividades no dia 21 de janeiro de 2016. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

**Participante:** 11852 - CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	27.777,90	27.777,90

**Total do Participante** —————> 27.777,90

**Total Geral** —————> 27.777,90

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza - ..... - Presidente da Comissão de Licitação

Ilmar José Pereira Borges Filho - ..... - Membro

Andreia Nass Friedemann - ..... - Membro

Walter Egidio Mukai - ..... - Membro

Daniela Samulescki - ..... - Secretária

Valderi Rocha de Camargo - ..... - Membro Suplente

Cezar Santos de Jesus - ..... - Membro Suplente



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 16/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 271/2015 Processo de Licitação: 09/11/2015 Data do Processo:
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALESSANDRO TRUPPEL MACHADO - ..... - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 16/2015 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 271/2015  
Data do Processo: 09/11/2015

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 232/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 16 de Dezembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 271/2015, Licitação nº 16/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se após para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 231/2015 (Sequência 02) de 08 de dezembro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais das empresas habilitadas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP. Constatou-se vencedora a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, com o valor total de R\$ 27.777,90. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo recursal até o dia 25 de janeiro de 2016 às 17h, tendo em vista a período de férias da administração municipal a qual inicia no dia 22 de dezembro de 2015 e retornando as atividades no dia 21 de janeiro de 2016. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

**Participante: 11852 - CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	27.777,90	27.777,90

**Total do Participante ———> 27.777,90**

**Total Geral ———> 27.777,90**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 16 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
Ilmar José Pereira Borges Filho - ..... - Membro  
Andreia Nass Friedemann - ..... - Membro  
Walter Egidio Mukai - ..... - Membro  
Daniela Samulescki - ..... - Secretária  
Valderi Rocha de Camargo - ..... - Membro Suplente  
Cezar Santos de Jesus - ..... - Membro Suplente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 16/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: 271/2015 Processo de Licitação: 09/11/2015 Data do Processo:  Folha: 2/2
---	---

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALESSANDRO TRUPPEL MACHADO - ..... - Representante

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 16/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 271/2015  
Licitação.....: 16/2015 - TP  
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

Total dos Itens Vencedores: 27.777,90

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	17699	-	pintura da quadra do ginásio de Esportes - Unidade: UN				
11852	CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME		1,000	0,0000	27.777,9000	27.777,90	Venceu	1 *****
13117	VATTARO CONSTRUÇOES EIRELI - ME		1,000	0,0000	39.542,4000	39.542,40	Perdeu	2
12970	ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP		1,000	0,0000	48.420,0000	48.420,00	Perdeu	3
12632	OMVS CONSTRUTORA LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12734	C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13224	ADRIANA L. K. WILPERT - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13276	ATIVA SERVICE LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Schroeder, Em ...../...../.....

Ivandra de Souza - ..... - Presidente da Comissão

Ilmar José Pereira Borges Filho - ..... - Membro

Andreia Nass Friedemann - ..... - Membro

Walter Egídio Mukai - ..... - Membro

Daniela Samulescki - ..... - Secretária

Valderi Rocha de Camargo - ..... - Membro Suplente

Cezar Santos de Jesus - ..... - Membro Suplente

Eloir José Wendt - ..... - Membro Suplente

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 179/2015

DECRETO Nº 179/2015 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeito Municipal de Serra Alta em exercício, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 de 02/12/2014 e Decreto nº 49/2015 de 13/02/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 257.443,81 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014,

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 130 ..... R\$ 45.132,16

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 131 ..... R\$ 28.525,71

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Contabilidade

Projeto/Atividade: 2.400 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 132 ..... R\$ 55.515,15

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Transferência Convênios Outros

Despesa: 133 ..... R\$ 33.773,10

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Transportes

Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 134 .....

..... R\$ 55.502,88

Órgão: 11.00 – SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0000 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 135 ..... R\$ 38.994,81

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 257.443,81 (Duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 049/2015 de 13/02/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita em exercício

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 188/2015

DECRETO Nº 188/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 DE 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014.

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0007 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública

Despesa: 76 ..... R\$ 40.000,00



Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), são provenientes do provável Excesso de Arrecadação verificado no Exercício Corrente, proveniente da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 15 de dezembro de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 189/2015

DECRETO Nº 189/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 DE 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 71.954,00 (setenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014.

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Saúde

Despesa: 2 ..... R\$ 58.954,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Saúde

Despesa: 5 ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 71.954,00 (setenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), serão extraídos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Saúde

Despesa: 11 .....

..... R\$ 58.954,00

Natureza da Despesa: 3.1.70.00 – Transferências a Consórcios Públicos

Fonte: 00.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Saúde

Despesa: 1 ..... R\$ 9.000,00

Natureza da Despesa: 3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos

Fonte: 00.01.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Saúde

Despesa: 4 ..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 15 de dezembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 190/2015

DECRETO Nº 190/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“Concede Licença Saúde a Servidora MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora Publica Municipal MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL, portadora do CPF nº. 017807709-79 conforme atestado médico do dia 13/12/2015, CID M23, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é designada para atender as necessidades e atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, Nível 11, do Grupo I, 40 horas semanais, da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 191/2015**

DECRETO Nº 191/2015 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

“Dispõe sobre o Cancelamento do Período de Férias da Servidora Municipal MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art 1º Fica cancelado o período de férias da Servidora Pública Municipal MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL conforme escala do Decreto nº 164/2015 de 28 de outubro de 2015. Considerando que a mesma encontra-se em licença saúde, conforme Decreto Nº 190/2015 de 16 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013 revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Dezembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 052/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 042/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	052/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA ME.
Objeto .....	O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para a Execução da Obra de Ampliação da Creche Municipal Primeiros Passos, compreendendo a parte do Berçário totalizando 25,44m² a ser ampliado. O objetivo da obra é dispor de uma nova estrutura física onde as crianças desfrutem de um ambiente mais amplo e confortável, considerando o aumento significativo da demanda. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do Edital comento.
	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 042/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.
Valor .....	O valor total global preposto para a execução da referida Obra é de R\$ 26.811,89 (Vinte e seis mil, oitocentos e onze reais e oitenta e nove centavos).
Vigência....	16/12/2015 á 29/02/2016.
Dotação .....	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO 2.550 – Manutenção da Creche 44.90.00 Despesa 128 – DR 0010
SERRA ALTA, 16 de dezembro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Siderópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 193/2015

DECRETO N.º 193 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

NOMEIA JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO PARA CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO, brasileiro, CPF/MF sob nº 165.949.679-91, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração – Agente Político, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de dezembro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de dezembro de 2015.

### DECRETO Nº 194/2015

DECRETO N.º 194 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº05/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE- CMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal;

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, em Reunião Extraordinária realizada no dia 09 de setembro de 2015, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei Nº 1662, de 20 de dezembro de 2006 – que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências, resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Composição:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

1 - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: EVERTON PEDRO TRENTO

SUPLENTE: SIMONE LUZIA CARMINATTI

2 - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

TITULAR: CLADEMIR MANOEL DE SOUZA

SUPLENTE: ROGERIO DALSASSO

3 - PRESTADORES DE SERVIÇO

TITULAR: ADEMAR ANTONIO DAL PONT

SUPLENTE: ISABEL ANTUNES

4 - REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

TITULAR: JESIENY BONASSA MARTINS

SUPLENTE: JAQUELINE ELIAS

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

1 - REPRESENTANTES DA ENFERMAGEM

TITULAR: GABRIELA CASAGRANDE SAVI

SUPLENTE: CELSO LUCIO DA LUZ NETO

2 - REPRESENTANTES DA ODONTOLOGIA

TITULAR: GHISELA KESTERING

TITULAR: RAFAELA LEAL GHISI

3 - PROFISSIONAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL

TITULAR: GLADYS LENUZIA KESTERING

SUPLENTE: ROSEMERI SAVARIS

4 - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA FARMACIA

TITULAR: GLAUCIA CESA PÉRICO

SUPLENTE: MANUELA SINFRONIO SERAFIM

5 - REPRESENTANTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

TITULAR: ANDERSON FELTRIN DA SILVA

SUPLENTE: RENATA FABRI DE BONA

**6 -REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

TITULAR: ROSANGELA ROSSA DE SOUZA

SUPLENTE: MARCIA MORETTE

**REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS****1 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO RIO FIORITA**

TITULAR: MARIA APARECIDA BONASSA TRAMONTIM

SUPLENTE: ANA MARIA PERRARO RODRIGUES

**2 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ESTRADA FERRO TEREZA CRISTINA**

TITULAR: PEDRO JOSÉ VIEIRA

SUPLENTE: LUCIANE SANGALETTI

**3 - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA SAUDE**

TITULAR: ALBANY SORATTO

SUPLENTE: LUCY SALETE MICHELS

**4 - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA**

TITULAR: LIA BOLSONI FRANCISCO

SUPLENTE: SÉLIA CASAGRANDE LUCCHESI

**5 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS – ASAPREV**

TITULAR: MARIA DO CARMO BRÁZ DE OLIVEIRA

SUPLENTE: LIBERO LEO FELTRIN

**6 - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**

TITULAR: DANIELA PATRICIO CANDEO

SUPLENTE: FATIMA RAQUEL CESA

**7 - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

TITULAR: GERALDINA CECILIA PIROLA LEVATTI

SUPLENTE: FATIMA DAROLT BIAVA

**CARVÃO DE SIDERÓPOLIS****8 - REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO**

TITULAR: VANDA NUNES TEIXEIRA

SUPLENTE: NILSON DE SOUZA BARZAN

**9 - REPRESENTANTES DA CDL**

TITULAR: DILNEI DEMETRIO

SUPLENTE: DANIEL PAULO GAMBA

**10 – REPRESENTANTES DO MOVIMENTO CONSCIENTIZAÇÃO NEGRA CRUZ E SOUZA**

TITULAR: SANDRA MARTINS

SUPLENTE: DEBORA LUCIANE MARTINS

Art. 2º - A diretoria eleita por unanimidade foi:

Presidente: Lia Terezinha Bolsoni Franciso

Vice Presidente: Anderson Feltrin da Silva

Secretária: Simone Luzia Gonçalves Carminatti

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de Dezembro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTONIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Dezembro de 2015.

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO RETIFICADO N 112/2015

DECRETO (RETIFICADO) Nº. 112/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO RE-MANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 821/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 104.942,15 (cento e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), destinados a REFORÇAR as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.3.90.03.0183 – Aplicações Diretas (142) R\$ 7.000,00  
Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (7) R\$ 11.751,68  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 28.128.1019.0.003 – Contribuição ao PASEP

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (15) R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.01.0018 – Aplicações Diretas (39) R\$ 24.352,30  
Fonte de Recurso: 01.0018 – Transferências do FUNDEB (Remuneração Profissionais do Magistério)

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (64) R\$ 1.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica

Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (73) R\$ 18.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.452.1011.2.083 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (96) R\$ 4.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.543.1017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (105) R\$ 2.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Modalidade: 3.1.90.03.0183 – Aplicações Diretas (164) R\$ 31.838,17

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários

TOTAL R\$ 107.942,15

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), destinado a REFORÇAR a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Programa Saúde da Família

Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (22) R\$ 37.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 16%

TOTAL R\$ 37.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 104.942,15 (cento e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), através da REDUÇÃO das seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.1.173 – Ampliação e Reforma do Centro Esportivo Educacional

Modalidade: 4.4.90.01.0001 – Aplicações Diretas (138) R\$ 21.751,68

Fonte de Recurso: 01.0001 – Recursos de Impostos p/ MDEF – Mínimo 27%

Modalidade: 4.4.90.01.0276 – Aplicações Diretas (143) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 01.0276 – Superávit Recursos Impostos p/ MDEF

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.3.90.01.0019 – Aplicações Diretas (41) R\$ 24.352,30  
Fonte de Recurso: 01.0019 – Transferências do FUNDEB (Aplicação Outras)

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 27.812.1006.1.164 – Construção de Ginásio de Esportes

Modalidade: 4.4.90.03.0183 – Aplicações Diretas (137) R\$ 2.201,88  
Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos



**Ordinários**

Proj./Ativ.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (63) R\$ 6.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR  
UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.543.1017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (106) R\$ 6.232,60  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Modalidade: 3.3.90.03.0183 – Aplicações Diretas (131) R\$ 19.636,29

Fonte de Recurso: 03.0183 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (107) R\$ 4.767,40  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 107.942,15

Art. 4º. Para dar cobertura a parte do valor de que trata o artigo 2º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 33.825,25 (trinta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), através da REDUÇÃO das seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.039 – Alimentação Escolar

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (26) R\$ 17.525,31

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.143 – Alimentação Escolar Infantil Creche

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (28) R\$ 10.068,34

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 12.306.1005.2.144 – Alimentação Escolar Pré Escola

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (30) R\$ 6.231,60

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 33.825,25

Art. 5º. Para dar cobertura ao restante do valor de que trata o artigo 2º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 3.174,75 (três mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), através da REDUÇÃO da seguinte dotação orçamentária constante do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (4) R\$ 3.174,75

Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 16%

TOTAL R\$ 3.174,75

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 006-2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 006/2015, cujo objeto é a Locação de Imóvel para funcionamento da Sede do Conselho Tutelar, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Dezembro de 2015.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 046-2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 046/2014, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de limpeza urbana e jardinagem, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 15 de Dezembro de 2015.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO Nº. 002-2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente ao convênio nº. 002/2014, cujo objeto é a contratação de instituição para gerenciamento de estagiários, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 15 de Dezembro de 2015.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 004-2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado segundo termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 004/2013, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de produção e apresentação de programa semanal de divulgação de atos, avisos e comunicados do Município de Tigrinhos, através do sistema de radiofusão sonora de ondas médias – AM, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Dezembro de 2015.  
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 005-2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 005/2015, cujo objeto é a Locação de Sala Comercial para funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Dezembro de 2015.  
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 003-2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Fundo Municipal de Saúde

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado segundo termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 003/2013, cujo objeto é a contratação de empresa para recolhimento de resíduos sólidos hospitalares, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Dezembro de 2015.  
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 005-2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado segundo termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 005/2013, cujo objeto é a contratação de empresa para recolhimento de resíduos sólidos no perímetro urbano no Município de Tigrinhos, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Dezembro de 2015.  
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 01 2016 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2016 PMT

Às oito horas e cinco minutos, do décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), e Portaria nº 1554/2015, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, e, representando a COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE o Sr. Roger Krambeck, COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS representada pela Sra. Ivanete de Souza Schulz, representando os fornecedores Sebastião Nunes Seifert, Clenio Seifert, Clovis Seifert o Sr. Marcelo Nunes Seifert, o Sr. Jair Francisco Dallabona, e representando os fornecedores Leopoldo Pasquali e Celio Pasquali, a Sra. Rosana Maria Ferrari.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta, os seguintes fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE	VALOR UNIT.
1	BANANA BRANCA	LEOPOLDO PASQUALI (CPF 216.953.429-68)	5.809 kg	R\$ 2,00
2	BANANA CATURRA	LEOPOLDO PASQUALI (CPF 216.953.429-68)	4.650 kg	R\$ 1,80
2	BANANA CATURRA	CÉLIO PASQUALI (CPF 654.560.109-00)	11.106kg	R\$ 1,80
2	BANANA CATURRA	ROSANA MARIA FERRARI (CPF 552.403.139-20)	4.170kg	R\$ 1,80
6	COUVE-FLOR	MARCIANO GIOVANELLA (CPF 008.756.579-07)	2.262 kg	R\$ 3,00
8	IOGURTE	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS (CNPJ 06.171.996/0001-84)	8.525 kg	R\$ 5,18
9	LARANJA	JAIR FRANCISCO DALLABONA (CPF 304.494.809-68)	1.180 kg	R\$ 2,00
10	LEITE	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS – COOPERCEDROS (CNPJ 04.648417/0001-16)	88.521 litros	R\$ 2,05
11	MAÇA	MARCELO NUNES SEIFERT (CPF 004.302.739-32)	3.713 kg	R\$ 4,90
11	MAÇA	SEBASTIÃO NUNES SEIFERT (CPF 004.302.749-04)	3.710 kg	R\$ 4,90
11	MAÇA	CLENIO SEIFERT (CPF 827.251.529-68)	3.710 kg	R\$ 4,90
11	MAÇA	CLOVIS SEIFERT (CPF 827.260.279-20)	3.710 kg	R\$ 4,90
13	PEIXE DE ÁGUA DOCE (FILÉ DE TILÁPIA)	COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE (CNPJ 06.059.358/0001-76)	1.700 kg	R\$ 24,00
13	PEIXE DE ÁGUA DOCE (FILÉ DE TILÁPIA)	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ	1.700 kg	R\$ 24,00

Em análise dos documentos verificou-se que os interessados, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS – COOPERCEDROS, JAIR FRANCISCO DALLABONA, MARCELO NUNES SEIFERT, SEBASTIÃO NUNES SEIFERT, CLENIO SEIFERT, CLOVIS SEIFERT, COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE, LEOPOLDO PASQUALI, CELIO PASQUALI, ROSANA MARIA FERRARI, atenderam os requisitos de habilitação.

Verificou-se que existem pendências em relação ao Estatuto e Ata da posse da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL – COPAJAS, eis que foram apresentadas cópias dos mesmos sem a devida autenticação, nesse sentido, levando em consideração ser este o único licitante fornecedor do item iogurte e, abre-se o prazo de oito dias úteis para apresentação dos documentos regularizados, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.

No mesmo sentido, em análise aos documentos de habilitação do fornecedor do item couve-flor, Marciano Giovanella, verificou-se que o Extrato da DAP apresentado, era superior ao prazo estabelecido no edital, entretanto, levando em consideração ser este o único licitante fornecedor do item couve-flor e, abre-se o prazo de oito dias úteis para apresentação da DAP atualizada, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.

Em análise aos documentos da proposta de venda, verificou-se que os fornecedores do item 02 banana caturra (CÉLIO PASQUALI, LEOPOLDO PASQUALI e ROSANA MARIA FERRARI); item 09 laranja (JAIR FRANCISCO DALLABONA) e item 01 banana branca (LEOPOLDO PASQUALI) atenderam parcialmente o fornecimento total dos itens.

Ainda em análise dos documentos dos projetos de venda, identificou-se que para o item 13 (peixe de água doce) houve empate entre grupos formais, sendo assim, em observância ao item 7.2 do edital será concedida prioridade ao grupo forma de fornecedores locais (COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE), sendo o grupo formal COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ desclassificado para o citado item.

Quanto aos itens 03 (batata-doce); 04 (beterraba); 05 (cenoura); 07 (chuchu) e 12 (repolho) não foram apresentadas projetos de venda para os mesmos.

Os representantes presentes solicitaram permissão para se retirar da reunião, antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra.

Presidente. Sendo assim, a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	PRISCILA MACEDO Membro
----------------------------------	---------------------------------------	---------------------------

### **AVISO CREDENCIAMENTO Nº 13 2015 FMS - CREDENCIAMENTO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2015 - FMS

O Município de Timbó/SC, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, inscrita no CNJP sob nº 83.102.764/0001.15, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alfredo João Berri, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FISIOTERAPIA AMBULATORIAL DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no edital. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente na Central de Licitações ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

TIMBO (SC), 16/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

### **AVISO CREDENCIAMENTO Nº 14 2015 FMS - CREDENCIAMENTO ANATOMO PATOLOGICO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 14/2015 - FMS

O Município de Timbó/SC, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, inscrita no CNJP sob nº 83.102.764/0001.15, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alfredo João Berri, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES PERTENCENTES AO GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, SUB GRUPO 03- DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLOGIA, FORMA DE ORGANIZAÇÃO 02 - EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS DESCRITOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, nos termos das condições estabelecidas no edital. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente na Central de Licitações ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

TIMBO (SC), 16/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

### **AVISO CREDENCIAMENTO Nº 15 2015 FMS - CREDENCIAMENTO EXAMES LABORATORAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2015 - FMS

O Município de Timbó/SC, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, inscrita no CNJP sob nº 83.102.764/0001.15, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alfredo João Berri, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇO DE EXAMES LABORATORIAIS, nos termos das condições estabelecidas no edital. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente na Central de Licitações ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

TIMBO (SC), 16/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 03 2015 FUMDEC - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão Nº 03/2015 - FUMDEC

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza e conservação das instalações físicas do Corpo de Bombeiro Militar de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 12 de janeiro de 2016. ABERTURA: as 08h10min do dia 12 de janeiro de 2016. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBÓ (SC), 16/12/2015.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012.177**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/177

CONTRATANTE: Município de Timbó.  
CONTRATADO: Pró-cópia Tecnologia em Impressões LTDA.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 03/10/2016 e aplicação do reajuste a partir de 04/10/2015 através do IPCA correspondente ao mês de setembro/2015.  
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2015.

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.87 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/87

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação  
CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp  
OBJETO: Acréscimo de R\$ 83.402,31 (oitenta e três mil quatrocentos e dois reais e trinta e um centavos); supressão de R\$ 6.276,42 (seis mil duzentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) ao objeto e ao preço e prorrogação do prazo de execução até 31/01/2015.  
DATA DA ASSINATURA: 04/12/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012.88 FUMTRAN**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/88

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: Eletrotécnica F.C. LTDA EPP.

OBJETO: Manutenção (preventiva e corretiva em regime de prontidão) eletrotécnica e elétrica para os conjuntos semafóricos instalados nos locais definidos pelo município, totalizando 32 (trinta e duas) horas mensais.

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.096 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/096

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.  
OBJETO: Manutenção da rede elétrica de Iluminação Pública em todos os pontos de luz do município, compreendendo os logradouros públicos, praças, parques e demais áreas abertas à circulação pública e que contenha iluminação externa em poste.

PRORROGAÇÃO: Prorrogado até 31/12/2016

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.101 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/101

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: Acréscimo de R\$ 15.767,75 (quinze mil setecentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos); supressão de R\$ 43.529,08 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e oito centavos) ao objeto e ao preço e prorrogação do prazo de execução até 20/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação



# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.554 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4.554 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PRORROGA O PRAZO DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DAS SERVIDORAS GESTANTES ADMITIDAS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO REGULADO PELO EDITAL Nº 05/2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.466 de 5 de fevereiro de 2015 que estabeleceu o prazo das contratações temporárias, para ter exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o período previsto no Calendário Escolar de 2015;

CONSIDERANDO que o Calendário Escolar de 2015 prevê o término no ano letivo para o mês de dezembro do corrente;

CONSIDERANDO que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que "as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVIII, da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias";

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, até cinco meses após o parto, o contratos das servidoras abaixo relacionadas, admitidas através do processo seletivo regulado pelo edital nº 05/2014, que se encontram gestantes.

I – Jéssica Suzana Marcondes Rodecz Schiessl – matrícula nº 128082;

II – Maria Dorotéia Pereira Machado de Souza – matrícula 163929;

III – Mariane de Oliveira – matrícula nº 169200;

IV – Karina dos Santos – matrícula nº 177008;

V – Nivea Maria Gurznski – matrícula nº 142786.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de novembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### LEI Nº 3.209 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 3.209 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS/SC, NO VALOR DE ATÉ R\$ 1.596.375,07.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Autoriza Abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação e por transposição de dotações no Fundo Municipal de Saúde, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – Fundo Municipal de Saúde
010.301.0009.2060 – Atenção Básica

3390.00.00	10200	Aplic. Dir./ Rec. Imp. e de Transf. Imp. Saúde	R\$ 50.000,00
010.303.0009.2078 – MAC Média Alta Complexidade			
3390.00.00	10200	Aplic. Dir./ Rec. Imp. e de Transf. Imp. Saúde	R\$ 50.000,00

Art. 2o - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), será utilizado como fonte de recurso o excesso e/ou provável excesso, a anulação de dotações e a transposição de dotações, respectivamente como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – Mac - Média e Alta Complexidade]			
4490.00.00	10200	Aplic. Dir./ Rec. Imp. e de Transf. Imp. Saúde	R\$ 1.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 99.000,00

Art. 3o - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por transposição de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 483.797,00 (quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e sete reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
009.272.0006.2011 – Encargos com Inativos e Pensionistas			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$140.000,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
01 – SECRETARIA DE FINANÇAS			
028.843.0004.2007 – Amortização da Dívida			
4690.00.00	10000	Aplic. Diretas (amortização)/ Recursos Ordinários	R\$ 267.897,00
3290.00.00	10000	Aplic. Diretas (juros)/ Recursos Ordinários	R\$ 55.900,00
19 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO			
01 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO			
016.482.0031.2004 – Manutenção da Secretaria de Habitação			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00
18 – SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA			
01 – SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA			
015.452.0017.2066 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 17.000,00

Art. 4o - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ R\$ 483.797,00 (quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e sete reais), serão utilizados como fonte de recurso a anulação de dotações, como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 483.797,00

Art. 5o - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação e transposição de dotações, no Fundo Municipal de Assistência Social para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 64.209,87 (sessenta e quatro mil duzentos e nove reais e oitenta e sete centavos), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010.2016 – Assistência Comunitária			

3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 64.209,87
------------	-------	-------------------------------------	---------------

Art. 6o - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 64.209,87 (sessenta e quatro mil duzentos e nove reais e oitenta e sete centavos), serão utilizados como fonte de recurso a anulação e transposição de dotações respectivamente, como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.244.0010 – 2087 – Manutenção Programa Sacolão			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 51.439,87
008.243.0010 – 2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 1.070,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA			
004.122.0032.1052 – Aquisição de Máquinas, Caminhões e Equipamentos Agrícolas			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 11.700,00

Art. 7o - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 236.365,56 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2062 – Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			
3190.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 236.365,56

Art. 8o - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 236.365,56 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), serão utilizados como fonte de recurso a anulação de dotações respectivamente, como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.365.0012.1012 – Construção, Ampliação e Reformas dos CMEIS			
3390.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 1.070,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.365.0012.1012 – Construção, Ampliação e Reformas dos CMEIS			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 25.878,39
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0025.2041 – Manutenção do Transporte Escolar			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 1.070,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0026.2042 – Ampliação e Reformas das Escolas Ensino Fundamental			
3390.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 1.070,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0026.2042 – Ampliação e Reformas das Escolas Ensino Fundamental			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 38.251,57
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2062 – Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			

4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 55.880,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.365.0013.2063 – Manutenção dos CMEIS			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 43.595,60
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0026.2043 – Equipamentos e Mobiliários Escolares			
3390.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 1.070,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0026.2043 – Equipamentos e Mobiliários Escolares			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 52.430,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
4490.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 16.050,00

Art. 9º - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 267.174,43 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2062 – Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			
3190.00.00	11900	Transf. Fundeb/ Fundef (outras desp. Ensino)	R\$ 267.174,43

Art. 10 - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 267.174,43 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), serão utilizados como fonte de recurso a anulação de dotações respectivamente, como segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.365.0013.2063 – Manutenção dos CMEIS			
3190.00.00	11900	Transf. Fundeb/ Fundef (outras desp. Ensino)	R\$ 134.253,16
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.365.0012.1012 – Construção, Ampliação e Reformas dos CMEIS			
4490.00.00	11900	Transf. Fundeb/ Fundef (outras desp. Ensino)	R\$ 25.338,32
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
3490.00.00	11900	Transf. Fundeb/ Fundef (outras desp. Ensino)	R\$ 582,95
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0026.2043 – Equipamentos e Mobiliários Escolares			
4490.00.00	11900	Transf. Fundeb/ Fundef (outras desp. Ensino)	R\$ 107.000,00

Art. 11 - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por transposição de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 65.248,75, (sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), como segue:

02 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
--------------------------------------

01 – PROCURADORIA MUNICIPAL			
028.846.0002.2003 – Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 7.596,20
02 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
01 – PROCURADORIA MUNICIPAL			
028.846.0002.2003 – Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 57.652,55

Art. 12 - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 65.248,75, (sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), serão utilizados como fonte de recurso a transposição de dotações respectivamente, como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 12.848,75
14 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL			
01 – FUNDO ROTATIVO			
016.482.0031.1046 – Construção de Casas Populares			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 1.070,00
14 – FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL			
01 – FUNDO ROTATIVO			
016.482.0031.1046 – Construção de Casas Populares			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 9.630,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0027.1079 – Construção Praça São João dos Cavalheiros			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 30.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0027.1053 – Aquisição de Máquinas, Caminhões e Equipamentos			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 11.700,00

Art. 13 - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação e transposição de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), como segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. ECONÔMICO E TURISMO			
01 – SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. E TURISMO			
013.695.0008.2092 – Manutenção do Programa Natal Mágico			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 80.000,00

Art. 14 - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão utilizados como fonte de recurso a anulação e a transposição de dotações respectivamente, como segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. ECONÔMICO E TURISMO			
01 – SECRETARIA DE DESENV. ECONOM. E TURISMO			
023.695.0008.1007 – Apoio as Atividades de Turismo			
3350.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 48.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
017.512.0021.1004 – Macro drenagem Canal São Cristóvão			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 18.066,96



09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0021.1053 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 13.933,04

Art. 15 - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação e transposição de dotação na Prefeitura Municipal, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 95.129,46 (noventa e cinco mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos), como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 40.000,00
10 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO			
01 – INTENDÊNCIA DISTRITAL			
004.122.0022.2036 – Manutenção da Intendência			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas (amortização)/ Recursos Ordinários	R\$ 22.374,96
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2026 – Coordenação Geral da Educação			
3390.00.00	10100	Receitas de Impostos da Educação	R\$ 32.754,50

Art. 16 - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 95.129,46 (noventa e cinco mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos), serão utilizados como fonte de recurso a anulação e transposição de dotações respectivamente, como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
004.122.0017.1068 – Desapropriação de Imóveis			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 40.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
015.451.0021.1053 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 22.374,96
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.363.0013.2027 – Apoio ao Ensino Profissional			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 30.654,50
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
012.361.0013.2029 – Apoio a Cultura			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	R\$ 2.100,00

Art. 17 - Autoriza abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samasa, para reforço de dotações no orçamento do exercício 2015, no valor de até R\$ 204.450,00 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), como segue:

13 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
01 - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
017.512.0036.2081 – Manutenção da Administração SAMASA			
3390.00.00	20000	Recursos Ordinários - Samasa	R\$ 204.450,00

Art. 18 - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior no valor de até R\$ 204.450,00 (duzentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), serão utilizados como fonte de recurso a anulação de dotações respectivamente, como segue:

13 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
01 - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
017.512.0036.1056 – Ampliação do Sistema de Tratamento de Água e Esgoto			
4490.00.00	20000	Recursos Ordinários - Samasa	R\$105.930,00
13 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
01 - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMASA			
017.512.0036.2047 – Tubulação Águas Pluviais			
3390.00.00	20000	Recursos Ordinários - Samasa	R\$ 3.210,00
4490.00.00	20000	Recursos Ordinários - Samasa	R\$ 95.310,00

Art. 19 - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente e Plano Plurianual, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 10 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

# Trombudo Central

## PREFEITURA

**120/2015**

DECRETO 120/15 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA-VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1.5, conforme IN/MI Nº 001/2012.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do art.8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012. CONSIDERANDO que ao final da tarde às 17:30 horas do dia 13 de Dezembro de 2015, foram registrados fortes chuvas com ventos extremos e conseqüentemente quedas de muitas árvores, que causaram destelhamento de inúmeras residências, galpões industriais, estábulos, estufas de fumo, etc – considerado como: TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA-VENDAVAL - conforme levantamento preliminar, tanto na área urbana como na área rural, conforme demonstrado em fotos em anexo;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal, na assistência às famílias afetadas, colocou todos os recursos materiais e humanos à disposição de forma a amenizar os prejuízos;

CONSIDERANDO que, como consequência desse desastre, resultaram principalmente os prejuízos econômicos, constantes no Formulário de Avaliação de Danos anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que a Economia do município de Trombudo Central, está baseada na produção primária, que foi afetada com irreversíveis prejuízos à comunidade, tendo perdas na safra de cultura do milho e do fumo;

CONSIDERANDO a repercussão extremamente negativa e os prejuízos consequentes as atividades econômicas, especialmente à agricultura e pecuária, com reflexos no comércio, indústria, prestação de serviços e ao Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que o Parecer da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Trombudo Central, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à Declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO que de acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – COMDEC, a intensidade desse desastre foi dimensionada como Nível II ( Médio Porte).

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA-VENDAVAL.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida para todas as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexo a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil — COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo

desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsável pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I — penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II — usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se que se de início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitações os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e interruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180(cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Trombudo Central-SC, 15 de Dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

**1901/2015**

LEI 1901 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL DO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial do loteamento Ervino José da Cunha, denominado lote nº 04, quadra 02, junto à matrícula 9.587 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central, com área de 260,00 m². (duzentos e sessenta metros quadrados), edificado com uma residência em alvenaria com área de 36,00 m². (trinta e seis metros quadrados), localizada a Rua Heinz Müller, S/N, Loteamento Ervino José da Cunha, para a Sr. QUIRINO MAY, portador do CPF: 094.954.799-91.

Artigo 2º - A transferência da titularidade foi motivada em virtude da quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-025/98 firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

# Turvo

## PREFEITURA

### LEI 2267/2015

Lei nº 2.267/15, de 16 de Dezembro de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com o Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ nº 86.513.124/0001-96, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com o objetivo de auxiliar no pagamento de seus fornecedores.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 16 de dezembro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças

### LEI 2268/2015

Lei nº 2.268/15, de 16 de Dezembro de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firma convênio com o Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ nº 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), pagos em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), compreendendo os meses de Janeiro a Dezembro de 2016, objetivando o pagamento de despesas com medicamentos, folha de pagamento de seus funcionários, produtos alimentícios, energia, telefones, informatização, material de limpeza e higienização, pequenas reformas de mobiliário e estrutural.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 16 de dezembro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2015.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE - SC E A EMPRESA METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Primeiro Termo Aditivo, que entre si celebram o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ do ME sob o n. 09.294.970/0001-11, com sede na Rodovia BR 282, S/N, município de Nova Erechim - SC neste ato representada por seu Procurador, Sr. CLEBER REOLON, brasileiro, casado, portador do CPF nº 042.894.749-26 e da CI nº 12R4.257.568, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 29/2015 e ao Contrato Administrativo N.º 28/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato supra citados e, conforme requerimento da CONTRATADA, celebram o presente termo aditivo:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de execução da obra e vigência do contrato supra citad para mais 90 dias, passando a vigor até 31 de março de 2016.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 28/2015 permanecem inalteradas e válidas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 16 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
P/CONTRATANTE

CLEBER REOLON  
METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Marília Miorelli	Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95	CPF: 460.292.909-59

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

### 3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2014.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE - SC E A EMPRESA METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Terceiro Termo Aditivo, que entre si celebram o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ do ME sob o n. 09.294.970/0001-11, com sede na Rodovia BR 282, S/N, município de Nova Erechim - SC neste ato representada por seu Procurador, Sr. CLEBER REOLON, brasileiro, casado, portador do CPF nº 042.894.749-26 e da CI nº 12R4.257.568, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2014 e ao Contrato Administrativo N.º 66/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato supra citados e, conforme requerimento da CONTRATADA, celebram o presente termo aditivo:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de execução da obra e vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º e 2º Termo Aditivo, para mais 90 dias, passando a vigor até 06 de abril de 2016.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 66/2014 permanecem inalteradas e válidas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 16 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
P/CONTRATANTE

CLEBER REOLON  
METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Marília Miorelli	Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95	CPF: 460.292.909-59

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 2987/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.987, De 15 de Dezembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL".

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o interesse público e previsão constante no edital citado,

DECRETA:

Art. 1º Fica alunado o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 15 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**TERMO ADITIVO 008/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 004/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: L E G CONSTRUTORA LTDA ME

CNPJ: 19.347.310/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a execução da segunda etapa da sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra, de acordo com as especificações constantes na lista de itens, memorial descritivo e com projetos de engenharia.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado por mais 15 (quinze) dias consecutivos o contrato original, com término no dia 30 de dezembro de 2015.

VALOR ADITIVADO: R\$ 5.144,59 (Cinco mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 15/12/2015 à 30/12/2015

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 65/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 65/2013

Data de assinatura: 16/12/2015

Processo de Licitação: 24/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: IMOBILIARIA SERAFIN LTDA

CNPJ/CPF: 81.369.878/0001-09

Objeto: locação de imóvel para funcionamento do educandário do atendimento da educação infantil para o ano de 2016.

Vigência prorrogada até 31/12/2016

Valor total: R\$ 47.450,76

# Vargeão

## PREFEITURA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2014.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 162/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA DE PEDIATRIA GONZATTO S/C LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 162/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 162/2014.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS N. 142/2014, Nº 007/2013 E CONTRATO Nº 062/2015.**

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS n. 142/2014, nº 007/2013 e Contrato nº 062/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA SCHAEGLER LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 142/2014 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 142/2014.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 007/2013 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 007/2013.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A.

OBJETO: Supressão dos serviços constantes dos itens 13 e 14 do Contrato nº 062/2015 e prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 062/2015 por mais um período, até 31/12/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 062/2015.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.083/2015

DECRETO Nº 083/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ADOA MEDIDAS DA RECOMENDAÇÃO Nº 001/2015 DO MP – COMARCA DE CATANDUVAS."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os fundamentos e motivação dispostos na Recomendação nº 001/2015 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina representado na Comarca de Catanduvas e o conteúdo do Inquérito Civil nº 06.2015.00009594-6,

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica ANULADO o concurso público para provimento de cargos públicos do Poder Executivo do Município de Vargem Bonita, deflagrado pelo edital nº 01/2015 especificamente e unicamente no que se refere ao cargo de auxiliar de enfermagem para a Vila Campina da Alegria.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 16/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.084/2015

DECRETO N.º 084/2015, de 15 de dezembro de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Modalidade 319000.00.01.0035.0030 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.240,00  
Modalidade 339000.00.01.0035.0030 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.160,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável

excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 035.0030 – Piso Básico Fixo de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64  
.....  
..... R\$ 5.400,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 15 de dezembro de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 15/12/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.085/2015

DECRETO N.º 085/2015, de 15 de dezembro de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.070/2015 de 15 de dezembro de 2015:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 445000.00.00.000.0 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 5.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 33900.00.00.000.0 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.600,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 15 de dezembro de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 15/12/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças



**LEI N.1067/2015**

LEI Nº 1.067/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE FUNERAL"**

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada proceder ao pagamento de despesas com o funeral de Daniela Tezinha Adriano até o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único. O pagamento das despesas deverá ser comprovado através de notas fiscais.

Artigo 2º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 16/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

**LEI N.1068/2015**

LEI Nº 1.068/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE FUNERAL"**

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada proceder ao pagamento de despesas com o funeral de Maiza Gabrielly Pinheiro Alves da Silva, até o valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Parágrafo Único. O pagamento das despesas deverá ser comprovado através de notas fiscais.

Artigo 2º - As despesas para o cumprimento da presente, lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 16/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

**LEI N.1069/2015**

LEI Nº 1.069/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE FUNERAL"**

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada proceder ao pagamento de despesas com o funeral de Noeli Aparecida Ercego até o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Parágrafo Único. O pagamento das despesas deverá ser comprovado através de notas fiscais.

Artigo 2º - As despesas para o cumprimento da presente, lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 16/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

**LEI N.1070/2015**

LEI Nº 1.070/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

**"AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA TUNALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 5.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para a Associação dos Produtores Rurais da Linha Tunalzinho, CNPJ nº 06.350.545/0001-04, em uma única parcela, para aquisição de implemento agrícola.

§ 1º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 445000.00.00.000.0 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 5.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da

seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio  
a Agropecuária  
Modalidade: 33900.00.00.000.0 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.600,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 15 de dezembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 16/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 12.611/15**

DECRETO Nº 12.611/15, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.453/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 21538/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.453/15, que nomeou MELANIE ANA SCHADECK NETTO, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.612/15**

DECRETO Nº 12.612/15, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FELIPE SIMIONI DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.613/15**

DECRETO Nº 12.613/15, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, nos Decretos nº 8.208/05 e 11.237/14, bem como na Lei Federal 10.520/02;

**DECRETA**

Art. 1º Fica designada como Pregoeira para modalidade de Pregão, nas formas eletrônica e presencial, nos termos dos Decretos nº 8.208/2005 e 11.237/14, bem como na Lei Federal nº 10.520/2002, a servidora LUCELIA FEDRIGO e, como integrantes da Equipe de Apoio, os servidores CRISTIANE MIOZZO, ALVAIR LIRIO BARZOTTO e MÁRCIA REGINA VANZ.

Art. 2º A pregoeira solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de Pregão Presencial, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.248/14.

Videira, 14 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.614/15**

DECRETO Nº 12.614/15, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Cede Servidor Municipal ao Tribunal Regional Eleitoral

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 227, da Lei Complementar nº 129/12, considerando o disposto no art. 2º da Lei 6.999, de 7 de junho de 1982 e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 19414/2015;

**RESOLVE**

Ceder, em caráter precário, pelo prazo de 2 (dois) anos, a servidora KALYNE DANIELEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, ao Tribunal Regional de Santa Catarina, para prestar serviços no Cartório da 36ª Zona Eleitoral, com ônus para a origem.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.615/15**

DECRETO Nº 12.615/15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera o art. 14, do Decreto nº 10.374/13, de 22 de março de 2013, que "Regulamenta a Lei nº 2.897/13, de 20 de março de 2013, que Dispõe sobre a Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Economicamente Carentes e Portadores de Deficiência e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art.72, VI e IX, da lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21300/2015,

#### **DECRETA**

Art. 1º O Art. 14, do Decreto nº 10.374/13, de 22 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 Os 30 (trinta) primeiros estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de suas mensalidades, enquanto que os demais estudantes classificados receberão a bolsa no percentual de 20% (vinte por cento) do valor de suas mensalidades até se esgotarem os recursos públicos municipais destinados a esse programa.

Parágrafo Único. Esgotados os recursos públicos municipais destinados a esse programa e remanescendo candidatos classificados, esses permanecerão em lista de espera anual para obtenção da bolsa em contemplações futuras nos casos previstos neste Decreto."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.616/15**

DECRETO Nº 12.616/15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Retifica o Decreto nº 11.284/2014, que Autorizou a Concessão de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, à servidora Salete Gonçalves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta

no Processo Administrativo nº 21.320/15,

#### **DECRETA**

Art. 1º A Ementa, bem como o art. 1º do Decreto nº 11.284/14, fica retificado, em face o erro material verificado na Decisão Singular do TCE/SC nº GAC/AMF – 1259/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos ao art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora SALETE GONÇALVES, declara a vacância do cargo público e dá outras providências."

- Art. 1º Fica aposentada por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I Constituição Federal e do art. 27, inciso III da lei Complementar Municipal nº 23/2002, a servidora SALETE GONÇALVES, inscrita no CPF sob nº 275.432.328-71, com RG nº 36.378.027-0 e PIS/PASEP nº 125.44346.53-3, detentora da matrícula funcional nº 10157, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As demais disposições constantes no Decreto nº 11.284/14, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 102/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 102/15

PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 005/2014:

CONVOCADAS	CARGO
1. SONIA RITA GHELLER	ASSISTENTE SOCIAL

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;

- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3.315/15**

LEI Nº 3.315/15, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com a premiação do Festival da Canção de Videira – FECAVI, para a Edição de 2016; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despender, até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), com o pagamento de despesas com premiação do Festival da Canção de Videira - FECAVI, que realizar-se-á de 26 de fevereiro a 1º de março de 2016.

Parágrafo Único – A premiação dos vencedores do Festival da Canção será distribuída nas modalidades popular e regional, conforme a seguinte proporção:

I – Modalidade Popular (Gêneros: Pop, Rock, MPB, Bossa Nova, Reggae, Funk e suas variantes):

- a) 1º lugar – R\$ 4.400,00
- b) 2º lugar – R\$ 2.050,00
- c) 3º lugar – R\$ 1.500,00
- d) 4º lugar – R\$ 1.000,00
- e) 5º lugar – R\$ 500,00

II – Modalidade Regional (Gêneros: Sertanejo, Gauchesco, Nativista, Forró, Axé, Folclórico e suas variantes):

- b) 1º lugar – R\$ 4.400,00
- b) 2º lugar – R\$ 2.050,00
- c) 3º lugar – R\$ 1.500,00
- d) 4º lugar – R\$ 1.000,00
- e) 5º lugar – R\$ 500,00

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2016.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá regulamento contendo as regras e procedimentos do FECAVI em até 10 (dez) dias a contar da publicação da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Videira, 16 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0886/15**

PORTARIA nº 0886/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20848/2015,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2015 até 30 de dezembro de 2015, o gozo de férias da servidora HILDA MARIA FANTIN LAZZARI, ocupante do cargo efetivo de Datilógrafo, referente ao período aquisitivo de 28 de abril de 2013 até 27 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2015.

Videira, 07 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0891/15**

PORTARIA nº 0901/15

Revoga a Portaria nº 0028/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 13 de dezembro de 2015, a Portaria nº 0028/15, que designou KALYNE DANIELEWICZ, para exercer a Função Gratificada de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada



a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de dezembro de 2015.

Videira, 16 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0900/15**

PORTARIA nº 0900/15

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 14 de dezembro de 2015, que passa a ser a seguinte:

LUCELIA FEDRIGO – Presidente

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA – Chefe

ALVAIR LIRIO BARZOTTO – Membro

MÁRCIA REGINA VANZ – Membro

CRISTIANE MIOZZO – Membro

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0798/15.

Videira, 14 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0902/15**

PORTARIA nº 0902/15

Autoriza o Uso do Ginásio do Bairro Vila Verde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.786/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio do bairro Vila Verde, pela Associação de Moradores do Bairro Vila Verde, neste ato representado pelo Senhor Glademir Moreira, no dia 20 de dezembro de 2015, no período das 13h00min as 18h00min, para a realização de uma tarde festiva para as crianças do bairro.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;

b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;

c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;

d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;

e. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

f. Serviço de segurança no local do evento;

g. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

h. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;

i. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

j. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

k. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio do bairro Vila Verde quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 193/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 193/2015 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 193/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13h00min do dia 18/01/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 13h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 16 de dezembro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TP Nº 04/2015-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 – FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da proposta da única proponente habilitada do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA COM GRADIL SUPERIOR NO CENTRO DO BEM ESTAR DO MENOR, UNIDADE VILA VERDE, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXAS, PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, restando DESCLASSIFICADA a empresa M.A.J Construções e Reformas Ltda - ME. Tendo em vista ser a única empresa habilitada, nos termos do art. 48, §3º da Lei de Licitações, a Comissão Permanente de Licitações fixa à licitante o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas que ensejaram sua inabilitação.

Videira, 16 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA TP Nº 26/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2015 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA GERAL NO ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETO, sendo o menor preço o da empresa Felipe Bruschi Engenharia Ltda ME no valor de R\$ 194.962,71 (cento e noventa e quatro mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos). Todavia, tendo em vista a participação da empresa Palazzo Construtora Ltda ME, a qual se utiliza da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, foi constatado o empate ficto entre as mesmas. Assim, a Comissão de Licitações concede o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de abertura das propostas, ou seja, até o dia 18/12/2015, para que a empresa Palazzo Construtora Ltda ME, caso queira, apresente nova proposta de preço com valor inferior ao daquela considerada inicialmente vencedora. Ficam desde já intimadas as empresas participantes que a data de abertura e julgamento da nova proposta será no dia 21 de dezembro de 2015 às 13:00 horas.

Videira, 16 de dezembro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA FLAVIO MAFRA ME.

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e a empresa FLAVIO MAFRA ME, com registro no CNPJ nº 07.188.935/0001-92, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Rio Bruno, no presente ato representada pelo Sr. FLAVIO MAFRA, brasileiro, CPF nº 702.443.169-53, residente e domiciliado na Rua Vereador Eduardo Fossa, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 001/2015, fica alterada as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 001/2015.

Anexo I

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO
Linha 01	200	Dia	Transporte escolar saindo às 06h00min da Localidade do Rio Bruno, nas proximidades da propriedade da senhora Zoura, até a Escola de Educação Básica Dom Pedro I, com aproximadamente 06 alunos, e prosseguindo até o final da Localidade da Pratinha nas proximidades da propriedade da senhora Sandra Amorim, retornando à escola às 07h30min, com aproximadamente 09 alunos. Às 11h30min, retornando até o final da Pratinha devolvendo os alunos e, até o Alto Rio Bruno, trazendo em seguida os alunos do turno vespertino até a escola às 13h30min, com aproximadamente 22 alunos, e às 17h30min retornar, devolvendo os alunos até o final do Alto Rio Bruno, trazendo então os alunos do turno noturno até o pé da Serra do Alto Rio Bruno, com aproximadamente 05 alunos, totalizando 80.5 km.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Finalidade

Realizar serviço de transporte escolar para os alunos da Rede Pública de ensino, no município de Vitor Meireles, para o ANO LETIVO DE 2016, conforme cronograma de horários e datas instituído pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

#### CLÁUSULA OITAVA – Do Preço

Pela aquisição dos serviços especificados CLÁUSULA PRIMEIRA I, a Contratante pagará à Contratada:

- o valor de R\$ 294,02 (duzentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para o ítem "001 000" ANEXO I, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo 2016, começando a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles tenha interesse, por até 03 (quatro) vezes, sempre obedecendo o mesmo período. Nos casos em que o contrato for prorrogado, os valores propostos serão reajustados pelo IGPM – Índice Geral de Preços Médios calculados pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – Da Publicação

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

As demais cláusulas continuam inalteradas.

Vitor Meireles, 07 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI FLAVIO MAFRA ME

Prefeito Municipal Empresa

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO  
CPF – 042.800.449-02

VALDELI JOSE SEBASTIÃO  
CPF – 028.516.709-05

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2014**

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.898.011/0001-54, Inscrição Estadual nº 254.639.046, situada na Rua Princesa Isabel, nº 884, bairro Bela Vista, cidade de Ibirama/SC, devidamente representada por VILMAR VENDRAMI, portador da cédula de identidade RG nº 1.892.331 e do CPF nº 569.409.989-34, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão empresário, residente e domiciliado na cidade de Ibirama/SC na Rua Almirante Tamandaré, nº 175, bairro Ponto Chic, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, em decorrência do processo, previsto no edital de licitação nº 23/2014, Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 02/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (180) Cento e Oitenta dias, a justificativa deve-se em virtude das chuvas ocorridas na região no período da execução da obra.

O prazo começara contar no dia 01 de Janeiro de 2016, com vigência até dia 29 de Junho de 2016, as demais cláusulas do Termo de Contrato 27/2014, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal	JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA - VILMAR VENDRAMI Sócio Gerente
--	---

**Testemunhas:**

Claudinei Feliciano Cpf: 042.800.449-02	Sandro Lunelli Cpf: 064.162.869-20
--	---------------------------------------

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2014****TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 022/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Vitor Meireles/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LOURIVAL LUNELLI, e de outro lado à empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65 representada pelo Sr. LAERCIO MENDES, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo Contrato nº 022/2014 fica alterado as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (120) Cento e Vinte dias, devido aos fatores abaixo:

- Chuvas ocorridas durante o período de execução da obra, o que atrasou o decorrer da mesma;
- O porte da obra necessita de mais tempo para ser executado, o prazo solicitado é para que a empresa possa executar a obra dentro das normas de qualidade e segurança necessárias sem que haja comprometimento da mesma.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor. E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Vitor Meireles (SC), 16 de Dezembro de 2015.

LAERCIO MENDES SÓCIO GERENTE - A.R.G. INDUSTRIAL LTDA Contratado	LOURIVAL LUNELLI PREFEITO MUNICIPAL Contratante
--	---

**Testemunhas:**

BRENO VILHALBA PAMPLONA Engenheiro Civil CPF: 060.352.509-12	SALÉSIO BOING Secretário de Esporte, Cultura e Turismo CPF: 352.272.819-04
--	--

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA FLAVIO MAFRA ME.

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 1.122, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e a empresa FLAVIO MAFRA ME, com registro no CNPJ nº 07.188.935/0001-92, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Rio Bruno, no presente ato representada pelo Sr. FLAVIO MAFRA, brasileiro, CPF nº 702.443.169-53, residente e domiciliado na Rua Vereador Eduardo Fossa, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 004/2013 e, ainda, consoante as seguintes cláusulas e condições:

Ficam alteradas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 004/2013.

**CLÁUSULA OITAVA – Do Preço**

Conforme IGP-M acumulado dos últimos doze meses, fica assim reajustado:

- O valor de R\$ 351,00 (Trezentos e cinquenta e um reais) para o item "001 000" ANEXO I do edital, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

Item "001 000" - TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO 11:30H DO FINAL DA TIFA DA FRUTA ATÉ A ESTRADA GERAL DENECKE I E RETORNANDO AO MESMO PONTO; SAINDO AS 17:30H DO FINAL DA TIFA DA FRUTA, ATÉ PONTE EM DIREÇÃO AO DENECKE II CONTORNANDO EM DIREÇÃO AO PÉ DA SERRA DO ALTO RIO BRUNO RETORNANDO ATÉ A ESCOLA DOM PEDRO I; DESLOCANDO-SE ATÉ A ESCOLA DA PRA-TINHA E RETORNANDO ATÉ A ESCOLA DOM PEDRO I. AS 22:30 FAZENDO O ITINERÁRIO INVERSO COM APROXIMADAMENTE 24 ALUNOS, EM UM PERCURSO DE 78 KM. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo 2016, começando a contar a partir de sua assinatura.

Vitor Meireles/SC, 7 de dezembro de 2015.

..... LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal		..... FLAVIO MAFRA ME Empresa
Testemunhas:		
Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA EDINO VENDRAMI ME.

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EDINO VENDRAMI ME, com registro no CNPJ nº 81.582.934/0001-80, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Germano Possamai, 32 no presente ato representada pelo Sr. EDINO VENDRAMI, brasileiro, CPF nº 379.254.909-34, residente e domiciliado na Rua Germano Possamai, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 004/2013.



ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO
02	200	Dia	Transporte escolar saindo da ponte entre o Rio Denecke II e reserva indígena as 12h00m deslocando-se até a escola figueira com aproximadamente 14 alunos, e continuando até a aldeia coqueiro retornando até a escola novamente com aproximadamente 14 alunos, no final da aula retornando até a aldeia coqueiro e depois até o ponto de partida na ponte, em um percurso total aproximado de 41,4 quilômetros.

**CLÁUSULA OITAVA – Do Preço**

Conforme IGP-M acumulado dos últimos doze meses, fica assim reajustado:

Pela aquisição dos serviços especificados na cláusula primeira, a Contratante pagará à Contratada:

- o valor de R\$ 194,83 (cento e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos) para o item "002 000", por dia de efetiva Prestação do Serviço;

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Vigência**

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo de 2016, começando a contar a partir de sua assinatura.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles/SC, 8 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI EDINO VENDRAMI ME

Prefeito Municipal Empresa

Testemunhas:

Nome: Claudinei Feliciano CPF:042.800.449-02	Nome: Caroline A. M. Wachholz CPF:088.065.569-08
---	---

**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2011****SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2011**

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a CEMEAR – CENTRO DE MOTIVAÇÃO ECOLÓGICA E ALTERNATIVAS RURAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.199.994/0001-78 estabelecida a Rua Mirador, nº185, Bairro Centro, Cidade de Presidente Getúlio – SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo Licitatório nº 41/2011, homologado em 14/10/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA SEXTA – Da Vigência**

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (90) noventa dias, a justificativa deve-se a entrega do 2º REA ao MDA, onde o mesmo está realizando a análise. Assim, as atividades finais do projeto (3º e último REA) já encontram-se terminadas pela empresa, porém necessitam ainda a análise do MDA, onde será encaminhado para análise somente após o 2º REA ter sido analisado e aprovado. Contudo, o prazo de 90 dias será necessário para que o MDA possa analisar o 2º e 3º REA, assim como possa ser realizado o pagamento a empresa em tempo vigente.

O prazo começara contar no dia 01 de Janeiro de 2016, com vigência até dia 31 de Março de 2016, as demais cláusulas do Termo de Contrato 16/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal	CEMEAR – CENTRO DE MOTIVAÇÃO ECOLÓGICA E ALTERNATIVAS RURAIS Empresa
--	---

Testemunhas:

Claudinei Feliciano Cpf: 042.800.449-02	Sandro Lunelli Cpf: 064.162.869-20
--	---------------------------------------

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0051/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2016 à 31/12/2016

VALOR: R\$ 7.320,00(sete mil e trezentos e vinte reais).

Vitor Meireles - SC, 8 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0016/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0016149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Rogerio Miglioranza

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 01.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0020/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0020149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Orsatto Transportes Ltda ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 08.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0017/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0017149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Joceli de Oliveira Dias

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 17 e 30..

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0021/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0021149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Bianca Transportes Ltda ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 28.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0018/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0018149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transporte Escolar Pinarelo Ltda ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 18 e 29.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO 0045/2015

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0045/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: CASVIG—Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.

Fica acrescido ao contrato originário, os serviços de monitoramento eletrônico 24 horas na Unidade de Saúde do Bairro dos Esportes, localizada na Rua Carlos Antonioli, nº 10 – Bairro dos Esportes.

Valor mensal: R\$ 73,52

Xanxerê-SC, 15 de dezembro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 0019/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0019149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transportes Formiga Ltda ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 13.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 0022/2015

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0022149MEPORTES ABITUR LTxeri, Cooperativa La, Pesque e Pague Dal Zot, Bombeiros. /2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transportes Abitur LTDA ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 33.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme justificativa anexa ao Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 16 de dezembro 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 125/2015

DECRETO Nº 125/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015, é véspera de natal e ano novo;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo aos servidores públicos municipais de Xavantina, nos dias 24 e 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo Único – Os serviços emergenciais e urgentes serão atendidos em regime de plantão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 07 de Dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1492

LEI Nº 1492, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	200.000,00
TOTAL .....	200.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	
Projeto Atividade: 2.014 – Auxiliar nos Eventos e Promoções	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	100.000,00
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 1.008 – Investimentos no DMER	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	50.000,00
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	50.000,00
TOTAL .....	200.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 08 de Dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1493

LEI Nº 1493, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º O Orçamento do Município de Xavantina, do Poder Executivo, para o exercício financeiro de 2016, estima à receita em R\$ 18.237.400,00 (dezoito milhões, duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos reais), fixa a despesa em R\$ 14.255.400,00 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais) e as transferências financeiras em R\$ 3.982.000,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil reais).

Art. 2º O Orçamento do Poder Legislativo, estima transferências

recebidas do tesouro municipal, e fixa as despesas em R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada, composto pelo Fundo Municipal de Saúde, estima a receita em R\$ 1.197.000,00 (um milhão, cento e noventa e sete mil reais), mais R\$ 3.132.000,00 (três milhões, cento e trinta e dois mil reais) de transferências do tesouro municipal, e fixa despesa em R\$ 4.329.000,00 (quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil reais).

Art. 4º O valor total consolidado do Orçamento do Município para as receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 19.434.400,00 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

Art. 5º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 1.480 de 22 de outubro de 2015, a qual dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – LDO 2016.

Art. 6º A despesa total fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados a atender passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e art. 130, § 4º, I da Lei Orgânica Municipal, mediante ato do Poder Legislativo, autorizado a: (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

I – abrir crédito suplementar, tendo como fonte de recursos o remanejamento de dotações orçamentárias, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores. (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

II – realizar a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra dentro do mesmo programa. (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

III – realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de um mesmo programa. (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

IV – realizar abertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior. (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Parágrafo Único. Para os efeitos desta Lei, considera-se como respectiva dotação orçamentária o somatório das dotações de uma mesma categoria econômica definida para o exercício de 2016. (Emenda substitutiva promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina);

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada ao ingresso de recursos no orçamento municipal.

Art. 10 Os recursos de convênio não previstos no orçamento da receita, o seu excesso e rendimentos de aplicação financeira, poderão independentemente do valor, serem utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11 Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá

realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados pelo Município.

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação.

Art. 13 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta e com as entidades previstas na Lei nº 1.480 de 22 de outubro de 2015 – LDO 2016.

Art. 14 O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, Lei nº 1.480 de 22 de outubro de 2015 – LDO 2016.

Art. 15 – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 17 Ficam atualizados os anexos da Lei nº 1.313 de 27 de agosto de 2013 do Plano Plurianual – PPA 2014/2017, e da Lei nº 1.480 de 22 de outubro de 2015 – LDO 2016, com base nos valores desta Lei.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Xavantina, SC, 14 de Dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**ANEXO LEI Nº 1493, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015****Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 14/12/2015

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	19.174.400,00	DESPESAS CORRENTES	17.735.900,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.100.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.075.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.655.900,00
RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.277.900,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	326.500,00		
		Superavit	1.438.500,00
Total	19.174.400,00	Total	19.174.400,00
Superavit do orçamento corrente	1.438.500,00		
RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.683.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	130.000,00	INVESTIMENTOS	1.416.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	267.000,00
Deficit	1.423.500,00		
Total	1.683.500,00	Total	1.683.500,00

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	22.519.000,00	115,87 %	DESPESAS CORRENTES	17.735.900,00	91,26 %
RECEITAS DE CAPITAL	260.000,00	1,34 %	DESPESAS DE CAPITAL	1.683.500,00	8,66 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.344.600,00	-17,21 %	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,08 %

Total	19.434.400,00	100,00 %	Total	19.434.400,00	100,00 %
-------	---------------	----------	-------	---------------	----------

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito MunicipalJOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun. de Adm e FinançaMARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 030882/O-8

Página: 1/2  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		1.975.000,00	3.954.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		1.968.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.979.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		850.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		6.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.082.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		36.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		375.000,00	375.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		375.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
<b>Total das despesas:</b>			<b>4.329.000,00</b>	<b>4.329.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>			<b>4.329.000,00</b>	<b>4.329.000,00</b>
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		5.650.000,00	13.213.900,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		5.637.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		5.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.558.900,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		163.800,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		10.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		7.372.100,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		13.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		759.500,00	1.026.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		756.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		267.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		267.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			

Página: 2/2  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	15.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>14.255.400,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>14.255.400,00</b>
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		450.000,00	568.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		450.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		118.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		18.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			282.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		282.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		282.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>850.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>850.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>19.434.400,00</b>

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

JOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun.de Adm e Finança

Página: 1/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.037.000,00	1.037.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União		1.037.000,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS			
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Atenção Básica	886.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.01.00	Saúde da Família	886.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.02.00	Agentes Comunitários da Saúde	815.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.03.00	Saúde Bucal	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.04.00	Outros Programas Fundo a Fundo	148.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.05.00	PAB Fixo	58.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.06.00	PMAQ	63.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.08.00	NASf - Atenção Básica - Federal	120.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Vigilância em Saúde	168.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.02.00	Vigilância Sanitária - Piso Fixo	108.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.03.00	Vigilância e Promoção da Saúde	28.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Assistência Farmacêutica	11.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.00	Farmácia Popular	17.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00	MAC - Média e Alta Complexidade	25.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.01.00	MAC - Média e Alta Complexidade	18.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	18.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	151.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00	Assistência Farmacêutica - Estado	151.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00	Confinanciamento - Atenção Básica - Estado	18.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00	NASf - Atenção Básica - Estado	65.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00	MAC - Estado	53.000,00		
4.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	15.000,00		
4.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS			
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
4.2.2.1.5.00.00.00.00	Alienação de Veículos	30.000,00	30.000,00	160.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.2.4.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	130.000,00	130.000,00	
4.2.4.2.1.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	130.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.197.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.197.000,00</b>

Página: 2/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.100.000,00	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS		990.000,00	
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda			
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			
4.1.1.1.2.02.0.0.01.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			
4.1.1.1.2.02.0.0.02.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			
4.1.1.1.2.02.0.0.03.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho			
4.1.1.1.2.04.31.00.01.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho			
4.1.1.1.2.04.31.00.02.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho			
4.1.1.1.2.04.31.00.03.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho			
4.1.1.1.2.04.34.0.0.0.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos			
4.1.1.1.2.04.34.00.01.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos			
4.1.1.1.2.04.34.00.02.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos			
4.1.1.1.2.04.34.00.03.0.0	IRRF s/ Outros Rendimentos			
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.2.08.0.0.01.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.2.08.0.0.02.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.2.08.0.0.03.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis			
4.1.1.1.3.00.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação			
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.05.01.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.05.01.00.00.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.05.01.00.00.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.1.3.05.01.00.00.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza			
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS		110.000,00	
4.1.1.2.1.00.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
4.1.1.2.1.25.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P-Serviços			
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
4.1.1.2.1.99.0.0.00.01	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS			
4.1.1.2.2.00.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços			
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
4.1.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL			
			100.000,00	
			100.000,00	
			180.000,00	
				18.137.400,00



Página: 3/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		160.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	160.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Rendimentos Vinculados	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rendimentos FUNDEB	10.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Rendimentos Recursos Não Vinculados	150.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Outros Rendimentos Não Vinculados	150.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		20.000,00	
4.1.3.3.0.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir. Uso Bens Públic	20.000,00		
4.1.3.3.3.00.00.00.00	Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	20.000,00		
4.1.3.3.3.99.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		190.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	150.000,00		
4.1.6.0.0.17.00.00.00	Outros Serviços	40.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		16.240.900,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	16.025.900,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	6.993.800,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.840.800,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	7.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-1.460.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.380.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.825.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.095.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	1.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.01	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	-200,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.02	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	600,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.03	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	250,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec. Nat	150,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	402.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	402.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00	FNAS - Proteção Básica do SUAS	217.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.02.00	Transf. FNAS - PBF - PAIF - CRAS	200.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.03.00	Transf. FNAS - PBV - SCFV	80.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00	FNAS - IGD-PBF-Índice Gestão Desc. Bolsa Família	120.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.01.00	Transf. FNAS - IGD - Bolsa Família	10.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00	FNAS - IGD-SUAS Ind. Gestão Desc. do SUAS	7.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.01.00	Transf. FNAS - IGD - SUAS	7.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. Des. Educação - FDNE	237.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	140.000,00		

Página: 4/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	35.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. FNDE - PNAE Fundamental	16.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. FNDE - PNAE Pré-Escolar	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. FNDE - PNAE Creche	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. FNDE - PNAE - AEE	1.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	57.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. FNDE - PNATE Fundamental	33.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. FNDE - PNATE Infantil	6.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. FNDE - PNATE Médio	18.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	40.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-8.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.01.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	24.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	10.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.03.00	Outras Transferências da União	6.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios	265.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.02	FEX - Auxílio Financeiro p/Fomentar as Exportações	230.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	35.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.582.100,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	7.528.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	8.800.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.01.00	Cota-Parte do ICMS	-1.760.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Cota-Parte do ICMS	5.280.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.03.00	Cota-Parte do ICMS	2.200.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.320.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	450.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.01.00	Cota-Parte do IPVA	-90.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Cota-Parte do IPVA	270.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.03.00	Cota-Parte do IPVA	112.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	67.500,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	132.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	-26.400,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	79.200,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.03.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	33.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	19.800,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	23.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	SUAS - Família Acolhedora	53.500,00		
		23.000,00		

Página: 5/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	SUAS - Benefícios Eventuais - Auxílio Funeral	1.500,00		
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - Estado	29.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.450.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.450.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.05.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	870.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.06.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	580.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		215.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	215.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	215.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora			
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	2.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	1.200,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	500,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	300,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.02	Multas e Juros Div. Ativa Não Tributária de Outras Receitas	10.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	30.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	30.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Trânsito - Município	10.500,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Trânsito - Civil	9.750,00		
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Trânsito - Militar	9.750,00		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	82.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	82.000,00		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA				
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	32.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	20.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	12.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	3.000,00		

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/6

Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	12.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	12.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	80.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	80.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	80.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		88.500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	88.500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		100.000,00	100.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		100.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	100.000,00		
		Total das receitas:		
		18.237.400,00		
		Total por entidade:		
		18.237.400,00		
		Total geral:		
		19.434.400,00		

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

JOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun.de Adm e Finança

# Natureza Jurídica não encontrada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
Data: 14/12/2015

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
	813 Lazer
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	846 Outros Encargos Especiais

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

JOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun.de Adm e Finança

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 030882/O-8



Página: 1/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
<b>Unidade: 10.01 Departamento de Saúde</b>					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.0011	SAUDE PARA TODOS	375000	3.954.000,00	0,00	4.329.000,00
10.301.0011.1.010	Investimentos na Saúde				
10.301.0011.2.021	Manter os Programas de Saúde Básica	375.000,00	3.954.000,00	0,00	4.329.000,00
10.301.0011.2.028	Manter o Programa Saúde da Família	375.000,00	3.954.000,00	0,00	4.329.000,00
10.301.0011.2.030	Manter as Atividades do Conselho de Saúde	375.000,00	3.954.000,00		4.329.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0011	SAUDE PARA TODOS	2.079.000,00	2.079.000,00		2.079.000,00
10.302.0011.2.022	Auxiliar as Entidades de Saúde	954.000,00	954.000,00		954.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	1.000,00	1.000,00		1.000,00
10.304.0011	SAUDE PARA TODOS	904.000,00	904.000,00		904.000,00
10.304.0011.2.023	Auxiliar na Vigilância em Saúde	904.000,00	904.000,00		904.000,00
		16.000,00	16.000,00		16.000,00
		16.000,00	16.000,00		16.000,00
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 03.00 SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</b>					
<b>Unidade: 03.01 Departamento de Serviços Gerais</b>					
04	Administração	588800	13.036.600,00	615.000,00	14.255.400,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	2.058.000,00	0,00	2.098.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	40.000,00	2.058.000,00	0,00	2.098.000,00
04.122.0002.1.001	Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	40.000,00	2.058.000,00		2.098.000,00
04.122.0002.2.002	Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice				
04.122.0002.2.003	Manter as Atividades da Administração e Finanças				
		880.000,00	880.000,00		880.000,00
		1.178.000,00	1.178.000,00		1.178.000,00
<b>Órgão: 04.00 SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.01 Departamento de Ensino Fundamental e Infantil</b>					
12	Educação	130.000,00	4.014.100,00	0,00	4.144.100,00
12.361	Ensino Fundamental	130.000,00	3.399.100,00	0,00	3.529.100,00
12.361.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	80.000,00	2.924.200,00		3.004.200,00
12.361.0003.1.002	Investimentos no Ensino Fundamental	80.000,00	2.924.200,00		3.004.200,00
12.361.0003.2.004	Manter o Ensino Fundamental	80.000,00	1.924.100,00		80.000,00
12.361.0003.2.006	Transporte Escolar		894.000,00		1.924.100,00
12.361.0003.2.007	Merenda Escolar		106.100,00		894.000,00
					106.100,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/6  
 Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 04.00 SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.01 Departamento de Ensino Fundamental e Infantil</b>					
12	Educação	588800	13.036.600,00	615.000,00	14.255.400,00
12.365	Educação Infantil	130.000,00	4.014.100,00	0,00	4.144.100,00
12.365.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	130.000,00	3.398.100,00	0,00	3.529.100,00
12.365.0003.1.003	Investimentos no Ensino Infantil	130.000,00	3.399.100,00		3.529.100,00
12.365.0003.2.005	Manter o Ensino Pré-Escolar	50.000,00	469.000,00		519.000,00
12.365.0003.2.026	Manter a Creche Escolar	50.000,00	469.000,00		519.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	246.000,00		50.000,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	223.000,00	223.000,00		246.000,00
12.366.0003.2.008	Manter a Educação de Jovens e Adultos	5.900,00	5.900,00		223.000,00
		5.900,00	5.900,00		5.900,00
		5.900,00	5.900,00		5.900,00
<b>Unidade: 04.02 Depto Ensino Médio,Educação Superior e Especial</b>					
12	Educação	0,00	313.000,00	0,00	313.000,00
12.362	Ensino Médio		313.000,00		313.000,00
12.362.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		143.000,00		143.000,00
12.362.0003.2.010	Auxiliar no Ensino Médio		143.000,00		143.000,00
12.364	Ensino Superior		170.000,00		143.000,00
12.364.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		170.000,00		170.000,00
12.364.0003.2.011	Auxiliar no Ensino Superior		170.000,00		170.000,00
<b>Unidade: 04.03 Departamento de Esportes</b>					
27	Desporto e Lazer	0,00	267.000,00	0,00	267.000,00
27.812	Desporto Comunitário		267.000,00		267.000,00
27.812.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER		187.000,00		187.000,00
27.812.0005.2.013	Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas		187.000,00		187.000,00
27.813	Lazer		80.000,00		80.000,00
27.813.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER		80.000,00		80.000,00
27.813.0005.2.014	Auxiliar nos Eventos e Promoções		80.000,00		80.000,00

Página: 3/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 04.00 SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>					
<b>Unidade: 04.04 Fundo Municipal de Cultura</b>					
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural				35.000,00
13.392.0004	MAIS CULTURA				35.000,00
13.392.0004.2.031	Manter as Atividades Culturais				35.000,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 05.04 Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso	10.000,00	641.500,00		651.500,00
08.241.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		229.000,00		229.000,00
08.241.0008.2.018	Proteção Social Básica - CRAS		229.000,00		229.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		229.000,00		229.000,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		95.000,00		95.000,00
08.243.0008.2.024	Manter as Atividades do Conselho Tutelar		95.000,00		95.000,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00	317.500,00		327.500,00
08.244.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	317.500,00		327.500,00
08.244.0008.1.006	Investimentos na Assistência Social				10.000,00
08.244.0008.2.017	Manter as Atividades da Assistência Social		277.500,00		277.500,00
08.244.0008.2.025	Índice de Gestão Descentralizada - PBF e SUAS		17.000,00		17.000,00
08.244.0008.2.027	Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade		23.000,00		23.000,00
<b>Unidade: 05.05 Fundo Municipal da Infância e Adolescência</b>					
08	Assistência Social	0,00	67.000,00	0,00	67.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		67.000,00		67.000,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		67.000,00		67.000,00
08.243.0008.2.016	Auxiliar a Criança e Adolescente - FIA		67.000,00		67.000,00
<b>Unidade: 05.06 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>					
08	Assistência Social	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
08.244	Assistência Comunitária		170.000,00		170.000,00
08.244.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		170.000,00		170.000,00
08.244.0008.2.029	Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social		170.000,00		170.000,00

Página: 4/6  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL</b>					
<b>Unidade: 05.06 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>					
08	Assistência Social	588800	13.036.600,00	615.000,00	14.255.400,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00	896.500,00	0,00	906.500,00
08.244.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
08.244.0008.2.029	Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social		170.000,00		170.000,00
<b>Unidade: 05.07 Fundo Municipal do Idoso</b>					
08	Assistência Social	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		18.000,00		18.000,00
08.241.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		18.000,00		18.000,00
08.241.0008.2.032	Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos		18.000,00		18.000,00
<b>Órgão: 06.00 SEC.MUN.DA AGRICULTURA,IND. E COMÉRCIO</b>					
<b>Unidade: 06.01 Departamento de Agricultura</b>					
20	Agricultura	108.800,00	1.836.000,00	0,00	1.944.800,00
20.606	Extensão Rural	70.000,00	1.836.000,00	0,00	1.906.000,00
20.606.0006	EXTENSÃO RURAL	70.000,00	1.836.000,00		1.906.000,00
20.606.0006.1.004	Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	70.000,00	1.836.000,00		1.906.000,00
20.606.0006.2.015	Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	70.000,00	1.836.000,00		1.836.000,00
<b>Unidade: 06.02 Departamento de Comércio, Ind., Turismo e Serviços</b>					
22	Indústria	38.800,00	0,00	0,00	38.800,00
22.661	Promoção Industrial	38.800,00			38.800,00
22.661.0007	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	38.800,00			38.800,00
22.661.0007.1.005	Incentivos Econômicos	38.800,00			38.800,00
<b>Órgão: 07.00 SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO</b>					
<b>Unidade: 07.01 Departamento de Urbanismo e Obras</b>					
15	Urbanismo	300.000,00	4.232.000,00	0,00	4.532.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	550.000,00	0,00	630.000,00
15.451.0010	PERIMETRO URBANO	80.000,00			80.000,00
15.451.0010.1.009	Investimentos no Urbanismo e Saneamento	80.000,00			80.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/6  
 Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 07.00 SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO</b>					
<b>Unidade: 07.01 Departamento de Urbanismo e Obras</b>					
15	Urbanismo	588800	13.036.600,00	615.000,00	14.255.400,00
15.452	Serviços Urbanos	300.000,00	4.232.000,00	0,00	4.532.000,00
15.452.0010	PERIMETRO URBANO	80.000,00	550.000,00	0,00	630.000,00
15.452.0010.2.020	Manter os Serviços Urbanos				
<b>Unidade: 07.03 Departamento dos Transportes</b>					
26	Transporte	220.000,00	3.682.000,00	0,00	3.902.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	220.000,00	3.682.000,00		3.902.000,00
26.782.0009	ESTRADAS VICINAIS	220.000,00	3.682.000,00		3.902.000,00
26.782.0009.1.008	Investimentos no DMER	220.000,00			220.000,00
26.782.0009.2.019	Manter as Atividades do DMER		3.682.000,00		3.682.000,00
<b>Órgão: 12.00 ENCARGOS GERAIS</b>					
<b>Unidade: 12.01 Encargos Gerais</b>					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	615.000,00	615.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	615.000,00	615.000,00
28.843.0012	ENCARGOS GERAIS			615.000,00	615.000,00
28.843.0012.0.002	Amortização da Dívida			272.000,00	272.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			272.000,00	272.000,00
28.846.0012	ENCARGOS GERAIS			343.000,00	343.000,00
28.846.0012.0.001	Outros Encargos Gerais			343.000,00	343.000,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>					
<b>Unidade: 99.99 Reserva de Contingência</b>					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	15.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	15.000,00
28.846.0013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
28.846.0013.9.001	Reserva de Contingência				15.000,00



Página: 6/6  
Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>					
<b>Órgão: 11.00</b>	<b>CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>	<b>0</b>	<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>
<b>Unidade: 11.01</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>
01	Legislativa		850.000,00		850.000,00
01.031	Ação Legislativa		850.000,00		850.000,00
01.031.0001	PODER LEGISLATIVO		850.000,00		850.000,00
01.031.0001.2.001	Manter as Atividades da Câmara Municipal de Vereadores		568.000,00		568.000,00
01.031.0001.2.033	Investimentos no Poder Legislativo		282.000,00		282.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>19.434.400,00</b>

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

JOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun.de Adm e Finança

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Página: 1/3  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		850.000,00		850.000,00
01.031	Ação Legislativa		850.000,00		850.000,00
01.031.0001	PODER LEGISLATIVO		850.000,00		850.000,00
04	Administração	40.000,00	2.058.000,00		2.098.000,00
04.122	Administração Geral	40.000,00	2.058.000,00		2.098.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	40.000,00	2.058.000,00		2.098.000,00
08	Assistência Social	10.000,00	896.500,00		906.500,00
08.241	Assistência ao Idoso		247.000,00		247.000,00
08.241.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		247.000,00		247.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		162.000,00		162.000,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		162.000,00		162.000,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00	487.500,00		497.500,00
08.244.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	487.500,00		497.500,00
10	Saúde	375.000,00	3.954.000,00		4.329.000,00
10.301	Atenção Básica	375.000,00	3.034.000,00		3.409.000,00
10.301.0011	SAUDE PARA TODOS	375.000,00	3.034.000,00		3.409.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		904.000,00		904.000,00
10.302.0011	SAUDE PARA TODOS		904.000,00		904.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		16.000,00		16.000,00
10.304.0011	SAUDE PARA TODOS		16.000,00		16.000,00
12	Educação	130.000,00	3.712.100,00		3.842.100,00
12.361	Ensino Fundamental	80.000,00	2.924.200,00		3.004.200,00
12.361.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	80.000,00	2.924.200,00		3.004.200,00
12.362	Ensino Médio		143.000,00		143.000,00
12.362.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		143.000,00		143.000,00
12.364	Ensino Superior		170.000,00		170.000,00
12.364.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		170.000,00		170.000,00
12.365	Educação Infantil	50.000,00	469.000,00		519.000,00
12.365.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	50.000,00	469.000,00		519.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		5.900,00		5.900,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		5.900,00		5.900,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
 Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural		35.000,00		35.000,00
13.392.0004	MAIS CULTURA		35.000,00		35.000,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	550.000,00		630.000,00
15.451.0010	PERIMETRO URBANO	80.000,00			80.000,00
15.452	Serviços Urbanos	80.000,00			80.000,00
15.452.0010	PERIMETRO URBANO		550.000,00		550.000,00
			550.000,00		550.000,00
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural	70.000,00	1.836.000,00		1.906.000,00
20.606.0006	EXTENSÃO RURAL	70.000,00	1.836.000,00		1.906.000,00
		70.000,00	1.836.000,00		1.906.000,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial	38.800,00			38.800,00
22.661.0007	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	38.800,00			38.800,00
		38.800,00			38.800,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário	220.000,00	3.682.000,00		3.902.000,00
26.782.0009	ESTRADAS VICINAIS	220.000,00	3.682.000,00		3.902.000,00
		220.000,00	3.682.000,00		3.902.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário		267.000,00		267.000,00
27.812.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER		187.000,00		187.000,00
27.813	Lazer		187.000,00		187.000,00
27.813.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER		80.000,00		80.000,00
			80.000,00		80.000,00
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço da Dívida Interna			615.000,00	630.000,00
28.843.0012	ENCARGOS GERAIS			272.000,00	272.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			272.000,00	272.000,00
28.846.0012	ENCARGOS GERAIS			343.000,00	358.000,00
				343.000,00	343.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais				630.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais				358.000,00
28.846.0013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				15.000,00
Total:		963.800,00	17.840.600,00	615.000,00	19.434.400,00
Total geral:		963.800,00	17.840.600,00	615.000,00	19.434.400,00

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA

Contadora CRC-SC 025926/O-3

JOSE DAL BOSCO

Secretário Mun.de Adm e Finança

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 1/3  
 Data: 14/12/2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	850.000,00		850.000,00
01.031	Ação Legislativa	850.000,00		850.000,00
01.031.0001	PODER LEGISLATIVO	850.000,00		850.000,00
04	Administração	2.098.000,00		2.098.000,00
04.122	Administração Geral	2.098.000,00		2.098.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.098.000,00		2.098.000,00
08	Assistência Social	636.000,00	270.500,00	906.500,00
08.241	Assistência ao Idoso	18.000,00	229.000,00	247.000,00
08.241.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.000,00	229.000,00	247.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00		162.000,00
08.243.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	162.000,00		162.000,00
08.244	Assistência Comunitária	456.000,00	41.500,00	497.500,00
08.244.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL	456.000,00	41.500,00	497.500,00
10	Saúde	3.132.000,00	1.197.000,00	4.329.000,00
10.301	Atenção Básica	2.228.000,00	1.181.000,00	3.409.000,00
10.301.0011	SAUDE PARA TODOS	2.228.000,00	1.181.000,00	3.409.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	904.000,00		904.000,00
10.302.0011	SAUDE PARA TODOS	904.000,00		904.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		16.000,00	16.000,00
10.304.0011	SAUDE PARA TODOS		16.000,00	16.000,00
12	Educação	285.000,00	3.557.100,00	3.842.100,00
12.361	Ensino Fundamental	90.000,00	2.914.200,00	3.004.200,00
12.361.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	90.000,00	2.914.200,00	3.004.200,00
12.362	Ensino Médio	25.000,00	118.000,00	143.000,00
12.362.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	25.000,00	118.000,00	143.000,00
12.364	Ensino Superior	170.000,00		170.000,00
12.364.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	170.000,00		170.000,00
12.365	Educação Infantil		519.000,00	519.000,00
12.365.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		519.000,00	519.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		5.900,00	5.900,00
12.366.0003	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO		5.900,00	5.900,00
13	Cultura	35.000,00		35.000,00
13.392	Difusão Cultural	35.000,00		35.000,00
13.392.0004	MAIS CULTURA	35.000,00		35.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
 Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	530.000,00	100.000,00	630.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00		80.000,00
15.451.0010	PERIMETRO URBANO	80.000,00		80.000,00
15.452	Serviços Urbanos	450.000,00	100.000,00	550.000,00
15.452.0010	PERIMETRO URBANO	450.000,00	100.000,00	550.000,00
20	Agricultura	1.906.000,00		1.906.000,00
20.606	Extensão Rural	1.906.000,00		1.906.000,00
20.606.0006	EXTENSÃO RURAL	1.906.000,00		1.906.000,00
22	Indústria	38.800,00		38.800,00
22.661	Promoção Industrial	38.800,00		38.800,00
22.661.0007	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	38.800,00		38.800,00
26	Transporte	3.407.000,00	495.000,00	3.902.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	3.407.000,00	495.000,00	3.902.000,00
26.782.0009	ESTRADAS VICINAIS	3.407.000,00	495.000,00	3.902.000,00
27	Desporto e Lazer	267.000,00		267.000,00
27.812	Desporto Comunitário	187.000,00		187.000,00
27.812.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER	187.000,00		187.000,00
27.813	Lazer	80.000,00		80.000,00
27.813.0005	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER	80.000,00		80.000,00
28	Encargos Especiais	600.000,00	30.000,00	630.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	272.000,00		272.000,00
28.843.0012	ENCARGOS GERAIS	272.000,00		272.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	328.000,00	30.000,00	358.000,00
28.846.0012	ENCARGOS GERAIS	313.000,00	30.000,00	343.000,00



Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 14/12/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais			630.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			358.000,00
28.846.0013	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.000,00
Total:		13.784.800,00	5.649.600,00	19.434.400,00
Total geral:		13.784.800,00	5.649.600,00	19.434.400,00

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA

Contadora CRC-SC 025926/O-3

JOSE DAL BOSCO

Secretário Mun.de Adm e Finança

Página: 1/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	4.329.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.329.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 3/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 5/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.329.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.329.000,00



Página: 6/15

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA		Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão								
03.00 - SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			0,00	0,00	0,00	2.098.000,00	0,00	0,00
04.00 - SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SEC.MUN.DA AGRICULTURA,IND. E COMÉRCIO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - ENCARGOS GERAIS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	2.098.000,00	0,00	0,00

Página: 7/15

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
03.00 - SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.842.100,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	906.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SEC.MUN.DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	906.500,00	0,00	0,00	0,00	3.842.100,00

Página: 8/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
03.00 - SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SEC.MUN.DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>35.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>630.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 9/15

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA						
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços
03.00 - SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SEC.MUN.DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO		0,00	1.906.000,00	0,00	38.800,00	0,00
07.00 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.906.000,00	0,00	38.800,00	0,00

Página: 10/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
03.00 - SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098.000,00
04.00 - SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	267.000,00	0,00	0,00	4.144.100,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	906.500,00
06.00 - SEC.MUN.DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.944.800,00
07.00 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		0,00	3.902.000,00	0,00	0,00	0,00	4.532.000,00
12.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	615.000,00	0,00	615.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>3.902.000,00</b>	<b>267.000,00</b>	<b>630.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.255.400,00</b>

Página: 11/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
11.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>Total:</b>	<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



Página: 12/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
11.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 13/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
11.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
11.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/15  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
11.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>
	<b>Total:</b>						
	<b>Total geral:</b>						<b>19.434.400,00</b>

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

JOSE DAL BOSCO  
Secretário Mun.de Adm e Finança

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 030882/O-8

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016

Demonstrativo da Evolução da Despesa

Entidade: 3 FUMUSA - Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>3.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.657.683,36</b>	<b>3.255.806,78</b>	<b>3.597.912,10</b>	<b>3.492.000,00</b>	<b>3.954.000,00</b>
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.369.063,72	1.629.074,17	1.770.491,05	1.853.000,00	1.975.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.288.619,64	1.626.732,61	1.827.421,05	1.639.000,00	1.979.000,00
<b>4.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>410.876,06</b>	<b>206.951,89</b>	<b>729.832,46</b>	<b>711.000,00</b>	<b>375.000,00</b>
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	410.876,06	206.951,89	729.832,46	711.000,00	375.000,00
<b>Total por Entidade</b>		<b>3.068.559,42</b>	<b>3.462.758,67</b>	<b>4.327.744,56</b>	<b>4.203.000,00</b>	<b>4.329.000,00</b>

Entidade: 4 PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>3.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.267.304,43</b>	<b>10.272.335,42</b>	<b>11.249.272,08</b>	<b>12.633.420,00</b>	<b>13.215.400,00</b>
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.377.301,79	3.912.199,97	4.605.689,62	5.353.200,00	5.650.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	18.216,71	9.627,17	2.666,84	5.000,00	5.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.871.785,93	6.350.508,28	6.640.915,62	7.275.220,00	7.560.400,00
<b>4.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.527.965,32</b>	<b>1.635.931,64</b>	<b>1.489.653,36</b>	<b>1.589.000,00</b>	<b>1.040.000,00</b>
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	1.447.965,40	1.555.931,72	1.379.486,45	1.307.000,00	758.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida	79.999,92	79.999,92	110.166,91	267.000,00	267.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00
<b>Total por Entidade</b>		<b>10.795.269,75</b>	<b>11.908.267,06</b>	<b>12.738.925,44</b>	<b>14.222.420,00</b>	<b>14.255.400,00</b>

Entidade: 5 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>3.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>273.278,47</b>	<b>430.772,28</b>	<b>444.328,63</b>	<b>496.000,00</b>	<b>568.000,00</b>
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	230.170,34	316.839,71	350.323,05	400.000,00	450.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	43.108,13	113.932,57	94.005,58	96.000,00	118.000,00
<b>4.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>3.430,00</b>	<b>221.657,00</b>	<b>44.399,00</b>	<b>354.000,00</b>	<b>282.000,00</b>
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	3.430,00	221.657,00	44.399,00	354.000,00	282.000,00
<b>Total por Entidade</b>		<b>276.708,47</b>	<b>652.429,28</b>	<b>488.727,63</b>	<b>850.000,00</b>	<b>850.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>14.140.537,64</b>	<b>16.023.455,01</b>	<b>17.555.397,63</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.434.400,00</b>

Xavantina, em 14 de dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC nº 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita

**Entidade: 3 FUMUSA - Fundo Municipal de Saúde e Promoção Social**

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>1.0.0.0.00.00.00.00</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>786.762,45</b>	<b>969.976,26</b>	<b>800.962,04</b>	<b>1.155.000,00</b>	<b>1.037.000,00</b>
1.1.0.0.00.00.00.00	Receita Tributária	2.788,70	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00.00.00	Receita Patrimonial	10.929,81	18.624,69	40.329,31	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00.00.00	Transferências Correntes	773.043,64	947.987,77	757.525,61	1.155.000,00	1.037.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	0,30	3.363,80	3.107,12	0,00	0,00
<b>2.0.0.0.00.00.00.00</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>118.588,30</b>	<b>102.400,00</b>	<b>504.433,70</b>	<b>510.000,00</b>	<b>160.000,00</b>
2.2.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens	9.300,00	0,00	14.483,70	80.000,00	30.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	Transferência de Capital	109.288,30	102.400,00	489.950,00	430.000,00	130.000,00
<b>Total por Entidade</b>		<b>905.350,75</b>	<b>1.072.376,26</b>	<b>1.305.395,74</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.197.000,00</b>

**Entidade: 4 PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>1.0.0.0.00.00.00.00</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>12.348.330,18</b>	<b>13.825.550,76</b>	<b>14.655.697,03</b>	<b>17.245.420,00</b>	<b>18.137.400,00</b>
1.1.0.0.00.00.00.00	Receita Tributária	573.867,66	753.143,51	832.646,29	989.320,00	1.100.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições	53.646,41	51.663,23	58.925,50	70.000,00	100.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	Receita Patrimonial	70.103,37	101.867,06	80.112,28	170.000,00	180.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00	Receita de Serviços	48.091,91	78.457,73	89.966,59	260.000,00	190.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	Transferências Correntes	11.549.076,77	12.692.979,27	13.504.042,35	15.635.100,00	16.240.900,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	53.544,06	147.439,96	90.004,02	121.000,00	326.500,00
<b>2.0.0.0.00.00.00.00</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>594.645,00</b>	<b>1.198.060,03</b>	<b>1.230.159,98</b>	<b>365.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
2.1.0.0.00.00.00.00	Operação de Crédito	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens	49.496,00	27.695,00	130.160,00	295.000,00	100.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	Transferência de Capital	545.149,00	370.365,03	1.099.999,98	70.000,00	0,00
<b>Total por Entidade</b>		<b>12.942.975,18</b>	<b>15.023.610,79</b>	<b>15.885.857,01</b>	<b>17.610.420,00</b>	<b>18.237.400,00</b>

<b>Total Geral</b>	<b>13.848.325,93</b>	<b>16.095.987,05</b>	<b>17.191.252,75</b>	<b>19.275.420,00</b>	<b>19.434.400,00</b>
--------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Xavantina, em 14 de dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC nº 025926/O-3



Página: 1/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	Departamento de Serviços Gerais	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0002

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do Município, inclusive administração superior, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisões, agregando ações com vistas à capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Desenvolvimento de ações através do Controle Interno, relacionadas ao controle de gestão financeira de todas as funções da administração geral.

**Justificativa do programa:**

A Administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1	2	Manter as Atividades da Administração e Finanças	Atividades (Departamento de Serviços Gerais)	12,000	1.178.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as Atividades da Administração e Finanças

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	660.000,00	0,00	660.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.000000	95.000,00	0,00	95.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	410.000,00	0,00	410.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000.000000	13.000,00	0,00	13.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.178.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.178.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 2/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	Departamento de Serviços Gerais	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0002

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do Município, inclusive administração superior, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisões, agregando ações com vistas à capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Desenvolvimento de ações através do Controle Interno, relacionadas ao controle de gestão financeira de todas as funções da administração geral.

**Justificativa do programa:**

A Administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1	2	Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	Atividades (Departamento de Serviços Gerais)	12,000	880.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	740.000,00	0,00	740.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	140.000,00	0,00	140.000,00
<b>Total:</b>			<b>880.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>880.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 3/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	Departamento de Serviços Gerais	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0002

**Objetivo do programa:**

Desenvolver as ações administrativas do Município, inclusive administração superior, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisões, agregando ações com vistas à capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Desenvolvimento de ações através do Controle Interno, relacionadas ao controle de gestão financeira de todas as funções da administração geral.

**Justificativa do programa:**

A Administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1	1	Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	Unidade (Departamento de Serviços Gerais)	4.000	40.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	40.000,00	0,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 4/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1	2	Merenda Escolar	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	180.000	106.100,00

**II - Descrição das Ações**

Merenda Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	90.000,00	0,00	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0060.000000	0,00	16.100,00	16.100,00
<b>Total:</b>			<b>90.000,00</b>	<b>16.100,00</b>	<b>106.100,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Página: 5/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:  
Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

**Justificativa do programa:**

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1	2	Transporte Escolar	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	347,000	894,000,00

**II - Descrição das Ações**

Transporte Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	380.000,00	380.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019.000000	0,00	226.000,00	226.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022.000000	0,00	115.000,00	115.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0058.000000	0,00	140.000,00	140.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061.000000	0,00	33.000,00	33.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>894.000,00</b>	<b>894.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%  
00.01.0022 - Transferência de Convênios - Educação  
00.01.0058 - Recursos Salário Educação  
00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE

Página: 6/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1	2	Manter o Ensino Fundamental	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	245,000	1.924.100,00

**II - Descrição das Ações**

Manter o Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	610.000,00	610.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018.000000	0,00	880.000,00	880.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	415.100,00	415.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019.000000	0,00	14.000,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0059.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.924.100,00</b>	<b>1.924.100,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%  
00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%  
00.01.0059 - Recursos PDDE



Página: 7/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1	1	Investimentos no Ensino Fundamental	Unidade (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	10.000	80.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos no Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>80.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Página: 8/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1	2	Manter a Creche Escolar	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	30.000	223.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter a Creche Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018.0000000	0,00	190.000,00	190.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0060.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>223.000,00</b>	<b>223.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%  
00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Página: 9/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1	2	Manter o Ensino Pré-Escolar	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	86.000	246.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter o Ensino Pré-Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018.000000	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0060.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061.000000	0,00	6.000,00	6.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>246.000,00</b>	<b>246.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%  
00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE

Página: 10/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

**Objetivo do programa:**

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

**Justificativa do programa:**

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	1	1	Investimentos no Ensino Infantil	Unidade (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	10.000	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos no Ensino Infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Página: 11/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1	2	Manter a Educação de Jovens e Adultos	Aluno (Departamento de Ensino Fundamental e Infantil)	11.000	5.900,00

**II - Descrição das Ações**

Manter a Educação de Jovens e Adultos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0060.000000	0,00	900,00	900,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>5.900,00</b>	<b>5.900,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Página: 12/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Depto Ensino Médio, Educação Superior e Especial	04.02
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

Objetivo do programa:

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1	2	Auxiliar no Ensino Médio	Aluno (Depto Ensino Médio, Educação Superior e Especial)	120.000	143.000,00

**II - Descrição das Ações**

Auxiliar no Ensino Médio

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061.0000000	0,00	18.000,00	18.000,00
<b>Total:</b>			<b>25.000,00</b>	<b>118.000,00</b>	<b>143.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0022 - Transferência de Convênios - Educação  
00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE



Página: 13/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Depto Ensino Médio, Educação Superior e Especial	04.02
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO	0003

**Objetivo do programa:**

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

**Justificativa do programa:**

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1	2	Auxiliar no Ensino Superior	Aluno (Depto Ensino Médio Educação Superior e Especial)	150.000	170.000,00

**II - Descrição das Ações**

Auxiliar no Ensino Superior

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	170.000,00	0,00	170.000,00
<b>Total:</b>			<b>170.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>170.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 14/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Esportes	04.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER	0005

**Objetivo do programa:**

Integrar as comunidades através do esporte e lazer, independentemente da modalidade praticada. Realização de competições a nível municipal, regional e estadual. Atender escolinhas de formação de atletas, com programação esportiva. Promover festividades quando do aniversário do Município e outras datas comemorativas.

**Justificativa do programa:**

As atividades esportivas deste programa são de responsabilidade do Conselho Municipal de Esportes - CME, onde está sendo feita uma programação de atendimento e valorização dos atletas do município, onde primamos pela efetiva participação de nossos atletas em nível municipal, regional e estadual. Há também atividades desenvolvidas neste programa com as festividades de aniversário do município e outras promoções durante o ano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	1	2	Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	Atividades (Departamento de Esportes)	12,000	187.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	57.000,00	0,00	57.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	110.000,00	0,00	110.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>187.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>187.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 15/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade:	Departamento de Esportes	04.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Lazer	813
Programa:	VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER	0005

**Objetivo do programa:**

Integrar as comunidades através do esporte e lazer, independentemente da modalidade praticada. Realização de competições a nível municipal, regional e estadual. Atender escolinhas de formação de atletas, com programação esportiva. Promover festividades quando do aniversário do Município e outras datas comemorativas.

**Justificativa do programa:**

As atividades esportivas deste programa são de responsabilidade do Conselho Municipal de Esportes - CME, onde está sendo feita uma programação de atendimento e valorização dos atletas do município, onde primamos pela efetiva participação de nossos atletas em nível municipal, regional e estadual. Há também atividades desenvolvidas neste programa com as festividades de aniversário do município e outras promoções durante o ano.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	1	2	Auxiliar nos Eventos e Promoções	Eventos (Departamento de Esportes)	2,000	80.000,00

**II - Descrição das Ações**

Auxiliar nos Eventos e Promoções

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			04.00
Unidade:	Fundo Municipal de Cultura			04.04
Função:	Cultura			13
Subfunção:	Difusão Cultural			392
Programa:	MAIS CULTURA			0004

Objetivo do programa:  
Incentivar o desenvolvimento e cultural da população Xavantinense, bem como a difusão do município através da cultura.

Justificativa do programa:

O Município possui escolas de dança e música para dar continuidade nas tradições do município. Possui também um Museu Municipal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1	2	Manter as Atividades Culturais	Atividades (Fundo Municipal de Cultura)	12,000	35.000,00

II - Descrição das Ações

Manter as Atividades Culturais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	35.000,00	0,00	35.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 17/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	05.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1	2	Proteção Social Básica - CRAS	Atividades (Fundo Municipal de Assistência Social)	12.000	229.000,00

**II - Descrição das Ações**

Proteção Social Básica - CRAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052.0000000	0,00	43.000,00	43.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052.0000000	0,00	37.000,00	37.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1152.0000000	0,00	15.000,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1252.0000000	0,00	120.000,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1152.0000000	0,00	14.000,00	14.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>229.000,00</b>	<b>229.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0052 - Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social  
00.01.1152 - Recursos FNAS Estado - Proteção Social Básica  
00.01.1252 - FNAS - PBV - SCFV

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 18/45  
 Data: 14/12/2015

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	05.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	1	2	Manter as Atividades do Conselho Tutelar	Atendimento (Fundo Municipal de Assistência Social)	12,000	95.000,00

**II - Descrição das Ações**

Remuneração dos membros do Conselho Tutelar e manutenção das políticas de Combate ao Trabalho Infantil e Profissionalização de Adolescentes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	25.000,00	0,00	25.000,00
<b>Total:</b>			<b>95.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS



Página: 19/45  
Data: 14/12/2015

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	05.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

Objetivo do programa:

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

Justificativa do programa:

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1	2	Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade	Unidade (Fundo Municipal de Assistência Social)	12,000	23.000,00

### II - Descrição das Ações

Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1052.0000000	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.4052.0000000	0,00	7.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1052.0000000	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.4052.0000000	0,00	16.000,00	16.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>23.000,00</b>	<b>23.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.1052 - FNAS - Transferencias Estado  
00.01.4052 - FNAS - Transferencias Estado

Página: 20/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	05.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	2	Índice de Gestão Descentralizada - PBF e SUAS	Atividades (Fundo Municipal de Assistência Social)	12,000	17.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atender as atividades da Assistência Social juntamente com o CRAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063.0000000	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1452.0000000	0,00	7.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>17.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0063 - Bolsa Família  
00.01.1452 - IGD - SUAS

Página: 21/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	05.04
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1	2	Manter as Atividades da Assistência Social	Atividades (Fundo Municipal de Assistência Social)	12.000	277.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as Atividades da Assistência Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	140.000,00	0,00	140.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	136.000,00	0,00	136.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1052.0000000	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.4052.0000000	0,00	1.500,00	1.500,00
<b>Total:</b>			<b>276.000,00</b>	<b>1.500,00</b>	<b>277.500,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.1052 - FNAS - Transferencias Estado  
00.01.4052 - FNAS - Transferencias Estado

Página: 22/45

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social
Função:	Assistência Social
Subfunção:	Assistência Comunitária
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo do programa:

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

Justificativa do programa:						
As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	1	1	Investimentos na Assistência Social	Unidade (Fundo Municipal de Assistência Social)	5,000	10.000,00

II - Descrição das Ações					
Investimentos na Assistência Social					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			10.000,00	0,00	10.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 23/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	05.05
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1	2	Auxiliar a Criança e Adolescente - FIA	Atividades (Fundo Municipal da Infância e Adolescência)	12,000	67.000,00

**II - Descrição das Ações**

Auxiliar a Criança e Adolescente - FIA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	67.000,00	0,00	67.000,00
<b>Total:</b>			<b>67.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>67.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 24/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	05.06
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0008

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

**Justificativa do programa:**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1	2	Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social	Unidade (Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social)	6.000	170.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as atividades com o Fundo de Habitação e Interesse Social, auxiliando pessoas e famílias necessitadas tanto na distribuição de materiais ou outros recursos, bem como com aquisição de terrenos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	140.000,00	0,00	140.000,00
<b>Total:</b>			<b>170.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>170.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS



Página: 25/45

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade:	Fundo Municipal do Idoso
Função:	Assistência Social
Subfunção:	Assistência ao Idoso
Programa:	ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo do programa:

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos da 3ª Idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

Justificativa do programa:						
As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1	2	Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos	Grupos (Fundo Municipal do Idoso)	8,000	18.000,00

II - Descrição das Ações

Atender os idosos do Município, através de palestras, encontro em grupos, dando a todos orientação e apoio necessário.

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	18.000,00	0,00	18.000,00
Total:			18.000,00	0,00	18.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SEC. MUN.DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	06.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0006

Objetivo do programa:

Proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado à Secretaria Municipal de Agrícola, onde são desenvolvidas todas as atividades para o bom atendimento ao produtor rural, com auxílio de profissionais capacitados, além das atividades de atendimento de médico veterinário e outros programas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1	2	Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	Propriedades Rurais (Departamento de Agricultura)	850,000	1.836.000,00

II - Descrição das Ações

Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000.000000	13.000,00	0,00	13.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	850.000,00	0,00	850.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000.000000	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	960.000,00	0,00	960.000,00
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000.000000	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			1.836.000,00	0,00	1.836.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 27/45

Data: 14/12/2015

I - Classificação

Órgão:	SEC. MUN. DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	06.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	06.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	EXTENSÃO RURAL	0006

Objetivo do programa:

Proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município.

Justificativa do programa:

O atendimento a este programa está vinculado à Secretaria Municipal de Agrícola, onde são desenvolvidas todas as atividades para o bom atendimento ao produtor rural, com auxílio de profissionais capacitados, além das atividades de atendimento de médico veterinário e outros programas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
1.004	1	1	Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	Unidade (Departamento de Agricultura)		10.000	70.000,00

II - Descrição das Ações

Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	70.000,00	0,00	70.000,00
Total:			70.000,00	0,00	70.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 28/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. DA AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	06.00
Unidade:	Departamento de Comércio, Ind., Turismo e Serviços	06.02
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0007

**Objetivo do programa:**

Desenvolvimento de ações, através do programa de incentivo a unidades produtivas, buscando o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a geração de empregos e o desenvolvimento do comércio local.

**Justificativa do programa:**

A Prefeitura Municipal tem sempre dentro de suas condições financeiras auxiliado na instalação, ampliação e outros serviços visando o aumento quantitativo de empregos e geração de renda. Tem programa para instalação e ampliação de unidades produtivas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	1	1	Incentivos Econômicos	Entidades (Departamento de Comércio, Ind., Turismo e Serviços)	3.000	38.800,00

**II - Descrição das Ações**

Incentivos Econômicos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	38.800,00	0,00	38.800,00
<b>Total:</b>			<b>38.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.800,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 29/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	07.00
Unidade:	Departamento de Urbanismo e Obras	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	PERIMETRO URBANO	0010

**Objetivo do programa:**

Melhorar o visual da cidade, ampliar o local de esporte/lazer e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

**Justificativa do programa:**

O município possui aproximadamente 42.000 M2 de ruas urbanas, tendo necessidade de construção e conservação de ruas e passeios, embelezamento urbano, conservação e ampliação de praças e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	1	1	Investimentos no Urbanismo e Saneamento	Unidade (Departamento de Urbanismo e Obras)	2.000	80.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos no Urbanismo e Saneamento

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	80.000,00	0,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 30/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	07.00
Unidade:	Departamento de Urbanismo e Obras	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	PERIMETRO URBANO	0010

Objetivo do programa:

Melhorar o visual da cidade, ampliar o local de esporte/lazer e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa do programa:

O município possui aproximadamente 42.000 M2 de ruas urbanas, tendo necessidade de construção e conservação de ruas e passeios, embelezamento urbano, conservação e ampliação de praças e outras atividades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	1	2	Manter os Serviços Urbanos	Serviços (Departamento de Urbanismo e Obras)	12,000	550.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter os Serviços Urbanos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0017.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>450.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>550.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP



Página: 31/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	07.00
Unidade:	Departamento dos Transportes	07.03
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0009

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações relativas a ampliação e conservação das estradas vicinais destinadas ao escoamento da Produção Agrícola, ligações entre municípios, oferecendo boas condições de tráfego a qualquer tempo.

**Justificativa do programa:**

A manutenção das estradas vicinais do Município é feita pela Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Urbanismo através do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1	2	Manter as Atividades do DMER	Atividades (Departamento dos Transportes)	12,000	3.682.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as Atividades do DMER

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	1.157.000,00	0,00	1.157.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0016.0000000	0,00	23.000,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0044.0000000	0,00	402.000,00	402.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.257.000,00</b>	<b>425.000,00</b>	<b>3.682.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE  
00.01.0044 - Recursos FEP

Página: 32/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

**I - Classificação**

Órgão:	SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	07.00
Unidade:	Departamento dos Transportes	07.03
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	0009

**Objetivo do programa:**

Desenvolver ações relativas a ampliação e conservação das estradas vicinais destinadas ao escoamento da Produção Agrícola, ligações entre municípios, oferecendo boas condições de tráfego a qualquer tempo.

**Justificativa do programa:**

A manutenção das estradas vicinais do Município é feita pela Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Urbanismo através do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	1	1	Investimentos no DMER	Unidade (Departamento dos Transportes)	4.000	220.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos no DMER

**III - Detalhamento das Ações**

Corta	Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00	00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089.000000	0,00	70.000,00	70.000,00
<b>Total:</b>				<b>150.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>220.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Página: 33/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.00
Unidade:	Departamento de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAUDE PARA TODOS	0011

Objetivo do programa:

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os munícipes.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1	2	Manter as Atividades do Conselho de Saúde	Atividades (Departamento de Saúde)	12,000	1.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as Atividades do Conselho de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde

Página: 34/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.00
Unidade:	Departamento de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAUDE PARA TODOS	0011

Objetivo do programa:

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os municípios.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	1	2	Manter o Programa Saúde da Família	Unidade (Departamento de Saúde)	12,000	954.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter as atividades com o Programa Saúde da Família, custeadas com recursos do Governo Federal - SUS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	470.000,00	0,00	470.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1064.000000	0,00	58.000,00	58.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1164.000000	0,00	148.000,00	148.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1264.000000	0,00	128.000,00	128.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1364.000000	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>470.000,00</b>	<b>484.000,00</b>	<b>954.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde  
00.01.1064 - Saúde Bucal  
00.01.1164 - Agentes Comunitários de Saúde  
00.01.1264 - PMAQ  
00.01.1364 - Saúde da Família



Página: 35/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.00
Unidade:	Departamento de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	SAUDE PARA TODOS	0011

Objetivo do programa:

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os municípios.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	1	2	Manter os Programas de Saúde Básica	Atividades (Departamento de Saúde)	12,000	2.079.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter os programas e atendimentos de saúde básica, e auxiliar quando possível no atendimento de média e alta complexidade.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	847.000,00	0,00	847.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1664.000000	0,00	53.000,00	53.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1764.000000	0,00	108.000,00	108.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	800.000,00	0,00	800.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064.000000	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0065.000000	0,00	33.000,00	33.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067.000000	0,00	25.000,00	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1067.000000	0,00	18.000,00	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1264.000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1464.000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1564.000000	0,00	35.000,00	35.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.647.000,00</b>	<b>432.000,00</b>	<b>2.079.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde



Página: 36/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

00.01.0064 - PAB Fixo - Atenção Básica - Federal  
00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC  
00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica- União  
00.01.1067 - Assistência Farmacêutica - Estado  
00.01.1264 - PMAQ  
00.01.1464 - Compensação das Especificidades Regionais  
00.01.1564 - Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado  
00.01.1664 - NASF - Atenção Básica - Estado  
00.01.1764 - NASF - Atenção Básica - Federal



Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade:	Departamento de Saúde
Função:	Saúde
Subfunção:	Atenção Básica
Programa:	SAUDE PARA TODOS

Objetivo do programa:  
Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os municípios.

Justificativa do programa:  
O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	1	1	Investimentos na Saúde	Unidade (Departamento de Saúde)	8,000	375.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de equipamentos e veículos, construção, ampliação, e manutenção de unidades de saúde e programas, ações e serviços públicos de saúde.

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002.000000	110.000,00	0,00	110.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0066.000000	0,00	7.000,00	7.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0071.000000	0,00	130.000,00	130.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089.000000	0,00	30.000,00	30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1066.000000	0,00	5.000,00	5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1264.000000	0,00	30.000,00	30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1464.000000	0,00	33.000,00	33.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1564.000000	0,00	30.000,00	30.000,00	
Total:			110.000,00	265.000,00	375.000,00	

Legenda:

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde

00.01.0066 - Vigilância em Saúde

00.01.0071 - Outros Recursos do FNS - Construção UBS

00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

00.01.1066 - Vigilância Sanitária

Página: 38/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

00.01.1264 - FMAQ  
00.01.1464 - Compensação das Especificidades Regionais  
00.01.1564 - Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado

Página: 39/45  
Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.00
Unidade:	Departamento de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	SAUDE PARA TODOS	0011

Objetivo do programa:

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os munícipes.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1	2	Auxiliar as Entidades de Saúde	Entidades (Departamento de Saúde)	4.000	904.000,00

II - Descrição das Ações

Transferências de recursos através de convênios e contratos de repasse para auxiliar Entidades de Saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002.000000	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	00.01.0002.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002.000000	850.000,00	0,00	850.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002.000000	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos	00.01.0002.000000	36.000,00	0,00	36.000,00
Total:			904.000,00	0,00	904.000,00

Legenda:

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 40/45  
 Data: 14/12/2015

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.00
Unidade:	Departamento de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	SAUDE PARA TODOS	0011

Objetivo do programa:

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os municípios.

Justificativa do programa:

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1	2	Auxiliar na Vigilância em Saúde	Unidade (Departamento de Saúde)	12.000	16.000,00

**II - Descrição das Ações**

Auxiliar na Vigilância em Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0066.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0066.0000000	0,00	4.000,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.1066.0000000	0,00	6.000,00	6.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>16.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0066 - Vigilância em Saúde  
 00.01.1066 - Vigilância Sanitária

Página: 41/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	11.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	11.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PODER LEGISLATIVO	0001

**Objetivo do programa:**

Possibilitar condições para que a Câmara Municipal de Vereadores tenha bom andamento nas atividades inerentes ao Processo Legislativo Municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas.  
Proporcionar aos legislativos e aos munícipes maior conforto e condições para o bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal. Construção da nova sede da Câmara Municipal, reparos e manutenção do prédio, aquisição de outros equipamentos e móveis para a mesma.

**Justificativa do programa:**

O Legislativo Municipal é composto por nove Vereadores, mais 4 servidores sendo Assessor Administrativo, Coordenador Geral Administrativo, Contador e Advogado. Devido a necessidade de ter em nosso Município um local mais adequado contendo auditório e espaço mais amplo para a realização das sessões Legislativas e junto com a mesma termos um local apropriado para a realização de reunião, encontros, palestra, podendo assim possibilitar melhores condições no andamento das atividades do Poder Legislativo foi que pensou-se na realização de construir uma nova Edificação para Câmara Municipal de Vereadores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1	2	Investimentos no Poder Legislativo	Unidade (Câmara Municipal de Vereadores)	3,000	282.000,00

**II - Descrição das Ações**

Proporcionar aos legislativos e aos munícipes maior conforto e condições para o bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal. Construção da nova sede da Câmara Municipal, reparos e manu

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	282.000,00	0,00	282.000,00
<b>Total:</b>			<b>282.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>282.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 42/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	11.00
Unidade:	Câmara Municipal de Vereadores	11.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	PODER LEGISLATIVO	0001

Objetivo do programa:  
Possibilitar condições para que a Câmara Municipal de Vereadores tenha bom andamento nas atividades inerentes ao Processo Legislativo Municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas.  
Proporcionar aos legislativos e aos munícipes maior conforto e condições para o bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal. Construção da nova sede da Câmara Municipal, reparos e manutenção do prédio, aquisição de outros equipamentos e móveis para a mesma.

**Justificativa do programa:**

O Legislativo Municipal é composto por nove Vereadores, mais 4 servidores sendo Assessor Administrativo, Coordenador Geral Administrativo, Contador e Advogado. Devido a necessidade de ter em nosso Município um local mais adequado contendo auditório e espaço mais amplo para a realização das sessões Legislativas e junto com a mesma termos um local apropriado para a realização de reunião, encontros, palestra, podendo assim possibilitar melhores condições no andamento das atividades do Poder Legislativo foi que pensou-se na realização de construir uma nova Edificação para Câmara Municipal de Vereadores.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1	2	Manter as Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	Sessões (Câmara Municipal de Vereadores)	44.000	568.000,00

**II - Descrição das Ações**

Possibilitar condições para que a Câmara Municipal de Vereadores tenha bom andamento nas atividades inerentes ao Processo Legislativo Municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	450.000,00	0,00	450.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.0000000	18.000,00	0,00	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>568.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>568.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS





**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 43/45  
 Data: 14/12/2015

**I - Classificação**

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	12.00
Unidade:	Encargos Gerais	12.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0012

**Objetivo do programa:**

Reduzir ou liquidar a dívida fundada, contribuição ao papep, pagamento de pensões, contribuições financeiras a entidades que auxiliam no desenvolvimento comunitário e social do município, manter convenios com a segurança pública, entre outros.

**Justificativa do programa:**

Pagamento do PASEP, pensionistas, dívida fundada, contribuições e auxílios financeiros, e manutenção do convenio com a segurança pública, entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	1	3	Amortização da Dívida	Dívida (Encargos Gerais)	12.000	272.000,00

**II - Descrição das Ações**

Amortização da Dívida

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.0000000	267.000,00	0,00	267.000,00
<b>Total:</b>			<b>272.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>272.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 44/45  
Data: 14/12/2015

## Natureza Jurídica não encontrada PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

#### I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	12.00
Unidade:	Encargos Gerais	12.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0012

Objetivo do programa:

Reduzir ou liquidar a dívida fundada, contribuição ao papep, pagamento de pensões, contribuições financeiras a entidades que auxiliam no desenvolvimento comunitário e social do município, manter convênios com a segurança pública, entre outros.

Justificativa do programa:

Pagamento do PASEP, pensionistas, dívida fundada, contribuições e auxílios financeiros, e manutenção do convênio com a segurança pública, entre outros.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	1	3	Outros Encargos Gerais	Serviços (Encargos Gerais)	12,000	343.000,00

#### II - Descrição das Ações

Pagamento do PASEP, pensionistas, contribuições e auxílios financeiros, e manutenção do convênio com a segurança pública, entre outros.

#### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	70.000,00	0,00	70.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	210.000,00	0,00	210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0054.000000	0,00	5.750,00	5.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0055.000000	0,00	9.750,00	9.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0056.000000	0,00	10.500,00	10.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000.000000	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0054.000000	0,00	4.000,00	4.000,00
<b>Total:</b>			<b>313.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>343.000,00</b>

#### Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0054 - Convênio Trânsito - Militar  
00.01.0055 - Convênio Trânsito - Civil  
00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Página: 45/45  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	Reserva de Contingência	99.99
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0013

Objetivo do programa:

Reforço das dotações orçamentárias insuficientes, que serão feita por ato do Poder Executivo.

Justificativa do programa:

Destina-se exclusivamente para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
9.001	1	4	Reserva de Contingência	Unidade (Reserva de Contingência)	1,000	15.000,00

**II - Descrição das Ações**

Reserva de Contingência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/4

Data: 14/12/2015

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA				
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	97.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	510.000,00	536.544,00	540.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	510.000,00	536.544,00	540.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	110.000,00	97.480,00	97.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	70.000,00	79.984,00	80.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	60.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.01	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	40.000,00	17.496,00	17.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	40.000,00	17.496,00	17.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PL	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	209.288,00	208.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	160.000,00	185.960,00	185.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	160.000,00	185.960,00	185.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rendimentos Vinculados	10.000,00	11.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimentos FUNDEB	10.000,00	11.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rendimentos Recursos Não Vinculados	150.000,00	174.960,00	174.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Outros Rendimentos Não Vinculados	150.000,00	174.960,00	174.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	303.264,00	300.000,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	150.000,00	233.280,00	230.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	40.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.240.900,00	18.140.467,38	18.036.100,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.025.900,00	17.889.691,38	17.786.100,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.993.800,00	7.600.317,11	7.490.300,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.840.800,00	6.111.917,34	6.001.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.300.000,00	7.698.240,00	7.600.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.460.000,00)	(1.587.237,12)	(1.600.000,00)
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.000,00	1.166,40	1.200,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(200,00)	(251,94)	(200,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	402.000,00	468.892,80	470.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	402.000,00	468.892,80	470.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	217.000,00	251.942,40	252.000,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS - Proteção Básica do SUAS	200.000,00	232.113,60	232.000,00
4.1.7.2.1.34.01.02.00.00	Transf. FNAS - PBF - PAIF - CRAS	80.000,00	93.312,00	93.000,00
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	Transf. FNAS - PBV - SCFV	120.000,00	138.801,60	139.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS - IGD-PBF-Índice Gestão Desc. Bolsa Família	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.02.01.00.00	Transf. FNAS - IGD - Bolsa Família	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS - IGD-SUAS Ind.Gestão Desc. do SUAS	7.000,00	8.164,80	8.000,00
4.1.7.2.1.34.03.01.00.00	Transf. FNAS - IGD - SUAS	7.000,00	8.164,80	8.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	237.000,00	290.410,27	290.300,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	140.000,00	163.296,00	163.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00	5.832,00	6.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	35.000,00	41.967,07	42.300,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/4

Data: 14/12/2015

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA				
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. FNDE - PNAE EJA	0,00	1.259,71	1.200,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. FNDE - PNAE Fundamental	16.000,00	19.828,80	20.000,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. FNDE - PNAE Pré-Escolar	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. FNDE - PNAE Creche	8.000,00	8.164,80	8.000,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. FNDE - PNAE - AEE	1.000,00	1.049,76	1.100,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	57.000,00	79.315,20	79.000,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. FNDE - PNATE Fundamental	33.000,00	50.155,20	51.000,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. FNDE - PNATE Infantil	6.000,00	9.331,20	9.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. FNDE - PNATE Médio	18.000,00	19.828,80	19.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	40.000,00	44.000,00	44.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(8.000,00)	(10.077,70)	(10.000,00)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	265.000,00	443.232,00	443.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.01	Apoio Financeiro aos Município	230.000,00	268.272,00	268.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.02	FEX - Auxilio Financeiro p/Fomentar as Exportação	35.000,00	174.960,00	175.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	7.582.100,00	8.670.411,07	8.695.800,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.528.600,00	8.619.089,47	8.645.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.800.000,00	9.914.400,00	9.900.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.760.000,00)	(2.040.733,44)	(2.000.000,00)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	450.000,00	699.840,00	700.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(90.000,00)	(95.738,11)	(96.000,00)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	132.000,00	143.467,20	144.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(26.400,00)	(28.973,38)	(29.000,00)
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	23.000,00	26.827,20	26.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	53.500,00	51.321,60	50.800,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	SUAS - Família Acolhedora	23.000,00	18.079,20	18.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	SUAS - Benefícios Eventuais - Auxílio Funeral	1.500,00	1.749,60	1.800,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - Estado	29.000,00	31.492,80	31.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.450.000,00	1.618.963,20	1.600.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.618.963,20	1.600.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	326.500,00	235.726,40	233.600,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	44.000,00	46.665,60	46.600,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.000,00	1.166,40	1.100,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.166,40	1.100,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	2.000,00	2.332,80	2.300,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.000,00	2.332,80	2.300,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00	1.166,40	1.200,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.166,40	1.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	30.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	30.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Trânsito - Município	10.500,00	11.000,00	11.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Trânsito - Civil	9.750,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Trânsito - Militar	9.750,00	11.000,00	11.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 4/4  
 Data: 14/12/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
4.1.9.2.0.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00 Outras Restituições	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	112.000,00	123.064,00	122.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa Tributária	32.000,00	36.664,00	36.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00 Rec. Div. Ativ. do IPTU	20.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00 Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	12.000,00	11.664,00	11.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa não tributária	80.000,00	86.400,00	86.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	80.000,00	86.400,00	86.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	88.500,00	13.996,80	13.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00 Outras Receitas	88.500,00	13.996,80	13.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	100.000,00	85.800,00	85.000,00
<b>Total entidade:</b>	<b>18.237.400,00</b>	<b>20.238.488,63</b>	<b>20.130.700,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>19.434.400,00</b>	<b>21.570.626,61</b>	<b>21.466.700,00</b>

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

Página: 1/2  
 Data: 14/12/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	3.954.000,00	4.225.946,94	4.672.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.975.000,00	2.198.827,71	2.649.000,00
Transf. a Consórcios Públicos	7.000,00	11.337,41	12.000,00
Aplicacoes Diretas	1.968.000,00	2.187.490,30	2.637.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.979.000,00	2.027.119,23	2.023.000,00
Transferencias a Municípios	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	850.000,00	800.000,00	800.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00	12.597,12	12.000,00
Aplicacoes Diretas	1.082.000,00	1.209.522,11	1.206.000,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	36.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	375.000,00	199.034,50	205.000,00
INVESTIMENTOS	375.000,00	199.034,50	205.000,00
Aplicacoes Diretas	375.000,00	199.034,50	205.000,00
Total da entidade:	4.329.000,00	4.424.981,44	4.877.000,00
<b>4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	13.213.900,00	15.157.711,90	14.600.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.650.000,00	6.928.624,70	6.011.200,00
Transf. a Consórcios Públicos	13.000,00	15.163,20	15.000,00
Aplicacoes Diretas	5.637.000,00	6.913.461,50	5.996.200,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.000,00	5.832,00	6.000,00
Aplicacoes Diretas	5.000,00	5.832,00	6.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.558.900,00	8.223.255,20	8.583.300,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	163.800,00	186.624,00	236.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	11.664,00	11.000,00
Aplicacoes Diretas	7.372.100,00	8.009.967,20	8.321.300,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	13.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.026.500,00	1.118.963,36	1.120.200,00
INVESTIMENTOS	759.500,00	807.534,56	808.200,00
Transferências a Consórcios Públicos	3.000,00	3.499,20	4.000,00
Aplicacoes Diretas	756.500,00	804.035,36	804.200,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	267.000,00	311.428,80	312.000,00
Aplicacoes Diretas	267.000,00	311.428,80	312.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total da entidade:	14.255.400,00	16.291.675,26	15.735.700,00
<b>5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	568.000,00	653.969,91	654.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	491.287,68	490.000,00
Aplicacoes Diretas	450.000,00	491.287,68	490.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	118.000,00	162.682,23	164.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	18.000,00	8.817,98	9.000,00
Aplicacoes Diretas	100.000,00	153.864,25	155.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	282.000,00	200.000,00	200.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 2/2  
 Data: 14/12/2015

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
INVESTIMENTOS	282.000,00	200.000,00	200.000,00
Aplicacoes Diretas	282.000,00	200.000,00	200.000,00
Total da entidade:	850.000,00	853.969,91	854.000,00
Total geral:	19.434.400,00	21.570.626,61	21.466.700,00

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	14.566.265,53	15.456.659,07	18.400.420,00	19.174.400,00	21.424.826,61	21.321.700,00
Receita Tributária	753.143,51	832.646,29	989.320,00	1.100.000,00	1.163.942,85	1.168.000,00
Receita de Contribuição	51.663,23	58.925,50	70.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Receita Patrimonial	120.720,01	120.441,59	170.000,00	180.000,00	209.288,00	208.000,00
Aplicações Financeiras (II)	110.798,70	109.120,11	150.000,00	160.000,00	185.960,00	185.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	9.921,31	11.321,48	20.000,00	20.000,00	23.328,00	23.000,00
Transferências Correntes	13.640.738,78	14.261.567,96	16.790.100,00	17.277.900,00	19.412.605,36	19.312.100,00
Demais Receitas Correntes	0,00	183.077,73	381.000,00	516.500,00	538.990,40	533.600,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	14.455.466,83	15.347.538,96	18.250.420,00	19.014.400,00	21.238.866,61	21.136.700,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	1.300.460,03	1.734.593,68	875.000,00	260.000,00	145.800,00	145.000,00
Operações de Crédito (V)	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	27.695,00	144.643,70	375.000,00	130.000,00	145.800,00	145.000,00
Transferências de Capital	472.765,03	1.589.949,98	500.000,00	130.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)</b>	472.765,03	1.589.949,98	500.000,00	130.000,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	14.928.231,86	16.937.488,94	18.750.420,00	19.144.400,00	21.238.866,61	21.136.700,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	15.138.577,88	16.578.815,86	17.561.052,53	18.235.900,00	20.937.628,75	20.826.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.858.113,85	6.726.503,72	7.606.200,00	8.075.000,00	9.618.740,09	9.150.200,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	9.627,17	2.666,84	5.000,00	5.000,00	5.832,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	8.091.173,46	8.562.884,82	9.010.220,00	9.655.900,00	10.413.056,66	10.770.300,00
Outras Despesas Superávit Exercício Anterior	1.179.663,40	1.286.760,48	939.632,53	500.000,00	900.000,00	900.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	15.128.950,71	16.576.149,02	17.556.052,53	18.230.900,00	20.931.796,75	20.820.500,00

**Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016**

<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>2.064.540,53</b>	<b>2.263.884,82</b>	<b>2.861.933,37</b>	<b>1.368.267,39</b>	<b>1.512.401,06</b>	<b>1.519.200,00</b>
Investimentos	1.984.540,61	2.153.717,91	2.372.000,00	1.145.000,00	1.212.401,06	1.219.200,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	79.999,92	110.166,91	489.933,37	223.267,39	300.000,00	300.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)</b>	<b>1.984.540,61</b>	<b>2.153.717,91</b>	<b>2.372.000,00</b>	<b>1.145.000,00</b>	<b>1.212.401,06</b>	<b>1.219.200,00</b>
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>DESPESAS PRIMARIAS (XVIII)=(XI+XV+XVI+XVII)</b>	<b>17.113.491,32</b>	<b>18.729.866,93</b>	<b>19.943.052,53</b>	<b>19.390.900,00</b>	<b>22.159.197,81</b>	<b>22.054.700,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)</b>	<b>-2.185.259,46</b>	<b>-1.792.377,99</b>	<b>-1.192.632,53</b>	<b>-246.500,00</b>	<b>-920.331,20</b>	<b>-918.000,00</b>

Xavantina, 14 de dezembro de 2015.

**MAURO JUNES POLETTI**  
Prefeito Municipal

**MARTA MARIA CAON SUZANA**  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 14/12/2015

**Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Especificação	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
Operações de crédito	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.473.549,10	1.100.000,00	450.000,00	290.000,00	590.000,00
Ativo disponível	1.423.215,06	1.473.789,10	1.100.000,00	450.000,00	300.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	240,00	0,00	----	10.000,00	10.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	184.250,78	559.499,13	106.882,46	383.434,02	86.732,61	(300.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2013 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (1.460.799,00).

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3



Página: 1/1  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
Operações de crédito	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
DEDUÇÕES(II)	1.423.215,06	1.473.549,10	1.100.000,00	450.000,00	290.000,00	590.000,00
Ativo disponível	1.423.215,06	1.473.789,10	1.100.000,00	450.000,00	300.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	240,00	0,00	----	10.000,00	10.000,00
DCL (III) = (I - II)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

Página: 1/1

Data: 14/12/2015

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	22.519.000,00	25.187.838,30	25.056.900,00
Receita Tributária	1.100.000,00	1.163.942,85	1.168.000,00
Receita de Contribuição	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Receita Patrimonial	180.000,00	209.288,00	208.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	190.000,00	303.264,00	300.000,00
Transferências Correntes	20.622.500,00	23.175.617,05	23.047.300,00
Outras Receitas Correntes	326.500,00	235.726,40	233.600,00
DEDUÇÕES (II)	3.344.600,00	3.763.011,69	3.735.200,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	3.344.600,00	3.763.011,69	3.735.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	19.174.400,00	21.424.826,61	21.321.700,00

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito MunicipalMARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Página: 1/1  
Data: 14/12/2015

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Gastos imprevistos ou de valores imprevisíveis quando da elaboração da LDO e LOA, tais como decorrentes de calamidades, estado de emergência, passivos trabalhistas, indenizações e condenações judiciais.	15.000,00	Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos de Reserva de Contingência.	15.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Anexo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 1/13

Data: 14/12/2015

**Programa**

0001 - PODER LEGISLATIVO

**Objetivo**

Possibilitar condições para que a Câmara Municipal de Vereadores tenha bom andamento nas atividades inerentes ao Processo Legislativo Municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas.  
 Proporcionar aos legislativos e aos munícipes maior conforto e condições para o bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal. Construção da nova sede da Câmara Municipal, reparos e manutenção do prédio, aquisição de outros equipamentos e móveis para a mesma.

**Justificativa**

O Legislativo Municipal é composto por nove Vereadores, mais 4 servidores sendo Assessor Administrativo, Coordenador Geral Administrativo, Contador e Advogado.  
 Devido a necessidade de ter em nosso Município um local mais adequado contendo auditório e espaço mais amplo para a realização das sessões Legislativas e junto com a mesma termos um local apropriado para a realização de reunião, encontros, palestra, podendo assim possibilitar melhores condições no andamento das atividades do Poder Legislativo foi que pensou-se na realização de construir uma nova Edificação para Câmara Municipal de Vereadores.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de cada ano. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as ações desenvolvidas são de conformidade com o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, com a nova edificação da Câmara será disponibilizado o espaço da mesma para a realização de reuniões, palestras, teatros, danças, encontros e outros tipos de eventos realizados em nosso município.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - Manter as Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	Sessões (UN )	00.01.0000	44.000	568.000,00
2.033 - Investimentos no Poder Legislativo	Unidade (UN )	00.01.0000	3.000	282.000,00
<b>Total:</b>			850.000,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 2/13  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**Programa**

0010 - PERIMETRO URBANO

**Objetivo**

Melhorar o visual da cidade, ampliar o local de esporte/lazer e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

**Justificativa**

O município possui aproximadamente 42.000 M2 de ruas urbanas, tendo necessidade de construção e conservação de ruas e passeios, embelezamento urbano, conservação e ampliação de praças e outras atividades.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Pavimentação, conservação e abertura de vias urbanas. Construção de passeios e embelezamento urbano. Manutenção dos Serviços urbanos, bem como saneamento básico e iluminação pública na sede do município e no Distrito de Linha das Palmeiras,

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - Investimentos no Urbanismo e Saneamento	Unidade (UN )	00.01.0000	2.000	80.000,00
		00.01.0017		0,00
2.020 - Manter os Serviços Urbanos	Serviços (MES)	00.01.0000	12.000	450.000,00
		00.01.0017		100.000,00
<b>Total:</b>				630.000,00

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

## Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/13

## PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Data: 14/12/2015

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

## Programa

0011 - SAUDE PARA TODOS

## Objetivo

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os munícipes.

## Justificativa

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

## Diretrizes (Formas de implementação)

Aquisição de equipamentos e veículos, construção, ampliação, e manutenção de unidades de saúde e programas, ações e serviços públicos de saúde.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.010 - Investimentos na Saúde	Unidade (UN )	00.01.0002	8,000	110.000,00
		00.01.0066		7.000,00
		00.01.0071		130.000,00
		00.01.0088		0,00
		00.01.0089		30.000,00
		00.01.1066		5.000,00
		00.01.1264		30.000,00
		00.01.1464		33.000,00
		00.01.1564		30.000,00
2.021 - Manter os Programas de Saúde Básica	Atividades (MES)	00.01.0002	12,000	1.647.000,00
		00.01.0064		120.000,00
		00.01.0065		33.000,00
		00.01.0067		25.000,00
		00.01.1067		18.000,00
		00.01.1264		10.000,00
		00.01.1464		30.000,00
		00.01.1564		35.000,00
		00.01.1664		53.000,00
2.022 - Auxiliar as Entidades de Saúde	Entidades (UN )	00.01.1764		108.000,00
		00.01.0002	4,000	904.000,00
2.023 - Auxiliar na Vigilância em Saúde	Unidade (MES)	00.01.0066	12,000	10.000,00
		00.01.1066		6.000,00
2.028 - Manter o Programa Saúde da Família	Unidade (MES)	00.01.0002	12,000	470.000,00
		00.01.1064		58.000,00
		00.01.1164		148.000,00
		00.01.1264		128.000,00
		00.01.1364		150.000,00
2.030 - Manter as Atividades do Conselho de Saúde	Atividades (MES)	00.01.0002	12,000	1.000,00
			<b>Total:</b>	<b>4.329.000,00</b>

## Legenda:

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde  
 00.01.0064 - PAB Fixo - Atenção Básica - Federal  
 00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC  
 00.01.0066 - Vigilância em Saúde  
 00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica- União  
 00.01.0071 - Outros Recursos do FNS - Construção UBS  
 00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a Saúde  
 00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas  
 00.01.1064 - Saúde Bucal  
 00.01.1066 - Vigilância Sanitária  
 00.01.1067 - Assistência Farmacêutica - Estado  
 00.01.1164 - Agentes Comunitários de Saúde  
 00.01.1264 - PMAQ  
 00.01.1364 - Saúde da Família  
 00.01.1464 - Compensação das Especificidades Regionais  
 00.01.1564 - Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado  
 00.01.1664 - NASF - Atenção Básica - Estado  
 00.01.1764 - NASF - Atenção Básica - Federal



Página: 4/13  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Anexo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**Programa**

0012 - ENCARGOS GERAIS

**Objetivo**

Reduzir ou liquidar a dívida fundada, contribuição ao pasep, pagamento de pensões, contribuições financeiras a entidades que auxiliam no desenvolvimento comunitário e social do município, manter convênios com a segurança pública, entre outros.

**Justificativa**

Pagamento do PASEP, pensionistas, dívida fundada, contribuições e auxílios financeiros, e manutenção do convênio com a segurança pública, entre outros.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Transferências, contribuições, auxílios, indenizações, pensões, manutenção de convênios com a segurança pública, sentenças judiciais e tarifas bancárias.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.001 - Outros Encargos Gerais	Serviços (MES)	00.01.0000 00.01.0054 00.01.0055 00.01.0056 00.01.0000	12.000	313.000,00 9.750,00 9.750,00 10.500,00 272.000,00
0.002 - Amortização da Dívida	Dívida (MES)		12.000	
<b>Total:</b>				615.000,00

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0054 - Convênio Trânsito - Militar  
00.01.0055 - Convênio Trânsito - Civil  
00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Página: 5/13  
Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**Programa**  
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivo**  
Reforço das dotações orçamentárias insuficientes, que serão feita por ato do Poder Executivo.

**Justificativa**  
Destina-se exclusivamente para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Diretrizes (Formas de implementação)**  
Lei 4320/64 e a Lei 101/2000-LRF.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.001 - Reserva de Contingência	Unidade (ano)	00.01.0000	1.000	15.000,00
Total:			15.000,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 6/13  
Data: 14/12/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**Programa**

0002 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo**

Desenvolver as ações administrativas do Município, inclusive administração superior, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisões, agregando ações com vistas a capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Desenvolvimento de ações através do Controle Interno, relacionadas ao controle de gestão financeira de todas as funções da administração geral.

**Justificativa**

A Administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Desenvolvimento de ações precisas e perfeitas para atendimento das necessidades e reivindicações da comunidade, manter as atividades de planejamento e administração geral.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.001 - Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	Unidade (UN )	00.01.0000	4.000	40.000,00
2.002 - Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	880.000,00
2.003 - Manter as Atividades da Administração e Finanças	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	1.178.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.098.000,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 7/13

Data: 14/12/2015

#### Programa

0003 - EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO

#### Objetivo

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

#### Justificativa

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior. Distribuição de alimentação escolar com acompanhamento de nutricionista.

#### Diretrizes (Formas de implementação)

Melhorias e ampliação da área física, aquisição de equipamentos e veículos, transporte escolar, diversificação do cardápio escolar, acervo bibliográfico, capacitação de professores e outros programas.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.002 - Investimentos no Ensino Fundamental	Unidade (UNI)	00.01.0001	10,000	50.000,00
		00.01.0089		30.000,00
1.003 - Investimentos no Ensino Infantil	Unidade (UN )	00.01.0001	10,000	50.000,00
2.004 - Manter o Ensino Fundamental	Aluno (UN )	00.01.0001	245,000	1.025.100,00
		00.01.0018		880.000,00
		00.01.0019		14.000,00
		00.01.0059		5.000,00
2.005 - Manter o Ensino Pré-Escolar	Aluno (UN )	00.01.0001	86,000	80.000,00
		00.01.0018		150.000,00
		00.01.0060		10.000,00
		00.01.0061		6.000,00
2.006 - Transporte Escolar	Aluno (UN )	00.01.0001	347,000	380.000,00
		00.01.0019		226.000,00
		00.01.0022		115.000,00
		00.01.0058		140.000,00
2.007 - Merenda Escolar	Aluno (UN )	00.01.0061		33.000,00
		00.01.0000	180,000	90.000,00
		00.01.0060		16.100,00
2.008 - Manter a Educação de Jovens e Adultos	Aluno (UN )	00.01.0001	11,000	5.000,00
		00.01.0060		900,00
2.010 - Auxiliar no Ensino Médio	Aluno (UN )	00.01.0000	120,000	25.000,00
		00.01.0022		100.000,00
		00.01.0061		18.000,00
2.011 - Auxiliar no Ensino Superior	Aluno (UN )	00.01.0000	150,000	170.000,00
2.026 - Manter a Creche Escolar	Aluno (UNI)	00.01.0001	30,000	25.000,00
		00.01.0018		190.000,00
		00.01.0060		8.000,00
			<b>Total:</b>	<b>3.842.100,00</b>

#### Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
 00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%  
 00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%  
 00.01.0022 - Transferência de Convênios - Educação  
 00.01.0058 - Recursos Salário Educação  
 00.01.0059 - Recursos PDDE  
 00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
 00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE  
 00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas



Página: 8/13

Data: 14/12/2015

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

**Programa**

0004 - MAIS CULTURA

**Objetivo**

Incentivar o desenvolvimento e cultural da população Xavantinense, bem como a difusão do município através da cultura.

**Justificativa**

O Município possui escolas de dança e música para dar continuidade nas tradições do município. Possui também um Museu Municipal.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Desenvolver ações visando divulgar, manter a cultura moderna e tradicionalista.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.031 - Manter as Atividades Culturais	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	35.000,00
Total:			35.000,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 9/13

Data: 14/12/2015

Programa

0005 - VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER

Objetivo

Integrar as comunidades através do esporte e lazer, independentemente da modalidade praticada. Realização de competições a nível municipal, regional e estadual. Atender escolinhas de formação de atletas, com programação esportiva. Promover festividades quando do aniversário do Município e outras datas comemorativas.

Justificativa

As atividades esportivas deste programa são de responsabilidade do Conselho Municipal de Esportes - CME, onde está sendo feito uma programação de atendimento e valorização dos atletas do município, onde primamos pela efetiva participação de nossos atletas em nível municipal, regional e estadual. Há também atividades desenvolvidas neste programa com as festividades de aniversário do município e outras promoções durante o ano.

Diretrizes (Formas de implementação)

Desenvolvimento de ações dando condições físicas, materiais e humanas para a prática de todas as modalidades esportivas e de lazer para todos os municípios.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.013 - Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	187.000,00
2.014 - Auxiliar nos Eventos e Promoções	Eventos (UN )	00.01.0000	2.000	80.000,00
Total:			267.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS



Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 10/13

Data: 14/12/2015

Programa

0006 - EXTENSÃO RURAL

Objetivo

Proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município.

Justificativa

O atendimento a este programa está vinculado à Secretaria Municipal de Agrícola, onde são desenvolvidas todas as atividades para o bom atendimento ao produtor rural, com auxílio de profissionais capacitados, além das atividades de atendimento de médico veterinário e outros programas.

Diretrizes (Formas de implementação)

Priorizar a Assistência Técnica as propriedades rurais, aquisição de equipamentos, melhorar as condições de acesso as propriedades, incentivar programas nas diversas modalidades para área rural e assistência financeira a entidades que prestam serviços de assessoria.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.004 - Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	Unidade (UN )	00.01.0000	10.000	70.000,00
2.015 - Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	Propriedades Rurais (UN )	00.01.0000	850.000	1.836.000,00
Total:			1.906.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 11/13  
Data: 14/12/2015

**Programa**  
0007 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Objetivo**  
Desenvolvimento de ações, através do programa de incentivo a unidades produtivas, buscando o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a geração de empregos e o desenvolvimento do comércio local.

**Justificativa**  
A Prefeitura Municipal tem sempre dentro de suas condições financeiras auxiliado na instalação, ampliação e outros serviços visando o aumento quantitativo de empregos e geração de renda. Tem programa para instalação e ampliação de unidades produtivas.

**Diretrizes (Formas de implementação)**  
Participação do Poder Público com incentivos à instalação, preservação e ampliação de unidades produtivas no município.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.005 - Incentivos Econômicos	Entidades (UN )	00.01.0000	3.000	38.800,00
Total:			38.800,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

#### Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 02012016 (A)

Página: 12/13  
Data: 14/12/2015

#### Programa

0008 - ASSISTENCIA SOCIAL

#### Objetivo

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, atendimentos a grupos de 3ª idade, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social. Acompanhar e desenvolver programas habitacionais.

#### Justificativa

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

#### Diretrizes (Formas de implementação)

Desenvolvimento das ações de caráter social com o objetivo de amparo e proteção às crianças de um modo geral, individual ou coletivo, e o desenvolvimento das ações de caráter social com o objetivo de amparo e proteção às pessoas de um modo geral, em especial das pessoas em risco social. Aquisição de equipamentos, móveis e veículos, bem como a construção da sede do CRAS.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.006 - Investimentos na Assistência Social	Unidade (UN )	00.01.0000	5,000	10.000,00
2.016 - Auxiliar a Criança e Adolescente - F/A	Atividades (MES)	00.01.0000	12,000	67.000,00
2.017 - Manter as Atividades da Assistência Social	Atividades (MES)	00.01.0000	12,000	276.000,00
		00.01.1052		0,00
		00.01.4052		1.500,00
2.018 - Proteção Social Básica - CRAS	Atividades (MES)	00.01.0052	12,000	80.000,00
		00.01.1152		29.000,00
		00.01.1252		120.000,00
2.024 - Manter as Atividades do Conselho Tutelar	Atendimento (MES)	00.01.0000	12,000	95.000,00
2.025 - Índice de Gestão Descentralizada - PBF e SUAS	Atividades (MES)	00.01.0063	12,000	10.000,00
		00.01.1452		7.000,00
2.027 - Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade	Unidade (MES)	00.01.1052	12,000	0,00
2.029 - Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social	Unidade (UN )	00.01.4052		23.000,00
		00.01.0000	6,000	170.000,00
		00.01.0089		0,00
2.032 - Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos	Grupos (UN )	00.01.0000	8,000	18.000,00
<b>Total:</b>				906.500,00

#### Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
 00.01.0052 - Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social  
 00.01.0063 - Bolsa Família  
 00.01.0089 - Aliações de Bens destinados a Outros Programas  
 00.01.1052 - FNAS - Transferências Estado  
 00.01.1152 - Recursos FNAS Estado - Proteção Social Básica  
 00.01.1252 - FNAS - PBV - SCFV  
 00.01.1452 - IGD - SUAS  
 00.01.4052 - FNAS - Transferências Estado

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 02/01/2016 (A)

Página: 13/13  
Data: 14/12/2015

**Programa**  
0009 - ESTRADAS VICINAIS

**Objetivo**  
Desenvolver ações relativas a ampliação e conservação das estradas vicinais destinadas ao escoamento da Produção Agrícola, ligações entre municípios, oferecendo boas condições de tráfego a qualquer tempo.

**Justificativa**  
A manutenção das estradas vicinais do Município é feita pela Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Urbanismo através do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem.

**Diretrizes (Formas de implementação)**  
Manutenção do parque de máquinas e veículos, bem como novos investimentos, proporcionando maior e melhor desempenho das atividades da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e urbanismo, visando o melhoramento do tráfego nas estradas vicinais.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - Investimentos no DMER	Unidade (UN )	00.01.0000	4.000	150.000,00
		00.01.0089		70.000,00
2.019 - Manter as Atividades do DMER	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	3.257.000,00
		00.01.0016		23.000,00
		00.01.0044		402.000,00
<b>Total:</b>				3.902.000,00

**Legenda:**  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do Domínio Economico - CIDE  
00.01.0044 - Recursos FEP  
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

# **ANEXOS**

# **LDO 2016**

# **LEI Nº 1480/2015**

# **ATUALIZADOS**

# **DE ACORDO COM A LOA 2016**

# **LEI Nº 1493/2015**

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais**

LRF, art. 4º, Parágrafo 1º

Especificação	2016		2017		2018	
	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes
Receita Total	19.434.400,00	17.994.814,81	21.570.626,61	18.493.335,57	21.466.700,00	17.041.120,90
Receitas Primárias	19.144.400,00	17.726.296,30	21.238.866,61	18.208.904,84	21.136.700,00	16.779.153,77
Despesa Total	19.434.400,00	17.994.814,81	21.570.626,61	18.493.335,57	21.466.700,00	17.041.120,90
Despesas Primárias	19.390.900,00	17.954.537,04	22.159.197,81	18.997.940,51	22.054.700,00	17.507.898,71
Resultado Primário	-246.500,00	-228.240,74	-920.331,20	-789.035,67	-918.000,00	-728.744,94
Resultado Nominal	383.434,02	355.031,50	86.732,61	74.359,23	-300.000,00	-238.151,94
Dívida Pública Consolidada	223.267,39	206.729,06	150.000,00	128.600,82	150.000,00	119.075,97
Dívida Consolidada Líquida	-226.732,61	-209.937,60	-140.000,00	-120.027,43	-440.000,00	-349.289,51

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

	2016	2017	2018	Metodologia de Cálculo dos Valores e Preços Constantes
	8,000	8,000	8,000	Valor Corrente / 1,08
			2017	Valor Corrente / 1,1664 (1,08 x 1,08)
			2018	Valor Corrente / 1,2597 (1,08 x 1,08 x 1,08)

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

**MAURO JUNES POLETTTO**  
 Prefeito Municipal

**MARTA MARIA CAON SUZANA**  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo II - Anexo de Metas Fiscais

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, inciso I

Especificação	I - Metas Previstas em 2014	II - Metas Realizadas em 2014	Variação ( II-I )	
			%	Valor
Receita Total	16.384.560,00	17.191.252,75	4,92	806.692,75
Despesa Total	16.384.560,00	17.555.397,63	7,15	1.170.837,63
Resultado Primário	-990.000,00	-504.178,11	-49,07	-1.494.178,11
Resultado Nominal	270.711,89	-160.500,95	-159,29	-431.212,84
Dívida Pública Consolidada	755.555,56	756.500,01	0,13	944,45
Dívida Consolidada Líquida	-744.444,44	-717.049,09	-3,68	27.395,35

Dados extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, referente ao período de Janeiro a Dezembro/2014

Considerando que no exercício de 2013 o Município obteve um superávit financeiro de R\$ 1.286.760,48, suficiente para fazer cumprir o Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida.

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LRF, art. 4º, § 2º, II

Especificação	2013		2014		2015	
	Valores Correntes	Realizado	Valores Correntes	Realizado	Valores Correntes	
Receita Total	14.315.000,00	16.095.987,05	16.384.560,00	17.191.252,75	19.060.420,00	
Receitas Primárias	14.159.000,00	15.159.941,77	16.084.560,00	16.938.385,77	18.680.420,00	
Despesa Total	14.315.000,00	16.023.455,01	16.384.560,00	17.555.397,63	19.060.420,00	
Despesas Primárias	14.911.000,00	15.837.476,99	16.574.560,00	15.837.476,99	19.206.746,21	
Resultado Primário	-752.000,00	-773.886,15	-990.000,00	-504.178,11	-526.326,21	
Resultado Nominal	170.000,08	984.250,78	270.711,89	-160.500,95	389.833,08	
Dívida Pública Consolidada	66.666,92	866.666,92	755.555,56	756.500,01	756.500,00	
Dívida Consolidada Líquida	-1.433.333,08	-556.548,14	-744.444,44	-717.049,09	-43.500,00	

Especificação	2016		2017		2018	
	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes
Receita Total	19.434.400,00	17.994.814,81	21.570.626,61	18.493.335,57	21.466.700,00	17.041.120,90
Receitas Primárias	19.144.400,00	17.726.296,30	21.238.866,61	18.208.904,84	21.136.700,00	16.779.153,77
Despesa Total	19.434.400,00	17.994.814,81	21.570.626,61	18.493.335,57	21.466.700,00	17.041.120,90
Despesas Primárias	19.390.900,00	17.954.537,04	22.159.197,81	18.997.940,51	22.054.700,00	17.507.898,71
Resultado Primário	-246.500,00	-228.240,74	-920.331,20	-789.035,67	-918.000,00	-728.744,94
Resultado Nominal	383.434,02	355.031,50	86.732,61	74.359,23	-300.000,00	-238.151,94
Dívida Pública Consolidada	223.267,39	206.729,06	150.000,00	128.600,82	150.000,00	119.075,97
Dívida Consolidada Líquida	-226.732,61	-209.937,60	-140.000,00	-120.027,43	-440.000,00	-349.289,51

Índices de Inflação

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
				8%	8%	8%

Metodologia de Cálculo dos Valores e Preços Constantes

2016	Valor Corrente / 1,08
2017	Valor Corrente / 1,1664 (1,08 x 1,08)
2018	Valor Corrente / 1,2597 (1,08 x 1,08 x 1,08)

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso III

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativo Real Líquido	14.412.110,16	11.015.102,31	9.698.898,64
Passivo Real Descoberto	0,00	0,00	0,00

Xavantina, 14 de dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Demonstrativo V

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso III

Receitas Realizadas	2014	2013	2012
Alienação de Bens Móveis	144.643,70	27.695,00	58.796,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>144.643,70</b>	<b>27.695,00</b>	<b>58.796,00</b>

Despesas Empenhadas	2013	2013	2012
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.263.884,82</b>	<b>2.064.540,53</b>	<b>1.942.271,38</b>
Investimentos	2.153.717,91	1.984.540,61	1.862.271,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	110.166,91	79.999,92	79.999,92
<b>DESPESA CORRENTES DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.263.884,82</b>	<b>2.064.540,53</b>	<b>1.942.271,38</b>

Xavantina, 14 dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso IV

<b>RPPS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<u>Situação Financeira e Atuarial</u>	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Xavantina, 14 dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso V

<b>Tributo</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urbana	13.170,00	13.700,00	14.248,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.170,00</b>	<b>13.700,00</b>	<b>14.248,00</b>

Compensação: Incentivos a abertura de novos Estabelecimentos e diminuição de possíveis despesas.

Xavantina, 14 dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

## Anexo de Metas Fiscais

### Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2014
( + ) Aumento Permanente da Receita	1.000.000,00
( - ) Novas DOCC	500.000,00
<b>( = ) Margem Líquida de Expansão de DOCC</b>	<b>500.000,00</b>

Xavantina, 14 dezembro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 105/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 207/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 105/2015 - SRP

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para preparo da Merenda Escolar da rede municipal de ensino. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 06 de janeiro de 2016, procedendo à abertura às 13h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 16 de dezembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### LEI 4128

LEI Nº 4128/2015.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DOAR BEM MÓVEL PARA OS ALUNOS VENCEDORES DA “GINCANA DO DIA MUNDIAL DE COMBATE AS DROGAS” EVENTO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar o seguinte bem móvel para os vencedores da “Gincana do dia Mundial de Combate as Drogas - ano 2015”, evento oficial do Município:

1 Televisor LCD.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentaria: 023 – 33900000000000.

Art. 3º- A premiação obedecerá a regulamento do supramencionado evento, o qual disporá sobre as condições da mesma.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### LEI 4129

LEI Nº 4129/2015.

“AUTORIZA A MUNICIPALIDADE PERMUTAR IMÓVEL PÚBLICO COM O OUTRO PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel de matrícula no CRI de Xaxim sob o nº 23.406, sendo lote urbano A nº 07 A da quadra nº 319, localizado no lado par da Rua Fermina Zamprogna, esquina com a Rua Antônio Rebelatto, Loteamento Mamborê, Bairro Primavera, Xaxim-SC, com área superficial de quinhentos e doze metros e noventa e cinco decímetros quadrados, (512,95m²), com as seguintes medidas e confrontações: a noroeste, em 23,57 metros, com a Rua Fermina Zamprogna; a nordeste, em 23,85 metros, com parte da chácara nº 48( matrícula nº 12.209); a sudoeste, em 21,71 metros, com Rua Antônio Rebelatto; e a sudeste, em 21,58 metros,

com lote urbano nº 07-B (matrícula nº23.407), sendo proprietário o Município de Xaxim.

Parágrafo único. O imóvel particular a ser objeto da permuta é lote urbano número 01, da quadra nº 339, sem benfeitorias, localizado nesta cidade e Comarca, com matrícula no CRI sob o nº 16,661, com área de 361,47m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e um metros, quarenta e sete centímetros quadrados), pertencente Juliano José Arisi, CPF nº 019.722.349-43.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## LEI 4130

LEI Nº 4130/2015.

“Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.053 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.65.000040	38.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.054 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial Media Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.65.000041	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.004 – Ampliação do Abastecimento de Agua Potável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.64	10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.053 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.65.000040	38.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.053 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial Media Complexidade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.65.000041	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.004 – Ampliação do Abastecimento de Agua Potável
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.64	10.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## LEI 4131

LEI Nº 4131/2015.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.636.000,00 (um milhão seiscentos e trinta e seis mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0.000 – Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.2.90.00.00	01.00	70.000,00
4.6.90.00.00	01.00	106.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	400.000,00
3.3.90.00.00	01.01	170.000,00
4.4.90.00.00	01.01	170.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	370.000,00
3.3.90.00.00	01.01	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	120.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	150.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	780.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	137.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
03.01	GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.021 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	41.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
--------	---------	-------------------

08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.030 – Manutenção Funcional da Agricultura
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	232.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.031 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	251.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	46.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
11.01	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	2.033 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	10.000,00
Código	Unidade	Projeto atividade
12.01	SECRETARIA DA MULHER, JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE	2.034 – Manutenção da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	139.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

## LEI 4132

LEI Nº 4132/2015.

“Dispõe sobre o remanejamento de dotações no orçamento de 2015, em período de recesso legislativo e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações orçamentárias até o valor limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de uma programação de despesa para outra, dentro do orçamento da Prefeitura e Fundos Municipais.

Art. 2º - Para dar cobertura aos créditos suplementares serão utilizados recursos de anulação de despesas em programações, onde não mais serão necessários a utilização desses recursos.

Art. 3º- Os atos de alterações orçamentárias deverão ser publicados e encaminhados ao Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

**LEI 4134**

LEI Nº 4134/2015.

“Dispõe sobre a autorização para doação de terrenos do município de Xaxim- SC para fins de moradia e define os critérios pertinentes”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a autorização para doação de terrenos, para fins de moradia, define os critérios pertinentes e estabelece prazos para construção.

Art. 2º O Executivo fica autorizado à doação de terrenos para a população em vulnerabilidade social, com renda familiar de 01 (um) até 03 (três) salários mínimos, com finalidade de assegurar o acesso à terrenos urbanizados e a moradia digna e sustentável.

Art. 3º Qualquer encargo civil, administrativo, trabalhista e ou tributário que incidir sobre o imóvel doado pela municipalidade ficará a cargo do donatário.

Art. 4º São objetivos desta Lei:

- I – viabilizar para a população em vulnerabilidade social acesso a terra urbanizada e a moradia digna e sustentável;
- II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;
- III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Art. 5º Serão adotados os seguintes princípios:

- I - compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- II - moradia digna como direito social fundamental, nos termos do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil;
- III - democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
- IV - função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

Art. 6º São diretrizes adotadas por esta Lei:

- I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, podendo promover a articulação com programas e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal;
- II - utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;
- III - utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- IV - sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;
- V - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;
- VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas; e
- VII - estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda.

Art. 7º As doações de terrenos somente poderão ser realizadas se

atendidos os seguintes requisitos:

- I - a pessoa de baixa renda, assim aferida por profissional do serviço social;
  - II - Termo de compromisso assinado com as obrigações assumidas e de construção em prazo determinado, ficando o Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação autorizado assinar pelo Município.
  - III - o beneficiário do programa tem que ter comprovação de residência no município, através de informações e documentos oficiais de no mínimo, 04 (quatro) anos;
  - IV - o beneficiário já contemplado em outros programas habitacionais não poderá ser contemplado novamente.
- Parágrafo Único: São meios aptos à comprovação de renda:
- I - Carteira de Trabalho;
  - II - Folha de pagamento;
  - III - Declaração do beneficiário, sob as penas da lei, somada à avaliação por profissional do serviço social;
  - IV - contratos;
  - V - certidões ou atestados de pessoa idônea ou empresa; e,
  - VI - outros meios admitidos pelos direitos e a moral;
  - VII - Certidão do INSS

Art. 8º O prazo para construção concedido ao beneficiário de doação de terrenos pelo Município será de 01 (um) ano, prorrogável pelo mesmo período, caso comprovado que o atraso não se deu por culpa do beneficiário.

Parágrafo Único: O beneficiário participante de algum programa habitacional com construção de moradia terá o prazo previsto no programa para construção.

Art. 9º O beneficiário que não promover a construção no prazo estabelecido por esta Lei, terá o imóvel revertido ao patrimônio público, sem direito à indenização de eventuais investimentos no imóvel, cláusula que obrigatoriamente constará da escritura, salvo se por exigência do agente operador do FNHIS, não for possível constar da escritura esta cláusula, em razão de oferecimento do imóvel em garantia a financiamento ou crédito aprovado para o fim de construção da habitação.

§ 1º Em caso de falecimento do donatário antes de iniciada a construção, e mediante a impossibilidade de fazê-la por seus sucessores, o imóvel reverterá ao Município sem nenhum direito de indenização ou compensação aos sucessores.

§ 2º Em caso de falecimento do donatário após o início da construção, e mediante a impossibilidade de continuidade das obras por seus sucessores, o imóvel reverterá ao Município com o pagamento de justa indenização e compensação dos gastos correspondentes aos seus sucessores.

§ 3º Para fins de cumprimento do exposto no parágrafo anterior, o Executivo Municipal poderá nomear através de Decreto uma comissão de avaliação composta de no mínimo três pessoas idôneas e conhecimento técnico, para avaliarem o imóvel.

§ 4º O pagamento da indenização/compensação correrá por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 10 O beneficiário da doação de terreno não poderá dispor do imóvel pelo prazo de 10 (dez) anos e não será mais beneficiário de outras doações de corrente de programas de habitação de interesse social, devendo esta regra constar no Termo de Compromisso e ciência formal do beneficiário, e/ou cadastrado no CadÚnico.

§ 1º O município poderá escriturar o terreno em nome do beneficiado antes da construção, constando na matrícula cláusula reversiva para o caso de não efetivação da construção ou desistência a qualquer tempo.

§ 2º Os beneficiados, bem como o seu núcleo familiar, deverão participar do trabalho técnico social e poderão ter o acompanhamento da equipe multiprofissional pelo prazo de 5 (cinco) anos.



§ 3º Os terrenos destinam-se exclusivamente à construção de casas populares a fim de moradia própria

Art. 11 Terão prioridade ao recebimento da doação de terreno, a pessoa que atenda aos seguintes requisitos:

I – seja arrimo de família;

II – mulher chefe de família;

III – família com crianças e adolescentes;

IV – com idosos sob seus cuidados; e,

V - critérios nacionais, conforme a Lei Federal 11.977 de 07 de julho de 2009 e suas alterações e regulamentações, e demais critérios de cada programa acessado ou conveniado pelo Governo Municipal.

§ 1º O profissional do serviço social identificará a família com maior número de crianças e adolescentes, havendo possibilidade de outras doações, seguirá com prioridade a mulher chefe de família e com crianças sob seus cuidados, prosseguindo, na sequência, a prioridade à pessoa com idoso sob seus cuidados, à mulher chefe de família, e, finalmente, casais que estiverem iniciando a vida familiar.

§ 2º Será reservada uma cota de 3% (três por cento) para idosos e de 2% para família com pessoa deficiente, desde que inscritos formalmente no programa.

§ 3º Comissão Técnica formada por 3 (três) profissionais de Serviço Social que será responsável pelo parecer técnico prévio, antes da aprovação do Conselho Municipal de Habitação.

§ 4º Comissão técnica formada por um profissional de cada CRAS e pelo profissional responsável pelo departamento de habitação

Art. 12 As localizações dos terrenos a serem doados não será de escolha do beneficiário e serão definidas por sorteio público, com chamamento dos interessados, na presença do representante do Poder Legislativo e do Conselho Municipal de Habitação, sendo autorizado ao Poder Executivo estabelecer outros critérios, desde que impessoais e objetivos e não sejam ofensivos à moralidade e aos demais princípios regentes da Administração Pública.

Art. 13 A emissão de parecer a respeito da aplicação da presente Lei será de competência das equipes de profissionais que seguem:

§ 1º Comissão Técnica formada por 3 (três) profissionais de Serviço Social que será responsável pelo parecer técnico prévio, antes da aprovação do Conselho Municipal de Habitação.

§ 2º Comissão técnica formada por um profissional de cada CRAS e pelo profissional responsável pelo departamento de habitação.

Art. 14 O interessado em ser atendido pelo que trata esta Lei deverá se inscrever no cadastro municipal de habitação e manter atualizado, com atualizações anuais.

Art. 15 Os incentivos serão desenvolvidos, dentro das possibilidades financeiras e observadas as prioridades do PPA, LDO e LOA e dos planos anuais estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 16 As despesas decorrentes da matrícula, escrituração, registro, impostos e outras do gênero, ocorrerão por conta do beneficiado.

Art. 17 Revogam-se disposições em contrário.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

## LEI 4135

LEI Nº 4135/2015.

“Autoriza desmembramento do lote matriculado no Cartório de Registro de Imóveis nº 25.354, conforme especifica e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do lote urbano nº 576, da quadra nº 728, Loteamento das Videiras, Xaxim-SC, matrícula nº 25.354, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim – SC, com 3.670,76 m², de propriedade do MUNICÍPIO DE XAXIM, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (situação atual):

LOTE nº 576, da quadra nº728, matrícula nº 25.354, com área superficial de 3.670,76m² (três mil seiscentos e setenta metros e setenta e seis décimos quadrados), localizado no lado par da Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, Loteamento das Videiras, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com o lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula 25.356, em 64,78 metros.

SUL: Com a Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, em 64,94 metros.

LESTE: Com o lote nº577, de propriedade Ivone Terezinha Toaldo e outros, matrícula 25.355, em 41,86 metros e com o lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula 25.356, em 15,72 metros, totalizando 57,58 metros.

OESTE: Com o lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula nº25.356, em 57,60 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

LOTE nº576-“A”, da quadra nº728, com área superficial de 2.312,51m² (dois mil trezentos e doze metros e cinquenta e um décimos quadrados), localizado no lado par da Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, Loteamento das Videiras, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula 25.356, em 40,78 metros.

SUL: Com a Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, em 40,94 metros.

LESTE: Com o lote nº577, de propriedade Ivone Terezinha Toaldo, matrícula 25.355, em 41,86 metros e com o lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula 25.356, em 15,72 metros, totalizando 57,58 metros.

OESTE: Com o lote nº576-“B”, ora desmembrado, em 57,61 metros.

LOTE nº576-“B”, da quadra nº728, com área superficial de 1.357,85m² (um mil trezentos e cinquenta e sete metros e oitenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, Loteamento das Videiras, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula 25.356, em 24,00 metros.

SUL: Com a Estrada Municipal Xaxim – Linha Limeira, em 24,00 metros.

LESTE: Com o lote nº576-“A”, ora desmembrado, em 57,61 metros.

OESTE: Com o lote nº578 (área verde), de propriedade do Município de Xaxim, matrícula nº25.356, em 57,60 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## LEI 4136

LEI Nº 4136/2015.

“Autoriza o desmembramento do lote nº 01 da quadra nº 263, localizado no Loteamento Guarany, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 15.823, conforme especifica e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do lote urbano nº 01, da quadra nº 263, localizado na Rua Ricardo Panizzi, esquina com a Rua Pedro Giotto, Loteamento Guarany, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº da matrícula 15.823, com área superficial de 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) de propriedade de Jairo Zandavalli, Terezinha Fossa Zandavalli e Geferson Luiz Thomasi, ficando assim constituído:

Levantamento Topográfico (situação atual)

LOTE nº 01, da quadra nº 263, matrícula nº 15.823, com área total de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado do lado ímpar da Rua Ricardo Panizzi, esquina com o lado ímpar da Rua Pedro Giotto, Loteamento Guarany, na cidade de Xaxim – SC, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com a Rua Pedro Giotto, em 15,00 metros; SUDESTE: Com o lote nº 14B da mesma quadra, de propriedade de Edilson Prá, matrícula nº 23.399, em 15,00 metros; NORDESTE: Com o lote nº 02 da mesma quadra, de propriedade de Reimundo Febles Fernández e Daily Maily Bezerra Aguiar Febles, matrícula nº 15.824, em 30,00 metros; SUDOESTE: Com a Rua Ricardo Panizzi, em 30,00 metros

Descrição do Desmembramento

PARTE “A” do lote nº 01, da quadra nº 263, com área superficial de 225,00 m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ricardo Panizzi, esquina com o lado ímpar da Rua Pedro Giotto, com as seguintes medidas e confrontações: NOROESTE: Com a Rua Pedro Giotto, em 15,00 metros; SUDESTE: Com a parte “B” do lote denominado nº 01 “B” (desmembrado) em 15,00 metros; NORDESTE: Com o lote nº 02 da mesma quadra, de propriedade de Reimundo Febles Fernández e Daily Maily Bezerra Aguiar Febles, matrícula nº 15.824, em 15,00 metros; SUDOESTE: Com a Rua Ricardo Panizzi, em 15,00 metros.

PARTE “B” do lote nº 01, da quadra nº 263, com área superficial de 225,00 m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ricardo Panizzi, distante pelo lado direito 15,00 metros da Rua Pedro Giotto, com as seguintes medidas e

confrontações:

NOROETE: Com a parte “A” do lote denominado nº 01 “A” (remanescente), em 15,00 metros; SUDESTE: Com o lote nº 14 da mesma quadra, de propriedade de Edilson Prá, matrícula nº 23.399, em 15,00 metros; NORDESTE: Com o lote nº 02 da mesma quadra, de propriedade de Reimundo Febles Fernández e Daily Maily Bezerra Aguiar Febles, matrícula nº 15.824, em 15,00 metros; SUDOESTE: Com a Rua Ricardo Panizzi, em 15,00 metros.

Art. 2º O presente desmembramento não acarreta doação de área ao Município de Xaxim, em razão de sua área superficial ser inferior a 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), conforme o disposto no art. 43, § 4º da Lei Municipal 4.068/2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## LEI 4137

LEI Nº 4137/2015.

“Autoriza o desmembramento dos lotes urbanos nº 02 e 03 da quadra nº 14, localizados no Loteamento Jardim Bela Vista, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 6.727, conforme especifica e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO dos lotes urbanos nº 02 e 03, da quadra nº 14, localizados na Rua 10 de Novembro, Loteamento Jardim Bela Vista, registrados no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº da matrícula 6.727, com área superficial de 1.192,00 m² (um mil cento e noventa e dois metros quadrados) de propriedade de Alexandro Czeckoski, ficando assim constituído:

Levantamento Topográfico (situação atual)

Parte dos lotes 02 e 03, com área superficial de 1.192,00 m² (um mil cento e noventa e dois metros quadrados), registrados sob o nº da matrícula 6.727, localizados no lado par da Rua 10 de Novembro, da Quadra nº 14, distante pelo lado direito em 20,00 metros da Rua Silvio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote C, (Matrícula 21.241), de Cristiane Ramos Knoener Lazzarin, em 31,05..metros; SUDESTE: Com a Rua 10 de Novembro, em 31,05 metros; NORDESTE Com parte do Lote 02 (Matrícula 20.916 ) de Gilberto Maiolli em 37,30 metros e com os lotes, 08, 09, 10 e 02 ( Matrícula 16.864 ) da Academia Fit Total Ltda., em 2,70 metros; SUDOESTE: Com parte do lote 03, (Matrícula 12.299), de Artur Cacciatori Netto, em 30,00 metros e com parte do lote C (Matrícula 21.241), de Cristiane Ramos Knoener Lazzarin, em 10,00..metros.

Descrição do Desmembramento

PARTE “A” dos lotes 02 e 03, com área superficial de 593,92 m² (quinhentos e noventa e três metros e noventa e dois decímetros quadrados), localizada no lado par da Rua 10 de Novembro, da

Quadra nº 14, distante pelo lado direito em 34,49 metros da Rua Silvio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote C, (Matrícula 21.241), de Cristiane Ramos Knoener Lanzzarin, em 13,72 metros e com parte dos lotes 02 e 03 "B", em 3,17 metros; SUDESTE: Com a Rua 10 de Novembro, em 16,56 metros; NORDESTE Com parte do Lote 02, (Matrícula 20.916) de Gilberto Maioli em 37,30 metros e com os lotes, 08, 09, 10 e 02, (Matrícula 16.864) da Academia Fit Total Ltda., em 2,70 metros; SUDOESTE: Com parte dos lotes 02 e 03 "B", em 40,00 metros.

PARTE "B" dos lotes 02 e 03, com área superficial de 598,08 m<sup>2</sup> (quinhentos e noventa e oito metros e oito decímetros quadrados), localizada no lado par da Rua 10 de Novembro, da Quadra nº 14, distante pelo lado direito em 20,00 metros da Rua Silvio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote C (Matrícula 21.241), de Cristiane Ramos Knoener Lanzzarin, em 17,33 metros; SUDESTE: Com a Rua 10 de Novembro, em 14,49 metros, e com parte dos lotes 02 e 03 "A", em 3,17 metros; NORDESTE: Com parte dos lotes 02 e 03 "A" em 40,00 metros; SUDOESTE: Com parte do lote 03 (Matrícula 12.299), de Artur Cacciatori Netto, em 30,00 metros e com parte do lote C (Matrícula 21.241), de Cristiane Ramos Knoener Lanzzarin, em 10,00 metros.

Art. 2º O presente desmembramento não acarreta doação de área ao Município de Xaxim, em razão de sua área superficial ser inferior a 4.000,00m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), conforme o disposto no art. 43, § 4º da Lei Municipal 4.068/2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

## LEI 4138

LEI Nº 4138/2015.

"Dá nova redação ao Art. 4º da Lei nº 3865 de 02 de julho de 2013 e dá outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 4º da Lei nº 3865 de 02 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Conforme a lei 8.142/90 prevê e as Conferências Nacionais de Saúde propuseram, o CMS/Xaxim terá uma composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados. Terá a seguinte composição:

I - 12 (Doze) Representantes de entidades, instituições e movimentos representativos dos usuários: a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério e representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho Municipal de Saúde:

- a) 1 (um) Representante da Entidade Congregadas de Sindicatos;
- b) 1 (um) Representante da Entidade de Organizações religiosas;
- c) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Alvorada;
- d) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família da Vila Diadema;
- e) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Frei Bruno;
- f) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Ari Lunardi;
- g) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Santa Terezinha;
- h) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Guarany;
- i) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Bairro Primavera;
- j) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Posto de Saúde Central;
- k) 1 (um) Representante da organização de moradores da região que envolve a Equipe de Saúde da Família do Posto de Saúde Chagas;
- l) 1 (um) Representante da Entidade da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

II – 07 (sete) Representantes das Entidades Representativas dos trabalhadores da área de saúde:

- a) Representante do Setor de Enfermagem;
- b) Representante da Área Médica;
- c) Representante da Área Odontológica;
- d) Representante do Setor de Vigilância (epidemiológica/sanitária);
- e) Representante do CAPS;
- f) Representante da Área Farmacêutica;
- g) Representante do Setor de TFD – Tratamento Fora de Domicílio.

III – 05 (cinco) Representantes de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos:

- a) Secretário de Saúde;
- b) Representante do Hospital Frei Bruno;
- c) Representante do Corpo de Bombeiros;
- d) Representante do Controle e Avaliação;
- e) Representante da Secretaria Geral da Secretaria de Saúde.

§ 1º Todos os conselheiros devem ser indicados ou nomeados através de ofício, conforme processos estabelecidos pelas respectivas bases e assinados por todas as Entidades Representativas.

§ 2º Os conselheiros representantes do Governo devem ser nomeados, também por ofício, pelo Prefeito Municipal.

§ 3º No ofício devem vir indicados o membro titular e o suplente.

§ 4º Sempre que houver necessidade de troca de Conselheiro, o Conselho deve ser avisado através de ofício comunicando a saída de um e concomitantemente nomeando um substituto.

§ 5º Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Saúde eleitos, serão empossados pelo Prefeito Municipal, devendo reunir-se em Plenário, no prazo máximo de dez dias úteis para a constituição de uma Mesa Diretora, formação esta composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário, dentre seus membros titulares conforme regimento interno.

§ 6º Os conselheiros do CMS/Xaxim terão mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 7º A representação nos 3 segmentos do Conselho (Representantes de Usuários, Representante das Entidades Representativas da Área da Saúde e Representantes do Governo e Prestadores de Serviço), uma em relação a outra, deve ser distinta e autônoma não podendo portanto um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS ou um prestador de serviço ser representante dos usuários. Caso ocorra, é indicativo de substituição do Conselheiro (a).

§ 8º A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo,



representação do Poder Judiciário e do Ministério Público como conselheiro, não é permitida no Conselho de Saúde (conforme Resolução Federal)."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### LEI 4139

LEI Nº 4139/2015.

"DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a doar, o imóvel público matriculado no CRI sob o nº 25.359 (lote nº 07 e parte do lote 08, ambos da quadra 271), com área de 1.620,00m² (um mil, seiscentos e vinte metros quadrados), em favor da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Guarany, inscrita no CNPJ sob o nº 07.367.883/0001-11.

Art. 2º. Fica desafetado o imóvel de sua destinação primária.

Art. 3º. Fica condicionada a doação, com a cláusula de uso restrito e exclusivo às atividades voltadas a Associação donatária.

§ 1º. Caso haja a extinção da Associação donatária, o imóvel, bem como suas benfeitorias, passará a incorporar o patrimônio público municipal imediatamente.

§ 2º. A presente doação se objetiva exclusivamente ao funcionamento da Associação donatária, sendo vedada qualquer outra destinação. O descumprimento implicará na imediata rescisão do presente negócio jurídico, independentemente de qualquer medida judicial. Fica ainda vedado qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, do uso ou posse deste bem imóvel.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

### LEI 4140

LEI Nº 4140/2015.

"Autoriza o desmembramento do lote registrado sob matrícula nº 14.853, conforme especifica, e dá outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO do lote colonial nº 06, matrícula nº 14.853, com área de 3.993,82 m², (Três mil novecentos e noventa e três metros e oitenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Irineu Bornhausen, distante pelo lado direito em 78,20 metros, da Rua Valêncio Mamédio, Bairro Flor, Xaxim SC, de propriedade de Ermelinda Tereza Folle, ficando assim constituído:

1) LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE PARTE DO LOTE COLONIAL Nº 06 (SITUAÇÃO ATUAL E RETIFICAÇÃO DE ÁREA):

PARTE DO LOTE COLONIAL Nº 06, com área superficial de 3.993,82m², (três mil novecentos e noventa e três metros, oitenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Irineu Bornhausen, distante pelo lado direito em 78,20 metros da Rua Valêncio Mamédio, Bairro Flor, Xaxim/ SC, de Propriedade de Ermelinda Tereza Folle.

Área da Matricula: ..... 3.810,00 m2

Área encontrada: ..... 3.993,82 m2

Diferença para mais: ..... 183,82 m2

Confrontações:

NOROESTE: Com parte de uma área urbana, Matrícula nº 11.163, de Nadir Folle Persici, em 66,68 metros;

SUDESTE: Com o lote "A", Matricula nº 21.217, de Incorporadora LDS Ltda - EPP, em 58,61 metros;

NORDESTE: Com parte do lote colonial nº 06, Transcrição nº 6.377, de Caetano Luiz Paludo em 50,58 metros e com parte do lote colonial nº 06, Matricula nº 1.829, de Ana Giachini Negri e Outros, em 8,46 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Governador Irineu Bornhausen, em 68,09 metros;

### 2) DESMEMBRAMENTO

a) DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO LOTE 06 "A":

LOTE Nº 06 "A", com área superficial de 1.455,06 m² (Mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Irineu Bornhausen, distante pelo lado direito em 117,19 metros da Rua Valêncio Mamédio, Bairro Flor, Xaxim/ SC;

Confrontações:

NOROESTE: Com Parte do lote nº 06 "B", em 24,30 metros e com parte do lote nº 06 "B", em 39,54 metros;

SUDESTE: Com o lote "A", Matricula n 21.217, de Incorporadora LDS Ltda - EPP, em 58,61 metros;

NORDESTE: Com parte do lote colonial nº 06, Transcrição nº 6.377, de Caetano Luiz Paludo em 18,79 metros e com parte do lote nº 06 "B" em 7,29 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Governador Irineu Bornhausen, em 29,10 metros.

b) DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO LOTE 06 "B":

LOTE Nº 06 "B", com área superficial de 1.270,98 m² (hum mil duzentos e setenta metros e noventa e oito decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Irineu Bornhausen, distante pelo lado direito em 98,13 metros da Rua Valêncio

Mamédio, Bairro Flor, Xaxim/SC.

Confrontações:

NOROESTE: Com o lote nº 06 "C", em 65,85 metros;

SUDESTE: Com Parte do lote nº 06 "A", em 24,30 metros e com parte do lote nº 06 "A", em 39,54 metros;

NORDESTE: Com parte do lote colonial nº 06, transcrição nº 6.377, de Caetano Luiz Paludo em 21,13 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Governador Irineu Bornhausen, em 19,06 metros e com parte do lote nº 06 "A" em 7,29 metros.

#### c) DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO LOTE 06 "C":

LOTE nº 06 "C", com área superficial 1.267,78 m<sup>2</sup> (Mil duzentos e sessenta e sete metros e setenta e oito decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Governador Irineu Bornhausen, distante pelo lado direito em 78,20 metros da Rua Valêncio Mamédio, Bairro Flor, Xaxim/SC.

Confrontações:

NOROESTE: Com parte de uma área urbana matrícula nº 11.163, de Nadir Folle Persici, em 66,68 metros;

SUDESTE: Com o lote nº 06 "B", em 65,85 metros;

NORDESTE: Com parte do lote colonial nº 06, transcrição nº 6.377, de Caetano Luiz Paludo em 10,66 metros e com parte do lote colonial nº 06, matrícula nº 1.829, de Ana Giachini Negri e Outros, em 8,46 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Governador Irineu Bornhausen, em 19,93 metros;

Art. 2º O presente desmembramento não acarreta doação de área ao Município de Xaxim, em razão de sua área superficial ser inferior a 4.000,00m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), conforme o disposto no art. 43, § 4º da Lei Municipal 4.068/2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## LEI 4141

LEI Nº 4141/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS LOCALIZADOS JUNTOS AO DISTRITO INDUSTRIAL E OUTROS LOCAIS DO MUNICÍPIO ÀS EMPRESAS CONTEMPLADAS EM EDITAL ESPECÍFICO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.534/93, PARA O FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a doar, com encargos, as áreas de terras abaixo descritas, localizadas no Distrito Industrial e outros locais do Município, para as empresas contempladas no edital específico de concorrência pública:

I – Lote Urbano nº 01, da quadra nº 527, lado ímpar da rua nº 05, Loteamento do Distrito Industrial Sergio Davi, com área superficial

de 1.962,67m<sup>2</sup> (um mil novecentos e sessenta e dois metros e sessenta e sete decímetros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 21.493 (sem benfeitorias);

II – Lote Urbano nº 02, da quadra nº 527, localizado na esquina das Ruas nº 05 e 07, Loteamento do Distrito Industrial Sergio Davi, com área superficial de 2.000,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 21.494 (sem benfeitorias);

III – Lote Urbano nº 03, da quadra nº 527, lado par da Rua nº 07, Loteamento do Distrito Industrial Sergio Davi, com área superficial de 2.377,60m<sup>2</sup> (dois mil trezentos e setenta e sete metros e sessenta decímetros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 21.495 (com benfeitorias);

IV – Lote Urbano nº 04, da quadra nº 527, lado par da Rua nº 07, Loteamento do Distrito Industrial Sergio Davi, com área superficial de 2.377,60m<sup>2</sup> (dois mil trezentos e setenta e sete metros e sessenta decímetros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 21.496 (com benfeitorias);

V – Lote Urbano nº 05, da quadra nº 527, lado par da Rua nº 07, Loteamento do Distrito Industrial Sergio Davi, com área superficial de 2.377,60m<sup>2</sup> (dois mil trezentos e setenta e sete metros e sessenta decímetros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 21.497 (com benfeitorias);

VI – Parte do terreno urbano, denominado área 04, localizado na Linha Limeira, Xaxim - SC, com matrícula no CRI sob o nº 20.881, com área superficial de 3.671,70m<sup>2</sup> (três mil seiscentos e setenta e um metros e setenta decímetros quadrados), localizado na estrada municipal Xaxim - Linha Terceira, com as seguintes medidas e confrontações: NORTE: Com a parte remanescente da área 04, do Município de Xaxim, matrícula 20.881, em 53,61 metros. SUL: Com o lote nº07, do Município de Xaxim, matrícula 21.852, em 14,54 metros e com parte da área verde 03, do Município de Xaxim, matrícula 21.853, em 46,96 metros, ambos da quadra nº503, totalizando 61,50 metros. LESTE: Com a parte remanescente da área 04, do Município de Xaxim, matrícula 20.881, em 52,10 metros. OESTE: Com a estrada municipal Xaxim – Linha Terceira, em 12,05 metros, com o lote nº574, matrícula 25.352, em 36,70 metros, com o lote nº573, matrícula 25.351, em 15,00 metros, com o lote nº572, matrícula 25.350, em 13,00 metros e com parte do lote nº571, matrícula 25.349, em 5,56 metros, todos da quadra nº726 e de propriedade de Ivone Terezinha Toaldo e outros.

Art. 2º. Constará na escritura pública do referido imóvel, cláusula de reversão em favor do Município, se:

I – no prazo de 10 (anos) anos, a beneficiada não implementar as obrigações assumidas na proposta;

II – se no mesmo prazo ocorrer à mudança de finalidade dos imóveis ora doados, sem o consentimento expresso do Poder Público;

III – caso a beneficiada venha desrespeitar as disposições do edital de licitação ou da proposta declarada vencedora.

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o imóvel voltará a incorporar o patrimônio público municipal, juntamente com o que for acrescido por acessão, ou de qualquer outra forma, não cabendo nenhuma espécie de indenização.

Art. 3º. Em caso de financiamento para a implantação ou ampliação da empresa nele instalada, o imóvel poderá ser dado em garantia hipotecária, ficando gravado em 2º grau para o Município.

Art. 4º. Caso a licitante vencedora tenha interesse em permutar o imóvel objeto do processo licitatório, esta poderá ocorrer mediante requerimento e aprovação do conselho de desenvolvimento econômico, desde que precedida de prévia avaliação mercadológica, não podendo o futuro imóvel ter valor inferior àquele que será objeto da permuta, além da concordância do terceiro.

Art. 5º. Caso a beneficiada venha a ultrapassar as metas fixadas na proposta vencedora, em 100% (cem por cento), dobrando a perspectiva, antes do prazo estabelecido na alínea "a" do art. 2º, assim que verificado o cumprimento integral das obrigações, poderá a Administração Municipal revogar o ônus estabelecido nesta Lei e conceder o domínio pleno do imóvel, sem mais qualquer outra restrição.

Art. 6º. As doações com encargo autorizadas por esta Lei à empresa contemplada serão realizadas em conformidade com o que determina a Lei 1.534/93 e o art. 17, I, da lei 8.666/93, e sempre precedidas de avaliação.

Art. 7º. Todas as providências necessárias à execução da presente Lei deverão ser adotadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Protestos desta Comarca, cujas despesas correrão por conta, única e exclusivamente, da adquirente.

Art. 8º. Fica autorizada a baixa dos imóveis descritos supra do patrimônio público, assim que cumpridas as exigências.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

## **LEI 4142**

LEI Nº 4142/2015.

“APROVA A PERMUTA DE IMÓVEL QUE FOI OBJETO DE DOAÇÃO COM ENCARGO POR MEIO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a permuta do lote urbano nº 06, da quadra nº 429, localizado no lado ímpar da Rua Tocantins, com a área superficial de 361,20 m² (trezentos e sessenta um metros e vinte decímetros quadrados), com matrícula nº 18.538, no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim-SC, avaliado em R\$102.000,00 (cento e dois mil reais), de propriedade de CLINILACT PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.390.833/0001-60, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 33, sala nº 4, Centro, Xaxim-SC (adquirido por processo licitatório), com a sala comercial nº 101, localizado no pavimento térreo do Condomínio Comercial e Residencial Dona Odila, situado no lado par da Rua Tiradentes, nº 408, Bairro Alvorada, Xaxim-SC, com a área privativa de 197,75m², área de uso comum de 34,80 m², totalizando a área de 232,55m², com matrícula n. 23.459, no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim – SC, avaliado em R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), de propriedade de VOLNEI FERREIRA DA CRUZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 898.442.039-53, RG nº 2.878.975/SC, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 408, Bairro Alvorada, Xaxim-SC.

Art. 2º - Fica condicionada referida permuta à averbação da cláusula de reversão e demais cláusulas previstas na Lei Municipal nº 4006/2014 e no Edital de Licitação específico, com gravame proporcional da sala comercial que passará a ser de propriedade da licitante vencedora, nos valores da avaliação do bem recebido em doação, visto que o valor mercadológico apresenta disparidade expressiva.

Parágrafo único - Deverá ser averbada a restrição junto ao registro imobiliário nos limites da avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da permuta correrão somente por conta dos permutantes, isentando o Município de Xaxim.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município



**LEI 4143**

LEI Nº 4143/2015.

“Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), nas seguintes programações de despesas dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.053 – Cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.65.000040	23.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos do SUPERAVIT financeiro da antiga fonte 01.53 para a fonte 03.65.000040.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

**LEI 4144**

LEI Nº 4144/2015.

“APROVA RETIFICAÇÃO, DESMEMBRAMENTO E PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO CERÂMICA XAXIM”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a retificação de área e o desmembramento imóvel urbano, parte do lote nº 05 da Linha Flor, Município de Xaxim, área registrada com 57.857,54 m2 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e quatro décimos quadrados) conforme matrícula nº. 6.865 – C. R. I. de Xaxim, SC, área encontrada de 72.365,07m² (setenta e dois mil trezentos e sessenta e cinco metros e sete décimos quadrados), com diferença para mais de 14.507,53 m2. (quatorze mil quinhentos e sete metros e cinquenta e três décimos quadrados, de propriedade de CERÂMICA XAXIM LTDA, ficando assim constituído:

Levantamento Topográfico (situação Atual) - Retificação:

PARTE DO LOTE Nº.05 da Linha Flor, com área superficial de 72.365,07 m2 (setenta e dois mil trezentos e sessenta e cinco metros e sete décimos quadrados – matrícula nº.6.865 – C. R. I. de Xaxim), localizada na Rua Justo Eugenio Soccol, distante pelo lado direito 73,75 metros da Rua Governador Irineu Bornhausen. Com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº.02 de quadra s/nº, em 13,64 metros; Com Rua Justo Eugenio Soccol, em 9,90 metros; com os lotes nº.02, nº.03, nº.04, nº.05, nº.06 e nº.07 da quadra nº.628, em 93,22 metros; Com área de preservação permanente, em 32,93 metros; Com Rua Marcelo Davi, em 15,92 metros e com os lotes nº.53, nº.54, nº.55, nº.56, nº.57, nº.58, nº.59, nº.60 e parte do nº.61, em 117,84 metros, totalizando 269,81 metros.

NOROESTE: Com Rua Justo Eugenio Soccol, em 11,12 metros e com a chácara nº.34 e parte da chácara nº.25, em 186,01 metros, totalizando 197,13 metros; Com o lote nº.01 e parte do lote nº.02 de quadra s/nº, em 74,86 metros.

SUL: Com o lote nº.01 de quadra s/nº, em 54,90 metros. Com os lotes nº.01 e

nº.02 da quadra nº.339, em 74,02 metros; Com Rua Justo Eugenio Soccol, em 16,75 metros; Com os lotes nº.18, nº.19, nº.20, nº.21, nº.22 e nº.23 da quadra nº.342, em 117,22 metros; Com área de preservação permanente e área verde da quadra nº.521, em 66,96 metros; Com Rua Adalberto Paulo Cardoso da Silva, em 12,79 metros; Com os lotes nº.49, nº.50, nº.51, nº.52, nº.53, nº.54 e parte do lote nº.55, em 85,90 metros, totalizando 373,64 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº.01 de quadra s/nº, em 17,81 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 173,16 metros e 139,66 metros; Com os lotes nº.63 e nº.64 da quadra nº.633, em 33,03 metros; Com Rua Ilidi Negri Pallaoro, em 12,06 metros e com o lote nº.65 da quadra nº.634, em 22,09 metros, totalizando 67,18 metros.

OESTE: Com Rua Ângelo Marinello, em 22,18 metros e com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 152,33 metros e 131,79 metros.

Descrição do Desmembramento:

1º- PARTE DO LOTE Nº.05 da Linha Flor com área superficial de 46.991,44 m2 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e um metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), localizado na Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 73,75 metros da Rua Governador Irineu Bornhausen, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº.02 de quadra s/nº, em 13,64 metros. Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 9,90 metros; com os lotes nº.02, nº.03, nº.04, nº.05, nº.06 e nº.07 da quadra nº.628, em 93,22 metros, totalizando 103,12 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº.05-A' da Linha Flor, em 29,59 metros.

NOROESTE: Com o lote nº.01 e parte do lote nº.02 de quadra s/nº, em 74,86 metros; Com parte do lote nº.05-B' da Linha Flor, em 23,02 e 19,70 metros. Com parte da chácara nº.34, em 86,73 metros e com Rua Justo Eugênio Soccol, em 11,12 metros; Com o lote nº.01 e parte do lote nº.02 de quadra s/nº, em 74,86 metros.

SUL: Com lote nº.01 de quadra s/nº, em 54,90 metros; Com os lotes nº.01 e nº.02 da quadra nº.339, em 74,02 metros; Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 16,75 metros; Com os lotes nº.18, nº.19, nº.20, nº.21, nº.22 e nº.23 da quadra nº.342, em 117,22 metros, totalizando 207,99 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 173,16 metros e 139,66 metros; Com parte do lote nº.05-A' da Linha flor, em 51,79 metros e 15,54 metros.

OESTE: Com parte do lote nº.05-B' da Linha Flor, em 210,50 metros; Com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 42,57 metros e com Rua Ângelo Marinello, em 22,18 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº.01 de quadra s/nº, em 17,81 metros.

2º- PARTE DO LOTE Nº.05-'A' da Linha Flor com área superficial de 13.151,41 m2 (treze mil cento e cinquenta e um metros e quarenta e um decímetros quadrados), localizado entre as Ruas Marcelo Davi, Rua Ilidi Negri Pallaoro e Rua Adalberto Paulo Cardoso da Silva, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com área de preservação permanente, em 32,93 metros; Com Rua Marcelo Davi, em 15,92 metros e com os lotes nº.53, nº.54, nº.55, nº.56, nº.57, nº.58, nº.59, nº.60 e parte do lote nº.61 da quadra nº.633, em 117,84 metros, totalizando 166,69 metros.

SUL: Com área de preservação permanente e área verde da quadra nº.521, em 66,96 metros; Com Rua Adalberto Paulo Cardoso da Silva, em 12,79 metros; Com os lotes nº.49, nº.50, nº.51, nº.52, nº.53, nº.54 e parte do lote nº.55 da quadra nº.525, em 85,90 metros, totalizando 165,65 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 29,59 metros.

LESTE: Com os lotes nº.63 e nº.64 da quadra nº.633, em 33,03 metros; Com Rua Ilidi Negri Pallaoro, em 12,06 metros e com o lote nº.65 da quadra nº.634, em 22,09 metros, totalizando 67,18 metros.

OESTE: Com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 51,79 metros e com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 15,54 metros.

3º- PARTE DO LOTE Nº.05-'B' da Linha Flor com área superficial de 12.222,22 m2 (doze mil duzentos e vinte e dois metros e vinte e dois decímetros quadrados), localizado na Rua Leonildo Negri, distante pelo lado esquerdo 38,06 metros da Rua Lodovino Castaman, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte das chácaras nº.25 e nº.34, em 99,28 metros.

SUDESTE: Com Rua Leonildo Negri, em 23,02 metros e com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 19,70 metros.

LESTE: Com o lote nº.06 da quadra nº.757, em 24,99 metros; Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,33 metros e com Área verde da quadra nº.759, em 210,50 metros

OESTE: Com parte do lote nº.05 da Linha Flor, em 109,76 metros e 131,79 metros.

Art. 2º. Fica aprovado o LOTEAMENTO CERÂMICA XAXIM, localizado no município de Xaxim, com área total de 46.991,44m² (quarenta e seis mil, novecentos e noventa e um metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), matrícula nº 6.865, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de CERÂMICA XAXIM LTDA, CNPJ sob o nº 79.295.416/0001-34, ficando assim constituído:

Descrição da Área a Ser Loteada:

TOTAL EM LOTES: 25.130,28 m2. ....	53,48%
ÁREA VERDE: 4.695,27 m2. ....	9,99%
ÁREA EM RUAS: 14.826,54 m2. ....	31,55%
USO PÚBLICO: 2.339,35m2. ....	4,98%

ÁREA TOTAL LOTEADA: 46.991,44 m2. ....	100,00%
--	---------

QUADRA Nº.757: 1.950,69 m2.

QUADRA Nº.758: 7.878,03 m2.

QUADRA Nº.759: 4.571,77 m2.

QUADRA Nº.761: 3.666,41 m2.

QUADRA Nº.762: 1.654,39 m2.

QUADRA Nº.763: 3.684,98 m2.

QUADRA Nº.764: 1.724,01 m2.

Total em Lotes: 25.130,28 m2.

QUADRA Nº. 757 – com área superficial total de 1.950,69 m2 (hum mil novecentos e cinquenta metros e sessenta e nove decímetros quadrados).

1º- LOTE Nº. 01 da quadra nº.757, com área superficial de 426,85 m2 (quatrocentos e vinte e seis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Odete Lourdes Lunardi com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 24,44 metros.

SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,50 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 25,02 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº. 02, em 22,50 metros.

2º- LOTE Nº. 02 da quadra nº.757, com área superficial de 303,75 m2 (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Odete Lourdes Lunardi, distante pelo lado esquerdo 13,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 13,50 metros.  
SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,50 metros.  
NORDESTE: Com o lote nº. 01, em 22,50 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº. 03, em 22,50 metros.

3º- LOTE Nº. 03 da quadra nº.757, com área superficial de 303,75 m2 (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Odete Lourdes Lunardi, distante pelo lado esquerdo 27,00 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 13,50 metros.  
SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,50 metros.  
NORDESTE: Com o lote nº. 02, em 22,50 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº. 04, em 22,50 metros.

4º- LOTE Nº. 04 da quadra nº. 757, com área superficial de 303,75 m2 (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Odete Lourdes Lunardi, distante pelo lado esquerdo 40,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 13,50 metros.  
SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,50 metros.  
NORDESTE: Com o lote nº. 03, em 22,50 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº. 05, em 22,50 metros.

5º- LOTE Nº. 05 da quadra nº. 757, com área superficial de 303,75 m2 (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Odete Lourdes Lunardi, distante pelo lado esquerdo 54,00 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 13,50 metros.  
SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 13,50 metros.  
NORDESTE: Com o lote nº. 04, em 22,50 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº. 06, em 22,50 metros.

6º- LOTE Nº. 06 da quadra nº. 757, com área superficial de 308,84 m2 (trezentos e oito metros e oitenta e quatro décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Odete Lourdes Lunardi, distante pelo lado esquerdo 67,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chácara nº. 34, em 8,29 metros.  
SUDESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 19,16 metros.  
NORDESTE: Com o lote nº. 05, em 22,50 metros.  
OESTE: Com parte do lote nº. 05 da Linha Flor, em 24,99 metros.

QUADRA Nº. 758 – com área superficial total de 7.878,03 m2 (sete mil oitocentos e setenta e oito metros e três décimos quadrados).

1º- LOTE Nº. 07 da quadra nº. 758, com área superficial de 350,54 m2 (trezentos e cinquenta metros e cinquenta e quatro décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Odete Lourdes Lunardi com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 24,43 metros.  
SUL: Com o lote nº. 09, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 21,25 metros.  
OESTE: Com parte do lote nº. 08, em 10,62 metros.

2º- LOTE Nº. 08 da quadra nº. 758, com área superficial de 413,85 m2 (quatrocentos e treze metros e oitenta e cinco décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Odete Lourdes Lunardi com Rua Lodovino Castaman, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 24,43 metros.  
SUL: Com o lote nº. 10, em 22,00 metros.  
LESTE: Com os lotes nº. 07 e nº. 09, em 24,12 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

3º- LOTE Nº. 09 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 21,25 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 07, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 11, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com parte do lote nº. 08, em 13,50 metros.

4º- LOTE Nº. 10 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 13,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 08, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 12, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 11, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

5º- LOTE Nº. 11 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 34,75 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 09, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 13, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 10, em 13,50 metros.

6º- LOTE Nº. 12 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 27,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 10, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 14, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 13, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

7º- LOTE Nº. 13 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 48,25 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 11, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 15, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 12, em 13,50 metros.

8º- LOTE Nº. 14 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 40,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 12, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 16, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 15, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

9º- LOTE Nº. 15 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 61,75 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 13, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 17, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 14, em 13,50 metros.

10º- LOTE Nº. 16 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 54,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 14, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 18, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 17, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

11º- LOTE Nº. 17 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 75,25 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 15, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 19, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 16, em 13,50 metros.

12º- LOTE Nº. 18 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 67,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 16, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 20, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 19, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

13º- LOTE Nº. 19 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 62,74 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:  
NORTE: Com o lote nº. 17, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 21, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 18, em 13,50 metros.

14º- LOTE Nº. 20 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado direito 81,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 18, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 22, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 21, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

15º- LOTE Nº. 21 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 49,24 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 19, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 23, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 20, em 13,50 metros.

16º- LOTE Nº. 22 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 85,11 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 20, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 24, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 23, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

17º- LOTE Nº. 23 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 35,74 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 21, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 25, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 22, em 13,50 metros.

18º- LOTE Nº.24 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ? da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 71,61 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 22, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 26, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 25, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

19º- LOTE Nº. 25 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 22,24 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 23, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 27, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 24, em 13,50 metros.

20º- LOTE Nº. 26 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 58,11 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 24, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 28, em 22,00 metros.  
LESTE: Com o lote nº. 27, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

21º- LOTE Nº. 27 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 8,74 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 25, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 29, em 22,00 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.  
OESTE: Com o lote nº. 26, em 13,50 metros.

22º- LOTE Nº. 28 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 44,61 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 26, em 22,00 metros.  
SUL: Com o lote nº. 30, em 22,00 metros.  
LESTE: Com parte do lote nº. 29, em 13,50 metros.  
OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

23º- LOTE Nº. 29 da quadra nº. 758, com área superficial de 463,80 m2 (quatrocentos e sessenta e três metros e oitenta décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Justo Eugênio Soccol com Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 27, em 22,00 metros.  
SUDESTE: Com Rua Leonildo Negri, em 33,06 metros.  
LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 8,74 metros.  
OESTE: Com os lotes nº. 28, nº. 30 e nº. 31, em 33,42 metros.

24º- LOTE Nº. 30 da quadra nº. 758, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado



ímpar da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 31,11 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 28, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 31, em 22,00 metros.

LESTE: Com parte do lote nº. 29, em 13,50 metros.

OESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

25º- LOTE Nº. 31 da quadra nº. 758, com área superficial de 412,84 m2 (quatrocentos doze metros e oitenta e quatro décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Lodovino Castaman com Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 30, em 22,00 metros.

SUDESTE: Com Rua Leonildo Negri, em 33,06 metros.

LESTE: Com parte do lote nº. 29, em 6,42 metros.

OESTE: Com Rua Lodovino Castaman em 31,11 metros.

QUADRA Nº.759 – com área superficial total de 6.840,87 m2 (seis mil oitocentos e quarenta metros e oitenta e sete décimos quadrados):  
ÁREA VERDE com superfície de 2.269,10 m2 e área em LOTES com 4.571,77 m2.

1º- LOTE Nº.32 da quadra nº.759, com área superficial de 323,21 m2 (trezentos e vinte e três metros e vinte e um décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Lodovino Castaman com Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Odete Lourdes Lunardi, em 24,43 metros.

SUL: Com o lote nº.33, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 20,00 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 9,38 metros.

2º- LOTE Nº.33 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 20,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.32, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.34, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

3º- LOTE Nº.34 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 33,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.33, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.35, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

4º- LOTE Nº.35 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 47,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.34, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.36, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

5º- LOTE Nº.36 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 60,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.35, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.37, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

6º- LOTE Nº.37 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 74,00 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.36, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.38, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

7º- LOTE Nº.38 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 87,50 metros da Rua Odete Lourdes Lunardi, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.37, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.39, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

8º- LOTE Nº.39 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 86,27 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.38, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.40, em 22,00 metros.



LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

9º- LOTE Nº.40 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 72,77 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.39, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.41, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

10º- LOTE Nº.41 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 59,27 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.40, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.42, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

11º- LOTE Nº.42 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 45,77 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.41, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.43, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

12º- LOTE Nº.43 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 32,27 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.42, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.44, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

13º- LOTE Nº.44 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 18,77 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.43, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.45, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

14º- LOTE Nº.45 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Lodovino Castaman, distante pelo lado esquerdo 5,27 metros da Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.44, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº.46, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 13,50 metros.

15º- LOTE Nº.46 da quadra nº.759, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado na esquina da Rua Lodovino Castaman com Rua Leonildo Negri, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº.45, em 22,00 metros.

SUDESTE: Com Rua Leonildo Negri, em 33,06 metros.

LESTE: Com Rua Lodovino Castaman, em 5,27 metros.

OESTE: Com parte da área verde da quadra nº.759, em 29,96 metros.

QUADRA Nº. 760 – Área Verde com superfície de 2.426,17 m2. (dois mil quatrocentos e vinte e seis metros e dezessete décimos quadrados). Com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Leonildo Negri, em 124,59 metros.

SUDESTE: Com Rua Domingos Miguel Soccol, em 113,48 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 30,66 metros.

OESTE: Com Rua Osvaldo Valentin Castanho, em 23,52 metros.

QUADRA Nº. 761 – com área superficial total de 3.666,41 m2. (três mil seiscentos e sessenta e seis metros e quarenta e um décimos quadrados).

1º- LOTE Nº. 47 da quadra nº. 761, com área superficial de 390,36 m2 (trezentos e noventa metros e trinta e seis décimos quadrados), de forma triangular, localizado no lado ímpar da Rua Domingos Miguel Soccol, distante pelo lado direito 66,03 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Domingos Miguel Soccol, em 37,27 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 39,73 metros.

NORDESTE: Com o lote nº. 48, em 21,24 metros.

2º- LOTE Nº. 48 da quadra nº. 761, com área superficial de 593,50 m2 (quinhentos e noventa e três metros e cinquenta décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Domingos Miguel Soccol, distante pelo lado direito 35,61 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Domingos Miguel Soccol, em 30,42 metros.

LESTE: Com os lotes nº. 49, nº. 50, nº. 51 e nº. 52, em 49,19 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº. 47, em 21,24 metros e com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 14,47 metros.

3º- LOTE Nº. 49 da quadra nº. 761, com área superficial de 423,71 m2 (quatrocentos e vinte e três metros e setenta e um décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Domingos Miguel Soccol com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com Rua Domingos Miguel Soccol, em 35,61 metros.

SUL: Com o lote nº. 50, em 23,11 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 29,76 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 48, em 6,15 metros.

4º- LOTE Nº. 50 da quadra nº. 761, com área superficial de 301,86 m2 (trezentos e um metros e oitenta e seis décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 29,76 metros da Rua Domingos Miguel Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 49, em 23,11 metros.

SUL: Com o lote nº. 51, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 8,82 metros e 4,75 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 48, em 16,30 metros.

5º- LOTE Nº. 51 da quadra nº. 761, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado esquerdo 43,33 metros da Rua Domingos Miguel Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 50, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 52, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 48, em 13,50 metros.

6º- LOTE Nº. 52 da quadra nº. 761, com área superficial de 296,95 m2 (duzentos e noventa e seis metros e noventa e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 40,50 metros da Rua Fernando Saczek Greiner, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 51, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 53, em 21,63 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 0,45 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 48, em 13,24 metros.

7º- LOTE Nº. 53 da quadra nº. 761, com área superficial de 289,29 m2 (duzentos e oitenta e nove metros e vinte e nove décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 27,00 metros da Rua Fernando Saczek Greiner, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 52, em 21,63 metros.

NOROESTE: Com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 4,65 metros.

SUL: Com o lote nº. 54, em 22,00 metros.

SUDOESTE: Com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 2,89 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 56, em 8,08 metros.

8º- LOTE Nº. 54 da quadra nº. 761, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Justo Eugênio Soccol, distante pelo lado direito 13,50 metros da Rua Fernando Saczek Greiner, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 53, em 22,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 55, em 22,00 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 56, em 13,50 metros.

9º- LOTE Nº. 55 da quadra nº. 761, com área superficial de 333,53 m2 (trezentos e trinta e três metros e cinquenta e três décimos quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 54 em 22,00 metros.

SUL: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 22,25 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 13,50 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 56, em 16,82 metros.

10º- LOTE Nº. 56 da quadra nº. 761, com área superficial de 443,21 m2 (quatrocentos e quarenta e três metros e vinte e um décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 22,25 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte do lote nº. 01 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.700), em 28,09 metros. SUL: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 14,00 metros.

LESTE: Com os lotes nº. 53, nº. 54 e nº. 55, em 38,40 metros.

OESTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 17,98 metros.

QUADRA Nº. 762 – Com área superficial total de 1.654,39 m2. (hum mil seiscentos e cinquenta e quatro metros e trinta e nove decímetros quadrados).

1º- LOTE Nº. 57 da quadra nº. 762, com área superficial de 386,72 m2 (trezentos e oitenta e seis metros e setenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado direito 59,32 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº. 02 de quadra s/nº. (matrícula nº. 17.699), em 13,64 metros e com Rua Fernando Saczek Greiner, em 4,70 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 01 da quadra nº.339, em 18,02 metros.

LESTE: Com o lote nº. 58, em 21,97 metros.

OESTE: Com Rua Ângelo Marinello, em 22,18 metros.

2º- LOTE Nº. 58 da quadra nº. 762, com área superficial de 307,62 m2 (trezentos e sete metros e sessenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado direito 45,32 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 14,00 metros.

SUL: Com parte dos lotes nº. 01 e nº. 02 da quadra nº. 339, em 14,00 metros.

LESTE: Com o lote nº. 59, em 21,98 metros.

OESTE: Com o lote nº. 57, em 21,97 metros.

3º- LOTE Nº. 59 da quadra nº. 762, com área superficial de 307,73 m2 (trezentos e sete metros e setenta e três decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado direito 31,32 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 14,00 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 02 da quadra nº. 339, em 14,00 metros.

LESTE: Com o lote nº. 60, em 21,98 metros.

OESTE: Com o lote nº. 58, em 21,98 metros.

4º- LOTE Nº. 60 da quadra nº. 762, com área superficial de 307,84 m2 (trezentos e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado direito 17,32 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 14,00 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 02 da quadra nº. 339, em 14,00 metros.

LESTE: Com o lote nº. 61, em 21,99 metros.

OESTE: Com o lote nº. 59, em 21,98 metros.

5º- LOTE Nº. 61 da quadra nº. 762, com área superficial de 344,48 m2 (trezentos e quarenta quatro metros e quarenta e oito decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 17,32 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 02 da quadra nº. 339, em 14,00 metros.

LESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 22,25 metros.

OESTE: Com o lote nº. 60, em 21,99 metros.

QUADRA nº. 763 – Com área superficial total de 6.024,33 m2. (seis mil e vinte e quatro metros e trinta e três decímetros quadrados); USO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE XAXIM com superfície de 2.339,35 m2 e total em LOTES com 3.684,98 m2.

1º- LOTE Nº. 62 da quadra nº. 763, com área superficial de 350,43 m2 (trezentos e cinquenta metros e quarenta e três decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 12,53 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 18 da quadra nº. 342, em 19,33 metros.

LESTE: Com o lote nº. 63, em 22,00 metros.

OESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 23,03 metros.

2º- LOTE Nº. 63 da quadra nº. 763, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 12,53 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 13,50 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 18 e nº. 19 da quadra nº. 342, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 64, em 22,00 metros.

OESTE: Com o lote nº. 62, em 22,00 metros.

3º- LOTE Nº. 64 da quadra nº. 763, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 26,03 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 13,50 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 19 e nº. 20 da quadra nº. 342, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 65, em 22,00 metros.

OESTE: Com o lote nº. 63, em 22,00 metros.

4º- LOTE Nº. 65 da quadra nº. 763, com área superficial de 297,00 m2 (duzentos e noventa e sete metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 39,53 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 13,50 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 20 e nº. 21 da quadra nº. 342, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 66, em 22,00 metros.

OESTE: Com o lote nº. 64, em 22,00 metros.

5º- LOTE Nº. 66 da quadra nº. 763, com área superficial de 320,36 m2 (trezentos e vinte metros e trinta e seis decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 53,03 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 16,09 metros.

SUL: Com parte dos lotes nº. 21 e nº. 22 da quadra nº. 342, em 13,03 metros.

LESTE: Com parte do lote nº.67, em 22,21 metros.

OESTE: Com o lote nº. 65, em 22,00 metros.

6º- LOTE Nº.67 da quadra nº.763 com superfície de 579,64 m2 (quinhentos e sessenta e nove metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), de forma triangular, localizada no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado esquerdo 69,12 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: Com área de uso público, em 44,97 metros.

SUL: Com parte dos lotes nº. 22 e nº. 23 da quadra nº. 342, em 33,24 metros.

OESTE: Com o lote nº. 66, em 22,21 metros e com Rua Fernando Saczek Greiner, em 13,00 metros, totalizando 35,21 metros.

7º- LOTE Nº. 68 da quadra nº. 763, com área superficial de 312,66 m2 (trezentos e doze metros e sessenta e seis decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, distante pelo lado direito 54,00 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte dos lotes nº.05 e nº.06 da quadra nº. 628, em 13,50 metros.

SUL: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 13,50 metros.

LESTE: Com parte da área de uso público, em 23,23 metros.

OESTE: Com o lote nº. 68, em 23,09 metros.

8º- LOTE Nº. 69 da quadra nº. 763, com área superficial de 310,69 m2 (trezentos e dez metros e sessenta e nove decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, distante pelo lado direito 40,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte dos lotes nº. 04 e nº. 05 da quadra nº. 628, em 13,50 metros.

SUL: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 67, em 23,09 metros.

OESTE: Com o lote nº. 69, em 22,94 metros.

9º- LOTE Nº. 70 da quadra nº. 763, com área superficial de 308,71 m2 (trezentos e oito metros e setenta e um decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, distante pelo lado direito 27,00 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte dos lotes nº. 03 e nº.04 da quadra nº. 628, em 13,50 metros.

SUL: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 68, em 22,94 metros.

OESTE: Com o lote nº. 70, em 22,79 metros.

10º- LOTE Nº. 71 da quadra nº. 763, com área superficial de 306,73 m2 (trezentos e seis metros e setenta e três decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, distante pelo lado direito 13,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte dos lotes nº. 02 e nº.03 da quadra nº. 628, em 13,50 metros.

SUL: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 69, em 22,79 metros.

OESTE: Com o lote nº. 71, em 22,65 metros.

11º- LOTE Nº. 72 da quadra nº. 763, com área superficial de 304,76 m2 (trezentos e quatro metros e setenta e seis decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com parte do lote nº. 02 da quadra nº. 628, em 13,50 metros.

SUL: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 13,50 metros.

LESTE: Com o lote nº. 70, em 22,65 metros.

OESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 22,50 metros.

12º- USO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE XAXIM, parte da quadra nº. 763 com área superficial de 2.339,35 m2. (dois mil trezentos e trinta e nove metros e trinta e cinco decímetros quadrados), localizada no lado ímpar da Rua Fernando Saczek Greiner, distante pelo lado direito pela Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera 67,50 metros da Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 07 e parte do lote nº. 06 da quadra nº. 628, em 25,72 metros.

SUL: Com parte do lote nº. 23 da quadra nº. 342, em 11,12 metros.

LESTE: Com parte do lote nº. 05-"A" da Linha Flor, em 51,79 metros e 15,54 metros.

NORDESTE: Com parte do lote nº. 05-"A" da Linha Flor, em 29,59 metros.

OESTE: Com o lote nº. 68, em 23,23 metros e com Rua Fernando Saczek Greiner, em 35,81 metros, totalizando 59,04 metros.  
SUDOESTE: Com o lote nº.67, em 44,97 metros.

QUADRA nº. 764 – Com área superficial total de 1.724,01 m2. (hum mil setecentos e vinte e quatro metros e um decímetros quadrados).

1º- LOTE Nº. 73 da quadra nº. 764, com área superficial de 330,00 m2 (trezentos e trinta metros quadrados), localizado na esquina da Rua Justo Eugenio Soccol com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 20,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 76, em 20,00 metros.

LESTE: Com parte do lote nº. 73, em 16,50 metros.

OESTE: Com Rua Justo Eugenio Soccol, em 16,50 metros.

2º- LOTE Nº. 74 da quadra nº. 764, com área superficial de 405,38 m2 (quatrocentos e cinco metros e trinta e oito decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, distante pelo lado esquerdo 20,00 metros da Rua Justo Eugenio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 12,91 metros.

SUL: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 13,41 metros.

LESTE: Com os lotes nº. 74 e nº. 75, em 29,96 metros.

OESTE: Com os lotes nº. 72 e nº. 76, em 31,96 metros.

3º- LOTE Nº. 75 da quadra nº. 764, com área superficial de 322,02 m2 (trezentos e vinte e dois metros e dois decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com Rua Ricieri Erasmo Dalla Libera, em 23,00 metros.

SUL: Com o lote nº. 75, em 23,00 metros.

LESTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 14,00 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 73, em 14,00 metros.

4º- LOTE Nº. 76 da quadra nº. 764, com área superficial de 327,20 m2 (trezentos e vinte e sete metros e vinte decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 74, em 23,00 metros.

SUL: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 23,22 metros.

LESTE: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 12,49 metros.

OESTE: Com parte do lote nº. 73, em 15,96 metros.

5º- LOTE Nº. 77 da quadra nº. 764, com área superficial de 339,41 m2 (trezentos e trinta e nove metros e quarenta e um decímetros quadrados), localizado na esquina da Rua Fernando Saczek Greiner com Rua Justo Eugênio Soccol, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote nº. 72, em 20,00 metros.

SUL: Com Rua Fernando Saczek Greiner, em 20,23 metros.

LESTE: Com parte do lote nº. 73, em 15,46 metros.

OESTE: Com Rua Justo Eugênio Soccol, em 18,48 metros.

Art. 3º. É de responsabilidade dos empreendedores, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 4º. Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos, plantas e Parecer Jurídico.

Art. 5º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município



**LEI COMPLEMENTAR 165**

LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIXAR E COBRAR PREÇO PÚBLICO PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE SOLO EM ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PELO SISTEMA DE POSTEAMENTO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE PROPRIEDADE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA QUE OS UTILIZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a fixar e a cobrar mensalmente preço público relativo à ocupação e uso do solo municipal pelos postes fixados em calçadas e logradouros.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, postes são as estruturas de concreto, metal, madeira ou outro material, que suportam os fios, cabos e equipamentos das redes de energia elétrica, telefonia, iluminação pública, difusão de imagens e sons, entre outras.

Art. 2º – O preço público previsto no art. 1º desta lei será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por metro quadrado de área utilizada.

Parágrafo único – O usuário do poste será responsável solidariamente pelo preço público.

Art. 3º – A cobrança do preço público previstos nesta lei, deverão considerar a área ocupada pela base do poste padrão junto ao solo, multiplicada pelo número de postes de cada proprietário, existentes em solo público dentro do território do Município.

Art. 4º – O Poder Público Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta lei, levantará o número de postes existentes no Município e seus respectivos proprietários e usuários, para efeito da apuração da área total de solo ocupado e respectiva cobrança do preço público.

Parágrafo único – O Poder Público Municipal acompanhará a ampliação ou redução da área ocupada pelos postes, atualizando seus cadastros para fins da cobrança mensal do preço público.

Art. 5º – O pagamento é mensal, devendo ser efetuado até o dia 10 de cada mês.

Art. 6º – As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 11 de dezembro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município



# Associações

## AMMVI

### PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO nº 01/2015

- Considerando-se o disposto na Cláusula Sétima do Convênio de Cooperação firmado entre as partes em 30/10/2015 para prestação de auxílio financeiro destinado a manutenção da rede de monitoramento hidrometeorológico da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-açú;
- Considerando-se a necessidade de alteração da forma de execução do convênio, para possibilitar a aplicação do auxílio financeiro também no custeio de material de consumo, serviços de terceiros – pessoa física e despesas com locomoção, visando o pleno atendimento do objeto conveniado e a regularidade na prestação de contas;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Velha, Blumenau/SC, aqui representada por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, doravante denominada simplesmente AMMVI, e de outro a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662.958/0001-02, com sede na Rua Antonio da Veiga, nº 140, na cidade de Blumenau/SC, representada por seu Reitor, doravante denominada simplesmente FURB, resolvem, de comum acordo, celebrar alteração ao Convênio de Cooperação nº 01/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

1.1 – O item 1.2 da Cláusula Primeira do Convênio de Cooperação nº 01/2015, firmado em 30/10/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“1.2 – A execução do convênio se dará com a disponibilização dos recursos financeiros para custeio dos serviços de terceiros – pessoa jurídica/física, do material permanente, do material de consumo e das despesas com locomoção, necessários para Manutenção Emergencial e Preventiva das Estações Telemétricas e Manutenção do Sistema de Difusão das Informações do Sistema de Alerta”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Convênio de Cooperação nº 01/2015, com as alterações trazidas por este termo, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes dos partícipes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau - SC, em 09 de novembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS  
Presidente da AMMVI  
Prefeito de Rodeio/SC

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO  
Reitor da FURB

# Consórcios

## AGIR

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CL Nº 002/2015 - AGIR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 002/2015 CELEBRADO PELA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE 03 (TRÊS) ESTAGIÁRIOS PARA A AGIR, PARA FINS DE PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR, SUPRINDO AS NECESSIDADES ATUAIS DESTA AGÊNCIA REGULADORA NAS ATIVIDADES RELACIONADAS A ROTINAS ADMINISTRATIVAS, DE COMUNICAÇÃO E RELACIONADAS AO SETOR TÉCNICO DA AGÊNCIA.

CONTRATANTE: AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve.

CONTRATADAS: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN (Matriz), associação privada inscrita no CNPJ sob nº 03.233.240/0001-24, estabelecida na cidade de Guarapuava/PR, na Rua Azevedo Portugal, nº 1.369, Bairro Centro, CEP: 85010-200, por si e também por sua Filial, Gestora e Executora do Contrato, o CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN (Filial), associação privada inscrita no CNPJ sob nº 03.233.240/0010-15, estabelecida na cidade de Itajaí/SC, na Rua Uruguai, nº 456, Bairro Centro, CEP: 88302-202, ambas representadas por seu procurador constituído o Senhor SEIZO UENO JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 3.052.984, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrito no CPF sob nº 004.387.999-33.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato CL nº 002/2015, instruído no Processo Licitatório nº 002/2015 (Dispensa de Licitação para Contratação de Agente de Integração de Estágios para prestação de serviços de recrutamento e acompanhamento de 03 (três) estagiários para a AGIR), sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E PREÇO

1.1 Este instrumento é o Primeiro Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO ao Contrato CL nº 002/2015, cujo objeto versa sobre a contratação de Agente de Integração de Estágios para prestação de serviços de recrutamento e acompanhamento de 03 (três) estagiários para a AGIR, para fins de provimento de vagas de estágio de nível superior, suprimindo as necessidades atuais desta Agência Reguladora nas atividades relacionadas a rotinas administrativas, de comunicação

e relacionadas ao setor técnico da Agência.

#### Cláusula SEGUNDA – Vigência

2.1 Em face da necessidade de continuidade na prestação dos serviços diante da manutenção dos contratos de estágio da AGIR, fica, portanto, alterada a Cláusula Quarta, subitem 4.1, do Contrato original que passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de vigência deste contrato estará sempre vinculado à contratação dos estagiários à CONTRATANTE e a efetiva prestação mensal dos serviços pela CONTRATADA, sendo, portanto, estabelecida sua vigência até o final do exercício financeiro de 2016, ou seja, até 31 de dezembro de 2016.”

#### CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÕES

3.1 As demais cláusulas do Contrato CL nº 002/2015 permanecem inalteradas, e desde já ratificadas em todos os seus termos e condições.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato CL nº 002/2015, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Blumenau (SC), em 14 de dezembro de 2015.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN (CNPJ nº 03.233.240/0001-24 – Matriz) (CNPJ nº 03.233.240/0010-15 – Filial)

- CONTRATADA - SEIZO UENO JUNIOR

Titular/Representante legal – CPF nº 004.387.999-33

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativa CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CL Nº 005/2015 - AGIR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 005/2015 CELEBRADO PELA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA JURÍDICA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS INTRAMUNICIPAIS PERTENCENTES AOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE

DO ITAJAÍ – AGIR, MODIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, DO ESTATUTO E DO REGIMENTO INTERNO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGIR.

CONTRATANTE: AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve.

CONTRATADA: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, associação privada inscrita no CNPJ sob nº 12.244.848/0001-45, estabelecida na cidade de Florianópolis/SC, na Rua Emilio Blum, nº 131, Bairro Centro, CEP: 88.020-010, representada por seu procurador constituído o Senhor MARCOS FEY PROBST, portador da cédula de identidade nº 3.877.827, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrito no CPF sob nº 032.985.859-98.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato CL nº 005/2015, instruído no Processo Licitatório nº 006/2015 (Dispensa de Licitação para contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da AGIR), sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E PREÇO

1.1 Este instrumento é o Primeiro Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO ao Contrato CL nº 005/2015, cujo objeto versa sobre a contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR.

#### Cláusula SEGUNDA – Vigência

2.1 Em face da necessidade de continuidade na prestação dos serviços, fica, portanto, alterada a Cláusula Quarta, subitem 4.1, do Contrato original que passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de vigência terá início em 01 de janeiro de 2016 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016”

#### CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÕES

3.1 As demais cláusulas do Contrato CL nº 005/2015 permanecem inalteradas, e desde já ratificadas em todos os seus termos e condições.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato CL nº 005/2015, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Blumenau (SC), em 14 de dezembro de 2015.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA

MARCOS FEY PROBST – Titular/Representante legal

- CONTRATADA -

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN  
Agente Administrativa  
CPF nº 071.611.199-36

VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Diretora Administrativa da AGIR  
CPF nº 038.188.129-69

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pág:01/11/2015 A 30/11/2015

Página 1 de 4  
Impresso em: 16/dez/2015  
As 10:25:47 Horas

IPM - Informática Pública Municipal	Atende.net - Contabilidade	Usuário: -	CP403301
-------------------------------------	----------------------------	------------	----------

CP403301

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR  
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)  
Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgtc:01/11/2015 A 30/11/2015

Página 3 de 4  
Impresso em: 18/dez/2015  
As 10:25:47 Horas

Nr. Empenho	Empenho	Elemento	Item	Vinc	Data Emissão	Data Pagamento	Descrição	Empenho	Pago	Retenção
494	005001	2012	3190130200000000		01/10/11	20/11/11	BANCO DO BRASIL S/A. Histórico: REF PAGTO DE INSS CONTRIBUIÇÃO COTA EMPRESA ACIDEN TE TERCEIROS OUTUBRO/2015 CONF DOC ANEXO.	10.448,51	10.448,51	
495	005001	2012	3190131800000000		01/10/11	25/11/11	BANCO DO BRASIL S/A. Histórico: REF PAGTO DE PIS OUTUBRO/2015 CONF DOC ANEXO.	497,54	497,54	
496	005001	2012	3390399900000000		21/10/11	30/11/11	IDS TRAVEL TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURIS Histórico: Ref pagto 01 Passagem aérea Navegantes/Braçaria/Na vegantes p/ o colaborador Heinrich L. Pasold p/ pa rticipar no II Seminário Infraestrutura de Transpo rte e Regulação no Brasil a realizar-se de 04/11 a 06/11/15 em Brasília/DF conf doc anexo.	957,73	957,73	
498	005001	2012	3390369600000000		21/10/11	09/11/11	VANESSA FERNANDA SCHMITT Histórico: Ref ADIANTAMENTO despesas para manutenção das atividades da AGIR conf doc anexo.	1.000,00	1.000,00	
499	005001	2012	3390141400000000		23/10/11	11/11/11	HEINRICH LUIZ PASOLD Histórico: Ref pagto 01 Diária p/ o colaborador Heinrich L. Pasold p/ participar no 1º ENARMIS- Encontro Nacio nal das Agências Reguladoras Municipais e Intermun icipais de Saneamento a realizar-se de 12 a 13/11/ 15 em Florianópolis/SC conf doc anexo.	330,00	330,00	
500	005001	2012	3390141400000000		23/10/11	11/11/11	JANA CLAUDIA HAFEMANN Histórico: Ref pagto 01 Diária p/ a colaboradora Ana Cláudia Hafemann p/ participar no 1º ENARMIS- Encontro Nac ional das Agências Reguladoras Municipais e Intermun icipais de Saneamento a realizar-se de 12 a 13/1 1/2015 em Florianópolis/SC conf doc anexo.	270,00	270,00	
501	005001	2012	3390141400000000		23/10/11	11/11/11	VANESSA FERNANDA SCHMITT Histórico: Ref pagto 01 Diária p/ a Colaboradora Vanessa F. Schmitt p/ participar no 1º ENARMIS- Encontro Nacio nal das Agências Reguladoras Municipais e Intermun icipais de Saneamento a realizar-se de 12 a 13/11/ 2015 em Florianópolis/SC conf doc anexo.	330,00	330,00	
503	005001	2012	3390396500000000		06/11/11	17/11/11	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL Histórico: Ref pagto de 02 Inscrições p/ as colaboradoras Ana C. Hafemann e Vanessa F. Schmitt p/ participarem do Curso Sobre Técnicas de Apresentações de Alto Impacto a realizar-se dia 17/11/15 em Florianópolis s/SC conf doc anexo.	500,00	500,00	
505	005001	2012	3390399900000000		11/11/11	23/11/11	SAMAE SERVICO AUT MUNICIPAL DE AGUA E ES Histórico: REF PGT REEMBOLSO MENSAL DA REMUNERAÇÃO DO SERVID OR ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER POR SESSÃO DO CONSORC IADO CONF PORTARIA Nº 5.224/2012 E PROCESSO ADMINI STRATIVO Nº340/1210 COMPETÊNCIA JULHO, AGOSTO, SET EMBRO E OUTUBRO/2015 CONF RECIBO 009/2015 ANEXO.	19.936,49	19.936,49	

IPM - Informática Pública Municipal

Atende net - Contabilidade Usuário: -

CP403301



Página 4 de 4  
Impresso em: 16/dez/2015  
As 10:25:47 Horas

Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgto:01/11/2015 A 30/11/2015

Total Ordinário	54.948,12
Total Sub-Empenho	1.692,47
Total Global	1.692,47
Total Retenção	847,40
Total Empenhos	56.640,59

VALDETE K MARQUES  
CRC/SC 027935/01 - CONTADORA

Atende.net - Contabilidade Usuário: -

CP403301

**ARIS****ATA DO PREGÃO Nº 08/2015 - COMBUSTÍVEL EM MARAVILHA/SC**

ATA DO PREGÃO N. 08/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015 compareceram na sede da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no endereço constante do rodapé, os membros da equipe de apoio abaixo signatários. Às 14:30h iniciou-se a Sessão Pública e em seguida abriu-se, sucessivamente, o envelopes nº 01 – Credenciamento, 02 – Proposta de Preços e 03 - Habilitação, o qual foi recebido na unidade sede da ARIS, pelo pregoeiro, conforme recebimento inscrito nos envelopes, e enviado à sede da ARIS. Nos envelopes continham: documentação de identificação do representante da empresa FAÉ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., o qual foi recebido e rubricado pelo Pregoeiro, restando credenciado para participar da sessão pública do pregão o(s) Sr(s). IVAN CARLOS FAÉ. Todavia, o mesmo não compareceu a sessão pública aqui tratada. Encerrada a etapa de credenciamento, abriu-se envelope de proposta de preço, o qual foi rubricado pelo pregoeiro. Aberto o envelope, tendo sido apresentada proposta(s) apenas para os item(ns) 03, referente ao fornecimento de combustível para a unidade de Maravilha, o pregoeiro realizou a avaliação quanto a aceitabilidade preliminar da proposta, vejamos:

Para Maravilha, cujo valor unitário foi de R\$ 3,657, sendo a distância entre a ARIS e o posto de 1,65 km, representando um CA de R\$ 3,69, restando a proposta classificada.

Considerando a participação de apenas uma empresa participante do certame, a etapa de lances restou prejudicada, passando-se à fase de negociação, a qual também restou prejudicada, pois o representante da empresa não estava presente. Considerando que o preço ofertado está de acordo com o preço praticado no mercado, o pregoeiro declarou o licitante vencedor do certame, desde que atendesse às exigências de habilitação. Passou-se à fase de habilitação, o pregoeiro abriu o envelope contendo os documentos da empresa FAÉ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. O envelope foi rubricado e aberto em seguida, sendo realizada a validação dos documentos apresentados. O pregoeiro constatou o cumprimento de todos os requisitos da habilitação, ante a apresentação de todos os documentos exigidos, todos eles dentro do prazo de validade. O pregoeiro realizou a habilitação da empresa FAÉ COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA o declarou vencedor do certame, no tocante ao item 03, no valor unitário de R\$ 3,657. No tocante aos itens 01 e 02 - fornecimento de combustível para as unidades de Chapecó e Rio do Sul, o presente certame restou deserto, ate a ausência de interessados. O pregoeiro deu por encerrada a sessão pública, da qual constam as assinaturas dos presentes.

Luiz Aurelio de Oliveira  
Pregoeiro

Grasiele Hoffmann  
Membro da equipe de apoio  
Alex Sandro da Silva  
Membro da equipe de apoio

**DELIBERAÇÃO ARIS N. 030 -2015**

DELIBERAÇÃO n. 030/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício encaminhado pelo SAMAE de Jaraguá do Sul, no qual a Autarquia requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 11,3074%, com base nos índices oficiais aplicados sobre a estrutura de custos da Autarquia;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos dos demais serviços prestados ao usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
4. A publicação pode ser dar em jornal de veiculação local, site da autarquia ou junto a fatura mensal;
5. A autarquia deve encaminhar à ARIS, cópia da nova tabela tarifária devidamente calculada e publicada, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste veiculada aos usuários;

Florianópolis, 03 de dezembro de 2015.  
ADIR FACCIO  
Diretor Geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015 - DISPENSA Nº 26/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 51/2015  
DISPENSA Nº 26/2015

OBJETO: locação de sala comercial para sediar a ARIS no Município de Maravilha.  
Base Legal: art. 24, X, da Lei de Licitações.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS –AMERIOS.

CNPJ: 00.961.206/0001-88

VALOR MENSAL: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Florianópolis, 01 de novembro de 2015.  
Adir Faccio  
Diretorgeral da ARIS

**CIGA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 461/2015 - MH TECH**

Extrato de Contrato nº 461/2015

Processo de Licitação Nº 27/2015

Dispensa de Licitação Nº 21/2015

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA - EPP

CNPJ: 12.977.176/0001-87

OBJETO: O objeto deste Contrato é a locação de equipamentos de impressoras multifuncionais e o fornecimento de suprimentos e consumíveis (toner, revelador e cilindro) necessários aos serviços de manutenção e assistência técnica, para atender às necessidades do CIGA, em conformidade com as especificações abaixo e a proposta da CONTRATADA:

- a) 01 (um) Equipamento Brother MFC-8912DW: Multifuncional 3 em 1 (cópia, scanner, impressão);
- b) 01 (um) Equipamento HP LaserJet Color (A4) M451DW; e
- c) 02 (dois) Transformadores 1500VA Bivolt.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR MENSAL: 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

VALOR GLOBAL: 5.280,00 (cinco mil e duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 08 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIM-AMAVI****EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 01**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI ESTABELECEM OS MUNICÍPIOS DE ATALANTA, CHAPADÃO DO LAGEADO, IMBUIA, ITUPORANGA, PETROLÂNDIA E VIDAL RAMOS, MEMBROS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI E O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL.

OBJETO: estabelecer critério de rateio para repasse de valores à entidade de acolhimento, para que essa ofereça e mantenha disponibilidade de 20 (vinte) vagas aos MUNICÍPIOS SIGNATÁRIOS, visando o atendimento à demanda apresentada pela 1ª Promotoria de Justiça e Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Ituporanga no Inquérito Civil SIG/MP: 06.2011.002784-4, propiciando a garantia de serviço socioassistencial de alta complexidade, na modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta.

VIGÊNCIA: a partir de sua assinatura até o prazo em que perdurarem os convênios individuais firmados com a entidade de acolhimento, sendo os prazos destes previstos para vigorarem de 15/12/2015 até o dia 31/12/2015, renovável anualmente, até o prazo de 04 (quatro) anos.

DATA DA ASSINATURA: 27 de novembro de 2015.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 02/2014**

Extrato de Termo de Rescisão de Convênio

Convênio: 02/2014

O Município de LEOBERTO LEAL e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Convênio nº 02/2014, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Convênio nº 02/2014.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

**EXTRATOS TERMOS DE RESCISÃO CONTRATUAL 00**

Extratos Termos de Rescisão Contratual

Contrato: 030/2014

O Município de PETROLÂNDIA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 30/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 30/2014 e Rateio nº 01/2015.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

Contrato: 031/2014

O Município de ATALANTA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 31/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 31/2014 e Rateio nº 01/2015.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

Contrato: 032/2014

O Município de CHAPADÃO DO LAGEADO e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 32/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 32/2014 e Rateio nº 01/2015.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

Contrato: 033/2014

O Município de IMBUIA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 33/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 33/2014 e Rateio nº

01/2015.  
Data de Assinatura: 27/11/2015.

Contrato: 034/2014

O Município de ITUPORANGA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 34/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 34/2014 e Rateio nº 01/2015.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

Contrato: 035/2014

O Município de VIDAL RAMOS e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, devidamente qualificados no Contrato Administrativo nº 35/2014 e Rateio nº 01/2015, resolvem celebrar, nos termos da Cláusula Décima Nona do respectivo instrumento, por mútuo acordo entre as partes, a rescisão do Contrato Administrativo nº 35/2014 e Rateio nº 01/2015.

Data de Assinatura: 27/11/2015.

## **RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11/12/2015**

RESOLUÇÃO nº 14, de 11 de dezembro de 2015.

Estima a receita e fixa a despesa do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI, para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O Conselho de Administração do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI, reunido em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no Contrato de Consórcio, RESOLVE:

### **CAPÍTULO I** **DAS RECEITAS**

Art. 1º O Orçamento Geral do CIM-AMAVI, para o exercício de 2016, estima a receita em R\$ 1.673.215,23 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, duzentos e quinze reais e vinte e três centavos) e fixa a despesa em igual valor.

Art. 2º A receita do CIM-AMAVI será realizada mediante a arrecadação de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro em anexo, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	885.390,10
1.2 – Receita Tributária	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	22.472,00
1.4 – Receita de Serviços	561,80
1.5 – Transferências Correntes	557.597,03
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.092.584,40
2.1 – Transferências de Capital	1.092.584,40
TOTAL	1.673.215,23

### **CAPÍTULO II** **DAS DESPESAS**

Art. 3º As despesas do CIM-AMAVI serão realizadas segundo apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

### **I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário	1.673.215,23

### **II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04 – Administração	563.776,74
17 – Saneamento	1.109.438,49
TOTAL	1.673.215,23

### **III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 – Investimentos Saneamento Alto Vale	1.109.438,49
0002 – Manutenção Administrativa - Geral	33.146,20
0003 – Manutenção Administrativa –Pessoal	530.630,54
0004 – Aquisição Compartilhada Bens, Merc. e Serviços	0,00
0005 – Manutenção Administrativa – Abrigo Institucional	0,00
TOTAL	1.673.215,23

### **IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00.00.00 – Despesas Correntes	563.776,74
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e encargos sociais	400.459,38
3.3.00.00.00.00 – Outras despesas correntes	163.317,36
4.0.00.00.00.00 – Despesas de capital	1.109.438,49
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	1.109.438,49
TOTAL	1.673.215,23

Art. 4º Considerando os critérios de rateio, aprovados pela Assembleia Geral do consórcio, os Municípios consorciados repassarão ao CIM-AMAVI, mediante previsão no contrato de rateio, os recursos necessários, no ano de 2016, para as despesas correntes, envolvendo as despesas administrativas.

Parágrafo Único. As despesas administrativas compreendem pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras, taxas bancárias, material de consumo, serviços de terceiros, entre outras.

### **CAPÍTULO III** **DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica o Conselho de Administração autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Conselho de Administração está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos o excesso ou provável excesso de arrecadação e o superávit do exercício financeiro anterior em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Resoluções específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os projetos, atividades ou operações especiais priorizados nesta resolução com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências dos municípios, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o se ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de

recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF e demais normativas da STN.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio da caixa para cada uma das destinações de recursos conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º Esta resolução vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2015.

ANTONIO OSCAR LAURINDO

Prefeito de Imbuia

Presidente do Conselho de Administração

## CIMVI

### RESOLUÇÃO Nº 139 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 60.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento -Programa 2015, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2002 – Gestão de Saneamento Básico	
3449000000000000 – Aplicações Diretas	
3001212 – Recursos Ordinários 2012 – CIMVI - Saneamento	R\$ 60.000,00
Total	R\$ 60.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 10 de dezembro de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 140 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Estabelece os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI para o exercício de 2016.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00, e na Lei nº 11.107/05, e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 21ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2016, na forma dos Contratos de Rateio nos 2015/02, 2015/03, 2015/04 e 2015/05 anexos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 10 de dezembro de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

## CIS/AMMVI

### RESOLUÇÃO Nº 103, DE 04/12/2015.

RESOLUÇÃO nº 103, de 04/12/2015.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuar no Pregão Eletrônico nº 003/2015 e Pregão Eletrônico nº 004/2015 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, e dá outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados e pelo Contrato de Consórcio Público, e com base na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e na Resolução nº 52, de 09/01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Ligia Hoepfner, portadora do CPF nº 987.997.629-00 e RG nº 3.413.286, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica

na Secretaria de Saúde do Município de Pomerode, para atuar como Pregoeira no Pregão Eletrônico nº 003/2015 e no Pregão Eletrônico nº 004/2015 no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, desempenhando as competências regulamentares e, em especial, as atividades de que trata o art. 11 da Resolução nº 52, de 09/01/2012.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pelo membro da Equipe de Apoio Silvani Maria Sehnem do Amaral, portadora do CPF nº 738.913.399-68 e RG nº 3.321.040-0, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica na Secretaria de Saúde do Município de Indaial, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio no Pregão Eletrônico nº 003/2015 e no Pregão Eletrônico nº 004/2015, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, os servidores:



Nome do(a) servidor(a)	Emprego/Cargo Público
Raquel Grippa	Gestora de Serviços do CISAMVI
Silvani Maria Sehnem do Amaral	Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Município de Indaial
Marcos da Rocha	Agente Administrativo do CISAMVI

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros

servidores, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 04 de dezembro de 2015.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI

## CIS/AMURES

### ATA Nº 09/2015 COMISSÃO LICITAÇÃO CIS AMURES

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2015. Aos dois dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelo senhor André Santos de Oliveira e pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro e Denise Regina Alves. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: ANGIOLAGES CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA - ME e CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE LAGES LTDA. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quinze e Edital de Credenciamento de dois mil e quinze, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro; Denise Regina Alves; André dos Santos Oliveira (equipe de apoio)

-----  
GUILHERME RANGEL BIANCHINI  
Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

-----  
ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO

(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES

(Equipe de apoio)

### HOMOLOGAÇÕES CONTRATOS MÊS DE DEZEMBRO 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
PROSPERA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CLINICAR
HOSPITAL DE CLÍNICA BERMIRO SAGGIORATTO
PHYSIUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Lages, 16 de Dezembro de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES

## IBERE

### ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS Nº 002/2015

CNPJ 05.871.732/0001-70

ATA 002/2015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões junto à sala do Consórcio Iberê, localizada no Bloco N na Unochapecó, sob a presidência do Prefeito de Guatambu, Senhor Pedro Borsoi, reuniu-se para assembleia geral ordinária do Conselho de Associados do Consórcio Iberê os Senhores: Andre Max Tormen Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Alceu Mazzioni Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Pedro Borsoi Prefeito Municipal de Guatambu, Plinio Dallacorte Prefeito Municipal de

Planalto Alegre, Vanusa Maggioni representante do município de Chapecó, Silvia Valdez conselheira executiva do Consórcio Iberê, Geciane Jordani Assessora de projetos, Kellen Cassaro assessora administrativa do quadro de pessoal do Consorcio Iberê e demais membros, conforme lista de presença em anexo, para tratar da seguinte pauta: 1 – Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos entre os municípios do Consórcio Iberê; 2 – Proposta da ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) /Unochapecó para elaboração de um Seminário sobre Resíduos Sólidos; 3 – Proposta de projeto integrado de desassoreamento dos rios dos municípios do Consórcio Iberê; 4 – Estratégia para coibir a ocupação das margens dos rios nos municípios do Consórcio Iberê: comunicação e fiscalização; 5 - Contrato de Rateio 2016; 6 - Assuntos Gerais. A assembleia teve início às oito horas e cinquenta e três minutos, abertura oficializada pelo Presidente Senhor Pedro Borsoi desejando boas vindas e cumprimentando a todos os presentes, passando a palavra para a senhora Silvia Valdez que inicia com o primeiro assunto da pauta: Plano Intermunicipal de Gestão



Integrada de Resíduos Sólidos entre os municípios do Consórcio Iberê, na qual comenta sobre a elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Chapecó - PGRI e a perspectiva de integrar a gestão de resíduos sólidos de todos os municípios do Consórcio, Senhora Vanusa apresenta como ocorreu o processo de elaboração do PGRI, Senhora Silvia informa que próximo passo é fazer a Integração dos Planos com os municípios do Iberê, enquanto os associados concordam com tal encaminhamento. Proposta da ITC (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) /Unochapecó para elaboração de um Seminário sobre Resíduos Sólidos: Senhora Silvia apresenta a técnica Graciela Novakowski da ITC/Unochapecó aos presentes e passa a palavra para que prossiga com a apresentação, Sra. Graciela apresenta a ITC, fala sobre a proposta do projeto e apresenta o conteúdo programático aos membros presentes, comenta sobre o Fórum de Resíduos Sólidos - FRSC, e sobre o seminário de capacitação de gestores públicos, a proposta é que sejam realizados dois encontros com carga horária de 8 horas cada, totalizando 16 horas, podendo ser realizado em datas diferentes, em local a ser definido, o seminário não terá custo para os municípios, será disponível 30 vagas, participarão dois a três membros por município e as demais vagas serão abertas para técnicos do FRSC ou do município de Chapecó. A proposta é discutida entre o Conselho de Associados, é aprovada por unanimidade de votos. Proposta de projeto integrado de desassoreamento dos rios dos municípios do Consórcio Iberê: Senhora Silvia comenta que a proposta do projeto foi solicitada pela Senhora Vera Zandavalli vice-prefeita de Guatambu, apresenta a proposta para os membros presentes, informando que para a realização do projeto precisa-se saber para onde será descartado o sedimento retirado do leito dos rios e precisa de um acompanhamento técnico, Senhor Osmar comenta que precisa haver uma conversa com o Ministério Público, pois a proposta de trabalho é complexa. O Senhor Plinio comenta que a proposta é interessante, porém precisa-se ter a disposição correta do sedimento, para depois não ocorrer de voltar para leito dos rios. Senhor Claudio comenta que precisa ser feito um trabalho de preservação, que a limpeza dos rios é uma etapa, mas para isso precisa haver práticas de conservação. Senhor Borsoi fala sobre solicitar da FATMA a isenção das taxas, senhora Silvia comenta que primeiro faz-se o projeto e depois solicita-se isenção das taxas. Ficou encaminhado que a proposta de desassoreamento dos rios será avaliada, pois é uma prática complexa que deve estar integrada a um projeto que analisa todas as perspectivas. Salienta-se a importância de analisar a experiência do município de Sul Brasil/SC, que realizou trabalho análogo. Estratégia para coibir a ocupação das margens dos rios nos municípios do Consórcio Iberê: comunicação e fiscalização: Sra. Silvia apresenta ao Conselho e Associados a proposta de inserção de nota de utilidade pública sobre o uso e ocupação do solo nas margens dos rios, informa que será veiculado nas rádios AM, informa que quando o texto estiver pronto será encaminhado aos prefeitos para aprovação e o Iberê fará uma conversa com a Polícia Ambiental para ver o que pode ser feito para definir estratégias de fiscalização. Senhor Alceu comenta que pode-se utilizar os programas das rádios dos municípios para fazer a inserção dos anúncios. Senhor Plinio comenta que a população cada vez mais está adquirindo terrenos em áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente), que é uma preocupação grande, e que precisa-se achar juridicamente uma forma de coibir a ocupação através do Ministério Público, Celesc e Polícia Ambiental. Senhor Andre comenta sobre um estudo realizado no município de Águas de Chapecó onde a população ribeirinha está cada vez mais aumentando, são população de municípios vizinhos que adquirem um terreno e usam o espaço como lazer para final de semana. Fica encaminhado, que será utilizado experiências de outros municípios para criar uma estratégia. Contrato de rateio de 2016: a assessora administrativa Senhora Kellen, comunica que houve a renovação do Convênio CASAN 2015/2016, apresenta o planejamento orçamentário de 2016 (dois mil e dezesseis) informando que as despesas serão as mesmas dos anos anteriores, e que o valor previsto para o contrato de rateio é de R\$ 928,33 (novecentos e vinte e oito

reais e trinta e três centavos) mensal, totalizando o valor de R\$ 11.140,00 (onze mil e cento e quarenta reais) anual para cada prefeitura, conforme as despesas elencadas no planejamento, em comum acordo entre o conselho de associados é aprovado por unanimidade de votos e o valor do Contrato de Rateio para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis) será de R\$ 11.140,00 (onze mil e cento e quarenta reais), a assessora informa ainda, que o contrato deverá ser assinado pelo prefeito e presidente e se possível devolvido ao Iberê até quinze de dezembro de dois mil e quinze. Senhora Kellen informa que o município de Caxambu do Sul não pagou o Contrato de Rateio de 2015 (dois mil e quinze), o Conselho de Associados discute e fica encaminhado que o presidente do Iberê Senhor Pedro Borsoi e o prefeito de Planalto Alegre Plinio Dallacorte conversarão com o prefeito de Caxambu do Sul para identificar a forma de regularizar o pagamento e que na próxima reunião ordinária será retomado o assunto. Assuntos Gerais: Senhora Geciane convida os membros presentes para participarem do encerramento das atividades a ser realizada dia dezoito de dezembro, no município de Cordilheira Alta. Senhora Kellen informa que na próxima assembleia, a ser realizada início de 2016 (dois mil e dezesseis), será apresentada a prestação de contas e planejamento das atividades para o ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Senhor Borsoi, comenta sobre viagem a Florianópolis e reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SDS, na perspectiva de integrar os planos de gerenciamento de resíduos. Informa que deverá ser solicitada reunião com AMOSC e SDR na perspectiva de criar parceria para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Caso não haja interesse, será dada continuidade aos trabalhos, diretamente. Agradece todos os presentes e encerra a presente Assembleia. As legislações atendidas são: Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/07, Lei federal nº 4.620/64 e o Estatuto do Consórcio. Nada mais havendo a tratar considera-se encerrada a Assembleia, e eu Kellen lavrei a presente ata na qual será assinada pelo Conselho de Associados, Conselho Executivo e quadro de funcionários.

Pedro Borsoi Alceu Mazzioni

Prefeito de Guatambu/SC Prefeito de Cordilheira Alta/SC

Presidente do Consórcio Iberê

Andre Max Tormen

Prefeito de Águas de Chapecó/SC

Plinio Dallacorte

Prefeito de Planalto Alegre/SC

Vanusa Maggioni

Representante de Chapecó/SC

Silvia Valdez

Conselheira Executiva do Consorcio Iberê

Kellen Cassaro

Ass. Administrativa do Consorcio Iberê

Geciane Jordani

Ass. De Projetos do Consorcio Iberê

## **DECRETO Nº 01/2015 - ESTABELECE RECESSO DE FIM DE ANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental  
CNPJ 05.871.732/0001-70

DECRETO Nº 001/2015. ESTABELECE RECESSO DE FIM DE  
De 10 de Dezembro de 2015 ANO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PEDRO BORSOI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – IBERÊ, no uso de suas atribuições legais conferidas,

Considerando, o encerramento das atividades administrativas e

contábeis no ano letivo de 2015, e considerando, os feriados de natal (25/12/2015) e ano novo (01/01/2016),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica estabelecido recesso das atividades administrativas do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – IBERÊ, no período de 24 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó (SC), 10 de dezembro de 2015.

PEDRO BORSOI  
Presidente

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA Nº 001/2015**

PORTARIA Nº 001/2015.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DA SERVIDORA KELLEN CASSARO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PEDRO BORSOI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERÊ, no uso da atribuição, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e demais legislações aplicáveis,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a carga horaria da servidora KELLEN CASSARO no cargo em comissão - emprego público de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com lotação no Consorcio IBERÊ, regido pela CLT, admitida na data de 07 de janeiro de 2014 nos termos do estatuto, de acordo com portaria nº 001/2014, de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, devido o termino do Convenio firmado com a CASAN nº 674/2014.

Art. 2º A remuneração mensal da servidora será de R\$1.593,45 (hum mil quinhentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), em conformidade com anexo único do estatuto do Consorcio.

Art. 3º Para fazer face as despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos do orçamento do Consorcio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Chapecó (SC), 01 de junho de 2015.

PEDRO BORSOI  
Presidente do Consórcio

**PORTARIA Nº 002/2015**

PORTARIA Nº 002/2015.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DA SERVIDORA KELLEN CASSARO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PEDRO BORSOI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERÊ, no uso da atribuição, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e demais legislações aplicáveis,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a carga horaria da servidora KELLEN CASSARO no cargo em comissão - emprego público de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com lotação no Consorcio IBERÊ, regido pela CLT, admitida na data de 07 de janeiro de 2014 nos termos do estatuto, de acordo com portaria nº 001/2015, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, devido o inicio do Convenio firmado com a CASAN nº 714/2015.

Art. 2º A remuneração mensal da servidora será de R\$ 3.186,90 (três mil, cento e oitenta e seis reais e noventa centavos), em conformidade com anexo único do estatuto do Consorcio.

Art. 3º Para fazer face as despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos do orçamento do Consorcio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Chapecó (SC), 19 de outubro de 2015.

PEDRO BORSOI  
Presidente do Consórcio